

RELATÓRIO

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JOÃO PESSOA

# RELATÓRIO

COMISSÃO MUNICIPAL DA  
**VERDADE** DE JOÃO PESSOA



Comissão  
CCTA





UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES  
REITORA  
MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA DINIZ  
VICE-REITOR  
BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA



Diretor do CCTA  
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES  
Vice-Diretor  
ULISSES CARVALHO SILVA



Conselho Editorial  
CARLOS JOSÉ CARTAXO  
GABRIEL BECHARA FILHO  
JOSÉ FRANCISCO DE MELO NETO  
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES  
MARCÍLIO FAGNER ONOFRE  
Editor  
JOSÉ DAVID CAMPOS FERNANDES  
Secretário do Conselho Editorial  
PAULO VIEIRA

Laboratório de Jornalismo e Editoração  
Coordenador  
PEDRO NUNES FILHO

MARLENE COSTA DE ALMEIDA  
MARIA NAZARÉ TAVARES ZENAIDE  
MONIQUE CITTADINO  
RODRIGO FREIRE DE CARVALHO E SILVA

COMISSÃO MUNICIPAL DA  
VERDADE DE JOÃO PESSOA  
RELATÓRIO

EDITORA DO CCTA  
JOÃO PESSOA  
2020

Capa: David Fernandes  
Projeto Gráfico: José Luiz da Silva  
Bibliotecária Responsável: Susiquine Ricardo Silva

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca Setorial do CCTA da Universidade Federal da Paraíba

C733 Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa: relatório  
[recurso eletrônico] / Marlene Costa de Almeida ... [et.al.].  
- João Pessoa: Editora do CCTA, 2020.

Recurso digital (20,8MB)

Formato: ePDF

Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader

ISBN: 978-65-5621-130-5

1. Ditadura Militar - João Pessoa, PB. 2. Direitos Humanos -  
Violação. 3. Justiça de Transição, Memória e Verdade.  
I. Almeida, Marlene Costa de.

UFPB/BS-CCTA

CDU: 321.64(813.3)

Foi feito depósito legal.  
Todos os textos são de responsabilidade dos autores  
Direitos desta edição reservados à: EDITORA DO CCTA/UFPB  
Cidade Universitária - João Pessoa - Paraíba - Brasil.  
Impresso no Brasil.  
*Printed in Brazil.*

# DEDICATÓRIA

A Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa dedica este relatório a todas as vítimas dos atos discricionários praticados pela ditadura militar, assim como às suas famílias. Para que nunca se esqueça, para que nunca mais aconteça.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JOÃO PESSOA

Prefeito– Luciano Cartaxo Pires de Sá

Controladora-Geral do Município - Ludinaura Regina Souza dos Santos

Secretário da Transparência Pública – Ubiratan Pereira de Oliveira

Comissão Municipal da Verdade:

Maria de Nazaré Tavares Zenaide

Marlene Costa Almeida

Monique Cittadino

Rodrigo Freire de Carvalho e Silva - Presidente

**Auxiliares de Pesquisa:**

Ingra Freire de Oliveira

Jordana Ramos Nóbrega

Lilian Barbosa de Medeiros Silva

Marcelo Herculano do Nascimento

# AGRADECIMENTOS

À equipe da Secretaria de Transparência da Prefeitura Municipal de João Pessoa, através dos seus titulares Éder Dantas, Ronald Lins, Ludinaura Regina dos Santos e Ubiratan Pereira (em ordem cronológica), e dos seus técnicos que acompanharam os trabalhos desta Comissão: Adriano Almeida, Marinalva Clementino, Helen Karine, David Guedes, Werton Freire e Cláudio Piccoli;

Ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através da sua diretora, Professora Doutora Mônica Nóbrega, por ter acolhido a Comissão Municipal da Verdade, disponibilizando a infraestrutura desse centro para os trabalhos da Comissão;

Ao ex-vereador de João Pessoa, Flávio Eduardo Fuba (PT), autor do Projeto de Lei que criou esta Comissão, pelo apoio, receptividade e “abertura de portas” na Câmara de Vereadores de João Pessoa;

Ao Arquivo Nacional, nas pessoas dos servidores da Coordenação Regional do Distrito Federal (COREG/DF) Vivien Ishaq, Pablo Endrigo Franco, Raynes Adiron Castro e João Vítor Alves dos Santos, que gentilmente deram suporte às nossas pesquisas documentais;

Ao Arquivo da Câmara Municipal, cujos eficientes e prestativos funcionários nos possibilitaram a pesquisa nos livros de Atas e de Resoluções;

Ao Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa, na pessoa da sua coordenadora, Aurora Maia Dantas;

À Fundação Casa de José Américo, ao Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese da Paraíba e à Biblioteca Maurílio de Almeida, pelo acesso às suas hemerotecas;

Ao Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB, por disponibilizar o acesso ao acervo do DOPS-PB, de titularidade do Conselho Estadual de Direitos Humanos, e ao acervo do projeto “Compartilhando Memórias”, que foi coordenado pela Professora Doutora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e pelo Professor Doutor Carmélio Reynaldo Ferreira;

À Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, particularmente através dos seus integrantes Professor Doutor Paulo Giovani Antonino Nunes, Professora Doutora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e advogado Waldir Porfírio da Silva;

Ao Comitê Paraibano Memória, Verdade e Justiça, pelo compromisso com a reconstrução da verdade e pelo estímulo à criação desta CMV;

Ao Procurador Federal Sérgio Rodrigo de Castro Pinto, à Professora Doutora Jailma Maria de Lima (História/UFRN), ao Professor Doutor Homero de Oliveira Costa (Ciência Política/UFRN) e ao jornalista e escritor Marcelo Godoy, pelo diálogo com esta CMV;

Aos familiares e amigos de vítimas da ditadura militar em João Pessoa, que gentilmente colaboram com esta Comissão enviando documentos, apresentando pessoas e prestando depoimentos, presencialmente ou por meio eletrônico: Diana Leal, Daniel Leal, Maria Ribeiro Prestes, Ana Maria Prestes, Mariana Ribeiro Prestes, Anita Leocádia Benário Prestes, Sacha Lídice Pereira, Zodja Pereira, Ulrich Hoffmann, Caetano Pereira de Araújo, José de Albuquerque Salles e Ayala Rocha;

À Editora do CCTA, nas pessoas do diretor do Centro de Comunicação, Turismo e Artes (CCTA) da UFPB, Professor David Fernandes, e de José Luiz Silva, pela edição do presente relatório;

Por fim, mas em primeiro lugar, agradecemos a todas e todos que prestaram depoimentos a esta CMV. Compartilhar suas memórias foi o mais importante do nosso trabalho de pesquisa. A vocês, deixamos nosso agradecimento especial.

# LISTA DE SIGLAS

15-RI	-	15º Regimento de Infantaria
23ª CR	-	23ª Circunscrição de Recrutamento
31º BIMtz	-	31º Batalhão de Infantaria Motorizada
7ª RM	-	7ª Região Militar
AABB	-	Associação Atlética do Banco do Brasil
ABI	-	Associação Brasileira de Imprensa
ABIN	-	Agência Brasileira de Inteligência
AC	-	Agência Central do SNI
ADCT	-	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADUFPB	-	Associação Docente da UFPB (décadas de 1970 e 1980)
AESI	-	Assessoria Especial de Segurança e Informação
AESP	-	Associação dos Estudantes Secundários da Paraíba
AI-1	-	Ato Institucional Nº 1
AI-2	-	Ato Institucional Nº 2
AI-3	-	Ato Institucional Nº 3
AI-5	-	Ato Institucional Nº 5
ALN	-	Ação Libertadora Nacional
AMPEP	-	Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba
ANDES	-	Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
AP	-	Ação Popular
APA	-	Ação Pastoral Arquidiocesana
APAN	-	Associação Paraibana dos Amigos da Natureza
API	-	Associação Paraibana de Imprensa
APML	-	Ação Popular Marxista Leninista
ARE	-	Agência Recife do SNI
ARE	-	Agência Recife do SNI
ARENA	-	Aliança Renovadora Nacional
ASI	-	Assessoria de Segurança e Informação
BNB	-	Banco do Nordeste do Brasil
BNH	-	Banco Nacional de Habitação
CBA	-	Comitê Brasileiro pela Anistia
CCHLA	-	Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CDDH	-	Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba
CDDH-AEP	-	Centro de Defesa dos Direitos Humanos – Assessoria e Educação Popular
CEB	-	Comunidades Eclesiais de Base
CED	-	Conselho Estadual de Desenvolvimento
CEDI	-	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CEIAL	-	Centro Eclesial Italiano para a América Latina

CENIMAR	-	Centro de Informações da Marinha
CENTREMAR	-	Centro de Treinamento Miramar
CEPAL	-	Comissão Econômica para a América Latina
CEPLAR	-	Campanha de Educação Popular
CEU	-	Clube dos Estudantes Universitários
CGI	-	Comissão Geral de Investigação
CGT	-	Central Geral dos Trabalhadores (década de 1980)
CGT	-	Comando Geral dos Trabalhadores (década de 1960)
CIA	-	Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos
CIDH	-	Corte Interamericana dos Direitos Humanos
CIE	-	Centro de Informações do Exército
CIPS	-	Centro de Informações Policiais e de Segurança
CISA	-	Centro de Informações da Aeronáutica
CLAMOR	-	Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul
CMJP	-	Câmara Municipal de João Pessoa
CMV	-	Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa
CNBB	-	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNV	-	Comissão Nacional da Verdade
CODEBRO	-	Companhia Distribuidora de Eletricidade do Brejo Paraibano
CODH	-	Centro de Orientação dos Direitos Humanos
CONSUNI	-	Conselho Universitário da UFPB
CONTAG	-	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
COSIBRA	-	Companhia Sisal do Brasil
CPDOC	-	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPI	-	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPJM	-	Conselho Permanente da Justiça Militar
CPOR	-	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CPT	-	Comissão Pastoral da Terra
CREA	-	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
CSN	-	Companhia Siderúrgica Nacional
CSN	-	Conselho de Segurança Nacional
CUT	-	Central Única dos Trabalhadores
DCE	-	Diretório Central dos Estudantes
DEOPSE	-	Delegacia Especial de Ordem Política, Social e Econômica
DER	-	Departamento de Estradas de Rodagem
DHBB	-	Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro
DOI-CODI	-	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	-	Delegacia de Ordem Política e Social
DPF	-	Departamento de Polícia Federal
DSI	-	Divisões de Segurança e Informação
ELETROCARI	-	Sociedade de Economia Mista Eletro Cariri S/A
EMBRAER	-	Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A

EMFA	-	Estado-Maior das Forças Armadas
ESG	-	Escola Superior de Guerra
EsNI	-	Escola Nacional de Informações
EUA	-	Estados Unidos da América
FAFI	-	Faculdade de Filosofia da UFPB
FASE	-	Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBI	-	Departamento Federal de Investigação dos Estados Unidos
FEB	-	Força Expedicionária Brasileira
FETAG	-	Federação dos Trabalhadores da Agricultura
FGTS	-	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	-	Fundação Getúlio Vargas
FIPLAN	-	Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba
FMP	-	Frente de Mobilização Popular
IBAD	-	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBASE	-	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
INCRA	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPÊ	-	Institutos Paraibanos de Educação
IPES	-	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	-	Inquérito Policial Militar
JAC	-	Juventude Agrária Católica
JEC	-	Juventude Estudantil Católica
JOC	-	Juventude Operária Católica
JUC	-	Juventude Universitária Católica
LBA	-	Legião Brasileira de Assistência
LSN	-	Lei de Segurança Nacional
MAFEP	-	Movimento de Arregimentação Feminina do Estado da Paraíba
MCI	-	Movimento Comunista Internacional
MCP	-	Movimento de Cultura Popular
MDB	-	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	-	Ministério da Educação e Cultura
MEP	-	Movimento de Emancipação do Proletariado
MFA	-	Movimento Feminino pela Anistia
MLAL	-	Movimento Leigo América Latina
MPF	-	Ministério Público Federal
MR-8	-	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST	-	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTR	-	Movimento Trabalhista Renovador
OAB	-	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	-	Operação Bandeirantes
OI	-	Órgão de Informação
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PCB	-	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	-	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PCdoB	-	Partido Comunista do Brasil
PCR	-	Partido Comunista Revolucionário
PCUS	-	Partido Comunista da União Soviética
PDC	-	Partido Democrático Cristão
PDS	-	Partido Democrático Social
PF	-	Polícia Federal
PL	-	Partido Libertador
PM	-	Polícia Militar
PMDB	-	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMJP	-	Prefeitura Municipal de João Pessoa
PROÁLCOOL	-	Programa Nacional do Alcool
PRP	-	Partido de Representação Popular
PRT	-	Partido Rural Trabalhista
PSB	-	Partido Socialista Brasileiro
PSD	-	Partido Social Democrático
PT	-	Partido dos Trabalhadores
PTB	-	Partido Trabalhista Brasileiro
PUA	-	Pacto pela Unidade e Ação
PV	-	Partido Verde
REI	-	Relatórios Especiais de Informações
RPI	-	Relatórios Periódicos de Informações
SAELPA	-	Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba
SBPC	-	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEDUP	-	Serviço de Educação Popular
SEPLAN	-	Secretaria de Planejamento
SETRANSP	-	Secretaria Executiva de Transparência Pública do Município de João Pessoa
SFICI	-	Serviço Federal de Informação e Contra-Informação
SI	-	Setor de Inteligência
SINTEP	-	Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Paraíba
SISNI	-	Sistema Nacional de Informações
SNI	-	Serviço Nacional de Informação
SSP	-	Secretaria de Segurança Pública
STF	-	Supremo Tribunal Federal
SUCAM	-	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
SUDENE	-	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUPRA	-	Superintendência da Reforma Agrária
TELPA	-	Telecomunicações da Paraíba S/A
TJ	-	Tribunal de Justiça
TPI	-	Tribunal Penal Internacional
TSE	-	Tribunal Superior Eleitoral
UBES	-	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UDN	-	União Democrática Nacional
UEEP	-	União Estadual dos Estudantes da Paraíba

UFF	-	Universidade Federal Fluminense
UFMG	-	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	-	Universidade Federal da Paraíba
UnB	-	Universidade de Brasília
UNE	-	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	-	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAP	-	Universidade Católica de Pernambuco
UNIPÊ	-	Centro Universitário de João Pessoa
UPES	-	União Pessoense dos Estudantes Secundaristas
URSS	-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	-	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
VPR	-	Vanguarda Popular Revolucionária



SUMÁRIO	
DEDICATÓRIA .....	5
AGRADECIMENTOS.....	7
LISTA DE SIGLAS.....	9
A COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JOÃO PESSOA .....	17
APRESENTAÇÃO .....	19
CAPÍTULO 1	
A INSTALAÇÃO DA DITADURA MILITAR E A REPRESSÃO POLÍTICA EM JOÃO PESSOA.	23
1.1 – PRELÚDIO DO GOLPE: o mês de março de 1964 em João Pessoa, violência e tortura como políticas de Estado.....	23
1.2 – O GOLPE DE ESTADO EM MOVIMENTO: comandantes militares e articulação civil em João Pessoa .....	30
1.2.1 – OS MILITARES E O GOLPE DE 1964.....	30
1.2.2 – A PARTICIPAÇÃO CIVIL NO GOLPE DE 1964 .....	38
1.3 – O INÍCIO DA REPRESSÃO E DA VIOLÊNCIA DA DITADURA MILITAR EM JOÃO PESSOA .....	46
CAPÍTULO 2	
TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA: João Pessoa e o golpe de 1964 .....	69
2.1 – A IMPRENSA .....	69
2.2 – A CAMPANHA DE EDUCAÇÃO POPULAR (CEPLAR) .....	73
CAPÍTULO 3	
A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA E A DITADURA MILITAR .....	77
3.1 – A GESTÃO DE DOMINGOS MENDONÇA NETTO NA PREFEITURA DE JOÃO PESSOA: da eleição à cassação.....	79
CAPÍTULO 4	
A CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA E A DITADURA MILITAR: do acirramento ideológico à composição com o golpe .....	89
4.1 – O ACIRRAMENTO IDEOLÓGICO E A CASSAÇÃO DE VEREADORES .....	89
4.2 – A CÂMARA E A SUBSERVIÊNCIA À NOVA ORDEM DITATORIAL.....	97
CAPÍTULO 5	
O APARATO REPRESSIVO DA DITADURA MILITAR EM JOÃO PESSOA .....	103
5.1 – A MONTAGEM DO APARATO REPRESSIVO DA DITADURA MILITAR .....	106
5.2 – A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO, SEGURANÇA E INFORMAÇÃO EM JOÃO PESSOA .....	112
5.2.1 – A PERSEGUIÇÃO À ESQUERDA .....	119
5.2.2 – A IGREJA CATÓLICA: RESISTÊNCIA À DITADURA, VIGILÂNCIA E PERSEGUIÇÃO POLÍTICA .....	141
5.2.3 – O COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA EM JOÃO PESSOA: CRIAÇÃO E REPRESSÃO .....	163
CAPÍTULO 6	
MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS EM JOÃO PESSOA DURANTE A DITADURA MILITAR .....	167
6.1 – MOVIMENTOS DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E A DITADURA MILITAR EM JOÃO PESSOA.....	170

6.1.1 – O CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA .....	172
6.1.2 – CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, ASSESSORIA E EDUCAÇÃO POPULAR .....	176
6.1.3 – O COMITÊ PELA ANISTIA EM JOÃO PESSOA.....	178
CAPÍTULO 7	
JOÃO PESSOA E A MEMÓRIA HISTÓRICA DO AUTORITARISMO.....	180
CAPÍTULO 8	
HISTÓRIAS DE VIDAS CONTRA O ARBÍTRIO.....	184
8.1 – ANTONIO AUGUSTO DE ALMEIDA – UM COMUNISTA DA ARISTOCRACIA.....	184
8.2 – MARLENE ALMEIDA – IDEOLOGIA E ARTE.....	194
8.3 – GERALDO MEDEIROS – MILITÂNCIA, PERSEGUIÇÃO E CORAGEM.....	203
8.4 – ZEZITA MATOS – ENTRE A MILITÂNCIA E O TEATRO.....	207
8.5 – JOÃO FRAGOSO – SER COMUNISTA É SER CRISTÃO.....	212
8.6 – JOSÉ FERNANDES – PARAR E SEGUIR SEU RUMO.....	219
8.7 – EDNALVA SENA – LEMBRANDO LEONARDO LEAL.....	223
8.8 – JÚLIO CESAR RAMALHO – UM MILITANTE COMUNISTA EM DEFESA DOS TRABALHADORES RURAIS .....	227
8.9 – CLEMENTE ROSAS RIBEIRO – “EU SOBREVIVI” .....	233
8.10 – NELSON ROSAS – O MILITANTE QUE NUNCA EXISTIU.....	236
8.11 – MÔNICA LÚCIA RIQUE FERNANDES – JUVENTUDE E CORAGEM .....	248
8.12 – WASHINGTON ROCHA – ENTRE A REBELDIA E A POLÍTICA .....	255
8.13 – ANÍSIO MAIA – AS AGRURAS DO PCR.....	262
8.14 – HEITOR CABRAL – UMA VISÃO PROGRESSISTA NO GOVERNO DO ESTADO ...	267
8.15 – ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA – JOÃO PESSOA RESSIGNIFICOU A SUA VIDA.....	270
CAPÍTULO 9	
RECOMENDAÇÕES .....	275
9.1 – ALTERAÇÕES DE NOMES DE LOGRADOUROS PÚBLICOS .....	275
9.2 – POLÍTICA ARQUIVÍSTICA.....	277
9.3 – LUGARES DE MEMÓRIA .....	279
9.4 – EDUCAÇÃO E CULTURA PARA O “NUNCA MAIS” E A PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA .....	279
9.5 – REFORMA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E POLÍTICAS DE REPARAÇÃO .....	280
REFERÊNCIAS .....	283
ANEXOS .....	289
FOTOS.....	331

# A COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JOÃO PESSOA

**MARLENE COSTA DE ALMEIDA** é natural de Bananeiras (PB), e mora em João Pessoa desde a década de 1950, para onde se mudou para estudar no Colégio das Neves. É artista plástica e bacharel em Filosofia, formada pela antiga Faculdade de Filosofia (FAFI) da UFPB. Como artista plástica, participou de várias exposições individuais e coletivas, em João Pessoa e em diversas cidades do Brasil, além de ter exposto várias vezes em Berlim e Brandenburgo, na Alemanha. Fundou e administrou por mais de dez anos o Centro de Artes Visuais Tambiá, em João Pessoa. Desde os anos 1960 atua em movimentos sociais na Paraíba. Foi professora da Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR), no início daquela década, e fundou e atuou no Centro de Estudos Políticos Olga Benário Prestes, na Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (APAN), na Associação Cultural José Martí da Paraíba e no Comitê Paraibano Memória, Verdade e Justiça.

**MARIA NAZARÉ TAVARES ZENAIDE** é natural de João Pessoa. Tem graduação em Psicologia, mestrado em Serviço Social e doutorado em Educação pela UFPB. É professora associada do Departamento de Serviço Social da UFPB, onde atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH), ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e ao Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH). Foi Coordenadora-Geral de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) do Governo Federal, entre 2003 e 2007. Desde a década 1980 milita em órgãos de defesa dos direitos humanos, tendo sido fundadora e participado da direção do Conselho Estadual dos Direitos Humanos da Paraíba (CEDH-PB). Integra a Comissão da Verdade da UFPB.

**MONIQUE CITTADINO** é natural de João Pessoa. Tem graduação em História e mestrado em Ciências Sociais pela UFPB, e é doutora em História Econômica pela USP. É professora titular do Departamento de História da UFPB, onde também atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH). É chefe do Departamento de História da UFPB. Integrou a Comissão de Direitos Humanos da UFPB, e realiza pesquisas nas áreas de História da Paraíba e em Direitos Humanos. É presidenta da Comissão da Verdade da UFPB.

**RODRIGO FREIRE DE CARVALHO E SILVA** é natural de João Pessoa. Tem graduação em História (UFPB), mestrado em Ciência Política (UFPE) e doutorado em Ciências Sociais (UnB). É professor associado do Departamento de Ciências Sociais da UFPB, onde atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH), ao Programa de

Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI) e ao Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH). Atualmente, é vice-diretor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da UFPB, e realiza pesquisas nas áreas de Ciência Política, História Política e Direitos Humanos. Integra a Comissão da Verdade da UFPB.

# APRESENTAÇÃO

A **Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa (CMV)** foi criada pela Lei Ordinária Nº 12.633, de 12 de agosto de 2013, de autoria do vereador Flávio Eduardo Maroja (Fuba). Esta lei foi regulamentada pelo Decreto Nº 8.168/2014, firmado pelo prefeito Luciano Cartaxo, publicado no Semanário Oficial do município em 27 de março de 2014. Já no dia 03 de abril de 2014, o Semanário Oficial trouxe a publicação da Portaria Nº. 541, assinada pelo prefeito, que nomeou os membros desta CMV: Maria José Soares Béchade<sup>1</sup>, como representante da Prefeitura Municipal de João Pessoa, Maria Marlene Costa de Almeida, Maria Nazaré Tavares Zenaide, Monique Cittadino e Rodrigo Freire de Carvalho e Silva, representantes da sociedade civil. No mesmo dia 03 de abril de 2014, a CMV foi instalada, em cerimônia presidida pelo prefeito Luciano Cartaxo, no Paço Municipal de João Pessoa.

Figuras: Ato de criação da Comissão Municipal da Verdade<sup>2</sup>



A partir de então, a Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa trabalhou no sentido de cumprir o seu objetivo legal, de

I - esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves de violações dos direitos humanos mencionados no caput do art. 1º, desta lei;

II - Identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos do art. 1º, suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade;

III – encaminhar para a Comissão Nacional e Comissão Estadual da Verdade toda e qualquer informação obtida que se possa auxiliar no alcance dos objetivos aqui dispostos;

<sup>1</sup> Maria José Soares Béchade se desligou desta CMV em 09 de janeiro de 2015, por motivos pessoais.

<sup>2</sup> Disponível em [http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2014/03/28-03-14-Comiss%C3%A3o-da-Verdade\\_foto\\_Alessandro-Potter010.jpg](http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2014/03/28-03-14-Comiss%C3%A3o-da-Verdade_foto_Alessandro-Potter010.jpg)

IV – colaborar com todas as instâncias do poder público para apuração de violações de direitos humanos, observadas as disposições Legais;

V – recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violações;

VI – identificar e tornar públicos os nomes de praças, ruas, avenidas, logradouros e monumentos que façam referência ou prestem homenagem a pessoas praticantes, coniventes ou colaboradores de práticas de violações dos direitos humanos mencionados no caput do art. 1º;

VII – promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução histórica dos casos e violações aos direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações (Lei Nº 12.633/2013).

O artigo 1º da Lei Nº 12.633/2013 circunscreveu o período de investigação desta CMV ao estabelecido pelo artigo 8º dos ADCT da Constituição Federal/1998 – ou seja, de 18 de setembro de 1946 a 03 de outubro de 1988. Por razões de ordem metodológica, relacionadas à sua pequena equipe de trabalho e ao volume de informações históricas a serem investigadas, esta CMV estabeleceu como sua prioridade o período que se iniciou em março de 1964 – às vésperas do golpe civil-militar– e se estendeu até o governo de José Sarney, o primeiro presidente civil a suceder os generais-presidentes da ditadura. Há também uma explicação histórica para esta decisão da CMV: foi durante este intervalo temporal que ocorreram as principais violações de direitos humanos do período determinado pelo artigo 8º dos ADCT, e que estava em vigor a série de dispositivos autoritários impostos aos brasileiros pela ditadura militar. A CMV levou em consideração ainda que, entre 1946 e março de 1964, o país vivia uma ordem política democrático-constitucional.

Na preparação desse relatório, esta CMV realizou pesquisas bibliográficas e documentais, e utilizou as metodologias da “História Oral” e da “História de Vida”, postas em prática através da realização de oitivas com mulheres e homens que foram, ao mesmo tempo, vítimas da ditadura militar e agentes da resistência ao arbítrio em João Pessoa. Em um caso específico, foi realizada uma oitiva com um familiar de uma vítima da ditadura militar que já era falecida quando da instalação desta CMV – o dentista Leonardo Moreira Leal. O formato escolhido para a tomada dos depoimentos foi de oitivas, realizadas com um depoente de cada vez, e conduzida pelos membros da CMV. A intenção da CMV com esta opção metodológica foi de fazer depoimentos livres, sem delimitação de tempo para a fala dos depoentes, que permitissem um maior aprofundamento das suas histórias de vida, reforçando particularmente sua relação com a ditadura militar. Em alguns casos, foram tomados depoimentos em mais de uma sessão de oitivas, realizadas em dias diferentes. Um dos depoentes a esta CMV, o senhor Geraldo Medeiros, que compareceu à sua oitiva acompanhado da sua filha, faleceu meses após prestar seu depoimento.

Para a realização dessa pesquisa, a CMV contou com o auxílio de quatro estudantes da UFPB: Lilian Barbosa de Medeiros Silva (aluna de Serviço Social, estagiária remunerada pela PMJP por um período de um ano e oito meses), Ingra Freire de Oliveira (aluna de Relações Internacionais), Marcelo

Herculano do Nascimento (aluno de História) e Jordana Ramos Nóbrega (aluna de História), os três últimos bolsistas de iniciação científica (PIBIC/UFPB) de projetos coordenados pelo Prof. Rodrigo Freire. Estes estudantes pesquisaram em hemerotecas, arquivos públicos (o Arquivo Central e o acervo do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB, além do arquivo da Câmara Municipal), transcreveram e, em alguns casos, gravaram as oitivas com equipamentos de filmagens particulares ou cedidos pela UFPB. Em outras situações, as oitivas foram gravadas por equipes contratadas pela PMJP.

Já a equipe da CMV, além da condução das oitivas, foi responsável por: pesquisar em hemerotecas, em arquivos da ditadura militar (Arquivo Nacional – DF e Arquivo da UFF, no fundo documental da sua Assessoria de Segurança e Informação), em arquivos particulares (do jornalista Hélio Zenaide e do casal Antônio Augusto e Marlene de Almeida), nos arquivos da justiça militar (através do portal da internet do projeto Brasil Nunca Mais Digital) e nos autos dos IPMs instalados para analisar a “subversão” da Paraíba em 1964 (gentilmente cedidos para esta CMV pelo Prof. Paulo Giovanni Antonino Nunes); pela análise documental; e pela redação deste relatório. As reuniões da CMV ocorreram na direção do CCHLA/UFPB, que também cedeu seus espaços, em muitas ocasiões, para a realização de oitivas. Algumas oitivas também foram realizadas no Paço Municipal, na Praça Pedro Américo, nas residências dos depoentes e, em um caso, na sede da Associação Paraibana dos Amigos da Natureza (APAN), então presidida por Antônio Augusto de Almeida.

Este relatório está composto por oito capítulos temáticos, finalizando com seu nono capítulo, que inclui as recomendações desta CMV. Sendo o resultado de cinco anos de trabalho da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa, o presente relatório certamente não esgota o tema da história e da memória da repressão e das violências praticadas pela ditadura militar na nossa cidade, que segue aberto para novas e necessárias pesquisas.



# CAPÍTULO 1

## A INSTALAÇÃO DA DITADURA MILITAR E A REPRESSÃO POLÍTICA EM JOÃO PESSOA

### 1.1 –PRELÚDIOS DO GOLPE: O MÊS DE MARÇO DE 1964 EM JOÃO PESSOA, VIOLÊNCIA E TORTURA COMO POLÍTICAS DE ESTADO

Nos primeiros dias do mês de março de 1964, estava prevista uma visita do governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, para João Pessoa. Lacerda era um político conservador, filiado à UDN, e um dos principais opositores do presidente João Goulart e das suas propostas de “reformas de base”. Anticomunista ferrenho – apesar de ter sido comunista na juventude e de ser sobrinho de dois importantes dirigentes do PCB da década de 1930, Paulo e Fernando de Lacerda –, defendia uma plataforma econômica liberal, alinhada com os interesses dos Estados Unidos para a América Latina. Orador sempre inflamado, jornalista dotado de boa formação intelectual e com uma carreira política construída toda na cidade do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda fugia do *script* do político conservador mais tradicional, desfrutando de grande popularidade entre as classes médias urbanas. Transitava muito bem entre as elites econômicas e militares, com as quais suas propostas guardavam afinidade.

Apresentado como virtual candidato à Presidência da República nas eleições que se realizariam em 1965, quando concorreria pela UDN, surgiram por todo o país comitês em defesa da sua candidatura. Na Paraíba, um comitê pró-candidatura de Carlos Lacerda foi fundado ainda em 1963, liderado por políticos udenistas como Joacil de Brito Pereira, Agnaldo Veloso Borges e Marcus Odilon Ribeiro Coutinho. Em março de 1964, quando estava prevista sua vinda a João Pessoa – que acabou cancelada de última hora –, Carlos Lacerda já estava totalmente envolvido nas articulações golpistas contra o governo de João Goulart, junto com os governadores Adhemar de Barros, de São Paulo, e Magalhães Pinto, de Minas Gerais.

Um grupo de estudantes secundaristas de esquerda, alunos do Liceu Paraibano, em protesto à presença de personalidade tão conservadora na cidade, resolveu ocupar a Faculdade de Direito da então Universidade da Paraíba (a atual UFPB), escolhida pela sua localização estratégica, vizinha ao Palácio da Redenção. A iniciativa da ocupação da Faculdade de Direito partiu dos grupos da esquerda mais radical - que apenas começavam a aparecer no movimento estudantil naquele período anterior ao golpe de 1964 -, mas também recebeu a adesão de estudantes que militavam no PCB, como o artista

plástico Breno Matos, segundo afirmou em depoimento à Comissão Municipal da Verdade o engenheiro Antonio Augusto de Almeida, então dirigente do PCB na Paraíba. De acordo com Wills Leal (2014), aquela não era a primeira vez que estudantes secundaristas ocupavam a Faculdade de Direito: em duas outras ocasiões, isto já havia ocorrido nos primeiros anos da década de 1960, sempre pacificamente. A novidade daquele 03 de março de 1964 foi que a ocupação pacífica foi reprimida com violência.

Ocupada a Faculdade de Direito, reuniu-se na Praça João Pessoa um grande grupo de pessoas, com a intenção de invadir o prédio da Faculdade e expulsar à força os estudantes que realizavam a manifestação. À frente deste grupo estavam justamente alguns dos líderes do comitê da campanha de Lacerda em João Pessoa, como o deputado Joacil de Brito Pereira e o então acadêmico de Direito e ex-prefeito de Juarez Távora, Marcus Odilon Ribeiro Coutinho<sup>1</sup>. Mais do que políticos da UDN, ambos já então estavam envolvidos na preparação do Golpe de Estado na Paraíba, servindo de contato entre oficiais do Exército, policiais civis e militares e os latifundiários do chamado “Grupo da Várzea”. O “Grupo da Várzea”, desde o assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira, em Sapé, em 1962, combatia com violência as movimentações dos camponeses, associados às “Ligas Camponesas”, em defesa da reforma agrária. E foram justamente estes três setores – Exército, polícia e latifundiários – que os udenistas do comitê pró-Carlos Lacerda articularam para lotar a Praça João Pessoa e atentar contra os estudantes.

O jornalista Wills Leal narrou que, saindo da sede do jornal A União na tarde do dia 03 de março de 1964, identificou na Praça João Pessoa “a presença de três carros, exibindo bandeiras lacerdistas, parados em frente ao Palácio, além de alguns soldados bem armados” (LEAL, 2014, p. 22). Sendo informado sobre o que ocorria, Leal decidiu entrar na Faculdade de Direito, assim descrevendo o que viu no seu interior:

...a maioria absoluta dos presentes era de estudantes quase meninos. Universitários, portanto, bem mais velhos, eram poucos. E havia ainda umas dez pessoas, como eu, mais idosas, ligadas ao jornalismo e/ou às atividades esquerdizantes ou provavelmente funcionários da Faculdade, além de curiosos. (...) A situação que eles se encontravam era a seguinte: ninguém tinha armas de fogo ou faca; também não havia quaisquer tipos de drogas ou bebidas alcoólicas; todos já estavam com muita fome (Idem, pp. 22-23).

Antonio Augusto de Almeida contou à Comissão Municipal da Verdade que, quando se inteirou da situação de possível confronto violento, dirigiu-se à Praça João Pessoa. Lá chegando, encontrou os estudantes já trancados na Faculdade, e um grupo grande de pessoas se preparando para arrombar o prédio. O ambiente entre os militantes de esquerda presentes no local, segundo Antonio Augusto, era de preocupação com a possibilidade de os estudantes serem “massacrados” pela eventual invasão da Faculdade. Sobre o grupo de pessoas que estava na Praça João Pessoa para combater os estudantes, Antonio Augusto assim se pronunciou: “aquelas pessoas que estavam ali na porta da Faculdade de

---

<sup>1</sup> Marcus Odilon Ribeiro Coutinho foi por duas vezes prefeito de Juarez Távora (1960 e 1968), quatro vezes prefeito de Santa Rita (1976, 1988, 2004 e 2008) e deputado estadual (1982).

Direito, eram umas pessoas estranhas, a gente olhava assim e não achava ninguém conhecido, não era o pessoal aqui da cidade. Era estranho aquilo, mas era um grupo grande”. Tratavam-se, na verdade, de “capangas trazidos [pelos latifundiários] das usinas e coisas desse tipo”, preparados para um enfrentamento violento.

Decididos a defender os estudantes, os militantes de esquerda se viram muito próximos de serem espancados, em plena Praça João Pessoa, quando confrontados com a superioridade numérica do grupo que preparava a invasão. Só conseguiram escapar a salvo porque, no meio da confusão, o então estudante de economia José Fernandes Neto, um dos militantes de esquerda presentes na Praça, sacou um revólver e atirou para o alto, conseguindo dispersar momentaneamente a multidão e possibilitar a fuga dos seus companheiros. Em depoimento à Comissão Municipal da Verdade, José Fernandes Neto disse que não teve a intenção “de matar ninguém”, mas sim de possibilitar a fuga e evitar uma tragédia, no que de fato foi bem-sucedido. Livrando-se do espancamento, Antonio Augusto de Almeida se dirigiu para a residência da sua noiva e atual esposa Marlene Almeida, onde ouviu no rádio que um grupo de pessoas estava com um aríete tentando arrombar a porta da Faculdade, comandado por Joacil de Brito Pereira.

Alguns anos mais tarde, Joacil assim se pronunciou sobre o episódio da invasão da Faculdade de Direito: “O cel. Ednardo D’Ávila Mello, (...) estava postado com um dispositivo militar, ali pelas imediações da Praça [João Pessoa] e assistia de longe a tudo, tinha emissários no meio da praça, emissários até à paisana”. Joacil disse ainda que, no meio do confronto, foi procurado por um militar chamado “Capitão Guerra”<sup>2</sup>, que lhe informou que o Coronel Ednardo D’Ávila avalizava a invasão da Faculdade e garantia que, antes que ela se efetivasse, o Exército chegaria para resguardar o patrimônio público federal. Segue Joacil: “foi então aí que eu concordei em que nós arrombássemos a Faculdade. (...) Mas, ao segurarmos no aríete, e darmos a primeira, a segunda e a terceira pancada na porta, o pelotão do Exército chegou, como o Coronel havia prometido. A partir daí, tudo ficou a cargo do Exército, que invadiu o prédio e lá encontrou os comunistas” (Joacil de Brito Pereira. Diário da Borborema, 18 de fevereiro de 1979 *apud* LEMOS, 1996, pp. 184-185). O Coronel Ednardo D’Ávila Mello mencionado por Joacil era o então comandante do 15º Regimento de Infantaria, unidade do Exército localizada no bairro de Cruz das Armas, e poucos dias após este episódio veio a ser o comandante militar do Golpe de Estado de 01 de abril de 1964 na Paraíba.

Wills Leal assim narrou o desfecho do episódio:

Utilizando megafone, um militar mandou que os estudantes abrissem a porta e saíssem calmamente. (...). Ao se abrir um dos lados da porta, por onde saímos todos, entraram militares do Exército e da Polícia. Fomos todos alojados em cima de um caminhão e sem saber do nosso destino, deixamos o local, só parando em frente ao Comando Geral da Polícia Militar, na Praça Pedro Américo (LEAL, 2014, p. 24).

---

<sup>2</sup> No Natal de 1964, o prefeito de João Pessoa, Domingos Mendonça Neto, recebeu mensagem de “Boas Festas” firmada pelo Comandante e pelos Oficiais e Praças do 15-RI. Entre os oficiais, estava listado o Capitão Armando Zenaide Guerra, único capitão da lista de sobrenome “Guerra”. Provavelmente, trata-se da mesma pessoa. A nota foi publicada no jornal Correio da Paraíba em 24/12/1964.

Os estudantes foram então fichados e fotografados pelas autoridades policiais. O jornal A União do dia 06 de março de 1964 trouxe as fotos e nomes de todos os envolvidos presos, apresentando apenas as iniciais dos nomes dos menores de idade envolvidos na ocupação. No destaque da matéria, apareciam quatro garrafas de “coquetéis molotov” e alguns cigarros de maconha que haviam sido apreendidos no local – usados para incriminar os estudantes, estes cigarros eram, na verdade, utilizados nas aulas de Medicina Legal do Dr. Oscar de Castro.

Em 23 de março de 1964 foi realizada uma reunião do Conselho Universitário (CONSUNI) da então Universidade da Paraíba, presidida pelo reitor Mário Moacir Porto. Na pauta da reunião, constava uma denúncia oferecida pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) contra o professor Joacil de Brito Pereira e o acadêmico de Direito Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, identificados como “autores e chefes do ‘quebra-quebra e da baderna dirigidos contra o prédio da Faculdade de Direito e seus ocupantes’, pondo ‘em perigo a vida de dezenas de estudantes superiores e secundaristas de diversas escolas, no momento em que discordavam da visita do governador Carlos Lacerda, a João Pessoa.” (Livro de Atas Nº 3 – Conselho Universitário – UFPB) Além de deputado e advogado, Joacil de Brito Pereira era professor da Faculdade de Engenharia, em Campina Grande. Entre os presentes à reunião do CONSUNI, estavam os universitários Edvaldo de Góes, presidente do DCE, e José Tarcísio Fernandes, do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito.

O professor Joacil de Brito, também presente à reunião, respondeu à denúncia com uma petição onde afirmava que “sem a instauração de um inquérito administrativo para apurar os fatos ventilados na representação dos órgãos estudantis e sem a conclusão dessas indispensáveis investigações não se poderá, em sã consciência, chegar a uma conclusão e a um julgamento dos fatos articulados na peça de acusação.” (Idem) Ainda em sua defesa, Joacil se apoiou nas notas públicas sobre o assunto emitidas pelo Governo do Estado, pela Casa Militar do governador e pela Guarnição Federal de João Pessoa para afirmar que a versão original dos fatos era diferente da narrada pelos estudantes que ora lhe denunciavam, e que “era possível apontar o Diretor da Faculdade de Direito e acadêmicos encontrados naquele prédio como participantes em crimes definidos pela lei número 1802, de 1953” (Idem), referindo-se à lei que definia os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social – curiosamente, a mesma lei que foi utilizada, poucos dias depois, para processar os ditos “subversivos” perseguidos pelo golpe de Estado de 01 de abril.

Após consultar os membros do Conselho Universitário, o reitor Mário Moacir Porto decidiu que o julgamento da representação estudantil deveria ser adiado para após a conclusão do inquérito instaurado pela Faculdade de Direito sobre o episódio. Entretanto, no mês seguinte, o próprio reitor foi afastado do cargo por ordem dos militares que assumiram o poder, e a maioria dos estudantes envolvidos no episódio foi punida pelos atos ditatoriais. Ao contrário de Joacil de Brito Pereira, que continuou a exercer tranquilamente o seu posto como professor e seguiu na vida política.

Outro episódio ocorrido no mês de março na cidade de João Pessoa merece destaque, por ser exemplar do momento político em que então vivia o país e a cidade em particular. Os movimentos políticos e sociais que apoiavam as “reformas de base” do Presidente João Goulart haviam programado, para 31 de março de 1964, um grande comício em Cruz das Armas, nas imediações da Paróquia de São José Operário. Boanerges Timóteo, um dos responsáveis pela organização do evento, em depoimento que prestou ao IPM conduzido pelo Major Ney Aquino após o golpe, afirmou que o local exato da realização do comício foi defronte ao então Cine Glória, que ficava na vizinhança daquela paróquia. Segundo o engenheiro Antonio Augusto de Almeida, em seu depoimento à Comissão Municipal da Verdade, naquele final de março de 1964, as forças progressistas já começavam a se sentir “com as terras fugindo dos pés” - ou seja, já havia a impressão que as coisas começavam a progredir para o desfecho que se seguiria, de um golpe de Estado. Por isso mesmo, segue Antonio Augusto, “a finalidade desse comício em Cruz das Armas era de levantar as forças e a gente continuar e se preparar para enfrentar” os grupos que preparavam o golpe.

No início da noite, quando se estavam ultimando os preparativos para o comício, com o palanque sendo montado e os sistemas de alto-falante já em funcionamento a convocar as pessoas para comparecerem ao evento, a energia elétrica foi cortada e, em seguida, um caminhão do Exército invadiu o local, quebrando tudo e prendendo as pessoas que ali se encontravam, em conjunto com as forças policiais do estado. Sobre essa violência, Antonio Augusto de Almeida afirmou, em seu depoimento à Comissão Municipal da Verdade:

...nunca pensamos numa coisa dessas, do Exército montar uma operação bélica com tanta força e com tanta rapidez. (...) Quando a gente vai chegando em Cruz das Armas, assim seis, sete horas, (...) [o local do comício] estava cercado pelo Exército, polícia e tudo, e chegaram umas pessoas e nos encontraram e disseram: ‘olhe, o Exército prendeu todo mundo, não tem mais ninguém.’

A principal vítima da violência dos golpistas foi Boanerges Timóteo, um jovem estudante, bancário e militante do PCB. Boanerges foi preso justamente quando estava convocando a população, pelo sistema de alto-falantes, para participar do comício. Conduzido à Central de Polícia, no bairro do Varadouro, foi barbaramente torturado em sessão de barbárie comandada pelo delegado Sílvio Neves Ferreira, da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) da Polícia Civil da Paraíba (MACHADO, 1991).

Vários militantes da época se referem penalizados à prisão e ao suplício de Boanerges, “o primeiro militante do partido [PCB] a ser preso e torturado violentamente” pelos militares, segundo afirmou o bancário aposentado João Fragoso em depoimento à Comissão Municipal da Verdade. O jornalista Jório Machado, que se encontrava no comício de Cruz das Armas quando o Exército chegou, disse que Boanerges foi “espancado brutalmente” pelos policiais que lhe prenderam, sendo submetido “à tortura do pau-de-arara e rebentando-lhe as mãos à palmatória. O sofrimento de Boanerges foi tão prolongado e monstruoso que terminou inutilizando-o para o resto da vida” (MACHADO, 1991, p.

70). Tanto João Fragoso como Jório Machado responsabilizam o delegado Sílvio Neves pelo suplício de Boanerges Timóteo.

No seu livro de memórias, o bancário Luis Hugo Guimarães assim se referiu a Boanerges Timóteo:

O estudante lourinho que conhecera primeiro no movimento estudantil, depois no movimento bancário, encontrei-o de cabeça raspada. Deram-lhe penitências e muito chute. Era muito novo para aguentar aquele bombardeio. Ainda hoje Timóteo anda meio tan-tan [sic], a família amparando-o. Nunca mais teve estabilidade emocional (GUIMARÃES, 2002, p. 87).

A artista plástica Marlene Almeida, em depoimento à Comissão Municipal da Verdade, concluiu que a tortura de Boanerges poderia ser entendida como um “recado” dos órgãos da repressão aos movimentos sociais e de esquerda, de

...que existia aquele tipo de tortura, que ele [Boanerges] foi torturado, que eles tinham capacidade de torturar uma pessoa, espalhou-se assim, eu acho que até saíram mandando dizer às pessoas, para poder todo mundo saber. (...) O projeto deles foi mostrar que torturavam, o projeto deles foi mostrar que levavam pra Fernando de Noronha sem dizer se ia voltar ou não. Então havia um pavor, todo mundo tinha medo, todo mundo tinha medo desse nome ‘pau-de-arara’.

Como consequência das torturas às quais foi submetido, Boanerges Timóteo passou a sofrer de graves transtornos psiquiátricos. Recuperado, voltou a militar no PCB, sendo novamente preso pela ditadura militar em 1971, na cidade de Campina Grande, ocasião em que respondeu a um processo na Justiça Militar. Após esse episódio, Boanerges Timóteo tornou a desenvolver transtornos psiquiátricos, dos quais não se curou até o fim dos seus dias.

Segundo o então deputado Joacil de Brito Pereira, em entrevista concedida ao jornal “O Momento” e publicada em 03 de março de 1979<sup>3</sup>, “na Paraíba não houve sevícias” nos primeiros instantes do golpe. Segue Joacil: “ao que saiba, até onde chegou ao meu conhecimento, ninguém apanhou na Paraíba, nenhum preso sofreu constrangimentos e nós devemos isso à pessoa do então Coronel Ednardo D’Ávila Mello, que estava no comando do XV”.

Em nota publicada no jornal Correio da Paraíba de 21 de maio de 1964, o Coronel Ednardo D’Ávila Mello, comandante do 15-RI, agradeceu a colaboração do bacharel Sílvio Neves Ferreira, Delegado Especial de Ordem Política e Social da Paraíba, “pela valiosa colaboração prestada (...) a este Regimento na manutenção da ordem durante os últimos acontecimentos, o que muito concorreu para a tranquilidade da política paraibana e o fortalecimento do regime democrático”. Ao agradecer e louvar o delegado Sílvio Neves - o torturador de Boanerges Timóteo, qualificado por Jório Machado como um “temível sicário da repressão” (MACHADO, 1991, p. 70) -, o Coronel Ednardo estava então se referindo, evidentemente, a uma concepção muito peculiar e estranha de “regime democrático”, própria dos golpistas de abril de 1964, um regime onde a tortura e a violação dos direitos humanos foram institucionalizadas como política de Estado. Com a tortura de Boanerges Timóteo, esta política

---

<sup>3</sup> Esta entrevista está anexa ao Documento ARE\_ACE\_5446\_83, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

estava só começando. Talvez esse também seja um dos primeiros casos de elogio público a um torturador durante a ditadura militar, proferido por um comandante do Exército. Vários outros se repetiram, como também as condecorações militares a torturadores.

Os dois episódios acima narrados – a invasão da Faculdade de Direito e o encerramento violento do comício de Cruz das Armas – são bem expressivos da como foi preparado e executado o golpe de Estado de 01 de abril de 1964. Tratou-se de uma articulação entre líderes políticos civis, oficiais do Exército e o aparato policial civil e militar, que se formou em oposição às chamadas “reformas de base” propostas pelo Presidente João Goulart. Incomodados com a ascensão e o fortalecimento dos movimentos sociais por todo o país, e buscando manter uma ordem social e política na qual figuravam como privilegiados, optaram por subverter a normalidade democrática e atentar contra a Constituição, derrubando um presidente da República legitimado pelo voto popular. Por isso mesmo, a liderança da “área civil dos chamados revolucionários na Paraíba”<sup>4</sup> ficou com os políticos identificados com os latifundiários do “Grupo da Várzea”, como Renato Ribeiro Coutinho, Henrique Vieira de Melo, Aguinaldo Veloso Borges e Joacil de Brito Pereira.

A retórica dos golpistas era de que o país vivenciava um processo de “comunização” [sic], estando em vias de se transformar numa república “comuno-sindicalista” que suplantaria a democracia e conduziria o país ao comunismo. Assim, o golpe – chamado pelos golpistas de “Revolução”, com letra maiúscula – teria o propósito de “salvaguardar a democracia”, além de combater a corrupção que, segundo argumentavam, estaria entremeada no governo. Tratavam-se de dois argumentos – o anticomunismo e o combate à corrupção – utilizados pelos políticos da UDN desde a década de 1950<sup>5</sup> para afastar ilegalmente do poder presidentes eleitos pela maioria dos votos, no caso, Getúlio Vargas, em 1954, Juscelino Kubitschek, em 1955 e, finalmente, João Goulart, em 1964. Ressalve-se que a UDN não conseguiu eleger nenhum presidente da República na ordem constitucional de 1945-1964. Militares identificados com a UDN, como o comandante militar do golpe de 1964 em João Pessoa, Ednardo D’Ávila Melo, também se associavam a esta empreitada golpista desde a década de 1950, como veremos adiante. A pesquisa histórica já comprovou que não havia risco eminente de um golpe de Estado que partisse da esquerda ou do presidente João Goulart em 1964, comprovando também que este suposto risco foi supervalorizado pelo então embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, em relatórios que remetia ao seu governo, e que serviram para reforçar o apoio deste país ao golpe civil-militar de 1964 (FICO, 2008).

Uma estranha forma de se preservar a democracia, derrubando a ordem constitucional e violando os direitos humanos. O que ocorreu em 1964, portanto, foi um golpe civil-militar – por ter sido articulado por setores conservadores das elites civis e militares - que conduziu a uma ditadura militar, um regime autoritário onde, a despeito da participação ativa de civis em todos os seus governos, os militares mantiveram-se sempre na preponderância e no comando do processo político.

---

<sup>4</sup> Este termo foi empregado por Joacil de Brito Pereira em seu depoimento ao CPDOC/FGV. Vide PEREIRA (2001).

<sup>5</sup> Sobre este assunto, vide o clássico livro do insuspeito historiador estadunidense Thomas Skidmore, “Brasil: de Getúlio a Castelo” (2010), originalmente publicado em 1967.

## 1.2 – O GOLPE DE ESTADO EM MOVIMENTO: COMANDANTES MILITARES E ARTICULAÇÃO CIVIL EM JOÃO PESSOA

### 1.2.1 – OS MILITARES E O GOLPE DE 1964

O comandante militar do golpe de 1964 em João Pessoa foi o então Coronel do Exército Ednardo D'Ávila Melo, que também comandava o 15º Regimento de Infantaria<sup>6</sup> - conhecido no popular como “15-RI” -, localizado no bairro de Cruz das Armas. Em 01 de abril de 1964, Ednardo D'Ávila ainda ocupava interinamente o Comando da Guarnição Federal em João Pessoa, em substituição ao General Arnaldo Augusto da Matta, que havia comandado o Grupamento de Engenharia e a Guarnição Federal em João Pessoa entre 25 de janeiro de 1963 e 21 de fevereiro de 1964<sup>7</sup>. Ednardo D'Ávila foi substituído do Comando da Guarnição Federal em João Pessoa pelo Coronel Artur Duarte Candal Fonseca<sup>8</sup>, comprometido com o golpe, e que esteve à frente do Grupamento de Engenharia entre 08 de abril de 1964 e 12 de junho de 1965<sup>9</sup>, período no qual foi promovido à patente de general.

Em 07 de abril de 1964, o jornal “O Norte” publicou uma nota, na sua capa, que informava que “foi exonerado o gal. Arnaldo Augusto da Matta do cargo de diretor da Petrobrás”, para o qual havia sido nomeado, pelo presidente João Goulart, em 21 de fevereiro de 1964<sup>10</sup>, data da sua saída do comando do Grupamento de Engenharia. Poucos dias depois, em 11 de abril de 1964, o General Augusto da Matta foi transferido para a reserva, por ato do auto intitulado “Comando Supremo da Revolução”<sup>11</sup>, baseado no AI-1, junto com outros dez generais, numa lista formada por 77 oficiais do Exército, 14 oficiais da Marinha e 31 oficiais da Aeronáutica<sup>12</sup>. Segundo Joacil de Brito Pereira, o General Matta “era pelego”, ou seja, um legalista, fiel ao presidente João Goulart, enquanto o Coronel Ednardo D'Ávila utilizaria o Exército, desde antes do golpe, para dar garantias aos latifundiários no combate às Ligas Camponesas, infiltrando sargentos e cabos, vestidos como camponeses, no meio das

6 Desde 1974, intitulado 15º Batalhão de Infantaria Motorizado.

7 Segundo a seção “Antigos Comandantes” do sítio do Grupamento de Engenharia na internet: <http://www.1gec.eb.mil.br/>. Consultado em 05 de outubro de 2016.

8 No verbete sobre Artur Duarte Candal Fonseca no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro publicado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), este militar é assim apresentado: “partidário do movimento político-militar que depôs o presidente João Goulart em 31 de março de 1964, no mês de julho foi promovido a general-de-brigada. Durante o ano de 1964, comandou o 1º. Grupamento de Engenharia de Construção, sediado em João Pessoa, e foi o representante do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) no conselho deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)”. Após sair do comando do Grupamento de Engenharia em João Pessoa, Arthur Candal ocupou altos cargos nacionais, como o de Presidente da Petrobrás (1967-1969), de Comandante do IV Exército (1969-1971) e Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas (1972-1974), durante o governo do Presidente Médici. Disponível na internet no sítio <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-duarte-candal-fonseca>. Consultado em 05 de outubro de 2016.

9 Segundo a seção “Antigos Comandantes” do sítio do Grupamento de Engenharia na internet: <http://www.1gec.eb.mil.br/>. Consultado em 05 de outubro de 2016.

10 Jornal Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1964. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira, no sítio <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

11 Formado pelo vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, pelo brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e pelo General Arthur da Costa e Silva.

12 Ato do Comando Supremo da Revolução Nº 3, de 11 de abril de 1964. Disponível na internet no sítio <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocsr/1960-1969/atodocomandosupremodarevolucao-3-11-abril-1964-364796-publicacaooriginal-1-csr.html>.

manifestações no campo, no que teria apoio do conjunto do oficialato do 15-RI (PEREIRA, 2001). Entre os oficiais compulsoriamente reformados junto com o General Augusto da Matta, em 11 de abril de 1964, destacavam-se o General Euryale de Jesus Zerbini - que tentou resistir ao golpe e cuja esposa, Therezinha Zerbini, veio a ser a principal liderança pública do Movimento Feminino pela Anistia, na década de 1970 - e o Vice-Almirante Cândido da Costa Aragão, o “Almirante do Povo”, nascido em João Pessoa, em 1909. Tanto o General Zerbini como o Vice-Almirante Aragão foram presos na ocasião do golpe de 1964. O Vice-Almirante Aragão foi para o exílio em agosto de 1964, só regressando ao país em 1979.

A participação de Ednardo D’Ávila Melo em articulações golpistas já era antiga em 1964. De formação anti-getulista, em 1961, ainda no governo de Jânio Quadros, Ednardo D’Ávila integrou a equipe recrutada pelo então Coronel Golbery do Couto e Silva para reorganizar o SFICI (Serviço Federal de Informação e Contra-Informação), embrião do Serviço Nacional de Informações (SNI). Além de Ednardo, participavam daquela equipe nomes que depois viriam a se tornar próceres da ditadura militar, como João Baptista de Figueiredo, Walter Pires e Mário Andreazza. Em 1961, “o SFICI (...) era um *bunker* dos golpistas” (FIGUEIREDO, 2005, p. 102) que articularam contra a posse de João Goulart, com a crise política instalada com a renúncia de Jânio Quadros – o “ensaio geral para 1964”, segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade. Afastados do SFICI após a posse de João Goulart na Presidência da República, Golbery e seus aliados passaram a articular abertamente o golpe de Estado que veio a ser vitorioso em 1964.

O ex-deputado Francisco de Assis Lemos contou que pediu pessoalmente ao Presidente João Goulart a substituição do Coronel Ednardo D’Ávila do comando do 15- RI. Segundo Assis Lemos, o presidente havia concordado com seu pedido, entretanto, o Ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, “informou que era impossível, naquele momento, encontrar com a urgência que o caso requeria, um Coronel disponível para ser transferido à Paraíba e que fosse de sua absoluta confiança” (LEMOS, 1996, p.193). Ednardo D’Ávila permaneceu no cargo e comandou o golpe em João Pessoa, como vimos. O último ato do General Jair Dantas Ribeiro como ministro foi, em 01 de abril de 1964 - do quarto onde se encontrava hospitalizado -, comunicar ao presidente João Goulart que condicionava o seu apoio à legalidade ao fechamento do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Como o presidente não aceitou a condição, o General Jair respondeu-lhe entregando o cargo de Ministro da Guerra<sup>13</sup> –que foi ilegalmente apossado pelo golpista Costa e Silva quando da deflagração do golpe.

Em depoimento prestado no dia 27 de maio de 1964 ao Inquérito Policial Militar instaurado no Grupamento de Engenharia, após o golpe, para apurar as “atividades subversivas” na Paraíba, os tenentes-coronéis Rubens Pereira de Araújo e Walter Freire Capiberibe narraram um episódio ocorrido no 15-RI nos momentos de desfecho do golpe de 01 de abril. Segundo os depoentes, na noite do dia 31 de março, os oficiais do Regimento foram convocados em suas residências para atenderem a uma

---

13 Segundo informações do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB/CPDOC/FGV). Disponível na internet no sítio <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ribeiro-jair-dantas>. Consultado em 05 de outubro de 2016.

“ordem de prontidão determinada pelo Comandante da 7ª Região Militar”<sup>14</sup>. Nesta mesma noite, teria sido realizada uma reunião no salão nobre do Regimento, promovida pelo Coronel Ednardo D’Ávila, onde “ficou estabelecida a linha de ação da Unidade, que seria de apoio ao movimento iniciado na 4ª Região Militar” – ou seja, de apoio ao golpe e contra a preservação da ordem constitucional. Os dois oficiais depoentes narraram ainda que, já na manhã do dia 01 de abril, o Capitão Mário Túlio Caldas, que não havia comparecido no quartel na noite anterior, questionou ao Tenente Coronel Walter Capiberibe, comandante do seu batalhão no 15-RI, sobre “a situação”, sendo respondido que “o IV Exército havia aderido ao movimento<sup>15</sup> [iniciado pela 4ª Região Militar], estando o 15º Regimento de Infantaria solidário com o IV Exército e já tendo ordens para deslocar duas Companhias de Fuzileiros para Recife”. O Capitão Mário Túlio Caldas então teria respondido, segundo os depoentes, que “não participaria do movimento (...) por uma questão de coerência, pois vinha tomando como norma opor-se sistematicamente à derrubada pela força dos governos legalmente constituídos”. Ato contínuo, o Capitão Caldas foi desarmado e preso no próprio quartel do 15-RI por ordem do Coronel Ednardo D’Ávila. Durante o tempo em que esteve preso, o Capitão Caldas “manifestou-se contrário às prisões de civis que estavam sendo efetuadas, fazendo isso em voz alta”, segundo depôs Tenente-Coronel Rubens Pereira.

Tendo deixado o comando do 15-RI em João Pessoa ainda em 1964, Ednardo D’Ávila, após ser promovido a General, dentre outros cargos, foi adido militar da embaixada brasileira em Washington (EUA) e comandou a 7ª Região Militar, em Recife, entre 1969 e 1971. Em janeiro de 1974, Ednardo D’Ávila foi nomeado para o seu posto mais elevado, o de comandante do II Exército, em São Paulo<sup>16</sup>. Durante o seu comando, foram praticadas graves violações de direitos humanos pelos militares do II Exército, particularmente, promovidas pelo DOI-CODI paulista.

Em depoimento à Comissão Municipal da Verdade de São Paulo, Sarita D’Ávila Melo contou que foi presa no DOI-CODI do II Exército, na rua Tutóia, em São Paulo, em outubro de 1975. Na ocasião, Sarita tinha 23 anos, era professora de História e militante do PCB. No seu depoimento, Sarita contou que estava sendo submetida a um interrogatório em uma sala do DOI-CODI, onde lhe foram apresentadas fotografias de outros militantes do PCB e, quando os torturadores começavam a aplicar choques elétricos nos seus dedos, entrou na sala o General Ednardo D’Ávila.

O General Ednardo D’Ávila era primo do pai de Sarita, Newton Nunes D’Ávila Melo, em cuja casa ela se encontrava quando foi levada pelos agentes do DOI-CODI. Sabedor das notícias de violências que ocorriam com as pessoas presas arbitrariamente pelos órgãos de repressão política, Newton

14 Segundo a sessão “Antigos CMTs” do sítio da internet do Comando da 7ª Região Militar, o General Altair Franco Ferreira foi o seu comandante entre 17 de setembro de 1963 e 30 de abril de 1964, sendo sucedido pelo General Antônio Carlos da Silva Muricy, que assumiu este posto entre 05 de maio de 1964 e 30 de agosto 1966. Ou seja, em 31 de março de 1964, o comando da 7ª RM estaria formalmente vago. Disponível na internet no sítio <http://www.7rm7de.eb.mil.br/index.php/antigos-cmts>. Consultado em 25 de outubro de 2016.

15 O comandante do IV Exército em março de 1964 era o general Justino Alves Bastos, que foi antecedido por Arthur da Costa e Silva (1961-1962) e Humberto de Alencar Castelo Branco (1962-1963). Todos, portanto, da linha de frente da articulação golpista.

16 As informações deste parágrafo constam do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB/CPDOC/FGV). Disponível na internet no sítio <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ednardo-davila-melo>. Consultado em 05 de outubro de 2016.

resolveu recorrer a seu primo, com quem tinha pouco contato pessoal, em favor da vida da filha. Sarita contou que, a partir do momento em que o General Ednardo D'Ávila entrou na sala onde ela estava sendo interrogada, as torturas cessaram. Sarita ainda ficou presa por uns dias no DOI-CODI, período durante o qual pode testemunhar e ouvir os gritos de sessões de torturas aplicadas contra outros opositores à ditadura que se encontravam presos no local. Sarita foi posta em liberdade no dia 24 de outubro de 1975, exatamente um dia antes do jornalista e seu companheiro de PCB, Vladimir Herzog, ser assassinado sob tortura no mesmo prédio do DOI-CODI da Rua Tutóia onde ela havia estado presa.

Questionada pela Comissão da Verdade paulistana se achava que o General Ednardo D'Ávila sabia que ocorriam torturas no prédio do DOI-CODI paulista, Sarita respondeu:

É óbvio que ele sabia. Em nenhum momento ele questionou aquilo. Tanto sabia que foi para a sala de tortura; ninguém mandou que eu fosse recebê-lo numa sala, com sofá. Por que ele foi até lá? Porque ele sabia o que acontecia. E eles mesmos não confiavam na máquina deles. Ele queria ter certeza de que eu estava viva.<sup>17</sup>

Em 20 de outubro de 1975, a Agência Central do SNI lançou a Informação N° 4883/02/ASP/SNI/75<sup>18</sup>, que tinha como assunto: “Elementos presos no DOI/CODI/IIEX”, listando uma série de pessoas que estavam presas nas dependências do DOI-Codi paulista por pertencerem ou terem vinculação com o PCB. O nome de Sarita D'Ávila de Melo aparece como uma das presas que integrava o “Setor Estudantil” do partido, junto de outros nomes, como o do jornalista Paulo Sérgio Markun e o do médico David Capistrano da Costa Filho – filho da comunista paraibana Maria Augusta de Oliveira e de David Capistrano da Costa, integrante do Comitê Central do PCB que foi assassinado em 1974, constando até hoje da lista dos desaparecidos políticos da ditadura. Em 16 de junho de 1982, a Agência Central do SNI publicou o Pedido de Busca N° 078/16/AC/82<sup>19</sup>, cujo assunto era “Reconhecimento de militantes ou simpatizantes do PCB”, com lista de nomes organizadas pelos estados e pelo Distrito Federal. Entre os listados do estado de São Paulo, consta o nome de Sarita D'Ávila de Melo.

O Coronel José Barros Paes, comandante da Seção de Informações do II Exército entre 1974 e 1976 -período no qual o II Exército era comandado pelo General Ednardo D'Ávila - também afirmou que o General Ednardo “sabia de tudo que se passava no DOI”. De acordo com o Coronel Paes, “o General [Ednardo D'Ávila] sabia de tudo que estava acontecendo. Tudo o que estava acontecendo eu informava a ele. (...) O que era feito, tudo o que o DOI fazia, eu dava ciência ao General. O General estava acompanhando tudo e ele concordava” (GODOY, 2014, p. 390). O General Ednardo D'Ávila Melo foi indiciado pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade como responsável pela “gestão de estruturas e condução de procedimentos destinados à prática de graves violações de direitos humanos” (BRASIL, 2014, p. 855).

17 FARAH, Tatiana. “General Ednardo Mello sabia de crimes no DOI-CODI, diz parente presa na ditadura”. O Globo, 20 de junho de 2013. Disponível na internet no endereço <http://oglobo.globo.com/brasil/General-ednardo-mello-sabia-de-crimes-no-DOI-CODI-diz-parente-presa-na-ditadura-8448133>. Acessado em 06 de março de 2017.

18 Consta do documento BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_EEE\_82010553\_d0001de0002, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional na internet, no sítio <http://sian.an.gov.br>

19 Consta do documento BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_KKK\_82002317\_d0001de0001, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional na internet, no sítio <http://sian.an.gov.br>

Outro oficial de comando no golpe civil-militar de 1964 em João Pessoa foi o então Coronel Plínio Pitaluga. Entretanto, na literatura sobre a ditadura militar, a figura de Pitaluga aparece com pouco destaque, sendo seu nome lembrado principalmente como ex-combatente da FEB na Itália e, posteriormente, como membro ativo das associações de ex-combatentes na 2ª Guerra Mundial. Nesta condição, Pitaluga fez parte da comitiva de veteranos que acompanhou o então presidente da República Fernando Henrique Cardoso em viagem a Londres, em 1995, nas comemorações do cinquentenário do encerramento da 2ª Guerra.<sup>20</sup> Tampouco aparece referência a seu nome no relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Plínio Pitaluga assumiu a chefia da 23ª Circunscrição de Recrutamento (CR) do Exército, em João Pessoa, poucos dias antes do golpe, em 19 de março de 1964, não se mantendo nem por um mês neste posto, do qual foi transferido em 06 de abril de 1964<sup>21</sup>. Nas palavras do ex-presidente Ernesto Geisel, em depoimento prestado ao CPDOC/FGV, “o Pitaluga era um homem ligado ao Castelo, com quem mantinha relações. Participou da FEB, na campanha da Itália” (D’ARAÚJO e CASTRO, 1997, p. 180). Segundo Joacil de Brito Pereira, Pitaluga: “fora enviado para cá [para João Pessoa] pelo Castelo Branco, quando o Castelo Branco já estava (...) articulando o movimento, já tinha lançado aquela ordem do dia secreta (...) que foi lida nos quartéis para os oficiais. Ele mandara para cá o Coronel Plínio Pitaluga, que iria chefiar o movimento aqui conosco, com o Coronel Ednardo D’Ávila” (PEREIRA, 2001, pp. 69-70). Tal informação teria sido transmitida a Joacil pelo próprio Ednardo D’Ávila (PEREIRA, 2001). Aqui, é necessário fazer um parêntese: enquanto João Goulart não conseguia fazer seu ministro da Guerra afastar Ednardo D’Ávila de João Pessoa, como solicitara Assis Lemos, os militares golpistas, comandados por Castelo Branco, já estariam lançando “ordens do dia secretas” e deslocando oficiais a serviço dos seus planos golpistas.

No seu depoimento ao projeto “História Oral do Exército – 1964, 31 de março”, coordenado pela Biblioteca do Exército, Plínio Pitaluga assumiu que estava envolvido nas articulações golpistas contra a democracia brasileira desde 1961, quando participou da conspiração contra a posse de João Goulart na Presidência da República. Na ocasião, Pitaluga encontrava-se lotado no 13º Regimento de Reconhecimento Motorizado, em Jaguarão (RS), região do III Exército, que estava comprometido com a legalidade. Mas, segundo Pitaluga, seu compromisso pessoal naquele momento era com as orientações emanadas do Ministério da Guerra, em Brasília, contrárias à posse de Goulart. A partir de então, foi transferido para o Rio de Janeiro, onde seguiu conspirando contra o presidente da República, tarefa que encontrava respaldo, sobretudo, na “juventude militar. Dos majores, capitães e dos tenentes”. Assim, a “Revolução de 31 de março de 1964”, segundo Pitaluga, “não foi para nós uma surpresa. Era a realidade que vinha marchando” (MOTTA, 2003, p. 76).

---

20 “Veteranos têm programa especial”. Disponível na internet no sítio <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/06/brasil/21.html>. Acessado em 06 de março de 2017.

21 Segundo a seção “Ex-Chefes” do sítio da atual 23ª Circunscrição de Serviço Militar (CSM) na internet: <http://www.23csm.eb.mil.br/>

Para Pitaluga, “a Revolução de 1964 foi a salvação do Brasil” (Idem, p. 77). Entretanto, em seu depoimento à Biblioteca do Exército, Pitaluga deu pouco destaque à sua participação no desfecho golpista, quando se encontrava atuando ativamente em favor da vitória dos “revolucionários” em João Pessoa. A única frase que Pitaluga dedicou, no citado depoimento, ao período em que esteve na capital paraibana foi a seguinte:

Na ocasião da Revolução, estava em João Pessoa, na Circunscrição de Recrutamento, porque não era um elemento de confiança da cúpula militar ligada ao Governo. (...) Na CR, tive o mesmo comportamento que adotei quando comandava o 15º. Fizemos a Revolução lá<sup>22</sup>(Idem, pp. 77-78).

Um dos personagens da época que narrou a participação de Plínio Pitaluga na efetivação do golpe foi o bancário Luís Hugo Guimarães, então presidente do CGT na Paraíba e assessor sindical do presidente João Goulart. Segundo Guimarães, na manhã do dia 01 de abril de 1964,

...estava o governador Pedro Gondim no Palácio da Redenção conversando com um emissário do governador Arraes, de Pernambuco, quando chegou o Coronel Plínio Pitaluga para forçar seu pronunciamento de apoio às Forças Armadas. Foi um vexame. O Coronel Pitaluga querendo falar com o governador Gondim e Pedro, sem saber, conversando com o emissário de Arraes, Fernando Mendonça. A gentileza e o maneirismo do professor Edgardo Soares, Chefe da Casa Civil, puderam retardar o ímpeto do Coronel Pitaluga, que era o legítimo representante das ‘forças revolucionárias’ na Paraíba. Fora investido nessas funções pelo próprio Castelo Branco, que comandava o golpe instalado na Chefia do Estado Maior do Exército (GUIMARÃES, 2002, p. 24).

Versão semelhante foi apresentada por Joacil de Brito Pereira em seu supracitado depoimento ao CPDOC (PEREIRA, 2001). Segundo Joacil, Ednardo D’Ávila e Plínio Pitaluga foram pessoalmente ao Palácio da Redenção tratar com o governador Pedro Gondim da sua adesão ao golpe, cumprindo ordens do comandante do IV Exército, General Justino Alves Bastos. A mensagem que os coronéis golpistas levaram ao governador era que o General Justino garantia a manutenção no cargo dos governadores nordestinos que aderissem ao golpe. Como o governador tergiversou naquele momento, o Coronel Pitaluga teria feito menção de prendê-lo, sendo contido pelo Coronel Ednardo.

Pitaluga então teria procurado Joacil em sua casa, na madrugada do dia 01 de abril, e lhe delegado a missão de transmitir aos demais deputados da UDN que Pedro Gondim teria até a manhã seguinte para aderir ao golpe, caso contrário seria deposto e preso. Naquele momento, estavam na casa de Joacil diversas das lideranças do que ele chamava de “comando civil” do golpe de 1964 na Paraíba, como os usineiros Antônio Ribeiro Pessoa e Agnaldo Veloso Borges e o General Renato Ribeiro de Moraes<sup>23</sup>, seguindo ordem do Coronel Ednardo D’Ávila no fim da tarde do dia 31 de março. Pitaluga teria delegado a Joacil, ainda, a tarefa de arregimentar homens armados para garantir apoio civil aos militares em postos chaves da cidade - como repartições federais, postos de combustível, telégrafo

22 Refere-se ao 15º Regimento de Cavalaria Mecanizado, no Rio de Janeiro, comandado por Plínio Pitaluga entre 1964 e 1966. Atualmente, esta unidade do Exército recebe o nome informal de “Regimento General Pitaluga”.

23 Coronel do Exército que, ao se reformar, ganhou a patente de general. Foi comandante da Polícia Militar da Paraíba entre 1957 e 1959, e tinha “parentesco com o governador Flávio Ribeiro [Coutinho]”; segundo informou o Coronel João Batista de Lima (PM/PB) no seu portal da internet sobre a história da Polícia Militar da Paraíba, no endereço <http://abriosa.com.br/nove-comandos-da-pm-durante-um-governo-na-paraiba/>. Consultado em 14 de outubro de 2018.

etc. –, para o caso de as tropas do 15-RI terem de se deslocar para Recife, para conter uma eventual resistência do governo de Miguel Arraes. Por fim, Pitaluga ordenou que Joacil convocasse jornalistas e radialistas identificados com o golpe, pois “os jornais iam ser teleguiados, só sairia notícia que a revolução consentisse” (PEREIRA, 2001, p. 75). Entre os jornalistas que teriam sido arregimentados para esta tarefa, Joacil identificou o radialista Otinaldo Lourenço. Tal controle da pauta da imprensa de João Pessoa foi confirmado pelo jornalista Wills Leal:

...a Rádio Tabajara não dava maiores informações, e a Arapuã, do grupo conservador-udenista de Renato Ribeiro Coutinho, exigia ‘a prisão dos subversivos, dos comunistas, dos demagogos’, ao mesmo tempo que, ao som de muitas músicas marciais (e também do nosso Hino Nacional), informava que era chegado o momento de defender a Pátria, a Família e a Propriedade (LEAL, 2014, p. 31).

Já em 01 de abril de 1964, o governador Pedro Gondim divulgou uma declaração intitulada “Proclamação à Paraíba e ao Brasil”, lida na Rádio Tabajara, onde expressava seu apoio ao golpe civil-militar e à deposição do presidente João Goulart. Publicada na primeira página do jornal “A União” em 02 de abril, a declaração do governador dizia:

Não posso e não devo, neste instante de inquietação nacional, deixar de definir minha posição, na qualidade de Governador dos paraibanos. Reafirmo, preliminarmente, todos os pronunciamentos que expendi em favor das reformas essenciais, por saber que elas constituem instrumentos legais de adequação aos novos problemas do povo. E neste sentido nunca faltei com o meu estímulo e apreço ao Governo Central. Os últimos acontecimentos, verificados no Estado da Guanabara, envolvendo marinheiros e fuzileiros navais, denunciaram, porém, inequívoca e grave ruptura na disciplina em destacado setor das Classes Armadas, com desprezo às linhas hierárquicas e completa alienação às prerrogativas da autoridade, sustentáculo autêntico da Segurança Nacional. O movimento que eclodiu, nestas últimas horas, em Minas Gerais, com repercussão em outros Estados, não é mais nem menos do que a projeção de acontecimentos anteriores, numa tentativa de recolocar o país no suporte de sua estrutura legal, propiciando clima de tranquilidade – indispensável ao processo desenvolvimentista que vivemos. O pensamento político de Minas Gerais, hoje como em 1930, identifica-se com a vocação histórica do povo paraibano que deseja, neste episódio e sobretudo, o cumprimento das liberdades públicas, consubstanciadas na defesa intransigente do regime Democrático.

O editorial de “A União” do mesmo dia 02 de abril de 1964 não deixava dúvidas quando à posição assumida pelo governador da Paraíba:

Reina na Paraíba, até o presente momento, a mais absoluta ordem e segurança, estando o Governo do Estado, em consonância com as Forças Armadas, aqui sediadas, e com os dispositivos legais da Polícia Militar e Civil, plenamente capacitado a garantir a normalidade e a tranquilidade da população. Quem ouviu a proclamação do Governador, através das rádios e emissoras paraibanas, dirigida à Paraíba e ao Brasil, sabe a já posição tradicional de equilíbrio e respeito às liberdades democráticas e à integral plenitude da Lei e da Constituição, que orienta e esteia a firme, enérgica e corajosa declaração do Chefe do Executivo estadual. (...) A firme e enérgica resolução governamental interpreta, fielmente, o pensamento liberal da brava e indomável gente paraibana, que não sabe silenciar, se acomodar e se omitir na hora da decisão e da luta. (...) Não é outra, também, a linha de conduta da Guarnição Federal da Paraíba, já revelada pelo seu bravo e leal Comandante, Coronel D’Avila Melo, absolutamente integrado no dispositivo militar do IV Exército (...).

Tanto na declaração pública do governador como no editorial supra-transcrito de “A União” aparecem a preocupação de legitimar o golpe de Estado e a derrubada do presidente João Goulart como uma iniciativa em favor das liberdades, da democracia e da Constituição. Estranha forma de se defender as liberdades, que resultou em uma ditadura que, durante 21 anos, violou direitos humanos e cometeu crimes de lesa-humanidade. No dia 02 de abril, o governador Pedro Gondim, acompanhado do deputado federal Vital do Rego – seu genro -, viajou para Recife, onde foi cumprimentar o comandante do IV Exército, General Justino Alves Bastos, confirmando pessoalmente o seu apoio ao golpe de Estado (A União, 03 de abril de 1964, capa).

Como as coisas progrediram favoravelmente às articulações golpistas em João Pessoa, com a adesão ao golpe do governador Pedro Gondim e também do prefeito municipal, Domingos Mendonça Neto – assim como no Recife, onde o governador Arraes foi deposto e preso pelos militares sem oferecer resistência -, Plínio Pitaluga dirigiu-se a Cabedelo, na região metropolitana da capital, onde os trabalhadores do Porto mobilizavam uma greve em favor da democracia. Mas Pitaluga foi bem-sucedido na desmobilização do movimento e, já no dia 02 de abril, representantes dos sindicatos dos estivadores do Porto de Cabedelo se reuniram com o governador Pedro Gondim para anunciar o fim do movimento paredista. No dia 03 de abril, o jornal A União anunciou que os sindicalistas informaram ao governador que “a decisão de voltarem ao trabalho resultou de entendimentos mantidos com o cel. Plínio Pitaluga, comandante da 23ª. CR, que recebera incumbência do comandante do 15-RI para parlamentar com líderes portuários, no que foi bem-sucedido”.

O Coronel Plínio Pitaluga encerrou seu comando em João Pessoa, em 06 de abril de 1964, assinando uma nota que foi publicada no dia seguinte pelo jornal Correio da Paraíba – periódico que era então de propriedade do deputado federal Francisco Teotônio Neto (PSD), que também apoiou o golpe:

Tendo sido designado pelo Exmo. Sr. Ministro da Guerra para comandar o Regimento de Reconhecimento Mecanizado da Divisão Blindada, sediado na Guanabara, e não podendo, pela exiguidade de tempo, apresentar as minhas despedidas e agradecimentos às autoridades civis e militares do Estado, faço neste momento, agradecendo também ao nobre e orientado povo paraibano a irrestrita colaboração e apoio prestado a esta Chefia, nos dias de afirmação democrática em que passou a nação.

A nota de Plínio Pitaluga se destaca por reproduzir a narrativa criada pelos golpistas: o argumento de que violavam a ordem constitucional para “afirmar a democracia”. Este mesmo argumento foi utilizado outra vez por Pitaluga no seu depoimento à Biblioteca do Exército: “A Revolução veio para evitar uma transformação social incompatível com os nossos princípios, salvando a democracia. Houve, por exemplo, o AI-5, que nada mais era do que uma medida para dar à Revolução a força necessária para prosseguimento na caminhada democrática” (MOTTA, 2003, p. 80). Estranha concepção de democracia.

### 1.2.2 - A PARTICIPAÇÃO CIVIL NO GOLPE DE 1964

Junto aos militares, participaram da articulação golpista na Paraíba em 1964 personalidades da sociedade civil, contrárias ao projeto reformista representado pelo governo João Goulart. O deputado Joacil de Brito Pereira afirmou, em seu depoimento ao CPDOC, que liderava “a área civil dos chamados revolucionários na Paraíba. Dr. Agnaldo Veloso Borges e eu liderávamos esse setor, sendo que a chefia militar cabia ao Coronel Ednardo D’Ávila Melo (...). E havia uma perfeita sintonia...Tudo o que nós fazíamos aqui na Paraíba era em consonância com o esquema militar. Nenhum passo nós dávamos sem antes conversarmos, trocarmos ideias” (PEREIRA, 2001, p. 69). Ou seja, predominavam na “área civil” do golpismo, segundo Joacil, personalidades ligadas ao conservadorismo político paraibano e, particularmente, ao chamado “Grupo da Várzea”, grupo político integrado pelos latifundiários da região da Várzea do Rio Paraíba. Entre outros integrantes desse grupo que integraram a articulação civil do golpe, destacam-se ainda Renato Ribeiro Coutinho, Marcus Odilon Ribeiro Coutinho e Sindulfo Santiago. Mas também participavam profissionais liberais, como os jornalistas José Leal e Otinaldo Lourenço, e o dentista Fernando Furtado, dentre outros.

Vários segmentos da sociedade civil em João Pessoa apoiaram o golpe e estiveram envolvidos em ações para desestabilizar o governo de João Goulart e para afastar o governo de Pedro Gondim dos setores à esquerda da vida política e cultural local (CITTADINO, 1998). Tal apoio tinha uma clara delimitação de classe social: em geral, foram os apoiadores civis do golpe de 1964, aqui como também no conjunto do país, personalidades e organizações vinculados às classes médias – identificadas com políticos de direita, como Carlos Lacerda – e à elite empresarial, na Paraíba representada principalmente pelos grandes proprietários de terras, mas também por comerciantes e industriais.

A maioria da Igreja Católica, o que incluía a cúpula da Arquidiocese da Paraíba, como o arcebispo Dom Mário Vilas Boas, o vigário geral, Monsenhor Pedro Anísio, e o Monsenhor Rafael de Barros, secretário-geral da Arquidiocese, também estava entre os apoiadores civis do golpe de 1964 em João Pessoa. O jornal oficial da Arquidiocese - “A Imprensa” – demonstrava, em editoriais, reportagens e artigos de opinião, sua oposição às propostas reformistas impulsionadas pelo governo João Goulart, bem como pela expansão da ação dos movimentos sociais pelo estado da Paraíba. Em Brasília, parlamentares paraibanos como os deputados Milton Cabral (filiação ao PTB, o mesmo partido de João Goulart, que era controlado no estado pelo velho oligarca Argemiro de Figueiredo) e Ernâni Sátiro (UDN) e os senadores João Agripino (UDN) e Ruy Carneiro (PSD) atuaram no Congresso Nacional em favor da deposição do presidente João Goulart.

Em comum, estes segmentos tinham a oposição à política reformista e popular praticada pelo presidente João Goulart, as chamadas “reformas de base”. Na Paraíba, os golpistas se incomodavam particularmente com a ascensão da luta pela reforma agrária, através das Ligas Camponesas, com a atuação do movimento estudantil e do movimento sindical identificados com a agenda das reformas de base, e com as iniciativas de cultura e educação popular, particularmente aquelas associadas à Cam-

panha de Educação Popular (CEPLAR). A matéria a seguir, publicada no jornal “A Imprensa”, em 23 de abril de 1964, é exemplar dessa posição:

Foi organizado em nossa capital o Comitê de Resistência Democrática, com significativo entusiasmo, por parte das **forças conservadoras** [o grifo é nosso]. A reunião preparatória, na Casa do Calvário<sup>24</sup>, contou com a presença de elementos decididos e cinseros [sic] na luta pela preservação de nossos direitos, contra o avanço dos liberticidas da pátria. (...) Assim é que o povo paraibano, a exemplo de outras comunidades nacionais, vão [sic] resistir decididamente, a tudo que fora maquinado contra a sua própria vida. Irão [sic] resistir a todo esse programa de “reformas” que tenham por base os princípios do comunismo ateu. A toda essa conversa fiada de melhoria para a classe operária, com que “eles” vêm tentando captar a solidariedade dos camponeses, segundo o plano de ação comunicante que lhes veio lá dos bureaux de Pekim. (...) A esses revoltantes ensinamentos de um materialismo cru - a começar pela noção do ser humano, ministrado pela Ceplar, o “ente biológico”, passo de partida para toda a formação atéistica da ideologia moscovita.

O discurso anti-comunista exaltado – e a afobação associada a tal temperamento talvez justifique os erros de ortografia e gramática empregados no texto – não consegue mascarar que a oposição das “forças conservadoras” paraibanas, à qual a cúpula católica se associava, era ao programa de reformas que, sendo implementado, não apenas representaria uma “melhoria para a classe operária”, mas, ao fim e ao cabo, alteraria o *status quo* por elas liderado. O termo “forças conservadoras”, empregado por “A Imprensa”, expressava bema natureza do bloco que liderou o golpe civil-militar de 1964. Foi um golpe conservador e reacionário, no sentido que se tratou de uma reação de elites políticas e econômicas contra um projeto reformista, com viés democratizante, instalado pelo governo de João Goulart, apoiado por significativos movimentos sociais, e direcionado à melhoria das condições de vida das classes populares.

Em depoimento à Comissão Municipal da Verdade, a geógrafa Mônica Fernandes – que foi presa política em João Pessoa no final da década de 1960 - afirmou que seu pai, o agente fiscal estadual Orlando Meira de Carvalho, fazia parte de um grupo de civis, identificados com o governador Carlos Lacerda, que havia participado da articulação política do golpe de 1964 na Paraíba. Entre os principais integrantes desse grupo, segundo Mônica, figurava Joacil de Brito Pereira. Uma das tarefas executadas pelo seu pai, de acordo com Mônica, era a de arrecadar fundos entre o empresariado local para patrocinar ações políticas dos golpistas, como a visita de Carlos Lacerda à capital, que terminou com o já narrado confronto violento na Praça João Pessoa. Mônica Fernandes relatou ainda que seu pai e o grupo político do qual ele fazia parte tinham contato direto e muito frequente com os oficiais do 15-RI na preparação do golpe na Paraíba, e que, apesar de sua família então residir nas proximidades do Grupamento de Engenharia – no “Conjunto Pedro Gondim” -, seu pai praticamente não tinha contato com o oficialato dali. Dentre os oficiais que seu pai tinha mais proximidade na articulação golpista, Mônica Fernandes lembrou o nome do Tenente-Coronel Rubens Pereira, subcomandante do 15-RI.

Mônica Fernandes lembrou, ainda, que o contato do seu pai com o oficialato golpista havia sido feito por uma pessoa de nome “Luis Lira”. Tomando por base o depoimento de Joacil de Brito

---

<sup>24</sup> Tratava-se da “Escola de Formação Familiar Casa do Calvário”, fundada pelo ex-Arcebispo da Paraíba Dom Moisés Coelho, em 1954, e mantida pela Arquidiocese no Mosteiro de São Bento (CORREIA, 2010).

Pereira ao CPDOC, possivelmente tratava-se do “Sargento Lira”, sargento reformado do Exército e funcionário do fisco estadual – assim como o pai de Mônica Fernandes –, “que era um elemento de ligação entre o elemento civil e o 15º. O Coronel Ednardo D’Ávila mandou dizer por ele, Sargento Lira [no fim da tarde de 31 de março de 1964] (...), que eu depois das nove horas não saísse de casa naquele dia” (PEREIRA, 2001, p. 70). A ordem de permanecer em casa, transmitida a um “elemento civil” da conspiração golpista pelo Coronel Ednardo D’Ávila, guarda coerência com a ordem de prontidão no quartel, emitida ao oficialato do 15-RI, como visto acima. Segundo Joacil, todo o oficialato do 15-RI e a maioria do Grupamento de Engenharia “era nossa, no sentido de fiel ao regime democrático, de contrário àquela anarquia” (PEREIRA, 2001, p. 69).

Já a partir da sua edição de 02 de abril de 1964, o jornal “A União” passou a publicar mensagens de solidariedade ao governador Pedro Gondim, em congratulação à sua decisão de apoiar o golpe de Estado. Na página 03 dessa edição de “A União” – portanto, num local privilegiado do diário – foi publicada matéria que dizia:

O governador Pedro Gondim, depois do incisivo pronunciamento que fez, ontem, na Rádio Tabajara (...) em torno da crise pela qual atravessa a Nação, vem recebendo votos de aplausos das mais variadas categorias sociais, bem como irrestrita solidariedade pelo seu gesto em defesa das instituições democráticas. Dentre as pessoas que apresentaram solidariedade ao Chefe do Executivo, destacam-se (...) o universitário Genival Silva Torres, presidente da Associação de Ex-Combatentes do Brasil, seção Paraíba, médico Arlindo Correia e esposa, sra. Ana Cabral Correia; madre Elizabeth, diretora da Escola de Filosofia das Lourdinhas, (...) além da Associação Comercial de João Pessoa, através de uma comissão que esteve em visita ao Governador Pedro Gondim.

Em 03 de abril de 1964, “A União” publicou que um grupo de universitários, integrantes da intitulada “Comissão Universitária de Resistência Democrática”, esteve no Palácio da Redenção para transmitir sua solidariedade ao governador. Tal comissão era constituída pelos então estudantes de Direito da UFPB Severino Ramalho Leite, Paulo Gadelha, Pedro Adelson Guedes, Geraldo Magela, José Coelho Marques, Marcus Odilon Ribeiro Coutinho e Suzana Figueiredo. Em 05 de abril de 1964, foi publicada matéria em “A União” dando conta de que este mesmo grupo de estudantes estava empenhado em depor o presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito, o estudante José Tarcísio Fernandes, que defendia a normalidade democrática e repudiava o golpe civil-militar de 01 de abril. Dizia a matéria que

Com a decisão do sr. José Tarcísio, em não querer entregar a Presidência, os rapazes tomaram conta do Diretório, havendo, então, choque entre as partes, o que, felizmente, não culminou em maiores consequências, dada a intervenção do Diretor da Escola [a Faculdade de Direito], professor Hélio de Araújo Soares, e do Exército, que foi chamado ao local. Na manhã de ontem, a Frente de Resistência Democrática, na impossibilidade de promover Assembleia Geral, por falta número para sua realização, elegeu uma Diretoria provisória, ontem mesmo, empossada, e que regerá o Diretório Acadêmico Epiácio Pessoa, até que a situação seja resolvida, em Assembleia Geral.

Era a violência do golpismo civil-militar chegando às universidades. O acadêmico José Tarcísio Fernandes acabou afastado da presidência do Diretório Acadêmico e impedido de seguir os estudos no ano letivo de 1964.

Outra matéria publicada em 03 de abril de 1964 por “A União” esclarecia que, em sessão ordinária realizada em 02 de abril,

...o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, na Paraíba, aprovou por unanimidade a proposta do conselheiro Joacil de Brito Pereira, mandando inscrever na ata dos trabalhos votos de aplausos ao comando do IV Exército e, particularmente, à Guarnição Federal sediada em João Pessoa, pela conduta patriótica assumida frente aos acontecimentos que intranquilizaram o país.

Em seguida a esta decisão, o presidente da OAB-PB, enviou telegrama ao comandante do IV Exército, General Justino Alves Bastos, e ao comandante da Guarnição Federal de João Pessoa, manifestando o apoio da referida Ordem ao “movimento [de] legalidade, [de] defesa [da] democracia ameaçada e [de] restauração [dos] princípios [de] hierarquia e ordem, colocando-se assim o Exército em consonância [com os] anseios libertários [do] povo brasileiro” (A União, 03 de abril de 1964).

Ainda na sua edição de 03 de abril, A União seguiu publicando mensagens de solidariedade ao governador Pedro Gondim, em razão do seu apoio ao golpe de Estado. Dentre as mensagens recebidas pelo governador, destacam-se as enviadas por: Elpídio Ramalho, presidente do Sindicato da Indústria da Panificação e Confeitaria de João Pessoa; Cícero Leite, presidente da Associação Rural de João Pessoa e vereador pela UDN, que se congratulava com o governador por ter “ficado ao lado da legalidade, negando apoio àqueles que queriam rasgar a Constituição, tomar propriedades e fazer baderna”; e pela diretoria da Associação dos Fiscais de Renda e Agentes Fiscais do Estado da Paraíba.

Em 05 de abril de 1964 foi publicado no jornal “O Norte” um convite para a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” de João Pessoa, marcada para as 15 horas do dia 08 de abril, assinado pelo “Movimento de Arregimentação Feminina do Estado da Paraíba” (MAFEP). O MAFEP foi responsável pela organização da Marcha na capital, junto com a cúpula da Igreja Católica. Dizia o convite que a marcha

...percorrerá várias artérias da cidade, saindo do Parque Solon de Lucena (Lagôa) (...) rumando em seguida para o Adro da Catedral, onde será celebrada uma missa de ação de graças pela vitória da causa democrática, oficiada pelo Arcebispo Dom Mário de Villas Boas. O Comércio fechará suas portas ao meio-dia de quarta-feira, para que maior número de comerciários possam [sic] comparecer à concentração.

De fato, em 07 de abril de 1964, a Associação Comercial de João Pessoa e a Federação do Comércio do Estado da Paraíba publicaram uma nota oficial em A União que dizia:

A Associação Comercial de João Pessoa, a Federação do Comércio do Estado da Paraíba e os Sindicatos a ela filiados, associando-se ao intenso júbilo da família brasileira pela restauração da legalidade constitucional por parte das gloriosas Forças Armadas do Brasil, apelam para os comerciantes no sentido de que o comércio feche as portas ao meio-dia da próxima quarta-feira 8 do corrente, a fim de que os comerciantes, os comerciários e respectivas famílias tomem parte na

MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE, a iniciar-se às 15 horas do mesmo dia no Parque Solon de Lucena, com percurso em várias ruas da cidade, em direção ao pátio da Catedral, onde o Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano Dom Mário de Miranda Villas Boas celebrará Missa em ação de graças pela tranquilidade do povo brasileiro.

Assinavam a nota o presidente da Associação Comercial, Ruy Bezerra Cavalcante, o presidente em exercício da Federação do Comércio, José Gomes de Lima<sup>25</sup>, os presidentes de sindicatos comerciais Francisco Augusto Ferreira, Antônio Clímaco Ximenes e João Batista Pereira de Paiva Filho, além do presidente do Sindicato do Comércio dos Vendedores Ambulantes de João Pessoa, Agrício dos Santos Lima.

A notícia da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” ocupou quase toda a primeira página de “A União” do dia 09 de abril de 1964, inclusive sua manchete principal. Em matéria intitulada “João Pessoa marchou ontem com Deus pela Liberdade”, descrevia “A União”:

Unidos pelo mesmo sentimento cristão e espírito democrático, as autoridades e a população de João Pessoa realizaram, ontem, a marcha da família com Deus pela Liberdade, dando uma vibrante manifestação de repúdio ao totalitarismo comunista e manifestando o entusiasmo e o orgulho da Paraíba pelo movimento de restauração democrática empreendido pelas Forças Armadas brasileiras em defesa da Constituição. Para dar maior brilhantismo à manifestação, o Governador Pedro Gondim determinou que o expediente de ontem, em todas as repartições públicas, fosse transferido para o turno da manhã. O comércio, por sua vez, cerrou suas portas no expediente da tarde, permitindo, assim, que todos pudessem participar da marcha democrática.

Logo abaixo dessa matéria, “A União” publicou notícia sobre a visita do comandante do 15-RI e da Guarnição Federal de João Pessoa, Coronel Ednardo D’Ávila, ao governador Pedro Gondim, no Palácio da Redenção. Tal notícia era ilustrada por uma foto destas duas autoridades se encaminhando, sorridentes, para um aperto de mão.

O prefeito de João Pessoa, Domingos Mendonça, também declarou seu apoio à Marcha da Família com Deus pela Liberdade de João Pessoa, alterando o horário do expediente das repartições da Prefeitura Municipal para facilitar o comparecimento à manifestação. O jornal “O Norte”, de 08 de abril de 1964, publicou um “Aviso da Prefeitura Municipal de João Pessoa” assinado pelo Chefe do Gabinete do Prefeito, Adalberto Ribeiro Gomes da Silva, que registrava:

De ordem do Exmo. Sr. Prefeito Domingos de Mendonça Netto, a Chefia de Gabinete avisa que o expediente que deveria ser à tarde de hoje nessa Edilidade passará a ser na parte da manhã, de 8, 00 às 12, 00 hs [sic], em face da Concentração Cívica “MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS PELA LIBERDADE”, a realizar-se às 15 horas no Parque Solon de Lucena. Na oportunidade S. Excia, o Sr. Prefeito, plenamente solidário com as justas manifestações públicas pela volta do Brasil à ordem e à legalidade, convida não só o funcionalismo Municipal mas todas as autoridades e o povo pessoense para participar da grandiosa concentração.

---

25 José Gomes de Lima foi por várias vezes vereador de João Pessoa, pela UDN e, posteriormente, pela ARENA. Em 1963 foi derrotado na sua candidatura a vice-prefeito de João Pessoa. Mantinha relações com o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), um *thinktank* financiado por empresários anticomunistas, que foi um dos principais responsáveis pela articulação civil do golpe de 1964 em todo o país, como se referiu Heitor Cabral em seu depoimento a esta CMV.

O entusiasmo e o apoio emprestados pela cúpula da Igreja Católica da Paraíba à nova ordem política foram estampados nas páginas de “A Imprensa” nos dias que se seguiram ao golpe. Na sua edição do domingo, 12 de abril de 1964, este jornal noticiou que

...à tarde de sexta feira, estive no Palácio do Carmo o coronel Artur Candal, comandante da guarnição federal, sediada nesta cidade. O ilustre militar, acompanhado pelo major Navarro, foi recebido no salão nobre do Palácio, pelo Sr. arcebispo D. Mário Vilas Boas, mons. Pedro Anísio - vigário geral, e mons. Rafael de Barros, secretário geral da Arquidiocese.

Já no dia 26 de abril de 1964, o padre Manuel Batista de Medeiros, gerente de “A Imprensa”, publicou um artigo naquele jornal com um título explícito: “Mandar Brasa”. Dizia o artigo do padre Medeiros:

A insurreição de março vitoriou, mas a Revolução Democrática ainda não se consolidou. Expulsar da pátria, pelegos e “fiderastas” [sic] não é tudo. A marcha do Movimento não pode parar. Parar, aqui significa retroceder. Dos diferentes dispositivos da Revolução, um que tem que continuar em atuação certamente será a chamada “Operação Limpeza”. A Operação Limpeza que tem suporte no Ato Institucional, recentemente emitido pelo Alto Comando Revolucionário, se reveste, portanto de profundo significado dentro do novo estado de coisas. (...) Não se estoura um carço para deixar a “matéria” dentro. Seria perder tempo da pior maneira. É verdade que é preciso haver justiça. Justiça sim, sem pieguismo, para que a Pátria sobreviva e para que aqueles que não souberam respeitar os bens, a propriedade e a vida de seus semelhantes, sintam o peso de suas responsabilidades. O castigo que merecem e que hão de receber será medicinal para as gerações vindouras. (...) Cuidado, brasileiro sentimentalista: É preciso ter caridade para com o próximo. Mas é preciso também praticar aquela Obra de Misericórdia segundo a qual se castiga aos que erram. Não é maldade castigar os que merecem castigo. Que o digam os Vendilhões do Templo!

O artigo do Padre Medeiros expressou a condenação moral da cúpula da Igreja Católica da Paraíba ao desrespeito “aos bens” e “à propriedade” alheias, supostamente praticado pelo governo derrubado pelo golpe, assim como pelos seus apoiadores nos movimentos sociais. Apesar de também defender o respeito “à vida”, o padre Medeiros não disse uma só palavra contra as violências, torturas e toda sorte de arbitrariedades que estavam sendo praticadas pelos golpistas, no momento em que ele escrevia e publicava esse artigo, em João Pessoa e em todo o país. Em contrário, o que o padre Medeiros fez foi conclamar os brasileiros a abandonarem o “sentimentalismo piegas” e apoiarem os “castigos” que estavam sendo impostos aos perseguidos pela nova ordem política golpista.

Apoiando-se discursivamente na única passagem do Novo Testamento – o episódio dos “Vendilhões do Templo” – em que Cristo praticou um “castigo” violento, o padre Medeiros – e, com ele, a cúpula da Igreja Católica da Paraíba em 1964, responsável por “A Imprensa” –, falando apenas em “Operação Limpeza”, findou por legitimar as graves violações de direitos humanos perpetradas contra os opositores da ditadura que se instalava. Não se leu uma só linha publicada por “A Imprensa”, em abril de 1964, que condenasse ou sequer documentasse as torturas que foram praticadas em João Pessoa contra, por exemplo, Boanerges Timóteo e Assis Lemos nos primeiros dias que se seguiram ao golpe, além dos inúmeros casos ocorridos de prisões arbitrárias e ilegais. Mesmo assim, para o padre Medeiros, era preciso “mandar brasa” com os “castigos”.

Os principais clubes e associações das elites e das classes médias de João Pessoa se apressaram em tornar público seu apoio ao golpe civil-militar. Em 04 de abril de 1964, foi publicado no jornal “O Norte” um telegrama enviado ao governador Pedro Gondim pelo Grão-Mestre da Grande Loja da Paraíba, Olegário Lins Silva, onde estava escrito:

Diante da situação atravessava nossa estremecida pátria, a Grande Loja da Paraíba, traduzindo o sentimento patriótico, apanágio da Maçonaria Nacional que sempre lutou pelos princípios de liberdade dos povos, congratula-se com vossa excelência pela posição tomada junto às autoridades do IV Exército, invictos herdeiros dos feitos históricos restauração democracia brasileira. Cordiais saudações, Olegário Lins Silva – Grão Mestre.

Já em 22 de abril de 1964, o Lions Clube de João Pessoa promoveu um jantar, no Esporte Clube Cabo Branco, em Miramar, em homenagem às Forças Armadas do Brasil. Fizeram-se presentes no jantar autoridades como o governador Pedro Gondim, o novo comandante do 1º Grupamento de Engenharia e da Guarnição Federal de João Pessoa, Coronel Arthur Candal, o Coronel Ednardo D’Ávila, os Tenentes-Coronéis Galileu Machado e Rubens Pereira – todos acompanhados das suas respectivas senhoras – e o Comandante Almir Motta, da Capitania dos Portos da Paraíba<sup>26</sup>. No dia 29 de abril, foi a vez do Rotary Club de João Pessoa promover um coquetel em homenagem às Forças Armadas, também no Clube Cabo Branco<sup>27</sup>. Em 02 de maio de 1964 a Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB) abriu suas portas para realizar um jantar em homenagem ao Coronel Arthur Candal, “em virtude da maneira como conduziu na Paraíba o ilustre militar, frente aos últimos acontecimentos que envolveram a vida política da Nação”<sup>28</sup>.

Em 25 de abril de 1964, a Assembleia de Deus de João Pessoa publicou a seguinte nota no jornal “Correio da Paraíba”:

A Igreja Evangélica ASSEMBLEIA DE DEUS [sic], em João Pessoa, tem a honra de convidar as autoridades civis e militares e ao povo em geral para assistirem ao culto de ação de graças ao Senhor Jeovah dos Exércitos, o Todo Poderoso, que será celebrado no Tempo Central, à Av. 1º de Maio, 239, no próximo domingo, dia 26, às 19:30 horas, pela grande vitória das nossas gloriosas Forças Armadas, que no mais alto gesto de patriotismo, souberam, com energia, preservar as Instituições democráticas da nossa Pátria, conservando as liberdades constitucionais e contribuindo assim para maior desenvolvimento do nosso querido Brasil.

Curiosamente, esta mesma edição do jornal Correio da Paraíba noticiava que o ex-vereador de João Pessoa, Antônio Augusto Arroxelas, cassado pela Câmara Municipal em 04 de abril, era um dos muitos cidadãos que se encontravam presos no 15-RI:

O ex-vereador Antonio Augusto, que se encontra preso no Quartel do 15º Regimento de Infantaria, acusado de participação no movimento subversivo brasileiro, será ouvido na Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica, pelo seu titular, bel. Sílvio Neves Ferreira. Durante o interrogatório, o ex-vereador pessoense, que teve o seu mandato cassado, dirá qual foi a sua participação na política universitária paraibana, onde teve oportunidade de ocupar alguns cargos, em favor da

26 A União, 24 de abril de 1964.

27 A União, 28 de abril de 1964.

28 Correio da Paraíba, 28 de abril de 1964.

comunização do Brasil. A reportagem do CORREIO DA PARAÍBA apurou de fontes extra-oficiais que o inquérito instaurado pela Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica não só ouvirá o ex-vereador Antonio Augusto, mas todos aqueles que se encontram presos nas unidades subordinadas ao IV Exército, sediadas em João Pessoa.

Como fica claro, os líderes da “Assembleia de Deus” de João Pessoa em 1964 estavam equivocados quando afirmavam que os militares brasileiros, ao liderarem o golpe de Estado, estavam agindo para conservar “as liberdades constitucionais”. O jornal “Correio da Paraíba” tampouco fez publicar qualquer referência a esta contradição que ficava patente na sua edição de 25 de abril de 1964. Ao contrário, durante todo o ano de 1964, este jornal assumiu uma posição de apoio ao golpe civil-militar.

Os dois grandes jornais comerciais que circulavam em João Pessoa em 1964, “O Norte” e o “Correio da Paraíba”, igualmente assumiram uma postura de adesão ao golpe e ao novo poder militar que se instalou, fazendo uma cobertura amplamente favorável aos acontecimentos políticos que sacudiram o país e violaram a ordem constitucional. Já no dia 02 de abril de 1964, “O Norte” publicou um editorial de apoio ao golpe civil-militar. Intitulado “Em torno da mutação política”, dizia o editorial de “O Norte”:

Coube mais uma vez ao glorioso Exército de Caxias desempenhar a missão histórica de guardião das liberdades e defensor da constituição. (...) O desmoronamento da república sindicalista ensaiada pelo Sr. João Goulart operou-se vertiginosamente. Resta que o Exército leve a cabo a operação de limpeza, extirpando o comunismo que se infiltrou na administração brasileira e, sobretudo, no ensino de todos os níveis. Nenhum elemento dessa ideologia pode ocupar cargo ou função no Brasil redimido pelo movimento do último dia de Março. Cumpre expurgá-lo de todas as posições, de todos os lugares onde pode indevidamente se incrustarem para traírem a pátria. Infelizmente o Brasil está contaminado de um extremo ao outro, inclusive a nossa Paraíba, onde funciona a entidade nitidamente esquerdista CEPLAR, cujos membros são figuras constantes em todos os conciliábulos esquerdistas.

Na sua primeira página do mesmo dia 02 de abril de 1964, “O Norte” trouxe uma série de pequenas notas, produzidas por uma agência de notícias identificada como “M”, do Rio de Janeiro. Diziam estas notas:

#### SINDICATOS FECHADOS

1500 AGITADORES – Cerca de 1.500 agitadores, chefiados pelo comunista Jarbas de Souza, que há mais de um mês veio da Rússia, onde fora fazer um curso revolucionário, foram presos pela polícia política de Duque de Caxias.

PRISÃO DE GREGÓRIO BEZERRA – Entre os numerosos agitadores mais perigosos, presos nos últimos dias pelas autoridades civis e militares de Pernambuco, encontra-se o comunista Gregório Bezerra, que se rendeu após tentar resistir a forças do Vigésimo Batalhão de Caçadores de Alagoas, na cidade de Palmares, na tarde de ontem.

DIRIGENTES SINDICAIS PRESOS – Todos os dirigentes de sindicatos de Duque de Caxias foram presos, acusados de serem comunistas. A Delegacia está superlotada. A maioria dos principais elementos foi entregue ao Exército que, juntamente com os policiais, efetuou as prisões.

São notícias que já denunciavam a violência da repressão política que se instalava no país em abril de 1964. Mostravam também a disposição de “O Norte” para ocultar a gravidade dessa repressão. O dirigente comunista Gregório Bezerra, por exemplo, ao ser preso no dia 01 de abril de 1964, aos 64 anos de idade, foi conduzido ao quartel do CPOR do Recife, onde foi, desde sua chegada, torturado pelo comandante daquela unidade militar, o Coronel Darcy Villocq, que amarrou uma corda no seu pescoço e passou a arrastá-lo pelas ruas do bairro de Casa Forte, incitando o seu linchamento. Uma cena bárbara, que não foi narrada por “O Norte” que, em contrário, preferiu afirmar no seu editorial que o mesmo Exército que promovia estas violências liderava o golpe de Estado para guardar “as liberdades” e defender a Constituição.

### 1. 3 – O INÍCIO DA REPRESSÃO E DA VIOLÊNCIA DA DITADURA MILITAR EM JOÃO PESSOA

O golpe de Estado de 01 de abril de 1964 foi liderado pelos militares, mas teve importante participação civil, tanto na sua articulação como na sua efetivação. Com os militares mobilizados em todo o país, o cargo de presidente da República foi declarado vago na madrugada do dia 02 de abril pelo presidente do Senado, Auro de Moura Andrade (PSD), um civil, quando o presidente João Goulart ainda se encontrava no país. Em sequência, quem assumiu a presidência da República foi Ranieri Mazzilli (PSD), o presidente da Câmara dos Deputados. Mas o poder efetivo já estava com os militares.

O General Arthur da Costa e Silva – que comandava o IV Exército, em Recife, quando do assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira, em 1962 – assumiu o controle de fato da situação, relegando Mazzilli a um papel subalterno. Ainda em 02 de abril, Costa e Silva declarou-se comandante do Exército e nomeou o chamado “Comando Supremo da Revolução”, formado pelo vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, pelo brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e por ele mesmo, representando o Exército, que era o “homem forte” deste triunvirato. Imediatamente iniciou-se uma violenta repressão política no país, com invasões de residências e de sedes de organizações representativas da sociedade civil, demissões, cassações de direitos políticos, prisões ilegais e arbitrárias e torturas.

Em 09 de abril o Comando Supremo da Revolução fez publicar o Ato Institucional número 1 (AI-1), estabelecendo modificações na Constituição Federal de 1946 e nas constituições estaduais. No dia 10 de abril, o Comando publicou, com base no AI-1, um ato que cassou, por dez anos, os direitos políticos de cem brasileiros. Encabeçava a lista o secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, Luis Carlos Prestes, seguido do presidente João Goulart e do ex-presidente Jânio Quadros. O último nome da lista foi o do cabo José Anselmo dos Santos, líder do movimento dos marinheiros que, anos depois, foi revelado como um agente da ditadura infiltrado em organizações de esquerda<sup>29</sup>. Entre os

---

<sup>29</sup> Não se sabe se o cabo Anselmo já era um infiltrado em 1964. Em virtude da sua atividade de infiltração e traição, foram presos e assassinados vários militantes de esquerda, inclusive a sua então namorada, a paraguaia Soledad Barret Viedma, que foi assassinada pela ditadura militar em Paulista-PE, em 1973.

citados nesta primeira lista de cassados, estavam quatro paraibanos: José Joffily (ex-deputado federal, integrara a Frente Parlamentar Nacionalista e foi derrotado na disputa para senador na Paraíba em 1962, pelo PSB); Celso Furtado (superintendente da SUDENE); Luis Hugo Guimarães (presidente do CGT-PB e assessor sindical do presidente João Goulart)e; Abelardo de Araújo Jurema (deputado federal-PSD e Ministro da Justiça). Em 11 de abril de 1964, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito indiretamente pelo Congresso Nacional para cumprir o mandato presidencial até 1966, após as eleições presidenciais diretas previstas para 1965 – que acabaram canceladas. Os brasileiros só voltaram a escolher seu presidente em 1989.

Em João Pessoa, a violência política começou rapidamente, como de resto ocorreu em todo o país. Já em 01 de abril, iniciaram operações de busca e apreensão em residências, prédios públicos e sedes de organizações representativas da sociedade civil. Entre os responsáveis, figuraram o Major Ubirajara Maribondo Vinagre<sup>30</sup>, Major José Benedito Montenegro Magalhães Cordeiro, Tenente Fernando Antônio Carneiro Barbosa, Sargento Reinaldo de Melo Celani, Sargento Rodrigues Domingues de Melo, Tenente Manoel da Penha Alves e Tenente Antônio Fernando Carvalho de Sobral, que assinaram os autos de busca e apreensão constantes do Inquérito Policial Militar<sup>31</sup> que se instalou em 14 de abril de 1964 no Grupamento de Engenharia, para apurar as atividades “subversivas” no estado da Paraíba – o “IPM da Subversão”. Muitas pessoas também foram presas já nestes primeiros dias.

Boa parte dos autos constantes do IPM estava eivada de mentiras e de ilegalidades, como não podia deixar de ocorrer em uma situação de golpe de Estado. Por exemplo, o auto de prisão e apreensão contra Boanerges Timóteo de Souza, assinado pelo Tenente Manoel da Penha Alves e pelo Sargento Romildo de Melo, diz que

... ao primeiro dia do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de João Pessoa, em cumprimento da ordem expressa do Senhor Coronel Comandante da Guarnição de aprender [sic] todo e qualquer documento ou publicação de caráter subversivo ou propaganda do regime comunista, efetuamos a prisão de BOANERGES TIMÓTEO DE SOUZA, que se encontrava nas ruas do Bairro de Cruz das Armas fazendo propaganda de caráter subversiva, e aí, depois de lhe ter sido dada ciência da referida ordem, o intimamos para que, incontinenti, nos entregasse todos os documentos de que era possuidor. Ao que obedecendo o mesmo BOANERGES TIMÓTEO DE SOUZA (...) apuramos o seguinte material (...). (DOCUMENTO 1)

O auto segue listando panfletos e documentos relacionados ao PCB e ao comunismo, e finda dizendo que Boanerges foi recolhido ao quartel do 15-RI. Ora, é certo que a Boanerges Timóteo foi preso em Cruz das Armas, mas não no dia 01 de abril, e sim durante o comício de 31 de março. Boanerges foi conduzido à Central de Polícia e torturado pelo delegado Sílvio Neves<sup>32</sup>, ficando em uma situação que certamente lhe impediria de cumprir ordens de entrega “*incontinenti*” e voluntária de

30 Em 24 de setembro de 1964 foi publicada no jornal Correio da Paraíba uma convocatória de alistamento militar assinada pelo Major Ubirajara Maribondo Vinagre, na condição de chefe da 23ª. CR, posto ocupado pelo Coronel Plínio Pitaluga em 01 de abril de 1964. Na edição de 06 de outubro de 1964 do mesmo jornal, foi publicada notícia indicando que o Tenente Coronel João Carelli assumiu o comando da 23ª CR. Na década de 1970, Ubirajara Maribondo Vinagre foi Chefe do SNI na Paraíba (VINAGRE, 2013).

31 Constam dos autos do chamado “IPM da Subversão”, que foi instalado no Grupamento de Engenharia em abril de 1964.

32 Conforme referenciado anteriormente, neste mesmo capítulo.

documentos. Merece destaque a “ordem expressa do Senhor Coronel Comandante da Guarnição” Militar de João Pessoa - o Coronel Ednardo D’Ávila Melo - para apreensão de “material subversivo”, o que contrariava diretamente a ordem constitucional vigente. Por fim, também a prisão de Boanerges Timóteo pode ser considerada inconstitucional, ilegal e arbitrária, configurando-se como uma violação de direitos humanos, agravada pela tortura e violência à qual foi submetido pelo delegado Silvio Neves e pelos demais responsáveis pela sua prisão.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade tratou a prisão (ou detenção) ilegal ou arbitrária como uma forma de violação dos direitos humanos. Assim, o citado relatório apresentou o seguinte marco conceitual:

A detenção é considerada ilegal quando viola normas constitucionais ou outras medidas legislativas adotadas pelos Estados. É também qualificada como ilegal a detenção realizada sem ordem expressa de autoridade competente em situação que não constitua flagrante. (...) A detenção é caracterizada como arbitrária sempre que, mesmo legalmente prevista, viola direitos e garantias individuais ao se utilizar de meios e procedimentos desproporcionais ou desnecessários (BRASIL, 2014a, p. 280).

O conceito de arbitrariedade deve (...) ser interpretado de modo mais amplo do que a mera contrariedade à lei. (...) A medida de privação de liberdade, ainda quando estabelecida em lei, será considerada arbitrária se, por exemplo, for intrinsecamente injusta, baseada em uma norma arbitrária ou de exceção, estendida por um período de tempo maior que o necessário ou quando imposta por fundamentos discriminatórios. (Idem, p. 281)

Além de ilegais, as detenções promovidas pelo regime militar foram, em regra, arbitrárias. Fazer parte de uma associação política, participar de passeata ou greve eram considerados efeitos suficientes para a imputação de conduta subversiva e realização da prisão. (Idem, p. 283)

Como ocorreu em todo o Brasil, as prisões de militantes de esquerda e de organizações populares que se seguiram em João Pessoa neste período foram todas *ilegais e arbitrárias*, representando grave violação de direitos humanos.

Diversas entidades da sociedade civil, conhecidas pelo seu perfil progressista, além de órgãos públicos, também foram invadidas pelos militares e objetos de autos de busca e apreensão nos primeiros dias de abril de 1964 em João Pessoa. Dentre estas, citamos a Associação dos Estudantes Secundários da Paraíba (AESP), a União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEEP), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG-PB), o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito, a Campanha de Educação Popular (CEPLAR) e a Associação Paraibana de Imprensa (API) (DOCUMENTO 2). O objetivo da invasão era sempre o mesmo: apreender documentos que comprovassem o envolvimento dessas entidades e dos seus integrantes em atividade “subversiva”. Claro está que se tratava de ação ilegal e arbitrária, pois todas estas eram entidades que tinham vida pública e legal, e que atuavam livre e pacificamente, de acordo com os ditames do ambiente democrático que estava em vigor desde 1946.

Na sede da API, na noite do dia 1º de abril, estava sendo realizada uma “vigília cívica” de militantes de esquerda contra o golpe e em favor da legalidade democrática. Entre os presentes, estavam

jovens integrantes da CEPLAR, como Lígia Macedo, Iveline Lucena, Dorinha de Oliveira, Zita Marinho e Maria José Limeira. Esta última escreveu importante depoimento sobre o episódio e a posterior prisão deste grupo no 15-RI, publicado em anexo ao livro de memórias de Bento da Gama Batista:

...fui presa juntamente com dezenas de outras pessoas, no dia 1º de abril de 1964, quando participava de ‘vigília cívica’, às 8 horas da noite, no prédio da Associação Paraibana de Imprensa, à rua Visconde de Pelotas em João Pessoa. Presente o presidente da entidade nessa época, jornalista Adalberto Barreto. A operação de prisão foi comandada pelo Major Cordeiro<sup>33</sup>, do 15º Regimento de Infantaria (15º RI), da qual participaram vários militares do Exército, policiais civis e PMs, todos armados de metralhadoras, que invadiram o prédio. Os presos homens foram colocados em camburões da Polícia Militar e carros do Exército e as mulheres em camburões em separado. (...) Os veículos que transportavam os presos rodaram várias horas pelas ruas da cidade, sempre com freadas bruscas e curvas perigosas, de maneira que não sabíamos aonde estávamos sendo levadas, e era difícil se segurar no escuro, no interior do veículo, e não podíamos ver as ruas. Depois de um tempo que pareceu uma eternidade, os veículos pararam, foram abertos e descemos defronte do prédio da antiga Central de Polícia, que na realidade se localizava na Praça Rio Branco, a poucos metros da sede da API. Ali, na Central de Política, fomos todos fichados como comunistas, com impressões digitais, fotografias etc.

Depois fomos levadas ao quartel da Polícia Militar, onde ficamos instaladas no 1º andar durante toda a noite. Das janelas, podíamos ver o que se passava embaixo, na praça à porta do quartel, onde vi parar um caminhão cheio de camponeses presos e da boleia desceu o hoje deputado estadual pelo PDS, Egídio Madruga, com um revólver na cinta. Era ele quem estava entregando os camponeses à polícia (LIMEIRA, 1984 *apud* BATISTA, 2000, p. 138).

Maria José Limeira conta ainda, no seu depoimento, que foi liberada pela polícia na manhã do dia 02 de abril. Entretanto, alguns dias depois, chegou na sua casa o Tenente Alves<sup>34</sup>, que a conduziu ao 15-RI.

Quando lá cheguei, já estavam lá todas as moças que haviam sido presas anteriormente comigo na API. E, naquela mesma noite, fomos interrogadas pelo Major Cordeiro, e devidamente fichadas e fotografadas como comunistas (Idem, p. 139).

Todas foram presas em uma cela do 15-RI, onde dias depois receberam a companhia da advogada campinense Ofélia Amorim. Constantemente, Maria José Limeira e suas companheiras eram ameaçadas de serem transferidas para Fernando de Noronha, ameaça que nunca se consumou, mas que se constituía como tortura psicológica.

Também foi invadido o escritório do advogado José Gomes da Silva, o “Zé Moscou”, num edifício localizado em pleno Ponto de Cem Réis<sup>35</sup>. No escritório, funcionava o “Centro de Estudos Sócio-Econômicos da Paraíba”, fachada legal adotada pelo Comitê Estadual do PCB da Paraíba para garantir seu funcionamento regular. Os militares responsáveis por lavrar o auto de busca e apreensão no escritório de José Gomes da Silva foram o Tenente Antônio Fernando Carvalho e Sobral e o Major José Benedito Montenegro Magalhães Cordeiro, um dos principais protagonistas do golpe de 1964 na Paraíba. No escritório, segundo consta no auto de busca e apreensão constante do já citado IPM,

33 Trata-se do já citado Major José Benedito Montenegro dos Magalhães Cordeiro.

34 Trata-se do já citado Tenente Manoel da Penha Alves

35 Atualmente, este edifício está parcialmente abandonado, tendo apenas seu térreo ocupado, para fins de comércio. Esta realidade lamentável está presente em quase todo o centro histórico de João Pessoa.

foram apreendidos livros, quadros, documentos pessoais de José Gomes da Silva (passaporte, carteira profissional e carteira de identidade) e vários documentos do PCB, inclusive uma ata de uma reunião do seu Comitê Estadual realizada em setembro de 1963, da qual teriam participado diversos dirigentes comunistas do estado, como José Anísio Correa Maia, Leonardo Leal, Antonio Augusto de Almeida, Guilherme Rabay, Eloi Firmino<sup>36</sup>, Oliveiros Oliveira (de Campina Grande) e Antônio Pereira (de Guarabira), dentre outros. Segundo o jornalista Jório Machado (1991), esta ata lhe teria sido apresentada pelo Major Ney Aquino, responsável pelo IPM da subversão, quando estava lhe interrogando. De acordo com a versão de Jório, ela teria sido apreendida na residência de Leonardo Leal. Já Assis Lemos afirmou que Pedro Fazendeiro, após ter sido submetido a uma acareação com Eloi Firmino conduzida pelo Major Cordeiro, disse-lhe - quando ambos estavam presos no 15-RI em 1964 - que a referida ata “fora encontrada em poder de Guilherme Rabay” (LEMOS, 1996, p. 253). Há suspeitas de que, após o golpe, houve delação e colaboração com o Exército por algum integrante do PCB da Paraíba<sup>37</sup>. A sucessão de tantas versões contraditórias sobre a origem desta suposta ata pode ser um indicativo desta possível delação.

O PCB foi fundado em 25 de março de 1922, mas obteve vida legal apenas em 1945, após o fim do Estado Novo. Legalizado, disputou eleições por todo o país, apresentando inclusive um candidato à presidência da República em 1945 (o engenheiro Iedo Fiúza, que obteve 10% dos votos nacionais), elegendo diversos parlamentares, com destaque para sua-bancada na Assembleia Constituinte de 1946, liderada pelo único senador eleito pelo PCB, Luis Carlos Prestes, onde figuravam deputados célebres, como Gregório Bezerra, Carlos Marighela e Jorge Amado, dentre outros. Com a Guerra Fria, e o alinhamento automático do presidente Eduardo Dutra com os EUA, o registro eleitoral do PCB foi cassado em 1947, destino que abateu os mandatos comunistas no ano seguinte. A partir daí os militantes comunistas passaram a ser perseguidos, e seus dirigentes entraram em rigorosa clandestinidade no país.

Entretanto, após a chegada de Juscelino Kubitschek à presidência da República, em 1956, a perseguição arrefeceu, e os comunistas passaram a frequentar outra vez a vida pública e a disputar eleições por outros partidos, chegando até a eleger alguns parlamentares, situação que perdurou até 1964. No seu V Congresso, em 1961, o PCB decidiu empunhar a bandeira da legalização do partido, o que só foi conseguido após o fim da ditadura militar, em 1985. A ilegalidade do PCB era incompatível com a normalidade democrático-liberal, que pressupõe a pluralidade política e ideológica. Inclusive, a maioria das democracias ocidentais - como a França, a Espanha e a Itália - dispunha de partidos comunistas legalizados e disputando as eleições desde o final da II Guerra Mundial.

A atuação dos comunistas na Paraíba era pública e notória. Nas eleições de 1959 em João Pessoa, por exemplo, o desembargador aposentado João Santa Cruz de Oliveira foi candidato a prefeito pela legenda da UDN. Santa Cruz era um notório militante comunista, que havia sido preso após

---

<sup>36</sup> O senhor Eloi Firmino foi convidado para prestar um depoimento para esta Comissão Municipal da Verdade, mas declinou do convite.

<sup>37</sup> Vide BATISTA (2000).

o Levante Comunista de 1935 - em uma prisão localizada na Mata do Buraquinho-, e foi deputado estadual eleito pelo PCB em 1947, sendo cassado logo em seguida. Nestas eleições de 1959, o PCB apresentou ainda dois candidatos a vereador de João Pessoa pela legenda do PSB, José Gomes da Silva e Luis Bernardo, fato que se repetiu nas eleições de 1963, quando dois comunistas foram candidatos a vereador: José Gomes da Silva e o dentista Leonardo Leal. Antes ainda, em 1955, Luis Bernardo foi eleito vereador de João Pessoa pela legenda do PST, enquanto em 1951 e em 1947 o PCB elegeu o gráfico Cabral Batista vereador da capital pela legenda da UDN. Cabral Batista foi expulso do PCB nos anos 1950, mas seguiu sendo eleito sucessivamente vereador. Presidia a Câmara Municipal de João Pessoa em 1964, quando apoiou o golpe e comandou o processo de cassação do vereador do PSB Antônio Augusto Arroxelas e dos suplentes de vereadores comunistas – como visto no capítulo sobre a Câmara Municipal.

Também nos movimentos sociais, a participação comunista era pública na Paraíba e em João Pessoa em particular, com destaque para sua atuação nas Ligas Camponesas, no movimento sindical, no movimento estudantil e no campo cultural, onde despontavam artistas comunistas como Breno Matos, Zezita Matos, Vladimir Carvalho e Paulo Pontes. Ademais, era do interesse do próprio PCB que suas atividades fossem públicas, como reforço à sua tese de que sua existência legal poderia ser compatível com um ambiente de normalidade democrática, tal como acontecia em outras democracias ocidentais, como vimos. A existência de uma sede do Comitê Estadual do PCB em pleno Ponto de Cem Réis, portanto, era um “segredo de polichinelo”, como, aliás, também o era a existência real do PCB na Paraíba. Consta do “IPM da Subversão” um convite para uma palestra de Oliveiros Oliveira em comemoração ao aniversário de 42 anos do PCB, a ser realizada no dia 25 de março de 1964, na sede dos “Sindicatos Reunidos” de Campina Grande. Datado de 24 de março, este convite era firmado pelo veterano militante comunista campinense Francisco Lima, que subscrevia “P. Comunistas” (DOCUMENTO 3). Assim, pode-se dizer que “o golpe civil-militar de 1964 pegou os comunistas paraibanos de surpresa, pondo fim a toda esta atividade política e social ascendente e efervescente” (SILVA, R. F., 2014, p. 72).

Marlene Almeida, em seu depoimento à Comissão Municipal da Verdade, relatou que esteve no escritório de José Gomes, pouco antes da chegada do Exército, para tentar resgatar documentos comprometedores, e narrou como descartou os documentos que conseguiu resgatar, com muito risco:

Tinha um senhor gordo lá que trabalhava como porteiro, eu não me lembro do nome dele, mas muito amigo da gente, que a gente vivia por lá, gostava muito dele. Quando eu cheguei, ele disse “o Exército veio aí e saiu e volta já. E me disse que não deixasse entrar ninguém. Mas você entra que eu não estou vendo. Corra lá que eu não estou vendo”. Aí eu entrei. Disse “vá pelas escadas, não vá pelo elevador, no elevador não pode porque eu não posso te ver.” Aí eu subi correndo e quando eu cheguei lá abri e peguei, eu não sabia nem o que pegar dentro da sala, procurando onde tinha nome de alguém, eu tinha levado uma sacola grande e fui botando dentro, arrancando as primeiras páginas de livros, que tivesse o nome, os papéis, tudo que deu de papel pra pegar eu peguei (...). Então eu peguei o que dava pra pegar e saí com aquela mão, duas sacolas imensas, não conseguia carregar nos batentes, quando eu desci que fui atravessando a rua e Heitor Cabral ia passando no carro. Freou, disse “o que é isso? Vai comprando que danado de tanta coisa sai

puxando aí nessas sacolas?” Aí freou e foi me ajudar. Aí disse “o que é isso?” Eu digo: “olhe Heitor é melhor você nem saber”. “Não, me diga.” Eu digo: “olhe eu vou lhe dizer, não devia, mas é um material ali que pode dar problema para o pessoal, para Antonio Augusto. (...) é lá da sala onde a gente se reunia, eu vim buscar porque eles não poderiam vir.” Aí ele disse: “e vai levar como?” “Eu vou arrastando por aqui até onde eu arrumar um canto”. Disse: “Não, não. Venha cá, bote na mala do meu carro”. Abriu o carro e eu botei dentro. E eu disse: “e ficou metade lá em cima que não deu”. Ele disse: “vamos, eu vou com você”. “Você está arriscado a ser preso”. Ele disse: “amigo é pra essas horas. Vamos comigo, eu não tenho medo não”. Ele subiu comigo, sabendo o perigo que estava correndo, não sendo do partido, não sendo sequer de esquerda, tendo reclamado sempre, “você só vivem lá, vocês vão se meter em confusão”. Ele subiu comigo, me ajudou a tirar o resto do que eu não tinha podido. Nós colocamos tudo nas outras sacolas e descemos correndo e botamos no carro de Heitor. A gente saiu. Não poderia ir lá pra casa com esse carro cheio de coisa e não poderia para canto nenhum. Passamos um pedaço discutindo e aí resolvemos botar no rio. No Rio Jaguaribe. Aí ele estacionou, a gente ia tirando de pouco e jogava lá na lama. Mas aí começou a se ver gente lá por cima e eu fiquei com medo de boiar. Aí a gente desistiu, deixou dentro do carro. E ficou no carro de Heitor. Eu fui conversar com Antonio Augusto e aí a gente lembrou-se de falar com o cunhado de Antonio Augusto que tinha uma lavanderia na Rua Duque de Caxias, a Taki. Lavanderia Taki. E aí ficou no carro de Heitor, na mala e nós conversamos com ele, ele disse que poderia ir queimar na Taki, no forno da Taki, de noite. Aí nós fomos de noite com o carro cheio, eu, Antonio Augusto [de Almeida]. Ele foi pra abrir a Taki, quando chegou lá tinha um vigia na porta que era um funcionário dele, aí ele disse “eu vou aqui com o pessoal que tem um bocado de saco de roupa lá. Eu mesmo vou com eles aqui, pode deixar. Fique aí fora que eu resolvo”. Aí entrou comigo e com ele, parecia mesmo que a gente ia lavar lá as coisas, aí botou pra queimar. E aí com um pedacinho (...) voltou o porteiro e disse: “o senhor deve estar fazendo alguma coisa errada, seu Nilson. Porque está saindo tanto papel queimado lá de cima...” Aí a gente saiu correndo e a gente olhou, você acredita que dava pra ler? (...) tinha uma chaminé e saia, a gente botava para queimar e saia pela chaminé, dava pra ler os pedaços. A gente saiu catando esses papéis, tremendo pelo meio da rua, saí juntando papel na rua toda, o vento levando e a gente pegando aqueles pedaços de papel que não estavam queimados, botou de volta tudo dentro do saco. (...) de volta pra dentro do carro sem saber o que a gente ia fazer, terminou que eu combinei com minha mãe, a gente enterrou num terreno vizinho à casa da minha mãe, mas nunca mais a gente achou esse material. **(Rodrigo Freire):** E o que tinha de material? **(Marlene Almeida):** Tinha projeto, tinha ordem, assim, dizendo que fulano ia pra tal lugar, trabalho, ia haver um congresso... Mandando uma pessoa encontrar com alguém, algum bilhete. Tarefas da semana, coisa toda que não era de interesse da pessoa, não era coisa grave nem nada, mas não era de interesse da gente que aquelas coisas saíssem e tinham muito nome.

No dia 02 de abril, foi a vez de a residência de Leonardo Moreira Leal, na Avenida Tabajaras. Leonardo Leal era dentista, protético e professor da UFPB (de onde foi demitido após o golpe), sendo um dos principais dirigentes do PCB na Paraíba em 1964. Foi candidato a vereador de João Pessoa em 1963, pela legenda do PSB – já que o PCB era ilegal -, tendo sido apresentado como o “legítimo representante das reivindicações do proletariado, dos camponeses e das forças populares e progressistas” numa carta pública onde foi apresentada ao eleitorado de João Pessoa a posição eleitoral “dos comunistas”. Não foi eleito, e sua suplência foi cassada logo após o golpe de 1964, como visto no capítulo desse relatório sobre a Câmara Municipal de João Pessoa. Tendo participado da fundação e da primeira direção da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba em 1961 (LEMOS, 1996), Leonardo Leal era conhecido por atender gratuitamente camponeses vindos do interior do estado no seu consultório odontológico, no mesmo endereço que foi invadido pelos militares em 1964.

No auto de busca e apreensão na casa de Leonardo Leal, lavrado pelo Major Ubirajara Mari-bondo Vinagre e pelo Tenente Manoel da Penha Alves, está dito:

...nos dirigimos à casa nº 538, sita à rua Tabajaras, onde mora LEONARDO MOREIRA LEAL (...) e aí, depois de lhe ter sido dada ciência da referida ordem [de apreensão de material subversivo, dada pelo Comandante da Guarnição Militar de João Pessoa], o intimamos para que, incontinenti, nos franqueasse a entrada, a fim de procedermos a diligência ordenada e constante da referida ordem; ao que obedecendo o mesmo LEONARDO MOREIRA LEAL, o convidamos para assistir às diligências desde o seu início, bem como as testemunhas” (DOCUMENTO 4)

O auto de busca e apreensão não faz nenhuma referência ao que teria sido feito com Leonardo Leal, que teria aberto a porta, e em cuja casa foi apreendido vasto material de divulgação comunista e de outras correntes políticas de esquerda.

Ocorre que Leonardo Leal não estava na sua residência quando os militares chegaram à sua procura e fizeram a apreensão de documentos. Desde o dia 01 de abril, Leonardo já tinha tomado destino incerto, sem informar à família sobre o seu paradeiro. A cunhada de Leonardo, Ednalva Sena, estava na residência no momento da sua invasão pelos militares, e prestou um importante depoimento à Comissão Municipal da Verdade:

...eu posso falar sobre o golpe, que foi a tristeza e o desaparecimento dele assim, terrível. Saiu naquele momento só, sem nada, saiu sem levar nada. Deixou minha irmã, era nova, Nevinha era bem nova, e o filho. E ninguém ficou sabendo nada, nada. Muito tempo sem saber nada da vida dele. E depois, nesse momento, no outro dia seguinte, o Exército no terraço da minha casa com metralhadora, aquela agressividade (...). Morava na Avenida Tabajaras ali perto do Liceu. Agressividade, aquela coisa no terraço, ninguém entrava. Sabe bandido, pegar o bandido esperando? Coisa horrível... E esperando que ele entrasse, alguma coisa. Ninguém podia entrar nem sair.

...o quintal invadiram, minha mãe cuidava muito, o quintal era enorme, estava assim prontinho... (...) eles foram escavar tudo procurando arma, mas fizeram um horror dentro do quintal procurando as armas que estavam escondidas, sabe... Aquele absurdo de... Absurdo, absurdo, assim, a gente se sentiu sufocado. Além dele estar longe, de ninguém saber notícia e aquele sofrimento, quer dizer, foi uma coisa horrível.

...(Marlene Almeida): Quando o Exército chegou lá na casa de vocês, (...) Leonardo não estava? (Ednalva Sena): Não, mas eles chegaram violentos, crueldade, chegaram violentos, foi horrível. Eles chegaram mesmo assim, cheios de ódio. (Rodrigo Freire): A senhora se lembra de nomes de alguns desses militares? (Ednalva Sena): Engraçado, eu bem que poderia me lembrar o nome de um Major (...). Eu não posso dar certeza, mas eu tenho lembrança, sabe? De ódio, de ódio, assim realmente uma sensação horrível que a gente sentia de criminosos, de bandidos. Uma coisa absurda, uma coisa assim, fora do comum, não é? O ódio saindo pela boca. (...) (Marlene Almeida): Outra coisa Ednalva, eles foram naquele dia e voltaram nos outros dias também, foi? Ficaram muitos dias incomodando, não é? (Ednalva Sena): Eles passaram muitos dias, passaram muitos dias, pernoitavam. Minha mãe, como era uma pessoa muito doce, maravilhosa, ela oferecia cafezinho, que ela tinha pena dos soldados: “minha filha, eles não têm culpa, são mandados”. Então passava a noite esperando o bandido, esperando o ladrão, entendeu? Noite inteira. Quer dizer, que coisa horrível com os rapazes, os soldados. (Monique Cittadino): E com a família que está dentro da casa. (ES): Com a família, nós não tínhamos liberdade nenhuma, estávamos sendo vigiadas, a família. (Marlene Almeida): Nessa época o Vinícius [Carlos Vinícius, primeiro filho de Leonardo Leal] era pequenininho, ele tinha um ano mais ou menos?(...)(Ednalva Sena):Era isso, uns dois anos, pequenininho. Entendia, chorava com medo.

...o Major falava assim pra mim: “você diga, porque o seu cunhado é um homem bom, ele dizia assim, é um homem bom. Nós conhecemos tudo da vida de Leonardo, e ele pode ser morto. Então é melhor que a gente prenda, cuide dele” ...Tão bonzinho, não é?

Um detalhe deste trecho do depoimento de Ednalva Sena tem particular importância. Ednalva não se lembrava do nome dos militares que invadiram a sua casa, mas recordava a patente do comandante da operação: “um Major”. E, de fato, foi um Major quem comandou a operação e lavrou o auto de busca e apreensão na residência de Leonardo Leal. Ednalva não guardou o nome na memória, mas nunca se esqueceu da violência e da perfídia empregadas pelo Major Ubirajara Maribondo Vinagre quando invadiu, junto com seus comandados, a casa da sua família<sup>38</sup>.

No já citado IPM instaurado para apurar a subversão na Paraíba, há uma certidão datada de 31 de maio de 1964 e firmada pelo escrivão do inquérito, o Capitão Ernani Layme Falcão, que diz que

não foram encontradas em sua residência habitual ou não atenderam ao Edital de Convocação publicado na imprensa local, as seguintes pessoas: ELOY FIRMINO DE MELLO, ISA QUINTÃES GUERRA, JOSÉ ANÍSIO CORREIA MAIA, LEONARDO MOREIRA LEAL, MARIA DO CARMO CAMPOS DE ARAÚJO e MARTINHO LEAL CAMPOS.(DOCUMENTO 5)

Há outra comprovação documental de que o auto de busca e apreensão na casa de Leonardo Leal mentia quando afirmava que ele se encontrava em casa quando da chegada dos militares. Está anexo ao Informe 218/16/ARE/83, produzido pela Agência de Recife do SNI e datado de 03 de março de 1983<sup>39</sup>, um prontuário de Leonardo Leal naquele órgão de informação<sup>40</sup>, onde foi inserido, na data de 11 de outubro de 1966, o seguinte escrito:

Era professor da Faculdade de Odontologia de João Pessoa-PB. Está foragido desde 31 de março de 1965. Realizava prolongadas reuniões com elementos vermelhos em sua residência, à Av. Tabajara nº 1072 – João Pessoa.<sup>41</sup>

Provavelmente, por um erro de digitação, escreveu-se “31 de março de 1965” ao invés de 31 de março de 1964. O certo é que Leonardo fugiu logo após o golpe.

Leonardo Moreira Leal era natural de Recife, onde se filiou ao PCB em 1945 – ao qual já estavam filiados os seus irmãos -, quando tinha dezoito anos. Veio residir em João Pessoa no início dos anos 1950, transferindo sua atuação profissional como dentista e protético e sua militância comunista para esta cidade<sup>42</sup>. A edição de 07 de janeiro de 1950 do jornal carioca “Correio da Manhã”<sup>43</sup> trouxe a seguinte notícia:

38 Auto de busca e apreensão na casa de Leonardo Leal, lavrado pelo Major Ubirajara Maribondo Vinagre e pelo Tenente Manoel da Penha Alves. Datado de 02 de abril de 1964.

39 Constante no documento ARE\_ ACE\_ 4308\_ 83, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

40 Prontuário Nº 01791. Idem.

41 Há outra divergência neste prontuário do SNI com relação ao auto de busca e apreensão firmado pelos militares do 15-RI em abril de 1964. O número da residência de Leonardo, que aparece como “1072” no prontuário, está identificado como “538” no auto de busca e apreensão.

42 Conforme entrevista do próprio Leonardo Leal, publicada em JESUS, Bianka de. “Leonardo Moreira Leal, presente!”. Jornal Inverta. Rio de Janeiro, 05 a 15 de julho de 2003.

43 Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira, no sítio <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

O Centro de Artes Plásticas da Paraíba está promovendo o “III Salão da Pintura”, no edifício da Biblioteca Pública do Estado, na Av. General Osório. Figuram trabalhos dos artistas paraibanos Hermano José, Elcir Dias, Leonardo Leal, José Lira e outros.

No prontuário acima citado, consta informação – com origem na Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco – de que Leonardo Leal era “filiado à Célula Comunista da Torre” (bairro de Recife-PE) em 1946, tendo sido preso naquela cidade em 1947, realizando pichação com motivação política. Em seguida, o prontuário informa outra prisão de Leonardo por causa de sua militância, desta feita, já em João Pessoa, em 02 de julho de 1952, “por ocasião da chegada do secretário de Estado Norte Americano”, sendo posto em liberdade em 03 de julho<sup>44</sup>. Na sua edição de 02 de julho de 1952, o jornal “A União” publicou que o então Secretário de Estado norte-americano, Don Acheson, estava em visita ao Recife naquele dia, em caminho do Rio de Janeiro. Acheson ocupou a Secretaria de Estado dos EUA entre 21 de janeiro de 1949 e 20 de janeiro de 1953<sup>45</sup>, no período inicial da Guerra Fria, momento em que os EUA se envolveram na Guerra da Coreia, por exemplo.

Como artista plástico, Leonardo Leal ajudou a fundar a “Escola de Arte Tomás Santa Rosa”, no início dos anos 1960, que funcionava no Teatro Santa Roza. Quando houve o golpe de 1964, Leonardo Leal imediatamente fugiu de João Pessoa e escondeu-se em um sítio na cidade de Paudalho, Pernambuco, nas cercanias de Recife, conforme ele mesmo afirmou em entrevista publicada em 2003<sup>46</sup>. Seu pai ajudou-lhe a encontrar o refúgio<sup>47</sup>. Em 29 de abril de 1964, o coronel Ednardo D’Ávila Melo firmou um mandado de prisão contra Leonardo Leal e outros militantes da esquerda - Adalberto Barreto, José Gomes da Silva, Elizabeth Teixeira, Pedro Inácio de Araújo, José dos Santos Barros e Hermílio de Carvalho Chimenes - “para apurar-se responsabilidades por atividades de caráter subversivo, cuja prática lhes é atribuída” (DOCUMENTO 6). Tratava-se de uma ordem de prisão claramente ilegal e arbitrária.

Meses depois, Leonardo Leal chegou clandestino no Rio de Janeiro, onde se hospedou na residência do jornalista Geraldo Pereira, antigo companheiro de militância comunista em Recife, nos anos 1940, usando o nome falso de “Mário”. Posteriormente, levou ao Rio de Janeiro sua esposa e seu filho, e abriu um consultório dentário no distante bairro de Cascadura, na Zona Norte da cidade, vizinho ao bairro de Madureira, onde estabeleceu residência. Segundo Geraldo Pereira, em uma visita ao consultório de Leonardo em Cascadura, encontrou o pernambucano David Capistrano, então integrante do Comitê Central do PCB e em plena clandestinidade, à espera de atendimento<sup>48</sup>. David Capistrano da Costa foi preso pelo DOI-CODI do Rio de Janeiro em 1974, vindo a falecer em decorrência das torturas que sofreu na chamada “Casa da Morte”, centro clandestino de prisão, tortura e extermínio mantido pelo Exército na cidade de Petrópolis, RJ (GODOY, 2014).

44 Constante no documento ARE\_ ACE\_ 4308\_83, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

45 Segundo o sítio do Departamento de Estado dos EUA: <https://history.state.gov/departmenthistory/people/acheson-dean-gooderham>. Consultado em 25 de junho de 2019.

46 JESUS, Bianka de. “Leonardo Moreira Leal, presente!”. Jornal Inverta. Rio de Janeiro, 05 a 15 de julho de 2003.

47 Conforme sua cunhada Ednalva Sena, em depoimento à Comissão Municipal da Verdade.

48 PEREIRA, Geraldo. “Digo-te adeus, Leonardo Leal”. Jornal da Gente. 12 a 25 de julho de 2003.

A atriz Zezita Matos, que militou no PCB antes do golpe, disse em seu depoimento à Comissão Municipal da Verdade que, na década de 1970, foi apresentar uma peça de teatro no Rio de Janeiro e Leonardo Leal estava na plateia, acompanhado da sua esposa. No dia seguinte, Zezita foi almoçar na sua casa, no Rio de Janeiro. Já na década de 1980, após a promulgação da Lei da Anistia, que permitiu a volta ao Brasil dos exilados políticos, Leonardo Leal manteve contato estreito com a família de Luis Carlos Prestes, atendendo-os no seu consultório dentário. Segundo afirmou Maria Ribeiro Prestes, viúva de Luis Carlos Prestes, em depoimento a esta Comissão Municipal da Verdade, Leonardo Leal assessorava clandestinamente o Comitê Central do PCB, no Rio de Janeiro, auxiliando militantes do partido que necessitavam sair do país em segurança, durante a ditadura militar. Este mesmo fato foi confirmado pela historiadora Anita Leocádia Prestes, filha de Luís Carlos Prestes com a alemã Olga Benário, em e-mail enviado à Comissão Municipal da Verdade, onde comenta que, para se aperfeiçoar nesta atividade, Leonardo Leal foi enviado para um curso em Moscou.

Leonardo Leal (...) continuou a ser militante de toda a confiança, mesmo após 1964, até o final da vida. Devido a essa sua atividade, muito importante no período de clandestinidade do PCB, ele foi enviado a Moscou para aprofundar seus conhecimentos nessa área. Efetivamente fez o referido curso e voltou para a militância no Rio. Com o fim da ditadura ele se dedicava ao trabalho de dentista (fui sua paciente) e de pintura artística. Chegou a realizar exposições de seus trabalhos. Lembro-me de visitar uma dessas exposições no centro do Rio no início de 1987.<sup>49</sup>

Geraldo Pereira, no seu já citado artigo, confirma que deixou Leonardo Leal no aeroporto para sua viagem a Moscou, “no apogeu da ditadura militar”. A intenção da viagem foi esclarecida pela publicação, em um sítio da internet mantido pelo russo Vladimir Bukovisk<sup>50</sup>, de uma carta remetida por Luis Carlos Prestes ao Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), datada de 08 de maio de 1974. Na missiva, Prestes solicita ao partido soviético que receba o “camarada Leonardo Leal”, líder do PCB “no estado da Paraíba que, depois do golpe reacionário de 1964, foi transferido para o Rio de Janeiro para prestar apoio às atividades ilegais do braço clandestino do Comitê Central” do PCB, para realizar um curso de “operações especiais”<sup>51</sup>. O Comitê Central do PCUS acatou a solicitação de Prestes em cartas de 15 e 20 de maio de 1974, e Leonardo Leal foi recebido em Moscou, como relataram Geraldo Pereira e Anita Leocádia Prestes.

José Anísio Correa Maia, outro dirigente do PCB, e funcionário do Conselho Estadual de Desenvolvimento – CED, também conseguiu fugir, residindo em cidades do interior dos estados da Bahia e de Goiás. Em 24 de abril de 1964, o Coronel Ednardo D’Ávila firmou um mandado de prisão contra “Antônio Augusto Almeida, José Anísio Maia e Antônio Aragão Filho, sendo os dois primeiros incomunicáveis” (DOCUMENTO 7). Maia, como era conhecido, só voltou a viver em João Pessoa no final da década de 1970, quando iniciava o processo de abertura política no país. Antonio Augusto de Almeida, que também era funcionário do CED, inicialmente foi esconder-se em uma fazenda em Pa-

49 Anita Leocádia Prestes. Email enviado à Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa em 03 de junho de 2016.

50 <https://bukovskiyarchive.wordpress.com/2017/06/06/9278/>. Acessado em 07 de abril de 2016.

51 Tradução livre feita a partir dos originais em inglês.

tos, conseguida com ajuda da sua família, mas temeu que seu isolamento pudesse expor-lhe a perigo. De lá, foi para Campina Grande e, em seguida, decidiu voltar para João Pessoa, para aqui decidir o que fazer. Chegando em João Pessoa, foi informado por amigos e familiares que o Exército estava à sua procura em seus antigos endereços, além das casas de amigos e familiares. Contou com a solidariedade do seu amigo Heitor Cabral que, com poucos dias de casado, ofereceu-se para lhe esconder na sua residência, próxima à feira de Jaguaribe e à Mata do Buraquinho, acreditando que a mata poderia ser uma boa rota de fuga, em caso de necessidade. Vendo o cerco se apertar, Antonio Augusto decidiu se entregar ao Exército, e contou com a ajuda do seu sogro, que buscou a orientação de advogados sobre como proceder após a prisão, visando comprometer-se o mínimo possível com a acusação de ameaça à segurança nacional. Sobre esse assunto, afirmou Antonio Augusto:

O grande problema era a Lei de Segurança [Nacional]. Mas como não houve nenhum atentado assim propriamente à segurança do país, arma, essa coisa, as pessoas achavam que não era de grandes consequências, embora tivesse uma grande interrogação, ninguém sabia o que ia acontecer.

A lei que estava à época em vigor que tratava da segurança do Estado era a Lei 1802/1953, que definia os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social. Tratava-se da mesma lei à qual Joacil de Brito Pereira havia se referido para acusar os estudantes no Conselho Universitário da UFPB, na ocasião em que foi debatida pelos conselheiros a invasão da Faculdade de Direito, como vimos acima. Ocorre que, se as atividades políticas desempenhadas por Antonio Augusto e por seus companheiros em João Pessoa até 1964 estavam restritas à normalidade democrática, a ruptura da ordem constitucional de fato colocava o país sob “uma grande interrogação”, para usar suas próprias palavras. Antonio Augusto de Almeida lembrou que se entregou no 15-RI no dia seguinte ao envio de cinco militantes paraibanos, que se encontravam detidos naquele quartel, para o presídio de Fernando de Noronha.

Os transferidos para Fernando de Noronha naquela ocasião foram: o jornalista Jório Machado, o advogado e procurador da Superintendência da Reforma Agrária da Paraíba (SUPRA) Bento da Gama Batista, o professor Laurindo Marques, o deputado estadual Langstein Almeida – cassado pela Assembleia Legislativa da Paraíba – e o bancário Luiz Hugo Guimarães, que já estava com os direitos políticos cassados pelo AI-1. Segundo Luis Hugo Guimarães, ele e seus quatro companheiros foram retirados do 15-RI com destino a Fernando de Noronha às 3 horas da madrugada do dia 29 de abril de 1964 (GUIMARÃES, 2002, p. 39). Antes, em 12 de abril, quem foi transferido do 15-RI para Fernando de Noronha foi o agrônomo e deputado estadual Assis Lemos – cassado pela Assembleia Legislativa da Paraíba -, que havia sido preso em Pernambuco. Na viagem entre Recife e João Pessoa, Assis Lemos sofreu tortura física e psicológica, praticada pelos militares que lhe transportavam, sob o comando do Coronel Hélio Ibiapina (LEMOS, 1996). Bento da Gama Batista apresenta uma hipótese para o fato de terem sido justamente estas pessoas as transferidas para Fernando de Noronha: a vinculação com o movimento camponês e com a SUPRA.

Esse órgão do Governo Federal na Paraíba havia tomado várias iniciativas, ajudando, dentro dos seus parcos limites, o movimento camponês. Havia contribuído de maneira decisiva na fundação de sindicatos rurais, e também na fundação da Federação dos Trabalhadores Agrícolas, datada de 20 de dezembro de 1963. Lutamos em defesa do projeto de reforma agrária, proposto pelo Presidente da República. (...) a primeira etapa da repressão no Nordeste foi conter, a todo custo, a luta camponesa. (...) A propriedade latifundiária, havia muito, vinha sendo superprotegida na Paraíba. (...) As prisões de Paulo Maia, agrônomo, delegado da Superintendência da Reforma Agrária na Paraíba, e do jornalista Jório de Lira Machado, também funcionário da SUPRA, eram um indicativo insofismável da perseguição aos da SUPRA. A cassação e prisão do deputado Assis Lemos, vinha confirmar minhas suspeitas quanto à violenta repressão aos que estavam do lado dos camponeses. (BATISTA, 2000, pp. 61-62)

Além dessas pessoas já citadas, estiveram presos em João Pessoa, no 15-RI ou no Grupamento de Engenharia, a partir de abril de 1964: o vereador Antônio Augusto Arroxelas – cassado pela Câmara Municipal de João Pessoa; os camponeses Pedro Ignácio de Araújo (Pedro Fazendeiro) e João Alfredo Dias (Nêgo Fuba); o prefeito de Sousa, Antônio Mariz; a advogada Ofélia Amorim; o ex-deputado estadual pelo PCB e desembargador aposentado João Santa Cruz de Oliveira; o contador João Batista Barbosa; o empresário Guilherme Rabay; o jornalista Adalberto Barreto; o deputado Agassiz Almeida – cassado pela Assembleia Legislativa da Paraíba; o jornalista João Manoel de Carvalho; o prefeito de Rio Tinto, Antônio Fernandes de Andrade (Antônio Bolinha); a estudante Maria José Limeira; o jornalista Orlando Tejo; o padre de Araruna, Monsenhor Joaquim de Souza Simões; o agrônomo Paulo Maia, delegado da Superintendência da Reforma Agrária da Paraíba (SUPRA), dentre outros.

Antonio Augusto de Almeida afirmou, em seu depoimento à Comissão Municipal da Verdade, que não sofreu violência física nos dias em que esteve encarcerado no 15-RI, entretanto, foi submetido a forte pressão psicológica (agressões verbais e ser colocado sob a mira de armas) e maus tratos, particularmente relacionados à condição de encarceramento (celas pequenas, super-lotadas e sem higiene) e à qualidade da alimentação que era servida aos presos.

A comida era horrível, os dias que fiquei lá não comi. Comi um pão, assim tirando uns pedacinhos, pão velho de três, quatro dias. A comida vinha num tonel, a metade de um tonel cortado, e parece que tudo que sobrava dos almoços lá dos soldados botavam naquele tonel, como se fosse uma sopa. E eu me lembro que no dia logo, na primeira refeição, (...) era num carro de mão que vinha. (...) eles faziam umas gozações, de vez em quando passava um militar, tenente ou sargento, no corredor e soltava umas piadas com os presos. Diziam “hoje é peixe”, eu me lembro bem, “hoje é peixe, vocês vão passar bem, é peixe hoje”. Ai quando eu olhei pra aquele negócio, aquela comida, uma espinha de peixe boiando.

O jornalista Jório Machado fez narrativa semelhante, no seu livro de memórias:

Quando estávamos presos no 15-RI dormíamos no chão e comíamos com as mãos porque não havia talheres para todos. Passamos muitos dias com o sanitário entupido e um defeito na torneira deixava escapar água para o salão do xadrez, depois de passar pelo piso do banheiro imundo. (...) O xadrez em que estive (...) tem aproximadamente vinte metros quadrados. Logo nos primeiros

dias cheguei a contar 18 presos, nesse espaço físico. As outras prisões também estavam superlotadas. E quase todos os dias o Coronel-PM Luiz de Barros chegava com um contingente de prisioneiros do campo. Camponeses de Sapé, Mari, Mamanguape, Cajá. (...) Entre eles havia gente doente e com marcas de sevícias. Todos famintos e maltratados. Comiam a refeição amarga como se estivessem num banquete (MACHADO, 1991, pp. 103-4).

Ainda com relação aos maus tratos, Assis Lemos recorda aos que foi submetido quando estava preso no 15-RI:

O Tenente Falcão<sup>52</sup> (marcado na cara por uma mancha vermelha), ordenou a um sargento que, a cada hora, jogasse água em mim. (...) Assim aconteceu durante toda a noite. O sargento, antes de executar aquela missão, disse que fazia porque era obrigado, “mas aquilo era absurdo”. Quando podia, evitava atingir-me, jogando a água nas paredes e no chão. (...) Fazia frio em João Pessoa. (LEMOS, 1996, p p. 251-2)

Um detalhe dessas primeiras prisões políticas nos quartéis do Exército de João Pessoa em 1964 não pode passar despercebido. Praticamente todas as pessoas que lá estiveram presas, sendo ou não submetidas a torturas físicas, escaparam com vida. As únicas exceções foram os dois camponeses, líderes das Ligas Camponesas de Sapé, Pedro Inácio de Araújo, o “Pedro Fazendeiro”, e João Alfredo Dias, o “Nêgo Fuba”. Ambos eram militantes do PCB, e João Alfredo havia sido eleito vereador de Sapé em 1963, pela legenda do PSD, com 400 votos (ou 7, 43% dos votos válidos)<sup>53</sup>. João Alfredo e Pedro Inácio - que “estavam presos no 15-RI sob a custódia do General Edinaldo Dávila [sic] e do Coronel Rubens Pereira”, como bem lembrou Jório Machado, referindo-se ao comandante e ao subcomandante daquela unidade militar (MACHADO, 1991, p. 94) - foram postos em liberdade, respectivamente, em 28 de agosto e em 07 de setembro de 1964. Entretanto, não chegaram em casa, figurando até hoje na lista dos desaparecidos políticos da ditadura. No dia 10 de setembro de 1964, o jornal Correio da Paraíba publicou uma foto de dois corpos carbonizados encontrados na BR-104, ligação entre Campina Grande e Caruaru. Acredita-se que sejam os cadáveres dos dois líderes camponeses.

Os militares e os órgãos de informação e segurança da ditadura nunca assumiram responsabilidades nem colaboraram com o esclarecimento das condições do sequestro e assassinato de Pedro Fazendeiro e Nêgo Fuba. Em contrário. Em 14 de outubro de 1982, a Agência do SNI no Recife emitiu o Informe 20/08/ARE/82<sup>54</sup>, com avaliação A/1 (que indicava a alta confiabilidade do documento), onde estava anexo um prontuário de Pedro Fazendeiro. O prontuário afirmava:

Preso no 15-RI, logo após a revolução, para averiguações – preso em 16/7/64, no 15-RI, para responder ao IPM – solto em 7/9/64. (...) Em DEZ/64 foi visto na Fazenda JACUMIRIM DE CIMA em Serrinha (RGN), em trabalho de aliciamento para o PCB.

---

52 No Natal de 1964, o prefeito de João Pessoa, Domingos Mendonça Neto, recebeu mensagem de “Boas Festas” firmada pelo Comandante e pelos Oficiais e Praças do 15-RI. Entre os oficiais, estava listado o 2º Tenente Idelfonso Bezerra Falcão, único tenente da lista de sobrenome “Falcão”. Provavelmente, trata-se da mesma pessoa. A nota foi publicada no jornal Correio da Paraíba em 24/12/1964.

53 Segundo informações disponíveis no sítio do TRE-PB na internet.

54 Arquivo Nacional. Documento ARE\_ACE\_3675\_82

A última informação é muito pouco provável: em dezembro de 1964, Pedro Inácio já estava desaparecido, após ter sido liberado pelos oficiais comandantes do 15-RI, que o custodiaram até o dia 07 de setembro de 1964, sem nenhuma comunicação à sua família. A partir do momento das suas liberações, Pedro Fazendeiro e Nêgo Fuba não foram mais vistos. Da mesma forma, na ata da 46ª sessão do Conselho de Segurança Nacional, realizada em 07 de fevereiro de 1969, sob a presidência de Arthur da Costa e Silva, então Presidente da República, está dito que Pedro Gondim – que naquela sessão estava sendo julgado, e findou tendo seu mandato de deputado federal cassado - “recebeu no Palácio do Governo alguns líderes comunistas, destacando-se entre eles o conhecido e perigoso agitador das Ligas Camponesas Pedro Fazendeiro”<sup>55</sup> em 1966. Trata-se de uma inverdade.

Uma pista importante sobre o destino de João Alfredo e Pedro Inácio foi dada pelo bancário aposentado João Fragoso, em depoimento à Comissão Municipal da Verdade. Segundo Fragoso, o governador João Agripino nomeou uma comissão para dirigir o Presídio do Roger, com a função de apurar denúncias de que presos estavam saindo daquela unidade prisional, à noite, para cometer assassinatos, a serviço de grupos de extermínio. Tal comissão deveria, ainda, impedir que tal situação continuasse. Entre os componentes da comissão, estariam a irmã de Fragoso, Maria Madalena Fragoso Ribeiro, além de um enfermeiro de sobrenome “Rocha” e de uma terceira pessoa, de quem o bancário não recordou o nome.

Segundo Fragoso, neste período, encontrava-se preso no Presídio do Roger o Cabo “Chiquinho” – acusado pelo assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira, em 1962 -, que teria procurado a senhora Madalena Fragoso e lhe revelado que fora o responsável, junto com o Coronel da Polícia Militar da Paraíba Luis de Barros e outros comparsas, pelo assassinato e posterior desaparecimento dos corpos dos camponeses Pedro Fazendeiro e Nêgo Fuba, que haviam sido por eles sequestrados quando foram libertados do 15-RI. Infelizmente, a Comissão Municipal da Verdade não conseguiu encontrar nenhuma comprovação documental sobre esta Comissão citada por João Fragoso, o que deve ser atribuído às péssimas condições dos arquivos públicos em João Pessoa, particularmente os arquivos do Governo do Estado da Paraíba e da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Mas se trata de uma informação nova e certamente digna de credibilidade, necessitando ser averiguada com o aprofundamento de pesquisa documental.

O assassinato de João Alfredo e de Pedro Inácio está diretamente relacionado à natureza do bloco civil-militar que liderou o golpe de 1964 na Paraíba: Exército, aparato policial civil e militar e líderes políticos ligados aos latifundiários do “Grupo da Várzea”. A narrativa supracitada de Maria José Limeira, sobre sua prisão na noite de 01 de abril na sede da API, e a madrugada que passou no quartel da Polícia Militar, quando teria presenciado o advogado e ex-deputado estadual Egídio Madruga conduzindo camponeses presos para serem entregues aos militares, também é uma caracterização importante deste bloco golpista na Paraíba. Considerando o peso que o latifúndio monocultor desempenhava na economia da Paraíba em 1964, fazendo dos latifundiários um dos setores mais poderosos da

---

<sup>55</sup> Arquivo Nacional. Documento BR\_AN\_BSB\_N8\_ATA\_005\_046.

política local – particularmente, o “Grupo da Várzea” -, eram as Ligas Camponesas que simbolizavam a contestação mais radical ao *status quo* dominante no estado no período anterior ao golpe.

Dentre as reformas de base propostas pelo Presidente João Goulart, era a reforma agrária a que mais incomodava as elites políticas e econômicas na Paraíba daquele período, e foi entre este setor das elites civis que os militares encontraram seus aliados mais dedicados na preparação do golpe no estado, como ficou claro no depoimento supracitado de Joacil de Brito Pereira. Foi contra as duas maiores lideranças camponesas do estado daquele momento, portanto, que se voltou a face mais dura da violência que caracterizava o golpismo civil-militar na Paraíba de 1964. Os assassinatos de Pedro Fazendeiro e de Nêgo Fuba, portanto, devem ser percebidos como tendo relação direta com os assassinatos de João Pedro Teixeira, em 1961, e de Margarida Maria Alves, em 1983.

Além das prisões e torturas, merecem destaque entre as atividades de violação dos direitos humanos em João Pessoa no ano de 1964 as demissões e transferências de funcionários públicos e intervenções na administração pública. Em 15 de abril de 1964, o jornal Correio da Paraíba publica matéria intitulada “Mario Moacyr Porto substituído: Guilardo Martins o novo Reitor”, destacando a intervenção dos militares golpistas na UFPB, afastando arbitrariamente o seu reitor, que foi substituído por um interventor<sup>56</sup>, o major e médico Guilardo Martins. A matéria publicada no Correio da Paraíba trazia o ofício do comandante da Guarnição Federal em João Pessoa, Coronel Artur Candal, comunicando ao Magnífico Reitor Mário Moacyr Porto o seu afastamento do cargo:

1. Comunico-lhe que, de acordo com o espírito de renovação, intrínseco à Revolução vitoriosa, resolveu este Comando intervir nessa universidade.
2. Cumpre-me esclarecer que seu afastamento não decorre de nenhuma dúvida sobre sua probidade funcional ou qualquer suspeita de atividades subversivas.

Destacamos ainda, a título de exemplo, a demissão de Adalberto de Araújo Barreto, Heitor Cabral da Silva, Antonio Augusto de Almeida e José Anísio Correa Maia do Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED), através da Portaria Nº 16, de 16 de abril de 1964, firmada pelo Secretário Executivo do CED, Jeová Mesquita – que, até poucos dias antes de assinar a portaria, era colega de trabalho dos demitidos (DOCUMENTO 8). Mais adiante, em 30 de setembro de 1964, o jornal Correio da Paraíba publicou uma matéria intitulada “Professor denunciado por dois alunos”, que dizia o seguinte:

Está preso desde sábado no quartel do 15-RI o estudante Severino Ramos Pereira, conluente da Faculdade de Direito da Universidade da Paraíba [que] integra também o corpo docente do Colégio Estadual de João Pessoa. (...) o estudante (...) pretendia propor um voto de solidariedade ao seu colega demitido [Geraldo Medeiros] e, segundo se comentava ontem entre os estudantes do Colégio Estadual, estava recolhendo assinaturas de seus colegas de docência. Conforme ainda comentários, o estudante Severino Ramos teria feito algumas referências à Revolução de 1º de abril [sic] durante a sua aula, fato que foi denunciado às autoridades militares por dois de seus alunos.

---

<sup>56</sup> Guilardo Martins só foi efetivado como reitor em 12 de agosto de 1964, segundo seu perfil publicado no sítio da UFPB na internet, no endereço <http://www.ufpb.br/content/guilardo-martins-alves>.

O professor demitido, Geraldo Medeiros, era militante do PCB e, além do Colégio Estadual, trabalhava do CED, de onde também foi demitido. A matéria traz ainda um elemento importante: o clima de perseguição e de estímulo à delação que foi instaurado no país com o golpe de 1964, que vitimou o professor e acadêmico Severino Ramos Pereira. Ainda a título de exemplo, temos o caso de João Fragoso, funcionário do Banco do Brasil que, por ser dirigente do Sindicato dos Bancários da Paraíba, foi transferido compulsoriamente para a cidade de Tauá (CE), a 804 Km de distância de João Pessoa, onde até então residia com sua família.

Alguns anos depois, o próprio governador Pedro Gondim - que havia apoiado o golpe de 1964 e, na condição de governador, comandado algumas das demissões, perseguições e violações de direitos humanos acima narradas - também viu serem cassados seus direitos políticos e seu mandato de deputado federal pela ARENA. A cassação de Pedro Gondim foi decidida na 46ª sessão do Conselho de Segurança Nacional (CSN), realizada em 07 de fevereiro de 1969. Pesou contra Gondim o depoimento do próprio presidente do Conselho<sup>57</sup>, o então presidente da República, Arthur da Costa e Silva, que afirmou:

Como Comandante do IV Exército, compareci, incógnito, com dois oficiais do meu Estado Maior, a um comício de camponeses que naquela época era moda. Ficamos no meio do povo. Falaram Celso Brandt, Roberto Morena, David Capistrano e José Joffily. Um estudante declarou que a Paraíba seria a Cuba brasileira. Falaram depois uma série de comunistas terríveis, falando, por fim, o Governador do Estado, que era Pedro Moreno Gondim. Manifestou-se de início no mesmo ritmo e no mesmo tom dos comunistas que o precederam na palavra. Atacou a todos e a tudo, e por fim leu um documento contrariando tudo o que acabara de dizer de improviso. O azar dele é que o Comandante do IV Exército, que hoje é o Presidente da República, assistiu àqueles fatos. (...) A Paraíba naquela época estava muito agitada e Pedro Gondim fazia aquele trabalho todo de agitação. (...) Os jornais só registraram o pronunciamento sensato. Tudo isso está lá no IV Exército, pois eu levava o Chefe da Segunda Seção para anotar aqueles pronunciamentos.

O caráter dúbio que imprimiu ao seu governo até 1964, mantendo relações simultâneas com a esquerda e os movimentos sociais com ela identificados e com os latifundiários do Grupo da Várzea, findou por selar o destino político de Pedro Gondim, que foi vítima da ditadura que ele próprio ajudara a instalar (CITTADINO, 2014). Este depoimento de Costa e Silva comprova que os militares do IV Exército, desde antes do golpe, vigiavam de perto as movimentações dos camponeses nos estados que estavam sob seu comando, como a Paraíba, colocando à disposição desta vigilância seus serviços de inteligência e informação – a “Segunda Seção” referida por Costa e Silva. O resultado desta vigilância ficou arquivado nos quartéis do IV Exército, como ainda pode-se deduzir do depoimento de Costa e Silva. O fato de o comandante do IV Exército ter acompanhado pessoalmente, junto a oficiais do seu Estado Maior, um comício camponês na Paraíba evidencia a importância que os militares davam ao movimento das Ligas Camponesas, a quem condenavam, pela sua identidade ideológica com os interesses dos latifundiários.

---

57 Arquivo Nacional. Documento BR\_AN\_BSB\_N8\_ATA\_005\_046.

O campo artístico também sofreu perseguição imediata após o golpe de 1964. Tal perseguição foi relatada por Rosa Maria Carlos e Silva em sua dissertação de mestrado, intitulada “A arte censurada: teatro e ditadura no Estado da Paraíba nos anos de 1964 a 1988”. Segundo a autora,

...as perseguições atingiram (...) os artistas do Teatro Popular. Dentre os presos no 15º RI, estava a poeta e estudante de Filosofia da UFPB, Maria José Limeira, a quem os militares perguntavam por Zezita [Matos], aos gritos e com uso de palavras ofensivas (“Onde está Zezita, aquela rapariga?”). A atriz escapara da prisão por pura sorte. Os militares foram buscá-la no Liceu e a procuraram pelo apelido, sem saber que seu verdadeiro nome era Severina de Souza Pontes. Como não existia ficha escolar com o nome de Zezita, foi salva da prisão. Mas, para escapar da perseguição do Exército, passou a viver escondida na casa de um tio, sem poder ir ao lar paterno, constantemente vigiado pelos militares, que estacionavam ostensivamente caminhão do Exército nas proximidades. (...) Já Breno Matos, à época noivo de Zezita, foi preso e levado ao 15-RI, passando depois à prisão do Grupamento de Engenharia, onde permaneceu por oito meses. Para visitá-lo, a atriz acompanhava a família do namorado e o futuro sogro a identificava com a certidão de nascimento de uma filha falecida. [Breno] Matos também foi demitido do seu cargo na UFPB, em maio de 1964, só recuperando o emprego após a Anistia (SILVA, R. M., 2014, pp.116-117).

Dentre os textos e peças que sofreram censura na Paraíba, Silva, R. M. (2014) cita: “Para i bê a bá”, de Paulo Pontes; “O vermelho e o branco” e “Antígona”, de J. W. Solha; “Rogério”, de Orris Soares; “O julgamento de Cristo”, de José Bezerra, “Quem tem medo de Lucy Camelo?”, de Marcos Luiz; “Gota D’água”, de Paulo Pontes com Chico Buarque de Holanda; “Um tenente chamado Benício”, de José Bezerra e; “AÍ”, de Ubiratan de Assis.

Em João Pessoa, merece destaque a apreensão pelo 15-RI das fitas originais do filme “Aruanda”, dirigido por Linduarte Noronha, jornalista e cineasta de militância de esquerda, além de funcionário da UFPB, de onde foi demitido após o golpe. No prontuário de Linduarte Noronha no SNI<sup>58</sup>, consta esta importante informação, inserida em 1969:

Em 1967 [Linduarte Noronha] requereu ao Comando do 15º RI a cópia do filme Aruanda, de sua produção, apreendido durante a Revolução de 1964, cujo filme o comando do 15 RI enviou à 7ª RM, onde se encontra.

O filme Aruanda, realizado por Linduarte Noronha em 1959, retrata a vida da comunidade quilombola da Serra do Talhado, em Santa Luzia-PB, e é precursor do chamado “Cinema Novo”, sendo considerado atualmente um dos grandes clássicos do cinema brasileiro. Mas estava identificado com a perspectiva nacional-popular que inspirava parte dos movimentos sociais progressistas do pré-1964, sendo por isso considerado como “subversivo” pelos militares golpistas. Historicamente, as experiências autoritárias em todo o mundo nunca permitiram o exercício da liberdade criativa associada à arte.

Em 14 de abril de 1964, o Coronel Arthur Duarte Candal Fonseca, comandante do Grupamento de Engenharia e da Guarnição Militar de João Pessoa, emitiu portaria determinando a instalação de um Inquérito Policial Militar (IPM) para a apuração de “atividades subversivas” na Paraíba, delegando sua responsabilidade ao Major Ney Aquino. Em nota da mesma data, o Coronel Candal indicou o

---

<sup>58</sup> Prontuário nº 00255. Constante no documento ARE\_ ACE\_3737\_82, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

Capitão Ernani Layme Falcão como escrivão do IPM, atendendo a solicitação do Major Aquino. Na portaria, o Coronel Candal assim justifica a abertura do IPM:

Em face dos últimos acontecimentos em que intervieram as Forças Armadas, resultou de toda evidência que elementos ligados à ideologia comunista vinham praticando atos que atentavam contra a Segurança Nacional, pelo que determino que seja instaurado o devido Inquérito Policial Militar para a necessária apuração dos fatos e da responsabilidade de quantos neles se envolveram.

O transcorrer das investigações desse IPM findou por revelar um conflito de mentalidades no interior do oficialato do Exército baseado em João Pessoa. Em geral, pode-se dizer que este conflito expressava a divisão nacional dos militares em duas alas, os chamados “moderados” e a “linha dura”. Naqueles primeiros momentos do golpe de 1964, os líderes destas duas alas eram, respectivamente, os generais Humberto de Alencar Castelo Branco e Arthur da Costa e Silva. Em João Pessoa, as duas alas eram bem representadas pela postura que assumiram o Major Ney Aquino e o Major Benedito Cordeiro, respectivamente. Os “moderados” tinham uma preocupação de conferir uma feição de “legalidade” aos seus atos – mesmo que estes atos fossem arbitrários e violassem direitos humanos -, buscando reforçar o argumento de que o golpe foi dado para “defender a democracia” da suposta ameaça de uma “ditadura comuno-sindicalista”. Já a posição da “linha dura” foi bem expressa pela frase dita pelo Major Cordeiro ao advogado Bento da Gama Batista, quando ele se apresentou no 15-RI poucos dias após o golpe: “Essa sua Constituição já foi para o inferno” (BATISTA, 2000, p. 42). No IV Exército, sediado em Recife, ao qual estão subordinadas as unidades militares de João Pessoa - assim como o 31ª Batalhão de Infantaria Motorizada, de Campina Grande -os principais nomes da “linha dura” em 1964 eram o Coronel Hélio Ibiapina e o Coronel Antônio Bandeira – este último, natural de Guarabira.

Vários depoimentos de pessoas que estiveram presas à época e responderam ao IPM atestam o conflito entre estas duas alas do Exército em João Pessoa. Segundo o bancário Luiz Hugo Guimarães, “a independência com que o Major Ney de Oliveira Aquino e o Capitão Ernani Layme Falcão conduziam o inquérito contrariava os desejos de Ibiapina e Bandeira. (...) Na realidade, o propósito era criar condições para anular o trabalho final a ser apresentado pelo major Ney Aquino, encarregado do IPM da subversão”(GUIMARÃES, 2002, p. 113).

Bento da Gama Batista afirmou sobre o IPM: “o escrevente era um oficial dentista do 1º Grupamento de Engenharia na Paraíba, Hernani Falcão [sic], que me tratou com urbanidade” (BATISTA, 2000, p. 75). Já sobre o tratamento conferido aos presos no Grupamento de Engenharia, Bento da Gama relatou que “o 1º Grupamento de Engenharia, através da sua oficialidade, dava um exemplo aos outros militares. Assumiu uma posição contrária à daqueles que adotaram uma conduta grosseira, turbulenta, de torturadores, alguns até mesmo de assassinos” (Idem, p. 110). Esta última era a conduta dos oficiais do 15-RI, segundo Bento da Gama.

Em linha parecida, Jório Machado afirma que o Grupamento de Engenharia “parecia ser a exceção” dentre as prisões militares do Nordeste, pelo tratamento humanitário desfrutado pelos presos. “A essa conduta do 1º Grupamento de Engenharia, o Coronel Ibiapina chamava de ‘mordomia do

Aquino'. O major Ney de Oliveira Aquino (...) era o presidente do IPM/PB da subversão, que terminou transferido para os confins da Amazônia” (MACHADO, 1991, p. 77). Antonio Augusto de Almeida, em seu depoimento à Comissão Municipal da Verdade, qualificou o Major Aquino como “uma pessoa muito, assim, democrática. A gente notava que ele estava ali cumprindo uma obrigação”. Entretanto, esta postura menos violenta dos oficiais do Grupamento de Engenharia, comparativamente com o que praticavam os oficiais do 15-RI, não os isenta da condição de violadores de direitos humanos, já que as detenções que realizaram, e o IPM ao qual submeteram diversos cidadãos paraibanos, eram ilegais e arbitrários, segundo o marco conceitual consagrado pela Comissão Nacional da Verdade (DOCUMENTO 9).

A postura legalista do Major Aquino aparece em ofício de 03 de junho de 1964, por ele enviado ao Conselho Permanente da Justiça Militar (CPJM) da 7ª RM, solicitando o relaxamento da prisão preventiva em favor de “várias pessoas indiciadas ou mesmo suspeitas na prática de crimes contra a segurança nacional” que então se encontravam presas em João Pessoa, no 15-RI ou no Grupamento de Engenharia. O Major Aquino justificava tal pedido pela sua intenção de “agir estritamente dentro do espírito da lei”, ressaltando que “o Ato Institucional não introduz qualquer modificação à legislação comum ou especial vigente”. Ressaltava, ainda, que as instruções aos encarregados de IPMs emitidas pelo Marechal Estevão Taurino de Rezende Neto - presidente da Comissão Geral de Investigação (CGI), órgão criado pelo Decreto 53.897, de 27 de abril de 1964, da Presidência da República -, estavam imbuídas pelo espírito de preservação da legalidade e das “necessidades da Justiça, característica básica da democracia e do espírito cristão” (grifos conforme o original). Segue o Major Aquino:

O espírito da Revolução [sic], na sua concepção mais pura é, além de atender a variados reclamos do povo, o de fazer-se Justiça. Justiça e não tripúdio. Um dos 'slogans' em voga, muito útil para aplacar as consciências e os atos de violência desnecessária é de que, se a revolução comunista triunfasse, seria muito pior. Quer dizer, vamos então praticar as violências que condenamos em nossos inimigos? (...) Onde está a coerência, a lógica, a pureza e a sinceridade de propósitos da Revolução? Qual, então, a diferença entre um comunista e um democrata? (...) se a Revolução cerceia a liberdade de seus pretensos inimigos, não contente de aplicar estritamente as leis que existem, onde está o seu sentido moralizador e construtivo? Porque tudo aquilo que agora omitir a Lei e exceder a Justiça, será o arbítrio e a injustiça. (...) Sinceramente, não entendo essa preocupação de encher prisões e mantê-las cheias. Não existe nos indiciados, salvo raras exceções, o sentido judicial da periculosidade. (...) A possibilidade de prosseguir na prática do crime é inadmissível pela falta de condições para isso. Se já se reconheceu que o Partido Comunista não tinha condições sequer para iniciar um movimento revolucionário importante, em 31 de março, não é razoável, nas condições atuais, alegar essa possibilidade.

Baseado no exposto, o Major Aquino solicitou a revogação da prisão preventiva de Luis Bernardo Filho, Antônio Augusto Arroxelas, Guilherme Campelo Rabay, Antonio Augusto de Almeida, Bento da Gama Batista, Boanerges Timóteo de Souza, Breno de Andrade Matos, João Alfredo Dias, Heloísio Jerônimo Leite, Luiz Hugo Guimarães, Laurindo Marques, dentre outros.

Este documento encaminhado pelo Major Aquino ao CPJM da 7ª RM tratava-se de um libel liberal, permeado pela ilusão – aparentemente sincera – quanto aos compromissos democráticos e

constitucionais da “Revolução” que ora se instalava no país. Ilusão que não compartilhava quem era experiente em arbítrio, como o senador Filinto Muller, antigo chefe da polícia política do Distrito Federal durante o Estado Novo. O jornal Correio da Paraíba de 24 de setembro de 1964 publicou matéria que afirmava: “erram todos quantos vaticinam que os efeitos da revolução não persistirão por dois ou três anos. (...) ‘Eu [Filinto Muller], na minha idade, não verei o fim desta revolução’”. A história mostrou que o senador Muller estava correto na sua previsão.

Encerrado o IPM do Grupamento de Engenharia, procedeu-se a denúncia da Promotoria Militar da 7ª Região Militar, realizada pelo Promotor Militar Othon Fialho de Oliveira, em 31 de maio de 1965, que afirmava:

...todos esses denunciados incurso nas penas do art. 2º, III da Lei n. 1802 de 5 de janeiro de 1953, desde como se encontra claro no IPM procedido pelo encarregado Sr. Major Ney de Oliveira Aquino, a respeito dos fatos subversivos praticados pelos mesmos denunciados, tentaram todos eles, por meios e formas diferentes, mudar a Ordem Pública e Social estabelecida na Constituição Federal da República, com a ajuda material e moral da Organização de Caráter Internacional – O Comunismo [sic]. Na verdade, (...) havia um entrosado gigantesco em todo o Estado da Paraíba, como vinha acontecendo nas demais Unidades da Federação, onde se cuidava, à socapa, premeditada e friamente, de destruir o Brasil. Era questão de tempo, desse tempo que não veio [sic], mercê de Deus. De Deus e dos homens disciplinados aos quais cabe a guarda do País e que, agora, com cuidado, vêm realizando os numerosos IPM, no território nacional. O Comunismo era o leitmotiv[sic] dessa Grande Rede de Maldade, em razão da qual é exigida, agora, a punição dos responsáveis, que incitavam o povo à luta de classes com Greves, ou com Ligas Camponesas, com Comícios, ou com a ignominiosa “Conscientização de Escolares”, dos responsáveis que degradavam o Estado com tudo isso que se chama subversão. (DOCUMENTO 10)

Dentre os denunciados pelo Promotor Othon Fialho, destacamos: João Alfredo Dias (Nêgo Fuba) – que, à época da denúncia, possivelmente já havia sido assassinado; Francisco de Assis Lemos; Maria das Dores Oliveira; Iveline Lucena Costa; Antônio Augusto Arroxelas; José Tarcísio Fernandes; Antonio Augusto de Almeida; João Batista Barbosa; Breno Andrade de Matos; Lígia das Mercês Macedo; Luiz Bernardo da Silva; Luiz Hugo Guimarães; Boanerges Timóteo de Souza; Guilherme Campelo Rabay; Geraldo Medeiros; Bento da Gama Batista; Adalberto de Araújo Barreto; José Gomes da Silva, dentre outros.

O Major Aquino apresentou seu relatório do IPM no dia 31 de julho de 1964. Tal relatório não satisfez, entretanto, a chamada “linha dura” do Exército na Paraíba, que instalou outro IPM. Desta vez, o IPM do “Grupo dos Onze” - referência aos grupos formados antes do golpe sob inspiração de Leonel Brizola - foi comandado pelo Major Cordeiro, no 15-RI. Segundo Luiz Hugo Guimarães, o “IPM, dirigido pelo major Benedito Cordeiro era um inquérito paralelo, pois foram detidas pessoas que absolutamente não tinham se envolvido com os planos de Brizola. (...) Assim, quase toda a turma que tivera sua prisão relaxada pela auditoria militar foi ‘reconvocada’ para o quartel pelo major Cordeiro” (GUIMARÃES, 2002, p. 113).

Este segundo IPM é assim caracterizado por Bento da Gama Batista:

O major Cordeiro, oficial do 15º RI, instaurou um IPM contra diversos presos políticos e outras pessoas que se encontravam em liberdade vigiada, aos quais deu o nome de “Grupo dos Onze”. Nesse IPM, incluiu o nome de todos os que ele considerava “subversivos”. Era uma maneira fácil de reconduzir à “vida antiga” os que já se encontravam em liberdade vigiada e os que, ainda presos, já estavam prontos para serem libertados pelo Conselho da Auditoria Militar, isso é, uma forma de manter a todos presos indefinidamente (BATISTA, 2000, p. 121).

Trata-se de um relato que reforça o viés de ilegalidade e arbitrariedade que conformava as prisões e os IPMs que foram instaurados em João Pessoa contra adversários da nova ordem ditatorial que se instalava no país.

A repressão política em João Pessoa não passava despercebida para um importante aliado internacional dos golpistas brasileiros, o governo dos Estados Unidos. No dia 02 de junho de 1964, foi emitido um aerograma pelo Consulado Geral dos Estados Unidos em Recife, endereçado ao seu Departamento de Estado, assinado pelo diplomata Richard A. Godfrey<sup>59</sup>. Classificado como “confidencial”, este documento tinha como assunto “presos políticos na Paraíba”, e listava nome de trinta e duas pessoas “formalmente colocadas” (*formally placed*) em prisão preventiva “pelas autoridades da Sétima Região Militar”. Ao lado dos nomes dos militantes paraibanos, aparecia a posição política ocupada por cada um deles antes do Golpe de 1964, estando os supostos militantes do Partido Comunista Brasileiro destacados com um asterisco. Nessa tarefa, o documento contém algumas incorreções, como não identificar como membros do PCB notórios militantes comunistas e membros da sua direção na Paraíba, como Antonio Augusto de Almeida, Boanerges Timóteo, Guilherme Rabay, Oliveiros Oliveira e José Anísio Correa Maia – todos, então, já respondendo IPM onde figuravam como comunistas. Outros nomes de comunistas foram corretamente identificados, como Leonardo Leal e José Gomes da Silva (“Zé Moscou”), ambos também aparecendo como sendo suplentes da Câmara de Vereadores de João Pessoa. Outro comunista, o prefeito de Rio Tinto, Antônio Fernandes de Andrade, foi identificado apenas como membro das Ligas Camponesas, apesar de ser operário e de sua afiliação principal ser com o sindicato têxtil daquela cidade litorânea. Elizabeth Teixeira e Assis Lemos foram identificados como membros das Ligas Camponesas, condição que não aparece junto ao nome de João Alfredo Dias – identificado apenas pela visita que realizou a Moscou e Pequim em 1961, sem referência ao seu conhecido apelido (“Nêgo Fuba”). A lista está incompleta, não aparecendo, por exemplo, o nome do outro camponês comunista que então estava encarcerado pela ditadura, Pedro Inácio de Araújo, o “Pedro Fazendeiro”.

Mesmo assim, este documento revela que os diplomatas estadunidenses então em atuação no Brasil tinham acesso a informações militares, e estavam acompanhando de perto o desenrolar do processo político em todo o país. O Consulado Geral dos EUA em Recife até hoje é responsável por

---

<sup>59</sup> O documento em questão é parte do “Opening the Archives Project”, mantido pela Brown University (EUA) em conjunto com a Universidade Estadual de Maringá, disponibilizando documentos digitalizados produzidos pelo Departamento de Estado dos EUA sobre o Brasil entre 1963-73. Pode ser acessado no endereço eletrônico <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:378876/>

prestar serviço consular em todos os estados da região Nordeste (exceto a Bahia), e mantém uma Seção Política “responsável por analisar e reportar ao governo dos Estados Unidos as posições oficiais do governo brasileiro sobre assuntos políticos internacionais, assim como os desdobramentos políticos no Brasil à medida em que acontecem, como as eleições, legislações pendentes significativas, entre outros assuntos.”<sup>60</sup> Num contexto político em que os Estados Unidos cumpriam um papel decisivo no apoio do Golpe de Estado contra o presidente João Goulart, seu Consulado Geral de Recife mantinha o Nordeste sobre vigilância.

---

<sup>60</sup> Segundo o site na internet do Consulado Geral dos EUA em Recife <https://br.usembassy.gov/pt/embaixadas-e-consulados/recife/secoes-e-escritorios/>

## CAPÍTULO 2

# TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA: João Pessoa e o golpe de 1964

Esta CMV entende por “territórios de resistência” aqueles espaços, públicos ou privados, onde foi exercido, por homens e mulheres, o seu direito de resistência ao autoritarismo e à opressão, e de afirmação e de luta pela conquista dos seus direitos e garantias fundamentais, consagrados pela normativa nacional e pelas declarações internacionais do direito humanitário. Os territórios enunciam espaço de experiência vivida, reconstruída na memória individual e/ou coletiva (RICOUER, 2007).

Considerando o período histórico que trabalhamos nesta CMV<sup>1</sup>, tomamos por opção apresentar, com mais detalhes, uma narrativa sobre dois dos territórios de resistência existentes em João Pessoa entre 1961 e 1964, período onde recrudesceram os embates que levaram ao golpe militar. Estes dois territórios de resistência escolhidos foram a Associação Paraibana de Imprensa e os órgãos de comunicação que assumiam uma pauta reformista e a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), cuja sede ficava no “Casarão dos Azulejos”, localizado entre a Rua Conselheiro Henriques e a Praça Dom Adauto. Identificadas com as demandas de reformas nacionalistas, democráticas e populares que marcaram aquele momento da vida nacional, a API e a CEPLAR foram vítimas de violenta repressão logo nos momentos iniciais após o 01 de abril de 1964, em João Pessoa.

Nestes termos, podem ser considerados como territórios de resistência em João Pessoa, no período entre o golpe de 1964 e a decretação do AI-5, quando a repressão endureceu, aqueles espaços que eram utilizados pelas manifestações estudantis que se proliferaram em João Pessoa. Entre estes espaços, merecem destaque o Colégio Estadual do Roger, o Lyceu Paraibano, as faculdades da UFPB - particularmente a Faculdade de Filosofia (ao lado do Lyceu Paraibano), ocupada pelos estudantes em 1968 -, o Clube dos Estudantes Universitários (CEU), o Restaurante Universitário e o Ponto de Cem Réis, principal local de convivência pública no centro da cidade, àquela época.

### 2.1 - A IMPRENSA

A **Associação Paraibana de Imprensa – API**, associação dos profissionais de imprensa que, desde a luta pela legalidade, após a renúncia de Jânio Quadros e a questão da posse de João Goulart, vinha em defesa do nacionalismo e da democracia, foi um território de lutas e resistências entre 1961 e em 1964. Criada e inaugurada em 1933, com a presença de Getúlio Vargas, de ministros e da imprensa nacional, teve sua sede situada no Edifício José Leal, na Avenida Visconde de Pelotas, 149, no

<sup>1</sup> Determinado pelo artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF/1988, ou seja, entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988

centro de João Pessoa. De uma associação de representantes da produção jornalística local, a API foi historicamente constituindo-se como espaço independente, de defesa dos direitos individuais, das liberdades fundamentais e dos interesses dos profissionais da comunicação.

Durante os anos 1930 a 1950, a API, segundo Araújo (1985, p.38), atuou de forma ativa em relação aos problemas nacionais, como no Movimento pelo Monopólio Estatal do Petróleo, funcionando como seccional do Movimento Nacionalista Brasileiro, no movimento pela redemocratização do Brasil nos anos 1940 e na Campanha pela Legalidade, em 1961. Como afirma José Souto:

Assisti a reuniões memoráveis, participei de acontecimentos que marcaram fortemente a presença da entidade na vida paraibana. Nem sempre foi possível comemorar vitórias, mas ficou o direito de atravessar o tempo com serenidade de quem está certo de haver-se comprometido com boas causas. Por volta de 1957, 58, quando era sócio da API, todos os sábados à tarde havia reunião. Os jornalistas saíam de suas redações e iam para o plenário, a fim de discutir os seus problemas junto aos jornais. Aconteciam diálogos entre diretores, redatores e secretários de jornais, discutiam-se as dificuldades encontradas dentro da própria redação e outros temas (ARAÚJO, 1985, p. 39).

Nos anos 1960, a API prestou apoio político e material às Ligas Camponesas, passando seus membros a serem vistos com desconfiança pelas forças antidemocráticas. Em 1961, esta associação teve uma participação destacada na Campanha da Legalidade, em favor da posse do vice-presidente João Goulart, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, o que correspondia à Constituição Federal então vigente. Sobre este episódio, narrou Jório Machado:

A API declarou-se em sessão permanente, com a instalação em seu edifício dos alto-falantes para transmitir a marcha do Movimento pela Posse. Uma delegação da Associação Paraibana de Imprensa procurou o comandante do Grupamento de Engenharia, Cel. Augusto Fonseca, que se manifestou solidário com o nosso Movimento. Após a posse de Jango, o presidente da API veio a ser presidente da Frente de Mobilização Popular no Estado, entidade que congregou os Sindicatos, as Ligas Camponesas e outras entidades engajadas no grande movimento de reformas de base, consolidando-se a sua posição de liderança dentro do movimento político da época. Em sua sede, reunia-se frequentemente a cúpula do Movimento, atraindo sempre a participação do público, principalmente de jovens e estudantes (Idem, p.43).

Como consequência, a API foi invadida pelo Exército, instituição que estava no centro da crise, já que muitos dos seus oficiais se opunham à posse do vice-presidente.

Em 25 de agosto de 1961 os jornalistas fizeram vigília cívica na sede da API em defesa da legalidade e das instituições democráticas, quando a sede foi invadida pelo Exército sob o comando do Major Ubirajara Vinagre, procedendo a prisões dos jornalistas Jório Machado, José Pessoa de Carvalho, Malaquias Batista, Paulo Pontes e Adalberto Barreto. Nesse momento era o comandante do 15 RI o Coronel Silvío de Melo Cahú (Idem, p. 45).

A cobertura jornalística do assassinato de João Pedro Teixeira, em abril de 1962, já havia motivado a demissão do diretor do jornal **A União**, o jornalista Hélio Nóbrega Zenaide, substituído por Antônio de Arruda Brayner, um integrante da UDN, ligado à família Ribeiro Coutinho. Em 1964, Brayner participou do grupo que entrevistou na API após o golpe civil-militar. Como lembrou Hélio

Zenaide<sup>2</sup>, A União no período anterior ao golpe abrigava jornalistas que defendiam a reforma agrária e divulgavam as Ligas Camponesas.

João Agripino estava comandando as eleições para o Senado com a candidatura de Aluísio Afonso Campos. Os usineiros da Várzea do Rio Paraíba, sobre o comando de Renato Ribeiro Coutinho, resistiam ao candidato apoiado por João Agripino, mas terminaram concordando com o apoio àquela candidatura. E uma das condições para esse apoio foi o meu afastamento da direção do jornal A União e do jornalista Adalberto Barreto da direção da Rádio Tabajara. O motivo alegado era a campanha que eu e Adalberto apoiávamos em favor das Ligas Camponesas.

Segundo narrou, anos depois do episódio, o então governador do estado, Pedro Moreno Gondim,

...quem teve um destaque à parte, no comentário e na inserção histórica do movimento camponês, o que surpreendeu a muitos, foi A União, através de Hélio Zenaide, em reportagens muito boas, e muita gente veio me censurar: como é que eu permitia aquilo? E eu dizia: “Só concebo a Imprensa com liberdade de ação. Se a Imprensa não tem liberdade, liberdade, liberdade de pesquisar, de avaliar, de concluir, não adianta”. (...) E A União deu esse exemplo maior, sob a direção de Hélio Zenaide, que fez uma reportagem que motivou o levantamento de cabelo de muitos proprietários conservadores (GUEDES et al., 1994, pp.418-419)

Além de Hélio Zenaide, foram também afastados de A União jornalistas com vínculos com o PSD ou com partidos de esquerda, a exemplo de Severino Ramos, Gonzaga Rodrigues, Jório Machado, Malaquias Batista e Firmo Justino. Como ressaltou o historiador José Octávio de Arruda Mello, “com a saída de Hélio Zenaide, A União deixava de respaldar os movimentos sociais” (MELLO, 2015, p. 89), e as Ligas Camponesas não mais apareceriam nas páginas dos jornais com a ênfase anterior.

A API participou, ainda, de órgãos e movimentos sindicais como o Pacto pela Unidade e Ação (PUA), em 1961, e a Frente de Mobilização Popular (FMP), em 1963. O primeiro articulava trabalhadores ferroviários, marítimos e portuários em defesa das reformas de base; já a FMP articulava o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), intelectuais, as Ligas Camponesas e organizações de esquerda, particularmente a esquerda católica e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), em defesa das reformas de base.

Durante o período ditatorial, como lembra Luiz Hugo Guimarães (2002), parte da diretoria da API sofreu perseguição, alguns sendo presos já nos primeiros momentos do golpe, como Jório Machado, e o próprio presidente da entidade, Adalberto Barreto. A respeito desse processo, afirma a jornalista Fátima Araújo:

Mas no dia 1º de abril, às 10 horas da manhã, a sede foi cercada por um pelotão comandado pelo major Cordeiro, do Exército, que em uniforme de campanha invadiu o edifício, prendendo a mim e o meu grupo na maioria estudantes – que comigo acompanhavam o desenrolar dos acontecimentos, pelo rádio. (ARAÚJO, 1985, p.46).

---

<sup>2</sup> Em depoimento prestado à sua filha, Nazaré Zenaide, integrante desta CMV, no dia 14 de maio de 2016, em João Pessoa.

A invasão da API pelos militares e a posterior prisão de Adalberto Barreto também foi narrada pelo jornalista Nonato Guedes:

Da segunda prisão que enfrentou – a de primeiro de abril, dentro da API (...) -, Adalberto Barreto escapou dois dias depois, novamente graças à interferência do governador Pedro Gondim. A partir daí, iniciou um roteiro comum a muitos perseguidos daquela época. “Passei três meses em fuga por aí afora, em regime de desemprego total, com as pessoas amigas se cotizando para fazer feira de minha família” – rememora, emocionado, o ex-presidente da API. Ele fugiu inicialmente para o Ceará, de jipe, em companhia do jornalista João Manoel de Carvalho. Depois, já em Catolé do Rocha, na casa de parentes, recebeu, das mãos de uma pessoa amiga, intimação para comparecer à VII Região Militar. O calendário marcava, mais ou menos, junho de 1964 quando Adalberto se apresentou no I Grupamento de Engenharia de Construção, em João Pessoa. Ali, permaneceu exatos cem dias, misturado a outras pessoas carimbadas pela repressão. (GUEDES et al., 1994, p.393)

Ainda na campanha pela posse de João Goulart na Presidência da República, em 1961 – a chamada “Campanha pela Legalidade”-a API teve sua sede invadida por uma patrulha do Exército que levou alguns jornalistas ali presentes para interrogatório no 15º R.I., sob a responsabilidade do Coronel Sylvio de Mello Carú. Esse episódio foi relatado por Jório Machado:

Não obstante a vigília dos jornalistas diante do prédio da API, a sede foi invadida por uma patrulha do Exército, comandada pelo então major Ubirajara Vinagre. Foram conduzidos para interrogatório, na ocasião: Jório Machado, José Pessoa de Carvalho, que usava o pseudônimo Nicodemus Pessoa; Malaquias Batista; Paulo Pontes e Adalberto Barreto. O comandante do Quinze R.I. era o coronel Silvio de Melo Kau [sic]. Pouco tempo depois os jornalistas foram liberados pelo delegado do Dops, Ednaldo Dias de Barros. Ele era condescendente com os jornalistas e amigo pessoal de Adalberto Barreto, por isto acabaria sendo punido em 1964 (ARAÚJO, 1985, pp. 45-46).

Quando ocorreu o golpe de 1964, Adalberto Barreto, então presidente da API, fugiu para o Ceará junto com o jornalista João Manoel de Carvalho, mas decidiu retornar para João Pessoa para se apresentar ao Grupamento de Engenharia, onde ficou preso durante cem dias (GUEDES et al, 1994).

A **Rádio Tabajara**, fundada pelo governador Argemiro de Figueiredo aos 25 de janeiro de 1937, era um veículo público de grande audiência quando do advento do golpe civil-militar. Durante a gestão de Adalberto Barreto, a Rádio Tabajara promoveu Concertos Populares, criou o Quarteto de Câmara Tabajara, transmitiu programas como o “Salão de Debates” e a “Rádio Teatro”, com a participação do teatrólogo Paulo Pontes. A Tabajara também foi inserida na “Rede da Legalidade”, organizada pelo então governador gaúcho, Leonel Brizola, em favor da posse de João Goulart na Presidência da República, em 1961 (BARRETO, 2002; LUNA, 1995).

Adalberto Barreto, em depoimento citado por Maria das Dores Paiva de Oliveira Porto e Iveline Lucena da Costa Lage reflete o espírito crítico da época que antecedeu ao golpe civil-militar e o valor da cultura para a educação:

Nós vivíamos, naquela época ainda, o grande domínio do rádio. Nós não tínhamos concorrência aqui de televisão, então isso deu uma amplitude muito grande ao nosso trabalho baseado nessa liberdade de criação. (...) Nós fizemos os grandes concertos populares e se tentava conciliar a música popular com a música erudita. (...) na época, havia muita liberdade de realização. As pessoas que atuavam na rádio tinham liberdade de fazer, pensar, criar. Havia todo um clima favorável à

eclosão de iniciativas, manifestações culturais livres, espontâneas e criativas (PORTO e LAGE, 1995, p. 90).

No seu depoimento a Porto e Lage, Adalberto Barreto afirmou, ainda:

O governo de Pedro Gondim, no princípio, estava inteiramente integrado a este espírito de reforma, de inovação (...). As grandes reportagens sobre o que aconteceu no campo naquela época eram feitas pela União. (...) Eu lembro que o primeiro grande conflito em que houve uma resistência ativa dos camponeses no campo teve uma cobertura quase imediata da Rádio Tabajara. Eu me desloquei com o carro até lá, Miriri, para dar cobertura àquele primeiro grande incidente em que houve mortes, foi quando os camponeses resistiram ativamente à ação dos proprietários. A Rádio Tabajara está lá, presente, levou um jornalista da União. Pois bem, na época quem dava a melhor cobertura a esses fatos que ocorreram no campo [...] eram os veículos do governo. (PORTO e LAGE, 1995, p. 134)

Adalberto Barreto foi afastado da direção da Rádio Tabajara em 1961, pelo Governador Pedro Moreno Gondim, sendo substituído por Paulo Maroja, indicado pela UDN (MELLO, 2015). Sobre seu afastamento, afirmou Barreto:

Ele [Pedro Gondim] me nomeou diretor da Rádio Tabajara, creio, para assim homenagear a imprensa paraibana, pois que acabava eu de ser eleito presidente da API, que se renovava, sacudindo a inércia e conformismo históricos de José Leal. Deu-me Gondim todo o apoio de que precisei para fazer as coisas que fiz, deu-me principalmente liberdade de agir, que exerci toda. Até as transmissões oficiais, terror de todas as emissoras de governo, era tolerante e compreensivo – ao vivo, só em ocasiões muito especiais. Para não quebrar o ritmo da programação. Em compensação, instalei para ele uma linha direta Palácio-Emissora... Não guardo dele mágoa por ter cedido a pressões para demitir-me. Prefiro lembrá-lo pelo apoio que me deu, pela liberdade criativa que tive, lembro-me ainda pelo gesto de mandar seu Secretário de Interior e Justiça, Silvio Porto, que fosse pessoalmente salvar-me das garras do 15º RI, onde estava preso em razão das façanhas radiofônicas de 61. Reconheço que foi um dos melhores governantes que a Paraíba já teve, do esforço de Argemiro, José Américo e Agripino. (BARRETO, 2002, p. 96)

## 2.2 - A CAMPANHA DE EDUCAÇÃO POPULAR (CEPLAR)

A Campanha de Educação Popular (CEPLAR), com sede no “Casarão dos Azulejos”, à Rua Conselheiro Henriques, 159, no centro de João Pessoa, foi uma experiência de educação popular, que visava a combater o grave quadro de analfabetismo então registrado na Paraíba, sendo fortemente atingida pela repressão que se seguiu ao golpe civil-militar de 1964. Nas palavras das educadoras Maria das Dores Paiva de Oliveira Porto e de Iveline Lucena da Costa Lage (1995), a ideia da CEPLAR surgiu no âmbito da Juventude Católica Universitária (JUC), assumindo uma perspectiva pedagógica emancipatória, distinta das antigas abordagens assistencialistas, e estimulando universitários a desempenharem, através da extensão universitária, um trabalho prático de engajamento social. Para isso, contaram com o suporte do governo do estado e da UFPB – através da Faculdade de Filosofia e da Escola de Serviço Social -, passando a promover atividades educativas junto às camadas populares de João Pessoa e de cidades do interior do Estado.

Formaram a equipe básica da CEPLAR: José Lustosa, Dorinha de Oliveira, Iveline Lucena da Costa, Ligia de Mercês Macedo, Wilson Guedes Marino, Lustosa, Rosilda Cartaxo, Marion Navarro de Mesquita, Denise Negócio, Lenita Peixoto de Vasconcelos, Maria das Neves Arruda, Mauricio Montenegro, Everaldo Soares Júnior, Isa Quintans Guerra, Artur Américo Siqueira Campos Cantalice, dentre outros. Além da JUC, se integram à CEPLAR membros do PCB, além de integrantes da Igreja Católica e do Governo do Estado, a exemplo do Padre Juarez Benício e de Ronald de Queiroz, do Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED), respectivamente.

A CEPLAR desenvolveu cursos de alfabetização de adultos e círculos de leituras em bairros populares de João Pessoa, como Ilha do Bispo, Torrelândia, Cruz das Armas, Santa Júlia e Varadouro. Em 1963, a CEPLAR estendeu suas atividades para Campina Grande (PORTO e LAGE, 1995). Apoiada no método Paulo Freire de educação popular, a CEPLAR também se utilizava da arte para realizar o seu trabalho de educação popular. Programas como “Na ordem do dia” e “Disco na balança”, coordenados por Paulo Pontes na Rádio Tabajara, e o teatro de arena, encenado nas ruas por artistas e membros da CEPLAR, faziam parte dessa iniciativa. Como narrou Rosa Carlos:

...além de Paulo Pontes, outros artistas de teatro engajaram-se com a educação popular. Um exemplo marcante é o da atriz do Teatro Popular de Arte, Zezita Matos (à época, Souza Pontes) estudante do Lyceu Paraibano e militante da Juventude Comunista. Decidida a exercer uma prática teatral que refletisse o momento histórico e contribuísse para transformar a injusta realidade que percebia à sua volta desde menina. Filha de um comerciante da cidade de Pilar, assistiu desde muito cedo a vida miserável dos trabalhadores que não detinham meios de produção. Comoeducadora social, com participação na CEPLAR, de 1962 até 1964, recebeu lições de como ajudar a educar o povo, das mãos e da voz do próprio Paulo Freire. Nas comunidades atendidas, em zonas rurais e urbanas ela unia as suas missões de educar e atuar. (SILVA, R. M., 2014, p. 108).

Em 1962 a CEPLAR foi incorporada ao Plano de Emergência do MEC, passando a ser beneficiada com recursos federais e estaduais. Por conta disso, foi obrigada a reformular seu estatuto, tornando-se a Fundação Campanha de Educação Popular, reforma publicada no Diário Oficial de 20 de abril de 1963 (PORTO e LAGE, 1995). Enquanto a CEPLAR ampliava o trabalho nos territórios das Ligas Camponesas, as forças sociais contrárias fizeram campanha de difamação, fazendo com que a Assembleia Legislativa votasse pela retirada do financiamento público, transferindo a dotação para a “Cruzada Evangélica de Alfabetização de Adultos”, fruto de um convenio do MEC com a USAID<sup>3</sup> substituindo o método Paulo Freire pelo da Cartilha ABC do técnico da UNESCO Franck Laubach.

Com o golpe civil-militar, a sede da CEPLAR em João Pessoa foi invadida e seus documentos destruídos. Em Sapé seus pavilhões foram queimados e destruídos. As principais integrantes da CEPLAR, Iveline Lucena, Ligia Macedo, Dorinha Oliveira, Zita Moreno Marinho, Maria de Amorim, além da advogada das Ligas Camponesas Ofélia Amorim, foram presas em uma cela do 15º RI, tornadas incomunicáveis, e responderam processos, um de ordem administrativa e outro de subversão ge-

---

<sup>3</sup> USAID: United States Agency for International Development. Em português, “Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional”.

ral. As educadoras Maria das Dores de Oliveira, Ligia das Mercês Macedo, Heloisa Helena Cavalcante de Albuquerque e Iveline Lucena da Costa foram denunciadas no chamado “IPM da subversão”, sob a responsabilidade do Major Ney Aquino, e demitidas do serviço público.



## CAPÍTULO 3

# A PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA E A DITADURA MILITAR

Durante o período democrático que durou entre 1945 e 1964, a cidade de João Pessoa realizou eleições regulares para prefeito, vice-prefeito e vereadores, a cada quatro anos, entre 1947 e 1963, tendo ocorrido ainda eleições suplementares para vereador em 1948. Isto foi garantido pela Constituição brasileira de 1946, que facultou às Constituições Estaduais a definição sobre a eleição ou nomeação pelos governadores dos estados e territórios dos prefeitos das capitais<sup>1</sup>. A Constituição Estadual da Paraíba do período foi escrita pelos deputados estaduais eleitos em 1947, e estabeleceu que os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores seriam eleitos para um mandato de quatro anos, garantindo ainda a eleição dos prefeitos e vice-prefeitos da capital João Pessoa (NICOLAU, 2012, p. 92). A Constituição de 1946 definiu ainda que seria vedada aos ocupantes de cargos executivos a possibilidade de reeleição para o período imediato, mas garantia o voto direto para presidente da República, governador, prefeito e também para seus respectivos vices, sendo possível, por exemplo, a eleição de prefeitos e vice-prefeitos de chapas concorrentes.

Nas últimas eleições municipais realizadas neste período democrático em João Pessoa, em 1963, concorreram as seguintes chapas para prefeito e vice-prefeito, respectivamente: Domingos Mendonça Netto e Damásio Barbosa da Franca (PSD/PSB); Robson Duarte Espínola e José Gomes de Lima (PTB/UDN/PDC); e Juarez Araújo e Carlos Neves da Franca (PRP/MTR/PRT). Para prefeito, foi eleito Domingos Mendonça Netto, com 49, 27% dos votos, seguido por Robson Duarte Espínola, com 46, 76% e Juarez Araújo, que foi sufragado por 3, 97% do eleitorado. Para vice-prefeito, foi eleito o parceiro de chapa de Domingos Mendonça, Damásio Barbosa da Franca, mas com uma votação muito mais larga, de 58, 04% dos votos, contra 30, 31% obtidos por José Gomes de Lima e 11, 65% sufragados para Carlos Neves da Franca<sup>2</sup>. Valeu, portanto, a regra eleitoral que permitia votos separados para prefeito e vice-prefeito, com clara perda de votos de José Gomes de Lima para seus dois adversários, quando comparamos sua votação com a quantidade de votos obtida pelo seu parceiro de chapa, Robson Duarte Espínola.

A ditadura militar cassou os direitos dos cidadãos das capitais dos estados brasileiros de elegerem seus prefeitos e vice-prefeitos com a edição, em 05 de fevereiro de 1966, do Ato Institucional N° 3 (AI-3), firmado pelo então presidente Humberto de Alencar Castelo Branco que, para isso, evocou sua

<sup>1</sup> Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946, Art. 28º, § 1º.

<sup>2</sup> Os resultados eleitorais informados nesse parágrafo foram obtidos no sítio do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba na internet, no endereço <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>

“condição de Chefe do Governo da Revolução e Comandante Supremo das Forças Armadas”. O AI-3 extinguiu também as eleições para governadores e vice-governadores dos estados, após terem sido eleitos governadores opositoristas, em importantes estados, nas eleições de 1965. Para isso, o AI-3 fazia referências à “imperiosa (...) adoção de medidas que não permitam se frustrarem os superiores objetivos da Revolução”, à “necessidade de preservar a tranquilidade e a harmonia política e social do País” e, por fim, afirmava ser “conveniente à segurança nacional alterar-se o processo de escolha dos Prefeitos dos Municípios das Capitais de Estado”.

Arvorando-se do “Poder Constituinte da Revolução [que] lhe é intrínseco, não apenas para institucionalizá-la, mas para assegurar a continuidade da obra a que se propôs”, o AI-3 determinou que os governadores e vice-governadores dos estados fossem eleitos “pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, em sessão pública e votação nominal”<sup>3</sup> e que os prefeitos e vice-prefeitos das capitais dos estados e municípios “de segurança nacional” seriam nomeados pelos governadores, “mediante prévio assentimento da Assembleia Legislativa ao nome proposto.”<sup>4</sup> Claro está que nenhum governador ou prefeito, além dos seus respectivos vices, foram escolhidos, a partir de então, sem o aval da ditadura militar.

A referência feita pelo AI-3 ao “poder constituinte” que supostamente seria “intrínseco à Revolução” remete à justificativa ao Golpe de 1964 presente no “Ato Institucional” editado pelos novos governantes golpistas em 09 de abril de 1964 (o AI-1). Nas suas primeiras linhas, o AI-1 afirmava:

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma.

Tratava-se de uma inferência falaciosa, utilizada pelos juristas do Golpe de 1964 para justificar a instalação de uma ditadura. O que fizeram os golpistas de 1964, e que está expresso no texto supracitado do AI-1, foi usurpar o Poder Constituinte das mãos do seu verdadeiro titular, o povo brasileiro, conforme previsto no Art. 1º da Constituição de 1946, onde estava expressa a clássica máxima democrática de que “todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”, expressão política e constitucional do exercício da soberania popular em um regime democrático. Os Atos Institucionais editados pela ditadura militar, cada qual ao seu tempo e com seu papel, não fizeram mais do que buscar institucionalizar um Estado de arbítrio e exceção que durou até a promulgação da Constituição Federal de 1988. Mesmo após a liberalização política “lenta, gradual e segura” que se instalou no país a partir de 1979, e inclusive com a transferência do poder aos civis, em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves e de José Sarney para Presidência e Vice-Presidência da República, respectivamente, o exercício democrático dos direitos civis e políticos ainda não foi plenamente assegurado aos cidadãos brasileiros. A Constituição Federal de 1988, portanto, é o marco histórico da construção de uma institucionalidade democrática no Brasil.

---

<sup>3</sup> Ato Institucional N° 3, Art. 1º,

<sup>4</sup> Idem, Art. 4º.

João Pessoa teve cinco prefeitos nomeados de acordo com os termos do AI-3, sendo que um foi nomeado duas vezes: Damásio Barbosa da Franca (1966-1971); Dorgival Terceiro Neto (1971-1974); Luís Alberto Moreira Coutinho (1974); Hermano Augusto de Almeida (1975-1979); Damásio Barbosa da Franca (1979-1983); e Osvaldo Trigueiro do Vale (1983-1985). Este último foi indicado pelo governador Wilson Braga (PDS), que havia sido eleito pelo voto direto, direito reestabelecido aos cidadãos brasileiros para a escolha de governadores e vice-governadores dos estados a partir das eleições de 1982.

Só em 1985, com o retorno dos civis à Presidência da República, os cidadãos das capitais dos estados brasileiros puderam voltar a exercer seu direito de escolher, através do voto direto, seus prefeitos e vice-prefeitos. Exatos dois meses após a sua posse, o Presidente José Sarney editou a Emenda Constitucional Nº 25, de 25 de maio de 1985, que fazia alterações à Constituição Federal de 1967, outorgada pela ditadura militar, relacionadas aos direitos políticos e eleitorais dos cidadãos. No seu artigo 2º, a Emenda Constitucional 25/1985 reestabeleceu a eleição de prefeitos e vice-prefeitos das capitais e dos municípios considerados “de segurança nacional”, marcando a data das eleições para 15 de novembro de 1985. Nesta primeira eleição após a saída dos militares do poder, João Pessoa elegeu Antônio Carneiro Arnaud (PMDB) como prefeito e João Cabral Batista (PDS) como vice-prefeito. Cabral Batista era o presidente da Câmara Municipal de João Pessoa em 1964 e, nesta condição, apoiou o golpe civil-militar e comandou a cassação dos mandatos do vereador Antônio Augusto Arroxelas e dos suplentes de vereador José Gomes da Silva (o “Zé Moscou”) e Leonardo Moreira Leal, acusados de “subversão”<sup>5</sup>.

### 3.1 - A GESTÃO DE DOMINGOS MENDONÇA NETTO NA PREFEITURA DE JOÃO PESSOA: DA ELEIÇÃO À CASSAÇÃO

As últimas eleições para prefeito e vice-prefeito de João Pessoa realizadas no período democrático que se encerrou em 1964 ocorreram no dia 11 de agosto de 1963, portanto, a menos de oito meses do golpe civil-militar. Os eleitos foram Domingos Mendonça Netto (PSD) e Damásio Franca (PSB). Ambos eram políticos tradicionais na cidade, já havendo disputado diversas eleições. Domingos Mendonça foi eleito vereador de João Pessoa nas duas eleições anteriores (1955 e 1959), e seguia a liderança política de Ruy Carneiro, o chefe incontestado do PSD paraibano. Já Damásio Franca foi eleito vereador de João Pessoa em 1947, nas primeiras eleições do período democrático, não tendo conseguido a reeleição em 1951. Também perdeu as eleições para vice-prefeito em 1955 e em 1959, quando foi derrotado por Robson Espínola – que veio a ser o candidato derrotado a prefeito em 1963, como vimos<sup>6</sup>. Mesmo assim, Damásio Franca consolidou sua liderança política, consagrada pela expressiva votação que recebeu em 1963. Ademais, era o tabelião que respondia por um dos principais cartó-

<sup>5</sup> Vide o Capítulo 4 deste Relatório.

<sup>6</sup> As informações eleitorais desse parágrafo foram obtidas no sítio do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba na internet, no endereço <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>

rios de serviços notariais da cidade, ainda hoje em atividade. Politicamente, Damásio Franca tinha relações com o então senador João Agripino Filho (UDN), que havia sido eleito em 1962, recebendo, inclusive, votação expressiva em João Pessoa. Tratava-se, portanto, de uma chapa vinculada aos tradicionais esquemas políticos oligárquicos do estado, observação também válida para seus principais adversários, que então tinham relação com outros líderes tradicionais, como Argemiro Figueiredo e o governador Pedro Gondim.

A chapa Domingos Mendonça Netto/Damásio Franca (PSD/PSB), entretanto, recebeu apoio do principal grupo da esquerda brasileira do período, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em documento apresentado ao eleitorado paraibano<sup>7</sup>, o PCB argumentou que o candidato situacionista a prefeito, Robson Espínola (PTB), tinha “como companheiro de chapa a Vice-Prefeito José Gomes de Lima, agente oficial do IBAD em nosso Estado, dispondo de recursos e de cobertura política dessa famigerada e anti-nacional instituição que representa o mais atrevido e descarado instrumento de corrupção e intervenção imperialista em nossa vida política” (DOCUMENTO 11).

O “Instituto Brasileiro de Ação Democrática” (IBAD) foi fundado em 1959, recebendo contribuições de “empresários brasileiros e estrangeiros que, descontentes com a disparada da inflação e o estilo populista de JK [Juscelino Kubitschek], julgaram necessário organizarem-se com o objetivo de combater o comunismo no Brasil e influir nos rumos do debate econômico, político e social do país”<sup>8</sup>. O IBAD atuou na política nacional através de campanhas publicitárias, largamente veiculadas nos órgãos de comunicação, com pregações contrárias ao “comunismo” e ao programa de reformas de base apresentado pelo Presidente João Goulart. O IBAD também financiou campanhas eleitorais de políticos conservadores, simpáticos às suas ideias. Este fato motivou a criação, em 1963, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional para investigar as atividades do IBAD e do IPES, o “Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais”, fundado em 1961 por empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, com atividades e ideologias equivalentes ao IBAD. Ambos receberam suporte e financiamento estrangeiro, oriundo dos Estados Unidos<sup>9</sup>.

Um dos presidentes do IPES foi o General Golbery da Costa e Silva. Desde 1961, Golbery era peça-chave do esquema golpista civil-militar que foi vitorioso em 1964. No IPES, Golbery montou um poderoso esquema ilegal de espionagem e informação, que incluía uma central de escuta telefônica clandestina, e produziu vasto arquivo biográfico sobre políticos e lideranças dos movimentos sociais. Um dos primeiros atos do presidente Castelo Branco após o golpe de 1964 foi a criação do Serviço Nacional de Informação (SNI), em junho de 1964, para cuja chefia foi nomeado justamente Golbery

<sup>7</sup> Documento “Ao Povo Paraibano! Ao Eleitorado de João Pessoa. Posição dos comunistas face ao pleito municipal de João Pessoa”, datado de 25 de julho de 1963. Apreendido na casa de Leonardo Moreira Leal, dirigente comunista na Paraíba, logo após o golpe de 1964. Consta do volume 3 do IPM 1426, instalado no Grupamento de Engenharia em 14 de abril de 1964, sob responsabilidade do Major Ney de Oliveira Aquino.

<sup>8</sup> CPDOC/FGV. “O Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD”. Disponível na internet no sítio [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O\\_Instituto\\_Brasileiro\\_de\\_Acao\\_Democratica](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_Brasileiro_de_Acao_Democratica). Consultado em 21 de maio de 2017.

<sup>9</sup> Sobre o IBAD/IPES e a interferência dos Estados Unidos na articulação do golpe civil-militar de 1964, vide, principalmente, MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O Governo João Goulart - As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Rio de Janeiro: Vozes, 1981 e; FICO, Carlos. O Grande Irmão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

do Couto e Silva, com *status* de ministro. Para o SNI, Golbery transferiu o arquivo que havia produzido, ilegalmente, no IPES<sup>10</sup>. O parecer final apresentado pelo relator da CPI do IBAD/IPES, deputado Pedro Aleixo (MG)<sup>11</sup>, afirmava que o IBAD “ultrapassou as fronteiras da legalidade e pretendeu criar um processo de abusiva intervenção na vida pública do País.” Uma declaração de voto firmada pelos deputados Temperani Pereira (RS) e Afonso Celso Ribeiro (RJ), anexa aos autos da CPI, era muito mais dura, e imputava ao IBAD a responsabilidade pela “intromissão indébita e corruptora do poder econômico no processo eleitoral e na formação da opinião pública” e afirmava que, “a pretexto de defender a democracia e combater o comunismo, na verdade procurava subverter, poluir o sistema representativo nacional.”<sup>12</sup> O jornal carioca “Correio da Manhã”, de 19 de julho de 1963<sup>13</sup>, publicou uma lista com os nomes de 111 de deputados federais eleitos em 1962 que teriam recebido recursos do IBAD. Dentre os listados, apareciam os nomes de seis paraibanos: Ernâni Sátyro, Flaviano Ribeiro Coutinho, Plínio Lemos, Raul de Góes e Luis Bronzeado, da UDN, além de Janduhy Carneiro, do PSD – curiosamente, irmão de Ruy Carneiro, líder político ao qual Domingos Mendonça era vinculado<sup>14</sup>.

Identificando a participação do IBAD na chapa adversária, os comunistas pessoenses afirmaram que “resolveram apoiar publicamente o candidato DOMINGOS MENDONÇA NETTO e para Vice-Prefeito o Sr. DAMÁSIO FRANCA”, pois os mesmos estavam “levantando em seus comícios a bandeira condenatória do IBAD e de suas infames atividades”, além de apoiarem o presidente João Goulart na sua plataforma de “reformas de base, dispondo-se, também, à luta pela melhoria salarial dos funcionários da municipalidade, que recebem salários de fome.”<sup>15</sup> No mesmo documento, os comunistas apresentaram a candidatura de Leonardo Moreira Leal a vereador de João Pessoa, que disputava pela legenda do PSB por causa da ilegalidade submetida ao PCB desde 1947.

Quando ocorreu a derrubada do Presidente João Goulart, entretanto, o prefeito Domingos Mendonça Netto e o vice-prefeito Damásio Franca fizeram prevalecer seus compromissos primeiros com as lideranças políticas que seguiam, e manifestaram seu apoio de primeira hora ao golpe civil-militar de 1964. Afinal, os golpistas contaram com o apoio, em Brasília, dos senadores João Agripino Filho e Ruy Carneiro. Este, apesar de ter apoiado a candidatura de João Goulart para vice-presidente em 1960 pelo PTB - em chapa com o candidato do PSD a presidente, Marechal Henrique Teixeira Lott -, em 1964 figurava entre os setores do PSD que faziam oposição ao seu governo. Nas palavras do jornalista Jório Machado,

10 Vide FIGUEIREDO, Lucas. O ministério do silêncio. Rio de Janeiro: Record, 2005.

11 Fundador da UDN, foi opositor de Juscelino Kubitschek e João Goulart, figurou como um dos líderes civis do Golpe de 1964 e, posteriormente, foi Vice-Presidente da República do General Artur da Costa e Silva. Foi impedido, pelos comandantes das três Forças Armadas, de assumir a Presidência da República quando Costa e Silva adoeceu e se afastou em definitivo do cargo, sendo substituído por uma Junta Militar.

12 Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar fatos relacionados ao IBAD e ao IPES. Disponível na internet no sítio da Comissão Estadual da Memória e da Verdade de Pernambuco “Dom Helder Câmara”. <https://www.acervo.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/8/9/0/890bb290c2c307c4a169b94a2bcb1a5f38bd152f25b23d6e9dcc84f8e6f24190/f9dbab1-54ba-4a0d-8fe6-68ce18f1536d-VOL17.pdf>. Páginas 319 e 327.

13 Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira, no sítio <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

14 A lista não trazia informações sobre senadores ou outros políticos.

15 Documento “Ao Povo Paraibano!...”. Op. Cit.

Logo depois do golpe, ele [Domingos Mendonça Neto] apareceu nas primeiras páginas dos jornais, em close, ao lado do general Kandal da Fonseca [sic], comungando fraternalmente de um evento social, em homenagem ao golpe. Domingos era do PSD e amigo do senador Ruy Carneiro que, por sua vez, não regateava elogios à personalidade do marechal Castelo Branco, de cuja amizade pessoal desfrutava. Pensava-se, com isso, que o prefeito seria poupado da voracidade udenista, o que, entretanto, não aconteceu. Ele terminou cassado e proscrito da vida pública (MACHADO, 1991, p. 108).

A narrativa de Jório Machado apareceu nas páginas do jornal “O Norte” no dia 11 de abril de 1964. Em matéria intitulada “Comandante da Guarnição Federal visitou o Prefeito de João Pessoa”, estava dito:

O sr. Domingos Mendonça Netto recebeu ontem em seu gabinete, em audiência especial, o Comandante da Guarnição Federal da Paraíba, Cel. Artur Moura da Fonseca Candal<sup>16</sup> [sic], recentemente chegado ao nosso Estado, que procurou entrar em entendimento com o edil pessoense, para uma aproximação entre o novo Comando do Exército e o Governo de João Pessoa. (...) O prefeito Domingos Mendonça Netto, na oportunidade, frisou o seu pensamento de democrata consciente da problemática brasileira, disposto a todos os esforços para o reerguimento nacional.

Assim mesmo, desde os primeiros momentos após o golpe de 1964, começaram a circular boatos e pressões acerca da cassação do prefeito Domingos Mendonça Netto, que partiam, principalmente, dos vereadores oposicionistas. A imprensa local se dividia entre a divulgação das posições dos opositores e dos apoiadores do prefeito. Enquanto esta última posição era publicada no jornal “Correio da Paraíba” – de propriedade do deputado federal Teotônio Neto (PSD) –, os opositores ao prefeito tinham espaço privilegiado nos jornais vinculados ao governador Pedro Gondim, como “O Norte” e “A União” – este último, órgão oficial do governo do estado.

Já em 04 de abril de 1964, o Correio da Paraíba publicou uma nota oficial, datada de 03 de abril de 1964 e assinada pelo então Coronel Ednardo D’Ávila de Melo, Comandante da Guarnição Federal de João Pessoa e do 15 RI, que dizia:

...tendo em vista desfazer boatos, este comando informa que está inteiramente alheio a questões políticas e que nenhuma restrição fez ou tem a fazer à atuação do Excelentíssimo Senhor Prefeito da Cidade, Dr. Domingos de Mendonça Netto, nos acontecimentos que vêm empolgando a opinião pública na hora presente.

Se não se atinha à realidade dos fatos quando afirmava que “este comando (...) está inteiramente alheio a questões políticas”, a nota, firmada pelo principal líder militar do golpe de 1964 no estado da Paraíba, o Coronel Ednardo D’Ávila, feita publicar em um jornal de grande circulação na cidade, e de tendências claramente situacionistas quando se tratava da Prefeitura de João Pessoa, evidenciava o apoio de Domingos Mendonça Netto ao movimento golpista. Tal identidade com a nova ordem política que se instalava no país foi mostrada logo em seguida, através de ação do próprio prefeito. Em 06 de maio de 1964, o prefeito Domingos Mendonça editou um decreto, com base no AI-1, criando uma

---

<sup>16</sup> Nessa matéria, o jornal O Norte publicou errado o nome do então Comandante da Guarnição Federal de João Pessoa. Na verdade, se tratava do Coronel Artur Duarte Candal Fonseca.

“Comissão Especial” que tinha por objetivo operar “investigações sumárias das atividades dos servidores municipais de qualquer categoria, acusados ou suspeitos de terem atentado contra a segurança nacional, o regime democrático e a probidade administrativa.”<sup>17</sup> O decreto determinava ainda que a comissão enviaria ao prefeito um relatório das suas investigações num prazo máximo de cinco dias, contados a partir da sua publicação. A exiguidade do prazo reforçava o caráter autoritário do decreto do Prefeito Domingos Mendonça.<sup>18</sup>

O AI-1 suspendeu, por seis meses, “as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade”, permitindo a demissão, dispensa, disponibilidade, aposentadoria e transferência para a reserva ou reforma (nestes dois últimos casos, para os militares) de servidores civis e militares “mediante investigação sumária”, a ser realizada no prazo acima descrito. Em 27 de abril de 1964, o presidente da República eleito indiretamente, Castelo Branco, editou o Decreto Nº 53.897, que regulamentava os artigos 7º e 10º do AI-1 e criava a “Comissão Geral de Investigações, com a incumbência de promover a investigação sumária” à qual se referia o AI-1. A CGI era escolhida pelo Presidente da República, e sua primeira composição, instalada em 05 de maio de 1964, foi presidida pelo Marechal Estevão Taurino de Rezende Netto.

Possivelmente, a criação desta Comissão Especial na Prefeitura de João Pessoa, mais de um mês após o golpe de 01 de abril, e quando já haviam ocorrido cassações de políticos e demissões de funcionários públicos vinculados ao governo deposto por todo o país e inclusive no governo do estado da Paraíba, pode ser percebida como uma resposta do prefeito Domingos Mendonça às pressões que já sofria dos seus opositores na Câmara Municipal. Por exemplo, em 29 de abril de 1964 - uma semana antes da criação da supracitada Comissão - o jornal “A União” publicou uma matéria intitulada “Graves denúncias contra o Prefeito: Vereador faz”. A matéria repercutia denúncias feitas pelo vereador Milton de Almeida (PL), na tribuna da Câmara Municipal, contra o prefeito Domingos Mendonça Netto, versando sobre supostos super faturamento de preços em notas fiscais pagas pela prefeitura a alguns dos seus fornecedores. Para o vereador, era certo que “a Revolução Democrática faria o seu expurgo moral e deste o atual prefeito não escaparia”.

Do seu lado, o prefeito Domingos Mendonça se movimentava para mostrar sua proximidade com as lideranças políticas e militares do golpe na Paraíba, buscando assim sustentação para o seu mandato. Em 24 de novembro de 1964, o jornal “Correio da Paraíba” publicou matéria que apresentava o prefeito Domingos Mendonça entregando uma taça, que levava seu nome, ao vencedor da prova automobilística “50 voltas da Lagoa”, realizada no dia 22 de novembro, acompanhado do delegado Sílvio Neves, do DOPS/PB e do Coronel Rubens Pereira. O Coronel Pereira então comandava o 15-RI,

---

<sup>17</sup> Jornal Correio da Paraíba. João Pessoa, 09 de maio de 1964.

<sup>18</sup> Infelizmente, esta Comissão Municipal da Verdade não conseguiu localizar os resultados finais do trabalho da Comissão Especial de investigação criada pelo prefeito Domingos Mendonça Netto em 06 de maio de 1964. No arquivo da Prefeitura Municipal de João Pessoa não há documentação sobre o período, resultado de um longo descaso com a preservação da história e da memória da administração pública municipal por parte desta edilidade, que parece estar sendo apenas parcialmente reparado desde a última década. Da mesma forma, não se conseguiu localizar na pesquisa em jornais da época, disponíveis em diversos acervos localizados em João Pessoa, referências aos resultados da supracitada Comissão Especial.

e fora um dos principais articuladores do golpe civil-militar em João Pessoa. Já o delegado Neves havia recebido um agradecimento público do Coronel Ednardo D'Ávila Mello, em nota publicada no jornal Correio da Paraíba de 21 de maio de 1964, “pela valiosa colaboração prestada (...)na manutenção da ordem durante os últimos acontecimentos, o que muito concorreu para a tranquilidade da política paraibana e o fortalecimento do regime democrático”. Neves também foi apontado<sup>19</sup> como responsável pela tortura do estudante Boanerges Timóteo, já na noite do dia 31 de março de 1964. Em 27 de novembro de 1964, também no Correio da Paraíba, foi publicada notícia sobre uma missa realizada na Catedral Metropolitana de João Pessoa, mandada celebrar pelo Comandante da Guarnição Federal de João Pessoa, “em sufrágio das almas que tombaram vítimas da Intentona Comunista de 1935”. Entre os presentes, estavam o governador Pedro Gondim e o prefeito Domingos Mendonça, como bons partidários da ditadura militar. Nesta mesma edição, o Correio da Paraíba publicou matéria intitulada “Novo caminho para o mar”, que relatava que a avenida que então estava sendo aberta em paralelo “à Av. Epitácio Pessoa, rumo ao litoral”, originalmente prevista para se chamar “avenida Atlântica”, passaria a ser denominada de “avenida Senador Ruy Carneiro”, como homenagem prestada pelo prefeito “àquele eminente homem público paraibano”. Eminentemente homem público que não apenas estava vivo naquela data, como seguia como líder incontestado do PSD paraibano, estava preparando sua candidatura ao governo do estado em 1965 e emprestava seu apoio ao governo de Castelo Branco no Senado Federal.

Outro detalhe importante. Nos eventos públicos que participava e que eram noticiados pelo jornal Correio da Paraíba durante o ano de 1964, o prefeito Domingos Mendonça Netto muitas vezes se fez acompanhar do vereador João Cabral Batista, presidente da Câmara Municipal de João Pessoa. Cabral Batista, apesar de ter sido eleito pelo PTB, o partido de Robson Espínola, apoiava a administração de Domingos Mendonça. Contar com o apoio do presidente de uma Câmara Municipal é fundamental para garantir governabilidade para qualquer prefeito, particularmente em um momento de golpe de Estado, e quando o presidente em questão havia comandado um processo de cassação de vereadores e suplentes de vereadores ditos “subversivos” já na primeira semana da ditadura militar que então apenas se instalava.

Durante todo o ano de 1965, as denúncias de corrupção contra Domingos Mendonça continuaram a aparecer na imprensa e na Câmara dos Vereadores, a partir de onde os edis opositoristas tentaram por duas vezes afastá-lo do cargo, sem resultado. O limite da resistência de Domingos Mendonça chegou em 20 abril de 1966, quando ele foi finalmente cassado da Prefeitura de João Pessoa por decreto do presidente Castelo Branco. No dia 21 de abril, “O Norte” publicou matéria intitulada “Domingos foi cassado e Damásio já é prefeito”, onde se lia:

Com o decreto presidencial baixado ontem, cassando mandatos e suspendendo por 10 anos os direitos políticos de três prefeitos, um vice-prefeito e três vereadores, foi atingido o sr. Domingos Mendonça Netto, Prefeito de João Pessoa. O decreto, baseado no Ato Institucional n. 2, atingiu,

---

<sup>19</sup> Por uma testemunha que estava presente neste comício em Cruz das Armas, o jornalista Jório Machado (1991), no seu livro de memórias, além do bancário João Fragoso, em depoimento prestado a esta Comissão Municipal da Verdade.

além do Prefeito de João Pessoa, os prefeitos de Livramento, no Rio Grande do Sul, e São Vicente, em São Paulo.

O jornal “Diário da Borborema”, de Campina Grande, do mesmo dia 21 de abril de 1966, informava que Domingos Mendonça Netto havia intensificado sua articulação, junto ao meio militar, para evitar a sua cassação. Segundo o jornal campinense, Domingos “há cerca de dois meses conferenciara demoradamente com o comandante do IV Exército, na capital pernambucana”, ocasião em que declarou, “à imprensa paraibana que nada mais havia contra a sua posição de prefeito de João Pessoa”. Mesmo assim, não conseguiu se manter no cargo. Também no dia 21 de abril de 1966, o jornal carioca “Correio da Manhã”<sup>20</sup>, ao noticiar as cassações do dia anterior, publicou:

Declara o senador Rui [sic] Carneiro que a cassação do mandato do prefeito de João Pessoa, sr. Domingos Mendonça Netto, foi uma reivindicação do governador João Agripino, que deseja no lugar o sr. Damásio Franca, elemento de sua confiança e seu auxiliar no governo.

O prefeito cassado proferiu declarações no mesmo sentido. Um aerograma enviado pelo Consulado Geral dos Estados Unidos no Recife ao Departamento de Estado daquele país, datado de 03 de maio de 1966, reportava:

Domingos Mendonça Netto, jovem (34), ex-prefeito de João Pessoa (PSD), perdeu tanto seus direitos políticos como seu cargo na semana passada, quando o Presidente Castelo Branco cassou seu mandato por alegação de corrupção e subversão. Os detalhes da ação presidencial ainda não são conhecidos, mas Neto culpou o governador da Paraíba, João Agripino, pela sua cassação. Mendonça afirmou, em entrevista à imprensa: ‘Eu acredito que eles me submeteram a uma grande injustiça, nomeadamente através da interferência do governador João Agripino’. Descrevendo a si mesmo como ‘um homem que trabalhou ininterruptamente pelo progresso da capital paraibana’, Mendonça qualificou Agripino como ‘o autor intelectual da cassação do meu mandato.’<sup>21</sup>

Em 1965, haviam sido realizadas eleições para governador da Paraíba, vencidas por João Agripino (UDN) sobre Ruy Carneiro (PSD) por uma maioria de apenas 0, 88% dos votos válidos. Ambos os candidatos apoiavam o governo Castelo Branco. Entretanto, Ruy Carneiro foi o mais votado em João Pessoa, mesmo conquistando uma maioria minúscula sobre o seu adversário, de 1, 4% dos votos válidos<sup>22</sup>. As eleições de 1965 evidenciaram o afastamento definitivo entre Domingos Mendonça e seu vice Damásio Franca, que se dividiram nos apoios, respectivamente, a Ruy Carneiro e a João Agripino. Assumindo o governo do estado em janeiro de 1966, João Agripino nomeou Damásio Franca como seu secretário de Viação. Segundo a matéria publicada por “O Norte” em 21 de abril de 1966, o governador João Agripino prestigiou pessoalmente a posse de Damásio Franca como prefeito, às 21:30h do dia 20 de abril de 1966, na Câmara Municipal.

<sup>20</sup> Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira, no sítio <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

<sup>21</sup> O documento em questão é parte do “OpeningtheArchives Project”, mantido pela Brown University (EUA) em conjunto com a Universidade Estadual de Maringá, disponibilizando documentos digitalizados produzidos pelo Departamento de Estado dos EUA sobre o Brasil entre 1963-73. Pode ser acessado no endereço eletrônico <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:327464/>. O original do documento está em inglês, e a tradução livre foi feita pelos autores deste relatório.

<sup>22</sup> Os resultados eleitorais informados nesse parágrafo foram obtidos no sítio do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba na internet, no endereço <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>

Diversos documentos produzidos pelos serviços de inteligência, segurança e informação da Presidência da República (o SNI) e do Exército (do 15-RI) trazem referências ao processo que culminou na cassação do mandato do prefeito Domingos Mendonça. O Informe 25/15/ARE/83, datado de 03 de janeiro de 1983 e produzido pela Agência de Recife do SNI<sup>23</sup>, trazia o prontuário do advogado e político Octacílio Nóbrega de Queiroz<sup>24</sup>, que era apresentado como “professor da Universidade da Paraíba; =SUBVERSIVO= [sic]”. Em 26 de outubro de 1964, o prontuário de Octacílio Queiroz recebeu a seguinte anotação, que teve como fonte o Relatório Especial de Informações (REI) nº 2, produzido pelo 15-RI:

Foi um dos elementos admitidos pelo Prefeito de João Pessoa, DOMINGOS MENDONÇA NETTO, para exercer função pública municipal, dentro de uma série de nomeações beneficiadoras de elementos subversivos, corruptos e agitadores.

Já o Informe 227/15/ARE/82, datado de 10 de dezembro de 1982 e produzido pela Agência de Recife do SNI<sup>25</sup>, é mais rico em detalhes, e trazia anexo um longo prontuário do vereador João Cabral Batista (Dossiê Nº 13, Armário 10, Gaveta “A”), atualizado desde a década de 1950, quando ele ainda tinha militância comunista. Neste prontuário, consta a seguinte informação, extraída do Relatório Periódico de Informações (RPI) nº 01, produzido pelo 15-RI em 15 de março de 1965:

OTÁVIO JOAQUIM DOS SANTOS, residente em Mamanguape, construía calçamentos para a Prefeitura, e como não conseguia receber os seus empenhos, obrigou-se em dezembro a vender ao VEREADOR CABRAL BATISTA e ao Prefeito 950 metros quadrados de calçamento com um prejuízo de Cr\$ 655, 00, cuja venda foi feita por 30 dias com Nota Promissória, assinada pelo Vereador e validada pelo Prefeito Domingos Mendonça Netto, a qual teve o seu vencimento em 21 jun 65.

Em outra atualização do prontuário de Cabral Batista, desta feita datada do dia 04 de novembro de 1965, tendo como fonte o escritório do SNI na Paraíba, lia-se:

Juntamente com Derivaldo Domingos Mendonça, irmão do atual prefeito de João Pessoa, [Cabral Batista] explora uma pedreira que fornece para a Prefeitura, sem coletas ou concorrências; no primeiro trimestre do corrente ano o faturamento foi da ordem de Cr\$ 23.000.000 (VINTE E TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS).

Já no dia 14 de abril de 1966, apenas seis dias antes do decreto presidencial que cassou o mandato do prefeito Domingos Mendonça, o mesmo escritório do SNI na Paraíba atualizou o prontuário de Cabral Batista usando das seguintes palavras sobre vereador:

É um dos maiores construtores de calçamentos para a Prefeitura de João Pessoa, auferindo grandes vantagens na operação, e chegando a infringir as leis do Ministério do Trabalho que regem o assunto, isentando-se de impostos, inclusive o imposto de rendas. Os trabalhos executados são

23 Constante do documento ARE\_ACE\_4046\_83, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

24 Durante sua longa carreira política, que se estendeu entre as décadas de 1940 e 1980, Octacílio Nóbrega de Queiroz assumiu um posicionamento político de centro-esquerda, tendo sido filiado aos seguintes partidos, respectivamente: PSD, PSB, MDB e PMDB. Nos anos 1970 e 1980, foi apoiado em eleições que disputou para deputado federal por militantes do PCB na Paraíba.

25 Constante do documento ARE\_ACE\_3875\_82, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

faturados através de firmas fictícias, não registradas no (...) CREA e em nome de 3 operários do mesmo. Suas construções são feitas, em sua maioria, na base de pagamentos adiantados, haja vista a grande quantidade de valores existentes na Tesouraria da Prefeitura, emitidos por conta de serviços ainda não totalmente concluídos.

Em 17 de agosto de 1966 foi inserida a seguinte atualização no prontuário de Cabral Batista: “como Presidente da Câmara Municipal de João Pessoa, usou de todos os meios para impedir o afastamento do Prefeito DOMINGOS MENDONÇA NETTO”. Já em uma atualização de 08 de outubro de 1968, produzida pela 2ª Seção (inteligência e informação) da 7ª Região Militar do Exército, foi escrito sobre Cabral Batista:

Elemento pernicioso, oportunista, de mau caráter, visto a sua conduta nos anos de 1945 a 1947, quando comunista atuante. (...) Foi expulso do PCB por atos atentatórios ao pudor das filhas dos seus ‘camaradas’ e outros expedientes baixos (...). Como líder de Prefeitos, aproveitou-se e cometeu uma série de falcatruas, instalando firmas para construções de prédios públicos e empregando ‘afilhados’ na Câmara e três filhos seus. Após a Revolução de 31 Mar 64, teve seu nome cotado para a cassação de mandato, mas aderiu ao Governador JOÃO AGRIPINO, ao qual pediu proteção, conseguindo sair-se bem.

A pergunta que se faz é: se um dos motivos que levou o presidente Castelo Branco a cassar o mandato do prefeito Domingos Mendonça foram alegadas práticas de corrupção, por que também não foi cassado o mandato do vereador Cabral Batista, em cujo prontuário o Exército e o SNI haviam inserido diversas acusações de corrupção, ao longo de décadas? Certamente, a conclusão que se chega é que as cassações eram meros instrumentos de exceção utilizadas pela ditadura militar, e que o “combate à corrupção” ou “ao comunismo” foram antes usados como artifícios para justificar tais violências. Ou seja, se Cabral Batista, um político com largo histórico de acusações de corrupção por parte do Exército e do SNI, teve seus direitos políticos preservados, isso só pode ser entendido como resultado exclusivo da sua capacidade de manter-se próximo aos governos do período ditatorial, a quem prestou relevantes serviços políticos, principalmente a já citada cassação do vereador Antônio Augusto Arroxelas e dos suplentes de vereador José Gomes da Silva e Leonardo Leal, nos primeiros dias de abril de 1964.

Para concluir, acrescentem-se duas ressalvas fundamentais. Nenhum dos casos narrados pelos informes supracitados sobre João Cabral Batista e Domingos Mendonça Netto foi submetido a processos judiciais, que garantissem ampla defesa dos nominados, devendo ser vistos como acusações não comprovadas judicialmente, que motivaram um ato arbitrário de violação da vontade da soberania popular e de direitos individuais cometidos pelo ditador do período – particularmente, a cassação sumária do mandato popular e dos direitos políticos do prefeito Domingos Mendonça<sup>26</sup>. Jurídica e historicamente, portanto, os documentos citados são mais importantes para revelar sobre a natureza da ditadura militar do que, necessariamente, das personagens citadas, visto que a “De-

<sup>26</sup> Após retomar o exercício dos seus direitos políticos, Domingos Mendonça Netto voltou a ser candidato a vereador de João Pessoa em 1982, pelo PDS, não conseguindo se eleger. Naquelas eleições, quem foi eleito vereador foi o seu irmão, Derivaldo Mendonça, pelo PMDB. Estas informações estão disponíveis no sítio do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba na internet, no endereço <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>

claração Universal dos Direitos Humanos”, no seu artigo XI, assegura que “todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.”<sup>27</sup> Processos judiciais que não asseguram a ampla defesa dos réus e que transferem para o acusado a responsabilidade de provar sua inocência representam violações de direitos humanos, e são próprios de situações de exceção.

Por fim, mais uma informação importante. No interior do já citado informe 227/15/ARE/82, produzido pela Agência de Recife do SNI em 1982, consta um documento sem data e sem nenhuma origem de produção, introdutório a um longo anexo documental sobre Cabral Batista, onde o nominado era assim apresentado:

Vereador pelo município de João Pessoa, por sucessivas vezes reeleito; ex-integrante do Partido Comunista e do PTB, é hoje homem prestigiado pelo Governador do Estado, cujo Palácio frequenta. Os documentos constantes do anexo falam bem melhor do que qualquer coisa que seja dita sobre o mesmo. Esteve do lado de lá enquanto seus interesses assim o exigiram. Ingressou na ARENA como único meio para preservar sua participação no cenário político do estado. Para isso, contou e conta com o apoio do Governador JOÃO AGRIPINO, que também não admira o movimento revolucionário de Março de 64. Os dados constantes do anexo foram, em grande parte, colhidos nos arquivos do I/15º RI [grifo nosso].

O que se pode deduzir do acima transcrito: a) este documento foi produzido durante o governo de João Agripino Filho; b) um setor do órgão de informação (ou o SNI ou a 2ª Seção do Exército) que escreveu este documento antipatizava com o governador João Agripino, identificado como opositor do “movimento revolucionário de Março de 64”, o que não era verdade, já que João Agripino apoiou o golpe desde os primeiros momentos, conforme ele mesmo narrou em depoimento prestado ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas em 1978 (MARIA FILHO, 1978) e; c) o 15-RI mantinha um arquivo de informações sobre personalidades paraibanas que, no caso do vereador João Cabral Batista, remetia, ao menos, à década de 1950. Ademais, os documentos acima citados, atualmente sob a guarda do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro e em Brasília, comprovam que a 2ª Seção do 15-RI produziu “Relatórios Periódicos de Informações” (RPIs) e “Relatórios Especiais de Informações” (REIs) que revelavam as impressões que os militares daquele regimento guardavam sobre a vida política e social da Paraíba daquele período.

Onde estão estes arquivos do 15-RI?

---

<sup>27</sup> Disponível no sítio da ONU na internet, no endereço <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>.

# CAPÍTULO 4

## A CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA E A DITADURA MILITAR: do acirramento ideológico à composição com o golpe

### 4.1 - O ACIRRAMENTO IDEOLÓGICO E A CASSAÇÃO DE VEREADORES

Em 09 de abril de 1964, poucos dias após a marcha do general Olympio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, em Minas Gerais, que precipitou o golpe civil-militar no país, inicia-se, com a edição do Ato Institucional No. 1 (AI-1), o processo de institucionalização do novo regime através de mecanismos jurídicos em substituição aos preceitos constitucionais. O espaço limitado reservado à Constituição Federal de 1946 fica exposto já no preâmbulo do AI-1:

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma.(...)Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes da Presidência da República.

E, neste novo ordenamento, o exercício do poder constituinte passa a ser uma legítima atribuição revolucionária e não mais do Congresso Nacional:

Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerentes a todas as revoluções, a sua legitimação.

Ainda pelo AI-1, ficava facultada ao Executivo a prerrogativa de cassar mandatos de membros do legislativo e de suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por 10 anos.

Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.<sup>1</sup>

É bastante interessante percebermos que a Câmara Municipal de João Pessoa, imediatamente após o golpe, publicou nos jornais locais uma nota oficial assinada pelo seu presidente, o vereador João Cabral Batista, na qual afirmava que, por decisão unânime de seus integrantes, encontrava-se em

<sup>1</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm)

sessão permanente na espera de que o país fosse reconduzido ao caminho da “liberdade e do respeito pelas instituições”, o que seria fragorosamente desrespeitado nos dias que se sucederiam, não só pela edição do Ato Institucional (AI-1), como pela instalação de um amplo processo repressivo e persecutório. Ao mesmo tempo, a própria Câmara, logo em seguida, contrariaria as suas próprias palavras:

Em face dos acontecimentos que abalam a tranquilidade da vida nacional, quando todas as facções representativas do povo brasileiro se pronunciam e tomam atitudes na defesa e salvaguarda dos interesses mais sagrados da pátria, a Câmara Municipal de João Pessoa resolve por unanimidade dos seus membros manter-se em sessão permanente, até que a consciência e o patriotismo da Nação reconduzam o Brasil à serenidade da sua marcha pela estrada do progresso sob a bandeira da liberdade e do respeito pelas instituições.<sup>2</sup>

Sendo assim, no dia seguinte à publicação desta nota (dia 03 de abril), e dias antes da edição do AI-1 pelo novo comando do Executivo Federal, a Câmara Municipal de João Pessoa antecipava-se às determinações presentes neste documento e, em sessão secreta e por unanimidade, aprovava a Resolução No. 5, apresentada pelos vereadores Almir Correia, Edson Cavalcanti, Pedro Belmont Filho, Milton de Almeida, Cícero Honorato Leite, Severino Deodato de Souza, João Freire da Silva, Inaldo Camelo, Mário da Gama e Melo, Jairo Smith Lisboa, Manoel Gonçalo Oliveira e Antônio Waldir Bezerra Cavalcanti, que promovia a cassação do mandato do vereador socialista Antônio Augusto Arroxelas (PSB).<sup>3</sup> É imperioso, ainda, destacar a posição de subserviência que a Câmara Municipal assumiu frente aos determinantes do regime ditatorial que se implantava, ao analisarmos a solicitação do vereador Mário Gama ao Presidente da Casa para que este nomeie uma comissão para ajustar o regimento interno ao Ato Institucional.

Nos “considerandos” de tal Resolução fica explicitada a razão da perseguição: a filiação do vereador ao comunismo, ato identificado com procedimento incompatível com o decoro parlamentar.

Resolução No. 05, de 03/04/1964 – cassa mandato de vereador e dá outras providências.

O presidente da Câmara (Cabral Batista) faz saber que o Poder Legislativo decreta e promulga a seguinte resolução:

Considerando que o vereador Antonio Augusto de Arroxelas Macedo, eleito pela legenda do Partido Socialista Brasileiro, defendendo ideologias contrárias ao regime federativo por que se rege a Nação Brasileira, estando implicado no movimento subversivo que tentava implantar o Comunismo no território nacional, o que foi evitado pela patriótica ação das Forças Armadas e dos governadores que se mantiveram fiéis à Legalidade Constitucional;

Considerando que este ato constitui procedimento incompatível com o decoro da Casa Legislativa a que o mesmo pertence, pois não pode admitir que um Vereador pugne pela implantação de um regime contrário ao que estabelece a Constituição Federal do país;

<sup>2</sup> Jornal **Correio da Paraíba**. João Pessoa, 02 de abril de 1964, fl.3.

<sup>3</sup> Câmara Municipal de João Pessoa. Resolução No. 05, de 03/04/1963. Posteriormente, no mês de maio, o vereador Mário Gama solicitaria ao Presidente da Casa a nomeação de uma comissão para ajustar o regimento interno aos preceitos presentes no AI-1. Cf. Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1964, 30ª. Sessão Ordinária da 1ª Reunião da 5ª Legislatura, 08/05/64.

É importante perceber que no corpo da Resolução também é exposta uma situação inusitada para o momento: na verdade, inexistia, seja na legislação estadual, seja na municipal, o crime de ato incompatível com o decoro parlamentar. Assim, os legisladores foram obrigados a recorrerem à Constituição Brasileira de 1946, Constituição esta que, logo em seguida, seria esvaziada da sua autoridade:

Considerando que a omissão da constituição estadual e das Leis ordinárias do Estado e do Município, relativamente à perda do mandato por incompatibilidade com o decoro parlamentar, a que se há de aplicar o disposto no Art 48, parágrafo 2º. da Carta Política Constitucional do Brasil, lei maior que nos rege;

Considerando que por isto e tendo em vista os relevados interesses da Nação e para que se resguarde a Democracia de elementos nocivos à sua estabilidade e fundamentos e, tendo ainda em vista o que estabelece o Art 4º. do Regimento Interno da Câmara Municipal de JP;

O vereador cassado pertencia ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e havia sido eleito nas últimas eleições ocorridas em 11 de agosto de 1963. De acordo com a Tabela No. 1, o PSB elegeu 02 vereadores, dos quais teve seu mandato cassado apenas Antônio Augusto Arroxelas. O processo de cassação contou com o apoio do colega de legenda, o vereador Antônio Waldir Bezerra Cavalcanti, um dos que propugnou a Resolução No. 05.

TABELA 1 - VEREADORES DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA ELEITOS EM AGOSTO DE 1963

Vereador	Partido / Coligação	Votação
Almir Corrêa	PDC	401
Milton Cavalcanti de Almeida	PL	541
Pedro Belmont Filho	PL	480
Manoel Gonçalo de Oliveira	PR	734
Marcelo Lins de Mendonça	PR	495
Jairo Smith Lisboa	PR	373
Antônio Augusto Arroxelas de Macedo	PSB	491
Antônio Waldir Bezerra Cavalcanti	PSB	479
Mario Antônio da Gama e Melo	PSD	470
Inaldo Camelo Vieira	PSD	465
João Cabral Batista	PTB	995
Oscar Matias Bezerra	PTB	552
Edward da Silva	PTB	495
Edson Cavalcanti de Albuquerque	UDN	489
Cicero Honorato Leite	UDN	473

Fonte: <http://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>.

Alguns dias depois, através da Resolução No.7, de 10 de abril de 1964, a Câmara também estabelecia a mesma disposição em relação aos suplentes José Gomes da Silva<sup>4</sup> (Zé Moscou) e Leonardo Leal, ambos do PSB, impedindo-os de assumir o cargo de vereadores.

<sup>4</sup> José Gomes da Silva, o “Zé Moscou”, foi suplente de vereador de João Pessoa em 1959, na 4ª Legislatura, e em 1963, na 5ª Legislatura.

RESOLUÇÃO NO. 7, DE 10/04/1964 – cassa direitos de suplentes e dá outras providências

O presidente da Câmara (Cabral Batista) faz saber que o Poder Legislativo decreta e promulga a seguinte resolução:

Art. 1º. Fica cassado em definitivo aos suplentes José Gomes da Silva e Leonardo Moreira Leal, o direito de assumirem quando convocados o cargo de vereador, da conformidade com o art. 48 e seus parágrafos da Constituição Federal, art. 21 da Constituição Estadual e art. 4º. do RI da Câmara;

Cabral Batista, presidente da Câmara Municipal naquele momento, trinta anos depois prestou um depoimento para os jornalistas Nonato Guedes e Sebastião Barbosa destacando que os vereadores cumpriam as determinações emanadas das forças golpistas:

Veio ordem do Exército para cassarmos Arroxelas e Zé Moscou. Os 15 vereadores votaram a cassação. Não teve ninguém que se levantasse para defender Arroxelas e Zé Moscou, que, aliás, eram vereadores combativos, brilhantes, atuantes. (GUEDES et. al., 1994, p. 433)

O parlamentar Nizi Marinheiro, suplente do PSB, e que se notabilizaria posteriormente como um importante defensor de presos políticos no estado, embora tenha assumido o cargo em diversos momentos desta Legislatura, não teve seu nome inserido na lista de cassados. Cabral Batista informa que houve muita pressão para que seu nome fosse incluído no rol das cassações, mas que a Câmara teria conseguido evitar tal desfecho, o que não aconteceu nos casos de Arroxelas e Zé Moscou:

Ou a Câmara cassava ou era fechada, ou saía mais gente. O Exército era quem mandava. Estão, aí, os casos de muitos deputados estaduais e federais que foram também sacrificados na época. Muitos não eram nem esquerdistas, apenas tinham tendências socialistas, ou nacionalistas. Mas foram penalizados. (GUEDES et. al., 1994, p. 434)

A passagem de Antônio Arroxelas e José Gomes na Câmara de Vereadores<sup>5</sup> foi bastante curta, mas eles estiveram inseridos no clima de acirramento ideológico que marcou os posicionamentos dos diversos parlamentares daquela Casa ao longo dos últimos meses do ano de 1963 e dos primeiros de 1964, apresentando importantes pronunciamentos e proposições relacionadas às bandeiras de luta dos movimentos sociais e dos grupos mais à esquerda do espectro político do momento. E, neste contexto de polarização, convém destacar que a posição dos dois parlamentares era sempre minoritária, caracterizando-se pelo isolamento frente ao restante dos integrantes da Casa.

Com relação aos pronunciamentos do vereador Antônio Augusto Arroxelas, observa-se uma constante preocupação com a situação do movimento estudantil e dos estudantes em geral. Na 2ª Sessão Ordinária da 5ª Legislatura, ocorrida em 05 de dezembro de 1963, o vereador reportou-se à vitória alcançada pelos universitários paraibanos que conseguiram a aprovação da participação estudantil em 1/3 nos órgãos colegiados da Universidade. No mesmo pronunciamento, requereu votos de congratulações ao Reitor Prof. Mário Moacyr Porto que deu o voto de Minerva em favor dos universitários.

---

<sup>5</sup> Sendo suplente, José Gomes da Silva assumiu o mandato na 4ª Legislatura da Câmara Municipal de João Pessoa. Leonardo Leal, suplente na 5ª Legislatura, não chegou a assumir o cargo. A respeito de Leal, vide o Capítulo 1 deste relatório.

Finalmente, o vereador referiu-se à prisão de um estudante que não sabia da proibição de passar pela calçada do Palácio da Redenção após as 22 horas, apelando ao Chefe Militar do Palácio para que fosse publicado “...nos jornais da cidade as zonas, à frente do Palácio do Governo, que são militarizadas, após às 22 horas”.<sup>6</sup> Neste mesmo mês, Arroxelas apresentou Projeto de Lei subvencionando a União Pessoaense dos Estudantes Secundaristas (UPES). Nesta ocasião, teceu severas críticas aos colégios particulares, acusados de constituírem uma indústria da educação:

...seus proprietários transformaram os estabelecimentos de ensino, em verdadeira indústria mercantilizada, cobrando taxas de matrículas e mensalidades astronômicas, tornando a educação um privilégio dos mais favorecidos.

Arroxelas acusou, ainda, os proprietários de não terem respeitado a legislação trabalhista e de terem demitido professores sindicalizados que

...segundo suas afirmações, foram espoliados, pois os proprietários da indústria dos colégios particulares negaram-se a pagar os meses de janeiro e fevereiro, como mandam as leis trabalhistas.<sup>7</sup>

Os acontecimentos ocorridos na Faculdade de Direito, em João Pessoa, em março de 1964, que tiveram grande repercussão na sociedade da época e dos quais participou Arroxelas<sup>8</sup>, foram objeto de seus comentários, conforme notícia o Livro de Atas da Câmara:

Vereador Antonio Augusto ocupando a tribuna por longo tempo, fez um retrospecto dos acontecimentos verificados na Faculdade de Direito, defendendo-se e defendendo os estudantes das críticas feitas por determinados grupos econômicos. Afirmou que se tivesse conhecimento da existência de bombas Molotov dentro da Faculdade ele teria usado as mesmas para sua defesa e dos demais que se encontravam no recinto da Faculdade. Protestou contra as Notas publicadas no jornal A União e outros jornais da capital que vivem a serviço dos grupos econômicos. Considerou inverídica a Nota do Comandante da Guarnição Federal na qual acusava os estudantes como portadores de maconha.<sup>9</sup>

Já o suplente de vereador José Gomes da Silva, em uma das primeiras sessões ocorridas após as eleições municipais ocorridas em 1963, em que estava no exercício do mandato, reportou-se ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), órgão criado em 1959 por empresários, representantes do capital estrangeiro, intelectuais e políticos de direita e que tinha como uma de suas atividades o financiamento de campanhas eleitorais de candidatos conservadores. Naquele ano de 1963, diante das denúncias que apontavam diversos candidatos em todo o Brasil que haviam recebido apoio financei-

6 Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1963, 2ª Sessão Ordinária da 5ª Legislatura – 05/12/1963. Tal proibição decorreu da mobilização promovida por secundaristas e universitários em outubro de 1963 contra o desrespeito, pelas empresas de ônibus, da lei que previa o abatimento de 50% no preço das passagens dos estudantes. Uma das manifestações foi feita na frente do Palácio da Redenção, registrando-se o choque com as forças policiais, o que culminou na morte de um policial e em vários feridos. No dia seguinte, os estudantes depredaram repartições governamentais e ameaçaram invadir o Palácio. Cf. Jornal **A União**. João Pessoa, 26 de outubro de 1963, fl. 8.

7 Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1963, 15ª Sessão da 1ª Reunião Ordinária da 5ª Legislatura – 26/12/1963.

8 Nesta data foi anunciada a visita de Carlos Lacerda à Paraíba. Em protesto, lideranças estudantis decidiram ocupar a Faculdade de Direito, e terminaram ficando lá sitiados por uma multidão que ocupou a praça defronte e tentava invadir o prédio da Faculdade para retirar à força os universitários. A respeito, vide COSTA, 2015.

9 Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1964, 13ª Sessão Extraordinária da 1ª Reunião da 5ª Legislatura – 05/03/1964.

ro, não só de empresas nacionais, mas também estrangeiras, o Congresso constituiu uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o ocorrido. No seu pronunciamento, José Gomes da Silva apelou para que o Presidente da CPI do IBAD estendesse suas atividades à Paraíba e apurasse as atividades do órgão no estado.<sup>10</sup> Ainda dentro desta temática, no mês seguinte, José Gomes da Silva reportou-se ao discurso do deputado federal Flaviano Ribeiro Coutinho Filho, feito na Câmara Federal e publicado no jornal A União do dia 12 de setembro de 1963, afirmando “... que o discurso feito nos tipos ibadianos e lacerdista, mostra claramente que é um deputado que não representa o povo...”. Acusou o deputado de “venal” e os Ribeiro Coutinho de

...ladrões da economia popular, expoliadores, agentes do imperialismo e reação mundial [sic], que entravam, como latifundiários, o desenvolvimento nacional e responsáveis pela fome que impera no Nordeste.<sup>11</sup>

A defesa da família Ribeiro Coutinho foi feita pelo vereador da UDN, coronel João Gadelha de Oliveira, que em seu pronunciamento afirmou que “...a questão do Sr. José Gomes da Silva é de ideologia, pois ele é conhecido como comunista declarado” e que “...era costume do Sr. José Gomes da Silva atacar quem não segue o seu credo”. Ainda, João Gadelha defendeu a lisura dos Ribeiro Coutinho, declarando

..que não era ibadiano mas que o IBAD somente era visto como uma afronta à honra, por aqueles que rezam o credo vermelho e que querem a derrocada do regime democrático.

Nas palavras do vereador udenista, mais uma vez projeta-se a condenação ao comunismo, “o credo vermelho”, e a ênfase na vinculação entre este ideário e posicionamentos em defesa da quebra da ordem constitucional, o que, em momento algum, foi observado nos pronunciamentos dos vereadores cassados. Ao concluir sua fala, Gadelha apela para o argumento final: o da moral em detrimento dos argumentos de caráter sócio-político-econômico ou ideológico, explicando que não era ligado a nenhum grupo econômico, mas que “...pela formação moral era contrário à infiltração comunista no Brasil”.<sup>12</sup> Os vereadores Cícero Leite e Almir Correia solidarizaram-se com o posicionamento de João Gadelha frente às acusações de José Gomes da Silva.

A vitória obtida pelo PSB nestas eleições municipais de 1963, no município de Rio Tinto, que conseguiu eleger o primeiro prefeito socialista da Paraíba, o sindicalista e militante do PCB Antônio Fernandes de Andrade, conhecido como Antônio Bolinha, também foi objeto da apreciação pelo vereador José Gomes da Silva que, em seu pronunciamento, procurou destacar a vitória obtida. Naquela

---

10 Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1963, 33ª Sessão Extraordinária da 4ª Legislatura – 26/08/1963. A CPI do IBAD foi criada em 1963 para investigar as denúncias de financiamento irregular de candidatos e teve como presidente o deputado federal Ulysses Guimarães. Foi apurado que empresas multinacionais como Texaco, Esso, Coca-Cola, Bayer e IBM estiveram envolvidas no financiamento de políticos. Cf. 1963 - É constituída CPI para apurar candidatos que teriam recebido financiamento do Ibad e Ipes (07' 00"). RÁDIO CÂMARA. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/camaramaterias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/336061-1963--%C3%89-CONSTITU%C3%8DDA-CPI-PARA-APURAR-CANDIDATOS-QUE-TERIAM-RECEBIDO-FINANCIAMENTO-DO-IBAD-E-IPES-\(07'-00%22\).html](https://www2.camara.leg.br/camaramaterias/radio/materias/CAMARA-E-HISTORIA/336061-1963--%C3%89-CONSTITU%C3%8DDA-CPI-PARA-APURAR-CANDIDATOS-QUE-TERIAM-RECEBIDO-FINANCIAMENTO-DO-IBAD-E-IPES-(07'-00%22).html). Acesso em: 05/04/2017.

11 Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1963, 46ª Sessão Extraordinária da 4ª Legislatura – 13/09/63.

12 Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1963, 46ª Sessão Extraordinária da 4ª Legislatura – 13/09/63.

ocasião, José Gomes da Silva requereu votos de congratulações ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Mamanguape pela eleição de seu presidente como Prefeito de Rio Tinto.<sup>13</sup>

Os conflitos envolvendo os trabalhadores rurais e os proprietários de terra foram outro ponto importante arrolado pelos parlamentares cassados. Ainda em agosto de 1963, o suplente José Gomes da Silva denunciou, no plenário da Câmara, as barbaridades praticadas na Fazenda Recreio, de propriedade de Aguinaldo Veloso Borges, em que uma mulher em avançado estado de gestação havia sido espancada, levando-a a ser internada no Hospital de Pronto Socorro.<sup>14</sup> Na 5ª. Sessão Ordinária da 5ª. Legislatura, ocorrida a 10 de dezembro de 1963, o vereador Antônio Augusto Arroxelas reportou-se à reunião realizada na véspera, na Secretaria do Interior, entre proprietários e camponeses da região de Forte Velho, Tambauzinho e Tapira<sup>15</sup>, que teve como resultado o fim do cambão nas localidades e a garantia do direito aos camponeses de cultivarem gêneros alimentícios.<sup>16</sup> Arroxelas, em dezembro daquele ano, momento em que o governador Pedro Gondim ainda mantinha um posicionamento relativamente conciliatório frente aos conflitos ocorridos no campo<sup>17</sup>, congratulou-se com o chefe do governo

...pela sua atitude em referência aos camponeses, cuja posição comedida e apaziguadora tem lhe valido os maiores elogios de diversas classes sociais.<sup>18</sup>

O acirramento ideológico no interior da Câmara dos Vereadores de João Pessoa, que refletia os confrontos políticos ocorridos nacionalmente, também pode ser percebido pelos posicionamentos mais à esquerda oriundos dos parlamentares socialistas Nizi Marinheiro e José Gomes da Silva. Por ocasião do movimento dos sargentos, cabos e soldados<sup>19</sup>, Nizi Marinheiro requereu envio de apelo aos Presidentes da República, da Câmara e do Senado, bem como a senadores e deputados federais da Paraíba, no sentido de que aprovassem projeto concedendo anistia aos participantes daquele movimento.<sup>20</sup> Após esta proposta ter sido derrotada, na sessão seguinte, José Gomes da Silva voltou ao assunto, protestando contra a decisão nacional que não anistiava os militares, o que, para ele, feria os princípios de isonomia:

13 Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1963, 35ª Sessão Extraordinária da 4ª Legislatura, 28/08/1963.

14 Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1963, 37ª Sessão Extraordinária da 4ª Legislatura, 30/08/1963.

15 Distritos localizados no município de Santa Rita.

16 Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1963, 5ª. Sessão Ordinária da 5ª. Legislatura – 10/12/1963.

17 A respeito do posicionamento do governador Pedro Gondim frente às diferentes forças políticas existentes no estado, vide CITTADINO, Monique. “Pedro Gondim: um governador entre Deus e o Diabo”. In DANTAS, E.; NUNES, P. G. A.; SILVA, R. F. C. **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba**. História, memória e construção da cidadania. João Pessoa, Editora da UFPB, 2014, pp. 13-32.

18 Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1963, 13ª Sessão Ordinária da 5ª Legislatura - 20/12/1963.

19 Também conhecida como Revolta dos Sargentos, o movimento ocorrido em setembro de 1963, em Brasília, tem suas origens em 1962, quando alguns representantes da categoria elegeram-se para cargos legislativos. Contudo, em 1963, decisão do Supremo Tribunal Federal afirmou a inelegibilidade de tais candidatos, em conformidade com a Constituição de 1946, motivando o levante ocorrido no dia 12 de setembro. Reprimido pelo Exército, o levante resultou em 536 presos. Cf. LAMERÃO, Sérgio. A conjuntura de radicalização ideológica e o golpe militar. A revolta dos sargentos. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A\\_revolta\\_dos\\_sargentos](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_revolta_dos_sargentos). Acesso em 14/06/2019.

20 Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1963, 3ª Sessão da 6ª. Reunião Ordinária da 4ª. Legislatura - 18/09/1963.

...no regime atual, os pequenos não têm vez. Quando oficiais fizeram o movimento de Aragarças, foram anistiados, mas agora quando as praças de pé [SIC] fizeram o movimento de Brasília, nega-se a eles a anistia.<sup>21</sup>

O posicionamento ideológico dos socialistas também pode ser visto na sessão do dia 18 de setembro, em que o vereador José Gomes da Silva requereu votos de congratulações ao Presidente da República pelo convite feito ao Marechal Tito, da Iugoslávia, o que foi rejeitado pelo plenário por 6 votos a dois – os dois únicos votos favoráveis foram do próprio José Gomes e de Nizi Marinheiro.<sup>22</sup>

Em contrapartida, as posições mais à direita podem ser percebidas no posicionamento do vereador coronel João Gadelha de Oliveira que, em sessão de setembro de 1963, exaltou as medidas tomadas pelo Ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, no sentido de reprimir toda greve de caráter político, medidas estas “que preservaram a paz e a segurança nacional”. Na ocasião, ainda requereu votos de aplausos ao general, no que foi aprovado por unanimidade.<sup>23</sup> Os votos de aplausos solicitados pelo vereador Elísio Alexandrino ao jornalista Otinaldo Lourenço e aos deputados Ernâni Sátiro e Joacil de Brito Pereira pela instalação do Comitê Carlos Lacerda<sup>24</sup>, é outra medida que reflete a divisão política e ideológica que imperava na Câmara de Vereadores.<sup>25</sup> Tais votos foram aprovados com restrição do vereador Sebastião Calixto, que não aceitou o cumprimento ao deputado Ernâni Sátiro.<sup>26</sup>

## 4.2 - A CÂMARA E A SUBSERVIÊNCIA À NOVA ORDEM DITATORIAL

Passados os momentos iniciais em que a Câmara Municipal de João Pessoa preocupou-se com a cassação de seus integrantes “simpatizantes com o credo comunista”, a casa iniciou os discursos laudatórios aos novos dirigentes da Nação, enfatizando fundamentalmente o papel que tiveram em defesa da democracia e dos valores cristãos da população, que estariam sendo postos em risco pela “ameaça comunista”. Após a indicação do nome do general Castelo Branco para a Presidência da Re-

21 Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1963, 6ª Sessão da 8ª. Reunião Ordinária da 4ª. Legislatura - 23/09/1963.

22 Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1963, 3ª Sessão da 6ª. Reunião Ordinária da 4ª. Legislatura - 18/09/1963. O convite feito por João Goulart ao marechal Broz Tito, presidente da Iugoslávia, país comunista integrante da chamada “cortina de ferro”, para visitar o Brasil suscitou enorme debate entre políticos, intelectuais e jornalistas, sendo objeto de grande repercussão na imprensa nacional. Vide, p.ex., o jornal Correio da Manhã de 10 de setembro de 1963, fl. 01. [http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=43620&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#](http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=43620&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader#).

23 Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1963. 2ª. Sessão da 8ª. Reunião Ordinária da 4ª. Legislatura - 17/09/1963. Estiveram presentes à reunião os vereadores Almir Correia, Luiz Costa, Edward Silva, José Faustino Cavalcanti, Benjamin Fonseca, Sebastião Calixto, Elísio Alexandrino, Arnaldo de Barros Moreira, José Gomes da Silva e José Anchieta. No contexto dos confrontos sociais ocorridos em 1963, no mês de setembro, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) ameaçou decretar uma greve geral em oposição à repressão perpetrada pela polícia paulista de Adhemar de Barros contra sindicalistas na cidade de Santos. Pressionado pelo comando do II Exército, o ministro da Guerra do governo João Goulart, general Jair Dantas Ribeiro, determinou a repressão de toda a greve com motivação política. Cf. NAPOLITANO, 2014, p. 43.

24 A respeito do Comitê em apoio à candidatura à Presidência da República de Carlos Lacerda, vide o Capítulo 1 deste relatório.

25 Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1963. 18ª Sessão da 8ª. Reunião Ordinária da 4ª Legislatura - 14/10/63.

26 Estiveram presentes à reunião os vereadores Severino Patrício, João Gadelha de Oliveira, Elísio Alexandrino, Arnaldo de Barros Moreira, Almir Correia, José Anchieta, Hermano de Oliveira Lima, Cícero Honorato Leite, Edward Silva, Luiz Costa e José Gomes da Silva. Ibid.

pública, o vereador Cabral Batista em seu pronunciamento comentou os relevantes serviços prestados à Pátria por aquele militar e destacou a “...feliz escolha de seu nome para a Presidência da República”. Na oportunidade, requereu votos de congratulações ao presidente recém-eleito e aos três ministros militares. Seu requerimento foi aprovado com adendo proposto pelo vereador Inaldo Camelo para que os votos fossem extensivos ao vice-presidente José Maria Alkimim.<sup>27</sup> Já o vereador Cícero Leite, segundo matéria do jornal O Norte, exaltou as Forças Armadas pelo papel que tiveram na “salvaguarda da Constituição e dos sentimentos cristãos do povo do Brasil”. Na oportunidade, também apresentou votos de aplausos aos governadores Carlos Lacerda (Guanabara), Adhemar de Barros (São Paulo), Magalhães Pinto (Minas Gerais) e Ildo Meneghetti (Rio Grande do Sul) pelas suas posições em defesa dos postulados democráticos do país.<sup>28</sup>

Render homenagens a Castelo Branco continuará a fazer parte das preocupações da Câmara Municipal de João Pessoa. Por ocasião de uma visita do militar à cidade de Fortaleza, no Ceará, a Câmara abriu um crédito especial de Cr\$ 1.600.000, 00 (um milhão e seiscentos mil cruzeiros) destinados “...às despesas de uma embaixada de vereadores a Fortaleza a fim de receber o Exmo. Sr. Presidente da República, Mal Humberto Castelo Branco.”<sup>29</sup> A título de comparação, a Resolução No. 22, de 16 de setembro do mesmo ano, abriu o crédito especial de um milhão e quinhentos mil cruzeiros destinados a reforma e pintura do prédio da Câmara.<sup>30</sup>

As homenagens direcionadas a militares mais próximos da nossa Capital também se multiplicaram entre os nossos edis. O jornal O Norte do dia 04 de abril informava que o vereador Severino Deodato apresentou votos de aplausos ao coronel Ednardo D’Ávila Melo, comandante da Guarnição Federal da Paraíba, “pela atuação brilhante ao lado do movimento de defesa dos postulados democráticos, do respeito e garantia aos preceitos constitucionais do país e ainda pela sua segura e eficiente atuação no comando do 15 R.I. desta cidade”.<sup>31</sup> Já no dia 07 de abril, jornais paraibanos noticiaram que o vereador Cabral Batista havia apresentado projeto de resolução concedendo o título de cidadão pessoense ao coronel Plínio Pitaluga, comandante da 23ª Circunscrição de Serviço Militar da Paraíba,<sup>32</sup> sob a justificativa de que o militar era “... um dos heróis da FEB que, nos campos de guerra da Europa defendeu os sagrados postulados democráticos não só do Brasil como de grande parte do mundo” e que “...conseguiu conquistar a estima e admiração do povo pessoense durante o pouco espaço de tempo que passou entre nós”, o que o credenciava a merecer o título em questão. De fato, o coronel ficou pouco tempo na Paraíba, haja vista que assumiu o comando da 23ª Circunscrição de Recruta-

27 Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1964. 16ª. Sessão da 1ª. Reunião Ordinária da 5ª. Legislatura – 13/04/1964

28 Jornal **O Norte**. João Pessoa, 04 de abril de 1964, fl. 8.

29 Câmara Municipal de João Pessoa. Resolução No. 14, de 19/06/1964.

30 Câmara Municipal de João Pessoa. Resolução No. 22, de 16/09/1964.

31 Jornal **O Norte**. João Pessoa, 04 de abril de 1964, fl. 8.

32 No dia 07 de abril, o jornal O Norte publicava nota assinada pelo coronel Plínio Pitaluga despedindo-se e agradecendo às autoridades civis e militares e ao “...nobre e orientado povo paraibano a irrestrita colaboração democrática e apoio prestados a esta chefia, nos dias de afirmação democrática em que passou a Nação.” O coronel, neste momento, estava sendo transferido para Guanabara, a fim de comandar o Regimento de Reconhecimento Mecanizado de Divisão Blindada. Cf. Jornal **O Norte**, João Pessoa, 07 de abril de 1964, fl. 8. O Norte informou também que o então major Ubirajara Maribondo Vinagre assumiu o comando da 23ª CR em substituição a Plínio Pitaluga. **O Norte**, João Pessoa, 12 de abril de 1964, fl. 02.

mento no dia 19 de março, permanecendo aqui menos de um mês.<sup>33</sup> Sua iniciativa, conforme relatam as matérias, contou com o apoio unânime dos seus colegas e foi consolidada na Resolução No. 6, de 09 de maio.<sup>34</sup>

As deferências continuaram nas sessões seguintes. Assim, na reunião ocorrida no dia 04 de maio<sup>35</sup>, diversos vereadores apresentaram novos projetos de resolução concedendo título de cidadão pessoense a militares que tiveram atuação em âmbito local e regional por ocasião do golpe. O vereador Gama e Melo apresentou projeto de resolução que concedia tal título ao coronel Ednardo D'Ávila Mello, comandante do 15º Regimento de Infantaria, "...pelos seus relevantes serviços prestados à Nação, à democracia e aos princípios cristãos dos brasileiros quando em defesa do regime por ocasião da Revolução vitoriosa em abril último."<sup>36</sup> Da mesma forma, o requerimento do vereador Almir Correia propunha a concessão do mesmo título ao general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército sediado em Recife, a quem os militares da Paraíba estavam subordinados. Tal propositura transformou-se na Resolução No. 10, de 05 de maio de 1964, e conferia tal dignidade ao general "...em face de sua destemida e louvável atuação nos últimos acontecimentos da Nação em defesa dos sagrados postulados democráticos do Brasil". Finalmente, neste mesmo dia, o vereador Severino Deodato requereu votos de felicitações ao coronel Rubens Pereira, lotado naquele mesmo Regimento, nem tanto por algum grande serviço prestado à Pátria, mas apenas "...pelo transcurso do seu natalício." Todos os requerimentos foram aprovados por unanimidade dos presentes.<sup>37</sup>

Estas manifestações elogiosas e laudatórias em última instância significavam uma posição de subserviência por parte do legislativo municipal frente às novas autoridades militares. Isto fica muito claro com a notícia da visita do novo comandante da Guarnição Federal de João Pessoa, o coronel Artur Duarte Fonseca Candal, à Câmara Municipal, veiculada pelo jornal *O Norte* do dia 11 de abril. Na sessão especial da casa legislativa, a saudação ficou a cargo do vereador Gama e Melo, que destacou a honra que lhe coube de receber o representante do "...glorioso Exército Nacional" e "...exaltou o papel das Forças Armadas na defesa dos sentimentos democráticos e cristãos do povo brasileiro."<sup>38</sup> Entretanto, a resposta dada pelo militar aos parlamentares pessoenses põe em evidência o fato de que, naquela nova composição política estabelecida pós-golpe, o poder estava, de fato, nas mãos do setor castrense, que por uma "deferência", permitia a continuidade do funcionamento do legislativo. Nas palavras de Candal,

---

33 Vide jornal *A União*, João Pessoa, 31 de março de 1964, fl. 3.

34 Jornal *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 07 de abril de 1964, fl. 8; Jornal *O Norte*, João Pessoa, 07 de abril de 1964, fl. 8 e Câmara Municipal de João Pessoa. Resolução No. 6, de 09/04/1964.

35 Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1964. 27ª. Sessão Ordinária da 1ª. Reunião da 5ª Legislatura - 04/05/64.

36 Câmara Municipal de João Pessoa. Resolução No. 9, de 05/05/1964.

37 Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1964. 27ª. Sessão Ordinária da 1ª. Reunião da 5ª Legislatura - 04/05/64. Estiveram presentes os seguintes vereadores: Cabral Batista, Edson Cavalcanti, Almir Correia, Severino Deodato, Waldir Bezerra, Pedro Belmont, Inaldo Camelo, Milton Almeida, Evilaço Andrade, Jairo Lisboa e José Caldas.

38 Jornal *O Norte*. João Pessoa, 11 de abril de 1964, fls. 7 e 8.

...a visita era uma demonstração do alto apreço das Forças Armadas ao legislativo, [...] e [...] as classes militares condenavam os regimes de tirania e só podia existir verdadeira democracia com o funcionamento do poder legislativo.

O novo comandante aproveitou a oportunidade de expressar as bases do processo repressivo a ser instalado, para o qual pedia a colaboração e apoio dos parlamentares:

O pensamento dos militares é fazer um expurgo e limpeza não só do ponto de vista ideológico, mas um duro combate aos corrutos que [atormentam] os quadros administrativos do país.<sup>39</sup>

Esta posição de subserviência não impediu, conforme colocações de seu ex-presidente, Cabral Batista, que os comandantes militares exercessem um verdadeiro “cerco” contra a Câmara Municipal de João Pessoa e seus integrantes. Cabral Batista relata que foi chamado diversas vezes ao 15 RI por seu comandante, o major Cordeiro, para dar explicações sobre possíveis “comunistas” ainda remanescentes na casa legislativa, ao que ele respondia que já haviam sido cassados. Posteriormente, a pressão exercida se dava através de ameaças à saúde financeira dos parlamentares:

Toda semana chegava ofício pedindo informações sobre quanto ganhava o vereador tal, quem era fulano etc. A Câmara esteve na mira da CGI (Comissão Geral de Investigações). Fizeram um verdadeiro dossiê em cima dela. A Mesa havia nomeado, por exemplo, vários funcionários para a Casa, e veio uma ordem para que esses funcionários fossem demitidos. (...) De outra feita, me chamaram para dizer que a partir de então o salário do vereador deixaria de existir. O mandato passaria a ser gratuito. E ouvi a recomendação de que os vereadores aguentassem quietos a determinação. Só depois de seis meses trabalhando de graça, fomos contemplados com uma lei, retornando a remuneração para os vereadores nas capitais. Enquanto isso não veio, ficou todo mundo caladinho, porque poderia acontecer pior. (GUEDES et al, 1994, p. 434)

E como para os nossos ilustres vereadores, em sintonia que estavam com os setores responsáveis pela deflagração do golpe, a defesa da “democracia” era indissociável da postulação dos princípios cristãos, supostamente ameaçados pelo avanço do comunismo, a Câmara Municipal aprovou a Resolução No. 13, de 18 de maio de 1964, que definitivamente erradicou a ideia de um Estado laico ao determinar a obrigatoriedade da invocação do nome de Deus:

RESOLUÇÃO No. 13, de 18/05/1964. Invoca o nome de Deus e dá outras providências

Art. 1º.- Fica o presidente da Câmara Municipal de João Pessoa obrigado a incluir na abertura de qualquer sessão ordinária, extraordinária, especial ou solene a expressão EM NOME DE DEUS, havendo número legal declarado aberta a sessão.

Art. 2º. – A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A fala do vereador Cícero Leite, segundo orador na sessão do dia 09 de junho, exaltando a “Revolução de 01 de Abril”, é uma síntese perfeita da fusão, no ideário daqueles que comungavam com o golpe em curso, entre “ameaça comunista” e ataque aos princípios cristãos basilares do ser humano.

---

39 Ibid.

...o vereador Cícero Leite exaltou a Revolução de 01 de abril, requerendo que conste em ata seus aplausos à gloriosa Forças Armadas por terem livrado o Brasil da ameaça do comunismo ateu e anti-humano.<sup>40</sup>

Ainda no decorrer do ano de 1964, a Câmara dos Vereadores criará uma medalha honorífica para homenagear nomes de expressão nacional. Na verdade, apesar do artigo 1º. da Resolução que cria medalha honorífica estabelecer a outorga desta honraria a “...grandes expressões nacionais da política, das artes e da literatura”, a finalidade da medalha era a homenagem aos “...destacados vultos das Forças Armadas brasileiras”:

RESOLUÇÃO No. 24, de 16/09/64 – cria medalha honorífica.

Art 1º. Fica instituída a medalha “Cidade de João Pessoa” distinção que será outorgada pela Câmara Municipal desta capital a grandes expressões nacionais da política, das artes e da literatura, bem como aos **destacados vultos das Forças Armadas brasileiras** [o grifo é nosso].

Extremamente interessante é o espírito de “abnegação” e “desprendimento” que marcou os vereadores ao instituírem tal premiação, haja vista que, apesar da medalha ser concedida por uma instituição pública, a sua confecção cabia privadamente àqueles políticos, que assumiriam os custos correspondentes. O art. 2º. da citada resolução determina:

A medalha em apreço será confeccionada em ouro, **às expensas dos senhores vereadores**, tendo gravado em seu verso a palavra NEGÓ, o brasão do estado da Paraíba, circundado com o dístico MEDALHA CIDADE DE JOÃO PESSOA e em seu reverso o dístico Câmara Municipal de JP, juntamente com o nome do homenageado e a data da homenagem [o grifo é nosso].<sup>41</sup>

O primeiro a receber tal distinção foi o político carioca Carlos Lacerda, governador da Guanabara, que, através da Resolução No. 23, de 16 de setembro de 1964, foi homenageado “...pelos seus relevantes serviços prestados à nação brasileira, serviços que mais se acentuaram em março do corrente ano, quando esteve ameaçada a soberania democrática do país.”<sup>42</sup>

Além de promover expurgos em seus quadros e de tecer homenagens às lideranças civis e militares do golpe, a Câmara Municipal de João Pessoa se solidarizou com outras instituições que perseguiram, cassaram e intervieram. Neste sentido, o vereador Inaldo Camelo, na sessão do dia 13 de abril, enviou votos de congratulações à nova diretoria da Associação Paraibana de Imprensa, na pessoa do seu presidente, jornalista José Leal, que assumia a liderança da entidade em função do afastamento de Adalberto Barreto, acusado de subversão.<sup>43</sup> Os elogios à atuação persecutória do jornalista José Leal serão ainda mais sinceros e claros nas palavras do vereador Belmont Filho que requereu votos de

40 Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1964. 51ª. Sessão Ordinária da 1ª. Reunião da 5ª. Legislatura – 09/06/1964.

41 Câmara Municipal de João Pessoa. Resolução No. 24, de 16/09/64.

42 Câmara Municipal de João Pessoa. Resolução No. 23, de 16/09/64.

43 Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1964, 16ª. Sessão da 1ª. Reunião Ordinária da 5ª. Legislatura – 13/04/64. O jornalista José Leal assumiu a presidência provisória da entidade no dia 06 de abril, por determinação de uma assembleia geral extraordinária, e convocou para o dia 09 a realização de eleições da nova diretoria. Cf. Jornal O Norte, João Pessoa, 08 de abril de 1964, fl. 8.

aplausos a este profissional da imprensa “...pelo expurgo feito na Associação.”<sup>44</sup> Como a “brilhante” e “elogiosa” atuação do jornalista José Leal não se limitou aos momentos iniciais do golpe, ao promover a “limpeza” da API, estendendo-se nos meses subsequentes, ao adquirir a hegemonia sobre o setor da imprensa pessoense, ele ainda será alvo do reconhecimento pela Câmara Municipal que, através da Resolução No. 34, de 05 de março de 1965, lhe concederá o título de cidadão pessoense “...pelos relevantes serviços prestados à imprensa da nossa capital”.<sup>45</sup>

As intervenções processadas nos mais diversos sindicatos pessoenses também foram reconhecidas e elogiadas pelos vereadores municipais, assim como os posicionamentos da classe obreira em favor do golpe civil-militar. Um dos sindicatos mais atuantes do pré-1964 era o Sindicato dos Bancários, que tinha na pessoa de Luiz Hugo Guimarães seu dirigente. Logo após o golpe consumado, a diretoria do Sindicato afastada e o seu presidente preso, na sessão do dia 13 de abril, o vereador Jairo Lisboa solicitou o envio de votos de congratulações a Geraldo Teixeira de Carvalho pela sua posse como interventor do Sindicato dos Bancários da Paraíba, no que foi aprovado por unanimidade.<sup>46</sup> Em sessão subsequente, o vereador Milton de Almeida requereu votos de aplausos ao presidente do sindicato dos rodoviários de João Pessoa pela sua participação ativa em prol da preservação do “Regime Democrático”, o que significava, certamente, o apoio desta liderança sindical ao movimento golpista.<sup>47</sup>

---

44 Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1964, 27<sup>a</sup>. Sessão Ordinária da 1<sup>a</sup> Reunião da 5<sup>a</sup> Legislatura - 04/05/64.

45 Câmara Municipal de João Pessoa. Resolução No. 34, de 05/03/1965.

46 Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1964, 16<sup>a</sup>. Sessão da 1<sup>a</sup>. Reunião Ordinária da 5<sup>a</sup>. Legislatura - 13/04/64.

47 Livro de Atas da Câmara Municipal de João Pessoa, 1964, 21<sup>a</sup> Sessão da 1<sup>a</sup> Reunião Ordinária da 5<sup>a</sup>. Legislatura - 23/04/64.



## CAPÍTULO 5

# O APARATO REPRESSIVO DA DITADURA MILITAR EM JOÃO PESSOA

Na ditadura militar brasileira, a repressão política nunca foi exercida por uma só organização. Houve a combinação de instituições distintas, com preponderância das Forças Armadas, além de papéis importantes desempenhados pelas Polícias Civil e Militar. Também ocorreu a participação de civis, que financiavam ou apoiavam as ações repressivas. (...) A Polícia Federal (PF) também participou da repressão política do Estado ditatorial (...). Outro papel importante da PF foi na censura – por meio da Divisão de Censura de Diversões Públicas (BRASIL, 2014a, pp. 112-113)

A ditadura militar teve como uma das suas prioridades a criação de uma estrutura institucional responsável pelas atividades de inteligência, informação e repressão política. Tal estrutura, que foi se aperfeiçoando e aprofundando com o passar dos anos, foi responsável por inúmeras violações de direitos humanos, desde a censura, a demissão de trabalhadores, o livre exercício dos direitos civis e políticos e a violação da privacidade, até aquelas mais graves, como as prisões ilegais e arbitrárias, as torturas, os homicídios, os banimentos, as violências sexuais e os desaparecimentos forçados, que são considerados crimes contra a humanidade pelo Estatuto de Roma (1998), que criou o Tribunal Penal Internacional (TPI)<sup>1</sup>. O artigo 29 deste Estatuto trata os crimes contra a humanidade como imprescritíveis. Tal entendimento contraria a impunidade que a aplicação da Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979) - validada pelo STF em julho de 2010, em período de normalidade democrática – permitiu aos agentes do Estado responsáveis por crimes contra a humanidade – ou crimes de lesa-humanidade-durante a ditadura militar brasileira.

Na mesma linha do TPI, a ONU considera que os crimes contra a humanidade não são passíveis de anistia. Em informe intitulado “O Estado de Direito e a justiça de transição nas sociedades que sofrem ou sofreram conflitos”, firmado pelo Secretário-Geral da ONU<sup>2</sup> em 2004, está dito que “os acordos de paz aprovados pelas Nações Unidas nunca possam prometer anistias por crimes de genocídio, de guerra ou de lesa humanidade, ou infrações graves de direitos humanos.”<sup>3</sup>

A Corte Interamericana dos Direitos Humanos já tem uma vasta jurisprudência acerca dos crimes de lesa-humanidade, por ela considerados como imprescritíveis e inaniestáveis. Na sentença do caso “Barrios Altos Vs. Peru”<sup>4</sup>, de 2001, a CIDH afirmou que

são inadmissíveis as disposições de anistia, as disposições de prescrição e o estabelecimento de excludentes de responsabilidade que pretendam impedir a investigação e punição dos responsá-

1 Ratificado pelo Brasil através do Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002, da Presidência da República.

2 ONU, Conselho de Segurança, S/2004/616, de 3 de agosto de 2004.

3 Tradução livre feita pelos autores deste Relatório.

4 CIDH. Caso Barrios Altos Vs. Peru. Sentença de 14 de março de 2001.

veis por graves violações de direitos humanos, tais como tortura, execuções sumárias, extralegais ou arbitrarias e desaparecimentos forçados, todas elas proibidas por violar direitos inderrogáveis reconhecidos pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Posteriormente, a sentença do “Caso Almonacid Arellano e outros Vs. Chile”<sup>5</sup>, de 2006, afirmou que o assassinato do senhor Almonacid Arellano, no contexto da violência repressiva que se instalou no Chile após o Golpe de Estado de 11 de setembro de 1973,

por constituir um crime de lesa humanidade, (...) ademais de ser inanistiável, é imprescritível. (...) os crimes de lesa humanidade vão além do tolerável pela comunidade internacional e ofendem toda a humanidade. O dano que tais crimes ocasionam permanece vigente para a sociedade nacional e para a comunidade internacional, que exigem a investigação e o castigo dos responsáveis.<sup>6</sup>

Assim, quando foi instada a julgar as violações de direitos humanos cometidas por agentes do Estado brasileiro durante a Guerrilha do Araguaia<sup>7</sup>, a Corte Interamericana dos Direitos Humanos proferiu dura sentença com recomendações para o Estado brasileiro que condenavam a aplicação da Lei da Anistia para os casos de crime de lesa-humanidade, por ela considerados imprescritíveis. A sentença da CIDH trata como preemptórias as obrigações dos Estados de Direito de

investigar e, se for o caso, julgar e punir, [o que] adquire particular importância ante a gravidade dos crimes cometidos e a natureza dos direitos ofendidos, especialmente em vista de que a proibição do desaparecimento forçado de pessoas e o correspondente dever de investigar e punir os responsáveis há muito alcançaram o caráter de *jus cogens*.<sup>8</sup>

Logo, afirma que

as disposições da Lei de Anistia brasileira que impedem a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos são incompatíveis com a Convenção Americana, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso, nem para a identificação e punição dos responsáveis.

Mais recentemente, no julgamento do “Caso Herzog e outros vs. Brasil”<sup>9</sup>, referente à tortura e ao assassinato do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do DOI-CODI paulista em 1975, a CIDH tornou a condenar o Estado brasileiro por não ter procedido as investigações, julgamento e punição dos responsáveis pelo citado crime. Assim, ratificando o que já havia dito no julgamento da Guerrilha do Araguaia, a CIDH apontou na sentença do Caso Herzog a “manifesta incompatibilidade” da Lei da Anistia brasileira “com a Convenção Americana”, não podendo assim tal lei ser invocada para garantir a impunidade de autores de crime de lesa-humanidade durante a ditadura militar.

5 CIDH. Caso Almonacid Arellano y otros Vs. Chile, Sentença de 26 de setembro de 2006.

6 Tradução livre feita pelos autores deste Relatório.

7 CIDH. Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil. Sentença de 24 de novembro de 2010.

8 A expressão *jus cogens* refere-se àquelas normas que se constituem como “norma imperativa de Direito Internacional geral”, segundo a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969). No artigo 53 desta convenção está dito que “uma norma imperativa de Direito Internacional geral é uma norma aceita e reconhecida pela comunidade internacional dos Estados como um todo, como norma da qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por norma ulterior de direito internacional geral da mesma natureza”. O Brasil ratificou a supracitada convenção através do Decreto nº 7.030, de 14 de dezembro de 2009, que afirma, em seu primeiro artigo, que tal convenção “será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém”.

9 CIDH. Caso Herzog e outros vs. Brasil. Sentença de 15 de março de 2018.

Assim, a CIDH determinou que o Estado brasileiro deverá “realizar as investigações pertinentes”, para “determinar os autores materiais e intelectuais da tortura e morte de Vladimir Herzog. Além disso, por se tratar de um crime contra a humanidade, o Estado não poderá aplicar a Lei de Anistia em benefício dos autores”. Por fim, a sentença da CIDH declarou que

o Estado [brasileiro] é responsável pela violação do direito de conhecer a verdade de Zora Herzog, Clarice Herzog, Ivo Herzog e André Herzog, em virtude de não haver esclarecido judicialmente os fatos violatórios do presente caso e não ter apurado as responsabilidades individuais respectivas, em relação à tortura e assassinato de Vladimir Herzog.

Tal afirmação, além de representar um importante reconhecimento do direito à verdade em ambientes democráticos, merece destaque por insistir na obrigatoriedade da apuração das responsabilidades individuais – e não apenas as responsabilidades coletivas – dos crimes de lesa-humanidade em período ditatorial. Obrigatoriedade que, na sentença da Guerrilha do Araguaia, a CIDH atribuiu a condição de *jus cogens*.

Importante lembrar o que a Constituição Federal de 1988 - que estabeleceu o retorno da normalidade democrática e do Estado de Direito após o Golpe de 1964 - afirma, no seu artigo 5º, inciso XLIII: “a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura”. Da mesma forma, o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, concede anistia “aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, **foram atingidos**, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares” (o grifo é nosso). Assim, não foram anistiados, pelos constituintes de 1988, os violadores de direitos humanos durante a ditadura militar, o que por si só se constituiria um ato de auto anistia, ilegal segundo o já apresentando entendimento internacional.

Também faz-se mister ressaltar que o Brasil, através do Decreto Nº 4.463, de 8 de novembro de 2002, reconheceu como obrigatória a jurisdição da Corte Interamericana dos Direitos Humanos. Por isso mesmo, o jurista Paulo Abrão, ex-presidente da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, defende que

seria importante que a decisão da CIDH não fosse compreendida como uma oposição à decisão do Supremo, mas seja vista, em razão da convencionalidade (o Estado brasileiro tem o dever de implementar na íntegra a decisão da CIDH no Caso Araguaia), como complementar a essa. [Ou seja], na medida em que a jurisprudência das cortes internacionais e os tratados e convenções internacionais não proíbem anistias em geral, mas apenas as anistias diretamente voltadas a delitos de lesa-humanidade – estariam efetivamente anistiados todos os crimes em geral praticados pelos agentes do Estado (...) conforme a decisão do STF, **exceto os que se configuram crimes de lesa-humanidade** [Grifo nosso](ABRÃO, 2012, p. 79).

Apenas depois da sentença da CIDH sobre a Guerrilha do Araguaia, o Estado brasileiro criou a Comissão Nacional da Verdade, através da Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff. Com a criação e instalação da CNV, Legislativo e o Executivo cumpriram parte do papel que lhes foi atribuído pela CIDH,

portanto. Entretanto, o judiciário brasileiro continua constituindo-se como o principal óbice à aplicação da sentença da CIDH no que diz respeito à punição dos crimes de lesa-humanidade cometidos por agentes do Estado brasileiro durante a ditadura militar, já que o entendimento do STF tem sido aplicado *erga omnes*.

## 5.1 - A MONTAGEM DO APARATO REPRESSIVO DA DITADURA MILITAR

A perseguição aos brasileiros que haviam participado ou apoiado o governo de João Goulart, ou de outros governos estaduais ou municipais que lhes prestaram apoio, foi uma das primeiras medidas da ditadura militar. Para tanto, foi sendo progressivamente montada uma institucionalidade para a vigilância e para a repressão política, cujo ápice foi a decretação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), ponto elevado da negação dos direitos humanos no Brasil. Tal institucionalidade, e o próprio projeto de Estado que lhe era subjacente, foram formulados com base na “Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento”, cujo principal ideólogo foi Golbery do Couto e Silva, no trabalho que desenvolvia desde a década de 1950 junto à Escola Superior de Guerra (ESG), aprofundado nos seus anos à frente do SFICI e, depois, do IPES. Tal doutrina estava na base do regime político instituído pelos militares a partir de 1964, que a cientista política Maria Helena Moreira Alves conceituou como “Estado de Segurança Nacional”.

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi formulada pela ESG, em colaboração com o IPES e o IBAD, num período de 25 anos. Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativos periódicos (ALVES, 1989, p. 35).

Formulada no contexto da Guerra Fria, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento tinha como ponto central o conceito de “guerra não-convencional”. Ao contrário da guerra clássica, onde um Estado se confrontava militarmente com outro Estado, mobilizando os sentimentos de nacionalidade da população, a chamada “guerra não-convencional” era caracterizada como uma guerra de agressão indireta e não necessariamente armada, fundada sobretudo no combate à “subversão interna”, que teria como propósito minar as bases do Estado. A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento subdividia a “guerra não-convencional” em duas categorias: a “guerra insurrecional” – quando uma parte da população se arma para o combate ao governo – e a “guerra revolucionária”, caracterizada como um “conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente por uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação”. Trata-se de uma guerra “que não envolve necessariamente o emprego da força armada. Abrange **toda iniciativa de oposição organizada com força suficiente para desafiar as políticas de Estado**” [o grifo é nosso] (Idem, p. 39). Sob este ponto de vista, o principal inimigo a ser combatido era interno e estava por toda parte, oculto entre a população, realizando propaganda ideológica subversiva. O

conceito de “inimigo interno”, portanto, está na base do Estado autoritário instalado pelos militares no Brasil em 1964, e é elástico o suficiente para englobar toda a oposição constituída. Tal elasticidade aparece no preâmbulo do Ato Institucional N° 2 (AI-2), outorgado em 27 de outubro de 1965, logo após a realização de eleições para onze governos estaduais, vencidas pela oposição em estados importantes como Minas Gerais e Rio de Janeiro:

A revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil. Para isto precisa de tranquilidade. **Agitadores de vários matizes** [o grifo é nosso] e elementos da situação eliminada (...) já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária. (...) Não se pode desconstituir a revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional.

O AI-2, assim, acusava os opositores do regime ditatorial de quererem “desconstruir a revolução”, ameaçando a tranquilidade, a paz, o bem-estar do povo e a “honra nacional”. Tais ameaças provinham de “agitadores de vários matizes” – pouco importando se tratava de terroristas, pacifistas, democratas, revolucionários, religiosos, laicos ou ateus. Era a senha para se institucionalizara perseguição política no território nacional, cenário que se agravaria com o AI-5, em 1968. Estes “agitadores” eram os inimigos internos da ditadura, para quem combatê-los era uma tarefa de guerra.

A Informação 253 S/102-A5/CIE, produzida pelo Centro de Informações do Exército (CIE), datada de 24 de abril de 1980 e intitulado “Análise da subversão no Brasil em 1979”<sup>10</sup>, trazia a seguinte definição de “guerra revolucionária”:

A Guerra Revolucionária não visa à conquista de territórios com um exército agindo a descoberto sobre um campo de batalha; ela procura, através de um complexo conjunto de ações de naturezas muito diversas – políticas, sociais, econômicas, psicológicas etc. e também militares – conquistar o Poder num país e conservá-lo por todos os modos. (...) O papel da SUBVERSÃO será o de preparar a confrontação de diversos elementos de uma mesma população e levá-los, por etapas, a entrar em luta aberta contra o Poder.

O documento do CIE seguia caracterizando as fases da “guerra revolucionária”:

1ª fase – Período Pré-Revolucionário, incluindo:

- uma intensa ação psicológica, visando difundir a ideologia e criar um clima favorável ao movimento;
- organização de uma infraestrutura, que objetive o controle físico e espiritual da população;

2ª fase – Período Revolucionário Propriamente Dito, incluindo:

- manifestações insurrecionais;
- ações terroristas;
- ações de guerrilhas;
- ações militares.

---

<sup>10</sup> Consta do documento BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_80007775\_d0001de0006, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional na internet, no sítio <http://sian.an.gov.br>

De acordo com a divisão acima, o BRASIL passa, presentemente, por um novo período pré-revolucionário. É mais do que evidente a presença de uma intensa ação psicológica sobre a população brasileira, bem como a montagem da infraestrutura que possibilitará o seu controle físico e espiritual, integrada pelas organizações subversivas de fachada e legais (mas infiltradas e colocadas a serviço da SUBVERSÃO).

Alguns comunistas admitem que o Brasil estará maduro para a revolução, isto é, que estará terminada a 1ª fase, em 1980 ou 1981 e que o principal problema no momento é conter os impacientes, evitando radicalizações inoportunas e a repetição dos erros cometidos em situações idênticas no passado.

Escrito em um momento em que a ditadura militar dava prosseguimento, com o governo Figueiredo, à abertura “lenta, gradual e segura” do regime iniciada com o governo Geisel, esta Informação do CIE tinha a clara intenção de criar alarme entre as forças governistas. Argumentando que o Brasil então vivia um “novo período pré-revolucionário”, o CIE fazia uma comparação do Brasil do início dos anos 1980 com o período pré-1964, quando o combate à “comunização” do país serviu de argumento para que os militares violassem a Constituição e golpeassem a democracia. Este documento pode ser visto, portanto, como uma peça da disputa entre os grupos favoráveis e contrários à abertura política, estes últimos hegemônicos nos órgãos de informação da ditadura, como o CIE.

O conceito de “guerra revolucionária”, assim, é essencialmente autoritário, pois bloqueia a convivência democrática e a consequente possibilidade de contestação pública do governo e dos fundamentos do Estado. Por isso, é

o próprio Estado de Segurança Nacional – e frequentemente seus setores mais intimamente ligados ao Aparato Repressivo – [quem] determina em última instância quem é o “inimigo interno” do país, e que atividades de oposição constituem “antagonismos” ou “pressões”. Desse modo, a responsabilidade pelo controle das atividades subversivas ou revolucionárias dota as forças militares de poderes praticamente ilimitados sobre a população. É evidente que semelhante doutrina põe em sério risco a defesa dos direitos humanos. Quando é impossível determinar com exatidão quem deve ser tido como inimigo do Estado e que atividades serão consideradas permissíveis ou intoleráveis, já não haverá garantias para o império da lei, o direito de defesa ou a liberdade de expressão e associação” (ALVES, 1989, p.40).

Em 27 de abril de 1964, Castelo Branco editou o Decreto Nº 53.897, que criava a “Comissão Geral de Investigações, com a incumbência de promover a investigação sumária” de servidores públicos titulares das garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade. A CGI era escolhida pelo Presidente da República, e sua primeira composição, instalada em 05 de maio de 1964, foi presidida pelo Marechal Estevão Taurino de Rezende Neto. O trabalho da CGI resultou na perseguição e demissão de milhares de servidores públicos por todo o país.

Já em 13 de junho de 1964 – apenas dois meses após o golpe civil-militar -, o presidente Castelo Branco sancionou a Lei 4.341/64, que criou o Serviço Nacional de Informação (SNI), vinculado à Presidência da República, tendo como “finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional” (art. 2º). O alvo do SNI, portanto, eram os “inimigos” da ditadura, que foram objeto

de intensa vigilância do “Serviço”, inclusive, após o retorno dos civis ao poder, quando o SNI seguiu ativo. O primeiro chefe do SNI foi o general Golbery do Couto e Silva, dotado de *status* de ministro. Tratava-se de um órgão de informação, tendo a função de “alimentar, com dados, a *comunidade de informações*, ou seja, entregar os inimigos do governo, numa bandeja, aos encarregados diretos da repressão” (FICO, 2001, p. 221). Assim, constituía-se como peça central do aparato repressivo montado pela ditadura militar.

A origem do SNI estava no SFICI (Serviço Federal de Informação e Contra informação), criado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra em 1946, vinculado ao Conselho de Segurança Nacional. Os Estados Unidos tiveram sua cota de participação na criação deste órgão. Ainda na segunda metade da década de 1940, nos primeiros anos da Guerra Fria, os EUA começaram a convidar militares brasileiros para estágios nas suas academias militares, buscando reforçar o sentimento anticomunista no meio militar, e também estreitar os laços estabelecidos durante a II Guerra Mundial, quando a Força Expedicionária Brasileira (FEB) atuara subordinada aos EUA. Foi na Itália, por exemplo, que Humberto Castello Branco tornou-se amigo de Vernon Walters, que atuava como adido militar dos EUA no Brasil em 1964, utilizando-se dos seus laços de amizade para servir de intermediário entre os militares golpistas e o governo do seu país, a quem mantinha informado sobre os passos dos insurretos. Os EUA também colaboraram com a criação da Escola Superior de Guerra, a ESG, em 1949. Dentre os seus cursos regulares, a ESG oferecia um curso exclusivo sobre informações, onde, “até o início da década de 1970, formou-se a nata do Serviço [o SNI]” (Idem, p. 56).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, a colaboração com estrangeiros na montagem de um serviço de informação brasileiro permaneceu. Segundo afirmou o ex-presidente Ernesto Geisel, em depoimento ao CPDOC / FGV,

no tempo do governo Juscelino, alguns oficiais, inclusive Humberto de Melo, que mais tarde comandou o Exército de São Paulo, foram mandados à Inglaterra para conhecer as técnicas do serviço de informação e contrainformação inglês. Entre o que aprenderam havia vários procedimentos sobre tortura. O inglês, no seu serviço secreto, realiza com descrição. E o nosso pessoal, inexperiente e extrovertido, faz abertamente. Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior! (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 225).

Apesar da ressalva em negativa, a presente afirmação de Geisel trata-se de uma justificação da tortura. Mais do que isso, trata-se de um reconhecimento de que a prática da tortura estava disseminada no Exército, inclusive entre o oficialato, que era o público-alvo desses cursos de formação no exterior, como no caso do citado Humberto de Melo que, portando a patente de coronel, foi nomeado chefe do SFICI em 1958<sup>11</sup> por Juscelino Kubitschek.

Em 1961, no governo de Jânio Quadros, o SFICI passou a ser coordenado pelo coronel Golbery do Couto e Silva, importante teórico do que ficou conhecido como “doutrina de segurança na-

---

11 Segundo informações do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB/CPDOC/FGV). Disponível na internet no site <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/melo-humberto-de-sousa>. Consultado em 03 de março de 2018.

cional”, inspirada no binômio “segurança e desenvolvimento” e na ideologia anticomunista. Golbery havia participado de cursos de formação nas academias militares dos EUA. Para reorganizar o SFICI, Golbery associou-se a oficiais que viriam a ocupar posições de comando na futura ditadura militar, como Ednardo D’Ávila de Mello, João Baptista Figueiredo, Walter Pires e Mário Andreazza. Com a crise política instalada pela renúncia de Jânio, o SFICI de Golbery passou à posição de ativo articulador de um golpe militar no Brasil. Afastados do SFICI após a posse de João Goulart na Presidência da República, Golbery e seus aliados próximos no *Serviço* passaram a articular abertamente o golpe militar. Golbery participou da criação do IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), que funcionava como serviço secreto privado e clandestino, arrecadador de financiamento empresarial – nacional e estrangeiro - e *think tank* a serviço da derrubada de João Goulart. Para alimentar o arquivo do IPES, Golbery se apropriou de boa parte das fichas políticas do SFICI. Posteriormente, o arquivo do IPES originou o arquivo do SNI.

Uma das inovações do SNI foi a criação de Agências Regionais nas principais capitais do país. O estado da Paraíba estava sob o comando da Agência Recife (ARE) do SNI. A Agência Central (AC) do SNI teve como seu primeiro chefe João Baptista Figueiredo, futuro Presidente da República, que ocupou a chefia do SNI no governo Geisel. Seu antecessor neste cargo foi Emílio Garrastazu Médici, durante o governo Costa e Silva, que também assumiu a Presidência da República.

Na estruturação do SNI, Golbery do Couto e Silva contou com a colaboração direta do governo dos Estados Unidos, que colocou um agente da CIA no Brasil, Stephen Creane, à sua disposição (FIGUEIREDO, 2005). Segundo o general Enio dos Santos Pinheiro, fundador da Escola Nacional de Informações (EsNI), “depois da [2ª] guerra [mundial], houve um grande intercâmbio com os Estados Unidos. A cultura das Forças Armadas melhorou de forma extraordinária. Para formar a Agência Central do SNI, no Rio, vieram instrutores americanos que deram aulas. E quando havia uma coisa especial, mandava-se o sujeito fazer curso nos Estados Unidos” (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO, 1994, p. 140).

A Constituição de 1967, outorgada em 24 de janeiro, estendeu o foro militar aos civis, nos casos dos crimes de segurança nacional (art. 122, §1º). Tal extensão desembocou na edição do Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, que definiu os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social, estabelecendo os conceitos de “segurança nacional”, “segurança interna”, “guerra psicológica” e “guerra revolucionária”. Os crimes previstos pelo Decreto-Lei 314 foram considerados inafiançáveis.

Já no governo de Emílio Garrastazu Médici, foi criado o Sistema Nacional de Informações (SISNI), em 1970, como decorrência do Plano Nacional de Informações. O SNI era o seu órgão central. Integram-no ainda os “Sistemas Setoriais de Informação” dos ministérios civis e os “Sistemas Setoriais de Informação” dos ministérios militares. Os sistemas de informação dos ministérios civis eram integrados pelas “Divisões de Segurança e Informação” de cada ministério, instituídas pelo De-

creto Nº 60.940, de 4 de julho de 1967, assinado ainda pelo Presidente Costa e Silva. No seu artigo 2º, este decreto caracterizava as Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Civis como

... órgãos complementares do Conselho de Segurança Nacional, subordinados diretamente aos respectivos Ministros de Estado e mantém estreita colaboração com a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e com o Serviço Nacional de Informações, aos quais prestarão todas as informações que lhes forem solicitadas.

Sua função, portanto, era manter sob rígida vigilância os funcionários do governo federal, bem como, os cidadãos brasileiros que buscavam serviços nos seus ministérios. O Decreto nº 66.622, de 22 de maio de 1970, entretanto, desvinculou as DSIs do Conselho de Segurança Nacional, redefinindo-as como órgãos “sob a superintendência e coordenação do Serviço Nacional de Informações (SNI)”. Já o Decreto nº 75.640, de 22 de abril de 1975 colocou as DSIs como órgãos centrais do “Sistema Setorial de Informações e Contra-Informação” dos ministérios civis, transformando as “Assessorias Especiais de Segurança e Informação” (AESI) em “Assessorias de Segurança e Informações” (ASI), instituídas como seus “órgãos setoriais”, com atuação nos órgãos da administração indireta vinculadas aos ministérios civis.

Ainda compunha o SISNI a “Escola Nacional de Informações” (EsNI), criada pelo Decreto nº 68.448, de 31 de março de 1971. Entre as finalidades da EsNI, estava a de “preparar civis e militares para o atendimento das necessidades de informações e contra-informações do Sistema Nacional de Informações”. O Decreto nº 75.640, de 22 de abril de 1975, estabelecia como requisito para a ocupação dos cargos de Diretor de DSI ou de Chefe de ASI a realização do “Curso A” da Escola Nacional de Informações (EsNI), segundo seu fundador, general Enio dos Santos Pinheiro, a inspiração para a escola era o modelo estadunidense, da CIA e do FBI. O general Pinheiro realizou um curso de seis meses em Washington, quando da instalação da Escola, atendendo a convite formulado pelo governo estadunidense ao presidente Médici (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO, 1994).

Já os “Sistemas Setoriais de Informação” dos ministérios militares eram compostos pelo CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), pelo CIE (Centro de Informações do Exército e pelo CISA (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica). Neste caso, além de informação, os centros também atuavam na repressão. Destes, o mais antigo era o CENIMAR, criado em 1957, durante o governo de Juscelino Kubitscheck. Já o CIE foi criado em 2 de maio de 1967, pelo Decreto nº 60.664, editado pelo presidente Costa e Silva, sendo subordinado diretamente ao gabinete do ministro do Exército. Ao CIE cabia orientar, coordenar e supervisionar todas as atividades de segurança interna e contrainformações. Por fim, o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) foi criado em abril de 1970, já no governo Médici.

Em outubro de 1970, foi criado o sistema DOI-CODI, através de “decretos-secretos” formulados pelo Conselho de Segurança Nacional, ampliando o controle do Exército sobre a estrutura da repressão. Cada Comando Militar de área tinha seus próprios DOI (Destacamento de Operações de

Informações) e CODI (Centro de Operações de Defesa Interna), sob responsabilidade do comandante do Exército respectivo, que atuavam como polícia política, violenta e responsável pela “guerra suja” contra os opositores do regime. O DOI-CODI teve como modelo a “Operação Bandeirantes” (OBAN), criada pelo II Exército, em 1969, integrando as três forças militares com o SNI, a Polícia Federal e as polícias do estado de São Paulo no combate às organizações de esquerda - tarefa na qual foi amplamente exitosa. O DOI-CODI do IV Exército (Recife), ao qual está vinculada a cidade de João Pessoa, foi criado no segundo semestre de 1970 (FICO, 2001, p. 124).

Como explica a Comissão Nacional da Verdade,

os DOI eram órgãos operacionais dos CODI, destinados ao combate direto aos grupos de oposição ao regime militar.(...) Nos estados, após seleção, policiais civis e militares ficavam à disposição do comando do Exército na área, que os encaminhava ao DOI, que também recebiam militares da Marinha e da Força Aérea, além de agentes da Polícia Federal. Com esse corpo integrado por policiais e militares era possível conjugar a experiência das polícias no combate ao crime e em técnicas de investigação e interrogatório, com a disciplina e o planejamento característico das Forças Armadas (BRASIL, 2014a, p.139).

Entretanto, a lógica militar prevalecia sobre a policial nos DOIs, conforme explica o jornalista Marcelo Godoy: “O objetivo [dos DOIs] era vencer e não prender. Não queriam confissões, mas informações. O militar sobrepujou o policial. Nem a grande quantidade de policiais conferiu um aspecto civil ao órgão” (GODOY, 2014, p. 134). Porém, se os objetivos eram militares, “as táticas de combate à esquerda nas cidades eram mais policiais que militares, embora aplicadas segundo o objetivo de aniquilar o inimigo, uma estratégia militar” (Idem, p. 143).

Nos DOI-CODIs, a tortura foi empregada como regra e como método de informação. Para o general Adyr Fiúza de Castro, fundador do CIE e comandante do CODI do I Exército entre 1972 e 1973, a tortura

é válida em certas circunstâncias – para adquirir informações. Agora, por sadismo ou por puro divertimento, é até mórbida, não concordo. E há gente que se deleita com o sofrimento do próximo. Eu não me deleito. Agora, por necessidade de informação, acho válido (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994, p. 71).

## 5.2 - A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE REPRESSÃO, SEGURANÇA E INFORMAÇÃO EM JOÃO PESSOA

Durante todo o período que durou a ditadura militar, diversos órgãos civis e militares atuaram na repressão política, na vigilância e na produção de informações sobre diversas pessoas residentes em João Pessoa, principalmente vinculadas aos movimentos sociais e partidos políticos de oposição à ditadura - mas não apenas a eles. Dentre estes órgãos, podemos citar a Secretaria de Segurança Pública da Paraíba – através do Centro de Informações Policiais e de Segurança (CIPS), da Delegacia Especial de Ordem Política, Social e Econômica (DEOPSE, nos anos 1960) e da Delegacia de Ordem Política

e Social (DOPS, a partir do final da década de 1960); a Polícia Militar da Paraíba, inclusive através da sua 2ª Seção (Inteligência); o Exército, com destaque para a 2ª Seção do 15º RI - que pelo menos desde a década de 1950 alimentava um arquivo próprio com relatórios que produzia sobre a vida política paraibana<sup>12</sup> - e para a 2ª Seção do Grupamento de Engenharia e Construção, atividade posteriormente realizada também pelo Centro de Informações do Exército (CIE); a Polícia Federal que, através da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), também atuava na repressão política e; o Serviço Nacional de Informação (SNI), que tinha um escritório em João Pessoa, vinculado à Agência Recife, além das Assessorias de Segurança e Informação (ASI) das diversas autarquias e empresas públicas lotadas no estado da Paraíba como, por exemplo, a ASI da UFPB (vinculada à DSI do Ministério da Educação), a ASI da SAELPA (vinculada à DSI do Ministério das Minas e Energia) e a ASI da TELPA (vinculada à DSI do Ministério das Comunicações). Há que se ressaltar que tanto a Polícia Federal, a Polícia Militar, como o SNI continuaram produzindo informações a respeito dos movimentos sociais e partidos políticos de esquerda durante o governo de José Sarney, o que confirma a tese de que apenas a promulgação da Constituição Federal de 1988 marca a construção de uma ordem democrática no Brasil.

Esta CMV encontrou documentos produzidos pela ASI da UFPB no Arquivo Nacional, em Brasília – DF. Tratava-se de documentos remetidos por esta ASI para suas congêneres de outras universidades, como a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que preservaram seus acervos de segurança e informação produzidos durante a ditadura militar e os enviaram ao Arquivo Nacional<sup>13</sup>. O envio destes acervos ao Arquivo Nacional se deu em resposta ao Decreto 5.584/2005, assinado pelo então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, e pela então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que determinava o recolhimento ao Arquivo Nacional dos “documentos arquivísticos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional - CSN, Comissão Geral de Investigações - CGI e Serviço Nacional de Informações - SNI, que estejam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN”. Este decreto foi reforçado por Aviso Circular emitido pela Casa Civil da Presidência da República em 2007, determinando que fossem recolhidos ao Arquivo Nacional todos os documentos relacionados a segurança e informação produzidos pelos Ministérios Cíveis durante a ditadura militar. Também foram encontrados no Arquivo Nacional documentos produzidos pela ASI da TELPA e pela ASI da SAELPA.

Até a produção deste relatório, não foram localizados nos arquivos da UFPB o acervo produzido pela sua ASI, de modo que os documentos encontrados pela CMV no Arquivo Nacional e na UFF só vieram a público por terem sido remetidos a outras universidades, que os guardaram em seus arquivos. Não se tem notícia de como os documentos da ASI da UFPB foram subtraídos dos arquivos desta universidade, nem quem foi (ou foram) o(s) autor(es) de tal subtração. Sabe-se, entretanto, que

---

12 Vide, por exemplo, o prontuário de João Cabral Batista, ex-vereador e ex-vice-prefeito de João Pessoa, anexo ao Informe 227/15/ARE/82 do SNI, datado de 10 de dezembro de 1982 e anexo ao documento ARE\_ACE\_3875\_82, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

13 Também foram encontrados pela CMV documentos remetidos pela ASI da UFPB no arquivo da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói-RJ, que optou por não enviar os documentos produzidos pela sua ASI ao Arquivo Nacional.

os titulares da ASI da UFPB foram, respectivamente, o farmacêutico e professor da UFPB Ediláudio Luna de Carvalho<sup>14</sup> e o general da reserva Nogui Vilar de Aquino<sup>15</sup>, que é citado no relatório do projeto Brasil Nunca Mais na relação dos “membros dos órgãos de repressão”, pela sua condição de Secretário de Segurança Pública da Paraíba – cargo que exercia em 1973 - e de Tenente Coronel do Exército, servindo no estado de Pernambuco<sup>16</sup>. Em 1971, a então AESI da UFPB, já dirigida por Ediláudio Luna de Carvalho, foi pioneira na observância da orientação da DSI do MEC de criar seu próprio Regimento Interno. O Regimento Interno da AESI da UFPB foi distribuído, com júbilo, para as assessorias de outras universidades (DOCUMENTO 12). Esta CMV encontrou um exemplar deste Regimento no Arquivo da UFF. Entretanto, ele não está disponível nos arquivos e nas bibliotecas da UFPB.

Entre os documentos produzidos pela ASI da UFPB e encontrados no Arquivo Nacional/DF, encontra-se o Ofício 267/AESI/UFPB<sup>17</sup>, de 04 de agosto de 1971, firmado por Ediláudio Luna de Carvalho (DOCUMENTO 13). Neste ofício, Ediláudio solicitava ao reitor da UFMG “dados qualificativos” de pessoas constantes de uma relação anexa, com o fim de “cumprir as recentes recomendações da Divisão de Segurança e Informação do Ministério de Educação e Cultura, com relação à perfeita organização e funcionamento dos arquivos especiais” – leia-se, os arquivos dos órgãos de informação. Entre os nominados na lista, apareciam os mineiros Márcio Araújo de Lacerda (ex-prefeito de Belo Horizonte entre 2009 e 2016), Gilney Amorim Viana (ex-deputado federal e estadual por Mato Grosso) -ambos presos políticos em 1971 - e Gildo Macedo Lacerda, militante da Ação Popular Marxista Leninista (APML) - um dos grupos que resistiam à ditadura militar - que foi assassinado nas dependências do IV Exército, no Recife, em 28 de outubro de 1973, quando tinha apenas 24 anos<sup>18</sup>. Só em 04 de dezembro de 2018, Gildo Macedo Lacerda teve seu atestado de óbito emitido, firmado pela presidenta da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos<sup>19</sup>. No atestado de óbito, está escrito que Gildo

faleceu no dia 28 de outubro de 1973, na cidade do Recife / PE, **em razão de morte não natural**, violenta, causada pelo Estado brasileiro, no contexto da perseguição sistemática e generalizada à população identificada como opositora política ao regime ditatorial de 1964 a 1985. [os grifos estão de acordo com o original]

14 O ofício 174/74/AESI/UFPB, de 13 de setembro de 1974, assinado por Ediláudio Luna de Carvalho, comunicava à ASI/UFMG a mudança de endereço da ASI/UFPB para a Rua Alberto de Brito, S/N, Jaguaribe (“ex-Ambulatório da Faculdade de Medicina”). Consta do documento BR\_DFANBSB\_AT4\_0014\_0006\_d, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

15 O Ofício 12/76- Circular, datado de 21 de julho de 1976 e destinado à ASI/UFMG, comunicava mudança de endereço da ASI/UFPB, que então passou a funcionar na Reitoria da UFPB, na Av. Getúlio Vargas, S/N, 11º andar. Quem assinou este ofício, no qual constava um carimbo próprio da ASI/UFPB, foi Nogui Vilar de Aquino, em nome da ASI/UFPB. Carimbo próprio da ASI/UFPB. Consta do documento BR\_DFANBSB\_AT4\_0017\_0023\_d, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

16 Tomo II, Volume 3 – “Os Funcionários”. Disponível na internet no sítio [http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=rel\\_brasil&pagfis=1205](http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=rel_brasil&pagfis=1205). Acessado em 03 de julho 2017.

17 Constante do documento BR\_DFANBSB\_AT4\_0009\_0004\_d, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

18 Vide relatório produzido pela Comissão Estadual da Memória e da Verdade de Pernambuco Dom Helder Câmara. Vide [https://www.acervo.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/5/8/9/58953b41b2689b-fba35ef4080c586974b2efbd1285ed32d5f3a9d27c9887e34d/cd29bb25-a7a7-44b9-8685-3db926ba3cb5-GILDO\\_MACEDO\\_LACERDA.pdf](https://www.acervo.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/5/8/9/58953b41b2689b-fba35ef4080c586974b2efbd1285ed32d5f3a9d27c9887e34d/cd29bb25-a7a7-44b9-8685-3db926ba3cb5-GILDO_MACEDO_LACERDA.pdf)

19 Criada pela Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995.

Dez anos depois desse ofício sobre os estudantes mineiros, a Agência do Recife do SNI produziu a Informação N° 324/119/ARE/81<sup>20</sup>, datada de 04 de dezembro de 1981, com o assunto de “Atividades da Maçonaria” (DOCUMENTO 14). Neste documento, estava relatado que a Grande Loja Maçônica da Paraíba havia criado uma Assessoria Especial de Informação,

com o principal objetivo de elaborar ‘informes e informações’ sobre seus associados e futuros membros, bem como analisar aspectos políticos e econômicos da vida daquele Estado, que sejam do interesse da Grande Loja. Para estruturar e implantar tal Assessoria, foi indicado o Sr. Ediláudio Luna de Carvalho, professor da Universidade Federal da Paraíba, ex-chefe da ASI daquela Universidade (ASI/UFPB).

Ediláudio Luna de Carvalho - que na condição de estudante da UFPB havia apoiado o golpe de 1964 e a nomeação do reitor-interventor indicado pela ditadura militar<sup>21</sup>, o capitão-médico do Exército Guilardo Martins Alves - foi um colaborador ativo do arbítrio durante o período em que os militares estiveram no poder no Brasil.

Em 30 de junho de 2015, esta Comissão Municipal da Verdade enviou ofício<sup>22</sup> ao Sr. André Luís Cabral Theobald, então diretor-presidente da empresa Energisa Paraíba - que adquiriu a SAELPA (Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba) quando da sua privatização, em dezembro de 2000 - informando da existência de uma Assessoria de Segurança e Informação atuante na SAELPA durante a ditadura militar, indagando sobre a titularidade dos arquivos produzidos pela SAELPA nas décadas de 1960, 1970 e 1980 e solicitando acesso a estes arquivos, caso sua titularidade estivessem com a Energisa Paraíba. Em resposta enviada à SETRANSP/PMJP<sup>23</sup>, com cópia à CMV, datada de 30 de julho de 2015, o Sr. André Theobald comunicou que, “depois de ampla análise nos arquivos desta empresa, não localizamos o material solicitado no ofício em epígrafe [refere-se ao Ofício N° 04/2015 – CMV]. No período mencionado, foram identificados tão somente documentos contábeis e da área de recursos humanos”, concluía o diretor-presidente da Energisa Paraíba.

Foram encontrados no Arquivo Nacional documentos da ASI da SAELPA, como, por exemplo, a Informação 64/030/79<sup>24</sup>, produzida por essa ASI e difundida pelo diretor da DSI do Ministério de Minas e Energia, José Aragão Cavalcanti. Tal informação relatava a colação de grau de diversos cursos da UFPB ocorrida no clube Astréa, em 31 de julho de 1979, ocasião em que o paraninfo geral das turmas, o arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, proferiu discurso com duras críticas ao governo federal, estando presentes, dentre outros, o vice-governador Clóvis Bezerra e o reitor da UFPB Lynaldo Cavalcanti. Tal documento é importante na medida em que mostra a coragem com que Dom José Maria Pires enfrentava a ditadura, mas também o incômodo que sua atuação causava nos órgãos de repressão. Segundo a citada Informação, Dom José

---

20 Constante do Documento ARE ACE 3079 81, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

21 Segundo o Livro de Atas do CONSUNI da UFPB.

22 Ofício N° 04/2015 – CMV.

23 CE N° 23/2015 – DPRE.

24 Consta do documento AC\_ACE\_3048\_79, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

...iniciou o seu discurso condenando a Igreja do passado por ter traído os seus princípios, se aproximando dos ricos e abandonando os pobres. Em seguida atacou o atual ensino das Universidades porque o aluno do curso superior é divorciado do povo. Atacou o Pró-Álcool, o Projeto Sertanejo e outros que nada estão servindo a não ser como paliativo para enganar o povo. Atacou a política salarial do governo e o ACHATAMENTO SALARIAL [sic]. Falou da fome que reina no operariado com baixo salário e do enriquecimento dos patrões à custa da miséria do povo. Falou da falta de terra para o homem do campo. Apelou para os que fazem faculdade se conscientizarem da situação em que vive o país e fazer a mudança da estrutura sem derramamento de sangue. Apelou para a socialização da medicina. Disse que a Igreja atual vem cumprindo seu papel ao lado dos humildes e seguindo o que ficou definido na reunião de PUEBLA. Foi interrompido várias vezes em seu discurso por aplausos.

Este documento, entretanto, se encontra apenas no Arquivo Nacional, não se tendo notícia de sua guarda, ou de nenhum outro documento do fundo documental da ASI da Saelpa, em arquivos no estado da Paraíba, como atesta o documento firmado pelo diretor-presidente da Energisa. Uma matéria publicada pelo jornal “Folha de São Paulo”, em 04 de janeiro de 2015, alertava que a Comissão Nacional da Verdade também tentou, sem sucesso, acesso aos arquivos dos órgãos de segurança e informação de empresas estatais da época da ditadura militar que foram privatizadas a partir da década de 1990, como a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), a Usiminas e a EMBRAER<sup>25</sup>.

Dentre os documentos encontrados no Arquivo Nacional relativos à atuação da ASI da Telpa, destacamos dois, produzidos já no período da chamada “abertura política”. Um deles foi o Informe 106/80/DSI/Ministério das Comunicações<sup>26</sup>, datado de 19 de junho de 1980, e com origem na ASI/TELPA. O assunto do citado informe era a “atuação da chamada ‘imprensa nanica’ na Paraíba”. Mais conhecida por “imprensa alternativa”, o termo designa uma série de periódicos surgidos principalmente a partir da segunda metade da década de 1970 – portanto, no contexto da liberalização política iniciada no governo Geisel -, com tiragem pequena e circulação restrita principalmente ao meio intelectual e aos militantes dos movimentos sociais de esquerda, atuando fora do grande circuito comercial, e contando com orientação editorial francamente oposicionista à ditadura militar<sup>27</sup>. Por isso mesmo, a “imprensa alternativa” despertou a atenção dos militares, atiçando a ira particularmente dos seus setores mais radicais, que passaram a praticar atos terroristas contra bancas de revistas que vendiam este tipo de publicação oposicionista (GASPARI, 2016). A Comissão da Verdade, Memória e Justiça do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, no seu Relatório, informa que “entre 1979 e 1980 foram registrados pelo menos 30 atentados contra bancas de jornais e revistas” (COMISSÃO DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017, p.58).

O supracitado informe originado da ASI/TELPA, descrevendo a atuação da “imprensa alternativa” na Paraíba, relatava que

25 Marco Antônio Martins. Empresas privatizadas impedem acesso a documentos da ditadura. Folha de São Paulo, 04 de janeiro de 2015. Disponível na internet no sítio <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1570179-empresas-privatizadas-impedem-acesso-a-documentos-da-ditadura.shtml>. Acessado em 05 de fevereiro de 2018.

26 Consta do documento AC\_ACE\_8108\_80, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

27 Sobre a “imprensa alternativa”, vide o livro “Jornalistas e Revolucionários”, de Bernardo Kucinski, disponibilizado em versão digital no sítio da internet do próprio autor, no endereço [http://kucinski.com.br/pdf/livros\\_jornrevPrint.pdf](http://kucinski.com.br/pdf/livros_jornrevPrint.pdf)

no conjunto desses jornais, o de maior aceitação entre os leitores locais tem sido “A HORA DO POVO” (cuja edição e distribuição são atribuídas ao MR-8). (...) Outro destacado semanário de esquerda que circula neste Estado é ‘O COMPANHEIRO’ (edição atribuída ao MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado), sendo que sua penetração maior está ocorrendo nos setores estudantis universitários. Por ocasião das comemorações do dia 1º de maio/80, realizadas no pátio da Igreja da Catedral, naquela capital, (...) o citado jornal estava sendo vendido abertamente (...) por membros do PT paraibano.

Neste caso, além da imprensa alternativa, merece destaque a referência ao Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980, justamente, como resultado da abertura política, que reinstituiu o pluripartidarismo no país a partir de 1979. O MEP, citado nominalmente no documento, era um dos muitos grupos de esquerda que àquele momento encontravam abrigo no interior do PT. Já o MR-8, reorganizado no final da década de 1970, atuava no interior do PMDB em vários estados do país, inclusive na Paraíba, tendo entre seus militantes Sônia Germano, Vanderli Farias e Iedo Fontes, dentre outros.

Os órgãos de informação continuaram vigiando de perto a atuação da imprensa alternativa na Paraíba nos anos que se seguiram. Em 04 de setembro de 1981, a Seção de Informações do DPF/PB publicou o Informe Nº 251/81-SI/DPF/PB<sup>28</sup>, cujo assunto era a “agitação promovida por vendedores dos jornalecos [sic] ‘Hora do Povo’ e ‘Tribuna (da Luta) Operária’ – J. Pessoa/PB”. Diz o informe que, em 13 de agosto de 1981,

no local denominado ‘Ponto de Cem Réis’, no centro da cidade, (...) três indivíduos identificados, após algumas diligências, como JOSÉ ADEILDO RAMOS, LÚCIO MÁRIO PEREIRA DE OLIVEIRA e AGAMENON TRAVASSOS SARINHO, durante a venda do popularmente conhecido ‘HP’ (Hora do Povo), denegriram a honra e a dignidade do Presidente da República e do Ministro do Planejamento, anunciando em altos brados o seguinte: “GOVERNO FIGUEIREDO É TERRORISTA E QUER MATAR O POVO DE FOME”; “DELFIN [sic] NETO ROBOU [sic] DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO DO POVO”; “POLÍCIA FEDERAL, BANDO DE INCOMPETENTES, QUEREM IMPEDIR-NOS DE FALAR A VERDADE”, entre outros. Esses mesmos elementos, nessa mesma tarde, deslocaram-se até o terminal rodoviário desta cidade, onde promoveram manifestação idêntica.

O documento finalizava informando que “a Polícia Federal, através de sua especializada DOPS/SR/DPF/PB, consoante orientação emanada da Direção Geral, aguarda um pronunciamento a respeito, no que tange a [sic] instauração ou não do procedimento policial adequado”. Este informe tem um erro, pois o jornal Hora do Povo era ligado ao MR-8, e um dos citados, Agamenon Sarinho, era militante do PCdoB, tendo sido um dos principais responsáveis por reorganizar o partido na Paraíba, a partir do final da década de 1970. Nessa condição, Sarinho distribuía os jornais “Movimento” e “Tribuna da Luta Operária”, mas não o “Hora do Povo”. Em depoimento recente, Sarinho disse que ingressou

no PCdoB em setembro de 1970, permanecendo clandestino. Em 1972, com a Guerrilha do Araguaia, organizamos pequenas ações de divulgação. Também nesse período organizávamos o apoio

<sup>28</sup> Consta do documento BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_81002798\_d0001de0001, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional na internet, no sítio <http://sian.an.gov.br>

aos presos políticos paraibanos que estavam em Itamaracá. Com a Anistia, participo da reorganização do PCdoB, passando a fazer parte da sua direção até os dias atuais. Em 1976 passei a representar o Jornal Movimento – que reunia jornalistas, políticos opositores, na resistência à ditadura – aqui na Paraíba. Com o lançamento, pelo PCdoB, do Jornal Tribuna da Luta Operária, em 1979, assumi sua sucursal na Paraíba, até 1988, quando encerrou sua circulação. A Tribuna Operária foi importante fator de organização do PCdoB no estado (ROCHA e FERNANDES, 2017, pp.81-82).

Mas na fala dos militantes citada no informe havia um acerto: de fato, a Polícia Federal queria impedi-los de falar, como é próprio em uma ditadura. As frases atribuídas aos três militantes são corriqueiras em uma disputa política num ambiente democrático. Um detalhe importante: o citado informe foi processado e distribuído pela Agência Recife do SNI, através de uma ficha de distribuição onde consta a assinatura e o seguinte carimbo: “Bela. Maria Zélia de Freitas – ANALISTA”. Trata-se de um dos poucos documentos encontrados por esta CMV onde consta a identificação do responsável pela sua produção. A regra era que os documentos dos órgãos de informação não fossem assinados.

Em 13 de outubro de 1982 o Serviço de Informações do DPF/PB<sup>29</sup> emitiu o Informe N° 268/82-SI/SR/DPF/PB<sup>30</sup>, onde listava dois “jornais alternativos” que circulavam em João Pessoa: o “jornal ‘TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA’, órgão de divulgação do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL – (PC do B), sediado na rua D. Pedro I, nº 1012, tendo como representante nesta capital AGAMENON TRAVASSOS SARINHO (...). O nominado é funcionário da UFPB, conhecido como elemento envolvido em movimentos contestatórios, tendo, 1968, [sic] na qualidade de estudante, participado de movimento grevista do Colégio Estudantil [sic] do Roger, nesta Capital”; e Jornal Hora do Povo, da “Editora e Distribuidora Quebra-Quilos, localizada na rua Padre Meira nº 56, sala 201 – Centro / João Pessoa/PB, veículo de divulgação do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 08 DE OUTUBRO (MR-8)”. Em anexo, o informe trazia o contrato de constituição da Editora e Distribuidora Quebra-Quilos, lavrado na Junta Comercial em João Pessoa, tendo entre seus sócios José Adeildo Ramos, Lúcio Mário Pereira de Oliveira, Flora Margolis, Claudemilson Leocádio da Silva e Aurélio Osório Aquino de Gusmão, todos militantes do MR-8, organização que buscava exercer uma atuação legal e pública, o que era proibido pela ditadura.

Tais documentos originários dos órgãos de informação serviam para subsidiar a ação dos órgãos de repressão, mas também para colocar sob vigilância os cidadãos e movimentos sociais, especialmente aqueles que eram considerados como adversários do regime. Assim, durante todo o período em que durou a ditadura militar, pessoas que tinham registros negativos nos órgãos de informação foram demitidas de seus empregos ou impedidas de serem contratadas, expulsas de escolas, universidades e centros de pesquisa, impedidas de receberem bolsas de estudo, particularmente, para o exterior etc.. Ou seja, o sistema de segurança e informação criado pela ditadura militar resultou em amplas violações de direitos humanos.

<sup>29</sup> No informe de 1981 anteriormente citado, o “Serviço de Informações” do DPF/PB estava nominado como “Seção de Informações”.

<sup>30</sup> Consta do documento BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_82003695\_d0001de0002, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional na internet, no sítio <http://sian.an.gov.br>

### 5.2.1 - A PERSEGUIÇÃO À ESQUERDA

Em 14 de abril de 1964 – portanto, antes da posse de Castelo Branco na Presidência da República - foi publicado o Ato Nº 9 no “Comando Supremo da Revolução”, firmado pelos seus integrantes, o General Arthur da Costa e Silva, o Tenente-Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e pelo Vice-Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald, regulamentando o artigo 8ª do AI-1, que tratava da instauração de Inquéritos Policiais Militares para “apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária”. Em 11 de setembro de 1964, o General Hugo Penasco Alvim autorizou a abertura do IPM 709, que tinha como objeto investigar as atividades “capituláveis nas leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social” cometidos por militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Para comandar este IPM, foi designado o Tenente Coronel Ferdinando de Carvalho.

Em 20 de maio de 1965, o delegado responsável pela DEOPSE da Paraíba, Bel. Sílvio Neves Ferreira, enviou ofício ao Tenente coronel Ferdinando de Carvalho, informando dados relacionados à Paraíba solicitados pelo responsável pelo IPM através de um ofício circular. Já no início do ofício, o delegado Sílvio Neves informou da

impossibilidade de uma completa informação de todos os itens ali contidos [no ofício circular], pois que os documentos que poderiam ajudar a um pronto atendimento e que nos chegaram às mãos por apreensão foram, de logo, entregues à Guarnição Federal [de João Pessoa], com quem, na averiguação de fatos e atos que envolvesse a prática subversiva e o problema comunista, trabalhamos em estreita colaboração.

Ou seja, o que o delegado documenta é que atuou, na repressão política que se seguiu imediatamente ao Golpe de 1964 em João Pessoa, em estreita colaboração com a Guarnição Federal de João Pessoa, então comandada pelo Coronel Ednardo D’Ávila, conforme já descrito no Capítulo 1, com base em publicação feita pelo próprio coronel na imprensa local.

O ofício seguia com o delegado informando que o CGT da Paraíba era presidido pelo bancário Luiz Hugo Guimarães, salientando ainda a existência de uma sessão estadual da “Frente de Mobilização Popular”, que estimulava “a propaganda e luta de classes nesse Estado”, dirigida por “elementos de várias camadas sociais e categorias profissionais”, citando nominalmente seus presidentes Adalberto Barreto e Laurindo Marques, além de “outros elementos reconhecidamente comunistas e esquerdistas, tais como Francisco de Assis Lemos, José Gomes da Silva (Zé Moscou), Antônio Aragão Filho, Boanerges Timóteo de Souza, Antonio Augusto de Almeida, Guilherme Rabay e outros”. Citava ainda o funcionamento das Ligas Camponesas no estado, “sob a ‘supervisão’ [sic] de Francisco de Assis Lemos e Francisco Julião”, e os jornais, livros, panfletos e revistas “com propaganda comunista, oriundos do sul do país ou do exterior”, apreendidos e entregues à Guarnição Federal de João Pessoa. Denunciava, por fim, a infiltração comunista em diversos órgãos governamentais.

Em outro ofício enviado ao Tenente Coronel Ferdinando de Carvalho, em 29 de outubro de 1965, desta feita firmado pelo novo delegado titular da DEOPSE-PB, bel. José Quirino da Silva, também em resposta a ofício circular recebido, era listada “uma relação dos indivíduos que se encontram fichados nos arquivos desta Especializada como ‘comunistas’”. Dentre os nomes listados, encontravam-se comunistas históricos, como Astrogildo Pereira, Luiz Carlos Prestes, João Amazonas, Zuleika D’Alembert e David Capistrano da Costa, um desaparecido político da ditadura militar.<sup>31</sup>

David Capistrano foi sequestrado em março de 1974, quando regressava clandestinamente para o Brasil, vindo da Argentina, no trajeto de carro entre as cidades de Uruguaiana (RS) e São Paulo. Acompanhava-o e dirigia o carro o militante comunista José Roman, designado pelo Comitê Central<sup>32</sup> do PCB para essa tarefa. Em 21 de março de 1974, a família de Roman recebeu um telefonema informando que ele estava preso e precisava de advogado. Seu paradeiro, entretanto, nunca foi encontrado. Como Capistrano havia participado da Brigada Internacional durante a Guerra Civil Espanhola, de onde seguiu para a França, se incorporando à Resistência Francesa,

...em 9 de julho de 1974, o presidente francês, Giscard D’Estaing, enviou carta ao governo brasileiro pedindo sua intervenção para a preservação da vida de David Capistrano, por considerá-lo herói de guerra, já que combateu o nazismo na França. A embaixada brasileira negou a prisão de Capistrano e informou desconhecer seu paradeiro. (ALMEIDA et al., 2009, p.548)

Desde 1947, David Capistrano era casado com Maria Augusta de Oliveira, paraibana nascida em Bananeiras, em 1918<sup>33</sup>, que foi dirigente estadual do PCB, partido pelo qual foi candidata a deputada federal pela Paraíba, em 1946. Buscando o paradeiro do marido, em 1974, “Maria Augusta procurou o general Reynaldo de Mello Almeida, comandante do I Exército, que declarou desconhecer o desaparecimento de Capistrano” (Idem). O general Reynaldo de Mello Almeida também era paraibano, natural de João Pessoa, filho do escritor e político José Américo de Almeida<sup>34</sup>. Segundo o depoimento prestado em 2012 à Comissão Nacional da Verdade pelo ex-agente do DOI-CODI, Marival Chaves Dias do Canto<sup>35</sup>, Capistrano e Roman foram assassinados em 1974 na “Casa da Morte”, centro clandestino de tortura e assassinato mantido pelo Exército na cidade de Petrópolis (RJ) – ou seja, na área de atuação do I Exército, então comandado pelo general Reynaldo Almeida. Em 1978, Maria Augusta de Oliveira Capistrano integrou a primeira Comissão Executiva do Comitê Brasileiro pela Anistia de São Paulo, na condição de representante da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos.

31 Estes dois ofícios da DEOPSE-PB, assim como os demais documentos relacionados ao IPM 709 citados neste relatório, estão presente nos autos deste IPM, digitalizados e depositados no sítio da internet “Brasil Nunca Mais Digital”. <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>

32 Nos partidos comunistas, atores centrais da esquerda mundial durante o século XX, o “Comitê Central” era o seu órgão dirigente nacional

33 Valter Pomar e Waldeli Melleiro. “As revelações de Maria Augusta Oliveira, dirigente do Partido Comunista na Paraíba”. Revista Teoria e Debate. EDIÇÃO 23 - 01/12/1993. Disponível na internet no sítio <https://teoriaedebate.org.br/1993/12/01/maria-augusta-capistrano/>

34 Vide o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB/CPDOC/FGV). Disponível na internet no sítio <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/almeida-reinaldo-melo-de>. Consultado em 05 de outubro de 2016.

35 Disponível no sítio da Comissão Nacional da Verdade na internet, no link [http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo11/Nota%20109,%20%20110%20-%2000092.000929\\_2012-07%20-%20Marival%20Chaves%20Dias%20do%20Canto.pdf](http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo11/Nota%20109,%20%20110%20-%2000092.000929_2012-07%20-%20Marival%20Chaves%20Dias%20do%20Canto.pdf)

Outro dos integrantes do Comitê Central do PCB assassinados pela ditadura militar, o jornalista Hiran de Lima Pereira, teve contato com o economista paraibano Geraldo Medeiros, no Recife, após o golpe de 1964. Natural de Caicó (RN), Hiran foi candidato a deputado estadual pelo PCB no Rio Grande do Norte, em 1947, não conseguindo ser eleito porque o partido não atingiu o coeficiente eleitoral. Cassado o registro do PCB, Hiran se transferiu com sua família para o Recife, onde dirigiu o jornal comunista “A Folha do Povo” e ocupou o cargo de Secretário de Administração da Prefeitura Municipal nas administrações de Miguel Arraes, de Pelópidas da Silveira e de Liberato Costa Júnior, entre 1959 e 1964. Em paralelo, atuava também como ator, tendo integrado o “Teatro Popular do Nordeste”, dirigido por Hermilo Borba Filho. Após o golpe de 1964, Célia e Sacha Lídice, respectivamente esposa e filha de Hiran, e dois dos seus genros, Nathánias Von Sohsten Júnior e Ardigan de Almeida Ferreira, também ligados ao PCB, foram sequestrados por agentes do IV Exército. Hiran, entretanto, permaneceu clandestino no Recife até o início de 1966, quando se transferiu para o Rio de Janeiro e, posteriormente, para São Paulo, onde foi finalmente sequestrado pelo DOI-Codi em 1975, constando até hoje na lista dos “desaparecidos políticos”<sup>36</sup>.

Demitido dos seus cargos de professor da rede estadual de ensino e de integrante do Conselho Estadual de Desenvolvimento da Paraíba, após o golpe de 1964, por sua militância no PCB, Geraldo Medeiros transferiu-se para o Recife, onde foi contratado como funcionário da SUDENE em 1965. Na SUDENE, Geraldo entrou em contato com a base do PCB, através dos irmãos paraibanos Clemente e Nelson Rosas, então radicados no Recife. Em seu depoimento a esta CMV, Geraldo contou que

...o pessoal do Recife [do PCB] me falou da necessidade de esconder uma pessoa por um tempo, e se eu poderia ceder minha casa pra isso, aí foi que entrou Hiran [de Lima Pereira]. Hiran foi morar comigo, passou alguns meses. Ele era sogro de Nathánias, parece que era Nathánias, acho que era. Aí passou um tempo lá escondido, lá em casa, até que saiu e depois ninguém soube mais dele, né? (Rodrigo Freire) E o senhor sabia que era ele mesmo, Hiran? (Geraldo Medeiros) Sabia. (Monique Cittadino) E o senhor sabe e poderia nos falar qual era a atividade do Hiran dentro do partido no Recife, ou as atividades? (Geraldo Medeiros) Não. Eu soube que ele tinha um relacionamento muito forte no Recife, na parte de cultura popular, se eu não me engano. Ele tinha uma filha, parece que uma filha dele era bailarina de um grupo de cultura da Rádio Jornal Comércio, Nadja. Mas eu sei muito pouco sobre ele. (Monique Cittadino) E nunca descobriram, nunca associaram que o senhor havia dado essa guarida? (Geraldo Medeiros) Não, nunca. (Nazaré Zenaide) Durante quanto tempo o senhor deu essa proteção? (GM) Foram alguns meses, não chegou a um ano não.

Geraldo Medeiros ainda esclareceu que quem lhe pôs em contato com Hiran de Lima Pereira foi

Hoffmann. Era um engenheiro da SUDENE, eu não sei se ele era do Partido Comunista, era um “alemãozão” grandão, que intermediou esse meu contato com Hiran. (Marlene Almeida) E você sabia que Hiran era do partido e precisava ficar? (Geraldo Medeiros) Sabia, era. (Marlene Almeida) E prestava assim toda assistência pra que ele não... apresentava como um amigo, como um parente, às pessoas que chegavam na sua casa? (Geraldo Medeiros) Era, mas Hiran quase que não

<sup>36</sup> Vide COSTA (2001), LIMA (2010) e a biografia de Hiram de Lima Pereira produzida pela Comissão da Verdade de Pernambuco, tendo como relatora Socorro Ferraz e como sub-relatores Gilberto Marques e Manoel Moraes. Disponível na internet no sítio [https://www.comissaoдавerdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/5/b/b/5bbc89af9fb47c05e2582fe2d6ac7a4cbf9246c3efac11ee58a4f711875746c2/645283c9-321c-4100-9b21-623397c3f3c4-HIRAN\\_DE\\_LIMA\\_PEREIRA.pdf](https://www.comissaoдавerdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/5/b/b/5bbc89af9fb47c05e2582fe2d6ac7a4cbf9246c3efac11ee58a4f711875746c2/645283c9-321c-4100-9b21-623397c3f3c4-HIRAN_DE_LIMA_PEREIRA.pdf)

saía de casa. Ele vivia trancado dentro de casa, eu passava o dia na rua, de noite tinha umas saídas, eu não sei pra onde ele ia, não sei com quem ele se comunicava não. (Rodrigo Freire) E o Hoffmann sabia que o senhor tinha sido do PCB aqui na Paraíba? (Geraldo Medeiros) Sabia, eu acho que ele era do partido, mas a gente se comunicava muito pouco.

O “alemãozão” a quem se referiu Geraldo Medeiros era o engenheiro Ulrich Hoffmann, que na ocasião trabalhava na SUDENE e era militante do PCB pernambucano. Hoffmann se exilou no Chile durante o governo de Salvador Allende, de onde saiu para viver na Costa Rica, após o golpe liderado por Augusto Pinochet, em 11 de setembro de 1973. Em contato com esta CMV por e-mail, Ulrich Hoffmann disse que, passados cinquenta anos, não se lembrava especificamente do nome de Geraldo Medeiros, mas fez questão de homenagear as “muitas pessoas que nos ajudaram na nada fácil tarefa de buscar esconder pessoas em risco”, citando nominalmente a Dom Helder Câmara.

Já Sacha Lídice Pereira, filha de Hiran de Lima Pereira e colega de Ulrich Hoffmann, de Geraldo Medeiros e do também paraibano Clemente Rosas na SUDENE, contatada por esta CMV através do mecanismo de conversas do Facebook, tratou do assunto com mais detalhes:

De fato, Hoffmann foi nosso colega da SUDENE e estava no esquema de “esconde-esconde” do meu pai, durante o período em que ainda se manteve no Recife: até o final de 65, quando já não conseguíamos mais lugar para a segurança dele [de Hiran de Lima Pereira]. O Geraldo [Medeiros] chegou nessa fase e deve ter sido um dos últimos a abrigá-lo, antes de sair do Recife. Por motivo de segurança, claro, não tivemos contato com o Geraldo. Quando Geraldo chegou no Recife, a SUDENE já estava ocupada pelos militares realizando IPMs, e muitos de nós já havíamos sido demitidos “a bem do serviço público”. Muitos já haviam saído do Recife e eu, meu marido e uma filha saímos em janeiro de 66. Por esta razão não cruzei com Geraldo na SUDENE. Após a anistia, fomos reintegrados à SUDENE, Hoffmann também.

Entre 1974 e 1975, foram assassinados dez integrantes do Comitê Central do PCB (GODOY, 2014, p.448) pelos DOI do Rio de Janeiro e de São Paulo – este, sob o comando de Ednardo D’Ávila de Melo. O último destes dez foi o jornalista Orlando Bonfim Júnior, sequestrado em 08 de outubro de 1975 no Rio de Janeiro.

Durante todo o período ditatorial, o PCB foi um alvo importante das forças da repressão. Entretanto, a ofensiva mais dura contra o PCB, que resultou neste elevado número de assassinatos dos dirigentes comunistas mais graduados, além de muitas prisões, torturas e assassinatos de militantes comunistas por todo o país – como o jornalista Vladimir Herzog e o operário Manoel Fiel Filho, assassinados pelo DOI-CODI paulista em outubro de 1975 e janeiro de 1976, respectivamente -, se deu principalmente a partir do final do governo Médici e durante todo o governo Geisel, quando já estava liquidada a maioria dos grupos que optaram por combater a ditadura pela via armada. O PCB, em contrário, havia optado pela resistência pacífica à ditadura, linha política oficializada no seu VI Congresso (1967), através da luta de massas, e buscando aproximação com o MDB e com a Igreja Católica. Nem por isso foi poupado pela ditadura militar – muito pelo contrário.

No seu já citado documento de “Análise da subversão no Brasil em 1979”<sup>37</sup>, o Centro de Informações do Exército (CIE) reconheceu:

Depois dos rudes golpes sofridos pelo PCB em 1975, desferidos pelos órgãos de segurança, seus dirigentes e principais militantes foram deslocados para o exterior, a fim de evitar o aniquilamento do partido[os grifos são nossos]. Cerca de 250 era o número desses militantes antes da concessão da anistia. Todos foram para a EUROPA, vivendo como auto-exilados em diversos países, mas concentrados, principalmente, em três capitais europeias. O grupo mais numeroso situava-se em MOSCOU/URSS, principal base de apoio externo do PCB. O segundo grupo em importância localizava-se em PARIS/FR, contando entre eles GIOCONO GERBASI ALVES DIAS, ARMÊNIO GUEDES e JOSÉ DE ALBUQUERQUE SALES. O terceiro grupo, menos numeroso e influente, auto-denominou-se “Núcleo Astrogildo Pereira do PCB”, e situava-se em LISBOA/PORTUGAL.

A “abertura política” iniciada por Geisel não impediu a continuidade dos assassinatos de opositores da ditadura. Em maio de 2018, o cientista político Matias Spektor (FGV/RJ) tornou público um memorando<sup>38</sup> escrito em 1974 pelo então diretor da CIA, William Colby, e dirigido ao Secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, que relatava uma reunião, ocorrida em 20 de março de 1974, do presidente Geisel “com o general Milton Tavares de Souza (...) e com o general Confúcio Danton de Paula Avelino, respectivamente os chefes de saída e chegada do Centro de Inteligência do Exército (CIE)”, além do general João Baptista Figueiredo, então chefe do SNI e futuro presidente da República. Na ocasião, o general Milton teria comunicado que, em 1973, cerca de 104 pessoas consideradas como “subversivas e terroristas” haviam sido assassinadas pelo CIE, política que teria tido sua continuidade apoiada por Figueiredo. Posteriormente, em 01 de abril, ainda segundo o memorando, Geisel teria dito a Figueiredo que tal política de extermínio “deveria continuar, mas que muito cuidado deveria ser tomado para assegurar que apenas subversivos perigosos fossem executados”. Geisel teria ainda combinado com Figueiredo “que, quando a [sic] CIE prender uma pessoa que possa se enquadrar nessa categoria, o chefe da CIE consultará o General Figueiredo, cuja aprovação deve ser dada antes que a pessoa seja executada”.

Este memorando da CIA permite traçar uma nova hipótese para a demissão do general Ednardo D’Ávila do comando do II Exército após os assassinatos de Herzog e Fiel Filho: tais execuções, praticadas de forma autônoma pelo Exército paulista – sem a consulta a Figueiredo, de que fala o memorando –, contrariaram o presidente Geisel. Mas a notícia de que Geisel avalizava os assassinatos políticos não se trata de uma informação nova. Elio Gaspari (2003) publicou uma conversa de Geisel com seu ministro do Exército, o general Dale Coutinho, um mês antes da sua posse na presidência. Tratando do combate à “subversão”, Geisel teria afirmado: “Ó Coutinho, esse troço de matar é uma barbaridade, mas eu acho que tem que ser” (GASPARI, 2003, p. 324).

A edição de 10 de abril de 1973 do jornal carioca “Correio da Manhã”<sup>39</sup> noticiou que “os órgãos de Segurança desmantelaram uma célula do extinto Partido Comunista Brasileiro, que operava

37 Consta do documento BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_80007775\_d0001de0006, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional na internet, no sítio <http://sian.an.gov.br>

38 Disponível no endereço <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99?platform=hootsuite>

39 Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira, no sítio <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

no Ceará”. Tratava-se de um grupo de comunistas que mantinha uma granja no distrito de Croatá, em São Gonçalo do Amarante, que abrigava uma gráfica clandestina que imprimia as principais publicações do PCB, como o jornal “Voz Operária” e as revistas “Estudos” e “Mundo em Revista”, cuidando da sua distribuição pelos estados do Nordeste. A matéria ainda informava que “a rede montada pela organização do partido tinha como principais elementos, nos Estados, os seguintes: no Maranhão, a médica Maria José Aragão; no Rio Grande do Norte, Bento Ventura de Moura, Ataulpa Arruda Marinho e Vulpiano Cavalcante de Araújo; na Paraíba, José Bernardo da Silva; em Pernambuco, Francisco Ferreira da Silva e, na Bahia, Ederval Araújo Xavier”.

Antes ainda, em 26 de fevereiro de 1973, a DPF/CE, em Fortaleza, produziu a Informação nº 0125/SI/SR/CE/1973<sup>40</sup>, que assim reportava o episódio:

Em prosseguimento das diligências efetuadas por esta Superintendência Regional, juntamente com os demais órgãos de segurança, integrantes do CODI, constatou-se que o PCB, além de haver montado, neste Estado, o setor de imprensa da área norte-nordeste, em decorrência da descentralização daquela atividade, em funcionamento anteriormente no Estado da Guanabara, mantinha também uma rede de militantes com atuação na Paraíba, Maranhão, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco e Bahia, para os quais era distribuída a literatura constituída de jornais e revistas impressos na tipografia, cuja maquinaria foi apreendida.

Na Paraíba, o desbaratamento da gráfica do Ceará não tardou por ter repercussões. Datado de 05 de junho de 1973, o Documento de Informações 33/256/73<sup>41</sup>, produzido pela DSI do Ministério de Minas e Energia, tinha como assunto “Tentativa de rearticulação do PCB, no setor Norte e Nordeste” e relatava que

no Estado da Paraíba este movimento de rearticulação do PCB teve como principais centros de atuação as cidades de João Pessoa, Campina Grande, Santa Rita e Rio Tinto, sendo que estas duas últimas oferecem boas condições de trabalhos subversivos, face ao grande número de operários desempregados pela paralização [sic], há mais de quatro anos, de fábricas nela existentes. A Polícia Federal do Ceará vem realizando atuantes atividades repressivas a este movimento de rearticulação do PCB, no setor Norte e Nordeste. Em consequência desse trabalho houve uma desmontagem no sistema, não só no Rio Grande do Norte, mas, inclusive, no Ceará, Bahia, Pernambuco, Paraíba e Maranhão

Já em 20 de novembro de 1973, a Agência Recife do SNI publicou o Documento de Informações 056/16/ARE/1973<sup>42</sup> com o assunto “lideranças do PCB da Paraíba relacionadas à organização do partido e à distribuição da Voz Operária”, documentando a denúncia pelo Ministério Público Militar, após realização de IPM, de diversos integrantes do PCB da Paraíba, como decorrência do ocorrido no Ceará. Dentre os militantes listados nesse documento, eram apontados como foragidos os ex-líderes estudantis da Faculdade de Economia da UFPB em João Pessoa José Ferreira da Silva e Heloísio Jerônimo Leite, que haviam sido presos no Congresso da UNE realizado em Ibiúna (SP), em 1968. Dentre os listados que foram citados como presos, destacavam-se Manoel Cícero de Oliveira e

40 Consta do Documento AC\_ ACE\_ 65100\_73, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

41 Consta do Documento AC\_ ACE\_ 57601\_73, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

42 Consta do Documento AC\_ ACE\_ 63335\_73, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

Ovídio Raimundo dos Santos, militantes comunistas em Santa Rita, José Fernandes Neto – também ex-líder estudantil da Faculdade de Economia da UFPB - e Manoel Alves Pereira, ambos do Comitê Estadual do PCB. Manoel Alves era apresentado no documento como sendo um funcionário público federal aposentado, de 50 anos, residente na Travessa São Vicente, 371, Oitizeiro, que havia se filiado ao PCB em 1946, no Rio Grande do Norte, e transferindo-se para a João Pessoa em 1949, para ajudar no trabalho de organização do partido. Segundo o documento, Manoel Alves distribuía o jornal “Voz Operária”, e “guardava em sua casa farto material subversivo, que foi apreendido em sua residência, o qual era utilizado na tentativa de reorganizar o PCB”.

Antes ainda, em 29 de março de 1973, o Encaminhamento Nº 049/73-SI/DPF/PB<sup>43</sup>, produzido pela Polícia Federal da Paraíba, afirma que os militantes comunistas indiciados do Inquérito Policial 10/DPF/PB foram enquadrados nos artigos 43 e 45 do Decreto-Lei Nº 898 de 29/09/1969 – a Lei de Segurança Nacional então em vigor. O artigo 43 dessa lei tipificava o ato de “reorganizar ou tentar reorganizar partido político dissolvido por força de disposição legal ou judicial”, enquanto que o artigo 45 tratava da realização de “propaganda subversiva”. O Encaminhamento, firmado por Reginaldo Felipe, Diretor do DPF/PB, documentava que

...com a descoberta de um ‘aparelho’<sup>44</sup> subversivo em Fortaleza e localização de tipografia clandestina no interior do Estado do Ceará, conforme declarações de [ilegível], codinome ‘Paulo Feijó’, foi possível localizar OLÍVIA FERREIRA DE ARAÚJO, no sítio Logos dos Currais, Município de Puxinanã, neste estado da Paraíba, residência de seus genitores, onde foi apreendido farto material subversivo. (...) Na continuação das diligências (...) foi possível localizar em João Pessoa/PB o indivíduo MANOEL ALVES PEREIRA, vulgo ‘MANOEL DA MALÁRIA’, na residência de quem foi apreendida grande porção do material subversivo,

com destaque para o jornal Voz Operária, que era distribuído por este grupo de comunistas na Paraíba.

O Encaminhamento Nº 049/73-SI/DPF/PB apresentava ainda Manoel Alves como atuante na reorganização do PCB em João Pessoa e em Rio Tinto, nesta última cidade com a colaboração de Ovídio dos Santos e Manoel Cícero. Por fim, afirma que outro indiciado, Antônio Fernandes da Silva, o “Bolinha” – sindicalista comunista, era o prefeito de Rio Tinto quando do golpe de 1964, ocasião em que foi preso e teve seu mandato cassado - reconheceu ter participado de uma reunião do PCB, em uma praia em Fortaleza, com a presença de representantes de vários estados do Nordeste. Respondendo a processo na Justiça Militar, estes comunistas paraibanos foram absolvidos por falta de provas, em 20 de fevereiro de 1976.

Na denúncia oferecida à 7ª Circunscrição Judiciária Militar, no Recife, em 10 de maio de 1973<sup>45</sup>, a procuradora militar Marina Flora de Azevedo Ferreira afirmava:

43 Consta do Documento ARE\_ACE\_1230\_80, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

44 “Aparelho” era o nome dado aos locais – que podiam ser uma casa, um apartamento ou uma propriedade rural, por exemplo – utilizados pelas organizações de esquerda que combatiam a ditadura militar como refúgio de militantes, para a realização de reuniões secretas ou para a guarda de documentos ou armas, em se tratando dos grupos da luta armada.

45 Consta do requerimento apresentado por Ovídio Raimundo dos Santos à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, para seu reconhecimento como anistiado político. Do acervo da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação

Sabe-se perfeitamente que o objetivo do PCB, mesmo fora da legalidade, com suas vistas voltadas para o setor do operariado, é de aliciar os trabalhadores para torná-los capazes de tomar o governo pela coesistência[*sic*] mansa e pacífica. Dentro desse esquema é que os componentes e simpatizantes do PCB lutam denodadamente por derrubar o governo constituído, a fim de implantar a ditadura do proletariado.

Os depoimentos de alguns dos envolvidos nesses episódios de prisões de militantes do PCB da Paraíba em 1973 destacam violências as mais variadas praticadas pelos órgãos de repressão da ditadura militar. José Bernardo da Silva, apontado como responsável por receber as publicações da imprensa do PCB na Paraíba, residente em Campina Grande, contou<sup>46</sup> que, estando escondido na cidade de São Miguel (RN), soube que havia sido publicada uma notícia no jornal campinense “Diário da Borborema” sobre a queda do aparelho comunista no Ceará, onde seu nome era citado. Em setembro de 1973, foi localizado naquela cidade pelo “Sargento Marinho”<sup>47</sup>, que o levou preso para o 31º BIMtz, em Campina Grande, onde foi torturado. José Bernardo declarou ainda que, uma semana após chegar a Campina Grande, foi transferido para João Pessoa, onde ficou detido “no Quartel da Polícia Militar”, de onde era periodicamente retirado da sua cela e conduzido a local incerto, onde era submetido a torturas “com choque elétrico, através de fios presos na orelha e no saco escrotal”.

Outro preso, Ovídio Raimundo dos Santos, narrou<sup>48</sup> que, no ano de 1973, sabendo que estava sendo seguidamente procurado na sua residência e no seu local de trabalho – a SUCAM – por agentes da Polícia Federal, decidiu apresentar-se voluntariamente. Na sede Polícia Federal, em João Pessoa, Ovídio afirmou que foi imediatamente colocado

...numa cela muito pequena (eu a denomino de cubículo), sem cama, sem banheiro ou vaso sanitário, nem água: era apenas um quadrado de cimento com um buraco, era uma podridão insuportável. Deixaram-me nesse lugar apenas de cueca. Só fui para o interrogatório no dia seguinte. A primeira coisa que fizeram, antes de interrogar-me, foi dar-me uma pancada forte nos testículos, que quase desmaiei de tanta dor. A partir daí foi um inferno: eles – os policiais federais – me agrediram com palavras dizendo que eu era um “bandido”, “safado”, “subversivo”, e sempre sendo torturado, perguntavam sobre “as metralhadoras” e “fuzis” que nós estávamos recebendo de Cuba. Até nesta data de hoje estou sem entender aquelas perguntas; estou com 64 anos e nunca vi uma arma como um fuzil ou uma metralhadora, a não ser nos filmes de televisão.

Ovídio narrou ainda que, em seguida, foi conduzido ao Grupamento de Engenharia junto com outro preso do PCB, Manoel Cícero de Oliveira, onde ficaram trancados por quase três horas em um carro exposto ao sol. Em seguida, foram para a Central de Polícia (Civil) e para a Polícia Militar, onde foram jogados “numa cela mais suja e fedorenta ainda do que da PF”, sendo alimentados apenas com caldo de feijão e farinha servido em uma lata enferrujada.

---

da Memória do Estado da Paraíba.

46 Em seu requerimento apresentado à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, para seu reconhecimento como anistiado político. Do acervo da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

47 Trata-se do atual Promotor Público aposentado do estado do Ceará, Francisco de Assis Oliveira Marinho, o “Sargento Marinho”, que servia no 31º Batalhão de Infantaria Motorizada (31º BIMtz), em Campina Grande, sendo um dos principais responsáveis pela repressão política naquela cidade.

48 Em seu requerimento à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, para seu reconhecimento como anistiado político. Do acervo da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba.

Também preso em 1973, o veterano militante comunista de Campina Grande José “Peba” Pereira dos Santos atribuiu sua prisão ao Sargento Marinho, que o retirou de casa na presença da sua família, inclusive das suas filhas menores de idade, e o conduziu para um centro clandestino de tortura mantido pelo Exército nos arredores de Campina Grande – a chamada “Granja do Terror”, onde foi barbaramente torturado. No local, Peba foi testemunha das sevícias praticadas contra outros companheiros, como José Bernardo da Silva e Manoel Alves Pereira, preso em João Pessoa e transferido para a tortura em Campina Grande. Narra Peba:

À noite, chegou mais um companheiro de João Pessoa, Manoel Alves, funcionário da Saúde e combatente da malária. No nosso meio, ele era conhecido por Manoel Guarda. Ele estava no Comitê Estadual do PCB, em João Pessoa. No momento em que o prenderam quase o mataram. (...) Foi um espancamento só, não sei como esse homem escapou vivo. Muitas vezes foi para o choque. Por fim, o espancador o mandou para o mesmo quarto em que eu estava. Ele estava com as mãos amarradas para trás e foi empurrado. Caiu e ficou gemendo. No dia seguinte, quando abriram a porta do quarto, o capitão aproximou-se e me disse:

- Esse bandido ainda está vivo?

Manoel só gemia e o Capitão meteu a botina na sua cara. Não satisfeito, deu botinadas e subiu em cima dele. Ficou pisando na cara e no pescoço. Nessa hora pensei que ele iria matar nosso companheiro, de tantas pancadas. Mas baixou o fôlego e foi embora. Manoel ficou jogado. À noite voltaram e disseram que iriam matá-lo. Ele nem se movia. Quando trouxeram a comida, Manoel não conseguiu comer (AUED, 2006, p. 373).

Em audiência pública realizada em 12 de novembro de 2015, na sede do Ministério Público Federal em Campina Grande, convocada pelo MPF – através do Procurador da República Sérgio Rodrigo de Castro Pinto - e pela Comissão Estadual da Verdade da Paraíba, Francisco de Assis Oliveira Marinho, o “Sargento Marinho”, respondendo a questionamento proferido por esta CMV, afirmou que não conhecia José Peba Pereira dos Santos nem Manoel Alves Pereira, não sendo, portanto, responsável por suas prisões e torturas ocorridas em 1973. Na ocasião, o Sargento Marinho foi desmentido pelas duas filhas de Peba, as professoras Lígia Pereira dos Santos e Anita Leocádia Pereira dos Santos, testemunhas oculares, quando crianças, da prisão ilegal a que seu pai foi submetido. Também depois na audiência pública o senhor João Dantas, atualmente vereador de Campina Grande<sup>49</sup>, que se apresentou como uma das vítimas das torturas do Sargento Marinho nos anos 1970, confrontando o depoente, que respondeu às acusações que lhe foram imputadas dizendo que só se pronunciaria em juízo – certamente, tendo ciência da jurisprudência do STF sobre a Lei da Anistia (Lei 6.683/1979)<sup>50</sup>.

A artista plástica Marlene Almeida informou, no seu depoimento à CMV, que Manoel Alves foi “pracinha”, integrado à Força Expedicionária Brasileira na Itália, durante a 2ª Guerra Mundial, de onde voltou com um forte sentimento nacionalista, aderindo ao Partido Comunista. Muitos ex-pracinhas aderiram ao PCB, em muito por influência do contato que tiveram com os comunistas na Re-

49 João Dantas foi reeleito vereador de Campina Grande nas eleições de 2016.

50 Maiores informações sobre esta audiência estão disponíveis no sítio do MPF/PB na internet <http://www.prpb.mpf.mp.br/news/pela-1a-vez-comissao-da-verdade-consegue-ouvir-agente-de-repressao-do-regime-militar>. Acessado em 23 de maio de 2018.

sistência Italiana. Dentre esses, o mais conhecido foi Salomão Malina, oficial do Exército na Itália, que assumiu a secretaria-geral do PCB em 1987. Marlene também falou sobre a prisão ilegal e as torturas às quais Manoel Alves foi submetido:

eles chegaram na casa dele às 6 horas da manhã. Na frente da família e dos filhos todos, apertaram, empurraram, botaram para dentro do banheiro, mexeram em tudo dentro de casa e disseram que ele ia dar um depoimento, aí sumiram como ele. Aí dona Clotilde [esposa de Manoel Alves] pegava os meninos... no Grupamento perguntava, não estava, não estava no 15 [RI], aí ela foi ameaçada no 15 [RI], se ela voltasse lá seria presa porque estava aborrecendo e eles não sabiam dele, ele não tinha sido preso. Passaram meses com Manoel, acho que uns 11 meses, torturaram de todas as maneiras possíveis, Manoel levou choque, Manoel eles botaram num tanque com ácido para ele ficar pisando (**Nazaré Zenaide**): No 15RI? (**Marlene Almeida**):No 15 [RI]. Depois eles entregaram à polícia para fazer o serviço sujo, depois eles levaram para aquelas granjas de Campina Grande, lá ele apanhou, levou chute, botinada. Deram choque nos órgãos genitais dele, até eles ficarem emasculados completamente. Aliás, esse pessoal que deu esse golpe falava muito em família, em religião e tal, mas tinha uma fixação muito grande no sexo das outras pessoas, eles queriam destruir de todo jeito a função sexual de todos, eles trabalhavam muito nisso e eram muito sujos. O que eles fizeram com Assis Lemos foi coisa semelhante, e Manoel quando saiu de lá, saiu doente, ele era um andarilho, porque ele era um funcionário da SUCAM e vivia de casa em casa visitando para botar remédio e adorava andar, andava pelas Ligas Camponesas, por todo canto. Saiu de lá com as pernas inchadas toda vida, até tem uma foto ali dele com as pernas inchadas. E doente. Ele não conseguia comer uma semana, na outra não bebia água, ele não conseguia dormir, ele gritava de noite, e nós ficamos assim... eu acho que a tortura é a pior degradação do ser humano. Uma pessoa que mata outro num momento de raiva, dá um tiro, empurra ou faz, é um ser humano que fez isso, mas ele chega ao pior da natureza humana quando ele é capaz de torturar um outro, torturar pessoas boas como Manoel, que ficou o resto da vida estragado. Então nós sofremos muito na época, não é? (...)(**Nazaré Zenaide**): Ele morre como? (**Marlene Almeida**): Ele morreu, eu acho que ele morreu agora em 91. Mas nunca mais teve saúde não, Manoel. Ele ficou a vida toda... a minha irmã é psiquiatra, tratou dele.

No mesmo ano de 1973, foi desbaratado pelos órgãos de repressão em João Pessoa outro grupo político que combatia a ditadura militar na clandestinidade, o Partido Comunista Revolucionário (PCR). Desta feita, tratava-se de um grupo pequeno, resultado de um racha no PCdoB, e com atuação restrita, principalmente, aos estados nordestinos de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, estado natal do seu principal líder, Manoel Lisboa de Moura, radicado no Recife desde a década de 1960. Na Paraíba, o PCR era composto por estudantes, alguns deles menores de idade, que se dedicavam, basicamente, a ações de propaganda política, como a entrega de panfletos, a campanha pelo “voto nulo” e pichações. Mesmo assim, os integrantes do PCR em João Pessoa foram perseguidos, presos e torturados, em dependências da Polícia Civil, na sede da Polícia Federal, em João Pessoa, e em guarnições do Exército, como o 1º Grupamento de Engenharia e o 16º Regimento de Cavalaria Mecanizado, em Bayeux.

A Informação 396 DOPS/SI/73<sup>51</sup>, produzida pelo Setor de Inteligência (SI) da Secretaria de Segurança Pública/PB, em 09 de julho de 1973, tratava do “Desbaratamento do Grupo do PCR em João Pessoa/PB”. Dizia o informe:

---

<sup>51</sup> Consta do Documento ARE\_ACE\_2821\_81, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

Como resultado da ação coordenada dos Órgãos de Informação da Área, coordenada pelo CODI/PB, e com o apoio de uma equipe de interrogatório do DOI/IV Exército, foi desbaratado o grupo subversivo responsável pela campanha de panfletagem que vinha ocorrendo, desde outubro/72, nesta Capital. Ao fim da operação, ficou definida a vinculação do grupo ao PCR (Partido Comunista Revolucionário), cuja atuação na área era até então desconhecida.

Seguia-se listando os presos na operação: Josenaldo Silveira (sob custódia no quartel da PM/PB, por solicitação do juiz de menores da capital), Augusto Aécio Mendes Duarte, Alberto Nunes de Oliveira (indiciado no inquérito 17/73, a cargo da DPF/PB), Francisco de Assis da Cunha Metri (indiciado no inquérito 17/73, a cargo da DPF/PB), Netovich Maia Duarte, Giusepe Trigueiro Bezerra, André Luiz Buriti da Costa, Uytamira Veloso Castelo Branco e Manoel Ferreira Campos. Seguia o informe:

No decorrer das investigações verificou-se que ANISIO SOARES MAIA era um dos principais integrantes do PCR no Estado, sendo responsável pelas Finanças da Organização e também pela colocação de bombas no Parque Solon de Lucena, nesta Capital. Todas as tentativas no sentido da sua captura foram infrutíferas, estando atualmente foragido. Foi indiciado no inquérito nº 17/73, a cargo da DPF/PB.

O informe continuava destacando que “são componentes do PCR com atuação no Estado de Pernambuco: ‘Selva’ – José Emilson Ribeiro da Silva; ‘Celso’ – Manoel Lisboa de Moura e ‘Caio’”. Um detalhe merece destaque no presente documento, que seja, a informação que o desbaratamento do PCR em João Pessoa tratou-se de uma “ação coordenada dos Órgãos de Informação da Área, coordenada pelo CODI/PB, e com o apoio de uma equipe de interrogatório do DOI/IV Exército”, o que está evidenciado pela articulação entre os diversos órgãos de repressão civil e militar com atuação na Paraíba – mas coordenados pelos militares do DOI-CODI.

O veterinário e deputado estadual pelo PT/PB Anísio Soares Maia, um dos militantes do PCR vitimados por esta ação repressiva, pela qual teve que se foragir, sendo posteriormente processado pela Justiça Militar – mais uma arbitrariedade da ditadura militar, um civil ser processado na esfera judicial militar – prestou depoimento a esta CMV, quando apresentou sua versão do episódio. Anísio informou que entrou no PCR após intensa militância estudantil no Colégio Estadual do Roger, desde 1968, esclarecendo que as bombas instaladas no Parque Solon de Lucena, referidas no documento da Secretaria de Segurança Pública/PB, era um artefato de baixo potencial explosivo, que tinha como finalidade espalhar panfletos do PCR pelos pontos de ônibus da Lagoa do Parque Solon de Lucena. Sobre a prisão dos seus companheiros, Anísio relatou que trafegava em um ônibus pela Epitácio Pessoa e quando passava

...na frente do Grupamento de Engenharia - olha mesmo que coincidência, na hora que eu vou passando - interrompem a pista pra passar dois Volkswagens da Radio Patrulha, Volks branco e preto (...) e vai entrando na frente do ônibus. Eu olho atrás do Volks e está Chicão [Francisco de Assis da Cunha Metri], [que] tinha um cabelão bem grande, um óculo que era inconfundível, e no outro [Volks] ia Josenaldo [Silveira], que também tinha o cabelo grande, ondulado. (...) Eu presenciei eles entrando no Grupamento de Engenharia (...). Pronto, a partir daí eu sai avisando a todo

mundo para se esconder cada um tomar as precauções. Passou mais ou menos dois dias, Josenaldo foi para o quartel, foi para Polícia Federal, depois ele foi para o IV Exército, em Pernambuco. Foi muito torturado segundo ele conta, muito torturado(...). Então, todo mundo [na tortura de Silveira] era: “Manoel Lisboa de Moura, onde é que está?” Josenaldo sofreu muito para dizer onde era que achava Manoel Lisboa de Moura, porque não podia dizer, porque por sorte quem tinha o próximo encontro com Manoel Lisboa de Moura era eu, (...) não era Josenaldo, porque se fosse Josenaldo ele iria entregar. Ele não aguentava, tinha 17 anos. Aí apanhou muito por causa disso, mas contou tudo, quem era aqui, quem não era, tudo.

Na ocasião, era Coordenador Regional da DPF/PB o advogado Oswaldo de Albuquerque Mello<sup>52</sup>.

Anísio contou ainda que, não resistindo às pressões da tortura, seu companheiro Josenaldo Silveira tentou suicidar-se nas dependências do IV Exército, no Recife, com as cordas do colchão de palha que ficava na sua cela.

Quando ele tentou se suicidar a corda cortou, quebrou, ele caiu, desmaiou, já viram ele no chão com a corda, mas desmaiado. E foi aí que ficaram com medo, ele era de menor (...). Aí entregaram ele aqui ao curador de menores, que nesse tempo não sei se era esse nome que usava.

Ainda segundo Anísio, outro de seus companheiros, Alberto Nunes de Oliveira, também foi torturado na ocasião, nas dependências do 16º Regimento de Cavalaria Mecanizada, em Bayeux.

Não sendo preso naquele momento, Anísio fugiu para o Recife, onde entrou em contato com a liderança do PCR, que lhe conseguiu alojamento em um “aparelho” mantido pelo partido. “A partir daí já fiquei ligado diretamente à organização, clandestino. Seis meses sem falar com a mãe, com o pai, com nada, porque tudo era com medo de grampo, dessas coisas”. No Recife, Anísio conviveu com as principais lideranças do PCR, como Manoel Lisboa. Segundo Anísio, Manoel Lisboa de Moura foi preso no Recife, após sair da Praça da Jaqueira<sup>53</sup>, onde tinha marcado um encontro clandestino com Anísio:

Eu jamais, na hora eu não vi nada. Eu cheguei na praça da Jaqueira, sentei, e Manoel Lisboa gostava muito de fazer encontro em praça, sabe, que era um canto despercebido, chegava ali ficava conversando. Sentei na praça da Jaqueira, conversei com ele, entreguei uma caixinha com, parece que eram uns dólares, porque ele me deu para eu guardar uns dólares, eu guardei, ele pediu e eu fui levar. Aí entreguei a caixinha, me lembrei da caixinha por isso, entreguei a caixinha a ele, aí ele saiu, eu fui embora. Aí a partir daí só o povo me procurando:

“- Tú viu [sic] Manoel Lisboa de Moura?

- Vi.

- Rapaz, ele sumiu.

- Não diga isso não...

- Foi...”

Aí alarme maior do mundo... foi quando prenderam ele.

---

52 Vide os autos da ação penal 66/73, do STM no estado de Pernambuco, onde os militantes do PCR de João Pessoa presos em 1973 figuraram como réus. Disponível na internet no página “Brasil Nunca Mais Digital”, no endereço <http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/500/434.html#T1>

53 Hoje, Parque da Jaqueira.

Segundo relato de audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, realizada em 06 de setembro de 2013, Manoel Lisboa foi sequestrado

no cair da noite do dia 16 de agosto de 1973, na Praça Ian Fleming, no bairro de Rosarinho, no Recife<sup>54</sup>, quando dava assistência a uma operária da fábrica Torre, e foi levado para o DOI-CODI do 4º Exército, na Praça 13 de Maio, no centro da cidade, onde foi torturado até a morte por longos 16 dias, sem dar uma só informação aos seus carrascos. Depois, enrolado em estopa, foi transportado num avião da Força Aérea para ser enterrado como desconhecido no cemitério de Campo Grande, em São Paulo, para tentar dar veracidade à farsa montada pelo DOI-CODI sobre sua morte e a de Emmanuel Bezerra<sup>55</sup>.

Os responsáveis pelo sequestro, tortura e assassinato de Manoel Lisboa e de Emmanuel Bezerra dos Santos, também dirigente do PCR, ainda de acordo com a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, foram o policial pernambucano Luiz Miranda e o delegado do DOPS-SP Sergio Paranhos Fleury, que havia se deslocado para o Recife especialmente para a prisão de Manoel Lisboa e de Emmanuel Bezerra.

Anísio seguiu seu relato a esta CMV informando que permaneceu por aproximadamente um ano, após este episódio, como clandestino no Recife. Entretanto, após retomar contato com sua família em João Pessoa, decidiu se apresentar às autoridades policiais, respondendo ao inquérito junto à Justiça Militar, no qual já estavam arrolados seus companheiros de PCR desta capital. Mesmo assim, tornou a ser preso outras duas vezes. Na primeira dessas ocasiões, Anísio relatou que foi sequestrado na porta da sua casa, no bairro de Miramar, junto com seu amigo e vizinho de bairro Netovich Maia Duarte, pelo agente da Polícia Federal e chefe do DOPS/DPF/PB, William Maribondo Vinagre<sup>56</sup>, “que foi lá em casa e me arrastou, um cara bem forte, me puxou, botou dentro do carro”. Sequestrado, Anísio relatou que passou

um dia num carro, a gente tudo [de] capuz sem respirar, (...) era uma mala pequena (...).Aí bota no sol, para você ficar desesperado mesmo. Eu suei duas, três horas no sol, já asfixiado. Aí tira do carro, bota para outro canto. Rodou por muito canto, eu fui chegar na Polícia Federal de noite, fui pego às 8 horas da manhã. (...) Como a gente tinha um combinado, meu irmão ficou de plantão na Polícia Federal rodando o dia inteiro porque achava que eu ia para lá. (...) Aí quando cheguei na Polícia Federal, quando eu cheguei eu ouvi o barulho do carro do meu irmão. Era uma coisa bacana, que você sente uma segurança.

Anísio afirmou que, na Polícia Federal, foi vítima de torturas, mas “tortura besta: tabefe, ficar no sol encapuzado, botar revolver assim no ouvido da gente e rodar assim, fazendo que vai atirar, e dar um tiro”. Entretanto, pode testemunhar a prática de torturas mais graves contra outros presos.

Quando eu estava preso eu vi Washington Rocha. Washington foi torturado na Polícia Federal, eu o ouvi gritando, eu o ouvi gritando. Uma noite eu estava preso lá, eu ouvi os gritos terríveis e de-

54 Nas proximidades do Parque da Jaqueira, combinando com o que relatou Anísio Maia.

55 Disponível na internet no sítio [https://www.comissaoдавerdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/e/1/4/e148ba870cd7226af6e1a89450177aa181bf9961ad144b979b0496f773d3b0d4/3b6fc50f-4529-4fba-a981-2f59fb74ef37-004-Audiencia\\_Comissao\\_da\\_Verdade\\_n.\\_70.pdf](https://www.comissaoдавerdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/e/1/4/e148ba870cd7226af6e1a89450177aa181bf9961ad144b979b0496f773d3b0d4/3b6fc50f-4529-4fba-a981-2f59fb74ef37-004-Audiencia_Comissao_da_Verdade_n._70.pdf)

56 Para William Maribondo Vinagre como “chefe do DOPS/DPF/PB”, vide os autos da ação penal 66/73, do STM no estado de Pernambuco, onde os militantes do PCR de João Pessoa presos em 1973 figuraram como réus. Disponível na internet no página “Brasil Nunca Mais Digital”, no endereço <http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/500/434.html#T1>

pois quando eu ia saindo Washington ia saindo também. Não sei se mostraram Washington para me ameaçar. Washington todo vomitado, todo urinado, todo... Aí o cara disse: “olhe, tá vendo ali?” Aí eu me lembrei dos gritos, e relacionei que era Washington. Eu acho até que eles botaram para eu ver Washington que era para eu - Washington era mais velho do que eu - para dizer “olha, cuidado aí na vida, visse? Tu podes sair desse jeito”. Aí eu presenciei a saída de Washington, eu acho que foi torturado realmente de noite. No momento que eu estava lá ele estava sendo torturado (...). Passei dois dias lá, não comi nada com medo de botarem veneno, queria comer não. (...). Ali eu não dormi, ninguém dorme. Um banco de pedra: “vou dormir nada, vou dormir aqui eles vêm me matar”. Aí besteira, mata de todo jeito, mas aí o cabra não consegue raciocinar.

Na Polícia Federal, Anísio lembrou, ainda, ter tido contato com o agente Galdino Reges Neto. Washington Rocha foi um importante líder estudantil secundarista em 1968 em João Pessoa, a partir do Lyceu Paraibano, onde estudava. Participou ativamente das passeatas e manifestações estudantis ocorridas na cidade naquele ano: “Zé Otavio de Arruda Melo, historiador, que no tempo era professor de História, meu professor, dizia que eu nunca ia numa aula, ia só se fosse para fazer passeata, fazer greve. Aí continuamos, era passeata todo dia” – recordou Washington em depoimento a esta CMV. Dentre as lideranças do movimento estudantil secundarista de 1968 que eram seus companheiros, Washington destaca Marcos Paiva, Antônio Soares de Lima Filho (o “Help”) e Eldson Fontes. Washington recorda ter testemunhado diversos episódios de coragem e ousadia por parte dos estudantes, mas também de repressão violenta por parte das polícias e do Exército. Como exemplo, cita a desocupação da FAFI (Faculdade de Filosofia da UFPB), em 1968, quando o delegado do DOPS da Polícia Federal em João Pessoa, Emilio Romano, foi confrontado pessoalmente pelo líder estudantil universitário Everaldo Junior. Emílio Romano era já então um torturador veterano, que havia participado da equipe de Filinto Müller, o chefe de polícia no Rio de Janeiro responsável pela prisão de Luis Carlos Prestes e Olga Benário após o Levante Comunista de 1935.

Da intensa atividade na política estudantil secundarista, Washington transferiu-se para a militância clandestina contra a ditadura, vinculando-se ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), uma das muitas dissidências do PCB surgidas após este partido ter assumido a “linha pacífica” de combate à ditadura, no seu VI Congresso (1967). O PCBR, assim como outras dissidências que surgiram, defendia a luta armada. Representando este partido, Washington foi delegado indicado pela UPES (União Pessoense dos Estudantes Secundaristas) no congresso da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) realizado em dezembro de 1968, em Salvador:

Segui para Salvador em um ônibus onde já vinham alguns secundaristas delegados ao Congresso; pelo caminho, subiam outros. (...) já perto de Salvador, noite de 13 de dezembro, fomos apanhados de surpresa pelo anúncio da decretação do Ato Institucional Nº 5, o famigerado AI-5. Descemos na rodoviária já em clima de guerra, e o Congresso foi realizado na clandestinidade, aos pedaços, ora em um local, ora em outro (ROCHA e FERNANDES, 2017, p.43).

Outro dirigente da UPES em 1968, Emilson Ribeiro, também militante do PCBR57, lembra que foi preso em 1968 no Grupamento de Engenharia junto com Washington, que teria sido obrigado

---

57 Posteriormente, Emilson Ribeiro se transferiu para o PCR.

a engolir uma “piola” de cigarro acesa por um major de sobrenome “Fernandes” (ROCHA e FERNANDES, 2017, p. 115). Em depoimento a esta CMV, Washington disse: “José Emilson, que é muito amigo meu, lembra de uma coisa que eu não lembro [de ter engolido uma piola de cigarro no Grupamento de Engenharia]. Eu não vou questionar, pode ser que... naquele tempo tinha muita pressão”. Ainda em 1968, Washington Rocha foi preso pelo DOPS da Polícia Civil, na delegacia que ficava na Av. Duque de Caxias, na esquina defronte à Praça Rio Branco, quando saía de uma sessão no Cinema Municipal, localizado a poucos metros da delegacia, na Av. Visconde de Pelotas. Sobre o episódio, conta Washington: Eu estava assistindo, não sei o dia, mas sei que era mais para perto do fim do ano, o filme era “O Mágico de Oz”. Eu encantado, aquela coisa... aí na saída, dois ou três me pegaram e me levaram: “aqui, delegado!” Me sentei na frente do delegado, aí o delegado ficou passando o prontuário e olhando para mim, e eu vi que ele estava me olhando de uma forma estranha. Aí ele disse: “Me diga uma coisa, você é filho de Severino Rocha, de Araruna?” Eu disse: “sou”. “Você é filho de Maria Alice?” E eu disse: “sou”. Aí ele disse: “mas rapaz, não faça isso com meu compadre não, não faça isso com minha comadre Alice não, pelo amor de Deus, você um pirralho desse tamanho, crie vergonha, crie juízo...” [dirigindo-se ao policial] “olhe, leve esse menino em segurança viu?! E diga à mãe dele para dar uma surra nele”. Quer dizer, escapei duas vezes, né? Teve gente que não escapou...

Já em 30 de outubro de 1969, contando com apenas 17 anos de idade, Washington foi preso no 15-RI, como está documentado na Informação nº 646/DIS-COMZAE-4, de 17 de dezembro de 1973, da Divisão de Informações e Segurança da Aeronáutica<sup>58</sup>. Na ocasião, dividiu cela com o também estudante Potengy Lucena e com o jornalista Jório Machado que, no seu livro de memórias, se refere a Washington como “muito jovem, se tinha muito tinha 18 anos, porém muito vivo e corajoso. A estufada cabeleira à moda *black-power* lhe emprestava um ar diferente dos jovens do seu tempo (MACHADO, 1991, p.122). Em depoimento a esta CMV, Washington comparou esta sua prisão de 1969 ao filme Casablanca (EUA, 1962)<sup>59</sup>, onde eram presos “os suspeitos de sempre”. “Prendam os suspeitos, deve ter acontecido qualquer coisa aí..’ E a gente foi levado!” – disse Washington.

Perseguido em João Pessoa, Washington Rocha viveu durante alguns meses do ano de 1969 clandestinamente no Recife e, depois, em Fortaleza, em contato com sua organização política, o PCBR. Regressando a João Pessoa, foi levado pelo seu pai para se apresentar ao juiz da vara da infância e da juventude, que lhe deu “um sermão democrático (...) e depois me mandou embora. Fui totalmente absolvido, fez até elogios a mim, à minha precocidade e tal... ‘menino jovem você, tem um futuro pela frente, esqueça esse negócio de violência...’” Entretanto, a partir daí Washington foi “proibido de estudar no Lyceu. Aí fui estudar no colégio estadual que tinha ali no Tambiá. Aí fui expulso de lá, não podia [estudar] lá também não. Aí fiquei sem poder estudar em lugar nenhum na Paraíba”. A solução foi realizar exames supletivos em Natal, que concluiu com êxito. Em seguida, Washington fez vestibular para o curso de Direito na UFPB, tendo sido aprovado. Entretanto, ao tentar se matricular na UFPB,

---

<sup>58</sup> Consta do Documento BR\_AN\_BSB\_VAZ\_037\_0333, do acervo do Arquivo Nacional/DF.  
<sup>59</sup> Dirigido por Michael Curtiz e estrelado por Humphrey Bogart e Ingrid Bergman.

teve seu pedido indeferido. Posteriormente, Washington foi procurado por um funcionário da reitoria da UFPB, de quem não se lembra o nome, que lhe disse que “poderia ingressar na universidade se assinasse um termo de compromisso. Eu disse: ‘eu que não assino essa porcaria...’” Washington só entrou na UFPB posteriormente, em 1972 ou 1973 – ele não sabe precisar a data –, quando fez vestibular para o curso de Medicina.

A sua prisão mais grave, entretanto, ocorreu em 1974, quando cursava o segundo ano do curso de Medicina. Washington narrou a esta CMV que estava defronte ao Hospital São Vicente de Paulo, na avenida João Machado, quando foi surpreendido por “três ou quatro” policiais civis, que o pegaram e o colocaram à força em uma viatura, estacionada do outro lado da avenida. De lá, foi levado para a Polícia Civil, no bairro do Varadouro, na Rua Francisco Londres<sup>60</sup>. Neste local, foi trancado em uma cela e, à noite, recambiado para a Polícia Federal, no bairro da Torre, onde dormiu, e se lembra de ter encontrado com Anísio Maia. Segue Washington:

Quando foi de manhã, essas lembranças são fixas em mim, mas não são muito bem torneadas não, porque a mente vai ficando confusa, ansiedade, mas eu sei que me pegaram, jogaram com certa violência no carro, atrás, mas não no banco, no assoalho. E foram dois ou três, primeiro pisando em mim, mas durante a viagem (...) [em] certo momento já estava sentado (...) e um dos policiais me deu um soco, me deu um soco. Não com muita violência porque não quebrou nada, mas um soco forte. (**Monique Cittadino**): Dentro do carro? (**Washington Rocha**): Dentro do carro, um soco forte, mas de forma que não quebrou nada, mas foi forte. Então chegamos, eu vi, eu estava de olho aberto, então chegamos... eu conheço Recife. (...) (**Rodrigo Freire**): Mas só interrompendo, na sua passagem então na Polícia Federal, na Polícia Civil, você não se lembra de ter sofrido tortura? (**Washington Rocha**): Não, eu não sofri. Não é que eu não me lembro, eu não sofri. Ser jogado, eu fui seguro com brutalidade. (...) Porque para me levar, só ia me levar se fosse assim.

Chegando no Recife, foram para o quartel do IV Exército, onde foram recebidos por um oficial que, segundo Washington, repreendeu os policiais federais e os mandou voltar a João Pessoa. De volta à cidade, Washington retornou para uma cela da Polícia Federal.

Então aí eu fiquei colocado lá na cela. Quando foi mais tarde, de noite, eu fui colocado novamente, agora, dessa vez, encapuzado, colocado na caminhoneta e viajei. Como eu tenho algum juízo, já calculei, já não estamos indo para o mesmo lugar e vislumbrei. Entendi o motivo da cena lá, pelo menos era esse o meu juízo, posso estar enganado, é que eles me levaram para lá - onde eu seria torturado -, de olho aberto.

Outra vez no Recife, Washington foi levado para a sede do DOI-CODI do IV Exército, no centro da cidade, próximo à Faculdade de Direito da UFPE, onde calcula que passou cerca de vinte dias, tendo sido submetido a torturas.

A tortura foi basicamente choque elétrico. Não sofri nenhuma outra forma de tortura, choque elétrico, choque elétrico, choque elétrico e... mas é muito ruim! Foi o seguinte: eu ficava ajoelhado, botava fios elétricos nas minhas mãos e dava choque. Se eu soltasse eles davam borrachada, aí foi uma situação terrível, porque você não aguenta e solta, leva borrachada... é um inferno né? Por dois, três dias. E eles me perguntaram basicamente se eu estava mantendo uma guerrilha aqui e

---

<sup>60</sup> Este prédio seguiu abrigando uma dependência da Polícia Civil da Paraíba até o ano de 2015. Atualmente, encontra-se em reformas, para abrigar uma Escola Técnica Estadual de Artes.

tal, se eu tinha matado uma certa pessoa e como eu não tinha mais ligação nenhuma com organizações, perguntavam se fulano fumava maconha... Mas eu passei esses dias lá, até que a tortura parou.

Dos interrogatórios aos quais foi submetido durante as sessões de tortura no IV Exército, no Recife, Washington se recorda de ter sido questionado sobre estar envolvido na reorganização da luta armada no Nordeste, atividade com a qual ele não tinha mais nenhuma relação àquele momento. Por fim, sobre o episódio da sua soltura, no dia do seu aniversário – 09 de maio de 1974 –, Washington afirma: “foi outra tortura, foi talvez a maior tortura”.

É porque quando eu fui preso, eu usava uma barba muito grande, aí você imagina a pessoa vinte dias sem tomar banho. A pessoa sua – tortura -, aí você imagine como fica essa barba... Aí ele [o agente do Estado que lhe custodiava ilegalmente] disse: “olhe, vá tirar essa barba nojenta, pega aí...” Lembra aqueles barbeadores que você bota gilete? Deram uma gilete velha para barbear, aí fui fazer a barba, a maior tortura foi essa, mais do que o choque elétrico. (...) “Só sai daqui com a barba feita”. Mas rapaz, eu sofri demais para fazer essa barba, peguei um trauma tão grande que até hoje não faço minha própria barba, só faço no barbeiro.

Após esse episódio, Washington foi liberado da sede da Polícia Federal em João Pessoa, de onde se dirigiu, a pé, para a casa do seu irmão Luiz. Washington não se lembra, entretanto, como veio do Recife para João Pessoa:

...eu devo ter saído de lá [do Recife] encapuzado, porque eu não me lembro... eu sai de lá de dentro, eu me lembro já... então deve ter sido isso, eu vim, me mandaram encapuzado pra cá. Não me lembro de ter saído de lá de dentro [do DOI-CODI do IV Exército, no Recife], e se não me lembro eu devo ter saído de lá encapuzado. E essa passagem de fazer a barba foi já aqui na PF. É porque o processo de tortura deixa você desorientado.

O episódio da prisão e tortura de Washington Rocha demonstra bem o funcionamento da estrutura do DOI-CODI em João Pessoa que, sob o comando do IV Exército, no Recife, articulava as polícias civil, militar e federal e o Exército locais nas ações repressivas, sempre com muita violência. Apesar de dizer que não sofreu tortura na Polícia Federal em João Pessoa – o que contrasta com o depoimento de Anísio Maia sobre o episódio -, Washington foi submetido a uma prisão ilegal e arbitrária, a maus-tratos e a múltiplas violências no período em que esteve sob o jugo dos agentes federais. Outros depoimentos também comprovam a existência de tortura na Polícia Federal em João Pessoa durante a década de 1970 – entre os quais, os supracitados Ovídio Raimundo dos Santos e Anísio Maia.

Delegados da Polícia Federal com atuação na Paraíba durante o período da ditadura militar são apontados como violadores de direitos humanos. O bancário aposentado João Fragoso, em depoimento a esta CMV, contou que, durante o ano de 1969, foi extorquido pelo delegado da Polícia Federal em João Pessoa, Napoleão Câmara – que a ele se apresentou como primo de Dom Hélder Câmara. Segundo Fragoso, o delegado Napoleão Câmara, por diversas vezes, enviou agentes da Polícia Federal para a sua casa extorquir-lhe dinheiro, pago por Fragoso em troca da sua liberdade e segurança. Já o

delegado da Polícia Federal Antônio Emílio Romano, que atuou na repressão ao movimento estudantil de 1968 em João Pessoa, havia sido chefe de seção da Delegacia Especial de Segurança Política e Social do Distrito Federal (então no Rio de Janeiro), nomeado em 1934, tendo atuado sob o comando de Filinto Müller na violenta repressão ao levante comunista ocorrido em 1935 naquela cidade. O jornalista David Nasser, no seu livro “Falta alguém em Nuremberg”, caracteriza Romano como um “elemento implacável e inescrupuloso” (NASSER, 1966, p.14), apontando-o como responsável por diversas torturas na sua atividade de policial responsável pela repressão política naquele período. Por fim, José Carlos Gentil, que atuava como Delegado da Polícia Federal da Paraíba em 1969, é denunciado pelo projeto “Brasil Nunca Mais” como sendo responsável por torturas na Paraíba<sup>61</sup>.

O economista José Fernandes, em depoimento a esta CMV, informou que lhe foi comunicado, por um agente da Polícia Federal que é parente da sua esposa, que um renomado médico e professor de medicina da UFPB acompanhava sessões de tortura realizadas pela Polícia Federal em João Pessoa: **“o médico era encarregado de manter vivo o cara, certo? Ele era quem ficava monitorando pra ninguém morrer, certo?”** Ocorre que dois irmãos do referido médico estavam pessoalmente envolvidos com a repressão política em João Pessoa desde os primeiros dias de abril de 1964, logo após o golpe civil-militar – um era oficial do Exército e foi do SNI e o outro era agente da Polícia Federal. Esta CMV não conseguiu ter acesso a um segundo depoimento ou a algum documento que confirmassem ou contraditassem essa informação que lhe foi transmitida por José Fernandes. Ademais, tanto o médico acusado como seus dois irmãos já estão falecidos. Assim, apenas por este motivo de ordem metodológica, esta CMV optou por não identificar o nome desse médico no presente relatório.

Após esta prisão ocorrida em 1974, Washington Rocha abandonou o seu curso de Medicina, na UFPB. Anos depois, voltou a estudar, desta feita, ingressando no curso de Filosofia, também na UFPB, quando retornou ao movimento estudantil, se tornando presidente do Comitê pela Anistia em João Pessoa, no final daquela década. Os casos de Anísio Maia e Washington Rocha, acima narrados, são exemplares das graves consequências que uma ditadura pode impor para a vida de jovens – sequestro, prisão ilegal e arbitrária, tortura, clandestinidade, afastamento da família, dos amigos e dos estudos, expulsão de escolas, impedimento de matrícula em universidade pública, além do consequente sofrimento mental -, cujos únicos “crimes” cometidos foram o de exercer sua liberdade de opinião e de manifestação, garantidas como universais pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e também em ambientes políticos democráticos.

A perseguição e vigilância aos partidos de esquerda na Paraíba continuou nos anos 1980. Um dos indiciados do PCB em 1973, o economista José Fernandes Neto, foi assunto do Informe 293/19/ARE/82<sup>62</sup>, produzido pela Agência Recife do SNI, datado de 16 de dezembro de 1982, quando Fernandes já se encontrava afastado da militância comunista há alguns anos. Identificava o informe que Fernandes “em 1968, participou de um Congresso do PCB em Campina Grande; foi membro do Comitê

61 Vide o relatório do projeto “Brasil Nunca Mais”. Disponível na internet no sítio [http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=doc\\_bnm&pagfis=9643](http://bnmdigital.mpf.mp.br/docreader/DocReader.aspx?bib=doc_bnm&pagfis=9643)

62 Consta do Documento ARE\_ACE\_3953\_82, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

Estadual do PCB, para assuntos de divulgação e imprensa e recrutava novos membros para o partido”. Detalhado, o informe trazia uma fotografia do casamento religioso de José Fernandes (DOCUMENTO 15). Outro antigo comunista, José Gomes da Silva, o “Zé Moscou”, teve seu prontuário atualizado até 1981 pela Agência Recife do SNI<sup>63</sup>, igualmente quando há anos estava desligado do PCB. Consta do prontuário de José Gomes um documento firmado pelo Agente da Polícia Federal William Mari-bondo Vinagre – o mesmo responsável pelo sequestro de Anísio Maia -, datado de 03 de novembro de 1970 (DOCUMENTO 16), dirigido ao “Inspetor Chefe da Polícia de Segurança”, informando que o citado agente investigou o escritório de advocacia de José Gomes da Silva, o “Zé Moscou”, localizado na Av. Pedro II, nº 1112, por “diversos dias e horas diferentes”. Nas ocasiões, narra o agente Vinagre, não foi verificada nenhuma anormalidade, nem em conversa com os vizinhos. Vinagre informou, por fim, “que o citado local continuará sob vigilância e qualquer anormalidade será feita comunicação”.

A saída dos militares do poder e o início do governo de José Sarney – que havia sido eleito, junto com Tancredo Neves, pelo Colégio Eleitoral instalado em 15 de janeiro de 1985, contando com o apoio das principais organizações comunistas então em atuação no país, o PCdoB, o PCB e o MR-8 - não dirimiu a vigilância sobre essas organizações. Em 21 de janeiro de 1985, menos de uma semana após a realização do Colégio Eleitoral, a Agência Recife do SNI lançou um documento<sup>64</sup> cujo título era “militantes de organizações subversivas filiados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB no estado da Paraíba”. Listados como supostos militantes do PCB, estavam Hermano Nepomuceno Araújo, José Iremar Alves Bronzeado, Samuel Firmino de Oliveira, Tereza de Brito Braga, Wanderley Caixe, Antônio Augusto Arroxelas de Macedo e Isa Silva de Arroxelas Macedo. Já os supostos filiados ao PCdoB listados eram Agamenon Travassos Sarinho, Iedo Leite Fontes, Carlos Henrique Souza Vasconcelos, Erinaldo Antônio Duarte Guimarães, José Peba Pereira dos Santos, Mário de Souza Araújo Filho, Maria das Graças Marques de Freitas, Roseana Maria Barbosa Meira, Sibebe Padilha de Castro, Simão Almeida Neto, Wladimir Ricardo Alves Dantas. Ambas as listas constavam com várias incorreções: ao casal Antonio Augusto e Isa Arroxelas e a Roseana Meira são atribuídas militâncias comunistas que não existiam, e Iedo Fontes, apontado como militante do PCdoB, na verdade atuava no MR-8.

Já em 30 de dezembro de 1987 a Agência Recife do SNI divulgou documento<sup>65</sup> onde listava os “endereços dos principais líderes das organizações comunistas na área” de atuação da Agência Recife – ARE, ou seja, os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte. Na lista da Paraíba, apareciam os endereços dos militantes do PCB Emília Correia Lima e José Iremar Alves Bronzeado, e do PCdoB José Valtércio Brandão Silva e Agassiz de Amorim e Almeida – este, não sendo filiado ao citado partido. Semanas depois, em 10 de fevereiro de 1988, a mesma Agência Recife lançou documento mais completo e preciso<sup>66</sup> sobre o mesmo assunto, onde constavam os endereços de Herma-

---

63 Consta do Documento ARE\_ACE\_3918\_82, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

64 Consta do Documento ARE\_ACE\_6624\_85, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

65 Consta do Documento ARE\_ACE\_8008\_87, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

66 Consta do Documento ARE\_ACE\_8048\_88, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

no Nepomuceno Araújo (o único dos listados residente em Campina Grande), Júlio César Ramalho Ramos e Samuel Firmino de Oliveira, do PCB, e de Agamenon Travassos Sarinho, Cristiano Zenaide Paiva, Jordane Reis Menezes e Marcos Cesar Lopes Salva, do PCdoB. Ocorre que desde 1985 estes dois partidos já eram legalizados, e os endereços dos seus dirigentes constavam nos arquivos do TRE.

Em 08 de setembro de 1988 – menos de um mês antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 -, a 2ª Seção (Inteligência) da Polícia Militar da Paraíba emitiu o Informe 161-88 PM/2<sup>67</sup>, que tinha como assunto “Encontro de jovens e políticos em apoio à candidata Emília Correia Lima”. Dizia o informe:

Na noite de 06 SET 88, no bar CASA DA PÓLVORA, nesta Capital, realizou-se um encontro de jovens e políticos em apoio à candidatura de EMÍLIA CORREIA LIMA (PCB) a Vereadora de JOÃO PESSOA. Foram identificados, na reunião, JAÊMIO CARNEIRO, candidato a Prefeito de JOÃO PESSOA pelo Partido Verde (PV) e LUCIANO MAIA, candidato a Vice-Prefeito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Ao longo das manifestações, foram feitas severas críticas aos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Este informe da Polícia Militar da Paraíba foi difundido com o Grupamento de Engenharia e Construção, e posteriormente enviado à Agência Central do SNI, onde virou um dossiê, processado em 19 de abril de 1989, atualmente sob a guarda do Arquivo Nacional<sup>68</sup>.

O Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980, com a reforma partidária realizada pela ditadura militar em 1979, também foi objeto de intensa vigilância dos órgãos de informação nos anos 1980 na Paraíba. Na Informação Nº 122/15/ARE/84<sup>69</sup>, datada de 29 de maio de 1984, o SNI, através da sua Agência Recife, informava que

O PARTIDO DOS TRABALHADORES da PARAÍBA – PT/PB realizou, dia 20 Março de 84, em JOÃO PESSOA/PB, a sua Convenção Regional, sendo escolhido o novo Diretório Regional, a Comissão Executiva Estadual e os Delegados à Convenção Nacional do Partido, com seus respectivos Suplentes. O Diretório, que antes era integrado por 45 membros, passa a ser, a partir de agora, de apenas 27 diretorianos e 09 suplentes.

Apareciam listados no documento do SNI os nomes de todos os dirigentes do PT da Paraíba de então, cujo diretório era encabeçado pelo presidente Francisco Derly Pereira e pelos 1º e 2º vice-presidentes, respectivamente, Manoel Alves de Oliveira e José Calistrato Cardoso Filho.

Já em 27 de fevereiro de 1985<sup>70</sup>, a mesma Agência Recife do SNI produziu um documento cujo título era “Atuação do Partido dos Trabalhadores (PT) e do clero no meio sindical e dos trabalhadores”, com foco nos quatro estados da sua área de atuação. Sobre a Paraíba, informava o SNI:

“O PT/PB possui militantes em diversos sindicatos de trabalhadores e associações de classes, notadamente no SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DE FIAÇÃO E TECE-

67 Consta do documento BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_80007775\_d0001de0006, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional na internet, no sítio <http://sian.an.gov.br>

68 Idem

69 Consta do documento BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_89069750\_d0001de0001, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional na internet, no sítio <http://sian.an.gov.br>

70 Consta do documento BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_85006693\_d0001de0002, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional na internet, no sítio <http://sian.an.gov.br>

LAGEM DE JOÃO PESSOA/PB (cujo Presidente faz parte da Comissão Executiva do Diretório Regional do PT/PB) e na CUT/PB (o Presidente do Diretório Regional do PT/PB faz parte do Conselho Fiscal). Na Zona Rural, o Clero “progressista”, atuando sob a liderança do Arcebispo da PARAÍBA, Dom JOSÉ MARIA PIRES, tem participado na orientação e incitamento dos rurícolas envolvidos em questões fundiárias, contribuindo para o acirramento dos ânimos entre proprietários e trabalhadores rurais.

O presidente do Sindicato dos Têxteis citado no informe era Edivanda Silva, sendo o presidente do PT o já citado Francisco Derly Pereira. Ambos apareceram citados em outro informe da Agência Recife do SNI, datado de 09 de maio de 1985, intitulado “Comemorações alusivas ao ‘Dia do Trabalho’, em 01 MAI 85, nos estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte”<sup>71</sup>. Diz o informe:

Foi realizado, em 01 Março de 85, em BAYEUX/PB, um Ato Público na comemoração do “Dia Universal do Trabalho”, numa promoção da CUT, PASTORAL OPERÁRIA DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA, COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE e ASSOCIAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA (AMPEP), contando com a participação de mil pessoas, aproximadamente. Dentre os principais oradores, figuraram as seguintes pessoas: EDIVAN DA SILVA, Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE JOÃO PESSOA/PB e Presidente da CUT/PB; AGAMENON VIEIRA SANTOS, Presidente da AMPEP; e FRANCISCO DERLY PEREIRA, Presidente do PT/PB. As principais reivindicações foram: melhoria salarial; redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; reforma agrária; e Assembleia Nacional Constituinte.

É importante ressaltar que tanto o PT como os sindicatos e movimentos sociais citados nestes informes tinham existência legal e realizavam suas atividades de forma pública.

Em 29 de março de 1988, a Agência Recife do SNI produziu um relatório intitulado “Manifestações efetuadas durante a visita do Presidente da República a João Pessoa”<sup>72</sup>. O relatório informa que, em 11 de março de 1988, ocasião em que o Presidente da República, José Sarney, visitava a cidade de João Pessoa, o presidente da OAB/PB, Antônio Vital do Rego, foi preso pela Polícia Militar da Paraíba e conduzido à Superintendência do Departamento de Política Federal da Paraíba (DPF/PB),

...na ocasião em que liderava manifestações contra o Presidente da República, efetuadas por integrantes do “COMITÊSUPRA-PARTIDÁRIO PRÓ-DIRETAS 88”, na cidade de Bayeux. Após prestar depoimento no SR/DPF/PB, Antônio Vital do Rego foi liberado daquele órgão, porém mantido em prisão domiciliar naquele dia. Em face da detenção do presidente da OAB/PB, os manifestantes dirigiram-se à Sede do DPF/PB, em João Pessoa/PB, para realizarem um ATO PÚBLICO defronte daquela Superintendência. Tal evento não se consumou tendo em vista que o DPF/PB já havia liberado ANTÔNIO VITAL DO REGO.

O citado relatório seguia informando que

ainda no dia 11 Março de 88, o DPF/PB prendeu o Secretário de Organização do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL na PARAÍBA (PC do B/PB), JOSÉ RODRIGUES DA COSTA. O motivo da prisão foi a convocação feita pelo mesmo, no dia 10 Março de 88, para realização de ATO PÚBLICO de repúdio à presença do Presidente da República, em João Pessoa/PB (...). No dia 12 Março de 88, o mesmo foi posto em liberdade e indiciado como incurso no Artigo 22 da LEI DE

71 Consta do documento BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_85006803\_d0001de0003, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional na internet, no sítio <http://sian.an.gov.br>

72 Consta do Documento ARE\_ACE\_8100\_88, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

SEGURANÇA NACIONAL (LSN). A PM também deteve no dia 11 Março de 88 e conduziu ao DPF/PB, NORMANDO VIEIRA DA SILVA e DAVID COELHO MOURA DE LEMOS, os quais, após prestarem depoimento, foram liberados. (...) Além de JOSÉ RODRIGUES DA COSTA, também foram incursos no Artigo 22 da LSN: ANÍSIO SOARES MAIA, Secretário Geral do PT/PB; RUBENS PINTO LYRA, Professor da UFPB, Vice-Presidente do Regional Nordeste II da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR (ANDES) e militante do PC do B/PB; RENÔ TORRES MACAÚBAS, Presidente do SINDICATO DOS MÉDICOS/PB, Secretário-Geral do CGT/PB e militante do PC do B/PB; e FRANCISCO DERLY PEREIRA, membro da OAB/PB e do Diretório Regional do PT/PB.

O relatório trazia uma informação incorreta, já que o professor Rubens Pinto Lyra era então filiado ao PT, e não ao PCdoB. O artigo 22 da Lei de Segurança Nacional então em vigor (Lei Nº 7.170 /1983), no qual os manifestantes foram enquadrados, diz o seguinte:

Art. 22 - Fazer, em público, propaganda:

I - de processos violentos ou ilegais para alteração da ordem política ou social;

II - de discriminação racial, de luta pela violência entre as classes sociais, de perseguição religiosa;

III - de guerra;

IV - de qualquer dos crimes previstos nesta Lei.

Pena: detenção, de 1 a 4 anos.

Segundo matéria publicada no jornal O Norte, de 12 de março de 1988, anexa ao relatório, o responsável pela prisão do presidente da OAB/PB foi o então Comandante Geral da Polícia Militar da Paraíba, Coronel Marden Costa, um oficial do Exército, que comandou o 16º Regimento de Cavalaria Mecanizada, em Bayeux, no início dos anos 1980. Antes da prisão do presidente da OAB, relata O Norte, a PM apreendeu faixas onde estavam inscritos os dizeres “Fora Sarney”, além do carro de som programado para a realização do ato. Tal informação era complementada por matéria publicada no mesmo dia, no jornal Correio da Paraíba -também anexa ao relatório – que dizia que o esquema de segurança da comitiva presidencial foi coordenado pessoalmente pelo Coronel Marden Costa junto ao General Tibério Kimel de Macedo, Comandante da Guarnição Federal de João Pessoa. Soldados da PM e do Exército foram postos em prontidão em todo o percurso que seria feito pelo presidente, do aeroporto, em Bayeux, até a Fundação Casa de José Américo, no Cabo Branco, mas especialmente em frente ao então Institutos Paraibanos de Educação (IPÊ) e à UFPB, para evitar manifestações estudantis. Já em 17 de março de 1988, reportagem publicada em O Norte, igualmente anexa ao relatório, relatava que o então presidente da CUT/PB, José Raimundo de Andrade, prestou depoimento ao DPF/PB, em 16 de março de 1988, sobre o ato público realizado durante a visita de Sarney a João Pessoa, não chegando a ser indiciado porque conseguiu comprovar que estava fora da cidade no dia do ocorrido.

O espírito de vigilância e perseguição que era próprio do SNI, como se pode ver, seguiu presente mesmo após a saída dos militares do poder, ao menos até a promulgação da Constituição Federal de 1988, e tinha como alvo principal os movimentos sociais, personalidade e partidos políticos identificados com as causas populares. Inclusive, o setor progressista da Igreja Católica.

## 5.2.2 - A IGREJA CATÓLICA: RESISTÊNCIA À DITADURA, VIGILÂNCIA E PERSEGUIÇÃO POLÍTICA

A Igreja Católica foi uma das principais organizações de resistência à ditadura militar no Brasil. Em 1980, o Centro de Informações do Exército (CIE) escreveu:

A atuação do MCI [Movimento Comunista Internacional] no campo religioso talvez seja hoje a mais insidiosa forma de ameaça à segurança interna, em termos de subversão. (...) Principalmente a nível das lideranças nacionais, é imprescindível reconhecer na subversão clerical uma das principais armas modernas de agressão comunista e assim enfrentá-la.<sup>73</sup>

Não podia ser mais claro: o Exército considerava a Igreja como um dos seus principais inimigos. Entretanto, tal vocação oposicionista e mobilizadora só se tornou hegemônica na Igreja na década de 1970, após o endurecimento da ditadura com a edição do Ato Institucional Nº 5, o AI-5, em 13 de dezembro de 1968, e com a substituição do conservador Agnelo Rossi pelo progressista Aloísio Lorscheider na presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB. Até então, a Igreja estava dividida em dois grandes grupos: os conservadores, que apoiavam os militares, pelo papel que haviam cumprido na “derrota do comunismo”; e os progressistas, que assumiam o discurso crítico à ditadura e às suas políticas contrárias à economia popular, e em defesa da retomada das liberdades democráticas. Tal divisão, entretanto, não era nova, e remontava ao período anterior a 1964, quando a Igreja se dividiu entre os dois lados do conflito que se instalara no país a partir da renúncia de Jânio Quadros, em 1961.

Naquele período, enquanto os conservadores católicos promoviam intensa oposição ao presidente Goulart e à sua agenda reformista e, ciosos do seu anticomunismo, forneceram base social às “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” que apoiaram o golpe de 1964, os católicos progressistas se aproximavam das esquerdas e das pautas das “reformas de base” impulsionadas por Goulart. Desde o início dos anos 1960, o setor progressista da Igreja atuava nos movimentos sociais, particularmente junto aos jovens, através de organizações como a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC). Em 1962, foi criada a Ação Popular (AP), grupo de jovens católicos que atuava no movimento estudantil universitário, inspirados pelos ensinamentos de pensadores católicos de esquerda, como Jacques Maritain e Louis-Joseph Lebret. A AP atuava na União Nacional dos Estudantes (UNE) em aliança com outras organizações de esquerda, inclusive com o PCB (ROSAS, 1992).

Coincidiu com este período a realização do Concílio Vaticano II, que durou entre 1962 a 1965, cujo resultado foi uma grande renovação na Igreja Católica, que se abriu para o diálogo com outras religiões e até com o marxismo, e buscou uma maior aproximação com o povo, simplificando sua liturgia (com destaque para a permissão de celebração da missa nas diversas línguas vernáculas),

---

<sup>73</sup> Consta do documento BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_80007775\_d0001de0006, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional na internet, no sítio <http://sian.an.gov.br>

voltando-se para as questões sociais e reforçando o papel dos leigos na ação pastoral. Outro tema incorporado pela Igreja Católica no Vaticano II foram os direitos humanos.

Com a encíclica *Pacem in Terris*, escrita pelo Papa João XXIII em 1963, a Igreja assumia a defesa da liberdade de expressão e de crença religiosa, da igualdade entre homens e mulheres, da livre iniciativa econômica combinada com o direito ao trabalho, do direito de associação e de participação ativa na vida política (SERBIN, 2001). Em clara identificação com a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), a encíclica afirmava: “o ser humano tem direito à existência, à integridade física, aos recursos correspondentes a um digno padrão de vida”. Assim, era considerado dever dos poderes públicos a criação de “condições sociais que possibilitem e favoreçam o exercício dos direitos e o cumprimento dos deveres por parte de todos os cidadãos”<sup>74</sup>. Junto com o Vaticano II, esta encíclica ditava as bases para a participação ativa da Igreja brasileira na resistência à ditadura militar.

Na Paraíba, uma das principais lideranças dos setores progressistas da Igreja Católica no período anterior a 1964 foi o padre Juarez Benício Xavier. Vários dos militantes que prestaram depoimento a esta CMV, como Mônica Fernandes, João Frágoso e Marlene Almeida, destacaram o papel exercido pelo Padre Juarez na sua formação pastoral e política. Padre Juarez exercia esta influência na juventude progressista católica através da sua atuação na JEC, na JUC e como professor da FAFI, a Faculdade de Filosofia da UFPB, da qual ele foi demitido após o golpe de 1964.

Dorinha Porto e Iveline Lage (1995) destacaram o papel do Padre Juarez Benício, na condição de “assistente da JUC” e de representante da Arquidiocese, para a criação e funcionamento do CEPLAR (Campanha de Educação Popular), iniciativa inspirada pelo “método Paulo Freire”, criada durante o governo de Pedro Gondim. Vinculada ao Conselho Estadual de Desenvolvimento do governo estadual, dirigido pelo economista Ronald Queiroz - um católico de formação progressista identificado com o projeto de Celso Furtado na SUDENE -, a CEPLAR reunia católicos progressistas, como as próprias Porto e Lucena, e comunistas atuantes, como Antonio Augusto de Almeida - que relatou sua experiência de professor da CEPLAR no depoimento prestado à CMV - e o teatrólogo Paulo Pontes.

Em 08 de novembro de 1965, o Estado-Maior da Aeronáutica, através da sua Subchefia de Operações e Informações (2ª seção), publicou o Informe 425/EMAER<sup>75</sup>, cujo assunto era o Padre Juarez Benício Xavier. O informe tratava da influência do Padre Juarez junto à juventude estudantil católica, mas também expunha as diferenças entre os setores progressista e conservador da Igreja, que divergiam quanto à nova ordem política instalada em 1964:

[Padre Juarez] exerce real influência no meio estudantil, onde é capelão (...). Influi particularmente nas Faculdades de Engenharia e de Direito da Universidade da Paraíba, cujos Diretórios Acadêmicos recém-eleitos são tidos como esquerdistas e têm no Padre JUAREZ um ídolo e guia. Segundo informou o Mons. RAFAEL DE BARROS MONTEIRO ao Reitor da Universidade de Paraíba, foi afastado da Capelania do Colégio N. S. das Neves, a pedido das freiras dali, por pregar ideologias exóticas às alunas. Em consequência, escreveu duas cartas violentas e desrespeitosas ao

74 Encíclica *Pacem in Terris* (1963). Disponível na internet no site [http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/edh\\_enciclica\\_pacem\\_in\\_terriss.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/edh_enciclica_pacem_in_terriss.pdf)

75 Consta do Documento BR\_AN\_BSB\_VAZ\_137A\_0029, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

então Bispo D. MARIO DE MIRANDA VILAS-BOAS, vindo a participar de notória pressão de padres jovens contra o Bispo, de que resultou a renúncia deste.

Dom Mário Vilas-Boas antecedeu Dom José Maria Pires na Arquidiocese da Paraíba, cargo para o qual foi nomeado em 1959, exercendo-o até sua renúncia, em 1965. Em outro trecho do informe, as diferenças entre progressistas e conservadores da hierarquia católica na Paraíba eram tratadas mais abertamente, evidenciando as relações dos conservadores com o aparato repressivo na Paraíba: “Mons PEDRO ANISIO BEZERRA DANTAS, em 1º/12/64, disse ao Secretário de Segurança Pública da Paraíba que não era por falta de conselhos e determinações que o Padre JUAREZ fazia pronunciamentos indevidos”. Em 1964, o Secretário de Segurança Pública da Paraíba era o Coronel Renato Márcio de Brito, claramente comprometido com a ditadura militar e a repressão política então instalada. Por fim, o informe tratava da demissão do Padre Juarez, por motivos políticos, da docência na UFPB, identificada no documento pelo seu nome original de “Universidade da Paraíba”:

A não renovação de seu contrato na UPB, classificada de ‘demissão’, levantou uma onda de protestos e pronunciamentos na imprensa local, com manifesto da JUC, JEC, JOC, das Ações Católicas Independentes e Operária, de casais da sociedade e notas de columnistas. O vigário capitular da diocese vacante endereçou carta ao Reitor, com cópias para a imprensa, solidarizando-se com o Padre JUAREZ e criticando a demissão.

Já em 1982, a Agência Recife do SNI publicou o Informe Nº 244/19/ARE/82, de 07 de dezembro de 1982<sup>76</sup>, cujo assunto era o Padre Juarez Benício Xavier, de quem trazia o prontuário em anexo (Prontuário nº 00434). Em 23 de março de 1966, foi introduzida pelo SNI a seguinte descrição do Padre Juarez, no seu prontuário:

Líder da ‘Esquerda Católica’, sua influência junto à juventude universitária tem sido pernicioso, sempre dirigida contra o princípio da autoridade e pela mudança que vem introduzindo do verdadeiro sentido da Fé em Cristo pela Fé em MARX-ENGEL [sic]. Foi afastado do púlpito da Igreja da Misericórdia face à sistemática pregação subversiva contra o Presidente Castelo Branco, contra os militares, a quem chamava publicamente de Gorilas, dizendo-se defensor dos Camponeses e taxando o **regime urgente de ditadura** [o grifo é nosso].

Em 18 de abril de 1968, foi a vez do 1º Grupamento de Engenharia – certamente, através da sua 2ª Seção – introduzir um comentário no prontuário do Padre Juarez:

Durante a missa de 7º dia (4 abr 68) celebrada pela alma do estudante EDSON LUIZ DE LIMA-SOUTO, [Padre Juarez] fez demorado sermão agitando os ânimos e leu uma carta dos Padres Beneditinos referente aos fatos. Em 31 Mar 68, celebrou a uma missa não era pela Revolução, mas pela miséria que a revolução havia deixado.

A atuação da Igreja Católica da Paraíba junto aos movimentos populares e em oposição à ditadura militar ganhou um novo impulso com a nomeação de Dom José Maria Pires como arcebispo da Paraíba. Durante o período em que esteve à frente da Arquidiocese da Paraíba, Dom José Maria

---

<sup>76</sup> Consta do Documento ARE\_ ACE\_3893\_82, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

Pires denunciou a violência política – particularmente durante o período da ditadura militar – e as injustiças sociais, fortalecendo as chamadas “pastorais sociais” – que atuavam tanto nas periferias das cidades como no campo, em defesa da reforma agrária –, defendeu a democracia e criou o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, o primeiro do estado, onde atuaram ex-presos políticos, como Eleonora Menicucci de Oliveira e Vanderley Caixe, advogado deste Centro.

Em depoimento a esta CMV, Eleonora Menicucci lembrou que, após sair da prisão em São Paulo em 1974, onde cumpriu pena política por causa da sua atuação nos grupos de resistência à ditadura militar, procurou seu amigo Frei Betto<sup>77</sup> – mineiro como ela, e seu vizinho de juventude em Belo Horizonte -, pedindo que lhe sugerisse uma cidade onde pudesse residir e reconstruir sua vida. As sugestões do Frei Betto foram Vitória do Espírito Santo e João Pessoa, onde a Igreja tinha um perfil progressista. Eleonora escolheu morar em João Pessoa, onde chegou em 1978, sendo “acolhida” por Dom José Maria Pires, sobre quem afirmou:

Dom José é uma referência nacional pela correção, pela decência, pela ética e coragem, porque Dom José tinha um lado, (...) e ele me acolheu da forma mais solidária e mais companheira que eu poderia ter sido acolhida, e abriu a Diocese. Abrir a Diocese significa abrir para além do Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Ele abriu as portas para mim, para Alagamar e Alagoa Grande. Ele abriu as portas do trabalho na área rural para mim, ele que me introduziu. Então, em Centre-mar<sup>78</sup> eu fiquei um tempo lá por determinação dele, sem pagar. (...)A minha vida aqui em João Pessoa não teria sido tão intensa se eu não tivesse tido o apoio que eu tive de Dom José Maria Pires. (Monique Cittadino): É, em toda atuação dele junto a esses movimentos contra o latifúndio... (Eleonora Menicucci): Foi fundamental, é isso que é a marca dele. A marca dele e Dom Marcelo [Pinto Carvalheira] era essa, não tenho a menor dúvida, a menor dúvida. A Paraíba deve muito ao Dom José, porque ele enfrentou a direita latifundiária desse estado como ninguém. Ele aceitar dois ex-presos políticos, considerados terroristas, assessorando ele, é ter muita coragem, né? É ter muita convicção, muita, muita convicção mesmo.

A solidariedade de Dom José Maria Pires com os presos políticos já era antiga àquela época. Em 1969, ele fez uma visita ao próprio Frei Betto quando ele se encontrava preso no Presídio Tiradentes, em São Paulo, o que provocou a publicação de um Informe indignado pela Agência Recife do SNI<sup>79</sup>. Em entrevista que concedeu ao jornalista Francisco Maria, para a TV Borborema de Campina Grande, em fevereiro de 1979<sup>80</sup>, ao ser perguntado se havia visitado na prisão o estudante pernambucano Edval Nunes Cajá - um integrante da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife (PE), liderada por Dom Helder Câmara -, Dom José Maria Pires respondeu:

---

77 Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Betto, é um frade dominicano e escritor brasileiro. Atuou na resistência à ditadura militar, colaborando com a Ação Libertadora Nacional (ALN), grupo dissidente do PCB que optara pela luta armada, liderado por Carlos Marighela. Por conta da sua ação opositora à ditadura militar, Frei Betto esteve preso em presídios paulistas por quatro anos, entre 1969 e 1973.

78 CENTREMAR - Centro de Treinamento Miramar. Mantido pela Igreja Católica no bairro do Castelo Branco, em João Pessoa.

79 Consta do documento BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_70018877\_d0001de0002, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional na internet, no sítio <http://sian.an.gov.br>

80 Consta do documento BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_79000221\_d0001de0001, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional na internet, no sítio <http://sian.an.gov.br>. Concedida a um programa de televisão, a citada entrevista de Dom José Maria Pires ao jornalista Francisco Maria encontra-se transcrita na íntegra neste documento citado. Ao que tudo indica, a responsável pela transcrição foi a 2ª Seção (Inteligência e Informação) do Grupamento de Engenharia e Construção, cujo carimbo aparece em todas as folhas da transcrição da entrevista.

Sim. Eu o visitei mais de uma vez. Eu acredito que da primeira vez não foi uma prisão, ele foi sequestrado na rua. A prisão mesmo de Cajá foi esta segunda, depois que ele foi posto em liberdade e revogado o relaxamento da prisão preventiva. Eu creio que Cajá é um desses muitos jovens idealistas e que está sofrendo por uma causa.

Na mesma entrevista, o jornalista perguntou a Dom José se ele daria asilo na sua casa a uma pessoa reconhecidamente comunista, ao que Dom José respondeu:

Eu daria, já tenho dado. Daria e darei asilo a qualquer pessoa que esteja necessitando deste asilo, se eu tiver condições para dar. Não vou perguntar se ela é católica ou não é católica, se é casada ou não é casada, se é comunista, terrorista; quem que esteja necessitando de asilo, isto é, que esteja sendo perseguido e precisa de um lugar para se esconder, para não ser preso ou não ser morto. É o que sempre houve nas Igrejas. As Igrejas foram asilos para aqueles que a procuravam, independente da sua situação. Aquilo que hoje acontece nas Embaixadas aconteceu sempre nas Igrejas e é bom que mantenhamos esta bela tradição.

Para Dom José, portanto, jovens como Frei Betto, Edval Cajá, Vanderley Caixe e Eleonora Menicucci eram sobretudo vítimas, por serem perseguidos por um injusto regime ditatorial que os expunha a risco de vida. Por isso, Dom José assumiu a opção de amparar e apoiar estes jovens, da mesma forma que apoiava as demandas por anistia e pela redemocratização do país, bem como as lutas contra a concentração latifundiária e a violência no campo, tão comuns na Paraíba até os dias de hoje.

Em João Pessoa, Eleonora Menicucci atuou junto a Dom José Maria Pires e Vanderley Caixe no Centro de Defesa dos Direitos Humanos mantido pela Arquidiocese da Paraíba. Entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, já trabalhando como professora de Sociologia na UFPB, Eleonora Menicucci participou da fundação do grupo “Maria Mulher” – percussor do feminismo na Paraíba - e da seção de João Pessoa do Comitê Brasileiro pela Anistia, integrando sua primeira direção.

A atuação de Dom José Maria Pires não passou despercebida dos órgãos de informação e de repressão política da ditadura militar. Em 18 de abril de 1972, no Rio de Janeiro, o Centro de Informações do Exército (CIE) publicou a Informação Nº 973/S-102-S3-CIE<sup>81</sup>, relatando que “no dia 26 de mar 72, o arcebispo de João Pessoa, Dom José Maria Pires, dedicou a missa das 19:30 horas ao Pe. belga Joseph Comblin, que fora impedido de reingressar no território nacional”. Segundo o informe, Dom José, na sua homilia, teria feito um “paralelismo” entre a situação de Comblin com a de Jesus, afirmando: “Padre Joseph Comblin foi impedido de desembarcar no Recife e no Rio de Janeiro, tendo que voltar a Portugal e, em seguida, ao seu país de origem, entre dois policiais – como Jesus, entre os dois ladrões”. Ainda segundo o informe, Dom José teria afirmado “que ‘quem procura defender a liberdade e os direitos de seus irmãos é acusado de subversivo e de outras coisas’ e concitou os fiéis a ‘não terem medo de lutar pela liberdade, como fizeram Jesus, Tiradentes e o Pe. Comblin’”.

O padre e teólogo belga Joseph Comblin foi um dos expoentes da Teologia da Libertação e residia no Brasil desde o final dos anos 1950. Em 1972, foi preso quando regressava ao Brasil após uma viagem ao exterior, sendo expulso do país – ocasião que motivou a citada homilia de Dom José

---

<sup>81</sup> Consta do Documento AC\_ACE\_45704\_72, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

Maria Pires. Comblin refugiou-se no Chile, país onde havia residido na década de 1960, e de onde também findou expulso em 1980, pela ditadura de Augusto Pinochet. Nos anos 1980, regressou ao Brasil, tendo atuado junto às pastorais católicas na Paraíba e em Pernambuco, junto a Dom José Maria Pires e Dom Helder Câmara. Entretanto, em 02 de fevereiro de 1983, o SNI publicou o Encaminhamento 00464/42/AC/83, que listava os “missionários estrangeiros que, no biênio 1981/1982, tiveram seus nomes indicados para exercerem atividades religiosas no BRASIL”<sup>82</sup>. Neste documento, o nome de Joseph Comblin aparece como tendo visto de permanência no Brasil - proposto por Dom José Maria Pires - “desaconselhado” pelo SNI<sup>83</sup>. Após a retomada da democracia no Chile, em 1990, Comblin também voltou várias vezes àquele país, exercendo sua atividade de teólogo.

Em 31 de janeiro de 1977, a DSI do Ministério das Comunicações publicou a Informação 089-C/77/DSI/MC<sup>84</sup>, cujo assunto era a “Análise de Propaganda Clandestina”. Entre a “propaganda clandestina” que o documento listava, constavam documentos produzidos pela Arquidiocese da Paraíba, todos de difusão pública e portadores de uma orientação pastoral identificada com a posição que a Igreja Católica assumira desde o Concílio do Vaticano II, de defesa dos direitos humanos. Segundo a Informação do DSI/MC, Dom José Maria Pires estava, junto com Vanderley Caixe - o advogado e ex-presos político que lhe assessorava no Centro de Defesa dos Direitos Humanos - “pregando amplas ideias de teor comunista”, que seriam exemplificadas pelos documentos anexos ao informe.

Entre estes documentos, estava o Cartão de Natal expedido por Dom José Maria Pires em 1976 que, segundo escreveu o agente responsável pela citada Informação, “causou repulsa às autoridades que o receberam, inclusive à população”. Dizia o cartão firmado por Dom José:

(...) Dona F., mora em Mandacarú. Teve 27 filhos. Somente 4 se criaram. Não é um fato isolado. Nem raro. É comum entre nós. Inúmeras são as famílias que têm mais “anjinhos” no céu do que filhos na terra.

... E Jesus disse:

‘O ladrão só vem para roubar, matar e destruir.

Eu vim PARA QUE TENHAM VIDA! (João, 10, 10)

Que nos votos de Natal e Ano Novo que desejamos uns aos outros esteja presente nosso compromisso de luta para que todos, e não só alguns, tenham direito à vida, vencendo o ladrão-morte em suas diversas formas. (DOCUMENTO 17)

A Informação citava ainda um evento em comemoração ao 28º aniversário da “Carta dos Direitos Humanos” [sic] promovido pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba. Foram listados como tendo comparecido à comemoração, entre outros, o deputado estadual Paulo Gadelha (MDB), o engenheiro Antonio Augusto de Almeida, Dom José Maria Pires, Dom Marcelo Pinto Carvalheira, padres Fernando Abath, Hildon Bandeira e Everaldo Peixoto, frades fran-

82 Consta do documento BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_83031041\_d0001de0002, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional na internet, no sítio <http://sian.an.gov.br>

83 No mesmo documento, dois outros nomes propostos por Dom José Maria Pires para atuarem em João Pessoa aparecem na lista dos vistos de entrada no Brasil “desaconselhados” pelo SNI: as estadunidenses Nancy Ellen Newton e Jeannete Good, missionárias leigas do Serviço de Colaboração Apostólica Internacional – SCAI.

84 FC consta do Documento AC\_ÁCE\_101837\_77, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

ciscanos Urbano, Afonso, Hermano e Anastácio, dentre outras personalidades. Segundo o informe, “os temas abordados” durante a comemoração “foram todos de contestação ao Governo e dentro da linha comunista, sendo constantes as expressões ‘desaparecimentos’, ‘torturas’ etc. (...) A reunião foi entremeada com músicas de Chico Buarque de Hollanda”. Por fim, trazia cópia do folheto intitulado “A libertação está próxima”, utilizado durante a celebração do rito de ordenação sacerdotal do padre Luiz Albuquerque Couto, em 19 de dezembro de 1976, em João Pessoa. Entre os trechos do folheto que foram grifados – provavelmente, pelo(a) responsável pela Informação -, estavam as passagens da “Liturgia da Palavra”:

Pela fé Padre João Bosco perdeu a vida quando defendeu os fracos. Pela fé Dom Adriano foi despedido e apanhou. Pela fé um grupo de agricultores de Mogeiro foi suspeito e interrogado por coisas que não fizeram. Pela fé vários camponeses se sentem felizes por sofrerem alguma coisa por causa da justiça.

Estavam grifados ainda trechos da “Ladainha” onde, após o clamor “ouvi-nos, Senhor”, se dizia:

Para que nos livres de ficar calado quando é preciso falar.

Para que nos livres de ficar parados, quando é preciso agir.

Para que nos livres de querer subir às custas dos outros.

As referências nominais na “Liturgia da Palavra” são claras. O primeiro citado é o padre jesuíta João Bosco Penido Burnier, assassinado aos 59 anos de idade, em 11 de outubro de 1976, após ser “alvejado com dois tiros na cabeça por agente do Estado, vindo a óbito em 12 de outubro de 1976, na cidade de Ribeirão Bonito, atual município de Ribeirão Cascalheira (MT)”. O assassinato ocorreu na delegacia de polícia da cidade, numa ocasião em que o Padre João Bosco, acompanhado do bispo Dom Pedro Casaldáliga, intercedia em favor de “três pessoas que, após terem sido presas sem mandado judicial ou flagrante delito, estavam sendo torturadas” (BRASIL, 2014b, p. 1871). A segunda citação é a Dom Adriano Hypólito, bispo de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, onde atuava nas pastorais sociais. Em 22 de setembro de 1976, Dom Adriano Hypólito foi sequestrado e deixado nu e pintado de vermelho em uma estrada em Jacarepaguá, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

É certo que, naquele período histórico – a década de 1970 -, a Igreja Católica compartilhava com os comunistas do PCB a estratégia de fazer oposição pacífica à ditadura militar, denunciando as violações de direitos humanos cometidas por agentes do Estado ditatorial. Entretanto, é demasiado exagerado identificar os documentos da Arquidiocese da Paraíba destacados na supracitada Informação do DSI do Ministério das Comunicações como exemplares da ideologia comunista. Em verdade, o que aparece nestes documentos é um chamamento à ação em favor da liberdade e contra as injustiças sociais, temáticas priorizadas pela nova orientação da Igreja desde o Concílio do Vaticano II. Tal chamamento seria absolutamente normal em um ambiente democrático e de respeito aos direitos fundamentais, mas nunca numa ditadura, que prefere calar quando é preciso falar, e parar quando é preciso

agir – para usar os termos da Ladainha do rito de ordenação sacerdotal realizado de 19 de dezembro de 1976, em João Pessoa.

A atuação da Igreja Católica, através das suas pastorais sociais, junto aos conflitos de terra na Paraíba, apoiando posseiros e trabalhadores rurais, contava com a aprovação e suporte de Dom José Maria Pires, foi contestada e acompanhada pelos órgãos de segurança e informação da ditadura. Clérigos católicos, advogados e leigos envolvidos na atuação pastoral da Igreja junto ao campo na Paraíba foram intensamente vigiados pela ditadura.

Um exemplo dessa vigilância está no Encaminhamento N° 004/19/ARE/84, de 03 de janeiro de 1984, e no Encaminhamento N° 006/19/ARE/84, de 09 de janeiro de 1984<sup>85</sup>, produzidos pela Agência Recife do SNI, que tratavam da “identificação de religiosos e leigos atuantes no processo subversivo” (DOCUMENTO 18). Anexos aos documentos, seguia uma lista de nomes, fotografias e áreas de atuação de diversos religiosos e leigos católicos. Dentre os listados, estavam o Frei Hermann Joseph Curten (“Frei Hermano”), a freira Helena Wilhelmina Silvestre Burgers (“Irmã Marlene”) – apresentada pelo SNI como uma “agente Pastoral na Arquidiocese de João Pessoa/PB da Ordem Irmãs Missionárias de Santo Antônio”, com atuação nas áreas de conflito agrário na Zona da Mata da Paraíba, inclusive a Reserva Indígena Potiguara, “sob a orientação da ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA” -, os advogados Vanderley Caixe e Júlio Cesar Ramalho Ramos, além do próprio Dom José Maria Pires, sobre quem o SNI se referia nos seguintes termos:

Atividades atuais: Arcebispo da Paraíba. Pertence ao “Clero Progressista”. Em seus pronunciamentos, sempre faz críticas às autoridades. É ligado a elementos da oposição. Nas questões fundiárias, procurou incitar os trabalhadores rurais contra os patrões e o Governo.

Já o Informe 272/300/ARE/79, produzido pela Agência Recife do SNI em 20 de junho de 1979<sup>86</sup>, tinha como assunto os religiosos Frei Anastácio Ribeiro e Frei Hermann Joseph Curten, franciscanos da Igreja do Rosário, no bairro do Jaguaribe, em João Pessoa, com atuação junto aos camponeses no Litoral Sul da Paraíba. O informe em questão listava os “registros existentes nos OI [Órgãos de Informação] da Paraíba” – até aquela data - sobre estes dois religiosos. Frei Anastácio recebeu a seguinte qualificação: “é tido como ativista da esquerda clerical e seguidor fiel da orientação de D. José Maria Pires”. Já sobre o Frei Hermano José, estava escrito:

As suas pregações contêm mensagem de incitação à luta de classes, pois insufla os trabalhadores rurais contra os proprietários rurais (...), pois indica estes últimos como exploradores do homem do campo, afirmando que os camponeses devem assumir uma atitude contra a situação. Participou dos seguintes eventos, de caráter contestatório, realizados em JOÃO PESSOA/PB: a) III ENCONTRO NACIONAL DE NÃO VIOLÊNCIA, no período de 18 a 22 Mai 77; b) Procissão e Missa em solidariedade à Igreja do Nordeste e aos estudantes atingidos em um dos seus membros [sic], EDIVAL NUNES DA SILVA, o “CAJÁ”; c) III ENCONTRO NACIONAL DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE, no período de 19 a 23 JUL 78.

---

85 Constam do Documento ARE\_ ACE\_ 6003\_ 84, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

86 Consta do Documento ARE\_ ACE\_ 785\_ 80, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

O informe do SNI conclui com uma assinatura: “Bel. Sylvio Antônio Câmara Lins Filho”. Segundo o escritor André Soares, ex-agente da ABIN e tenente-coronel do Exército, uma pessoa de nome Sylvio Antônio Câmara Lins Filho ocupava o cargo de “Coordenador-Geral da CGAN” (SOARES, 2015, p. 190) da ABIN em 2003.

Frei Anastácio e Frei Hermano também eram citados em outro documento produzido pelo SNI, o Informe 69/17/AC/84<sup>87</sup>, de 12 de junho de 1984, que tratava do “problema fundiário” ocorrido na Fazenda Camucim, no município de Pitimbu. Segundo o informe, o conflito se instalou ainda em 1979, com a compra da fazenda pela empresa Agroindustrial Tabu LTDA., com vistas à plantação de cana-de-açúcar e produção de álcool em terras onde habitavam posseiros. Entretanto, ainda de acordo com o relatado no informe, uma decisão judicial assegurou a posse a 29 agricultores residentes da área. Para o SNI, contribuíram

...para o agravamento do problema, além da cobertura facciosa do jornal ‘O Norte’, a atuação dos religiosos HERMANN JOSEPH CURTEN (“Frei Hermano”), alemão, e ANTÔNIO ANASTÁCIO RIBEIRO (“Frei Anastácio”), brasileiro, integrantes da Arquidiocese da Paraíba, e do advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Paraíba (FETAG/PB) e militante do PCB, JÚLIO CÉZAR RAMALHO RAMOS, os quais vêm insuflando os posseiros contra a empresa, orientando-os para que exijam a desapropriação do imóvel.

Este informe era concluído com a qualificação dos Freis Hermano e Anastácio e de Júlio César Ramalho, através da apresentação dos seus principais registros biográficos.

Júlio César Ramalho é pernambucano, e se envolveu na militância de esquerda ainda nos anos 1960, no Recife – primeiro, na juventude católica e, em seguida, no PCB. Perseguido no seu estado natal, após se formar em Direito pela UFPE, Júlio César foi para Aracajú, de onde saiu para vir residir em João Pessoa, em 1974, onde passou a ministrar aulas de Filosofia do Direito no então Instituto Paraibano de Educação (IPÊ) - atualmente, Unipê. Em João Pessoa, Júlio César trabalhou durante um período na Prefeitura Municipal, junto a Antonio Augusto de Almeida, durante a gestão do prefeito Dorgival Terceiro Neto e, no início dos anos 1980, na FIPLAN (Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba), vinculada à Secretaria de Planejamento do Governo do Estado, durante o governo de Tarcísio Burity, sendo secretário de planejamento Geraldo Medeiros. Neste ínterim, Júlio César passou a advogar para a FETAG (Federação dos Trabalhadores da Agricultura), aproximando-se de Dom José Maria Pires e dos religiosos e leigos católicos que atuavam junto aos movimentos camponeses no estado. Na segunda metade dos anos 1970, Júlio César também atuava na reorganização do PCB na Paraíba, partido no qual se engajara em 1965, no Recife, e do qual só se desfilou em 1991, tendo participado do seu Comitê Central na década de 1980 e cumprido papel importante no processo de legalização e obtenção do seu registro junto ao TSE, em 1985.

A atuação de Júlio César na Paraíba, como advogado de camponeses e como militante de esquerda, entretanto, não passou despercebida dos órgãos de informação. Em 23 de outubro de 1981,

---

<sup>87</sup> Consta do Documento AC\_ ACE\_44134\_84, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

a Agência Recife do SNI publicou o Informe 138/119/ARE/81<sup>88</sup>, cujo assunto eram as “atividades do advogado Júlio César Ramalho Ramos na Paraíba”. Dizia o informe:

...[Júlio César] é, atualmente, funcionário público estadual, lotado na Secretaria de Planejamento/PB (FIPLAN) e também professor da FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE AUTÔNOMA DE JOÃO PESSOA [refere-se à primeira denominação do atual Unipê]. (...) Militante do Partido Comunista Brasileiro e da Pastoral da Terra, vem trabalhando para reestruturar aquela organização clandestina no estado da Paraíba, especialmente em João Pessoa, Campina Grande e na região do Brejo paraibano.

No prontuário de Júlio César, anexo a este informe, foi escrito, em 04 de dezembro de 1980:

Professor do Curso de Direito da Universidade Autônoma, teria solicitado em classe um trabalho sobre Direitos Humanos, incentivando os alunos a se louvarem de autores, dentre os quais Marx, Fidel Castro, Mao Tsé-tung e outros ligados à ideologia marxista-leninista. Travou diálogo áspero com um militar presente.

Sendo pouco verossímil a informação que Júlio César tenha feito propaganda marxista-leninista em sala de aula, em plena ditadura militar, surpreende que tenha causado inquietação o fato de um professor de Direito solicitar aos alunos um trabalho sobre direitos humanos. Mais ainda, tal trecho do prontuário de Júlio César mostra o grau de vigilância aos quais os professores estavam submetidos durante a ditadura militar, num sinal de evidente violação à liberdade de cátedra.

O Informe 118/19/ARE/82<sup>89</sup>, também produzido pela Agência Recife do SNI, datado de 15 de outubro de 1982 (DOCUMENTO 19), tratava com mais detalhes a atividade de Júlio César como advogado de camponeses e professor de Direito no estado da Paraíba, bem como esclarecia a perseguição que sofria por parte do SNI. Diz o informe:

Por ocasião do acampamento realizado pelos posseiros da Fazenda Camucim, defronte ao Palácio do Governo, em João Pessoa-PB, no período de 14 dez 81 a 01 jan 82, o então governador da Paraíba, Tarcísio de Miranda Burity, declarou que demitiria “os elementos do governo do estado que tivessem participação caracterizada no citado movimento”. (...) Teve destacada participação no incitamento aos posseiros da Fazenda Camucim o advogado Júlio Cesar Ramalho Ramos, funcionário da Secretaria de Planejamento do Estado da Paraíba (FIPLAN), professor da Faculdade de Direito da Universidade Autônoma de João Pessoa, membro da Pastoral da Terra, advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura / PB (FETAG/PB) e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). (...) Apesar de caracterizada a participação de Júlio César Ramalho Ramos no processo de incitamento aos posseiros de Camucim, o governador Tarcísio de Miranda Burity, enquanto esteve à frente do governo/PB, não cumpriu a promessa de demiti-lo da FIPLAN. (...) No mês de JUN 82, o novo governador do estado da Paraíba, Clóvis Bezerra, resolveu exonerar Júlio César Ramalho Ramos dos quadros da FIPLAN.

Em anexo ao informe, constavam vários telex enviados pelo SNI que relatavam a pressão que o órgão exerceu sobre o governador do estado, Tarcísio Burity, para que demitisse Júlio César Ramalho, em razão das suas atividades advocatícias em defesa dos camponeses. Por exemplo, um telex do SNI, datado de 18 de março de 1982 e dirigido à Agência Recife do SNI, dizia: “determina essa chefia cobre

<sup>88</sup> Consta do Documento ARE\_ ACE\_3011\_81, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

<sup>89</sup> Consta do Documento ARE\_ ACE\_3661\_82, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

promessa governador Paraíba relativa demissão Júlio César Ramalho Ramos”. Poucos dias depois, em 29 de março de 1982, novo telex informava: “mantido contato pessoal com governador/PB Tarcísio de Miranda Burity, hoje (29 MAR82), 14:30 h, quando mesmo assumiu compromisso demitir advogado Júlio César Ramalho Ramos”. Entretanto, outro telex, emitido em 05 de maio de 1982, trazia a queixa: “governador Paraíba ainda não cumpriu promessa feita no sentido demitir advogado Júlio Cesar Ramalho Ramos, da função que exerce em órgão estadual, apesar ter sido cientificado, no dia 29 mar, por esta chefia, que determinou que fosse cobrado do mesmo o cumprimento da referida promessa”. Já em 11 de junho de 1982, outro telex do SNI cientificava que “gov est PB demitiu servidor Julio Cesar Ramalho Ramos face suas ativs subvs jah conhe [sic] esse OI [Órgão de Informação]”. Ocorre que, desde maio de 1982, o governador era Clóvis Bezerra Cavalcanti, o vice-governador que substituiu a Tarcísio Burity quando este renunciou à governadoria para concorrer a deputado federal nas eleições parlamentares daquele ano, pelo PDS. Foi Clóvis Bezerra, portanto, o responsável pela demissão de Júlio César, protelada e nunca assinada por Tarcísio Burity, apesar de ele ter assumido compromisso nesse sentido junto ao SNI.

A informação sobre a demissão de Júlio César do governo do estado foi complementada em outro telex do SNI, também de 11 de junho, que relatava que o “ato exoneração Júlio Cesar Ramalho Ramos somente será publicado diário oficial próxima semana face atual sec planejamento Geraldo Medeiros haver se recusado assinar citado ato sob pretexto que ‘não faria tamanha injustiça’, colocando inclusive seu cargo disposição, o que foi aceito governador”. Outro telex do SNI, datado de 14 de junho de 1982, dizia que Júlio César

...afirmou, em 13 jun 82, que a sua demissão teve caráter político et que ela foi motivada pela sua intransigência como advogado dos interesses dos camponeses, afirmou, também, que continuará a luta em defesa dos trabalhadores rurais, sem recuar um milímetro.

O economista Geraldo Medeiros, o secretário de planejamento que se recusou a assinar a demissão de Júlio César, sendo por isso também demitido por Clóvis Bezerra, era ele próprio um ex-perseguido pela ditadura militar. Quando do golpe civil-militar de 1964, então militando no PCB, Geraldo Medeiros foi demitido dos cargos de técnico do Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED) e de professor da rede pública do estado da Paraíba, e respondeu ao “IPM da Subversão” instalado no estado sob responsabilidade do major Ney Aquino, do Grupamento de Engenharia. Teve que se mudar para o Recife, onde residiu e trabalhou como economista, até ser convidado para ser o titular da Secretaria de Planejamento por Tarcísio Burity, quando este assumiu o governo do estado da Paraíba pela primeira vez -cargo para o qual foi escolhido indiretamente, por um colégio eleitoral, em 1978. Em depoimento a esta CMV, Geraldo Medeiros narrou o episódio da demissão de Júlio César Ramalho:

Na secretaria de planejamento tinha um órgão chamado FIPLAN, Fundação de Planejamento do estado. E tinha lá um advogado chamado Júlio César Ramalho, que era advogado das Ligas

Camponesas [sic]. Aí eu recebo uma carta, um ofício do secretário da Casa Civil, (...) dizendo que, de ordem do governador, eu deveria demitir o advogado Júlio César Ramalho, porque ele estava usando o cargo dele de advogado para advogar em favor das Ligas Camponesas [sic] e que estava criando instabilidade social... (...) Aí eu respondi que não me constava que ele [Júlio César] exercia essa atividade durante seu expediente, usando seu cargo e que portanto eu me recusava a demiti-lo. Aí fui falar com ele [o governador Clóvis Bezerra], ele disse: “Bom, então, o senhor, eu vou ter que demiti-lo”. Eu digo: “Não, pode deixar que eu peço demissão”. Aí pedi demissão.

Em seu depoimento a esta CMV, Júlio César lembrou que, em 30 de dezembro de 1982, “para comemorar o ano novo, o IPÊ me bota para fora”. Só em 1991 Júlio César tomou ciência definitiva do que ocorrera, ao receber, das mãos da secretária do reitor do IPÊ em 1982 - o Padre José Trigueiro - um documento produzido pela “Assessoria de Segurança e Informação do Governo do Estado da Paraíba” (DOCUMENTO 20). Como julgou o próprio Júlio César, o referido documento – datado de 16 de junho de 1982 e contando com um carimbo de “confidencial” – era um verdadeiro “samba do crioulo doido”, por estar cheio de imprecisões, como lhe atribuir militância maoísta, no PCdoB e no MR-8, o que nunca aconteceu. Mas o documento em questão findava por recomendar

...à Presidência do IPÊ a rescisão contratual do nominado já qualificado, JÚLIO CÉZAR RAMALHO RAMOS, pela ressonância altamente nociva que paira sobre esse conceituado órgão educacional superior, acerca da presença do elemento referido em seus quadros funcionais, desgastante para a mencionada entidade, perante o meio social e o poder constituído.

Apesar de figurar como “recomendação”, o teor intimidador do documento era evidente, ao afirmar que a contratação de Júlio César se configurava como fator de desgaste do IPÊ “perante o meio social e o poder constituído”. Segundo afirmou Júlio César no seu depoimento a esta CMV, sua demissão não apenas provocou protestos – sem sucesso - do DCE do IPÊ, como também a indignação da secretária do reitor, que descumpriu ordem para destruir o documento oriundo da ASI do Governo do Estado, guardando-o consigo e entregando-o quase dez anos depois, solidária, ao próprio Júlio César.

Além de reitor do IPÊ, o Padre José Trigueiro também era o pároco da Igreja de Lourdes e, como tal, convidou a atriz Zezita Matos, no final da década de 1970, para ser diretora do Instituto Dom Aduino, escola mantida pela secretaria de educação estadual em parceria com a Arquidiocese da Paraíba. Em depoimento a esta CMV, Zezita comenta que alertou o Padre Trigueiro sobre suas posições ideológicas e os impeditivos que elas poderiam implicar sobre seu trabalho:

...eu fui fazer Letras [na UFPB] (...) e fui fazer o estágio supervisionado no Dom Aduino. E aí o Padre Trigueiro me convida para ser diretora, aí eu lhe digo: “Padre Trigueiro, olhe, o senhor sabe que eu sou comunista, mulher de comunista...” [Zezita era então casada com o teatrólogo Breno Matos, que havia sido do PCB nos anos 1960] Ele disse: “não, eu quero saber do seu trabalho”. E fiquei vinte e cinco anos no Dom Aduino... fui chamada atenção na Secretaria [de Educação da Paraíba] na época das greves, porque houve muita greve na época de 78 e 79, né? E os professores iam nas salas dizer: “olhe amanhã é greve, ninguém vem para a escola”, e eu fazia que não estava vendo. Claro, como diretora, e fui chamada atenção na Secretaria de Educação... eu digo: “ah, mas eu não posso, se os alunos não vêm, (...) eu não posso obrigar aluno vir...” E fiquei [no Dom Aduino] e depois fui trabalhar no UNIPÊ, onde estou até hoje.

Eram as idiossincrasias do período da ditadura militar: o Padre José Trigueiro, a mesma personagem que nomeou Zezita Matos como diretora do Instituto Dom Adauto e como professora do IPÊ, desconsiderando o fato de ela ser comunista e casada com um comunista, poucos anos depois, foi responsável pela demissão do comunista Júlio César Ramalho do IPÊ. Para a decisão de demissão de Júlio César, entretanto, pesou a pressão exercida pelos Órgãos de Informação da ditadura sobre o reitor do IPÊ, que certamente não queria se indispor com os poderosos. Em março de 1983, poucos meses após a demissão de Júlio César do IPÊ, o irmão do Padre José Trigueiro, o advogado Oswaldo Trigueiro (PDS), foi nomeado pelo governador do estado, Wilson Braga (PDS), como prefeito de João Pessoa – o último a assumir o cargo por indicação do governador, já que, desde 1985, os prefeitos das capitais dos estados brasileiros são escolhidos pelo voto direto dos cidadãos.

Outro perseguido pelos órgãos de informação e segurança da ditadura foi o advogado Vanderley Caixe, assessor de Dom José Maria Pires na Arquidiocese da Paraíba, e fundador do primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos do estado, vinculado à Igreja. Natural de Ribeirão Preto, Vanderley Caixe cumpriu pena em presídios paulistas na primeira metade da década de 1970, pela sua atuação em grupos de oposição armada à ditadura militar. Em João Pessoa, Vanderley Caixe foi também fundador do PT, partido pelo qual competiu à prefeitura municipal em 1985, tendo como vice Anísio Maia.

A Informação 0759 do Centro de Informação do Exército<sup>90</sup>, datada de 09 de julho de 1982, originada da ASI/SAELPA, tratava das “atividades de comunidades rurais em Mogeiro – Arquidiocese da Paraíba”, tendo como principais personagens Dom José Maria Pires e Vanderley Caixe. Vanderley Caixe era caracterizado, nesta Informação do CIE, como “um dos grandes incentivadores da invasão de propriedades”. Segundo tal Informação, o bispo Dom José Maria Pires apoiava essas ações, participando de reuniões em Mogeiro. A região onde estava localizada a comunidade era caracterizada como

bem alta e de difícil acesso, principalmente no inverno. A região presta-se bem para a guerrilha. Está provado que os camponeses não querem terra, e sim subverter a ordem. No caso de CUMUCIM, o governador do Estado ofereceu para instalar todos em MAMANGUAPE, em terras do Estado, com toda assistência e não aceitaram. Essa é a orientação de D. JOSÉ MARIA PIRES e de WANDERLEY CAIXE. Nas terras da Igreja o homem é um verdadeiro escravo, não existem direitos humanos.

Tratava-se de uma descrição descabida, uma vez que a orientação da Igreja Católica era pela ação social pacífica, em defesa da democracia, das liberdades e dos direitos humanos. Anexo à informação, constava o prontuário de Vanderley Caixe, difundido pelo CIE. O prontuário se iniciava em 1967, noticiando a divulgação do jornal “O Berro”, dirigido por Caixe, em Ribeirão Preto. A primeira referência à atuação de Caixe em João Pessoa está datada no seu prontuário em 26 de abril de 1976, quando ele, junto com sua esposa, foi visto com a advogada Therezinha Zerbini, fundadora do Movimento Feminino pela Anistia, que visitava a cidade.

---

<sup>90</sup> Consta do Documento AC\_ACE\_28628\_82, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

No período de 18 a 20 Mar 76, esteve em JOÃO PESSOA/PB (...) TEREZINHA GODOY ZERBINI, com intenção de implantar o “MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA”. Na ocasião, TEREZINHA foi vista na Variant preta de placa CT – 0714 – SÃO PAULO/SP, carro que utilizou durante sua permanência em João Pessoa/PB, em companhia de uma senhora jovem e de um cidadão que poderia ser esposo desta, o qual soube-se, posteriormente, ser o advogado contratado pela diocese e chamar-se “WANDERLEY”. Ultimamente, apareceu em JOÃO PESSOA um WANDERLEY CAIXE, que publicou na edição de 6 Abr 76 do Jornal O Norte o artigo “Caminhar Juntos”.

Em 13 de agosto de 1976, o prontuário de Vanderley Caixe foi alimentado com informações mais precisas, caracterizando Caixe como um “elemento componente do CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS criado pela Arquidiocese da Paraíba em 21 Abr 76”. Já em 23 de janeiro de 1978, foi escrito no prontuário que Caixe “foi indicado por D. PAULO EVARISTO ARNS para ser o coordenador do CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS da Arquidiocese da PARAÍBA. Dirige suas ações contra o Governo e o regime usando-se do tripé ‘DIREITOS HUMANOS’, ‘PROBLEMA FUNDIÁRIO’ e ‘PRESOS POLÍTICOS’”. O prontuário segue até maio de 1982, com acompanhamento detalhado das atividades de Vanderley Caixe. Em 15 de fevereiro de 1982, Caixe apresentou queixa-crime ao Secretário de Segurança Pública da Paraíba, coronel Geraldo Navarro, denunciando que seu veículo foi incendiado na madrugada do dia 13 de fevereiro, em ato que classificou como “terrorista”, com a finalidade de lhe intimidar, em virtude da sua atuação no Centro de Defesa dos Direitos Humanos<sup>91</sup>.

O jornal O Norte registrou a presença de Therezinha Zerbini em João Pessoa, relatada pelos órgãos de informação da ditadura no prontuário de Vanderley Caixe em 1976:

Para implantar o Movimento Feminino pela Anistia na Paraíba, está em João Pessoa a Sra. Therezinha Godoy Zerbini, esposa do general Euryale de Jesus Zerbini. (...) Em João Pessoa, a advogada paulista fará uma conferência às 20 horas de hoje, na sede das Voluntárias sobre o tema “A Problemática da Mulher Latino-Americana e os Direitos Humanos” (O Norte, 19 de março de 1976 *apud* ZERBINI, 1979, pp. 64-5).

Entretanto, a conferência não ocorreu, como noticiou o mesmo O Norte em 21 de março de 1976:

A palestra da Sra. Zerbini estava marcada para as 20:30 hs [sic] de ontem, na Sede da Associação das Voluntárias. Pouco antes do horário, porém a direção da entidade informou que não mais poderia realizar no local a anunciada conferência. A alegação: “As Voluntárias não se envolvem com problemas políticos”. Therezinha (...) ficou extremamente decepcionada especialmente porque diversas pessoas foram às Voluntárias, no horário anunciado, para ouvi-la. Como a desistência somente se tornou conhecida pouco antes da hora prevista, não foi possível conseguir outro local. (O Norte, 21 de março de 1976, *apud* ZERBINI, 1979, p. 66).

Therezinha Zerbini aproveitou a reportagem de O Norte sobre o cancelamento da sua palestra para fazer uma defesa da Anistia como ato de pacificação e de reconciliação nacional, bem simbolizada na sua fala por uma referência emblemática, o Duque de Caxias, patrono do Exército brasileiro:

---

<sup>91</sup> Consta do documento BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_82003251\_d0001de0001, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional na internet, no sítio <http://sian.an.gov.br>

- Nosso trabalho (...) insere-se num trabalho de Paz. A Anistia visa a concórdia, a paz e a união do povo brasileiro. A Anistia já faz parte da História do Direito em nosso país. Ela já foi concedida cinquenta vezes. Os que mais anistiaram foram Getúlio Vargas e o Duque de Caxias, que se projetou na História como o Pacificador. Nossa missão é semear Justiça e Liberdade, que cairão na terra fértil de nossas mentes e de nossos corações, e a Anistia se concretizará através de nós, trazendo a paz tão almejada para a família brasileira (Idem, p. 68)

Therezinha Zerbini era casada com o general do Exército Euryale de Jesus Zerbini, cassado e reformado pelo golpe de 1964. Militante dos direitos humanos, Therezinha foi presa na quarta-feira de cinzas de 1970, sendo conduzida à OBAN do II Exército, em São Paulo, onde pôde testemunhar as torturas sofridas pelo frade dominicano Frei Tito de Alencar. Da OBAN, Therezinha foi transferida para o DOPS e, por fim, ao Presídio Tiradentes, onde compartilhou o cárcere com a ex-presidenta Dilma Rousseff, dentre outras presas. No total, ficou seis meses presa, tendo sido enquadrada na Lei de Segurança Nacional. A partir de 1975, Therezinha organizou e passou a militar no Movimento Feminino pela Anistia, do qual foi a principal liderança pública<sup>92</sup>.

O escritório do SNI na Paraíba, vinculado à Agência Recife desse Serviço, também atuou na atividade de contra-propaganda no final da década de 1970, período da abertura política da ditadura militar, visando criar um clima negativo na opinião pública contra a Arquidiocese da Paraíba e os movimentos de oposição. Em janeiro de 1980, a Agência Recife do SNI publicou o Relatório Especial de Informações N° 0134/117/ARE/80<sup>93</sup>, cujo assunto era a “tensão social nas Fazendas Reunidas Alagamar”. Neste relatório está dito: “esta Agência vem, com o auxílio da Imprensa e de órgãos ligados à Segurança da Paraíba, realizando uma campanha de contra-propaganda visando a desarticular o movimento unificado entre clero, estudantes, subversivos e agricultores, para aumentar o clima de tensão em Alagamar”. Como exemplo dessa campanha, seguia anexa ao relatório uma matéria publicada pelo Jornal O Norte, em 25 de novembro de 1979, intitulada “Moradores da propriedade da Arquidiocese da Paraíba vivem como verdadeiros párias”. Diz a reportagem:

Em matéria de reforma agrária, a Arquidiocese da Paraíba está merecendo nota dez dos comunistas. Mas nota dez somente para o que ela prega. Para o que a Arquidiocese da Paraíba pratica nas terras de suas propriedades, a nota é zero perante qualquer julgador, comunista ou não. O que pregam Dom José Maria Pires e Wanderley Caixe é uma coisa. O que praticam nas terras da própria Arquidiocese é outra, totalmente contrária.

Também anexo ao relatório, seguia um panfleto intitulado “Camponeses de toda a Paraíba, uni-vos”, distribuído durante um ato público realizado no Ponto de Cem Réis, em 11 de janeiro de 1980, que dizia:

Por ocasião deste ato público em defesa dos camponeses oprimidos, devemos nos dar as mãos e unidos apoiar a luta encabeçada pelos camaradas Dom José Maria Pires e Gregório Bezerra, grandes defensores das causas contra a opressão e pelos direitos dos pobres. Os camponeses sofridos

92 Eleonora de Lucena. A ‘burguesa’ que foi à luta. Folha de São Paulo, 01 de julho de 2012. Disponível na internet no site <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/51985-a-burguesa-que-foi-a-luta.shtml>

93 Consta do Documento ARE\_ ACE\_ 898\_80, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

da Zona Rural da Paraíba (...) devem confiar em Dom José Maria Pires – o novo Cavaleiro da Esperança.

Assinavam o panfleto: “Comitê Pró-Igualdade para Todos, Comitê Pró-Cavaleiro da Esperança e Simpatizantes da Arquidiocese” (DOCUMENTO 21). Como esclarece o próprio SNI no citado relatório, tratava-se de um panfleto falso, uma peça de contra-propaganda produzida pelos próprios organismos de repressão política da ditadura. Claro está que os dois comitês que subscreviam o panfleto não existiam, assim como também eram falseadas as tentativas de vinculação de Dom José Maria Pires com lideranças e imagens próprias da cultura política comunista brasileira – Gregório Bezerra e o “Cavaleiro da Esperança”, alcunha atribuída a Luis Carlos Prestes durante a “Coluna Prestes”. Além disso, o próprio título do panfleto forjado pelo SNI fazia uma relação indireta à legenda famosa do “Manifesto Comunista”, de Marx e Engels.

A infiltração nos movimentos sociais também era outra prática do SNI na Paraíba, através da sua Agência Recife, que mantinha escritório em João Pessoa. No Relatório Especial de Informações Nº 0442/117/ARE/80, publicado pela Agência Recife do SNI em 06 de fevereiro de 1980, com o assunto “Atuação da ARE/SNI nas ‘Fazendas Reunidas Alagamar’”, está escrito:

Com o objetivo de acompanhar com maior segurança a situação de tensão social nas ‘FAZENDAS REUNIDAS ALAGAMAR’ e dar continuidade ao trabalho que vinha sendo realizado pelo Dr. MARCOS LUCHINI, esta Agência Regional iniciou, sob o nome do INCRA, um contato permanente com os agricultores de MARIA DE MELO, ALAGAMAR e PIACAS [fazendas localizadas no estado da Paraíba, com conflitos de terras instalados àquele momento]. Os contatos tiveram início no dia 25 Jan 80, quando foi efetuado, em MARIA DE MELO, um encontro com a Técnica da Coordenadoria Regional do INCRA, de PERNAMBUCO, MARLENE GOMES DOS SANTOS, que vem há cerca de 15 dias fazendo as Informações Cadastrais daqueles agricultores. A equipe da ARE [sigla da Agência Recife do SNI] entrou na área através da Sra. MARLENE, que se encarregou de fazer as apresentações individuais aos principais líderes de MARIA DE MELO, ALAGAMAR e PIACAS. Assim teve início o trabalho de “conquista” dos agricultores, que anteriormente ficou sob a responsabilidade do Dr. MARCOS LUCHINI.<sup>94</sup>

Segundo informaram os jornalistas Taís Morais e Eumano Silva no seu livro “Operação Araguaia”, o major do Exército Sebastião Rodrigues de Moura (conhecido pelo apelido de “Major Curió”), atuando na repressão à “Guerrilha do Araguaia” - organizada pelo PCdoB entre 1967 e 1974, quando foi exterminada pelo Exército -, “usava o codinome Doutor Luchini e se passava por engenheiro do Incra” (MORAIS e SILVA, 2005, p. 594). Tal informação foi confirmada pelo Ministério Público Federal, em denúncia apresentada ao juiz federal de Marabá / PA, em 23 de fevereiro de 2012, ocasião em que acusou o Major Sebastião Curió de ser responsável por promover, “mediante sequestro, a privação - em caráter permanente - da liberdade” dos militantes do PCdoB Maria Célia Corrêa, Hélio Luiz Navarro de Magalhães, Daniel Ribeiro Callado, Antônio de Pádua e Telma Regina Cordeira Corrêa, no ano de 1974, na região da Guerrilha do Araguaia. Na denúncia apresentada à Justiça Federal do Pará, o MPF afirma que Curió, na ocasião do cometimento dos crimes dos quais era acusado, “se fez passar

<sup>94</sup> Consta do documento BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_80008802\_d0001de0002, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional na internet, no sítio <http://sian.an.gov.br>.

por funcionário do INCRA, utilizando a alcunha de ‘Dr. Luchini’<sup>95</sup>. Já a Comissão Estadual da Verdade do Paraná, no seu relatório final, afirmou que o “major Sebastião Rodrigues Curió (que usava o nome de ‘dr. Marco Antônio Luchini’)” (COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE TERESA URBAN, 2017, p. 76), foi um dos responsáveis pela “Chacina do Parque Nacional do Iguaçu”, que vitimou, em 14 de junho de 1974, seis militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) que reingressavam clandestinamente no país pelo Paraná, vindos do exílio em países do Cone Sul.

De acordo com o jornalista Elio Gaspari, o Major Curió, “a serviço da ditadura, comandou ações repressivas e negociadoras em regiões de conflitos fundiários. Esteve no Rio Grande do Sul quando amanhecia o MST”<sup>96</sup>. Já a TV Globo, em matéria publicada no sítio da internet “Memória Globo” sobre a série de reportagens que fez, no início da década de 1980, sobre o garimpo de Serra Pelada, relata:

Pouca gente nos rincões do Pará ouviu falar no tenente-coronel [sic] Sebastião Rodrigues Moura. Mas Marco Antônio Luchini e major Curió eram nomes que corriam na boca do povo, desde meados dos anos 1970. Tratava-se da mesma pessoa: agente do Sistema [sic] Nacional de Informação (SNI), Curió usou nomes falsos durante oito anos. Ficou conhecido no Norte do país por ter sido o comandante da ação que exterminou a Guerrilha do Araguaia, em 1974. Quando o governo quis “organizar” a exploração do ouro em Serra Pelada, Curió foi destacado como interventor, em maio de 1980. Era a única autoridade civil e militar na região.<sup>97</sup>

Um detalhe importante nessa descrição da TV Globo: Curió não é apresentado apenas como oficial do Exército, mas como agente do SNI.

Júlio César Ramalho, atuando como advogado da FETAG e próximo à Igreja na defesa dos trabalhadores rurais, testemunhou a presença de Sebastião Curió no Litoral Sul da Paraíba no final da década de 1970. Em depoimento a esta CMV, Júlio César afirmou:

Eu soube disso quando ele [Curió] estava aqui. Dom Pedro Casaldáliga mandou um recado para Dom José [Maria Pires] dizendo que ele estava aqui na Paraíba, que ele tinha estado lá no Araguaia e estava aqui na Paraíba. Nessa época Vanderley Caixe estava de férias e eu que estava como advogado deles. [Curió] foi substituído por um cara que veio do Recife, cujo nome não me lembro. O recado era para ter cuidado com ele. Ele aqui não se apresentou como Sebastião Curió, usou outro nome. Mas pela descrição física que Dom Casaldáliga traçou para Dom José a gente identificou imediatamente que era o tal Curió. Não fui só eu que soube disso não, muita gente aqui [soube]. O pessoal da Pastoral da Terra, hoje CPT, que naquela época era “Pastoral Rural”, também ficou a par. A Irmã Marlene, uma holandesa, Frei Hermano, [também] ficaram a par da história. Agora eu cheguei a vê-lo pessoalmente, no dia que Dom José estava celebrando uma missa por conta da solução do problema [o conflito de terras em Maria de Melo], que estava em vias de ser solucionado, já tinham retirado as tropas, e ele estava lá. Depois eu o vi, na época da Anistia, quando apareceram algumas figuras na televisão.

95 Vide a denúncia do MPF ao Juiz Federal da Subseção Judiciária de Marabá/PA. Procedimento Investigatório Criminal nº 1.23.001.000180/2009-14. Disponível na internet no sítio [http://www.justicadetransicao.mpf.mp.br/documentos-1/ACRIM\\_1\\_Curio\\_Maraba.pdf](http://www.justicadetransicao.mpf.mp.br/documentos-1/ACRIM_1_Curio_Maraba.pdf).

96 Elio Gaspari. O major Curió não é ‘uma pessoa comum’. Folha de São Paulo, 24 de junho de 2009. Disponível na internet no sítio <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2406200914.htm>

97 Vide “Corrida do ouro em Serra Pelada”. Sítio da internet “Memória Globo”. Disponível no endereço <http://memoria-globo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/serra-pelada-corrída-do-ouro/serra-pelada-corrída-do-ouro-o-major-curio.htm>

Também há uma coincidência de datas. O citado relatório da Agência Recife do SNI diz que o trabalho de infiltração entre os camponeses na Paraíba esteve “sob a responsabilidade do Dr. MARCOS LUCHINI” até antes de 06 de fevereiro de 1980, data da edição do documento. Segundo a citada reportagem da TV Globo, em maio de 1980, o Major Curió foi nomeado como interventor do garimpo de Serra Pelada, no Pará, pelo presidente João Baptista Figueiredo.

Se os “inimigos internos” representavam, sob o ponto de vista da ditadura, uma ameaça à segurança nacional e deviam ser combatidos com vigor e a necessária violência, os estrangeiros que residiam no Brasil atuando em favor da democracia, dos direitos humanos e próximos aos movimentos populares recebiam especial atenção dos órgãos de informação e repressão política. Em 1980, já sob a vigência da abertura “lenta, gradual e segura” da ditadura militar, foi sancionado o “Estatuto do Estrangeiro” (Lei Nº 6.815, de 19 de agosto 1980) que, em seu artigo 65, elencava como “passível de expulsão o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais.” Ainda segundo este Estatuto, cabia “exclusivamente ao Presidente da República resolver sobre a conveniência e a oportunidade da expulsão ou de sua revogação”.

Já no mês seguinte à sua publicação, o Estatuto do Estrangeiro fez sua primeira vítima: o padre italiano Vito Miracapillo, expulso do Brasil após negar-se a celebrar uma missa em homenagem à Independência do Brasil na cidade de Ribeirão (PE), onde era pároco. Escrevendo ao prefeito municipal, o Padre Miracapillo se disse impedido de celebrar a referida missa “por vários motivos, entre os quais a não efetiva independência do povo, reduzido à condição de pedinte e desamparado em seus direitos”. O Padre Miracapillo foi denunciado pelo então deputado estadual Severino Cavalcanti (PDS/PE) ao ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, que rapidamente acionou o Estatuto do Estrangeiro em desfavor do Padre Miracapillo, expulso do Brasil ainda em setembro de 1980<sup>98</sup>.

Em 29 de outubro de 1984, a Agência do Rio de Janeiro do SNI publicou o Encaminhamento Nº 324/430/ARJ/84<sup>99</sup>, cujo assunto era a “atuação de religiosos italianos no Brasil”. Estava escrito neste documento:

Encaminha-se em anexo lista de nomes de religiosos italianos com seus respectivos endereços (localidade, cidade e Estado da União) localizados no país e ligados ou não a entidades brasileiras que objetivam instruir, amparar e subvencionar em parte, movimentos populares que desenvolvem ações que visam alternativas para a sociedade brasileira. Como exemplos destas entidades podemos citar: INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE) (...); COMITÊ EPISCOPAL ITALIANO PARA A AMÉRICA LATINA (CEIAL) (...); CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO (CEDI)/ FEDERAÇÃO DOS ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAIS E EDUCACIONAL (FASE); (...) COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT); MOVIMENTO LEIGO PARA A AMÉRICA LATINA (MLAL) e diversos

98 Aliny Gama. Padre expulso pela ditadura há 31 anos volta ao Brasil e quer reaver batina em Palmares (PE). UOL Notícias, 03/01/2012 Disponível na internet no sítio <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/01/03/padre-expulso-pela-ditadura-ha-31-anos-volta-ao-brasil-e-quer-reaver-batina-em-palmares-pe.htm?cmpid=copiae-cola>

99 Consta do Documento ARJ\_ ACE\_11401\_84, do acervo do Arquivo Nacional/DF.

centros, associações e movimentos ligados à DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS [a caixa alta consta do documento original]. Alguns destes religiosos italianos estão profundamente envolvidos com estes movimentos, principalmente e em maior número, aqueles em que o MLAL esteja empenhado ou naqueles nos quais o CEIAL determine a participação desses religiosos

Entre os muitos nomes de italianos listados, residentes em todo o Brasil, constavam os nomes dos Padres Carlos Avanzi e Dario Vaona, da Paróquia da Conceição, na Rua Índio Piragibe, em João Pessoa, do Padre Astore Ventura – de quem o documento cita apenas a caixa postal, em João Pessoa – e diversos outros italianos residentes em municípios da Paraíba, como Giuseppe Tosi e sua esposa Inez Eunice Bassanezi Tosi – na verdade, uma brasileira descendente de italianos -, listados como “voluntários filiados ao MLAL (leigos)”. Giuseppe e Inez Tosi residiam em Guarabira nos anos 1980, quando este documento do SNI foi publicado, assessorando o bispo local, Dom Marcelo Pinto Carvalheira. Em depoimento prestado a esta CMV por e-mail, Giuseppe Tosi – que reside em João Pessoa desde 1989, sendo atualmente Professor Titular de Filosofia da UFPB – prestou esclarecimentos sobre os movimentos e religiosos italianos listados pelo SNI:

MLAL significa *Movimento Laici America Latina* [Movimento Leigos América Latina], de Verona, Itália. Nasceu nos anos 1960 como setor dos leigos da “Centro Eclesial Italiano para a América Latina” -CEIAL (e não “COMITÊ EPISCOPAL ITALIANO PARA A AMÉRICA LATINA”, como diz o documento [do SNI]). Em meados dos anos 1970, o MLAL se tornou uma ONG independente, que existe até hoje. Efetivamente, havia muitos leigos do MLAL na Paraíba, além de mim e de Inez havia também Annalisa Bertolazzi em Guarabira e Imelda Borna em João Pessoa. Nos anos 80 o MLAL chegou a ter dezenas de voluntários em todo o Brasil. O Padre Carlo Avanzi era de Verona e pertencia à congregação dos padres de Dom Mazza, com sede em Verona e Pádua. Ele faleceu há alguns anos. O padre Carlos Avanzi não era propriamente da Teologia da Libertação. Era um padre que se dedicava à formação dos jovens, muito jovial, sempre sorrindo, e foi vigário episcopal de Dom José [Maria Pires]. Dario Vaona veio [da Itália para João Pessoa] como seminarista da Diocese de Verona e da Congregação do Dom Mazza, com o Padre Avanzi. Se formou padre e se dedicou aos estudos bíblicos (com um período na Terra Santa), tornando-se um biblista importante. Faz anos que voltou para Itália.

O objetivo do MLAL ao enviar missionários à América Latina, esclareceu o Professor Tosi, era de prestar apoio e assessoria às pastorais sociais católicas da região, dentro dos novos compromissos em favor dos mais pobres e da promoção dos direitos humanos assumidos pela Igreja Católica desde o Concílio do Vaticano II e a encíclica *Pacem in Terris*. O Professor Tosi afirmou ainda que, ao se constituir como uma ONG independente a partir dos anos 1970, o MLAL

...fez uma opção política: além de fazer assistencialismo e de colaborar com os padres e as freiras italianas nos projetos paroquiais, a opção era trabalhar com projetos mais definidos, junto com ONGs locais, com o objetivo de fortalecer as organizações locais, Comunidades Eclesiais de Base, lutas pela terra, lutas pelo salário justo, renovação dos sindicatos rurais e urbanos, inserção na CUT [Central Única dos Trabalhadores, fundada no Brasil em 1983].

A atuação dos voluntários italianos do MLAL no Brasil era acompanhada também pelo Itamaraty. Em 29 de junho de 1981, a Cônsul-geral do Brasil em Milão, Marina de Barros e Vasconcellos, remeteu correspondência para a Secretaria de Estado, no Brasil - difundida pelo DSI/MRE ao SNI, ao

CIE, ao CISA e ao CENIMAR -, cujo assunto era: “Cooperação Técnica. ‘Movimento Laici América Latina’”<sup>100</sup>. Após comunicar que “o referido organismo, que é reconhecido oficialmente pelo Estado italiano (Lei 1222 sobre cooperação técnica com países em vias de desenvolvimento), tem como propósito a arregimentação de voluntários não-técnicos para execução de trabalhos de caráter social junto às comunidades menos favorecidas de países da América Latina”, o informe da cônsul listava demandas de cidades brasileiras por voluntários do MLAL para o ano de 1981. Entre as cidades listadas, estava

João Pessoa: Participação na coordenação das comunidades de base no âmbito da pastoral operária. Pesquisa social e elaboração de subsídios para a educação popular e formação de base. Voluntários solicitados: 1-2 com nível universitário (ciências humanísticas-sociais) e experiência de trabalho social. Capacidade de elaboração de subsídios (escrito, áudio-visuais etc.) para a educação de base. Contrapartida: diocese de João Pessoa.

Em 23 de maio de 1986, a Agência Central do SNI publicou informe onde relacionava os “religiosos estrangeiros que obtiveram, no período de julho a dezembro de 85, o benefício da naturalização”. Entre os nomes, estava o de Giuseppe Tosi – que não era religioso, mas um católico leigo -, que obteve naturalização como brasileiro em 02 de julho de 1985<sup>101</sup>. Em 16 de março de 2018, Giuseppe Tosi recebeu o título honorífico de “Cidadão Paraibano”, concedido pela Assembleia Legislativa da Paraíba em reconhecimento à “dedicação do homenageado na luta pela defesa dos Direitos Humanos no Brasil”<sup>102</sup>.

Os Padres Carlos Avanzi e Dario Vaona integram a “Pia Sociedade de Pe. Nicola Mazza”, uma organização católica que se organiza como “Sociedade de Vida Apostólica” em Verona, Itália, formada “por sacerdotes e leigos consagrados”, dedicados sobretudo à educação e ao trabalho pastoral junto aos mais pobres e necessitados. No histórico que fez publicar no seu sítio da internet, esta Pia Sociedade afirma:

Em 1978, a Pia Sociedade de Pe. Mazza chegou na cidade de João Pessoa da Paraíba, no Brasil, onde assumiu a paróquia de Nossa Senhora da Conceição, na periferia da cidade: começou o projeto Beira [sic] para a promoção de jovens em uma área de favela, e segue com bolsas de estudos para meninos e meninas do ensino médio e universitário. Desde 1997, a Comunidade Mazziana também assumiu em Pernambuco a paróquia de Pau Amarelo, na cidade de Paulista, e começou na cidade de Olinda o projeto Casa Pe. Melotto para acompanhar os alunos do ensino médio e prepará-los para o vestibular, além de fomentar nestes um compromisso responsável no “exercício da profissão e no testemunho da sua fé”. (...) É convicção (e conseqüente compromisso) dos mazzianos, que, em todas as partes do mundo, da sociedade e da Igreja podem realizar um completo compromisso com a justiça, será dada a oportunidade também para os pobres e marginalizados de uma preparação adequada para a sua profissão e para assumir responsabilidades sociais, sem discriminação. Por isso, nas obras educativas promovidas e naquelas que colaboram, sabem apreciar o espírito de pluralismo cultural, religioso e político [sic].<sup>103</sup>

100 Consta do documento BR\_DFANBSB\_Z4\_DPN\_ENI\_0161\_d0001de0001, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional na internet, no sítio <http://sian.an.gov.br>.

101 Consta do documento BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_AAA\_86056188\_d0001de0001, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional na internet, no sítio <http://sian.an.gov.br>.

102 “Assembleia Legislativa concede Título de Cidadão Paraibano a Giuseppe Tosi”. Disponível na internet no sítio <http://www.al.pb.leg.br/28134/assembleia-legislativa-concede-titulo-de-cidadao-paraibano-a-giuseppe-tosi.html>

103 Vide <https://www.donmazza.org.br/quem-somos>. Acessada em 25 de janeiro de 2018.

Ao falar em “projeto Beira”, na verdade, a Pia Sociedade de Pe. Nicola Mazza queria se referir ao “Projeto Beira da Linha”, ONG fundada pelos padres italianos mazzianos residentes em João Pessoa, que até hoje exerce atuação educativa junto aos jovens do bairro do Alto do Mateus<sup>104</sup>. Quando foram enviados a João Pessoa, os Padres Carlos Avanzi e Dario Vaona receberam a seguinte carta do seu superior, o Padre Vicente Faccioli:

Caríssimos Pe. Carlos e Dario,

Enviados pela comunidade da Pia Sociedade ides no nome do Senhor e Pe. Mazza com alegria e esperança colocando-vos a disposição da Igreja brasileira em João Pessoa. (...)

Como concordado para o vosso apostolado dependerão do bispo de João Pessoa e se orientarão para um serviço apostólico orientado para com os jovens em geral e especificamente para os jovens das classes mais pobres para implantar naquela terra uma semente do carisma do nosso fundador. Constituirão formalmente uma comunidade local da Pia Sociedade com todas as orientações de vida vigentes, mas adaptadas ao novo ambiente. (...)

Cuidai-vos, guardais e alimentais o Espírito do Senhor e de Pe. Mazza que até então acompanhou vossos passos. Mantenhais constantemente a comunicação com a comunidade como sinal de fraternidade e de comunhão. (...)

Ide no nome do Senhor e de Pe. Mazza e a bênção deles vos acompanhe na viagem e sempre.

Um fraterno abraço e votos de todo bem, vosso

Pe. Vicente Faccioli, superior<sup>105</sup>

É difícil acreditar, portanto, que missionários como os padres italianos Carlos Avanzi e Dario Vaona estivessem no Brasil para atentar contra a “segurança nacional”, merecendo, por isso, ser mantidos sob a vigilância dos órgãos de informação da ditadura militar. O citado documento do SNI, entretanto, estava correto ao afirmar que os religiosos católicos italianos enviados ao Brasil por organizações como o MLAL perseguiam “ações que visam alternativas para a sociedade brasileira”. De fato, como está claro no caso dos padres mazzianos, suas ações visavam fortalecer os direitos das parcelas mais pobres do povo brasileiro e, com isso, colaborar com a democratização da sociedade.

Entre 08 e 14 de julho de 1979 ocorreu em João Pessoa um encontro das “Jornadas Internacionais por uma Sociedade sem Dominação”, promovido pela Arquidiocese da Paraíba, sob a coordenação de Dom José Maria Pires, Dom Marcelo Pinto Carvalheira e de Vanderley Caixe, ocorrendo no CENTREMAR, no bairro do Castelo Branco. Participaram dessas jornadas personalidades da chamada “Igreja progressista” de diversos lugares do Brasil e do mundo, sendo registradas as presenças de participantes da Europa, da África, da América Latina e dos Estados Unidos. Em paralelo ao evento, foi apresentado, na noite do dia 12 de julho, na Igreja de São Francisco, o espetáculo “Cantata prá Alagamar”, uma composição musical do maestro Alberto Kaplan com letra de Waldemar José Solha, em homenagem à luta dos camponeses da Fazenda Alagamar. Ambos os eventos foram vigiados de

104 Vide <http://www.projetobeiradalinha.org.br/quem-somos>. Acessado em 25 de janeiro de 2018.

105 Disponível sítio da internet da Pia Sociedade de Pe. Nicola Mazza, no endereço [https://www.donmazza.org.br/imagens/Carta\\_do\\_Superior\\_Pe.\\_Vicente\\_Faccioli\\_a\\_Pe.\\_Carlos\\_e\\_Dario\\_Vaona.pdf](https://www.donmazza.org.br/imagens/Carta_do_Superior_Pe._Vicente_Faccioli_a_Pe._Carlos_e_Dario_Vaona.pdf). Acessado em 25 de janeiro de 2018.

perto pelo SNI e pelo CIE, tendo sido objeto de vários relatórios e informes, como veremos a partir de agora<sup>106</sup>.

A Informação N° 0300/19/ac/79, de 20 de junho de 1979, produzida pela agência central do sni – localizada no Rio de Janeiro -, relatava:

Os elementos que participarão do encontro de JOÃO PESSOA/PB, oriundos da AMÉRICA DO NORTE, EUROPA e países do Terceiro Mundo, chegarão no dia 02 Jul 79, no Aeroporto do RIO DE JANEIRO/RJ. A partida para JOÃO PESSOA/PB está prevista para a manhã do dia 03 Jul, via terrestre.

Já em 19 de julho de 1979, a 2ª Seção do IV Exército enviou à Agência Recife do SNI o Relatório N° 733/79, detalhando o dia-a-dia das Jornadas Internacionais. Sobre o dia 07 de julho, por exemplo, foi escrito:

Durante esse dia, foram vistos cerca de 10 elementos circulando no pavilhão do CENTREMAR, como também fomos informados por informante [o grifo é nosso] de que desde o dia 05 JUL 79 algumas pessoas haviam chegado àquele Centro.

Realizou-se o reconhecimento de toda a área externa do CENTREMAR, constatando-se que o mesmo é cercado, em sua parte dianteira por um muro de alvenaria e nas laterais e trazeiras [sic] por cerca de arame de 12 fios (aramé farpado), notando-se ainda que a construção é recente.

Deste relato, depreende-se que os órgãos de informação contavam com um informante a postos no CENTREMAR, bem como faziam a vigilância do espaço com seus próprios agentes. Tal interpretação pode ser reforçada com outra anotação feita ao citado relatório em 08 de julho:

Até aproximadamente as 12:00hs [sic], foram anotadas cerca de 40 a 50 pessoas entrando no CENTREMAR. Às 11:50hs, chegou junto a uma barraca de venda de bebidas um dos participantes da Jornada, oportunidade essa que foi aproveitada para manter uma conversação, na qual o citado elemento fez alguns comentários, ocorrendo com isso uma aproximação com o referido elemento, que deu margem para se fazer perguntas sobre o mesmo e o motivo da sua estada em JOÃO PESSOA/PB. Dessa conversa, pôde-se [sic] obter o seguinte: no CENTREMAR estão alojados elementos de várias nacionalidades, como sejam, AMERICANOS, ANGOLANOS, NIGERIANOS, FRANCESES etc. Ele disse que era de SÃO PAULO/SP e que estava ali para participar de um Congresso e palestras.

Quem teria aproveitado o contato informal com o religioso paulistano para “manter uma conversação” e “fazer perguntas”, senão um agente do órgão de informação do IV Exército? Provavelmente, este agente estivesse disfarçado de vendedor de bebidas, em barraca instalada em frente ao CENTREMAR. Tal hipótese é reforçada com a anotação feita neste relatório em 09 de julho: uma lista de 12 placas de automóveis, com seus respectivos modelos e cores, que ingressaram no CENTREMAR durante aquele dia. Antes ainda, no dia 16 de julho, a Agência Recife do SNI tinha publicado o Informe N° 337/300/ARE/79, onde constava uma lista de placas de automóveis, com o nome dos seus

<sup>106</sup> Constam dos documentos BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_79000332\_d0001de0002 e BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_79000332\_d0002de0002, disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional na internet, no sítio <http://sian.an.gov.br>.

respectivos proprietários, que estavam estacionados nas imediações da Igreja São Francisco no dia 12 de julho, no momento em que se exibia a “Cantata prá Alagamar”.

Mais surpreendente, entretanto, é que constam destes documentos sobre as Jornadas Internacionais produzidos pelos órgãos de informação da ditadura cópias de diversas fichas de registro de hóspedes do CENTREMAR, preenchidas manualmente por participantes estrangeiros e brasileiros do evento. Dentre as fichas, está a da freira e escritora Maria Valéria Rezende, atualmente residente em João Pessoa, que na ocasião residia e trabalhava em Guarabira, assessorando Dom Marcelo Carvalho. Quem teria acesso ao livro de hóspedes do CENTREMAR senão um elemento infiltrado no próprio Centro? Tal situação bem exemplifica o grau de perseguição e vigilância ao qual a Igreja Católica brasileira, e sua Arquidiocese da Paraíba em particular, era submetida pelos órgãos de repressão política da ditadura militar.

### **5.2.3 - O COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA EM JOÃO PESSOA: CRIAÇÃO E RE-PRESSÃO**

A campanha por uma anistia “ampla, geral e irrestrita”, que contemplasse os presos, perseguidos e exilados políticos, tomou conta do Brasil a partir da segunda metade da década de 1970. Um importante ponto de partida foi o Comitê Feminino pela Anistia, que teve como principal figura pública nacional Therezinha Zerbini, como vimos acima. A partir de 1978 o movimento se ampliou, com a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), reunindo ex-presos políticos e seus familiares, estudantes, acadêmicos, advogados e militantes de direitos humanos em geral. Na sua organização, o CBA optou por uma estrutura descentralizada, com seções instaladas por cidade ou estado. Como alternativa de unidade, eram realizados encontros nacionais dos movimentos pela anistia. O primeiro desses encontros foi realizado em Salvador, em setembro 1978, que produziu a “Carta de Salvador”<sup>107</sup>, que afirmava:

A Anistia deve ser AMPLA - para todos os atos de manifestação de oposição ao regime; GERAL - para todas as vítimas dos atos de exceção e IRRESTRITA - sem discriminações e exceções.

A Carta de Salvador seguia afirmando que a anistia era um primeiro passo de um projeto maior, de conquista de um regime político fundado no respeito às liberdades democráticas. Em novembro de 1978, foi realizado em São Paulo o I Congresso Nacional pela Anistia, aberto com um discurso de Luiz Eduardo Greenhalg, advogado de presos políticos em São Paulo. Este I Congresso lançou um “Manifesto à Nação”<sup>108</sup> conclamando por:

\* fim da legislação repressiva, inclusive da lei de segurança nacional e da insegurança dos brasileiros;

107 Disponível no sítio da Fundação Perseu Abramo na internet, no sítio <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/carta-de-salvador>. Acessada em 13 de novembro de 2018.

108 Disponível no sítio da Fundação Perseu Abramo na internet, no sítio <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/manifeto-nacao>. Acessada em 13 de novembro de 2018.

- \* desmantelamento do aparelho de repressão política e fim da tortura;
- \* liberdade de organização e manifestação;
- \* ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA

A seção de João Pessoa do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) foi fundada no início de 1979, contando, principalmente, com a participação de estudantes, professores e funcionários da UFPB, além de professores estaduais – que à época organizavam a combativa Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (AMPEP), atual Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Paraíba (SINTEP) -, advogados e militantes dos movimentos sociais e dos direitos humanos. O CBA de João Pessoa dispôs do apoio decisivo da Igreja Católica que, inclusive, cedia o espaço para as reuniões do Comitê – o salão paroquial da Igreja do Miramar, como lembraram Washington Rocha e Eleonora Menicucci em depoimento a esta CMV. Washington, que àquele momento havia retornado aos estudos na UFPB, no curso de Filosofia, foi escolhido como o presidente da seção pessoense do CBA, que tampouco passou despercebida dos órgãos de informação da ditadura.

Em 11 de outubro de 1979, a Agência Recife do SNI publicou a Informação 386/119/ARE/79<sup>109</sup>, cujo assunto era o “Comitê Brasileiro pela Anistia – Seção de João Pessoa / PB (CBA/JP)”. O documento iniciava apresentando a composição da diretoria do CBA/JP:

- presidente - Washington Alves da Rocha – estudante de Medicina da UFPB<sup>110</sup>;
- 1º vice-presidente – Vanderley Américo Amado – professor da UFPB;
- 2º vice-presidente - Irlânio Ribeiro Pereira – professor do estado da Paraíba;
- 1º secretário [sic] – Eleonora Soares de Oliveira<sup>111</sup> – professora da UFPB;
- 2º secretário – Walter Aguiar;
- 1º tesoureiro – José Ricardo de Holanda Cavalcanti – estudante de medicina da UFPB;
- 2º tesoureiro [sic] Lúcia Maria Borges de Oliveira, professora da UFPB.

Chamam a atenção, além da predominância de professores e estudantes, a presença de Eleonora Menicucci e de Washington Rocha, que haviam sido presos políticos. A Informação do SNI afirmava que os objetivos do CBA/JP iam além da luta pela anistia, englobando também os estudos sobre direitos humanos e o “aprimoramento das instituições democráticas” e o apoio à luta dos camponeses na Paraíba, contando com o suporte de Dom José Maria Pires e de Vanderley Caixe. A citada informação seguia relatando que, em 20 de junho de 1979, o CBA/JP foi responsável pela realização de um ato público no Ponto de Cem Réis em favor da liberação dos presos políticos de Itamaracá, que contou com a presença de Jarbas Vasconcelos, então deputado federal e presidente do MDB/PE. Segundo o documento do SNI, durante este ato público,

Washington Alves da Rocha propôs uma moção de apoio ao povo da Nicarágua acrescentando que, ‘após a obtenção da anistia ampla, geral e irrestrita, devem ser constituídos tribunais especiais

109 Consta do Documento ARE\_ ACE\_557\_79, do acervo do Arquivo Nacional/DF;

110 Na verdade, em 1979 Washington Rocha já havia trocado o curso de Medicina pelo de Filosofia, na UFPB.

111 Trata-se do nome de casada de Eleonora Menicucci de Oliveira

para que sejam julgados os torturadores e responsáveis pelas condenações após o período revolucionário.

O documento trazia uma assinatura, do Cel. [ou Bel., a digitalização do documento não permite concluir] Aldo Bezerra, apresentado como analista do SNI. Por fim, estava anexo ao documento um prontuário de Washington Rocha, já então um velho conhecido dos órgãos de informação e de repressão política na Paraíba.

Antes ainda, em 08 de outubro de 1979, a Informação 383/119/ARE/79<sup>112</sup>, também produzida pela Agência Recife do SNI, tratou de uma manifestação realizada em 18 de abril de 1979, no pátio da Igreja de São Francisco, em comemoração ao Dia Nacional de Lula pela Anistia. Entre as pessoas que se fizeram presentes, e que foram identificadas pelo SNI, constavam, dentre outros, Washington Rocha, Sônia Germano (então presidente do DCE da UFPB) e o ex-vereador Antônio Augusto Arroxelas, cassado em 1964. Na ocasião, segundo o SNI, foi lida uma carta dos presos políticos de Itamaracá – entre os quais constavam os paraibanos José Emilson Ribeiro e José Calistrato –, que conclamavam em favor da luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Ainda segundo o documento do SNI, os manifestantes aproveitaram a ocasião para distribuir panfletos sobre o conflito rural nas fazendas de Coqueirinho e Cachorrinho (Pedras de Fogo), que então também contava com o apoio da Igreja Católica.

---

<sup>112</sup> Consta do Documento ARE\_ACE\_556\_79, do acervo do Arquivo Nacional/DF.



## CAPÍTULO 6

# MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS EM JOÃO PESSOA DURANTE A DITADURA MILITAR

O processo de afirmação do direito à memória e à verdade no Brasil começou a ser construído através do protagonismo dos familiares de mortos e desaparecidos políticos e dos movimentos de direitos humanos criados ao longo das décadas de 1970 e 1980. Tal resistência buscou mobilizar a solidariedade internacional e nacional a partir de testemunhos e denúncias das vítimas e dos seus familiares às Comissões de Justiça e Paz, aos centros de defesa dos direitos humanos, ao Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul - CLAMOR, ou nas sessões públicas no Tribunal Russel II, realizadas entre 1974 e 1976 na Itália para julgar os crimes cometidos pelas ditaduras na América Latina.

O Fundo da ONU para a Prevenção à Tortura apoiou projetos de memória e verdade, a exemplo do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro na década de 1980, que começou a pesquisar sobre os crimes da ditadura militar em acervos públicos e cemitérios, bem como promovendo ações de “educação para nunca mais” - projeto divulgado no documentário “Memória para Uso Diário”, da cineasta Beth Formaggini (2007). Os Grupos Tortura Nunca Mais das cidades de Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, que seguem lutando pela reconstrução da verdade sobre o autoritarismo como direito humano, investigaram, descobriram e denunciaram valas clandestinas em diversos cemitérios do país.

A emergência dos movimentos de defesa dos direitos humanos no Brasil, na década de 1970, esteve associada à solidariedade oferecida por setores da Igreja Católica, da Igreja Presbiteriana e por advogados militantes, através das Comissões de Justiça e Paz e dos Centros de Defesa dos Direitos Humanos, além da luta por justiça travada pelos familiares e vítimas da violência ditatorial. Dom Paulo Evaristo Arns tratou desse momento no Brasil, em discurso na abertura do I Congresso Brasileiro de Educação em Direitos Humanos:

... o torturador é aquele que mais profana a cidadania. E à medida que ele tortura mais ele se sente ligado à sua atividade, torna-se dependente da tortura e mais e mais sente-se obrigado a torturar suas vítimas. E quanto mais ele tortura, tanto maior é o seu prazer. [...] Eu devo procurar um remédio para a tortura. E esse remédio é a solidariedade, é a cidadania no sentido total do termo. (ARNS, 1997, p. 3).

Na Paraíba, Dom José Maria Pires lembrou que, além da violência institucional,

... na sua prática pastoral a Igreja foi-se dessolidarizando do Poder e se colocando ao lado das vítimas do sistema: abriu suas portas para abrigar os perseguidos e se tornou, como sempre deveria ter sido, uma cidade de asilo, criou espaços para os que desejavam comprometer-se com a causa do povo e não dispunham mais nem do espaço do partido político, nem da associação de classe, nem da escola, tudo isso silenciado pelo sistema repressor: numa palavra, a Igreja voltou a ser realmente Igreja dos Pobres. (RIBEIRO, 2005, p. 160)

A defesa da vida e a luta contra a tortura, os maus tratos e o desaparecimento forçado conflitaram a relação entre a Igreja Católica progressista e o comando militar. Vários religiosos sofreram graves violações de direitos humanos (tortura, violência sexual e maus tratos), a exemplo da madre Maurina Borges da Silveira (Ribeirão Preto), do padre Henrique Pereira Neto (auxiliar de dom Hélder Câmara) e dos frades dominicanos Frei Tito e Frei Betto (BORGES DA SILVEIRA, GOMES e CASTRO, 2014; BETTO, 2006).

Merece destaque a atuação dos advogados que atuaram na defesa dos presos políticos e que, muitas vezes, também foram presos no exercício da sua profissão.

Fui preso mais de oito vezes por exercer a advocacia. A OAB me dasagravou. Isso era 75, 76. O púlpito da OAB todo cercado. A OAB toda cercada. O pessoal com metralhadora toda lá. Eu pude denunciar todas essas torturas no exercício profissional. Fiquei incomunicável durante 45 dias no DOI-CODI, no “celão” do DOI-CODI, coisa que é um negócio terrível, não dá para descrever esse tipo de coisa, eu escuto agora, por exemplo, o ranger de portas. Esse ranger de portas eram as portas se abrindo de um grande portão e depois tinha as pequenas celas fechadas com grades de ferro. Você escutava aquele abrir de porta, aquele soar da porta abrindo e você falava: “será que sou eu”? Quando o cara passava, ele levava outro ou podia levar você. Era o temor que todos tinham na hora daquele chamamento. José Carlos Dias foi o primeiro que conseguiu falar comigo depois de 45 dias incomunicável. Era uma coisa terrível, você se acostuma. Um negócio terrível. No primeiro dia que foram me interrogar eles me deram um capuz, enfiou na minha cabeça, depois de 15 interrogatórios o cara chegava a me dar capuz, você já punha. (Idibal Pivetta, advogado<sup>1</sup>)

O arbítrio se sobrepunha ao direito universal de acessar a justiça. Outro advogado preso pela ditadura ouviu dos seus algozes:

Aqui não tem doutor, doutor somos nós. Aqui não tem advogado, não tem justiça, não tem lei. Advogado, justiça e lei somos nós. (Modesto da Silveira, advogado<sup>2</sup>)

Nesse cenário de interdição do exercício dos direitos, era principalmente nas organizações de defesa dos direitos humanos, surgidas principalmente em torno da Igreja Católica ou de personalidades como o pastor presbiteriano Jaime Wright, que as vítimas da ditadura e seus familiares encontraram apoio. Foi assim que surgiram e se multiplicaram, por todo o país, movimentos e organizações da sociedade civil de defesa dos direitos humanos, que se dedicavam a visitar prisões ou prestar orientação e assistência jurídica aos perseguidos e presos.

<sup>1</sup> Em depoimento para o filme “Os advogados contra a ditadura”, dirigido por Silvio Tendler, 2014.

<sup>2</sup> Em depoimento para o filme “Os advogados contra a ditadura”, dirigido por Silvio Tendler, 2014.

Em 1968, foi criada pela CNBB a “Comissão Pontifícia Justiça e Paz - Seção Brasileira” - cujo primeiro secretário-geral o cientista político Cândido Mendes -, tendo como objetivo defender os prisioneiros políticos e denunciar as arbitrariedades do regime. A partir desta Comissão, se formou uma rede nacional de advogados defensores dos direitos humanos. A CNBB criou, ainda, no início dos anos 1970, o “Grupo Não-Violência”, coordenado por Dom Paulo Evaristo Arns, que “chegou a contar com 60 bispos e com representantes de igrejas protestantes, e estabeleceu o Centro Informativo e um boletim clandestino sobre direitos humanos” (CARLOS, 2008, p. 178). A Comissão de Justiça e Paz de São Paulo foi criada por Dom Paulo Evaristo Arns em 1972<sup>3</sup>. Em João Pessoa, o Centro de Defesa de Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba foi criado por Dom José Maria Pires e pelo advogado Vanderley Caixe em 1976. A experiência se multiplicou por varias cidades do país. Por exemplo, Dom Helder Câmara criou a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda-Recife em 1977, e Dom Ivo Lorscheiter criou o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza em 1982. Como bem definiu Dom Paulo Evaristo Arns: a Comissão de Justiça e Paz era a “única porta aberta para as vítimas da ditadura militar” (BENEVIDES, 2009, p. 27).

Ainda dentre as iniciativas de defesa das vítimas da ditadura militar, destaque-se a criação do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (CLAMOR), por iniciativa do pastor presbiteriano Jaime Wright, da jornalista inglesa Jan Rocha e do advogado Luís Eduardo Greenhalgh, apoiados por Dom Paulo Evaristo Arns. O CLAMOR estendeu a defesa dos direitos humanos para as vítimas de ditaduras em países vizinhos - como Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai -, que começaram a procurar o Brasil como refúgio e buscavam apoio na Arquidiocese de São Paulo.

## 6.1 - MOVIMENTOS DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E A DITADURA MILITAR EM JOÃO PESSOA

Na Paraíba, a Igreja Católica cumpriu um papel importante na defesa dos direitos humanos durante o período da ditadura militar. Dom José Maria Pires e dos demais sacerdotes e freiras engajados nas lutas pelos direitos coletivos teve um papel ativo na oposição ao arbítrio dos militares. Dom José assumiu o cargo de Arcebispo da Arquidiocese da Paraíba em 26 de março de 1966, sendo recepcionado pelas autoridades locais, como o governador João Agripino. Já na semana da sua chegada, Dom José celebrou uma missa para os militares, que festejavam o aniversário do golpe de 1964, ocasião em que fez uma homilia onde deixou clara sua independência e coragem frente aos detentores do poder:

... eu mostrei que não era coisa de Revolução fazer o que estavam fazendo. Por exemplo: prender estudantes, fazer isso e aquilo, não. Vocês tinham que ter um diálogo com os pais para que os pais corrijam seus filhos em casa, para que os professores nas escolas etc. [fizessem o mesmo], mas vocês prenderam estudantes etc. etc.. Terminou a missa o capelão militar, que era um capuchinho, ele do meu lado disse: os generais estão indignados com o senhor por que o senhor apontou falhas

<sup>3</sup> Integraram a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo: Dalmo Dallari - seu primeiro presidente - Margarida Genevois, Hélio Bicudo, Plínio de Arruda Sampaio, José Carlos Dias e Fábio Konder Comparato, dentre outros.

na Revolução, o que não é permitido. Vou para casa e peço a homília, que no começo eu deixava tudo escrito, e peço uma audiência com o General Euler Bentes<sup>4</sup> e chego lá e digo: olha general, ontem houve a missa aqui dos militares e que eles estavam presentes, eu fiz essa homília, soube que os militares ficaram contrariados, eu quero ler aqui com o senhor para ver se tem alguma coisa errada. Ele bateu no meu ombro e disse: não, eu já ouvi falar. Eu não estava aí não, quando eu cheguei eu vi a repercussão, mas nós vamos nos dar muito bem. Aí ele me convidou para conhecermos as instalações lá do Grupamento de Engenharia, tomamos um café, fizemos um lanche e realmente o relacionamento durante o período do general Euler Bentes (...) foi realmente muito bom. Mas ficou aquela marca. Resultado daquilo, eu recebo poucos dias depois um telegrama de Stanley Fortes me desconvidando para participar, juntamente com o general Juarez Távora, da inauguração de uma obra do Exército. Por que? Tendo em vista as suas atitudes anti-revolucionárias. Esse telegrama eu tenho guardado [risos de Dom José]. E tás bons já tiveram um primeiro atrito (PEREIRA, 2012, p. 85).

Dom José Maria Pires também atuou como mediador em momentos críticos da ditadura, como as manifestações estudantis de 1968. No dia 2 de abril de 1968, celebrou uma missa em sufrágio do estudante Edson Luís Lima Souto, morto no Rio de Janeiro durante as manifestações estudantis contra a ditadura militar.

Em João Pessoa, houve a missa de sétimo dia [de Edson Luís]. Pediram para eu celebrar, vou celebrar. Estava lá cheio de militares. Então celebrei a missa e falei sobre a coisa e disse olha: Tô vendo que há muitos estudantes aí, vocês estão cheios de cartazes etc... Eu queria dizer a vocês que não fizessem passeata não, porque o clima não é bom para isso... O que poderíamos fazer era missa e fizemos. Já foi celebrada a missa etc. Resultado: terminada a missa queriam sair em passeata, certo? Aí então aquela confusão, os militares cercam daqui, cercam dali e prendem os estudantes. Não prendem, propriamente, os estudantes, eles ficaram encurralados, aqui no centro de João Pessoa, né? Aí eu telefono para o presidente do Tribunal de Justiça dizendo: Nós podíamos ir ver se resolvemos essa coisa. Ele disse: coisa assim da ditadura eu não entro nisso não. Telefonei para o Presidente da Assembleia, ele disse: Ih, Senhor Arcebispo, negócio de militar, depois de militar eu não entro nisso não. Então eu vou sozinho. Aí eu peço meu carro, eu mesmo dirigia. Telefono e João Agripino atendia imediatamente. Aí eu digo: olha o que aconteceu, depois da missa, agora os estudantes coitados, estão todos encurralados lá no centro. Todas as entradas tomadas por militares. É imoral um negócio desses. Então, eu pediria ao Senhor que mandasse a sua polícia se retirasse daqueles locais. João Agripino, com aquele jeito dele, ficava assim parado, depois dizia: Senhor Arcebispo tirar a polícia eu não tiro não porque na hora que tirar a polícia, o Exército toma conta. Na polícia eu mando, no Exército eu não mando. Então eu vou fazer o seguinte: a polícia fica na rua, mas eu vou dar ordem para que eles se afastem ali daquelas praças, fiquem lá, mas que não sejam vistos. Isso deve tomar tempo, mas não vão ver a polícia não. Mas ela fica na rua. Então o Senhor está cuidando para ela ir para casa. Então está bom. Eles não podem é com a polícia naquelas entradas. Aí quando eu chego a estudantada vem me encontrar aí eu falo assim: olha vocês não estão vendo polícia em parte nenhuma, já passou da hora do almoço, é hora de vocês irem para casa, vão todos caladinhos. É hora de todo mundo ir para casa. Os estudantes saíram como se fossem carneirinhos e os pais que estavam com medo ficaram felizes, pegaram seus filhos e foram embora (Idem, pp. 93-94)

---

4 O general Euler Bentes Monteiro foi comandante do Grupamento de Engenharia entre 12 de junho de 1965 e 09 de janeiro de 1967, segundo o sítio na internet do 1º Grupamento de Engenharia e Construção (<http://www.1gec.eb.mil.br/galeria-ex-comandantes-i.html>). Em 1978, Euler Bentes foi o candidato do MDB à Presidência da República, tendo como vice o jurista Paulo Brossard, sendo derrotado no Colégio Eleitoral pelo candidato governista, o general João Baptista Figueiredo, então ministro-chefe do SNI e candidato apoiado pelo presidente Ernesto Geisel e pelo partido de situação, a ARENA.

Mas a Arquidiocese da Paraíba não se limitou à defesa dos direitos civis e políticos, atuando também em favor da igualdade social e econômica, ao lado dos movimentos rurais nas periferias das cidades e no campo. Dom José Maria Pires registrou:

Em 1976, por ocasião dos dez anos de minha presença na Paraíba, Dom Paulo Evaristo Arns veio a João Pessoa inaugurar o primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos, criado no Brasil. (...) A Igreja na Paraíba procurou ser um espaço de liberdade para quem se colocava do lado dos oprimidos. Ela se tornou “a voz dos que não tinham voz” e ocupou o lugar de instância crítica do Governo, função que devia ser dos Sindicatos e dos Partidos políticos, instituições silenciadas e continuamente vigiadas (SAMPAIO, 2005, p. 160).

Na Paraíba, o chamado “Grupo dos Notáveis”, composto de sacerdotes idosos, constituiu a primeira tentativa de organização em defesa dos direitos humanos durante os anos de arbítrio. Esclarece Dom José Maria Pires:

Eram sacerdotes idosos, todos usavam batinas, eram conhecidos e respeitados por toda a sociedade. Já faleceram todos. O último a nos deixar foi o Mons. Silvio Celso de Melo. Uma das tarefas do Grupo dos Notáveis era localizar e visitar presos políticos. Sempre foram bem-sucedidos. A visita deles confortava o preso, que, geralmente, ficava incomunicável, e tranquilizava a família, que, assim, podia ter a certeza de que ele estava vivo e não estava sendo torturado (Idem).

Mas, desde as “Conferências de Medellín e Puebla”, a Igreja Católica já enveredava pelas “estradas que desembocam no lugar social do pobre”, como lembrou Dom José Maria Pires (Idem, p. 120), que completou:

A Igreja não se contenta mais com obras assistenciais e promocionais que ela sempre criou e manteve. Hoje ela sai dos templos e deixa os palácios para, numa atitude mais profética do que sapiencial, unir-se aos pobres e conclamá-los à luta pelo reconhecimento de seus direitos (Idem, p. 121).

Foi seguindo esta linha que a Igreja Católica da Paraíba, liderada por Dom José Maria Pires, estimulou a criação das Comunidades Eclesiais de Base e das pastorais sociais, como a Comissão Pastoral da Terra. Na esteira do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, outros órgãos ligados à Igreja Católica foram sendo criados na Paraíba, como o Centro de Direitos Humanos, Assessoria e Educação Popular (1980), o Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODH), criado em 1979, e o Serviço de Educação Popular (SEDUP), fundado pela freira Maria Valéria Rezende e por Dom Marcelo Cavaleira, em 1981, ambos na Arquidiocese de Guarabira.

### **6.1.1 - O CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA**

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba foi fundado por Dom José Maria Pires, tendo a coordenação e assessoria jurídica do advogado Vanderley Caixe, natural de Ribeirão Preto-SP, que esteve preso no estado de São Paulo, entre 1969 e 1974, em virtude da sua par-

ticipação em uma organização clandestina de resistência à ditadura militar. A aproximação de Dom José Maria Pires com Vanderley Caixe é narrada por ambos em entrevistas:

Conheci D. José Maria Pires na Penitenciária de Presidente Venceslau, juntamente com Dom Thomas Balduino e Dom Waldir Calheiros, que vieram em visita aos seis presos políticos – Frei Betto, Frei Fernando, Frei Yves, Maurice Politi, Manuel Porfírio e eu. Nós havíamos sido removidos do convívio com outros presos políticos de São Paulo, pois achavam que éramos instigadores de greve de fome em protesto contra o governo da ditadura militar. Havia ainda o risco de nos fazerem “desaparecer”. Os presos políticos leigos. Cada Bispo assumiu a padrinagem de um de nós. Ficávamos em correspondência uma vez a cada quinze dias. O meu padrinho foi Dom José Maria Pires. Aí, fomos nos conhecendo mais e nos correspondíamos mesmo depois que eu havia saído da prisão. (LIMA FILHO, 2016, pp. 14-15)

Já Dom José deu a seguinte versão para o episódio do seu encontro com Caixe:

Eu o conheci quando [ele] estava preso. Eu fui com outros bispos a convite de um dos nossos companheiros... eu fui fazer visita aos presos políticos. Por quê? Porque havia lá alguns dominicanos presos, dentre eles Frei Betto. Então foi Dom Tomás Balduino que também era piloto, então nós fomos no avião dele. Nós fomos, quatro bispos, visitar os presos políticos. Quando nós chegamos lá, nós passamos primeiro em Presidente Prudente e pegamos o bispo, que era Dom José Gonçalves, e tinha sido secretário da CNBB. E disse: “você vai conosco por que está na sua diocese e você conhece o povo”, então fomos e quando chegamos lá, Dom José Gonçalves à frente falou: “aqui é visita” e autorizaram logo. Quando comunicaram ao Frei Betto, ao Frei Fernando e ao [Frei Ivo]... Eram três que nós fomos lá visitá-los eles responderam: “a gente não quer a visita de vocês, não. A gente só aceita visita se vocês conseguirem que outros presos políticos que nunca recebem visita possam participar também”. (...) Aí, Dom José Gonçalves disse: “a gente quer também os outros presos políticos, que sejam uma reunião que todos participem”. Se fosse eu, não conseguiria, mas como era o bispo de lá e ele era sempre bem aceito, então autorizaram os outros presos políticos a participarem da reunião. Ficamos lá um bom tempo com eles e eles então depois sugeriram o seguinte: que cada um desse ficasse se articulando com um dos bispos. Então coube a mim o Vanderley Caixe. “Se a gente mandar uma carta vocês recebem? A gente tem um sistema aí que permite a gente iludir a vigilância e recebe a carta”. Então a gente de vez em quando mandava uma carta. Um dia sou surpreendido com um telegrama dele dizendo: “eu estou em liberdade”. Quer dizer, a nossa visita fez também com que apressasse o julgamento daquele pessoal. Tava todo mundo em liberdade. (PEREIRA, 2012, p. 95)

Ao sair da prisão em 1974, Vanderley Caixe passou a atuar na defesa dos direitos humanos dos presos políticos junto ao escritório de Sobral Pinto, como narra:

Em 1975 fui morar no Rio de Janeiro. Trabalhei de estagiário no escritório do professor Sobral Pinto, na assessoria jurídica da Pastoral Penal da Arquidiocese do Rio de Janeiro e escrevia no jornal A Tribuna da Imprensa. Nessa época, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil era no Rio de Janeiro. E quando D. José ia às suas reuniões, me escrevia e íamos jantar juntos. Ao final de 1975, num dos jantares, me propôs elaborar um projeto de criar o primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Brasil, em João Pessoa, na Arquidiocese. Convidou-me também para fazer uma visita em João Pessoa, para conhecer e, se gostasse, advogar no CDDH. Fui com a minha companheira Ayala, e passamos quase todo o mês de dezembro conhecendo as áreas de atuação: assalariados rurais, camponeses, pescadores, prostitutas, favelados, etc. Todas as áreas de assessoria das pastorais e os problemas que enfrentavam. Gostei e decidi ficar. Voltei em março de 1976. Era a comemoração dos 10 anos de D. José na Paraíba. E, ele quis criar o Centro nesta data. Em abril de 1976. (LIMA FILHO, 2016, p. 15)

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba foi o primeiro do gênero criado no país. Dentre os seus objetivos, elencados em documento de 1979, estavam os seguintes:

- 1º orientar e encaminhar pessoas, grupos e entidades para as instituições que devem prestar assistência jurídica e para os outros órgãos conforme as necessidades;
- 2º acompanhar o desenrolar desses casos numa orientação permanente, no sentido de exigir respostas desses órgãos;
- 3º levar o povo a agir coletivamente na luta pelos seus direitos;
- 4º informar às pessoas e grupos que procuram o CDDH sobre a existência de grupos acompanhados pela pastoral, com os quais possam se entrosar;
- 5º capacitar pessoas através de cursos e informações para o trabalho no campo dos direitos humanos;
- 6º reforçar as denúncias do povo, apoiar as lutas populares e denunciar arbitrariedades;
- 7º informar a opinião pública sobre a violação dos direitos humanos através de qualquer meio de comunicação;
- 8º divulgar leis e publicações a nível popular, através do centro de documentação e informação popular da arquidiocese;
- 9º ter a documentação da caminhada do povo na luta pelos seus direitos, para que a mesma seja usada em função desta luta;
- 10º fazer ligação com outros centros de defesa e relacionar-se com outros órgãos de finalidades semelhantes;
- 11º procurar manter em dia com a legislação e a jurisprudência e acompanhar o processo de elaboração de leis, no sentido de informar e pressionar, procurando impedir aprovação de leis injustas. (CDDH, 1979. In: Arquivo Eclesiástico da Paraíba *apud* DUARTE, 2015, p.16)

Antes mesmo da criação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Dom José Maria Pires já vinha orientando sua ação pastoral em favor das classes populares. Em 1967, Dom José criou a “Ação Pastoral Arquidiocesana” (APA) e o projeto “Ação Pastoral Igreja Viva”, que em 1969 assumiu o lema da Campanha da Fraternidade da CNBB que, naquele ano, era “Para o outro, o próximo é você”. Em 1971, Dom José criou uma equipe de “Promoção Humana”<sup>5</sup>, que atuou junto a comunidades populares urbanas em João Pessoa, como o Cordão Encarnado. Posteriormente, a ação desta equipe se expandiu para as comunidades camponesas. Foi a partir do crescimento dessas ações pastorais que surgiu o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba.

[O Centro] nasceu da necessidade de assessoria jurídica aos trabalhadores rurais. Uma evangelização que pretende ser comprometida com a libertação tem que encaminhar-se para a ação e urgir a necessidade de cada cristão engajar-se em projetos concretos de transformação das estruturas

---

5 Composta por: Tonny van Ham (freira, enfermeira e assistente social, de origem holandesa), Elisabeth Cartier (enfermeira, de origem holandesa), João “Belga” (agrônomo), Sebastião Geriz Sobrinho (técnico agrícola), Gláucia (estudante de medicina) e Marlene Burgers (técnica agrícola, de origem holandesa). (PEREIRA, 2012, p. 119)

de dominação. Frequentemente não sabíamos como orientar, ou por desconhecimento dos meios jurídicos ou pela falta de instrumentos hábeis para os diversos casos de recursos à Justiça (PIRES apud DUARTE, 2015, p. 17).

Os conflitos resultantes da concentração fundiária na Paraíba desdobravam-se em demandas pela efetivação dos direitos humanos dos camponeses pobres. Dom José Maria Pires passou, então, a orientar sua atuação pastoral em favor dessas demandas. Afirmou Dom José:

Para nós, a defesa dos direitos humanos se concentrava nas pessoas que estavam sendo mais oprimidas. E o nosso Centro não aceitava defender causas. Aceitava orientar pessoas: sobretudo grupos, num trabalho em que essas pessoas ou grupos tomavam consciência de que a situação deles não era uma necessidade, era fruto da má organização da sociedade. Portanto, o Centro, ao assumir a defesa de um determinado direito, o fazia com a preocupação de que as pessoas se tornassem, elas mesmas, agentes de uma transformação social (PASSOS, 2011, pp. 47-48 apud DUARTE, 2015, p.18).

Em 25 de setembro de 1979, a primeira Ata de Reunião do CDDH registrou sua primeira direção: “ao lado de Dom José Maria Pires estariam: Luiz Couto, Henrique Estevão, Vanderley Caixe, Antônio Heliton de Santana e Irmã Marlene” (DUARTE, 2015, p. 15). De acordo com Vanderley Caixe, o Centro de Defesa foi um organismo de “Assessoria Jurídica e Assessoria Educacional”, onde “o extrajurídico prevaleceu sobre o jurídico” (CAIXE, 1981, p. 129).

Ayala Rocha, esposa de Vanderley Caixe, em depoimento à Comissão da Verdade da OAB de Ribeirão Preto, lembrou que o carro de Caixe foi incendiado de madrugada, em João Pessoa. Ainda segundo Ayla Rocha, chegou ao conhecimento do casal a existência de um plano de usineiros para assassiná-lo<sup>6</sup>. Dom José Maria Pires confirmou as ameaças a Vanderley Caixe em depoimento:

Nós sabíamos que os proprietários se reuniam e que em uma dessas reuniões eles decidiram matar Vanderley, aí então tinha alguém lá que estava trabalhando, ouviu a coisa e aí passou o negócio logo para nós. Aí, eu vou para aquele programa de rádio e digo: “aconteceu isso, os proprietários se reuniram em tal lugar e decidiram a morte de Vanderley. Se Vanderley for morto, eu sei quem é o responsável. Aí eu vou denunciar.” Aí veio o governador, foi me procurar e disse, era o Ivan Bichara: “olha nós temos que dar proteção. Então o senhor diz para nós quem foram as pessoas e o que foi”. Eu disse: “olha, governador eu não digo! Porque se eu disser eles vão querer que eu prove. Para eu provar, eu vou ter de dizer quem é que me disse e eu vou terminar complicando pessoas simples que foi onde eu fiquei sabendo. Então, se houver e se acontecer aí eu vou dizer em que casa foi e em que reunião foi que fizeram isso. Eu não vou dizer agora, mas se acontecer eu vou falar e vou provar porque quem falou estava lá e viu. Então não digo nada, mas se acontecer aí eu digo”. Eu tenho os nomes, aí eles ficaram realmente com medo e Vanderley realmente não sofreu nada, nenhuma tentativa contra ele nesse caso. (PEREIRA, 2012, p. 135)

Tal atuação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos produzia reação da gestão da segurança pública estadual, que se juntava aos latifundiários ao culpar e responsabilizar os agentes pastorais e a equipe do Centro pela tensão rural, taxando-os de agitadores e comunistas, por acompanharem e

---

<sup>6</sup> Vide “A pior tortura era a psicológica, diz viúva de Vanderley Caixe”. Cristiano Pavini, *Jornal A Cidade*, 22/11/2014. Disponível na internet no endereço <https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/cotidiano/cidades/NOT, 2, 2, 1011497, A+pior+tortura+era+a+psicologica+diz+viuva+de+Vanderley+Caixe.aspx>

apoiarem a luta dos camponeses. Dom José, entretanto, não se furtava de fazer a defesa do Centro e de Vanderley Caixe:

...se a Igreja da Paraíba criou um Centro para a defesa dos explorados e dos marginalizados, ela o fez dentro dos princípios da não clandestinidade e da não violência, princípios estes que constituem norma obrigatória para todos os organismos e para todos os agentes pastorais a serviço da Igreja. Respeitando o direito que assiste a cada um de fazer suas opções, a Igreja da Paraíba fez a dela: não aceita a colaboração de clandestinos e de terroristas. Eis por que ela se julga no direito e no dever de exigir que o acusador apresente as provas de que o Centro de Defesa dos Direitos Humanos está promovendo ou já promoveu qualquer ato de terrorismo desde que foi admitido a trabalhar na Arquidiocese. Queremos aqui reafirmar o que é do conhecimento público: o Dr. Vanderley Caixe está quite com a Justiça, é um profissional competente e dedicado e se acha em pleno gozo de seus direitos civis e políticos. Não é admissível que se fechem as portas a jovens idealistas só porque foram acusados de terem agido, no passado, contra a Lei de Segurança Nacional. Se a Igreja pretende ser continuadora da missão de Cristo que acolheu no seu Reino um dos sentenciados à morte de cruz e transformou em Apóstolo o antigo perseguidor Saulo, ela não faz mais do que seu dever abrindo espaço para quantos buscam uma oportunidade de se colocarem a serviço da libertação dos oprimidos (PEREIRA, 2012, p. 127).

Durante o encontro do Regional Nordeste II da CNBB, em 1980, Dom José recebeu a solidariedade dos bispos dos estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, formando um grupo que visitou a área de conflito rural em Alagamar. Juntos, Dom José Maria Pires e Dom Helder Câmara se somaram aos camponeses para expulsar o gado que havia sido posto pelos latifundiários para invadir as plantações dos posseiros. Todo esse trabalho social vinculado à Arquidiocese da Paraíba durou até a aposentadoria de Dom José Maria Pires, em 1995, quando o Centro de Defesa da Arquidiocese – CDDH foi transformado na Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves, que funciona como órgão não governamental até nos dias atuais.

### **6.1.2 - CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, ASSESSORIA E EDUCAÇÃO POPULAR**

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos – Assessoria e Educação Popular foi um desdobramento do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, fundado em 30 de julho de 1980, em reunião realizada no auditório da Associação Paraibana de Imprensa (API). A primeira composição do seu Conselho de Coordenação, escolhida na ocasião da sua fundação, foi composta pelo advogado Vanderley Caixe, principal responsável pela iniciativa de criação do CDDH-AEP, pelo lavrador Severino Isidro Faustino, pela engenheira Emília Correia Lima, pelo artista plástico José Altino de Lemos Coutinho, pela advogada Ayala de Almeida Rocha, pela estudante de medicina Maria Alice Carvalho de Azevedo e Yeda Maria Cabral da Costa, pela economista Maria Mirtes Cordeiro Rodrigues e pelo advogado Félix de Souza Araújo Sobrinho<sup>7</sup>. Posteriormente, outras pessoas vieram a se engajar no trabalho de assessoria jurídica e de educação popular desenvolvida por este Centro,

<sup>7</sup> Consta do documento BR\_DFANBSB\_V8\_MIC\_GNC\_III\_81001578\_d0001de0001, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional na internet, no sítio <http://sian.an.gov.br>.

como José Wilson Germano de Figueiredo, Leânea Alves de Almeida, José Anchieta Landim, Naldson Carvalho, Salete Van Der Pool, Elisa Mineiros e o Padre Maurício Lagorce (CDDH-AEP, 1984).

Na sua “Carta de Princípios” o CDDH-AEP afirma

- ...a) ser um serviço em defesa dos direitos humanos, na conquista da democracia e pela justiça social;
- b) exercer esse serviço junto à classe trabalhadora, a outros setores marginalizados e explorados da população e às demais camadas sociais interessadas na democracia e justiça social;
- c) exercer esse serviço, inclusive, junto aos grupos, organizações de base, entidades e principalmente as organizações de classe, propiciando meios para elevar o seu nível de consciência e fortalecendo-as;
- d) prestar serviços de assessoria, consultoria e postulativa; realizar ações de denúncias, informações simples e trabalhos técnicos, pesquisas e outras, desde que se enquadrem aos objetivos definidos na Carta de Princípios e nestes Estatutos;
- e) para a consecução dos seus objetivos e finalidades, o CDDH/AEP promoverá cursos, conferências, publicações e outras formas de intervenção no espaço cultural da sociedade;
- f) tendo em vista os seus objetivos e finalidades, o CDDH-AEP intercambiará com outras entidades civis nacionais e/ou internacionais, estabelecendo convênios, propondo projetos e repasse de informações;
- g) assessorar técnica e financeiramente pequenas atividades comunitárias. (CDDH-AEP, 1984, p. 4)

Vanderley Caixe justificou a criação do CDDH-AEP da seguinte forma:

Era preciso reforçar as organizações de classe. (...) Quando saí da Arquidiocese, logo em seguida criamos um outro CDDH-Assessoria e Educação Popular. Uma sociedade civil sem fins lucrativos. Dando uma dimensão maior, ou seja, assessoria e postulação judicial tanto às pessoas (camponeses, etc.) como aos seus órgãos de classe (sindicatos, etc.). Trabalho de formação de quadros rurais. Formação (cursos) para mulheres. Criamos uma revista específica para mulheres camponesas etc. (LIMA FILHO, 2016, p. 17).

O CDDH-AEP criou grupos de direitos humanos em diversos municípios da Paraíba (Itabaiana, Pilar, Pedras de Fogo, Salgado de São Félix, Mogeiro, Barra de Santa Rosa, Cuité, Cruz do Espírito Santo, Alhandra, Caaporã, Mari, Ingá, Juripiranga, Lagoa Seca, Frei Martinho, João Pessoa, Campina Grande, Bayeux, Santa Rita, Cajá, Natuba, Guarabira e São Miguel de Taipú), assim como promoveu encontros de trabalhadores, prestou assessoria jurídica a processos trabalhistas, a presidiários, prostitutas e a casos de desapropriação de áreas urbanas e rurais. Esteve presente nas campanhas salariais de diversas categorias, particularmente, os canavieiros. Além disso, desenvolveu campanhas contra a Lei de Segurança Nacional, pela libertação dos padres e posseiros do Araguaia, lutas em defesa do ensino público e contra o aumento das passagens de ônibus, dentre outras atividades de educação popular (CDDH-AEP, 1984; CDDH-AEP, 1986). No ano de 1986, o CDDH-AEP teve sua sede arrombada em

João Pessoa, ocasião em que foram subtraídos diversos documentos relacionados à atuação do Centro em conflitos de terras (CDDH-AEP, 1986).

### **6.1.3 – O COMITÊ PELA ANISTIA EM JOÃO PESSOA**

Na segunda metade da década de 1970, artistas, jornalistas, políticos progressistas, religiosos de vários credos, sindicalistas e estudantes, advogados, familiares e amigos de exilados e presos políticos desenvolveram uma ampla campanha pela anistia. De dentro das prisões políticas, os perseguidos pelo regime militar começaram a realizar denúncias e greves de fome, impulsionando a luta da sociedade civil. Em 1976, foi criado o “Comitê Pró-Amnistia Geral no Brasil”, em Lisboa, e, durante a 28ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em Brasília, foi aprovada a bandeira da luta pela anistia. A partir de então, entidades da sociedade civil, como a CNBB, a ABI, a OAB, além do partido da oposição, o MDB, assumiram a bandeira da anistia. Na Europa, formaram-se comitês em defesa da anistia no Brasil em países como Portugal, França, Suécia, Suíça, Bélgica, Holanda e Itália (CARLOS, 2008).

Em 1977, a palavra de ordem pela anistia ganhou as ruas, através do movimento estudantil e dos movimentos populares, como o “Movimento contra a Carestia”. A pressão internacional também aumentou e, em março, um relatório do Departamento de Estado dos Estados Unidos, autorizado pelo presidente norte-americano Jimmy Carter, denunciou violações dos direitos humanos no Brasil, inclusive a tortura de presos políticos. Em junho de 1977 foi criada, em São Paulo, a Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos. Em 1978, passam a serem criados os comitês pela anistia em todo o país, que realizaram, no mês de setembro, o I Encontro Nacional dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs), em Salvador. Em outubro de 1978, foi realizado em São Paulo o I Congresso Nacional pela Anistia. Em 1979, seguiram as articulações nacionais e internacionais em favor da anistia. Em Roma, foi realizado o Congresso Internacional de Anistia no Brasil. No Brasil os CBAs realizaram os III e IV Encontros Nacionais de Movimentos pela Anistia no Rio de Janeiro e em Piracicaba (SP), respectivamente.

A aprovação da Lei da Anistia pelo Congresso Nacional (6.683/1979) não satisfaz por completo os movimentos de defesa dos direitos humanos, pois estendeu a anistia aos autores dos chamados “crimes conexos” – ou seja, os agentes do Estado que atuaram na repressão política e violaram direitos humanos. A Lei da Anistia tampouco garantiu mecanismos que esclarecessem o paradeiro dos desaparecidos políticos. Assim, a partir de 1980, surgiram os grupos “Tortura Nunca Mais”, no Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia e Paraná, formados por familiares e ex-presos políticos, que com apoio internacional iniciam a procura dos mortos e desaparecidos políticos, construindo os primeiros acervos da memória da ditadura.

Em 1978, surgiu o Movimento Feminino pela Anistia (MFA) em João Pessoa, tendo como uma das suas principais bandeiras, a libertação dos presos políticos do presídio de Itamaracá-PE,

onde estavam presos diversos paraibanos. Além do MFA, a Associação Docente da UFPB (ADUFPB) - também criada em 1978 - e o Diretório Central dos Estudantes da UFPB, rearticulado nesse período, foram fundamentais para a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia em João Pessoa, em 1979. Em depoimento a esta CMV, Eleonora Menicucci testemunhou sobre este período:

Fizemos o Movimento pela Anistia aqui em 1979 e o Centro Brasileiro pela Anistia também. O Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese teve um papel fundamental nisso. Tinha Rosa Godoy, Joselita, tinha Dos Anjos, a viúva de Vanderley - Ayala Rocha, ela está em Ribeirão Preto hoje. Tinha Socorro da favela Beira Rio, a Joana Neves. As reuniões eram na arquidiocese, com o apoio de Dom José e Dom Marcelo Cavalheira. Agente ia muito à Guarabira.

Sobre o apoio da ADUFPB para a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia de João Pessoa, o professor Wanderlei Amado afirmou:

Quando participei da fundação da ADUF, fiquei na comissão organizadora da eleição para primeira diretoria. Aí nessa gestão é que a gente criou o núcleo de apoio aos movimentos de anistia (...).Então a gente cria esse grupo com o pessoal que constituía o Movimento Feminino pela Anistia que já estava organizado, salvo um ou dois, tinham todas as professoras da UFPB, Eleonora e outra que não lembro agora. Então a gente começou esse núcleo no sentido da primeira meta, que era ajudar ou incentivar a criação do Comitê Brasileiro de Anistia (ZENAIDE, 2010, p. 223).

## CAPÍTULO 7

# JOÃO PESSOA E A MEMÓRIA HISTÓRICA DO AUTORITARISMO

A fundação da cidade de João Pessoa, em 1585, trouxe a marca de uma violência estrutural: a expulsão da população original desse território, os índios Potiguara, para sua ocupação pelos colonizadores portugueses. O modelo colonial monocultor, agroexportador e escravista, marcado pela desigualdade entre as classes sociais, determinou a fundação e posterior expansão da cidade, a partir do século XVI. Assim, desde o Brasil Colônia, João Pessoa vivencia uma ocupação desigual do espaço urbano, sem efetivar o direito universal à moradia adequada.

Como ocorreu na maioria das médias e grandes cidades brasileiras, a urbanização de João Pessoa destinou seus espaços “nobres” às classes sociais economicamente privilegiadas, relegando às camadas populares as áreas de proteção ambiental, como matas e beiras de mangues e rios, ou as áreas de risco, como encostas de morros, embaixo dos fios de alta tensão, beiras de estradas e vias férreas. Na esteira do projeto de “modernização conservadora” promovido pela ditadura militar, que priorizava “fazer crescer o bolo” da economia para só depois distribuí-lo, programas como o “PROÁL-COOL” (Programa Nacional do Álcool), criado em 1975, contribuíram para aumentar a concentração fundiária em todo o país, agravando o problema de acesso à terra para os camponeses e pequenos agricultores. Isso forçou o êxodo rural de milhões de camponeses, de indígenas e de moradores de comunidades tradicionais, que foram obrigados a fugir para as cidades em busca do seu sustento. Na Paraíba não foi diferente, e este movimento forçado fez aumentar o processo de “favelização” urbana, principalmente, em Campina Grande e João Pessoa.

Com a aceleração da sua urbanização, a partir das décadas de 1960 e 1970, e a chegada dos grandes projetos de moradia, os conjuntos habitacionais populares foram sendo criados em João Pessoa em áreas cada vez mais distantes do centro da cidade, dificultando o acesso da população pobre a muitos serviços essenciais, e impactando negativamente o meio-ambiente urbano. Mesmo assim, a construção desses conjuntos, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), expandiu o mercado imobiliário, na medida em que áreas anteriormente desvalorizadas da cidade foram loteadas e receberam investimentos públicos que garantiram uma precária estrutura urbanística.

Boa parte dos conjuntos habitacionais criados em João Pessoa até a década de 1980 foi batizada com o nome de generais-presidentes da ditadura militar, ou de seus familiares. Da mesma forma, ruas e avenidas da cidade também foram sendo batizadas com nomes destes generais, ou de outros próce-

res da ditadura. Tal iniciativa pode ser entendida como uma busca de legitimação social por parte dos detentores do poder durante a ditadura militar, tentando construir uma memória histórica para a cidade associada ao regime autoritário. A legislação municipal promulgada após a Constituição Federal de 1988 tampouco se preocupou com a alteração dos nomes desses bairros e logradouros – pelo contrário, reafirmou-os. E por que esse fato é grave para a democracia? Porque ao perpetuar estes nomes, a cidade de João Pessoa homenageia quem foi responsável e/ou cúmplice da violência, do arbítrio, da ausência de liberdade, da tortura e do desaparecimento forçado de pessoas, que se constituíram como regra durante a ditadura militar.

A Comissão Nacional da Verdade, no seu relatório, identificou como detentores de “responsabilidade político-institucional pela instituição e manutenção de estruturas e procedimentos destinados à prática de graves violações de direitos humanos” os ex-Presidentes da República Humberto de Alencar Castelo Branco, Arthur da Costa e Silva, Aurélio de Lyra Tavares<sup>1</sup>, Emilio Garrastazu Médici, Ernesto Beckmann Geisel e João Baptista de Oliveira Figueiredo. A Comissão Nacional da Verdade ainda incluiu no seu relatório a recomendação de se

...promover a alteração da denominação de logradouros, vias de transporte, edifícios e instituições públicas de qualquer natureza, sejam federais, estaduais ou municipais, que se refiram a agentes públicos ou a particulares que notoriamente tenham tido comprometimento com a prática de graves violações [durante o período da ditadura militar]. (BRASIL, 2014a, p. 974)

Dentre os ex-Presidentes da República apontados pela Comissão Nacional da Verdade como responsáveis por graves violações de direitos humanos durante o período da ditadura militar, Castelo Branco, Costa e Silva, Aurélio de Lyra Tavares e Ernesto Geisel são homenageados com nomes de bairros, loteamentos, praças, travessas, ruas ou avenidas em João Pessoa. Apenas João Figueiredo não foi homenageado, mas o nome da sua mãe, Valentina de Figueiredo, batizou um bairro desta cidade, que foi o último dos grandes conjuntos habitacionais nela construídos durante a ditadura militar. Um detalhe curioso: a Lei N<sup>a</sup> 1574, de 04 de setembro de 1998, que dispôs sobre a denominação e a delimitação dos bairros de João Pessoa, renomeou esse bairro simplesmente como “Valentina”. Entretanto, a mesma lei manteve os nomes dos bairros Castelo Branco, Costa e Silva e Ernesto Geisel.

Seguindo as recomendações da Comissão Nacional da Verdade, diversas cidades brasileiras identificaram e modificaram nomes de logradouros que homenageavam pessoas comprometidas com graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar. Na cidade de São Paulo, a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania estabeleceu o projeto “Lugares e Ruas de Memórias”, visando “fomentar o debate sobre os locais e símbolos, presentes no cotidiano da cidade, vinculados a histórias de repressão e resistência da ditadura”, criando memoriais em espaços onde ocorreram violações de

<sup>1</sup> Nascido em João Pessoa – PB, em 1905, o general Lyra Tavares foi ministro do Exército entre março de 1967 e outubro de 1969. Integrou a junta militar que governou o país entre 31 de agosto e 30 de outubro de 1969. Nessa condição, foi corresponsável pela imposição de uma nova Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei n<sup>o</sup> 898), que previa medidas de exceção como o banimento, a pena de morte e a prisão perpétua aplicadas a adversários da ditadura militar. Vide o verbete sobre Aurélio de Lyra Tavares no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro publicado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível na internet no sítio <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aurelio-de-lira-tavares>.

direitos humanos e apresentando projetos de alteração de espaços públicos e logradouros cujos nomes são de pessoas vinculadas às graves violações de direitos humanos da ditadura militar<sup>2</sup>. Foram listados pelas “Ruas de Memória” vinte e dois locais na cidade de São Paulo nomeados dessa forma, como o antigo “Elevado Costa e Silva”, popularmente conhecido como “Minhocão”, que foi rebatizado como “Elevado Presidente João Goulart”.

Em Brasília, uma ponte projetada por Oscar Niemeyer em 1967 para receber o nome de “Ponte Monumental”, ligando o Setor de Clubes Sul ao Lago Sul, foi inaugurada em 1976 com o nome oficial de “Ponte Presidente Costa e Silva”, apesar de popularmente ser conhecida como “Segunda Ponte”<sup>3</sup>. Em 2015, projeto de lei aprovado pela Câmara Legislativa e sancionado pelo governador do Distrito Federal alterou o nome desta ponte para “Ponte Honestino Guimarães”, homenageando o líder estudantil da Universidade de Brasília (UnB) perseguido e assassinado pela ditadura militar, constando da lista dos desaparecidos políticos desde 1973. Já em 2018, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios considerou esta lei inconstitucional, por ausência de consulta popular, e a “Segunda Ponte” voltou a ter o nome oficial de “Presidente Costa e Silva”. Entretanto, uma intervenção de um coletivo de ativistas feministas rebatizou a ponte como “Marielle Franco”, quando completou um ano do assassinato da vereadora carioca, em 14 de março de 2019. Trata-se de uma iniciativa informal, mas que deve ser entendida como uma resistência democrática à memória histórica do autoritarismo no Brasil.

Outros países democráticos também vêm adotando iniciativas semelhantes. A Espanha, por exemplo, vem recentemente alterando a denominação de espaços públicos que recebiam nomes de personalidades associadas à ditadura de Francisco Franco (1936-1975). Em 06 de fevereiro de 2019, o Ministério da Justiça da Espanha determinou às autoridades de 656 cidades que eliminassem os vestígios do “franquismo” que ainda permaneciam nos seus respectivos municípios<sup>4</sup>. Para isso, o Ministério da Justiça se baseou na Lei Orgânica 52/2007, conhecida como “Lei da Memória Histórica”. No seu artigo 15.1, esta lei determina às administrações municipais a “retirada de escudos, insígnias, placas e outros objetos ou menções comemorativas de exaltação, pessoal ou coletiva”<sup>5</sup> à ditadura franquista. Ainda em 2015, a prefeitura de Madrid havia renomeado dezenas de ruas associadas à ditadura franquista, em cumprimento ao determinado pela Lei da Memória Histórica.

Em 2013, a Câmara Municipal de João Pessoa, sintonizada com as demandas dos movimentos da sociedade civil por políticas públicas de memória, verdade e justiça, aprovou a Lei Ordinária Nº 12.626, de 12 de agosto de 2013 que, dentre outros itens, veda a denominação de ruas, prédios e demais logradouros no município de João Pessoa com nomes de pessoas que estiveram envolvidas

---

2 Vide o sítio da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, no endereço [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/direito\\_a\\_memoria\\_e\\_a\\_verdade/programas\\_e\\_projetos/index.php?p=221704](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/direito_a_memoria_e_a_verdade/programas_e_projetos/index.php?p=221704). Acessado em 17 de outubro de 2017.

3 A “Primeira Ponte” de Brasília foi a Ponte das Garças, inaugurada em 1976, ligando a Asa Sul ao Lago Sul.

4 Ministério da Justiça da Espanha. Disponível na internet no sítio [https://www.mjusticia.gob.es/cs/Satellite/Portal/1292429103367?blobheader=application%2Fpdf&blobheadername1=Content-Disposition&blobheadername2=Medios&blobheadervalue1=attachment%3B+filename%3D190206\\_Justicia\\_pide\\_a\\_656\\_ayuntamientos\\_que\\_retiren\\_vestigios\\_del\\_franquismo.pdf&blobheadervalue2=1288804507916](https://www.mjusticia.gob.es/cs/Satellite/Portal/1292429103367?blobheader=application%2Fpdf&blobheadername1=Content-Disposition&blobheadername2=Medios&blobheadervalue1=attachment%3B+filename%3D190206_Justicia_pide_a_656_ayuntamientos_que_retiren_vestigios_del_franquismo.pdf&blobheadervalue2=1288804507916). Acessado em 03 de março de 2019.

5 Ministério da Justiça da Espanha. Disponível na internet no sítio <https://leymemoria.mjusticia.gob.es/cs/Satellite/Ley-Memoria/es/memoria-historica-522007#a15>. Acessado em 03 de março de 2019.

com violações de direitos humanos durante o regime ditatorial vigente entre 1964 e 1985. Tal lei ainda excluiu o parágrafo único do artigo 4º da Lei Ordinária Nº 12.302, de 12 de janeiro de 2012, que previa que “não se pode mudar nomes de próprios públicos que já estejam consolidados há mais de dez anos”. A Lei 12.626/2013 manteve, entretanto, o *caput* do artigo 4º da Lei 12.302/2012, que afirma que “os próprios públicos só poderão ter seus nomes modificados, através de outra lei, nas hipóteses de conveniência pública e para corrigir erro de grafia”. Esta CMV considera que a Lei Ordinária Nº 12.626/2013 trata-se de uma medida adequada aos regimes democráticos, e que deve ser implementada pelo poder público municipal.

A criação desta Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa, através da Lei Ordinária Nº 12.633, de 12 de agosto de 2013, estava sintonizada com o mesmo espírito legislativo de promoção de políticas públicas de memória e verdade sobre a ditadura militar presente na Lei 12.626/2013. Entre os objetivos dessa CMV, previsto no inciso VI do artigo 4º da lei que lhe criou, está o de “identificar e tornar públicos os nomes de praças, ruas, avenidas, logradouros e monumentos que façam referência ou prestem homenagem a pessoas praticantes, coniventes ou colaboradoras de práticas de violações de direitos humanos” durante o período previsto no artigo 8º do ADCT da Constituição Federal de 1988. Entretanto, na contramão dessas iniciativas legislativas, em 25 de setembro de 2013, a Prefeitura Municipal de João Pessoa entregou a obra de reforma da “Praça Marechal Castelo Branco”, localizada no Bairro Pedro Gondim, ao lado do Grupamento de Engenharia, sem fazer nenhuma alteração do nome dessa praça. Tal fato motivou a entrega, ao prefeito de João Pessoa, de uma “Nota de Desagravo” firmada pelo “Comitê Paraibano pela Memória, Verdade e Justiça”<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Vide <http://memorialdh.sites.ufsc.br/carta-aberta-comite-paraibano-memoria-justica/>

# CAPÍTULO 8

## HISTÓRIAS DE VIDAS CONTRA O ARBÍTRIO

### 8.1 - ANTONIO AUGUSTO DE ALMEIDA – UM COMUNISTA DA ARISTOCRACIA

Filho de tradicional família integrante da aristocracia açucareira do Brejo paraibano<sup>1</sup>, Antonio Augusto de Almeida foi criado em um ambiente de forte religiosidade. Contudo, esses valores e referências sociais e familiares não impediram que, ainda na adolescência, ele começasse a questionar não só tais valores, como toda a estrutura social em que vivia:

...e na adolescência para juventude comecei a me questionar. Ainda estudante aqui no Lyceu, umas aulas de História e tal, século XIX, manifestos comunistas. Aquilo tudo me impactou profundamente. Então, quando eu fui para Recife para fazer vestibular de Engenharia e estudar lá, eu já ia assim todo confuso como jovem.

Esta percepção da desigualdade e das injustiças sociais já o atingia desde cedo, quando retornava dos estudos na cidade para o engenho de seu pai e se reencontrava com os antigos amigos de infância, filhos de moradores:

...eu chegava lá e não tinha aquele entusiasmo porque os meninos que foram meninos comigo, filhos dos moradores, estavam na mesma situação, analfabetos, já pegando na enxada e tudo. E eu chegava todo cheio, e os meninos vinham junto de mim: “-Você tem muita leitura!” Um pergunta assim que eu..., aquilo me chateava demais e eu ficava assim, todo..., perdia o entusiasmo de chegar lá por conta desse reencontro que me incomodava. E isso já na juventude quando eu era estudante do Lyceu.

Chegando em Recife em 1953, momento em que a cidade vivia um clima de grande ebulição política e social, Antonio Augusto teve os primeiros contatos com militantes comunistas e, entre 1955 e 1956, cursando a Faculdade de Engenharia, ingressou na célula universitária do PCB, que englobava tanto estudantes de curso de Engenharia como os de Direito. Nas reuniões da célula universitária, recebiam orientações a respeito da linha do partido em relação aos movimentos sociais que ocorriam em Recife, como também tinham formação doutrinária, recebiam indicação de leituras, eram apresentados a documentos, etc.

Encerrando seu curso universitário em 1958, ele foi acometido de um problema de saúde e teve de voltar para a casa da família a fim de tratar-se. Após 6 meses, mudou-se para o Rio de Janeiro, mas como não conseguiu adaptar-se, voltou para João Pessoa, sendo admitido como engenheiro

---

<sup>1</sup> Seu pai, José Rufino de Almeida, era senhor de engenho em Areia e sua mãe, Adelaide, integrava a também tradicional família Gondim.

de uma empresa de construção civil<sup>2</sup>, onde permaneceu por cerca de 2 anos, demitindo-se no início de 1962, quando foi admitido pelo governo do Estado. Sua primeira missão, delegada por Ronald Queiroz Fernandes, antigo contemporâneo do Lyceu Paraibano e ocupante da Casa Civil do Governo Pedro Gondim, foi a montagem do perfil de uma indústria de produção de papel à base do sisal para ser apresentado em uma reunião dos governadores do Nordeste com o presidente da República, Jânio Quadros, e seus assessores. Para tanto, Antonio Augusto dirigiu-se à sede da SUDENE em Recife, a fim de obter informações técnicas sob a orientação do economista Jader de Andrade, um de seus diretores.

Após a realização da reunião dos governadores com a Presidência da República, iniciou-se a estruturação da Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Desenvolvimento para a qual foi designado Ronald de Queiroz:

...logo que terminou a reunião, resultou dessa reunião para a Paraíba a necessidade de criar um órgão de planejamento forte, uma “SUDENEzinha paraibana” e então Ronald estava preocupado em formar a equipe dele. Já existia o Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED), existia assim de uma forma pouco estruturada e ele então resolveu estruturar a Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Desenvolvimento, nos moldes da SUDENE, sendo em miniatura para aqui. E então ele me convidou e eu fui.

Ao ingressar no governo do Estado, no Conselho Estadual de Desenvolvimento, Antonio Augusto começa a conhecer pessoas ligadas ao PCB. Até então, durante o período em que trabalhou na construção civil e durante os 2 ou 3 meses em que ficou desempregado, ele esteve isolado da militância política e longe dos contatos com pessoas envolvidas nos movimentos sociais.

Quando eu entro no CED é que eu começo a ter esses contatos melhor, de conhecer as pessoas. E quando houve o episódio de João Pedro, 02 de abril, o de Alfredo Nascimento tinha sido antes, (...) eu já estava praticamente no partido, porque já conhecia várias pessoas, as pessoas já me convidavam prareunião e lá no Conselho eu conheço, passo a conhecer também uma pessoa que foi determinante, que foi o Zé Anísio Maia, o Zé Anísio Correa Maia, que era mais conhecido como Maia e que já era um dos dirigentes do partido aqui.

As suas ligações com o PCB chegaram ao conhecimento do seu pai, o que provocou uma alteração na relação entre os dois:

...embora eu não falasse nada com ele, mas ele teve conhecimento. E aí começou uma certa ruptura. Eu me lembro bem que um dia chegou um americano lá no Conselho, visitando aqui a Paraíba. A Paraíba era muito visitada por conta da questão, as Ligas [Camponesas], e vinham escritores e jornalistas americanos e de outras partes. Então Ronald mandou que eu acompanhasse esse americano pela região das Ligas Camponesas. E eu fui. Depois de toda região de Sapé, Rio Tinto, viajamos para o Brejo também que é uma outra situação geográfica diferente, de outro tipo de produção agrícola e também na questão fundiária diferente daqui. Então fui mostrar ao americano. E lá eu vou numa calçada com esse americano. Meu pai vinha de lá pra cá, me avistou e passou para o outro lado da rua.

---

<sup>2</sup> Ausonia Indústria e Comércio de Construções.

Ao ingressar no partido na Paraíba, Antonio Augusto já o encontrou bastante organizado, com a existência de um Comitê Estadual e de Comitês Municipais, a exemplo de Campina Grande, Cajazeiras, Rio Tinto e Guarabira, além de bases junto aos intelectuais, à universidade, ao ensino secundário, aos sindicatos e em bairros pessoenses como Cruz das Armas e Oitizeiro. A atuação de jornalistas ligados ao PCB é objeto de destaque:

Então o partido era organizado e tinha esse entrosamento muito forte, por exemplo, com os intelectuais, com os jornalistas. O Adalberto Barreto dirigia a API [Associação Paraibana de Imprensa]. Naquele momento em que Adalberto dirigiu a API foi um avanço muito grande porque a gente tinha uns espaços nos jornais através dos jornalistas. É claro que com uma linguagem com certo cuidado porque o partido estava na ilegalidade...

Antonio Augusto também se refere a outros militantes do PCB que integraram o IPM instaurado no estado após o Golpe de 1964 para apurar as ações “subversivas”, destacando a presença de Laurindo Marques de Albuquerque, professor de Direito, Luís Bernardo da Silva, que havia sido vereador em 1950 e do empresário Guilherme Rabay, este último, segundo Antonio Augusto, um nome importante para a organização financeira do partido:

O grande problema do partido era que não tinha finanças para as ações, toda ação gastava dinheiro como: deslocou para algum lugar, refeição, impressão de material, comunicação e tanto mais não lembro o que... Então era necessária a finança. A gente sofria muito com essa questão. E o Rabay ele era ligado às empresas, fazia projetos, projetos já pra SUDENE, era bem relacionado. E era assim, tinha uma criatividade nesse sentido que digamos assim, deu uma contribuição significativa, e por conta disso ele passou a conviver com a direção do partido. Praticamente ele foi puxado pra dentro do partido por pessoas da direção.

Além de evidenciar a atuação de lideranças como Maia, integrante dos quadros do CED, onde trabalhava na parte administrativa, e do dentista Leonardo Leal - pernambucano que militava no PCB naquele estado e que se mudou para João Pessoa ainda nos anos 1950, onde passou a exercer um importante papel de ligação entre os movimentos das duas regiões -, Antonio Augusto destaca a importância do intercâmbio de militantes paraibanos com os de outras localidades

Então você vê, tinha esse fluxo de pessoas que saíam daqui, entravam em contato com outro meio mais evoluído, no caso Rio e São Paulo, tanto política como economicamente, e quando voltavam traziam isso na bagagem, esses novos conhecimentos. O Alfredo Nascimento<sup>3</sup>, também a filha dele disse: “- Ele trabalhou no Rio e voltou pra Paraíba”. Então esse contato das pessoas do campo, o próprio João Alfredo<sup>4</sup>, Nego Fuba, e Pedro Fazendeiro, todos eles entram no partido através dessa articulação para a qual o Leonardo Leal foi fundamental.

---

3 Alfredo Pereira do Nascimento, membro da Liga Camponesa de Sapé e fundador da Liga Camponesa do Miriri, foi morto em março de 1962, em um conflito ocorrido no Engenho Miriri, então município de Mamanguape, em virtude das reivindicações pela abolição do cambão. Na ocasião, além de Alfredo Nascimento e de outro camponês, também foram mortos no confronto o “Capa de Aço”, codinome do sargento reformado da PM, Manoel Pereira da Silva, contratado por Pedro Ramos Coutinho como capataz e um outro vigia da propriedade. A respeito, RAMOS, 1989, p. 32 e LEMOS, 2008, p. 52.

4 João Alfredo Dias, também conhecido como Nego Fuba, era sapateiro e líder da Liga Camponesa de Sapé. Em 1964, após o golpe militar, foi preso no 15º. RI. Liberado no mês de setembro juntamente com o camponês Pedro Fazendeiro, consta da lista de desaparecidos políticos uma vez que seu corpo (assim como o de Pedro Fazendeiro), nunca foi encontrado.

Em dezembro de 1963, ocorreu uma greve dos canavieiros que foi um dos movimentos mais bem sucedido não só da Paraíba como de toda a zona canavieira da região Nordeste. Além de ter sido um sucesso pela paralização maciça dos trabalhadores do setor (majoritariamente, trabalhadores assalariados), o movimento conquistou diversos dos objetivos propostos, tendo influenciado na adoção do salário mínimo para o campo. Uma das formas de pagamento por parte das usinas era o pagamento por produção, em que o trabalhador recebia por tarefa realizada, a preços baixíssimos. Segundo Antonio Augusto, com este movimento grevista conseguiu-se elevar esses valores e aprovar uma tabela que foi válida para todo o Nordeste, além da conquista do salário mínimo. Em seguida ao movimento grevista, Antonio Augusto foi indicado pelo partido para participar como seu representante da reunião geral de avaliação ocorrida na sede do Sindicato dos Tecelões de Santa Rita, ligados à Companhia Paraibana de Tecidos, Fábrica Tibiti, para qual prestava serviços técnicos de engenharia. Uma das preocupações fundamentais do partido no momento de realização daquela “reunião de massas”, que congregava diversos setores do movimento e não apenas os integrantes do partido, foi a existência de indícios da tentativa, capitaneada pelos proprietários das usinas e tendo como agente Antônio Dantas, ex-militante e expulso do Partido, de dividir o movimento:

... nós tivemos conhecimento de que havia uma tendência para divisões. Implantar divisões no movimento significa enfraquecimento. Nós tínhamos essa preocupação permanente porque uma das táticas das usinas era dividir o movimento. Tanto é que a Liga Camponesa de Santa Rita nunca teve uma ação efetiva, que representasse uma força. Era uma divergência total.

A indicação do seu nome para representar o PCB, Antonio Augusto atribui não só à sua forma de atuar e à sua presença naquele município (já que ele trabalhava na Fábrica de Tecidos de Tibiri, sediada em Santa Rita), mas, sobretudo, à questão do “quadro queimado”:

...e outra razão também para o partido me escolher para participar daquela reunião foi a questão do que o partido chamava “o quadro queimado” e o “não queimado”. O “quadro queimado” era aquele comunista que notoriamente era conhecido como comunista. Na cidade onde ele aparecesse: “-Ó lá o comunista!” E então na linguagem do partido era o “quadro queimado”. Naquele momento isso era relevante porque, como se sabe, o Partido estava na ilegalidade E eu não era um “quadro queimado”. Poucas pessoas sabiam que eu militava no Partido Comunista. Então, para aquele tipo de opinião em que o público era muito heterogêneo, o partido achou que era melhor não levar um “quadro queimado” ...

O fato é que antes do início da reunião eles foram informados da presença de pessoas estranhas:

...chegando lá na reunião, os companheiros vieram nos informar, inclusive companheiros do Partido, que pertenciam à Liga, que havia elementos estranhos, pessoas que não eram conhecidas, que vieram de fora, e que a intenção era criar um sindicato rural a partir daquele momento da greve...

Segundo Antonio Augusto, naquela conjuntura, em que a Liga de Santa Rita ainda era bastante frágil, a criação de um sindicato rural representava, na avaliação do Partido Comunista, uma concreta

ameaça de divisão do movimento, pois tendencialmente, o sindicato seria um local de manobras e de exercício de peleguismo, carecendo de uma ideologia própria e favorecendo, inclusive, os interesses individuais das suas lideranças e os interesses das próprias usinas. Antonio Augusto, em seu depoimento, destaca a presença de um militante das Ligas interessado em promover esta divisão do movimento:

Felizmente depoimentos foram gravados e estão aí publicados. Nós podemos até dizer o nome: o Antônio Dantas foi quem deu esses depoimentos. Ele tinha sido expulso do partido exatamente porque ele era elemento desagregador do movimento. Ele nunca atuava numa direção que fosse escolhida como a direção mais racional para se atingir objetivos. Ele sempre divergia e optava por iniciativas pessoais. E por isso o partido o expulsou. O partido praticava o centralismo democrático: uma vez decidida coletivamente, aquilo passava a ser obrigação dos militantes aplicar, embora tivessem discordado, mas tendo sido voto vencido. Então teriam que obedecer àquela decisão coletiva...

Além de expulso do PCB, Antônio Dantas havia sido expulso da Federação das Ligas Camponesas. Antonio Augusto reafirma a desconfiança que havia em torno de Dantas:

...olha o Dantas, a gente naquele momento tinha muita desconfiança não só de pessoas equivocadas ideologicamente no trabalho de militância e de desenvolvimento de atividades, mas de pessoas, espiões, né, pessoas colocadas dentro do movimento propositalmente pela reação, pela direita, pelas usinas, pelos usineiros (...) era uma das razões porque a Liga Camponesa de Santa Rita não tinha jeito de funcionar, era aquele saco de gato: era o dedo da usina dentro da Liga. A usina destacava pessoas de sua confiança que começavam a atuar ali como se fosse para enganar, né, e entravam no movimento com esse propósito. E a gente tinha desconfiança de Dantas.

E apresenta um elemento documental que reforça a sua avaliação a respeito da credibilidade de Antônio Dantas: este, ao ser interrogado no IPM ao qual foi indiciado, indica o proprietário de uma das usinas da região para dar informações sobre ele.

E houve até uma comprovação que hoje é público: (...) no depoimento do Dantas, quando foi perguntado a ele, que aliás é uma pergunta estranha, “- Quem é que pode dar informações sobre você?”, o inquiridor, no caso Major Aquino, perguntou “se tinha algumas pessoas que pudesse [sic] confirmar sua atuação nas Ligas, respondeu que: CLOVIS MADRUGA, residente em Santa Rita, CARLOS GALVÃO, residente em João Pessoa e DR. JOÃO CRISÓSTOMO RIBEIRO COUTINHO, proprietário da Usina Santa Rita”. Então isso comprova... **(Rodrigo Freire)** Isso no Inquérito Policial Militar, né? **(Antonio Augusto)** É. No IPM tá dito isso por ele, Dantas que nós temos aqui uma cópia. Então, isso eu acho que é um comprovante daquelas suspeitas da atuação dele.

A partir da metade do ano de 1963, Antonio Augusto passou a contribuir com matérias para o jornal Terra Livre, periódico fundado em 1949 e editado em São Paulo pelo PCB, e voltado para os trabalhadores rurais. O fato dele estar presente nos diversos trabalhos de campo e nas diversas mobilizações sociais, possuir um carro com o qual podia se deslocar por toda região canavieira do estado e possuir uma câmera fotográfica fez com que o partido lhe desse a tarefa de “...ser uma espécie de correspondente do jornal Terra Livre aqui”. A sua primeira matéria – publicada na edição de fevereiro de 1964 - foi a cobertura da marcha realizada pelas Ligas nas imediações do Engenho Miriri, no final

do ano de 1963, quando o Exército montou um acampamento nas terras daquele engenho, com a presença de material bélico que até hoje em dia é lembrado por pessoas que, à época, eram crianças e assistiram as demonstrações de força por parte dos militares. Em seguida, Antonio Augusto fotografou as manifestações ocorridas na região do município de Itapororoca, área em que os proprietários estavam derrubando as casas dos moradores e expulsando suas famílias.

[Itapororoca] é uma região só de agricultura. Não era região canavieira, mas eram grandes latifúndios cheios de foreiros e pessoas que tinham nascido ali e pais e avós que tinham nascido nas terras. E os proprietários começaram a expulsar na marra, né? Chegavam lá, e as casinhas eram todas de palha, cobertas de palha e as paredes de taipa. E eles amarravam uma corda no anel principal da cumeeira e uma junta de boi puxava e derrubava a casa. E saíam as crianças nuas, às vezes só com um shortzinho, com um calçãozinho, e a mãe com os utensílios que ela conseguia pegar, fugiam apavoradas. E as Ligas organizaram uma passeata. Não só passeata, mas levar essas famílias de volta e construir as casas e botar as pessoas dentro das casas.

Antonio Augusto prossegue seu depoimento tratando de uma série de outras questões relacionadas aos movimentos ocorridos no campo envolvendo os camponeses e os proprietários e dos quais ele foi testemunha ocular ou acompanhou os seus desdobramentos: assim, ele nos narra a montagem, pelo governo Pedro Gondim, de um quartel da Polícia Militar comandado pelo coronel Luiz de Barros em Sapé; a marcha dos camponeses em direção ao sindicato rural de São Miguel de Taipú; os episódios de revide, por parte dos camponeses, às inúmeras humilhações sofridas por ordem dos proprietários e seus capangas; o mapa geopolítico da região de ocorrência das Ligas Camponesas com os seus municípios e as famílias que os comandavam. A respeito dos episódios em que os camponeses passaram a se vingar dos capangas e dos proprietários rurais, que tinham por hábito, para humilhar e desmoralizar “camponeses rebeldes”, colocar um chocalho de vaca no pescoço do indivíduo, acompanhando com frases que desmoralizavam o sujeito, Antonio Augusto relata:

... “chocalhar” a pessoa, né, e os capangas faziam isso, botavam um chocalho: “- Vá agora, você não é o brabo?” (...) Um camponês lá de Miriri tinha sido humilhado dessa forma por um capanga e o capanga, além de humilhá-lo, puxou uma faca e cortou a orelha dele na hora e disse; “- Vou tomar com cana...” (...) a questão do chocalho era uma coisa deles que estava tendo aquela necessidade de tanto tempo de humilhação, agora eles tinham um certo poder... (**Marlene Almeida**) Então quando eles começaram a colocar chocalho nos capangas e nos camponeses que não queriam entrar nas ligas camponesas foi como um revide também porque antes eles eram achocalhados? (**Antonio Augusto**) Exatamente. (**Marlene Almeida**) Então não foi uma criação deles, eles só transferiram...? (**Antonio Augusto**) Exatamente. Houve uma inversão da coisa, né. Agora quem achocalhava eram os camponeses.

Dentro desta abordagem mais ampla sobre as relações sociais e de poder no campo, Antonio Augusto faz um extenso relato acerca de uma questão ainda pouco explorada seja na historiografia dos movimentos camponeses, seja nos registros das memórias de camponeses: a existência de cemitérios clandestinos onde, ainda antes de 1964, eram enterrados os camponeses que se atreviam a contestar o poderio do latifúndio e, em decorrência, eram mortos nas propriedades rurais. Assim, Antonio Augusto descreve 03 destes locais: o primeiro deles, nas terras pertencentes ao Engenho Miriri:

O Miriri era uma propriedade tão grande, um latifúndio, a estrutura semelhante à de um feudo, que tinha até cemitério. (...) nos depoimentos que nós ouvimos dos camponeses esse local servia também para enterrar camponeses vítimas de capangas, camponeses que eram mortos lá em suas regiões, suas áreas lá, naqueles vazezinhos, e o corpo era trazido numa rede e jogado lá em covas rasas. A gente esteve lá, mas depois foi plantado cana em cima. Destruuiu o cemitério, os tratores passaram lá e a gente não acha nenhum vestígio.

O segundo local descrito por Antonio Augusto era em Itapororoca, em uma fazenda pertencente a José Duré, grande proprietário da região de Itabaiana e que detinha o monopólio de fornecimento de bois para os matadouros de João Pessoa

... ele tinha essa fazenda lá em Itapororoca, quer dizer, bastante distante de Itabaiana. (...) E essa fazenda servia de local para dar sumiço a cadáveres de camponeses. Infelizmente, se a gente tivesse chegado há alguns anos antes, parece que uns oito ou dez anos, foi o que a pessoa lá informou, tinha um velho que era a pessoa que tomava conta disso (...) e depois que a fazenda foi vendida ele permaneceu lá morando. E contava as histórias horríveis de pessoas que chegavam já mortas à noite em um caminhão e as enterravam em um buraco, enterrava. E depois passou a chegar gente viva para ser morta lá e fizeram uma espécie de uma cela. Ainda tem lá atrás da casa um quartinho bem pequeno. E botava o camarada lá e às vezes matavam de fome: “-Esquece esse homem aí, deixa ele aí morrer de fome”. E depois de uns dias tiravam o cadáver e enterravam lá.

Finalmente, Antonio Augusto apresenta a localização do 3º cemitério clandestino, na região de Sapé, nas terras da Usina Santa Helena, de propriedade de Renato Ribeiro Coutinho, a partir do depoimento da filha do carreiro – o homem que dirige um carro de boi – que transportava os corpos dos camponeses mortos:

...ali se praticava uma repressão terrível, na área de domínio da usina Santa Helena. Quem ousasse contestar o mínimo que fosse era sumariamente morto e isso geralmente era feito nos fins de semana. E esse homem era uma pessoa antiga lá. Sempre alguém da confiança dos proprietários. E ele era encarregado de conduzir esses cadáveres que chegavam lá na sede da usina para esse local chamado Estrada do Bom Fim. (...) esse depoimento foi prestado pela filha dele que era menina, mas disse que ia com o pai, (...) chegava lá o homem parava na beira da mata e puxava os cadáveres. Ele mesmo saía puxando mata a dentro. Não enterrava, não. Deixava lá para os urubus comerem nessa mata.

Antonio Augusto também discute em seu depoimento aspectos de outros movimentos sociais verificados na conjuntura pré-golpe de 1964. Um deles foi a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), inspirada no Movimento de Cultura Popular (MOP) de Pernambuco e criada pelo governo do Estado, subordinada ao CED.

O Governo Miguel Arraes lá em Pernambuco tinha criado o Movimento de Cultura Popular (MOP), e o MOP estava fazendo um sucesso muito grande não só na cidade, no Grande Recife, mas também no interior, na área das Ligas Camponesas na Zona da Mata. E o Conselho então resolveu aqui na Paraíba também ter uma iniciativa semelhante.

Assim como o CED, a CEPLAR vinculava-se diretamente ao gabinete do governador e tinha na figura de Ronald Queiroz a sua direção geral, o que lhe garantia um perfil progressista e lhe permitia um espaço de atuação junto aos setores populares:

...o Ronald, digamos assim, era um representante dessa fração ainda muito pequena da Igreja. Ele sempre foi muito religioso, muito católico, mas montou uma equipe no Conselho além dessa base. Eram pessoas de esquerda, algumas pertencentes ao Partido, como era o meu caso, e outros, não. Mas técnicos que pensavam assim de forma mais avançada, um pouco dentro da linha Celso Furtado. Então algumas ações que a gente pode citar como fruto dessa atuação do CED foi a criação da CEPLAR.

Integrante do CED, Antonio Augusto participou das ações da CEPLAR:

Então a CEPLAR funcionava ali, e teve uma ascensão muito rápida. Logo começaram a ser feitos cursos de formação de professores e eu me lembro que fui convidado para dar umas aulas. Essas aulas aconteciam na Faculdade de Direito no prédio da praça João Pessoa, à noite, e eu fui convidado para dar aulas de economia política [...]. E foram formadas várias turmas, e esse pessoal passou a entrar em ação. Eu me lembro bem de uma experiência na Ilha do Bispo, ficou muito conhecida na época, e nas Ligas Camponesas.

A mobilização ocorrida em Rio Tinto, envolvendo a fábrica de tecidos daquele município, o sindicato dos tecelões, trabalhadores do campo e o prefeito local, Antônio Fernandes, ex-presidente do sindicato e militante comunista, eleito prefeito municipal em 1962, também foi objeto das lembranças de Antonio Augusto.

É, Rio Tinto constituiu também um avanço grande. (...) o sindicato até então, até a ascensão de Antônio Fernandes, era um sindicato que não tinha condições de enfrentar a fábrica. A fábrica tinha um domínio total, pois era uma fábrica com mentalidade de latifúndio, né, era uma indústria. Então as relações sociais de produção eram praticamente iguais às do campo. (...) Então a fábrica exercia uma pressão muito grande e permitia o sindicato, mas o sindicato tinha uma ação assim consentida, permitida, desde que não afetasse o poder da fábrica, o poder sobre os empregados. E a eleição de Antônio Fernandes rompeu mais ou menos esse tipo de situação e no ano em que começou a gestão dele houve condições para se criar a Liga Camponesa de Rio Tinto. Foi um ato muito importante, muito interessante, nós tivemos lá. Isso também é um acontecimento de 1963, desse ano que foi rico em avanços.

Ocorrido às vésperas do golpe, Antonio Augusto relembra do episódio na Faculdade de Direito, em que lideranças estudantis que atuavam nos movimentos sociais e políticos, em protesto contra a visita que Carlos Lacerda faria à capital, decidiram ocupar aquela faculdade, ficando sitiados no interior do prédio, enquanto uma multidão se concentrava do lado de fora, na praça João Pessoa.

...o Lyceu desempenhava um papel importante nesse sentido, político e da política estudantil. Então, nasceu dentro do Lyceu essa iniciativa de ocupar a Faculdade de Direito. E estudantes e a militância do partido que conviviam com esses grupos embora divergissem ideologicamente aderiram, foi o caso de Breno Matos. Breno era do partido e estava lá dentro da Faculdade de Direito.

Da multidão que tentava invadir a faculdade para retirar os estudantes faziam parte capangas e milicianos trazidos das propriedades próximas a João Pessoa. Antonio Augusto e outros integrantes do Partido, ao saberem do que ocorria, se dirigiram ao local:

...então quando eu cheguei lá, eu fazia parte da direção, como eu disse, do Partido, encontrei vários companheiros (...), assim meio angustiados: “- O que a gente pode fazer? Estão os estudantes lá, vão ser massacrados”. E a gente então reuniu rapidamente mais outros companheiros lá. (...)

Contando com um bom número de integrantes, este grupo resolve partir para o enfrentamento e retirar os estudantes sitiados, muito embora não tivesse a verdadeira dimensão acerca da composição dos adversários:

Mas a gente tinha assim, uma retaguarda boa. É tanto que a gente resolveu enfrentar. Mas quando a gente foi enfrentar, [viu que] eram pessoas que estavam ali... preparadas, eram capangas trazidos das usinas e coisas desse tipo. (...) E quando a gente partiu pra cima foi que a gente viu que era uma desigualdade terrível, que a gente ia ser massacrada.

Antonio Augusto conseguiu sair ileso da situação em função da ajuda que recebeu de um antigo conhecido de infância:

É, mas a gente continuou com aquelas palavras, e aí eles voltaram correndo pra me perseguir. Não sei, acho que eu me destaquei assim, levantando a mão ou qualquer coisa. Eu não fui massacrado por que um cara conhecido meu desde menino, colega não, fomos criados juntos lá no engenho do meu pai, o filho do, na época, administrador do engenho. Ele sempre foi ligado aos grupos de direita daqui, e ele estava com o jipe parado lá e Pedro me pegou e me sacudi dentro do jipe, o pessoal vinha já com uns paus, eles já tinham arranjado paus e pedras.

Finalmente, Antonio Augusto se recorda do momento da eclosão do golpe e da repercussão imediata dos acontecimentos. Segundo ele, a notícia pegou a todos totalmente de surpresa: “A gente esperava uma reação e dificuldades. Mas não uma coisa feita com aquela rapidez e de forma a engessar, neutralizar totalmente o movimento no Brasil todo.” Na noite do dia 31 de março, ainda se vivia o clima de mobilização social e política com a perspectiva de realização de um comício, já agendado, em Cruz das Armas. Contudo, qualquer movimento neste sentido já se mostrava totalmente impossível:

...a finalidade desse comício em Cruz das Armas era para levantar as forças e a gente continuar e se preparar para enfrentar. Mas nunca pensamos numa coisa dessas, do Exército montar uma operação bélica com tanta força e com tanta rapidez. E então a gente, pessoas do partido, foram destacadas pra ir pra Cruz das Armas pra organizar palanque, gambiarra de luz, alto falante, pra fazer a convocação da população para o evento. Quando a gente vai chegando em Cruz das Armas, assim seis, sete horas, eu tinha ido também um pouco cedo pra ver como é que estavam as coisas, quando a gente chegou lá, estava cercado pelo Exército, polícia e tudo. E chegaram umas pessoas e nos encontraram e disseram: “- Olhe, prendeu todo mundo, o Exército, não tem mais ninguém. - Quem foi preso? Fulano, sicrano, quem estava aí e vocês desapareçam daqui.”

Na manhã do dia 01 de abril a notícia do golpe já era veiculada pelas rádios ao mesmo tempo em que novas prisões eram efetuadas. Militantes do Partido Comunista ainda tentavam se encontrar e articular algum movimento de reação, o que demonstrou ser inviável em virtude das prisões que já haviam ocorrido.

No outro dia a gente tenta então se articular. E quando eu encontro Maia, ele estava com essa preocupação: “- Precisamos nos articular, precisamos convocar as pessoas pra montar uma greve, procurar fulano do sindicato...” (**Monique Cittadino**): Ele ainda pensava em reagir? (**Antonio Augusto**): Pensava em reagir. A gente marcou uma reunião, fizemos umas duas reuniões ainda assim, mas já não conseguimos resultado porque, íamos na casa de fulano, quando a gente chegava perto já tinha uma pessoa: “- Olhe nem vá lá que já foi preso, foi lá e tal”. A gente já começou a se esconder um pouco, né?

Como Antonio Augusto ainda não era um quadro “queimado” dentro do PCB, na manhã do dia 02 ele segue para seu expediente no CED. Chegando lá, é convocado por Ronald Queiroz para acompanhá-lo a Recife, onde iriam de posse de um ofício tentar um contato com Miguel Arraes. Mas, após certa dificuldade para chegar próximo ao Palácio do governo, em virtude das diversas “batidas” policiais e do exército, a decepção com o cenário que vislumbravam:

... mas, quando a gente chegou em Recife foi uma decepção. Todo exército ocupando toda aquela área do palácio, ali pelo Teatro Santa Isabel, tudo era só militar. Do outro lado do rio a gente olhava. **(Rodrigo Freire):** Dois de abril? **(Antonio Augusto):** Dois de abril, (...). Sim, ele foi à SUDENE. Lá no prédio da SUDENE que era lá no centro, naquele tempo era no centro da cidade e lá também estava ocupado pelo exército. De longe quando a gente via aquele aparato já desviava o carro. E aí voltamos, voltamos pra João Pessoa e eu então me encontrei com Maia novamente.

Ao trocarem informações que apontavam para a irreversibilidade da situação, decidem, ele e Maia, que a solução seria cada um articular seus esquemas de fuga. Antonio Augusto cede à pressão da família indo se refugiar no município de Patos, na fazenda do coronel Matias, num esquema montado pelo seu irmão Maurício. Contudo, a situação de isolamento naquela propriedade, somada ao reacionarismo do seu proprietário, fizeram com que ele não suportasse o “desterro” e, no terceiro dia, decide voltar para João Pessoa. No caminho, para em Campina Grande, onde se encontra com sua noiva, Marlene Costa, que estava indo para Patos à sua procura. Ao chegarem em João Pessoa, percebem que o clima havia mudado: Antonio Augusto, neste momento, já estava sendo procurado em todos os locais, inclusive na residência dos pais de Marlene. A saída foi o refúgio na casa do amigo Heitor Cabral, recém-casado.

Tendo encontrado Heitor Cabral, ele disse: “ - Não, você vai é pra minha casa”. Eu digo: “ - Tá doido rapaz, você casou-se agora há pouco tempo, eu vou lá incomodar você...”. “ - Não, faço questão e tal”. Aí eu fui pra casa dele, que era lá junto, onde tem a feira de Jaguaribe. Tem umas casas assim já perto da mata, né? Era uma casa bem pertinho da mata. **(Marlene Almeida):** Ele inclusive disse que a gente poderia fugir **(Antonio Augusto):** Disse ali é que é bom, porque se chegar você corre, entra na mata e tal. **(Marlene Almeida):** Ele botou uma escada no quintal pra gente correr e ir pra mata **(Antonio Augusto):** Foi, pular o muro.

Na casa de Heitor, o casal permaneceu alguns dias. Mas, o Exército continuava à caça de Antonio Augusto, indo, com frequência, na casa dos pais de Marlene e de parentes, o que provocava grandes transtornos para a família. Ele decide, então, entregar-se, apresentando-se no 15-RI.<sup>5</sup> Neste quartel ele permanece incomunicável cerca de três ou quatro dias, ao fim dos quais é transferido para o Grupamento de Engenharia, passando a responder ao IPM e onde permaneceu por mais de um mês. A partir deste momento, a opção de continuar tendo uma participação efetiva na militância junto ao PCB, o que só poderia ocorrer necessariamente na clandestinidade, era algo que foi afastado imediatamente do seu horizonte. A sua disposição era a de apenas manter-se vinculado ao partido. Ao mesmo tempo, restava a Antonio Augusto o reordenamento da sua vida profissional. Demitido do CED e com

---

<sup>5</sup> A respeito do período em que ficou detido, vide capítulo XX.

grandes dificuldades para conseguir outro emprego, haja vista a sua “ficha corrida” que denunciava o seu envolvimento em atividades “subversivas”, ele, juntamente com diversos colegas egressos do CED, montou um escritório para elaboração de projetos para empresas que quisessem concorrer aos incentivos da SUDENE. Antonio Augusto permaneceu neste escritório até o final da década de 60, quando passou a atuar individualmente. Em 1971, foi convidado por Dorgival Terceiro Neto, prefeito recém nomeado de João Pessoa, para participar do governo ocupando um cargo técnico. O seu “passado comunista” não era algo que importasse ao novo prefeito: “- Não, eu não quero saber disso, não, Antonio Augusto. Já me deram boas informações suas e eu quero que você vá.” Após o governo de Terceiro Neto, Antonio Augusto permaneceu na administração de Hermano Almeida, sendo nomeado para o cargo de Secretário de Planejamento.

A reaproximação mais concreta com o PCB dar-se-ia ao longo dos anos 70, sobretudo com a chegada a Paraíba de Vanderley Caixe, quadro do partido que tinha vindo ao estado auxiliar o bispo Dom José Maria Pires na montagem de um centro de defesa dos direitos humanos.

E aí foi um período interessante, porque a gente começou a reviver um pouco o partido não é, embora não tivesse fazendo parte da militância, mas a gente saber o que o partido estava pensando, estava debatendo. (...) eles produziam uma série de documentos da área econômica, da área política. E esses documentos descem pra serem discutido nas bases e feito sugestões e encaminhado de volta. E Vanderley veio com essa missão de discutir. Então agora, a partir desse momento, a gente começa a ter uma vivência assim um pouco mais próxima do pensamento do partido, embora não esteja nas ações de militância, mas, o que é que o partido está pensando dessa situação do país, do regime militar, da ditadura militar

No final da década de 70, com a lei da Anistia, o regresso de antigos companheiros e o ingresso de novos, a militância política torna a se intensificar. A partir de então, não mais junto ao PCB, marcado pela saída de Luiz Carlos Prestes da sua direção, mas sempre militando no campo da esquerda, na militância ambientalista na APAN (Associação Paraibana dos Amigos da Natureza) e na Associação Cultural José Martí, de solidariedade a Cuba, das quais foi fundador e presidente. Tais propósitos fazem com que, até os dias de hoje, contando com mais de 80 anos, o jovem “Toinho” empunhe uma bandeira vermelha e a levante na defesa dos que sofrem e são oprimidos.

## 8.2 - MARLENE ALMEIDA – IDEOLOGIA E ARTE

Nascida no município de Bananeiras, Maria Marlene de Castro Costa (seu nome de solteira) mudou-se para João Pessoa com a família quando tinha apenas 02 meses de vida. Estudou em um colégio de freiras, o Colégio Nossa Senhora das Neves, e cresceu em um ambiente muito religioso, o que marcou sua visão de mundo na infância e juventude.

Meu pai era muito religioso. Tinha um tio padre. A minha casa era bem pertinho da igreja e os padres viviam na minha casa. Quando eu era menina, eu pensava, acho que talvez pelo que eu aprendi, que o mundo era organizado e as pessoas nasciam pobres e outras ricas e isso era porque Deus queria. Inclusive para facilitar a entrada no céu dos ricos, pois os ricos só poderiam ir para o

céu dando esmola e fazendo caridade. Então, os pobres que estavam pelas ruas, eles serviam para que os ricos alcançassem o céu. Isso ficou muito tempo na minha cabeça porque eu estava vivendo naquele mundo da esmola, achava muito bonito uma pessoa dar um tostão, na época, uma moedinha que não servia para nada, de esmola.

Tal visão de mundo começou a mudar radicalmente a partir do seu ingresso na Juventude Estudantil Católica (JEC), ainda no Colégio das Neves, por volta do ano 1956-57, quando ela conheceu padres, a exemplo do Pe. Juarez Benício e do Pe. Everaldo, que diziam que a existência da pobreza não era algo necessário e que os pobres tinham direito a uma vida diferente. Ao mesmo tempo, ela ia tornando-se uma leitora voraz, aproximando-se da literatura e da filosofia, e recorrendo à biblioteca existente no Colégio.

E eu sempre estava nessa biblioteca pegando um livro ou outro e isso mudou também a minha maneira de pensar. Eu acho que talvez tenha sido na biblioteca do colégio que eu li algum livro que criticava Sartre, que criticava o existencialismo. Todas as citações que foram comentadas eu gravei. Eu ainda hoje sei em francês citações que eu li quando era menina nesse livro. Eu nem me lembro mais de francês direito.

Quando do seu ingresso na universidade, no início dos anos 60, naturalmente sua opção foi pelo curso de Filosofia. Neste momento, ela fez a transição da JEC para a JUC (Juventude Universitária Católica) entidade bem mais estruturada, e passou a participar dos encontros e seminários organizados pela entidade.

Padre Juarez era a grande figura da JUC. Nós fomos para uma semana de estudos na cidade de Coremas. (...) Padre Juarez conseguiu hospedagem para todos lá. Tinha uma igreja que ele usava para celebrar uma missa todo dia e o seminário abordava o comunismo e o cristianismo. As aproximações e as diferenças entre os dois pensamentos. E ele convidou pessoas do Rio, gente da UNE, alguns que eram cristãos e alguns comunistas. E aí nós passamos uma semana lá. Eu me lembro que ao final a gente chegou a uma conclusão que a única coisa que separava comunista de cristão era o materialismo. O resto era igual.

Ao retornar do encontro no município de Coremas, ela própria passou a integrar uma das bases de estudantes do partido em João Pessoa, contando também para isto com o convite feito por José Anísio Maia, uma das lideranças partidárias, e seu contraparente. Desta base de estudantes, Marlene recorda-se de Marcelo, Bernadete, Juvêncio, Abdias Sá, Raíff, Maria Amélia e Zita Moreno. Desta intersecção entre a faculdade de Filosofia, a JUC e a militância na base estudantil do Partido Comunista, inicia-se uma primeira preocupação com a questão do campo e, em decorrência, uma aproximação com as Ligas Camponesas e o mundo rural:

...a gente começou a discutir a questão do campo, a participar de reuniões das ligas camponesas, a visitar a casa de camponês. Então você sai de dentro de uma faculdade com pessoas que estudam na cidade, que não conhecem nada daquela realidade, para ir visitar a casa de um camponês no campo. Naquela época, a casa de um camponês era com terra em baixo, não tinha piso, coberta de palha e os móveis reduziam-se a uma mesinha pequena com alguns tamboretas, redes para os meninos e um fogão desse de barro, de cozinhar a lenha, e um pote com água e uma caneca só. (...). Então, era essa a realidade que a gente não conhecia e que começou a ver.

É em consequência deste cruzamento de instituições e de interesses envolvendo o movimento estudantil e o mundo rural, no qual a grande maioria da população era analfabeta, que Marlene salienta a emergência do movimento que deu origem à Campanha de Educação Popular (CEPLAR):

E o Partido Comunista tinha uma preocupação grande também em unir camponeses, estudantes e operários. Então essa era uma tarefa nossa. Era uma missão fazer esse trabalho. E na hora o que a gente via, o lugar onde a gente precisava trabalhar mais era exatamente no campo. É onde havia esse problema mais sério de analfabetismo e por isso mesmo uma vida de quase escravidão, porque a pessoa que não sabe escrever, que não tem nenhum documento, que não conhece nada, faz como esse que me disse: “- Ele era feitor porque ele tinha letra”. E ele, então, era o escravo.

A CEPLAR, idealizada por alunas que concluíam seus respectivos cursos, a exemplo de Iveline Lucena da Costa Lage, Maria das Dores de Oliveira Porto (Dorinha), Lígia de Mercês Macedo, as irmãs Ana Maria e Cinira Nóbrega, Bernadete, Lourdes e muitas outras, como se recorda Marlene, foi encampada pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED), órgão do governo de Estado no período da administração de Pedro Gondim, onde trabalhavam diversos militantes comunistas e simpatizantes das causas sociais.<sup>6</sup> Sob a responsabilidade do governo do Estado, a CEPLAR desenvolveu-se, ultrapassando a mera questão do combate ao analfabetismo, e incorporando as questões culturais mais amplas, nos moldes do pensamento de Paulo Freire. A participação de Marlene, que também se iniciava nas artes plásticas, se deu de forma voluntária, trabalhando junto ao setor de artes da CEPLAR. Além disto, na época ela trabalhava na secretaria de Serviço Social do Estado e foi transferida para a Rádio Tabajara com a finalidade de acompanhar o trabalho desenvolvido por Paulo Pontes, que também participava da CEPLAR como membro voluntário. A respeito da capacidade de Paulo Pontes de usar o teatro e as diversas manifestações artísticas para melhor atingir o público, Marlene comenta:

...tinha um problema na Ilha do Bispo, problema da comunidade, problema de poeira, um problema de falta de habitação, etc. Paulo transformava aquilo em uma história e a gente preparava e levava pra apresentar lá no núcleo da CEPLAR. Às vezes uma peça de teatro com artistas mesmo, às vezes bonecos, mamulengos com bonecos, às vezes só música, umas pessoas cantavam. Ele era capaz de uma coisa ou outra. Ou uma peça grande, ou uma coisa pequena, ou o programa de rádio. Qualquer coisa na maior rapidez. (...) E foi um trabalho assim muito importante o que ele desenvolveu, porque com essas ferramentas, com essas coisas mais alegres, mais até brincalhonas e tal, a gente tinha muito mais facilidade de chegar até as pessoas e de mostrar coisas que falando só a gente não teria condições.

Marlene se refere a um outro caso em que a participação de Paulo Pontes foi fundamental para o encaminhamento das questões: havia uma comunidade no município de Cabedelo, cujas casas de palha haviam sido construídas embaixo do coqueiral de um latifundiário que só permitia que a limpeza dos coqueiros fosse realizada pelos seus funcionários, o que era bastante demorado, ensejando uma situação de risco de acidentes pela queda espontânea de cocos secos, o que de fato acontecera, atingindo o berço de uma criança. A realização de uma peça com teatro de bonecos, de autoria de Paulo

---

<sup>6</sup> Marlene cita Antonio Augusto e José Anísio Maia como militantes comunistas e Heitor Cabral e Ronald Queiroz, este último coordenador do órgão, como pessoas sensíveis às questões sociais, sendo Queiroz ligado à nova Igreja Católica que, surgida naquela conjuntura, professava a “opção pelos pobres”.

Pontes, conseguiu unificar a população para o entendimento da importância da reivindicação de seus direitos. Em consequência, criou-se uma associação que conseguiu negociar com os proprietários o corte dos coqueiros nas imediações das casas.

Não apenas Paulo Pontes, mas outros artistas como Pedro Santos, Breno e Zezita Matos, Vladimir de Carvalho, João Ramiro e Linduarte Noronha apoiaram as atividades da CEPLAR. Com isto, verifica-se que o trabalho desenvolvido não se limitava apenas ao aspecto educacional, transmutando-se em um papel de intervenção na sociedade, de mudança de paradigmas para aquela população carente e tradicionalmente destituída de quaisquer garantias e direitos. E assim, paralelamente ao crescimento da instituição, a sua atuação começou a encontrar opositores:

... a CEPLAR foi ampliando e criando filiais em outras cidades. Em quase todo o estado já tinha escolas da CEPLAR, pessoas preparadas para isso, educadas para isso. Eu acho que isso estava também começando a incomodar muito, porque todo mundo começou a descobrir que tinha direito, que poderia aprender a ler, poderia assinar. (...) isso foi criando um ódio terrível no meio dos latifundiários, dos que estavam se sentindo em perigo porque aquelas pessoas que quase não existiam começavam a pensar e a ter força.

Nesse ínterim, por volta dos anos de 1961-62, ao participar de um curso de economia política promovido pelo Banco do Nordeste, SUDENE e pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento, Marlene, contando com a intermediação de José Anísio Maia, conhece Antonio Augusto de Almeida, funcionário do CED que assistia o curso como aluno e com quem viria a se casar. Neste sentido, a colocação de Marlene é significativa:

Eu encontrei com Maia e disse: - “Maia, eu gostei muito daquele..., todas as intervenções e tal..., queria..., me apresenta a ele”. Aí Maia me apresentou a Antonio Augusto. **Então Maia me apresentou o partido e me apresentou Antonio Augusto.**

O vínculo com Antonio Augusto, uma das lideranças do PCB naquela ocasião, fez com que Marlene estreitasse ainda mais a sua articulação com o partido. Em decorrência, aprofundava-se o sentimento de estar seguindo o caminho de uma redenção social, da construção de um novo país.

Antonio Augusto dedicava todo o tempo de folga ao partido e ao trabalho tanto aqui na cidade como no campo. E a gente fazia sempre esse trabalho juntos. (...) Eu participei de todos os grandes eventos do interior. Da criação do sindicato de São Miguel de Taipu, que foi um evento espetacular, foi uma multidão imensa, reunida, organizada. (...) Eu me sentia lá dentro no meio de todos aqueles camponeses como uma verdadeira Joana d’Arc: “- Eu estou numa coisa assim, numa guerra, a gente vai ganhar isso, a gente vai ter isso aí”. Porque aquele pessoal que estava ali, estava todo entusiasmado, era um pessoal que estava aprendendo os direitos deles, que estava estudando e que ia melhorar esse mundo, e que ia melhorar o país.

Na medida em que se intensificava o trabalho do PCB no meio rural, inicialmente junto às Ligas Camponesas, mas também com os sindicatos rurais que começavam a ser criados, a reação dos latifundiários não se fez demorar. As intimidações começaram com os espancamentos aos camponeses e, em breve, continuariam com os assassinatos. Marlene se refere à surra dada no camponês João

Domingos, que teria ficado louco após o episódio, e às mortes de Alfredo Nascimento, líder da Liga de Miriri, e João Pedro Teixeira, da Liga de Sapé.

É neste contexto que emerge o golpe de 1964. Segundo disse em seu depoimento, Marlene e os demais companheiros foram pegos totalmente de surpresa com a notícia do movimento armado, algo totalmente inesperado na sua avaliação. Indagada se diante das demonstrações de organização dos setores à direita os integrantes do Partido desconfiavam de algum tipo de mobilização golpista, ela afirma:

Não, a gente sabia que eles se organizaram e que as coisas iam ficar um pouco mais difíceis. Mas que a gente ia sempre ter uma quantidade de pessoas muito maior do lado da gente, que eles iam ser uma minoria que aos poucos ia se adaptar a essa nova modalidade de vida, essa nova condição. Era isso mais ou menos o que todo mundo pensava. (...) Prestes também não notou nada disso. Não houve nenhum aviso, nada. A gente simplesmente caiu num vácuo de repente.

Desta forma, um pequeno grupo de militantes do Partido foi se encontrar em um terreno baldio na praia do Bessa que, à época, era uma praia distante, para definirem as atitudes a serem tomadas. Lembraram-se de que na sede do Partido estavam guardados todos os documentos que poderiam comprometer seus integrantes. Coube a Marlene a tarefa de ir resgatá-los.

Tinha um senhor gordo lá que trabalhava como porteiro. (...) Quando eu cheguei, ele disse: “- O exército veio aí, saiu e volta já. E me disse que não deixasse entrar ninguém. Mas você entra que eu não estou vendo. Corra lá que eu não tô vendo. Vá pelas escadas. Não vá pelo elevador. No elevador não pode que eu não posso ver”. Aí eu subi correndo e quando eu cheguei lá eu não sabia nem o que pegar. Fui procurando onde tinha nome de alguém. Eu tinha levado uma sacola grande e fui botando dentro, arrancando as primeiras páginas de livros que tivesse o nome, os papéis, tudo que deu para pegar eu peguei e botei dentro.

Ao descer, carregando duas sacolas imensas, passava Heitor Cabral, dirigindo seu carro. Avisou Marlene, freou e ofereceu ajuda. Colocaram o material na mala e, mesmo sabendo do risco que corria, Cabral acompanhou Marlene de volta ao prédio para buscar o restante das coisas que ela não havia conseguido carregar. Tentaram se livrar do material comprometedor jogando no rio Jaguaribe. Contudo, como chamaram atenção das pessoas que passavam e como parte dos papéis não afundava, desistiram. Entraram em contato com Antonio Augusto Almeida que se lembrou de um cunhado proprietário de uma lavanderia de roupas. À noite, foram queimar os papéis no forno da lavanderia:

E aí, com um pedacinho, o porteiro disse: “- O senhor deve estar fazendo alguma coisa errada, seu Nilson. Porque está saindo tanto papel queimado lá de cima”. Aí a gente saiu correndo. Você acredita que dava pra ler **(Monique Cittadino)**: O papel? **(Marlene Almeida)**: Sim. A gente botava pra queimar e saia pela chaminé, dava pra ler os pedaços. A gente saiu catando esses papéis, tremendo pelo meio da rua, saí juntando papel na rua toda, o vento levando e a gente pegando aqueles pedaços de papel que não estavam queimados. Botamos de volta tudo dentro do saco sem saber o que a gente ia fazer. Terminou que eu combinei com minha mãe: a gente enterrou num terreno vizinho da casa da minha mãe. Mas, nunca mais a gente achou esse material.

A ação de Marlene, destruindo documentos e papéis que identificavam membros do Partido, evitou a prisão de diversos integrantes, a exemplo de Manoel Alves, ainda desconhecido naquela época. Contudo, figuras mais conhecidas, como o dentista Leonardo Leal, não tiveram a mesma sorte. Marlene recorda-se do dia da sua prisão:

...cheguei lá, tinha o exército do lado de fora. Antonio Augusto não foi nessa hora, ele estava se preservando um pouco. Mas eu vi quando eles entraram lá, fiquei longe, as pessoas comentando na rua: “- Ali é a casa de um comunista, tem arma, o exército vai tirar.” Tinham certeza que ia ter muita arma na casa de Leonardo. Só se fosse Leonardo, ele era incapaz de pegar numa arma.

Questionada sobre manifestações de resistência nesta fase inicial do golpe, Marlene desnuda o esquema estabelecido pelos setores golpistas para impor a intimidação sobre a sociedade, obstaculizando, assim, as possibilidades de reação:

No começo, no primeiro tempo, quase não existiu reação. Quase todo mundo que tinha uma liderança foi preso, ou teve que fugir, ou foi demitido ou foi perseguido, ou estava com medo de ser preso, com medo de ir para Fernando de Noronha. As famílias estavam apavoradas, foi um negócio assim muito forte.

Para ela, casos como a da brutal tortura do bancário Boanerges Timóteo, que se tornou amplamente conhecida, não significaram que o aparato repressivo ainda não estivesse preparado para atuar de forma sigilosa e sim, adequavam-se a uma lógica da exemplificação pedagógica do que poderia acontecer àqueles que se dedicassem à “subversão”.

...quando Boanerges foi preso, que ele foi o primeiro a ser preso, o primeiro a ser torturado, todo mundo soube na cidade. Não existia facebook, whatsapp, telefone celular, nada. Pouca gente tinha telefone, mas todo mundo soube no outro dia que existia aquele tipo de tortura, que ele foi torturado, que eles tinham capacidade de torturar uma pessoa. Espalhou-se assim, eu acho que até saíram mandando dizer às pessoas pra poder todo mundo saber. (...) Foi o projeto deles. **O projeto deles foi mostrar que torturavam; o projeto deles foi mostrar que levavam pra Fernando de Noronha sem dizer se ia voltar ou não.**

Neste sentido, as prisões, o uso da violência e a institucionalização da tortura tornaram-se armas de desmobilização social. O clima de terror e pânico instalado na sociedade passou a ser usado como arma de perseguição política, de ascensão social, de favorecimento pessoal, já que os processos de denúncia e de delações começaram a se suceder:

Então havia um pavor, todo mundo tinha medo, todo mundo tinha medo desse nome pau de arara. E a quantidade de gente que se transformou em dedo duro foi muito maior do que vocês possam imaginar. Todo mundo que queria o emprego de alguém, que não gostava de alguém, era só telefonar, dizendo: “- A pessoa é comunista”, ou “- A pessoa gosta de comunista” ou “- Eu vi uns livros estranhos na casa”. Qualquer coisa, qualquer sintoma, por menor que fosse o sintoma, a pessoa estava ruim. Seria preso e daqui que explicasse o que era... era muito difícil tudo...

Em decorrência do avanço do processo repressivo e das prisões que se sucedia, a família de Antonio Augusto convenceu-o a se esconder. Ao mesmo tempo, Marlene também saiu de casa e foi

para a casa de Wilson Marinho, funcionário da CEPLAR, mas sem ligações com o Partido Comunista. A solução foi temporária e, posteriormente, os dois são recebidos na casa de Heitor Cabral:

Heitor, além de ter ido comigo pegar o material, ele nos recebeu na casa dele, sabendo que estava recebendo dois comunistas procurados, sabendo o que estava acontecendo. Que qualquer coisa a pessoa seria preso e sofreria sanções. Ele foi um amigo especial. E aí nós ficamos na casa de Heitor. Lá na casa de Heitor foi muito bom, fomos muito bem tratados.

Enquanto permanecia escondido, os militares continuavam a busca por Antonio Augusto. A casa de Marlene era, invariavelmente, alvo das batidas policiais:

...minha casa era um beco sem saída. Rua Rio Grande do Sul que era bem pequena e tinha uma saída pra Epitácio Pessoa fechada dos dois lados. Então o exército começou a ir lá em casa. Deixava um carro na Epitácio Pessoa, fechando logo da Epitácio, e descia com vários, com arma de grosso calibre, até. E meu pai doente do coração e a minha mãe... (...) eles entravam procurando coisa, procurando Antonio Augusto, e meu pai dizia que ele não estava lá, que não sabia de mim. Uma das vezes que eles foram, a minha irmã estava com o namorado no portão, e aí eles levaram o rapaz preso, por mais que papai dissesse: “- Não é essa a minha filha, é a outra!” O rapaz mostrou todos os documentos, eles olharam e disseram que aquilo não valia nada. Ele era afilhado de Renato Ribeiro Coutinho, a gente nem sabia disso, mas quando ele chegou lá no exército, ele deve ter dito que era afilhado e ter sido solto. Só que ele nunca mais apareceu. A minha irmã perdeu o namorado...

Diante das frequentes investidas da polícia na casa dos pais de Marlene, Antonio Augusto resolve se entregar, indo ao 15º Regimento de Infantaria (15-RI) se apresentar. Ficou preso cerca de 1 mês e meio, entre o 15-RI e o 1º Grupamento de Engenharia. Após ser liberado, resolveram casar-se, buscando com esta oficialização afastar as dificuldades que tiveram, por exemplo, para as visitas de Marlene a Antonio Augusto, já que eles não eram casados. Na Igreja, em cerimônia celebrada pelo Padre Juarez, poucas pessoas:

Na igreja tinha umas poucas pessoas, muito longe uma das outras. Ninguém ia perto da outra. Meus três tios, os irmãos dele, Heitor Cabral, que teve coragem de ir para meu casamento também.

A partir de então, o reinício, em uma conjuntura de grandes dificuldades. Marlene que havia concluído o curso de Filosofia, tentou voltar à Universidade para cursar didática e poder lecionar a disciplina. Contudo, ao chegar no prédio da instituição, foi vista pelo Diretor da Faculdade que mandou um recado pelo Bedel: “- Eles mandaram dizer que a senhora fosse embora. Não viesse mais aqui. Não aparecesse, não botasse os pés aqui.” Antonio Augusto e diversos colegas economistas, Heitor Cabral, Ronald Queiroz, Geraldo Medeiros, todos agora desempregados, decidiram abrir um escritório em conjunto. Mas, as dificuldades eram grandes:

Antonio Augusto quando saiu criou... Ninguém tinha emprego, todo mundo estava desempregado, alguns em situações difíceis. Adalberto Barreto era um desses que tinha muitos filhos e um deles estava com paralisia infantil e não tinha nada para sustentar a família. Não tinha de onde tirar dinheiro, não tinha nada mesmo, e muitos deles estavam assim, a maior parte, todo mundo desempregado, todo mundo sem dinheiro. (...) No começo não dava, não tinha trabalho pra esse povo todo, só pra dois, e quem ganhava ajudava. Uma vez a gente foi levar o dinheiro da feira na

casa de Adalberto e Antonio Augusto foi denunciado de novo porque estava indo na casa dele, certamente para alguma coisa. Então era.... Foi um tempo assim muito difícil viver naquela época, só quem viveu é quem sabe. A gente passou a ser a escória.

Marlene enfatiza o exato clima de isolamento, vigilância e denunciamento existente na sociedade e que atingia duramente as pessoas identificadas como comunistas:

...os nossos amigos todos saíram de perto, eu não sabia onde estava quase ninguém. Todo mundo, era até uma espécie de coisa combinada, não era bom que um procurasse o outro, nem que tivesse perto, porque mesmo quem era solto, era solto mas era vigiado, a gente sabia disso que a gente estava o tempo todo vigiado. Estava vigiado pelo exército, pela polícia, mas estava vigiado pelos amigos, pelas pessoas que moravam na rua, por todo mundo. Houve assim uma preparação muito grande da sociedade contra os comunistas

Além do sofrimento decorrente de todas as dificuldades de ordem material pelas quais teve de passar, Marlene enfatiza todos os sonhos e esperanças que também eram perdidos:

...eu estava me sentindo no meio de tudo isso, participando de uma coisa maravilhosa, de uma mudança na cabeça das pessoas e era uma coisa que a gente estava vendo o tempo todo, a gente via o tempo todo. Nós participamos de muitos eventos assim, com multidões entusiasmadas e de pessoas que antes eram miseráveis, que não tinham coragem de levantar a cabeça, não tinham coragem de falar, e que estavam ali de cabeça pra cima, falando e pensando já e aprendendo. E a felicidade de ver alguém aprender a ler em pouco tempo, era uma coisa rápida, né? O Método Paulo Freire ele é mágico, as pessoas aprendem numa rapidez muito grande! A felicidade na cabeça dessas pessoas que aprendiam, para a gente era uma maravilha. A organização das pessoas... Cada coisa que ganhavam, para gente era um ganho assim pra todos. Deixar de ter o cambão, que beleza, era ótimo. A possibilidade de organizar isso para alguma coisa. E de repente a gente perdia, a gente perdeu isso tudo de uma vez só.

E os impactos desta nova realidade atingiram o âmago da sua identidade, esvaziando-a dos seus significados mais profundos:

Eu deixei de ser artista, deixei de ser idealista, deixei de pensar que eu ia ensinar que eu ia transformar o mundo. **A gente virou nada, nós viramos palhas.** (...) pintava uns quadradinhos bem pequenos, um papelzinho de seis centímetros por três, mais ou menos, no máximo. E guardava dentro das gavetas, aquilo era inexistente.

Assim, vivendo “caladinhos”, como diz Marlene, sofrendo o preconceito e a discriminação de familiares e vizinhos e abafando seus sonhos e esperanças, o casal chega aos anos 70, momento em que nova onda de perseguição aos militantes do Partido Comunista se estabelece. Desta vez, o alvo foi o militante Manoel Alves, poupado no momento do golpe. Manoel, ex-combatente na 2ª. Guerra Mundial, ocupava o cargo de secretário e trabalhava na reorganização do partido na Paraíba, além de ser o responsável pela distribuição local do Jornal Voz Operária. Uma denúncia de alguém infiltrado levou a polícia à sua casa, às 06:00h de uma manhã entre o ano de 1971 e 1972. Na frente da família e de todos os filhos começou a violência contra Manoel. A casa também foi toda revirada. Finalmente, levaram-no dizendo que ele iria dar um depoimento. Por 11 meses sua esposa, Dona Clotilde, o pro-

curou em vão: no Grupamento de Engenharia, no 15-RI. Ninguém sabia nem dava informações de Manoel. As consequências foram brutais:

Passaram meses com Manoel, acho que uns 11 meses. Torturaram de todas as maneiras possíveis. Manoel levou choque, Manoel eles botaram num tanque com ácido para ele ficar pisando (**Nazaré Zenaide**): No 15RI? (**Marlene Almeida**): Não sei. Depois eles levaram para aquelas granjas de Campina Grande. Lá ele apanhou, levou chute, botinada. Deram choque nos órgãos genitais dele, até que ele ficou emasculado completamente. Aliás, esse pessoal que deu esse golpe falava muito em família, em religião e tal, mas tinha uma fixação muito grande no sexo das outras pessoas. Eles queriam destruir de todo jeito a função sexual de todos, eles trabalhavam muito nisso e eram muito sujos. O que eles fizeram com Assis Lemos foi coisa semelhante, e Manoel quando saiu de lá, saiu doente (...). Saiu de lá com as pernas inchadas por toda a vida. Até tem uma foto ali dele com as pernas inchadas. E doente. Numa semana ele não conseguia comer, na outra não bebia água, ele não conseguia dormir, ele gritava de noite. E nós ficamos assim... Eu acho que a tortura é a pior degradação do ser humano.

Neste momento, a repressão se abateu não só sobre Manoel Alves. Outros integrantes do Partido, a exemplo de Ovídio Raimundo dos Santos e sua irmã, Olívia, Heloísio Jerônimo e Boanerges Timóteo também foram presos. Marlene ignora se foram torturados, haja vista que, na sua ótica, a vergonha da tortura impede diversas vítimas de denunciarem e comentarem os abusos que sofreram. Contudo, o relato de uma ex-empregada, cujo namorado na época era soldado e estava decepcionado com a profissão em virtude das tarefas a que era obrigado a executar, reforça a ideia de que a prática da tortura continuava a ser exercida sobre a jovem população contestadora. Segundo esta pessoa, o namorado era constantemente levado a um prédio então em construção na estrada de Cabedelo, onde atualmente funciona unidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, onde jovens estudantes eram surrados e torturados, deixando tudo sujo de fezes, urina e sangue, cabendo a este rapaz efetuar a limpeza local.

Marlene só voltaria a pintar no final da década de 70, na conjuntura de abertura política do país marcada, dentre outras coisas, pela emergência do novo sindicalismo e criação do Partido dos Trabalhadores. Significativamente, a figura de um homem barbudo com seu capacete de metalúrgico foi um dos temas presentes naquela que foi a sua primeira exposição individual:

...somente em 79 eu fiz a minha primeira exposição individual. Na FUNCEP [Fundação Cultural do Estado da Paraíba]. Era uma galeria do Estado, e aliás essa minha exposição foi muito importante pra mim, e hoje ainda é. Porque eu pintei Lula, nessa época eu pintei o Lula (...) Era um barbudo e uma multidão atrás. (...) tenho muito trabalho somente com o capacete aparecendo, uma multidão de capacetes, e tem uma multidão de capacetes com o Lula na frente, numa delas.

Ao mesmo tempo, a imagem de pessoas que simbolicamente se transformavam em alvos passou a habitar os seus quadros:

Pintei muito alvo, o povo sendo alvo, como parte de um alvo. Pintei mulheres angustiadas, pintei o que eu via nas ligas camponesas, eu pintei exatamente aquela situação que eu estava vivendo e que eu, ao invés de estar na frente, eu estava lá atrás como alvo junto com aquelas multidões. Eram multidões sofridas, recortadas e foi a minha, minha primeira coragem que eu tive de aparecer foi em 79 com essa exposição.

Antes disto, ao longo de um hiato de 15 anos, como lembra Marlene, a ditadura militar fez com que a sua vida se transformasse em um grande vazio desprovido de significado:

Esse outro pedaço é um vácuo na vida da gente, é um vácuo. Só trabalhar pra comer, pra resolver problemas assim, não é? E sem condições de se encontrar, de fazer algum trabalho. O trabalho artístico foi um buraco...

### 8.3 - GERALDO MEDEIROS – MILITÂNCIA, PERSEGUIÇÃO E CORAGEM

Geraldo Medeiros era funcionário do Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED) e professor de português do Colégio Estadual quando ocorreu o golpe civil-militar de 1964. Dirigido pelo economista Ronald Queiroz, Secretário Executivo do Conselho, o CED era um órgão do governo do Estado da Paraíba, criado na gestão de Pedro Gondim, e voltado para pensar o desenvolvimento econômico do estado, sobretudo no tocante à industrialização, e para isto, seus integrantes<sup>7</sup> constituíam-se como

...uma equipe técnica de elaboração de projetos, ajudávamos pessoas que tinham interesse em implementar projetos econômicos, e também analisar pleitos de pessoas, de empresários ou pretensos candidatos a empresários que queriam apresentar projetos ao Estado, solicitando incentivos fiscais e financeiros, além de realizar estudos também de natureza econômica para oportunidades de investimentos no Estado da Paraíba.

Em função da pequena disponibilidade de pessoal com formação técnica na área de desenvolvimento econômico, Geraldo Medeiros foi enviado por Ronald Queiroz, juntamente com outros dois colegas (Guarani e o jornalista Adalberto Barreto) para participarem, entre janeiro e maio/junho de 1963, na Bahia, de um curso de Desenvolvimento Econômico promovido pela SUDENE em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), um organismo da ONU, sediado no Chile. Na volta, nomeados como Técnicos do Desenvolvimento Econômico (TDE), passaram a integrar o CED. Contudo, é importante ressaltar que, na volta da Bahia, antes de ingressar no CED, Geraldo Medeiros fez parte da CEPLAR, órgão de educação popular vinculado ao governo do Estado:

...não havia ainda uma estrutura dentro do Conselho pra nos colocar, e então, Ronald sonhava com a criação da Secretaria. Mas isso não foi de imediato. Então nós ficamos soltos, em contato informal. Com Heitor, com Ronald, aí foi que se criou a CEPLAR. Órgão de Educação Popular. Com Lígia [de Mercês Macedo], com Dorinha [Maria das Dores Paiva de Oliveira Porto]. Aí Ronald me colocou lá, para eu dar um apoio na técnica, de conceitos econômicos, mas era um negócio muito rudimentar.

O Conselho Estadual de Desenvolvimento constitui-se no embrião da futura Secretaria de Planejamento (SEPLAN), criada na administração seguinte, do governador João Agripino. Contudo,

---

<sup>7</sup> Os integrantes do CED, rememorados por Geraldo Medeiros, foram Ronald Queiroz, Secretário Executivo do Conselho com nível de secretário de estado; Heitor Cabral, coordenador técnico, uma espécie de secretário adjunto; José Anísio Maia, diretor administrativo; Antonio Augusto de Almeida, diretor técnico. A equipe técnica era composta pelo próprio Geraldo Medeiros, além de Guarani Marques Viana, José Maria Dantas e de outros nomes dos quais não se recorda.

Geraldo Medeiros não chegou a integrar a SEPLAN, haja vista a sua demissão, em 1964, tanto do cargo de técnico do CED como de professor do Colégio Estadual. Questionado sobre a que ele atribuía sua demissão, Medeiros respondeu:

Bom, eu fui convidado a prestar depoimento, fui intimado a comparecer perante o major Heitor de Aquino, pra prestar esclarecimentos sobre minha atuação, não foi nem no Conselho, foi como professor de português. Com relação ao Conselho não fui acusado de nada, não. Fui acusado de incitar e dar apoio técnico ao movimento, aos movimentos populares de apoio à reforma agrária e ao movimento estudantil secundarista.

No seu relato, Geraldo Medeiros detalha que estava sendo prevista a realização de uma grande manifestação em João Pessoa, com a presença de Leonel Brizola e das forças populares e de esquerda. Para isto, a Frente de Mobilização Popular o indicou para redigir um documento que seria lido na Associação Paraibana de Imprensa (API). Entretanto, nem tal reunião chegou a acontecer e nem o citado documento chegou a ser escrito: “Mas a peça chave da minha acusação era o fato de eu ter sido o mentor desse documento que não surgiu.” O inusitado da situação suscitou novos questionamentos por parte dos membros da Comissão Municipal da Verdade, assim respondidos:

**(Marlene Almeida):** Mas eles dispunham de cópia desse documento? **(Geraldo Medeiros):** Não **(Marlene Almeida):** Não sabiam o conteúdo **(Monique Cittadino):** E como eles tiveram acesso a esse documento? **(Geraldo Medeiros):** Segundo eu soube, encontraram numa cesta de lixo lá na sede da API o papel com o rascunho da agenda da reunião. Nessa agenda estaria escrito que eu iria apresentar o documento de apoio às reformas, à união das forças de esquerda, às forças populares de apoio às reformas **(Monique Cittadino):** Mas esse documento o senhor chegou a escrevê-lo? **(Geraldo Medeiros):** Não, cheguei não. **(Monique Cittadino):** Então o senhor foi acusado baseado numa previsão, num papel encontrado numa cesta de lixo que resumia a reunião e o citava como futuro autor deste documento? **(Geraldo Medeiros):** Isso.

Naquele momento, Ronald Queiroz também foi afastado do cargo de Secretário Executivo do Conselho e substituído pelo economista Jeová Mesquita:

**(Marlene Almeida):** Você se lembra de quem foi que ficou no lugar de Ronald? Quem foi o interventor? **(Geraldo Medeiros):** Foi Jeová Mesquita **(Marlene Almeida):** Ele assinou a demissão de vocês, não é? **(Geraldo Medeiros):** Foi.

Casado e com família constituída, além da dupla demissão, Geraldo Medeiros passou, imediatamente, a responder a um Inquérito Policial Militar (IPM). Vários dos demitidos, integrantes do mesmo processo, reuniram-se e contrataram um advogado pernambucano, Dr. Antônio de Brito Alves<sup>8</sup>, para elaborar a defesa conjunta. Mas, a defesa não foi o esperado:

...ele assumiu a nossa defesa, a gente não tinha nenhuma experiência de nada, tivemos uma reunião na casa dele em Recife. E ele cobrou lá uma quantia que ninguém tinha dinheiro. No dia da audiência na Justiça Militar, nós fomos pra Recife, sem entender coisa nenhuma do que estava

<sup>8</sup> Nascido em Recife, em 15 de maio de 1921, o advogado Antonio de Brito Alves foi professor de Criminologia na UNICAP (Universidade Católica de Pernambuco) entre 1959 e 1990 e desembargador do TJPE (Tribunal de Justiça de Pernambuco) de 1987 até a sua morte em 1991. Seu papel na defesa de presos políticos na ditadura militar foi reconhecido pelo Conselho Federal da OAB em 2014. Fonte: [http://www.defensoria.pe.def.br/defensoria/?x=interna&cod\\_conteudo=3883](http://www.defensoria.pe.def.br/defensoria/?x=interna&cod_conteudo=3883). Acesso em 30/01/2019.

acontecendo. Aí ele nos representou e marcaram uma outra reunião para a qualificação dos réus e a instauração final do processo. Tivemos uma surpresa que na hora da reunião. Quando terminou, ele disse: “- E agora? Não, o processo vai começar agora. Vocês já estão qualificados e agora vamos contratar a defesa. Aí essa reunião foi só de qualificação, agora vamos contratar a defesa.” Aí foi que eu soube que não tinha nada.

Em decorrência, o processo terminou sendo assumido por uma jovem advogada pernambucana, Dra. Mércia Albuquerque Ferreira<sup>9</sup>, no que resultou, posteriormente, na absolvição e consequente exclusão de Geraldo Medeiros e de outros dois réus do processo.

Aí a coisa foi caminhando. A gente não tinha expectativa de coisa nenhuma mais, até que Mércia conseguiu, o processo foi para Brasília e lá foi impetrado um *habeas corpus* pra relatoria de Alcides Carneiro e nós terminamos sendo absolvidos. (...) Até que recebi a informação de que tinha sido concedido o *habeas corpus*. Meu, o de Dôra e uma outra pessoa, não me lembro quem era. Nós três, veio a absolvição dos três. A exclusão do processo, nós fomos excluídos do processo.

Além do desemprego inicial, Geraldo Medeiros relata o estigma social de que passa a ser vítima a partir de então:

E particularmente fiquei desempregado, e fomos hostilizados, digamos assim. Teve uma vez que eu fui assistir a um filme, foi pra segunda sessão da noite, de 8 horas da noite. Acho que era 8 horas, 8 e meia. Na hora que eu entrei no cinema, vinha saindo o pessoal que estava na primeira sessão. Aí vinha uma pessoa assim, saindo de lá, quando olhou e me viu, deu meia volta e sentou-se de novo. **(Marlene Almeida):** As pessoas tinham medo **(Monique Cittadino):** Pra não ter que falar com o senhor. **(Geraldo Medeiros):** É. Então havia um clima de insegurança né, de incerteza.

Com relação à sua militância política junto ao PCB, Medeiros relata que apesar de ter sido comunista, não atuou junto aos movimentos sociais, limitando-se a participar de reuniões do partido.

Não, eu nunca fui de assim, dessas, desse tipo de militância, não. Era só reuniões na casa de Leonardo<sup>10</sup>, algumas reuniões em... **(Marlene Almeida):** Na sede lá no Ponto de Cem Réis? **(Geraldo Medeiros):** É, ali na sede, eu nunca fui um militante mesmo.

Questionado sobre a desarticulação do PCB após o golpe, Geraldo Medeiros afirma que não continuou a ter contato com o Partido, mesmo porque se mudou para Recife, onde, por indicação de Ronald Queiroz, ingressou na SUDENE.

Eu fui contratado pela SUDENE em 65, acho que foi em 65. Foram demitidos muitos técnicos da SUDENE e por eu ter feito o curso de desenvolvimento econômico da Cepal, Ronald me indicou a Aristóphanes<sup>11</sup>, e eu fui a Recife, à casa de Aristóphanes conversar com ele. E ele ali mesmo me contratou, pra eu ir trabalhar na SUDENE, no setor. Ele era diretor de industrialização, departamento de industrialização da SUDENE.

9 Mércia Albuquerque Ferreira nasceu em Jaboatão/PE em 23 de dezembro de 1934. Como defensora pública, atuou como advogada de presos e torturados políticos na 7ª Região Militar, sediada em Recife, dentre eles Gregório Bezerra, Joca Zeferino e Aibirê Sá. Na década de 70 reconheceu os corpos de Soledad Barret Viedma, Pauline Reischtl e Jarbas Pereira Marques, mortos a partir da delação do Cabo Anselmo, tendo denunciado os sinais de tortura existentes nos corpos. Pela sua atuação, foi diversas vezes homenageada. Faleceu em janeiro de 2003 em Recife. Fontes: [http://www.obaudemacau.com/?page\\_id=32557](http://www.obaudemacau.com/?page_id=32557), <http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/multimedia/index.htm>, <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/ultimas-noticias/419-45-anos-do-assassinato-de-soledad-barrett-viedma>. Acesso em 30 de janeiro de 2019.

10 O dentista e dirigente comunista na Paraíba, Leonardo Moreira Leal.

11 José Aristóphanes Pereira, diretor da SUDENE na década de 1960.

Mas, percebe-se que o desligamento de Geraldo Medeiros com os quadros do PCB não foi absoluto, haja vista que ele abrigou um membro do Comitê Central do partido, Iran Pereira de Lima, integrante da equipe do governo Miguel Arraes, e assassinado nos anos 1970 pelas forças de repressão, figurando, até hoje, como desaparecido político. Questionado a respeito dos contatos realizados para o acerto da guarida a Hiran de Lima Pereira, Geraldo Medeiros afirma:

**(Monique Cittadino)** O senhor vai pra Recife pra trabalhar na SUDENE, e como é esse contato com membros do Partido Comunista lá? **(Geraldo Medeiros):** Não, lá eu não tinha contato com o Partido Comunista, não. Eu tinha contato com [Ulrich] Hoffmann, um engenheiro da SUDENE. Eu não sei se ele era do Partido Comunista, era um alemãozão grandão que intermediou esse meu contato com Hiran<sup>12</sup>.

Na SUDENE, Geraldo Medeiros passou a década seguinte, não sem também enfrentar novos episódios de discriminação em decorrência de suas posições políticas. Em um deles, foi indicado para uma bolsa de estudos de um curso de aperfeiçoamento no Japão, o que não se concretizou. O outro episódio envolveu o Programa de Apoio à Pequena Indústria, para o qual Medeiros foi indicado para ser o coordenador. Entretanto, seu nome foi rejeitado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI):

Já tinha sido criado na SUDENE o Programa de Apoio à Pequena Indústria e como eu tinha feito o curso na Holanda sobre pequena indústria, fui indicado pra ser o chefe do programa, o coordenador do programa, e meu nome não passou no SNI. (...) Eu exercia o cargo de coordenador informalmente, sem nomeação, sem poder assinar documentos e sem ganhar gratificação. Aí não saiu, meu nome foi encaminhado várias vezes e não consegui. O diretor do departamento de industrialização era Walfrido Salmito que insistiu várias vezes lá, até que terminou me convencendo de que eu deveria desistir. Aí foi nomeado Marcos Dantas Lira, que foi quem assumiu esse programa no seu início. Aí foi motivo de eu sair da SUDENE. Na época, não era difícil arranjar emprego, não. Aí eu apresentei minha demissão lá, fui trabalhar num escritório privado.

De volta à Paraíba já no final dos anos 1970 (1979), Geraldo Medeiros, a convite do governador Tarcísio Burity, assume a presidência da Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba (CINEP) e, em seguida, o cargo de Secretário de Planejamento do estado, onde, no governo seguinte de Clóvis Bezerra, ocorre mais um episódio em que foi demitido em função de questões ideológicas. Acontece que, subordinado à Secretaria de Planejamento, existia um órgão, a FIPLAN (Fundação de Planejamento do Estado), na qual estava lotado um advogado da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG) e militante do PCB, Júlio César Ramalho. Medeiros recebe então um ofício da Casa Civil com ordem do governador para que demitisse o advogado. Ele negou-se, afinal, ignorava que Júlio César Ramalho advogasse para os camponeses durante o expediente de trabalho. Em consequência, o governador informou que deveria, portanto, demiti-lo, ao que Geraldo Medeiros respondeu: “Não, pode deixar que eu peço demissão”.

## 8.4 - ZEZITA MATOS – ENTRE A MILITÂNCIA E O TEATRO

---

<sup>12</sup> Sobre esse assunto, vide o Capítulo 5 deste relatório.

Pode-se dizer que o contato com o Partido Comunista e com o teatro, ocorridos simultaneamente, quando ela ainda era uma adolescente de 15 anos, definiram a vida de Zezita Matos. Antes disso, contudo, ela, filha de um pequeno comerciante do município de Pilar, onde nasceu, estudou, entre 1953 e 1956, em Campina Grande, no Colégio das Damas, em regime de internato. Em 1957, quando mais uma filha deveria cursar o Admissão, a família decide mudar-se para João Pessoa, indo residir no bairro de Cruz das Armas.

Ao chegar em João Pessoa, Zezita relata que deveria ter sido matriculada no Colégio das Lourdinhas, onde estudavam suas primas. Mas, como havia perdido o período de matrícula, ela optou por ir para o Lyceu, no qual foi facilmente aceita:

Fiz a seleção e como menina de boletim azul do Colégio das Damas, passei na seleção muito bem e fiquei no Lyceu. E logo de imediato, não sei por que, eu vi a plaquinha do grêmio e eu disse: “-É com esse grêmio que eu quero ficar”. E fui lá, conheci as pessoas.

Em julho do ano seguinte, 1958, Zezita toma conhecimento da realização de um congresso de estudantes em Campina Grande. Era a oportunidade de rever as colegas de colégio e de participar de um congresso estudantil. Durante a viagem, feita de trem, esteve na companhia de nomes que, futuramente, iriam marcar a intelectualidade paraibana e nacional: Vladimir Carvalho, Firmo Justino, Pedro Adelson, dentre outros. Ao chegarem na estação, em Campina Grande, Zezita escuta os comentários: “Ah! Breno Nicotina já chegou!”:

Eu digo: “- Quem é Breno Nicotina?” “- Breno, você não conhece, Zezita? Breno é um estudante do Pio X, que é do Partido, da juventude comunista (e Breno estava simplesmente de blusão James Dean) e é um fino dançador de rock!” E eu, imediatamente, não sei também por que, me apaixonei por Breno. Isso foi no dia 16 de agosto.

A partir daí, Breno a introduz nestes dois novos mundos: o da militância comunista e o do teatro. Afinal de contas, além de integrar a juventude comunista, ele fazia parte de um grupo de teatro, o Teatro Popular de Arte, que, naquele momento, necessitava de uma nova atriz. Três meses depois, em outubro, Zezita fazia sua estreia. “Entrei pra fazer uma ponta. A mocinha saiu, a principal, e eu passei da pontinha que eu ia fazer pra o papel principal, até hoje.” As conversas com Breno, leitor voraz desde muito jovem<sup>13</sup>, também lhes descortinaram um mundo que jazia em suas memórias:

E começamos, ele começou a me mostrar um lado que eu desconhecia e aí foi quando eu comecei, logo de cara, a me lembrar do que eu via na minha infância, em Pilar, com os latifundiários, o que eles faziam com os fregueses do meu pai, e aí comecei a ver o mundo de uma forma diferente.

Integrando a juventude comunista, Zezita começa a frequentar as reuniões do partido ocorridas na casa de Leonardo Leal, onde conhece outros militantes como José Anísio Maia e Manoel Alves.

---

<sup>13</sup> Breno era filho de um médico, Pedro Matos, militante comunista de Recife, mas que havia se mudado para a Paraíba. Provavelmente por influência do pai começou a ler Marx ainda muito jovem, assim como Jorge Amado e autores russos.

Começava um processo de formação, de aprendizado, em que os militantes se reuniam para ler, estudar e discutir. Simultaneamente, ela passa às ações práticas definidas pelo partido:

...lá em Oitizeiro, do outro lado da pista ali onde tem a Santa Stanislaw, a gente tinha um grupo de pessoas que não sabiam ler e que a gente ia ler, toda noite, Novos Rumos pra eles, que era o jornal... **(Rodrigo Freire)** Em Oitizeiro? **(Zezita Matos)** Lá em Oitizeiro, sim senhor... que era do lado da casa de Manoel Alves. A gente ia ler, ia discutir. A gente fez isso em Sapé, fez isso em Mari, depois, tá entendendo? É, é, lemos... Muitas vezes a gente foi pra Mari ler Oduvaldo Viana, “Chapetuba Futebol Clube” - o espetáculo -, Guarnieri, “Eles Não Usam Black Tie”...<sup>14</sup>

Ainda como tarefa do partido, ela integra a CEPLAR, trabalhando em várias campanhas de alfabetização de adultos e começa a dar cursos de costura para mulheres do bairro do Varjão. Mas, seria no trabalho direto com as Ligas Camponesas que Zezita teria uma atuação preponderante. Ela foi a primeira secretária do escritório das Ligas Camponesas e costumava acompanhar Manoel Alves nas suas viagens aos diversos municípios onde o Partido atuava com as Ligas.

Ao mesmo tempo, o trabalho no teatro continuava e Zezita conciliava as apresentações convencionais nos teatros de palco com as experiências do teatro popular de rua, onde a temática social era uma constante:

Nós fazíamos teatro de..., eu comecei, tudo foi, tudo foi assim, de chofre, tanto o teatro de palco, no Santa Rosa, estreei em outubro de 58, como o teatro de rua em cima de caminhão. A gente ia para as feiras e fazíamos esquetes, (...) e a gente criava, fazia a figura de Agnaldo Veloso Borges, de todos os latifundiários, e a gente fazia cenas já relacionadas com isso. E as pessoas se divertiam. **(Rodrigo Freire)** Na Zona da Mata? **(Zezita Matos)** Sim, os latifundiários da zona da mata, não é? **(Rodrigo Freire)** Vocês iam também...? **(Zezita Matos)** Sim, também lá, porque depois a gente fez isso em Sapé, já com as Ligas, não é?

No momento do golpe de 1964, Zezita fazia o 3º. ano colegial, que teve de abandonar pois, perseguida pelas forças repressivas, passou a morar com um tio, funcionário público federal, “uma pessoa muito católica, acima de qualquer suspeita”, em cuja casa permaneceu por 2 anos. Embora Breno, com quem namorava desde 1958, tivesse sido preso, assim como suas amigas, a exemplo de Zita Gondim e Maria José Limeira, Zezita escapou da prisão. Um elemento inusitado a ajudou a permanecer clandestina. O fato é que seu nome verdadeiro era Severina e não Zezita. Ela nos esclarece:

...não conseguiram me encontrar. Porque meu nome não é Zezita. Agora o é, mas antes não era. Meu nome é Severina. Eu sou, eu era Severina de Sousa Pontes e toda minha vida, ninguém da minha casa me chamou de Severina. Eu vim saber que era Severina quando eu fui fazer o exame de Admissão lá no Colégio das Damas. Porque em Pilar eu estudei em uma escola particular. A diretora estava louca se fosse pedir meu registro. Porque minha mãe não... Nunca me chamou de

---

<sup>14</sup> Eles Não Usam Black Tie e Chapetuba Futebol Clube são duas peças dirigidas por Augusto Boal no Teatro de Arena de São Paulo, entre 1958 e 1959, e ambas buscavam retratar a condição social injusta do país à época, seja ao retratar as condições da luta operária, seja ao descrever os bastidores do mundo do futebol, em que jovens jogadores sonhavam com uma vida melhor. Cf. CHAPETUBA Futebol Clube. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento399235/chapetuba-futebol-clube>>. Acesso em: 03 de Fev. 2019. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7 e ELES Não Usam Black-Tie. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento397907/eles-nao-usam-black-tie>>. Acesso em: 03 de Fev. 2019. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

Severina nunca, nunca, nunca, nunca. E quando eles foram ao Lyceu, que foram no Lyceu, procurar Zezita, e não existia Zezita.

Apesar de enfrentar as críticas do tio, que a acusava constantemente (“tá vendo o que dá, perdendo dois anos de estudar porque foi namorar com um comunista e está sendo procurada?”), Zezita continuou o namoro com Breno. Preso, inicialmente no 15-RI (15 Regimento de Infantaria), Breno foi transferido para o Grupamento de Engenharia. Ao todo, permaneceu cerca de 08 meses na prisão. Neste período, Zezita, usando o registro de uma irmã falecida de Breno, Orieta, conseguiu burlar a vigilância do Exército e visitá-lo no Grupamento de Engenharia.

Em 1965, após a saída de Breno da prisão, eles casaram-se e vieram os filhos. Zezita retoma os estudos, conseguindo finalizar o colegial e, em seguida, conclui os cursos de Pedagogia e Letras. No final do curso de Letras, ela fez o Estágio Supervisionado no Colégio Dom Adauto, sendo convidada pelo Padre José Trigueiro do Valle, da Igreja de Nossa Senhora Lourdes, para assumir a sua Diretoria:

...fui fazer o estágio supervisionado no Dom Adauto e aí o padre Trigueiro me convida pra ser diretora. Aí eu digo: padre Trigueiro, olhe, o senhor sabe que eu sou comunista, mulher de comunista. E ele disse: não, eu quero saber do seu trabalho. E fiquei 25 anos no Dom Adauto.

A militância política, até os anos 80, torna-se algo proibitivo. O isolamento, o afastamento dos amigos e o silêncio tornam-se as marcas do período.

...inclusive, eu me lembro de agora, fazendo Letras, a gente tinha na turma uma pessoa que era um dedo duro, para ouvir e acompanhar. Então quando a gente descobre isso, você vai pra casa abrir a boca, nem falar de ninguém? Não vai. Nem visitar, nem comentar, não vão.

Mais do que à própria Zezita, este clima atingiu, sobretudo a Breno. Ele, que ao ser preso havia sido demitido do Departamento de Artes da Universidade Federal da Paraíba, ingressa no curso de Arquitetura, em Recife, enquanto continua com as suas atividades de artista plástico, em uma fase extremamente produtiva da sua carreira.

E como ele era escultor, ele produziu muito também nessa época, muito, muito. Foi pra a bienal de São Paulo. (...) **(Marlene Almeida)** Agora, ele não voltou a integrar nenhum movimento organizado, nem o Olga<sup>15</sup>, nem (inaudível)? **(Zezita Matos)** Não, não, não. Breno não... **(Marlene Almeida)** Ele ficou um pouco solitário depois, não foi? **(Zezita Matos)** Foi, eu é que continuei tudo **(Rodrigo Freire)** Então, dos anos 60 para 70 ele não participa de militância **(Zezita Matos)** Não, não. Era tudo calado, calado! Ninguém visitava ninguém. Ninguém falava.

A retomada da vida política se daria apenas a partir dos anos 80, quando Zezita reencontra os antigos companheiros. José Anísio Maia, ela reencontra na entrada de um supermercado, tornando-se uma grande companhia até a sua morte.

**(Marlene Almeida)** Nos últimos anos da vida de Maia você aproximou-se muito dele, não foi? (...) **(Zezita Matos)** Muito, de levá-lo, de buscá-lo, pras reuniões. **(Marlene Almeida)** Quando ele

---

15 Centro de Estudos Políticos Olga Benário Prestes, fundado na Paraíba no final da década de 1980.

já quase não tinha mais, não conseguia andar, assim mesmo ele ia pra as reuniões. Eu me lembro que você ajudava.

Ao mesmo tempo, Zezita conhece jovens com os quais organiza novos movimentos. Fundem-se antigos e novos militantes. A casa de “Batistão”<sup>16</sup>, bem como a de Antônio e Marlene Almeida tornam-se ponto de encontro. Eles trazem Luís Carlos Prestes à Paraíba. Funda-se o Centro de Estudos Políticos Olga Benário Prestes, do qual também participam, como fundadores, Heleno Rota, Waldomiro Cavalcanti da Silva, José Jonas Duarte da Costa e Alexandre Guedes, dentre outros.

...a gente, todo mundo na casa de Batistão. Você ia, não era Marlene? Inclusive recebemos Prestes lá. **(Marlene Almeida)** Em Guarabira. **(Zezita Matos)** Em Guarabira. Um jantar na sua casa com Prestes, eu tenho uma foto. **(Monique Cittadino)** Daí então que você conheceu Jonas? **(Zezita Matos)** É, pronto. Conheci Jonas nessa época. **(Monique Cittadino)** Na época do Olga, é? **(Zezita Matos)** Do Olga com Heleno, né, que foi o fundador. Aí Jonas, Waldomiro, que aliás Waldomiro é que foi o fundador, né? **(Marlene Almeida)** ( ) os fundadores, tinha muita gente, né? **(Zezita Matos)** É, tinha uma sala. Alexandre Guedes também foi. A gente tinha uma sala aqui na... **(Rodrigo Freire)** Duque de Caxias? **(Zezita Matos)** É, na Duque de Caxias. Tivemos vários cursos lá.

E, como paixão nunca abandonada, o teatro. Durante o regime militar, Zezita continuou a sua carreira como atriz, não mais fazendo um teatro politicamente engajado, nem tampouco apresentando-se com as esquetes voltadas para a conscientização popular, mas, com espetáculos que, em última instância, sempre tinham um viés político. Desta forma, a temática nordestina e da mulher passam a ter grande relevância na sua produção.

É, neste período, depois do golpe, nós começamos a fazer mais espetáculos de nordestino. Por exemplo, montamos Ariano, montamos Guilherme Figueiredo, irmão do famigerado Figueiredo<sup>17</sup>, que é “A Raposa e as Uvas”. Mas, e interessante que são espetáculos que são sempre umas metáforas que dava pra a gente, sabe, por trás, rir da censura, tá entendendo? Mas a gente mudou realmente. Por exemplo, um Guarnieri, jamais pensar em montar! (...) Coincidentemente, os espetáculos que eu fiz eram espetáculos que (...) questionavam, mas de maneira sutil. Não, não passamos a fazer o espetáculo pelo espetáculo. Não. Isso no meu currículo eu não tenho. (...) Sempre a gente trabalhou buscando ver a mulher nordestina nesses trabalhos, não é? Qual a posição dela... Sempre tinha um tom, um cunho de politizar, embora sem ser a política.

Neste contexto, ela aproxima-se de outros grupos de teatro, a exemplo do Teatro Santa Roza, então dirigido por Elpídio Navarro, e de cineastas como Altimar Pimentel, com quem faz importantes obras do teatro paraibano.

Eu fiquei muitos anos fazendo espetáculo, por exemplo, com o grupo do Teatro Santa Roza, que era Elpídio Navarro, tá entendendo? (...) lá no Teatro Santa Roza nós montamos Coiteiros, de Zé Américo, e trouxemos Fernando Peixoto para dirigir, tá entendendo? Fizemos A Compadecida, de Ariano Suassuna. Quem dirigiu? Fernando Teixeira. Foi um espetáculo que viajamos o Brasil inteiro (...). Mas, todos os espetáculos que nós fizemos foram espetáculos que, de certa forma, Viva a Nau Catarineta, que é de Altimar Pimentel. Um espetáculo lindo que trata das músicas da nau, não é? (...) Há quem diga que Altimar não era um homem de esquerda, mas era um homem

<sup>16</sup> Como é conhecido João Batista Barbosa, importante e histórica liderança do PCB paraibano.

<sup>17</sup> Guilherme de Oliveira Figueiredo, irmão do ex-presidente João Batista de Oliveira Figueiredo, foi crítico teatral, dramaturgo, adido cultural e diretor da antiga TV Tupi. Pelas suas obras de dramaturgia, recebeu diversos prêmios nacionais. Cf. <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa212882/guilherme-figueiredo>. Acesso em 03/02/2019.

politicado e que defendia o teatro acima de tudo e o teatro como teatro, não o teatro pelo teatro, entretenimento só. Mas, [ele] contribuiu na história do teatro paraibano.

Questionada a respeito da repressão e da censura existente na época, Zezita afirma que o texto de todas as peças era enviado para a Polícia Federal, passando pelo crivo dos censores que também assistiam a um dos ensaios. Contudo, ela teve apenas uma peça censurada, no caso, por “Dr. Pedro”, censor da Polícia Federal<sup>18</sup>:

...nós tivemos uma peça cassada. (...) aliás o nome do censor que assistia à peça é Doutor Pedro. Não sei o sobrenome dele (...) Para encenar você tinha que mandar o texto pra a censura e depois eles iam lá no dia de um ensaio... (...) a Polícia Federal via, lia, dava o carimbo de atestado e a gente montava. E o espetáculo, o único espetáculo que a gente trabalhava e que foi censurado foi o espetáculo de Fernando Teixeira, “O Que Vai Fazer, Chamar a Polícia?”. É, eu não sei, esse nome deve ter chamado atenção. Era um texto que era uma mãe e uma filha e fala de um incesto e eles censuraram a peça porque ele assistiu [Doutor Pedro] lá no Lima Penante. Acabou de ver o ensaio geral, ele disse: “- Não, o espetáculo não vai”. Tudo já marcado pra a estreia e não houve estreia. Aí Fernando foi pra Brasília e conseguiu. (...) Aí foi ótimo porque nós ficamos em cartaz mais de... quase um ano em cartaz...

Mas, as marcas e as lembranças da repressão vigente na ditadura iriam acompanhar Zezita durante muito tempo. Em 2010, quando da montagem do espetáculo *Milagre Brasileiro*, com o coletivo de teatro Alfenim, ela sofreu imensamente com a leitura de livros e depoimentos que tratavam das experiências de tortura, leitura esta necessária para a compreensão do contexto histórico e para o dimensionamento das sequelas deixadas nas vítimas. A lembrança das sevícias às quais o velho amigo Manoel Alves foi submetido não saía da sua cabeça:

... a cena que eu me lembro de Manoel contando é tirana. É arrancando as unhas das mãos e dos pés dele. Você imagine... (**Monique Cittadino**) Onde foi isso, essa prisão dele? (**Zezita Matos**) Não me pergunte... Eu não sei onde Manoel ficou preso, se foi... (**Monique Cittadino**) Mas aqui em João Pessoa ou em Campina? (**Zezita Matos**) Em Campina. (**Marlene Almeida**) Naquelas granjas de Campina Grande... (**Zezita Matos**) Eu nem sabia onde tinha sido, mas essa cena para mim é recorrente. Quando eu faço o *Milagre Brasileiro* (...) porque exatamente no grupo do teatro atual não tinha ninguém nascido em 64. Somente eu. (...) Então pra mim foi muito forte ver, ler, por exemplo, *Tortura Nunca Mais*, que a gente leu, ouviu filmes, vários filmes de pessoas, depoimentos (...) Foi difícil porque eu tinha que dizer: “- O psicológico fica ali, Zezita. E agora vamos tratar aqui de fazer esse espetáculo como você tem que fazer”. Porque é muito forte. Manoel era... porque Maia, ele não, ele nunca foi torturado. Ele fugiu, foi para o interior da Bahia. Mas Manoel, não. Manoel foi preso e realmente é... no ouvido, colocavam choque no pênis, coisas terríveis e ele dizia assim: “- Digo isso pra poder a gente nunca mais viver isso”.

Entretanto, se por um lado, a ditadura militar reprimiu, cassou e amordaçou a palavra e a expressão de parte significativa da população, nem por isto ela conseguiu suprimir o desejo de libertação e a vontade de resistir à opressão. E, para Zezita, o teatro foi a possibilidade de expressar esse desejo e esta vontade:

---

18 Segundo depoimento de Antônio Martins, presidente do Teatro Experimental de Cabedelo (TECA) no final dos anos 1970, ao pesquisador Romualdo Palhano, o censor em questão chamava-se Pedro Fernandes. (PALHANO, 1992 *apud* SILVA, R. M., 2014, p. 156)

...eu acho mais importante foi a resistência da gente em continuar fazendo teatro, não é? Porque o mais fácil seria ter parado, não é? O mais fácil seria ter parado...

## 8.5 - JOÃO FRAGOSO – SER COMUNISTA É SER CRISTÃO

Os valores e o sentimento de justiça social e de caridade cristã, colocados por João Fragoso como fundamentais e estruturantes na sua vida, lhe foram transmitidos desde muito cedo, assim como a seus seis irmãos, por seus pais, muito mais do que pela formação religiosa dentro da qual foi educado, o que traria consequências a todos.

Sou de uma formação mais religiosa que cristã. Quando eu falo em formação religiosa, eu me refiro à prática religiosa em si, a frequência à missa, frequência aos sacramentos, à liturgia, às cerimônias religiosas. (...) Essa minha formação era mais religiosa do que cristã. Cristã no sentido de se colocar a serviço do outro ou mesmo se empenhar nas lutas pela justiça. Então a minha formação era mais religiosa. Mas, com o exemplo de meu pai, meus pais foram mais no sentido da gente tender a se empenhar na luta pela justiça. Então, de forma que eu e meus seis irmãos, todos fomos atingidos pelo golpe militar. Inclusive meu pai uma vez foi preso comigo, justamente por essa prática cristã, essa de servir, de se empenhar pela justiça mesmo correndo risco da segurança da família ou risco da própria vida...

Um dos exemplos que lhe vem à memória deste sentimento de caridade cristã de seus pais, ocorreu ainda na sua infância:

Perto de nós moravam três cidadãs idosas, doentes, o modelo, protótipo da exclusão. Então essas pessoas, essas três cidadãs, irmãs, dormiam numa cama de vara que a gente chamava de jirau. Não tinha forro, não tinha nada. Elas tinham o corpo coberto de chagas e exalavam um mal cheiro horrível e elas iam lá em casa. Então a minha mãe as acolhia. Minha mãe ouvia os queixumes delas e procurava aconselhar, abrir uma esperança naqueles corações extremamente sofredores. Então, um dia elas foram lá em casa e minha mãe sempre dava o pouco que a gente tinha. E dava, distribuía com elas, partilhava com elas. Quando foi um dia elas chegaram. Eu acho que as chagas estavam mais vivas do que nunca e ninguém suportava. Então na hora do almoço, minha mãe ouviu e na hora do almoço minha mãe levou para a modesta mesa nossa, junto conosco. Então meu irmão, um irmão meu, chamou minha mãe e disse assim: “- Mãe por que é que ela não almoça depois da gente? Ninguém aguenta esse mal cheiro horrível”. Então minha mãe chamou assim e botou a mão no ombro dele e apontou para o céu e disse: “- Meu filho, Ele disse, o que fizerdes ao menor desses é a mim que o fazes.”

Nascido em Teixeira, no sertão paraibano, João Fragoso era filho de camponeses semialfabetizados que trabalhavam em terras arrendadas e que dependiam do regime de chuvas para garantir a subsistência. Nos períodos de seca, em que a colheita era insuficiente para a sobrevivência da família, seu pai “...tinha que sair oferecendo a força de trabalho dele nos municípios vizinhos...”. Em uma daquelas ocasiões em que seu pai limpava o mato na terra seca, sob o sol inclemente, ele percebeu que aquele, inexoravelmente, seria o futuro de seus filhos. Decidiu, então, que mudaria este destino:

...à noite ele disse à minha mãe: “- Eu vou pedir (...) para que meus filhos estudem.” Como o sentimento religioso na época era bem acentuado, então meu pai saiu pedindo nos seminários e conseguiu que todos os filhos estudassem. Todos. Seis homens e uma mulher.

Dos seus irmãos, três continuaram na vida religiosa.<sup>19</sup> Entretanto, para Fragoso, este não era seu caminho. Assim, já com seus pais morando em Recife, Fragoso continuou os estudos em dois colégios religiosos daquela capital, o Marista e o Colégio Salesiano, vindo, em seguida, cursar o colegial no Lyceu Paraibano, em João Pessoa. Apesar de ainda não possuir uma visão política crítica da realidade, classificando-se como alguém que tinha uma visão “anarquista”, Fragoso aproximou-se do movimento estudantil, sendo eleito presidente do diretório daquele colégio<sup>20</sup>, onde liderou uma greve em que exigiam o afastamento do Diretor e Vice-Diretor e que terminou por se estender a todos os colégios da capital. Ao mesmo tempo em que estudava, fazia concurso para o Banco do Nordeste do Brasil, onde começou a trabalhar. No BNB, conheceu uma pessoa que assumiu um importante papel no seu processo de conscientização, o comunista Aragão Filho, que lhe ensinou a importância de servir ao próximo, algo que a sua igreja nunca havia lhe ensinado, ao mesmo tempo em que, aos moldes da pedagogia freiriana, ensinava a doutrina marxista a vizinhos e conhecidos a partir do jogo de xadrez.

...pra mim isso era de uma originalidade muito grande. Então esse cidadão foi fundamental na minha vida. Ele foi abrindo a minha visão para leitura. Eu fui adquirindo noção, consciência. Uma consciência crítica da realidade. Mas uma consciência que fosse uma categoria. Por exemplo, eu era da categoria dos bancários, mas eu integrava toda a classe trabalhadora.

Até aquele momento ligado ao movimento estudantil, Fragoso integrava a Ação Católica<sup>21</sup>. Contudo, em 1962, em contato com Antônio Aragão Filho e com outros militantes e simpatizantes comunistas (Agamenon de Castilho, José Nascimento Barreto, José Lopes Brasil, José Daniel Pessoa), e atuando junto ao Sindicato dos Bancários, ele decide deixar a Ação Católica e ingressar no Partido Comunista Brasileiro.

Eu era então da Ação Católica. Mas, sendo da Ação Católica, eu não tinha ouvido ninguém me falar daquela maneira sobre o trabalho a favor dos explorados. Não, ninguém tinha me falado nisso. (...) eu comecei então a atuar no Sindicato e logo depois fui eleito diretor do Sindicato. Nessa época eu tomo uma decisão importante na minha vida, a decisão foi essa deixar a Ação Católica e ingressar no Partido Comunista.

Segundo Fragoso, a direção do PCB paraibano se reunia, no início da década de 1960, em uma sala cedida pelo advogado José Gomes da Silva (Zé Moscou) e situada em pleno Ponto de Cém Réis, um dos locais mais movimentados da cidade, no 4º. andar do Edifício Duarte da Silveira. Destas reuniões participavam Ari, funcionário do Partido; José Anísio Maia, Secretário Político; Guilherme

---

19 Um destes três religiosos é Dom Antonio Batista Fragoso, conhecido como Dom Fragoso, nascido em Teixeira em 1920, e que se tornou o primeiro bispo de Crateús, no Ceará, diocese onde permaneceu durante 34 anos. Teve importante atuação na denúncia das violações aos direitos humanos durante a ditadura militar de 1964. Adepto da Teologia da Libertação, trabalhou no sentido da criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e do trabalho pastoral junto aos trabalhadores rurais, indígenas e quilombolas. Em 1998, ao se aposentar, voltou à Paraíba, indo morar em João Pessoa, onde faleceu aos 85 anos. Cf. <https://teologialibertacao.wordpress.com/2015/09/04/dom-fragoso-esperancas-concretas/>; <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/dom-fragoso-morre-na-paraiba-1.603612>. Acesso em 07/02/2019.

20 Fragoso, no seu depoimento, se refere ao “diretório” do Lyceu, o que corresponde hoje aos grêmios estudantis.

21 João Fragoso se refere à organização criada pela Igreja Católica em 1935, com o objetivo de formar leigos que auxiliassem na missão evangelizadora da Igreja. A Ação Católica se desenvolveu fortemente junto aos jovens através das organizações juvenis - Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC).

Rabay, João Batista (Batistão), Luiz Bernardo, Porfírio, Antonio Augusto Almeida, Antônio Aragão Filho e ele próprio, dentre outros.

Na diretoria do Sindicato dos Bancários e já em contato com os princípios do marxismo, João Fragoso procurou exercer um trabalho em duas frentes fundamentais: o desenvolvimento de uma consciência crítica da categoria e, dentro da perspectiva de que a categoria era parte integrante da classe trabalhadora, a busca da articulação com outros sindicatos e categorias, a exemplo do sindicato dos metalúrgicos, dos comerciários e dos ferroviários, e das Ligas Camponesas e do movimento estudantil. Foi durante a sua gestão que o Sindicato organizou o primeiro congresso estadual dos bancários, a fim de discutir as chamadas reformas de base, o que levou, posteriormente, a repressão a se abater sobre suas lideranças:

Então tudo isso foi irritando. Era catalogado pelas forças de repressão que tinham seus espiões lá dentro. Então eles iam catalogando, registrando tudo isso, as pessoas, a temática. E quando veio o golpe, o Sindicato dos Bancários foi o primeiro a sofrer intervenção e a sua diretoria foi toda destruída inclusive eu. (...) Guimarães<sup>22</sup> foi preso, exilado para Fernando de Noronha, e eu fui destituído. Me transferi para uma cidade lá no interior do Ceará. João Pessoa na época devia ter 150 mil habitantes. Essa cidade que eu fui transferido tinha cinco mil habitantes.

Na verdade, muito embora tendo sido transferido para Tauá, no Ceará, João Fragoso não chegou a se mudar, o que acarretou a sua demissão do Banco do Nordeste. Contra esta decisão ele ingressou na Justiça, tendo como advogado José Gomes da Silva (Zé Moscou), argumentando que sua mulher trabalhava na Legião Brasileira de Assistência (LBA), o que lhe garantia que não fosse transferido para outro local<sup>23</sup>. Enquanto o processo tramitava, Fragoso, desempregado, trabalhou durante quatro anos com seu sogro, na pequena papelaria existente na rua Maciel Pinheiro, varrendo, fazendo a limpeza, lavando banheiros e fazendo as entregas das mercadorias vendidas.

Segundo João Fragoso, no imediato pós-golpe houve um esboço de tentativa de resistência encabeçado por cerca de 20 militares pertencentes ao 15-RI, que enviaram uma carta à sede do Sindicato dos Bancários, com a proposta de pegarem em armas desde que contassem com a liderança do presidente do sindicato, Luiz Hugo Guimarães, o que foi rejeitado pelo próprio Luiz Hugo, haja vista que qualquer tentativa de resistência era infrutífera naquele momento, uma vez que o próprio João Goulart já tinha deixado o país.

...a gente estava no Sindicato dos Bancários no terceiro dia após o golpe. (...) Então quando é um dia, numa tarde chega minha irmã. O esposo dela, meu cunhado, era militar. Era sargento do exército. Então chegou com uma carta. Uma carta assinada por vários militares se propondo a pegar em armas para resistir ao golpe. (**Rodrigo Freire**) Paraibanos? (**João Fragoso**) Paraibanos aqui do 15-RI (**Monique Cittadino**) E essa carta? (João Fragoso) Ah... essa carta foi o seguinte: então contando com a condição que era que Luiz Hugo Guimarães, presidente do sindicato, fosse o comandante. Então eu fiquei, disse: “- É agora, agora vai!” Então o pessoal ficou lá esperando no sindicato e eu fui atrás de Luiz Hugo. Consegui através da esposa do Luiz Hugo, Laís Peixoto. Então eu fui atrás dela, ela articulou um encontro, eu e Luiz Hugo. (...) Então ele mostrou a carta,

<sup>22</sup> Luiz Hugo Guimarães, Presidente do Sindicato, era funcionário do Banco do Brasil, professor universitário, juiz classista e presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

<sup>23</sup> Eles perderam nas 1ª e 2ª instâncias, tendo sido vitoriosos na 3ª, por unanimidade.

leu a carta e disse: “- Ah! Não adianta mais. João Goulart já está no Uruguai.” João Goulart já tinha deixado o país, estava no Uruguai e não tinha mais... Aí pegou a carta, rasgou e disse: “- Olhe, a melhor maneira de guardar é essa.” Jogou porque no vento levava tudo. (...) Essa carta continha nomes, continha tudo. Então um dos signatários dessa carta era Isomil, Isomil, professor, foi um professor parece de farmácia, (...) (**Nazaré Zenaide**) E quem fez a carta foram esses militares? (**João Fragoso**) Foram esses militares (**Monique Cittadino**) E esse senhor, esse Isomil, era militar também? (**João Fragoso**) Era militar, foram uns vinte sargentos...

A respeito da atuação do PCB paraibano após o golpe militar, João Fragoso informa que o Partido foi desarticulado, assim como a classe trabalhadora e seu principal órgão de representação: o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), na medida em que suas principais lideranças foram presas, alguns na ilha de Fernando de Noronha. Parte substancial dos seus integrantes, oriundos da pequena burguesia, fez uma opção pelo não ingresso na clandestinidade e pela continuidade de suas vidas dentro da legalidade. A rearticulação do Partido teve de ser feita “do nada”:

Renascer das cinzas, juntar os cacos, foi o que nos coube. Um grupo de jovens inexperientes na militância do Partido, pouco conhecedores de sua doutrina, porém cheios de garra dispostos a organizar e articular a resistência ao golpe militar. Vem-me a lembrança de Zé Fernandes, então contador da empresa Marcosa, José Arimatéia, funcionário dos Correios e estudante da UFPB, Chico Maria, estudante secundarista e sobrinho do Delegado Francisco Maria, que conduziu o processo de investigação do assassinato do líder camponês João Pedro Teixeira, Idevaldo Andrade, funcionário do TRE, Eduardo Ferreira (o Batata), estudante secundarista e outros que não me lembro.

Os novos militantes que ingressaram no partido, segundo a avaliação de Fragoso, eram carentes de um maior conhecimento teórico das bases do marxismo. O Partido enviou um funcionário sediado em Recife para dar assistência a estes novos militantes em reuniões que aconteciam na casa de Fragoso, permitindo que esta “nova geração” se familiarizasse com a estrutura do Partido, as palavras de ordem, o exercício da militância e também aprendessem a conquistar novos membros para o Partido, sobretudo no campo e entre os estudantes. Em seguida, por volta de 1966, a direção do Partido fixou em João Pessoa um outro integrante para assumir a liderança no estado

...os militantes que vieram depois do golpe, depois de 64, foi uma turma nova, inexperiente, uma turma que não conhecia os documentos do marxismo, conhecia muito pouco. A assistência era dada por um cidadão, Zé Costa, que eu o chamo de stalinista porque ele era desse quesito pessoal [em que] a disciplina do partido estava acima de tudo. Quer dizer, a doação, a atividade do partido em si, por exemplo, o partido sempre se caracterizou por mobilizar, por denunciar. Não, a preocupação dele [Zé Costa] era mais de o pessoal ser disciplinado, chegar na hora certa, sair na hora certa, se ater àquela temática da reunião, àquela pauta...

Zé Costa era um ex-funcionário do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e também um militante veterano do Partido, tendo participado do levante comunista de 1935, em Natal, cidade onde residia. Em João Pessoa, preocupado com a disciplina e organização partidárias, promoveu a eleição de uma nova diretoria, cabendo a ele o cargo de Secretário Político e a Fragoso a Secretaria de Agitação e Propaganda. Apesar da sua pouca formação teórica, Fragoso reconhece o valor de Zé Costa enquanto militante:

Costa não era um intelectual, pouco conhecedor de Marx, é possível que nem tenha lido o Manifesto do Partido Comunista. Mostrava claramente sua tendência Stalinista, porém era de uma imensa fidelidade ao Partido. Fora preso 18 vezes e muito torturado. Ele relatou que em uma oportunidade, na ponte Maurício de Nassau em Recife, acompanhava como guardião um dirigente nacional do Partido, a polícia reconheceu e se atirou sobre o dirigente. Costa, que apesar de baixo, era muito forte, atracou-se com os policiais dando tempo ao companheiro correr. Costa foi levado para a prisão e muito torturado.

Isto, contudo, não impediu que estes novos militantes, a exemplo de José Fernandes, José de Arimatéia, Severino Prezado e do próprio João Fragoso, procurassem atuar na denúncia das arbitrariedades cometidas pelo Estado. Fragoso exemplifica esta atuação com o caso que chegou ao seu conhecimento, relatado por sua irmã Maria Madalena Fragoso Ribeiro, assistente social do governo do Estado que trabalhava na Penitenciária do Roger. Nos idos de 1964, Pedro Gondim, governador do estado, sabedor de que pistoleiros presos naquela Penitenciária estavam sendo liberados à noite para assassinar camponeses, constituiu uma comissão, da qual participava Madalena, um enfermeiro designado como Rocha e um terceiro indivíduo cujo nome Fragoso não se recorda, para buscarem coibir tal situação. Além disso, Madalena também revelou a Fragoso que foi procurada pelo cabo Chiquinho<sup>24</sup>, preso no Roger, e que lhe relatou as condições do desaparecimento de Nego Fuba e Pedro Fazendeiro:

e nessa época um desembargador, Arquimedes Souto Maior, chamou minha irmã e disse: “-Olhe, você saia o quanto antes porque lá é perigoso, lá as forças que estão por trás são tão poderosas que podem apagar vocês.(...) Um dia ela estava no gabinete dela de noite e chegou Chiquinho que assassinou o João Pedro Teixeira. Então ele chegou, sentou, disse que queria fazer uma revelação a ela. Ele disse que quando Pedro Fazendeiro e Nego Fuba saíram do quartel (**Monique Cittadino**) Do 15? (**João Fragoso**) Em setembro, mais ou menos, em 64. Então, quando eles saíram, eles estavam esperando numa caminhoneta em frente. Tem uma pracinha em frente ao 15-RI e logo depois, na época tinha uma mercearia e depois tinha um ponto do ônibus. Eles estavam esperando ali numa caminhoneta e nessa caminhoneta estava Luiz de Barros, o coronel Luiz de Barros. Então eles esperaram. Então quando eles vieram... Aqui fica um parêntese, uma ressalva porque me parece que eles não foram soltos ao mesmo tempo. Nego Fuba foi solto antes... (...) Então eles saíram de lá, pegaram, levaram para a Usina São João e lá foram jogados numa fornalha. Então ele disse à minha irmã: “- Olhe, não adianta procurarem porque não vão encontrar (...). Então minha irmã ficou apavorada e me chamou e me falou isso. Mas ela disse: “- Eu não vou dizer, não vou revelar porque pela ética profissional, então não vou revelar.” E de fato até morrer não revelou.

Diante destas informações trazidas ao seu conhecimento, João Fragoso, mesmo sem poder informar sua fonte, procurou o partido que decidiu elaborar boletins denunciando o que estava acontecendo no Roger.

... chamei o pessoal do partido e resolvemos soltar, fazer os boletins. E soltamos dois mil boletins. Dois mil boletins hoje não é nada. Mas a gente, na época, pra mimeografar, e o mimeografo à álcool horrível, um por um. (...) Então ela me revelou isso, então a gente denunciou. O partido. Quer dizer, era uma característica do partido mobilizar e denunciar.

24 Francisco Pedro da Silva, conhecido como Cabo Chiquinho, era soldado da Polícia Militar do Estado e notabilizou-se por ter sido um dos executores do líder camponês João Pedro Teixeira, morto em uma emboscada no dia 02 de abril de 1962, a mando do latifundiário Agnaldo Veloso Borges. Réu confesso, foi levado a júri popular um ano após o golpe civil-militar (em 08 de março de 1965), sendo absolvido por unanimidade. Cf. RAMOS, S. **Crimes que abalaram a Paraíba**. Vol 1. João Pessoa: Grafset, 1989, p. 152.

Nos anos subsequentes ao golpe, a atuação do PCB paraibano esbarrava também em questões práticas: a sede do partido havia sido desbaratada e como a vigilância sobre todos os integrantes remanescentes era muito grande, havia uma grande dificuldade em se conseguir locais para realização de encontros. Após terem se reunido durante um tempo no escritório onde José Fernandes trabalhava, bem como na loja do sogro de Fragoso, eles, a partir de 1969, passaram a se reunir no Palácio do Bispo, haja vista que neste momento João Fragoso fazia parte de um grupo que trabalhava na administração da Arquidiocese:

...então eu boleei uma ideia da gente se reunir no Palácio do Bispo. Chegamos assim no Palácio do Bispo, foi chegando um por um. Fomos entrando então nos alojamos numa sala e fizemos a nossa reunião. Quando a gente terminou a reunião ia saindo da sala ao lado Dom José Maria Pires. Ele deve ter ouvido tudo. Nunca me disse nada. Quando foi recentemente, há oito, nove anos atrás, quando a minha irmã morreu, aí ele foi fazer uma visita lá em casa então eu aproveitei e pedi desculpas a ele. Eu não pedi desculpas, pedi mais perdão a ele por ter colocado em risco a pessoa dele e a própria instituição. Aí ele disse: “- Você fez isso porque confiava em mim, né?”

Após os 4 anos em que trabalhou com seu sogro, Fragoso voltou à vida de bancário, pois foi contratado pelo Banco Real do Norte, instituição privada com sede em João Pessoa, pertencente ao deputado federal Teotônio Neto<sup>25</sup>. Ainda vinculado ao PCB, ele volta a integrar o Sindicato dos Bancários, assumindo a sua Presidência, cargo que ocupava em 1968, quando da edição do Ato Institucional No. 5. Na passagem deste ano, João Fragoso, após consultar lideranças partidárias em uma reunião ocorrida em Campina Grande com as presenças de Zé Costa, Lyra, Oliveiros Oliveira e Manoel Alves, redige um manifesto sobre a situação política e social do país, que foi publicado no jornal do sindicato, o que lhe valeu uma prisão no 15-RI durante 22 dias, “com intensa tortura psicológica e destituição da presidência do sindicato” (DOCUMENTO 22).

É importante destacar que no seu relato João Fragoso salienta a importância da atitude de Dom José Maria Pires diante da situação. Ele nomeou uma comissão de padres constituída pelo Cônego Fernando Abath, pelo Monsenhor Rafael de Barros, pelo Padre Geraldo e pelo Frei Constantino (futuro bispo de Óbidos-PA) para acompanhar a sua prisão, a fim de evitar torturas, além de ter mandado que o manifesto fosse lido em todas as paróquias da Arquidiocese da Paraíba. Depois da sua soltura, Dom José Maria o convidou para fazer parte da Administração da Arquidiocese, juntamente com Ronald Queiroz, Fernando Carneiro (representante da Brahma na Paraíba), José Magliano e Hipólito Freire (renomado contador) e também do Monsenhor José Trigueiro do Vale, fundador do UNIPÊ.

Fragoso viria a ser detido mais duas vezes. Em 1969, por ocasião do assalto ao carro forte da companhia de cigarros Souza Cruz, ação realizada pelo Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), ele ficou preso durante um dia no DOPS da Polícia Civil da Paraíba, em virtude da sua ami-

---

25 Francisco Teotônio Neto, além de político paraibano, foi empresário que atuou em diversos ramos da economia, do setor financeiro ao de mineração, passando pelo editorial. Construiu o primeiro moinho de trigo do estado, no município de Cabedelo. Atuou no jornalismo quando estudante, em 1953, criou o Jornal Correio da Paraíba e em 1968 fundou a Rádio Correio da Paraíba. Elegeu-se deputado federal pelo PSD em 1962, sendo reeleito em 1966 pela ARENA. Cf. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/teotonio-neto-francisco>. Acesso em 28/11/2018.

zade com os envolvidos, sobretudo os estudantes de medicina Eduardo Ferreira e Eraldo Fernandes<sup>26</sup>. Talvez pela sua proximidade com o delegado que o conhecia do Lyceu Paraibano, onde estudaram juntos, Fragoso foi rapidamente liberado, muito embora tenha afirmado que mesmo que soubesse do paradeiro dos estudantes foragidos não o revelaria. A segunda ocasião, também em 1969, deveu-se ao fato de ter chegado ao conhecimento dos oficiais do Grupamento de Engenharia que ele estaria sendo extorquido por integrantes da Polícia Federal. Detido juntamente com sua irmã e seu pai, um homem de 71 anos, Fragoso, sabedor do risco que corria se confirmasse o fato, negou sua veracidade, muito embora a extorsão estivesse ocorrendo.

...e de outra vez chegou ao conhecimento do Grupamento de Engenharia que eu tinha dito que a Polícia Federal tava extorquindo dinheiro de mim. Então eles pegaram meu pai, minha irmã e levaram. **(Monique Cittadino)** Levaram presos? **(JF)** Levaram presos pro Grupamento de Engenharia. Passamos um dia também lá. **(Monique Cittadino)** O senhor, seu pai e sua irmã? **(JF)** Minha irmã. Isso foi em 69. Meu pai tinha 71 anos (...) O escrivão era um sargento que foi diretor do HU, Gessé<sup>27</sup>. Então era o escrivão lá, na época (...) **(JF)** Se você confirmar que a Polícia Federal tá extorquindo dinheiro seu... Então, se eu fosse dizer, eu pensava assim, seria assinar a minha sentença de morte. Porque aí... Eu disse não. Não. Eu não tenho conhecimento disso. **(Monique Cittadino)** Mas estava? **(JF)** Estava. Extorquindo muito dinheiro.

Acontece que após a sua prisão no 15-RI durante 22 dias, o delegado da Polícia Federal em João Pessoa, Napoleão Câmara, primo de Dom Helder Câmara, arcebispo de Recife e Olinda, o enviou em uma ocasião a Recife, para supostamente entregá-lo ao Quartel do Exército daquela cidade. Em lá chegando, Fragoso não chegou a descer pois os agentes, em uma cena armada, voltaram do quartel dizendo: “- Olha, ninguém quer lhe aceitar! Você deve ser muito perigoso porque ninguém quer lhe aceitar.” Trouxeram-no então de volta e ele foi levado à sala do delegado Câmara, que após tecer diversos elogios à sua pessoa, o mandou de volta para casa, escoltado pelos agentes. A partir daí, periodicamente os homens iam à residência de Fragoso, para receber o dinheiro da extorsão em troca da sua não perseguição.

**(João Fragoso)** A Polícia Federal era quase em frente onde é hoje o Bom Preço ali na Lagoa. Ali tinha uma casa antiga com um sótão. Então ele me chamou na sala dele, trancou a sala, mandou eu me sentar na cadeira e ele disse: “- Você é um homem! Você num sei... Você é um homem!” Fez vários elogios. Fiquei imaginando que ia haver qualquer coisa. Mas o medo que era muito grande, né. Então ele mandou me deixar em casa. Eu morava no Dezoito Andares [antigo prédio residencial do centro da cidade], ali na General Osório. Ele me deixou em casa. Aí daí começou: dinheiro, dinheiro, dinheiro. Aí quando eu esgotei todas as minhas reservas, eu disse: “- Olha, agora eu não tenho mais.” Pronto. Ficou por isso mesmo **(Rodrigo Freire)** E quem que ia pegar? **(João Fragoso)** Ah, eram dois agentes da Polícia Federal **(Monique Cittadino)** E ele era... **(João Fragoso)** Delegado! **(Monique Cittadino)** Sim, e como era o nome dele? **(João Fragoso)** Napoleão Câmara **(Monique Cittadino)** Primo... **(João Fragoso)** Primo de Dom Helder. Ele mesmo disse: “- Sou primo de Dom Helder mas não concordo com Dom Helder.” Então havia isso. Mas eu não podia dizer, não era...

<sup>26</sup> A respeito deste episódio, vide o depoimento de Mônica Lúcia Rique Fernandes.

<sup>27</sup> Talvez se trate do superintendente do Hospital Universitário Lauro Wanderley, Gessé Gomes Meira.

Após a sua prisão no 15-RI, em 1968, Fragoso é destituído do sindicato, mas não demitido do banco, muito embora tenha, sucessivamente, sido transferido para outras cidades (Manaus e Recife) em um processo que o fez “perder as raízes”.

...aí ele [o banco] podia transferir porque quando a gente assumia...Os bancos foram também adquirindo experiência. Quando a gente assumia, a gente assinava uma carta que aceitava a transferência pra aquele lugar. (...) Não me demitiram (...) porque eu, mesmo sendo presidente do sindicato, eu me dedicava muito ao trabalho do banco e na passagem do Banco Real do Norte para o Banco Mineiro do Oeste<sup>28</sup>, (...) eu trabalhei muitas vezes, seguidamente a noite toda para possibilitar essa incorporação do Banco [Real do Norte]. (...) No banco fiz algumas amizades, e, quando eu saí da prisão, esperava ser demitido. Então esse pessoal estava ocasionalmente, eventualmente, de Minas Gerais estavam aqui em João Pessoa então (...) eu continuei.

Já na década de 70, finalmente Fragoso voltou a João Pessoa, agora como funcionário do Bradesco ao qual o Banco Real do Norte e o Banco Mineiro do Oeste haviam sido incorporados. Lembrando o papel que o Partido Comunista desempenhou na sua vida, Fragoso afirma:

...foi pra mim fundamental porque ele abriu os meus horizontes. Nesse sentido de ter uma consciência crítica da realidade. Não tinha. Pra mim, o mundo caminhava por si. Quer dizer, a história. Mas, a história caminhava por si porque a gente não podia influenciar nela, nada. Mas o partido foi me abrindo os olhos pra isso. Não. A gente é que faz a história. Aos poucos, vai, recua, avança, lá vai e vai caminhando. Mas foi o partido que me abriu os olhos pra isso. Eu entrei no partido não por convicções marxistas. Mas porque a minha formação é religiosa. Entrei porque via que o partido tinha mais condições de denunciar, de mobilizar, de articular. Tinha e foi uma experiência muito boa. Encontrei elementos, quer dizer, encontrei indivíduos, pessoas muito humanas, capazes de entregar sua vida por uma causa, pelos outros, para a transformação da sociedade.

## 8.6 - JOSÉ FERNANDES – PARAR E SEGUIR SEU RUMO

Ainda jovem, José Fernandes iniciou sua militância política no movimento estudantil secundarista, no Lyceu Paraibano, onde estudava, influenciado por seu irmão mais velho, o médico Malaquias Batista<sup>29</sup>, que tinha uma atuação política junto às Ligas Camponesas e participava dos diversos movimentos dos grupos de esquerda na Paraíba. Já na Faculdade de Ciências Econômicas, na qual ingressou em 1963, continuou a atuar no movimento estudantil, quando assumiu a presidência do Diretório Acadêmico, muito embora, como ele refere, ainda “sem nenhuma feição ideológica”, não fazendo parte de nenhum grupo político, a exemplo do Partido Comunista Brasileiro ou da Ação Popular.

28 Segundo João Fragoso, o Banco Real do Norte foi adquirido pelo Banco Mineiro do Oeste. Este último tinha sua matriz em Belo Horizonte/MG e, em fase de franca expansão, foi atingido pela política de concentração bancária implementada no regime militar pelo ministro Delfim Neto, entre 1967 e 1973. Assim, em 1970 o Banco Mineiro do Oeste foi absorvido pelo Bradesco.

29 O médico Malaquias Batista Filho nasceu em São Sebastião de Umbuzeiro/PB, em 31 de agosto de 1934, tendo atuado profissionalmente na área de saúde pública. Seu interesse pelas questões sociais remonta à década de 50, quando participou do movimento estudantil, tendo ocupado o cargo de secretário de saúde da União Estadual dos Estudantes da Paraíba (UEEP). Embora não tenha se envolvido com nenhum partido político da época, também atuou junto às Ligas Camponesas. Graduiu-se em Medicina em 1961 e, com o golpe de 1964 foi demitido da Universidade Federal da Paraíba e do Serviço da Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU). Em 1965, ingressou no Departamento de Nutrição da UFPE, onde desenvolveu importante carreira acadêmica na área de Nutrição e Saúde Pública. Cf. VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. A epidemiologia das deficiências nutricionais no Nordeste: a contribuição de Malaquias Batista Filho à institucionalização da Nutrição em Saúde Pública no Brasil. In Cad. Saúde Pública vol.16 n.2 Rio de Janeiro Apr./June 2000. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X200000200023>. Acesso em 12/02/2019.

É nesta situação que ele presenciou, às vésperas do golpe de 64, o episódio da invasão da Faculdade de Direito. O clima político naquele momento radicalizava-se em todo o estado. Os conflitos no campo sucediam-se e os proprietários de terra organizavam as forças repressivas:

Mas nessa hora nós já estávamos com problema. (...) Estava acirrado a luta naquela altura. Eu não era do Partido Comunista, não. Eu não era comunista... Estava acirrado aquela luta. E a coisa caminhando para a violência. No campo estava tendo problemas. A polícia fazendo aqueles é... prendendo, matando, fazendo e desaparecendo, aquela coisa toda. E no setor estudantil também. E eles reagindo. Então era Joacil de Brito, era Agnaldo Veloso Borges, aquele que mandou matar João Pedro Teixeira, era quem mais? Era Marcos Odilon (inaudível). Era o major Cordeiro, da Polícia. Não, o major Cordeiro da Polícia, não. Como era o nome? O coronel, rapaz... **(Monique Cittadino)** Luiz de Barros? **(JF)** Luiz de Barros... Luiz de Barros era quem **(Monique Cittadino)** cercava... **(JF)** cercava... e Luiz de Barros era quem mobilizava os capangas das usinas para fazer desaparecer gente, matar gente, aquela coisa toda...

E o meio estudantil também refletia a radicalização do momento. Assim é que diante da notícia da visita de Carlos Lacerda a João Pessoa, uma multidão em protesto aglomerou-se diante da Faculdade de Direito. Enquanto alguns estudantes trancaram-se no interior da Faculdade, os advogados Joacil de Brito e Marcos Odilon empunhavam um tronco de madeira para derrubar e abrir a porta. José Fernandes, juntamente com os colegas Martinho Campos, Genuíno Ferreira, José Mendes, Marcos Ubiratan, Ferreira, Firmo Justino e José Tarcísio estiveram presentes no conflito. Percebendo as dimensões da multidão e o fato de que eles estavam em um pequeno grupo e que os capangas trazidos pelas forças repressivas se aproximavam, José Fernandes sacou uma arma e atirou para o alto, o que lhe permitiu escapar.

Quando nós saímos, saiu um montão de gente para trás. Aí eu disse: “- Nós vamos levar um cacete aqui desse pessoal que não tem tamanho”. Então, quando nós chegamos no meio, que a gente foi olhando para trás (inaudível) e só estávamos nós, aquele grupinho, e lá vem os capangas. Aí eu digo: “-Agora ficou difícil.” Toinho [Antônio Augusto Almeida] estava... Bem próximo. A gente estava ali a cinco metros, quatro metros deles. “-Vão matar a gente!”. Mas não tem problema. Puxei o revólver e atirei, não para matar ninguém, não é? Então correram todos (...) soltaram o pau e corremos todos (...) e saí ali pela Duque de Caxias e fui embora...

A militância no movimento estudantil trouxe a José Fernandes consequências para sua vida estudantil e profissional. Imediatamente após o golpe de 64, ele foi demitido do CED (Conselho Estadual de Desenvolvimento), na mesma leva de demissões que atingiram Heitor Cabral, Ronald Queiroz, Antonio Augusto Almeida e outros. Posteriormente, por ocasião do AI-5, ele foi atingido pelo Decreto 447<sup>30</sup> e impedido de continuar os estudos em qualquer universidade federal do país.

No início da década de 70, aproximadamente entre os anos de 1972-73, José Fernandes ingressou no Partido Comunista Brasileiro. Embora não se recorde exatamente das circunstâncias da sua aproximação com o PCB, ele destaca a importância da figura de Luiz Carlos Prestes para os militantes do partido:

<sup>30</sup> Decreto-Lei No. 477, de 26 de fevereiro de 1969, editado por Costa e Silva, que procurava impor um controle político nas Universidades, expulsando professores e alunos que fossem acusados de envolvimento em atividades consideradas “subversivas”. Cf. <https://www.documentosrevelados.com.br/repressao/forcas-armadas/lei-477-o-ai5-das-universidades/>. Acesso em 10/03/2017.

...entrei no Partido Comunista do Brasil sem ser comunista por uma razão simples (...) Luiz Carlos Prestes foi o homem que deu uma lição de vida, certo? Nunca abdicou de suas convicções. Era firme. Em qualquer circunstância ele estava lá, defendendo o ideal dele (...) Eu era militar, fui militar e Prestes era o exemplo. Eu digo sempre que na Paraíba, no Partido Comunista, tinham poucos comunistas. Agora, tinham muitos *prestistas*. Prestes era o rumo e a referência...

Naquele momento, em que as grandes lideranças do partido estavam presas ou haviam fugido, José Fernandes foi procurado por um militante pernambucano integrante do Comitê Central para assumir a secretaria do partido na Paraíba. O nome deste militante ele desconhece, haja vista a necessidade de manter-se o anonimato em função das questões de segurança. Contudo, ele acredita que foi procurado para assumir a liderança do partido na Paraíba em virtude de, anteriormente, ter abrigado durante cerca de 3 meses em sua casa um militante comunista, que se apresentava como um médico de Natal/RN, e que estava foragido<sup>31</sup>. Na ocasião em que abrigou o suposto médico norte-rio-grandense, José Fernandes ainda não integrava o PCB e credita este fato às suas ligações com o movimento estudantil. Assim, para Fernandes, o conhecimento e a proximidade com o médico devem ter feito com que este tenha falado do seu nome às lideranças centrais comunistas que, então, o convidaram para o cargo de Secretário na Paraíba.

E teve também um senhor, um médico (...) de Natal, do Rio Grande do Norte. Ele participou de tudo. Esse médico era conhecidíssimo como de esquerda na Paraíba. E ele veio e chegou à minha casa, não sei por que, trazido não sei por quem, para eu escondê-lo. Então ele passou uns dois ou três meses morando comigo na minha casa, eu casado...(...) Passou uns 3 meses. Escondido. (**Marlene Almeida**) Com outro nome, talvez. (**JF**) Outro nome. Com certeza, outro nome. Também eu nunca perguntava que nome ele tinha. Até porque era uma questão de segurança. Porque se eu fosse preso e não aguentasse o cacete... (**Monique Cittadino**) Não ia ter o que dizer. (**JF**) Não ia ter o que dizer porque eu não sei quem é...(...) Agora eu acredito que foi através desse médico de Natal, como ele passou um tempo lá em casa, ele provavelmente avaliou e deu algum contato para o pessoal (inaudível) na Paraíba.

Uma das atividades que os militantes comunistas paraibanos realizavam era a distribuição do Jornal Voz Operária. O periódico chegava trazido diretamente de Recife e era entregue nas casas de integrantes como Manoel Alves, João Frágoso, Manuel Porfírio e na do próprio José Fernandes, que sabia do risco que sofria, mas reconhecia a falta de alternativa. Questionado se havia sido detido entre 1972-73, quando diversos militantes comunistas paraibanos foram presos e passaram a responder a um IPM, ele nega, informando que foi apenas chamado para depor na Polícia Federal.

A respeito da atuação da Polícia Federal, José Fernandes fez questão de enfatizar a existência de locais de tortura de presos políticos na Paraíba sob controle destes policiais, com colaboração de um médico paraibano. No seu depoimento, ele afirma que durante algum tempo a Superintendência

---

<sup>31</sup> É sabido que, nesta ocasião, existiam dois médicos em Natal que eram vinculados ao PCB: Vulpiano Cavalcanti, um dirigente histórico deste partido, e Hermano Paiva de Oliveira, que em 1982 foi eleito deputado estadual no Rio Grande do Norte pelo PMDB, que então abrigava o ilegal PCB. O médico ao qual se referiu José Fernandes não deve ter sido Vulpiano Cavalcanti, uma vez que se tratava de um militante extremamente conhecido. Por outro lado, esta CMV entrou em contato com Hermano Paiva de Oliveira, por via telefônica, que afirmou nunca ter se abrigado na Paraíba. Supomos, assim, que se tratava de uma pessoa que ou não era médico, ou que não era de Natal, tendo utilizado uma identificação falsa, por razões de segurança.

da Polícia Federal na Paraíba foi exercida pelo delegado Emílio Romano<sup>32</sup>, que havia sido o chefe da Seção de Segurança Política da DOPS do Rio de Janeiro durante a ditadura de Getúlio Vargas. Como chefe da Seção de Segurança Política, o tenente Antônio Emílio Romano fora um dos subordinados de Filinto Muller<sup>33</sup>, tendo se notabilizado pela tortura dos presos políticos e, aqui na Paraíba, segundo depoimento de José Fernandes, criou uma câmara de tortura para onde eram levados os presos locais: “Ele sequestrou gente, ele instituiu uma câmara de tortura. Não sei para onde danado era essa câmara. As pessoas que foram torturadas devem saber mais ou menos ...”.

José Fernandes também informa que um eminente médico paraibano participava das sessões de tortura, monitorando a situação clínica dos presos torturados pela Polícia Federal em João Pessoa: “O médico encarregado de manter vivo o cara, o interrogado, era [...] Bote aí. **(Monique Cittadino) Médico? (José Fernandes) Médico. Ele era quem ficava monitorando pra o cara não morrer**<sup>34</sup>.”

Ainda a este respeito, questionado sobre a prisão de Manoel Alves, ocorrida no início da década de 1970, José Fernandes reafirma a existência de locais de tortura na Paraíba, bem como a participação de um profissional de saúde nas sessões de tortura:

**(Marlene Almeida)** Você se lembra de quando Manoel saiu, quando ele foi solto, como ele estava? Você conviveu um pouco com ele ou não? **(José Fernandes)** Não... Depois convivi!! **(Marlene Almeida)** Você se lembra quando ele saiu? **(José Fernandes)** Eles quase matam o Manoel, quase matam. E a gente sabe até onde ele foi na tortura. Hoje a gente sabe **(Marlene Almeida)** Você quer dizer, para a gente poder...? **(José Fernandes)** Foi numa fazenda que tem perto de Campina Grande. **(Monique Cittadino)** Portanto, em uma propriedade privada? **(José Fernandes)** Propriedade privada. **(Monique Cittadino)** E o senhor sabe a quem pertencia? **(José Fernandes)** Não... É ali perto do Cajá, perto ali do Cajá... A informação que eu tenho é que é ali perto do... isso quem me disse foi um policial federal que era primo de Mércia [trata-se da esposa de José Fernandes]. Depois então ele chegou e disse: “-Olhe é...” E foi ele também quem me disse que [...] era o homem que sustentava o (inaudível) vivo.

Muito embora não tenha sido preso, José Fernandes, juntamente com cerca de outros 10-15 acusados, respondeu ao IPM instalado na Auditoria Militar de Pernambuco. A esse respeito, ele salienta a importante ajuda que lhe foi dada pelo então prefeito Dorgival Terceiro Neto: em uma época em que os próprios amigos afastavam-se por temerem a aproximação com uma pessoa “de esquerda”, o prefeito, homem “idôneo e confiável” perante a “Revolução”, prontificou-se a testemunhar em juízo a seu favor, dando um depoimento que até hoje José Fernandes guarda em sua casa:

Dorgival deu um depoimento que eu queria que você visse o depoimento de Dorgival. Eu tenho ele guardado. Aquele é um cara que foi nomeado pela ditadura. “- Isso é uma maldade que estão

32 Sabe-se que Emílio Romano comandou a Polícia Federal da Paraíba durante o ano de 1968. Contudo, não conseguimos precisar a data em que deixou o estado.

33 Filinto Muller, militar do Mato Grosso, entre 1933 e 1942, durante a ditadura do Estado Novo, chefiou a polícia política da capital do país e, após o levante comunista de 1935, foi o responsável pela perseguição aos comunistas que levou à prisão de Luiz Carlos Prestes e de sua mulher, a judia alemã Olga Benário, que, grávida, foi deportada para a Alemanha, onde foi executada em câmara de gás. Segundo o escritor David Nasser, no livro *Falta Alguém em Nuremberg*, os subordinados de Filinto Muller, dentre os quais Emílio Romano, “foram recrutados da escória do Exército e eram indivíduos cujo servilismo ao governo e brutalidade com os presos contribuíram para as violações dos direitos humanos ocorridas na época”. Cf. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/muller-filinto> e [https://pt.wikipedia.org/wiki/Filinto\\_M%C3%BCller](https://pt.wikipedia.org/wiki/Filinto_M%C3%BCller). Acesso em 07/02/2019.

34 Sobre este assunto, vide o Capítulo 5 deste relatório

fazendo com este rapaz. Este rapaz eu conheço, assim, assim, assim. Nunca...” Ele se expôs, se expôs. Eu disse: “- Vão botar ele pra fora, no outro dia, da prefeitura”. Mas fez e fez mesmo. Que coisa... Tá lá o texto que eu botei num quadro, (...) botei na minha casa. Porque os outros, rapaz... Eu chamei pessoas amigas minhas: “- ‘Tá doido, eu vou nada...”

Mas, para o PCB na Paraíba, a consequência das prisões e da repressão que se abateu seria a completa desarticulação do Partido com o afastamento dos militantes, cada qual seguindo seu caminho:

O grande problema foi o seguinte: houve um momento em que eu acho que todos nós, todos nós, disseram: “- Não dá!” Porque nós sabíamos que todos nós, nessas alturas, todos nós estávamos queimados. Não havia chance nenhuma de... (...) Não tem mais o que fazer, não adianta. [Não havia] quem se articulasse. Não podia nem conversar um com o outro. **(Rodrigo Freire)** Isso pós IPM? **(José Fernandes)** Pós IPM. **(Rodrigo Freire)** Então o resultado do IPM foi a desarticulação? **(José Fernandes)** O resultado do IPM foi uma decisão coletiva: “-É, olha não dá, porque...” (...) **(Monique Cittadino)** Parar e cada um seguir seu rumo? **(José Fernandes)** Parar e cada um seguir seu rumo...

## 8.7 - EDNALVA SENA – LEMBRANDO LEONARDO LEAL

No dia seguinte ao golpe de 1964, a casa em que Ednalva morava com sua mãe, sua irmã, Edinha, e seu sobrinho Carlos, foi invadida por membros da polícia e do Exército que, armados de metralhadoras, procuravam seu cunhado, o dentista, comunista, artista plástico e suplente de vereador pelo PSB, Leonardo Moreira Leal. A violência da ação militar não foi esquecida:

... o Exército no terraço da minha casa com metralhadora, aquela agressividade, um quintal enorme da minha casa. Morava na Avenida Tabajara, ali perto do Lyceu. Agressividade. Aquela coisa no terraço, ninguém entrava. Sabe bandido? Pegar o bandido esperando, coisa horrível. E esperando que ele entrasse, alguma coisa. Ninguém podia entrar nem sair. (...) **(Rodrigo Freire)** A Senhora estava em casa nesse momento? **(Ednalva Sena)** Estava em casa, e uma coisa assim absurda, né? Ninguém podia mais sair, ninguém podia trabalhar, a empregada, até a empregada grávida, foi agressivo com ela, fechando o portão da garagem que ela não esperava...

Além de montarem guarda, esperando notícias de Leonardo Leal, a polícia também escavou todo o quintal da residência, em busca de armas que pudessem estar escondidas. As rádios locais davam constantemente a notícia de que continuava a procura por armas na residência do suplente de vereador. As armas não foram encontradas, mas os militares levaram livros, fotos e diversos documentos que comprovavam a “periculosidade” de Leonardo Leal.

**(Rodrigo Freire)** E quando chegaram lá na casa, logo depois do golpe, levaram livros, documentos... Você conseguiram se desfazer de alguma coisa? **(Ednalva Sena)** Ah, levaram tudo. Não... E felizmente ou infelizmente não sei, no nosso álbum tinha retrato de Fidel Castro com Carlos menino no colo. Queria mais o que, não é? **(Monique Cittadino)** Uma prova contundente... **(Ednalva Sena)** Nós tínhamos provas de que eles tinham um relacionamento com esse pessoal importante, com gente assim muito bacana. Então, não tinha como. **(Marlene Almeida)** Levaram tudo? **(Ednalva Sena)** Tudo. E ali eles ficaram de mão cheia, não é? Aí levaram os álbuns de retrato, livros todos.

Naquela época, Leonardo Leal era professor do curso de Odontologia da UFPB, além de ser suplente de vereador, ao mesmo tempo em que atendia seus pacientes no consultório instalado na própria casa. Para os mais necessitados, Leonardo reservava um dia na semana:

Tinha os dias na semana que ele atendia no consultório só camponeses, pronto. Só camponeses de graça. Empregada doméstica, camponeses, era o dia deles. Ficava cheia a sala do consultório. Pessoas boas, eu me lembrava de galinha que eles levavam para dar de presente.

Extremamente bem relacionado com a vizinhança, a invasão da sua casa e a notícia de que ali morava um comunista foram um choque para todos:

Os vizinhos eram todos assim, vizinhos fazendeiros [SIC], pessoas assim, tudo, ficaram todos abismados porque não sabiam que tinha um comunista ali, ficaram assim abismados. Um homem tão bom, tão maravilhoso, meu cunhado era muito bem quisto, todo mundo amava. Era crente, era católico e, no entanto, tinha ali aquele cara, aquele absurdo, aquele monstro morando ali na rua...

O fato é que, informado a respeito do golpe, Leonardo Leal já havia fugido quando sua casa foi invadida, não deixando qualquer notícia para sua família. Abandonando família e trabalho, toda uma vida que então se despontava, ele refugiou-se em um sítio no interior de Pernambuco.

E perdeu tudo, perdeu tudo, tudo. Então ele adquiriu muito cedo. Muito novo se formou, tinha emprego estadual, foi professor da universidade, tinha curso, tinha tudo na vida pra começar uma vida, mas tinha aquele ideal que pra ele era muito importante. Família era importante, mas o ideal estava paralelo. Mas bom pra todo mundo, dava consulta grátis... **(Marlene Almeida):** Ednalva, e a casa dele, ele tinha um consultório montado naquela casa dele que ele atendia lá, e aquele consultório ficou abandonado, o que houve? **(Ednalva Sena):** Não porque a casa era alugada. **(Marlene Almeida):** Sei, mas o consultório, os equipamentos? **(Ednalva Sena):** Tudo, acabou consultório, acabou tudo, ele ficou a zero, sem nada.

Sem que tivessem capturado Leonardo, o Exército permaneceu um longo tempo cercado a casa, vigiando seus habitantes, na expectativa de seu retorno, período em que as ameaças à sua vida, em tom de chantagem, eram constantemente dirigidas aos familiares:

Bandidos eram eles, né? Por que era um negócio, aquele ódio. O major falava assim para mim: “- Diga, porque o seu cunhado é um homem bom”. Ele dizia assim: “- É um homem bom. Nós conhecemos tudo da vida de Leonardo, e ele pode ser morto. Então é melhor que a gente prenda, cuide dele”. Tão bonzinho, não é? Então eu me lembro desses detalhes. **(Monique Cittadino):** Então preso ele nunca foi? **(Ednalva Sena):** Não, preso ele nunca foi.<sup>35</sup>

A questão da suposta prisão de Leonardo é algo extremamente interessante, pois apesar dos amigos saberem que ele nunca havia sido preso, o que agora é confirmado pelo depoimento da sua cunhada, o IPM no qual ele foi denunciado relata que as forças repressivas, ao chegarem à sua casa, foram recebidas pelo próprio Leonardo, que franqueou a entrada e, logo em seguida, foi levado preso. Na verdade, uma das hipóteses é a necessidade das forças repressoras de mostrarem sua competência, não assumindo que foram incapazes de localizar e prender um militante comunista

<sup>35</sup> A respeito do Major Ubirajara Maribondo Vinagre, responsável pela invasão da casa de Leonardo Leal, vide o Capítulo 1 deste relatório.

(**Ednalva Sena**) Mentira, é uma mentira! O que é isso? Mentira. (**Marlene Almeida**) Quando eu vi o documento... (**Rodrigo Freire**) Inquérito Policial Militar. Auto de busca e apreensão. (**Marlene Almeida**) Quando Rodrigo conseguiu uma cópia que me deu, eu disse a Rodrigo: “Não é verdade, ele não foi preso, não. Eu me lembro. Ele não foi preso, ele não estava em casa.

Os detalhes da atuação de Leonardo Leal no PCB eram relativamente desconhecidos pela família. Tanto o próprio Leonardo, como sua esposa, Edinha, até por questões de segurança, poupavam Ednalva e sua mãe de informações sobre o que acontecia.

Engraçado, eles dois, o casal, não nos envolviam em nada. Nem minha mãe, nem eu, sabe? Eles não envolviam em nada, nós não sabíamos nada. O golpe para gente foi até uma surpresa. Por que não havia esse movimento de que ele passasse medo, nada. Ela nunca passou, nada. Nada, nada, nada...

Na casa deles ocorriam frequentes reuniões de militantes do Partido e Leonardo recebia, com frequência, amigos para conversas e discussões<sup>36</sup>. Contudo, mesmo acompanhando tais reuniões, Ednalva relata que não imaginava a profundidade do que era tratado:

(**Marlene Almeida**) Oh, Ednalva. Mas a gente participou de tantas reuniões lá na sala à noite e vocês estavam sempre por perto, levavam um cafezinho, conversavam, mas não achavam que...

(**Ednalva Sena**) A gente não sabia o que era. Sabia que era comunista. A gente não sabia a gravidade da coisa, entendeu? Tinha os almoços, vinha gente de fora, e tudo assim gente importante mesmo, que é da luta. Mas pra gente eram amigos, quer dizer, sabia que era do Partido, mas era gente do bem, né? Era gente do bem e que a gente colaborava.

Antonio Augusto de Almeida, amigo do casal, relata a preocupação com a segurança que existia entre Leonardo e sua esposa:

(**Antonio Augusto**) ...um dia nós fomos na casa dele exatamente tratar desse problema, da segurança, e ele disse que tinha uma senha com Edinha, porque passava o dia fora, quando chegava em casa poderia ser que tivesse alguém lá, ido procurá-lo. A senha eu me lembro bem: não tinha um terracinho na frente? (**Ednalva Sena**): Tinha, um terracinho pequeno. (**Antonio Augusto**): E tinha dois pregos assim com, tinha um biscuit, uma coisa de louça pendurado no prego. E se ele chegasse um dia e o biscuit tivesse no outro prego, é porque ele estava sendo perseguido, caísse fora.

Na verdade, Leonardo era um importante quadro do partido na Paraíba e já era bastante conhecido do aparato repressivo. Na sua campanha para vereador, ele candidatou-se pelo PSB, já que o PCB estava na ilegalidade, mas em todo o material de campanha constava que ele era apoiado pelos comunistas. Assim, conforme esclarecem Marlene e Antonio Augusto de Almeida, Leonardo era considerado um quadro “queimado” do partido, o que significava que se a repressão se abatesse de forma inquestionável, ele seria um dos que fugiria, ingressando na clandestinidade:

(**Marlene Almeida**) Mas foi combinada também, Ednalva, quem saia pra clandestinidade. Leonardo se ofereceu para isso, Maia também. (**Antonio Augusto**). Porque no partido tinha os que a

---

<sup>36</sup> O cineasta Vladimir Carvalho e o teatrólogo Paulo Pontes eram umas das pessoas que frequentavam assiduamente a casa de Leonardo Leal. Segundo Ednalva, após o assassinato de João Pedro Teixeira, a sua esposa, Elizabeth, ficou algum tempo escondida na residência.

gente chamava “queimados”. Eram pessoas que eram conhecidos como comunistas. Leonardo era um deles. Inclusive foi candidato a vereador e a propaganda toda era: apoiado pelos comunistas.

Após algum tempo, sua mulher, Edinha, irmã de Ednalva, foi com ele se encontrar. O único filho que tinham até aquele momento, Carlos Vinicius, uma criança na faixa de 2 anos de idade, ficou morando com a avó. Ficaram ali naquela situação de refugiados, morando em um casebre em um pequeno sítio, vivendo da ajuda de familiares, sobretudo de um tio que era militar e que foi a figura que mais ajudou financeiramente. Posteriormente, o casal conseguiu mudar-se para o Rio de Janeiro, onde a família se recompôs (além de Carlos Vinicius, o casal teve mais 03 filhos), e Leonardo Leal recomeçou sua vida como dentista, ficando conhecido como Dr. Moreira:

E lá no Rio, quando ele chegou no Rio, ele tinha um amigo que recebeu na casa dele, e ele trabalhou em vários lugares, já era outro Leonardo. Já era “Doutor Moreira”, não era mais “Doutor Leonardo” a essa altura. Porque o nome dele é Leonardo Moreira Leal. Aqui “Dr. Leonardo”. Ele já era “Dr. Moreira”.

Algum tempo depois, já com um consultório instalado em região nobre da cidade, Leonardo Leal continuava com a sua preocupação com os menos favorecidos:

Conseguiu abrir um consultório no melhor lugar do Rio de Janeiro, Leblon. Melhor lugar do Rio. (...) Um homem assim, admirável porque tudo ele conseguiu de volta, pelo trabalho. Pelo esforço. E isso é coisa rara hoje o ser humano vencer por trabalho. E ele venceu, trabalhando. Sempre fazendo as caridades dele porque empregada doméstica tinha sua vez, ele não podia ver uma sem dente que ele dizia: “- Vá lá ao meu consultório.”

Contudo, a marca da perseguição e da fuga continuava assombrando a nova vida:

E agora lá, ele continuou (...). Continuou perseguido, continuava perseguido, ele continuou escondido, a vida não tinha amizade com ninguém, era igual a bandido mesmo. Morava ali, e saía sem falar com ninguém, não tinha, era uma vida terrível uma vida dessa, não é? (**Monique Cittadino**) Clandestino, quase um clandestino. (**Ednalva Sena**). Clandestino total, então morava em lugar, não podia ter amizade, meu sobrinho não tinha amigos, não tinha nada. Porque a qualquer momento ainda poderia...

O filho mais velho, Carlos Vinicius, foi o que mais sofreu

...esse meu sobrinho foi, ele sofreu muito. Ele não teve, sofreu muito o tempo todo. Ele não teve amigos, não teve nada. Era escondido, ele não sentia, viva como se fosse filho de um bandido... (**Monique Cittadino**) Que tinha que se esconder... (**Ednalva Sena**) Que tinha que viver escondido, não podia ter amizade, se mudava sem falar com as pessoas, não dizia pra onde ia. Isso é coisa de bandido, não é? Desaparece sem dar endereço, nome do pai, nada. Não podia ter amizade, quer dizer, eu acho que quem mais sofreu no final disso tudo foi o Carlos Vinicius. (**Marlene Almeida**) Ele ficou com muitos problemas de saúde não foi? Problemas sérios...

Ednalva Sena, após a fuga e mudança de sua irmã e cunhado para o Rio de Janeiro, ainda continuou morando em João Pessoa, local onde trabalhava. Alguns anos depois, ela também se transferiu para o Rio de Janeiro, indo novamente morar com o casal e seus filhos. Lá, apesar de desconhecer as

atividades de Leonardo Leal junto ao PCB, relata que a amizade e proximidade entre ele e Luiz Carlos Prestes foram algo que continuou a existir:

Agora o Prestes lá no Leblon ainda, ele foi algumas vezes almoçar, era uma amizade mesmo. Eram amigos, eu inclusive tirei foto, aproveitei e quase abracei. Eu admirava também muito aquele homem e ele era amigo. Isso aí era uma coisa que todo mundo, e que amizades existiam, não é? Amizades existiam, nunca foi escondido.

Contudo, sabe-se que a vinculação de Leonardo Leal com o PCB continuou por muito tempo após a sua chegada ao Rio de Janeiro. Além da amizade mantida com Prestes, Ednalva relata a amizade existente com Oscar Niemayer. Mas, documento encontrado na internet pela Comissão Municipal da Verdade<sup>37</sup> atesta a continuidade da ligação de Leonardo Leal com o Partido. Em uma carta do início dos anos 70, Prestes pede que o PC soviético receba o dentista para fazer um curso naquele país, algo como um curso de inteligência. Em um outro documento, o filho de Prestes, Luís Carlos Prestes Filho, dá um depoimento onde afirma que tinha contato com Leonardo no Rio de Janeiro e que ele havia participado deste citado curso, que o habilitava a auxiliar militantes em situação de risco no Brasil. Sem dúvidas, o renomado Dr. Moreira, continuava fiel ao jovem comunista Leonardo Leal.

## 8.8 - JÚLIO CESAR RAMALHO – UM MILITANTE COMUNISTA EM DEFESA DOS TRABALHADORES RURAIS

Nascido em 1947, em Recife, e filho de um proprietário de terras, Júlio César Ramalho começou sua militância política muito jovem, na JEC (Juventude Estudantil Católica) do Colégio São Bento de Olinda, onde, em 1964, cursava o ginásial. Mas, o seu interesse pela política já vinha de 1962, quando ele, com apenas 15 anos, acompanhou a campanha de Miguel Arraes ao governo do estado de Pernambuco.

...antes um pouco eu comecei a me interessar por política no nível de esquerda assim em 1962, porque lá onde eu morava, o quarteirão da minha casa tinha um comitê da campanha de governador de Miguel Arraes, a primeira campanha dele. E eu via o carro de som passando, tinha aquela chapinha, eu comecei a me interessar, distribuir, etc.

Em função da sua militância no movimento estudantil, no momento do golpe, ocupando o cargo de presidente do Diretório Estudantil do Colégio São Bento e procurado pela polícia, Júlio César teve de deixar Recife, refugiando-se nas terras que seu pai possuía no município de Monteiro, na Paraíba, onde passou cerca de 3 meses. Questionado a respeito da sua reação naquele momento, Júlio César relata:

Eu tinha 16 anos. Um adolescente, com toda minha paixão envolvida nessa história. Veio o golpe, aí cada um foge prum lado, né? E para mim foi uma frustração profunda, porque além da perseguição no colégio, que a polícia foi lá, meu pai, dentro de casa, teve um gesto de solidariedade de me levar pra cá pra Monteiro, mas vibrando porque ele achava que João Goulart era comunista

---

<sup>37</sup> Vide o Capítulo 1 desse relatório

que ia tomar as terras dele, isso e aquilo e aquilo outro. Enfim, a minha reação foi, inclusive talvez tenha sido o maior choro que eu tenha tido em toda minha vida, e olhe que eu já passei por alguns momentos bastante difíceis como qualquer pessoa, mas nesse dia não foi fácil, porque parecia que o mundo tinha desabado em cima de mim de uma vez. Então eu acho que muita gente que viveu aquela época deve ter passado o mesmo, né?

Iniciava-se então um histórico de fugas e perseguições que marcou sua vida estudantil e profissional. Assim, em 1965, quando foi editado o Ato Institucional No. 2 (AI-2), ele, que havia se transferido para o Colégio Estadual Pernambucano, onde ocupava a presidência do Diretório, teve de mais uma vez fugir para a Paraíba. Em 1969, já cursando Direito na UFPE, foi atingido pelo Ato Institucional No. 5 (AI-5), e, em seguida, processado pelo Decreto 477. Concluindo o curso em 1971, ele foi aprovado em um primeiro concurso, em Recife, não sendo contratado por determinação do SNI (Serviço Nacional de Informações), o que se repetiu em seguida, quando ele submeteu-se a um novo concurso em Aracaju, sendo a sua nomeação mais uma vez vetada.

Em novembro de 1965, desencantado com a militância católica, Júlio César ingressou no Partido Comunista Brasileiro, através da Juventude Comunista. Ele relata que na sua sala, no Colégio Estadual, estudava um membro do Comitê Estadual do PCB de Pernambuco, Gilvan Melo, que atuava como assistente do partido para o movimento estudantil:

(...) E a gente conversava muito depois das aulas e tal. Já estava..., não acreditava mais em nada da proposta da Igreja, mesmo, não tinha mais fé alguma, e conversa, conversa, aí ele me convidou pra o partido e eu entrei no dia 25 de novembro de 1965. Essa data eu não esqueço.

Ao ingressar na Faculdade de Direito, Júlio César continua atuando na política estudantil, onde se aproxima de outros estudantes que, mesmo pertencendo a outras organizações políticas, também lutavam contra a ditadura militar. Alguns deles foram posteriormente mortos pela repressão.

...um fato que é claro assim da militância que foi o contato com Eduardo Colier que era da mesma classe que eu, que depois foi pra AP, e é hoje um dos desaparecidos políticos. E também, voltando um pouco atrás, lá em Olinda mesmo, tinha dois militantes que não eram do PCB, eram da AP, mas que eram muito amigos meus. Um deles hoje é vereador do PT de Olinda, e o irmão dele é Fernando Santa Cruz de Oliveira, também é um desaparecido político. E conheci nessa mesma época Humberto Câmara que é paraibano, estudava na faculdade de Medicina e também é um desaparecido político.

Enquanto estudante de Direito, uma das tarefas para a qual foi designado pelo partido viria a ter grande importância no futuro profissional de Júlio César, ao colocá-lo em contato com um dos grandes líderes comunistas do país, Gregório Bezerra:

Bom, nessa época ainda na faculdade de Direito eu tinha como tarefa do partido levar aos domingos os jornais pra Gregório Bezerra que era aquele dirigente camponês do Comitê Central que estava preso. E também por conta disso, por ele ser um camponês e ser uma pessoa extraordinária, poucas pessoas no mundo eu conhecia com aquela firmeza ao mesmo tempo com aquela ternura que ele tinha, e também pelo fato de eu me propor a defender os camponeses, que ele tinha isso, gerou uma amizade muito grande. Foi aí que ele recomendou (...) pra vir defender exatamente

aqui na Paraíba essa área aqui do Litoral Sul onde tinham as Ligas Camponesas de influência do Partido Comunista que era Alhandra, principalmente Alhandra com Caaporã.

Júlio César formou-se em 1971 e, ao não ser contratado nos dois concursos que fez após esta data, vem para João Pessoa atendendo a um convite para ensinar Filosofia do Direito no Instituto Paraibano de Educação (IPÊ), hoje UNIPÊ. Ao mesmo tempo, começou a advogar para a CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura) e para os sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios de Alhandra, Pitimbu e Caaporã, locais em que, em meados da década de 70, os conflitos pela posse de terra haviam retornado com extrema radicalidade em virtude da implantação pelo governo federal do Proalcool (Programa Nacional do Alcool).

Foi então quando começaram esses conflitos pela posse da terra e nessa época houve a introdução do Proalcool. Aquelas terras ali não eram muito, no Litoral Sul, elas não eram muito exploradas. O sistema era de terça, de meia etc, mas não tinham uma..., porque o solo não era muito bom. Mas com o Proalcool, com o incentivo fiscal, as usinas caíram em cima daquela área pra plantar cana, pra fazer álcool e começaram a expulsar os trabalhadores. Eles usaram de tudo que era violência, trator derrubando casas, derrubando, destruindo lavouras secando etc. Foi quando eu já estava advogando pro sindicato...

Como advogado dos camponeses, Júlio César acompanhou os conflitos e as disputas pelas terras de Alagamar, Camucim e Capim de Cheiro<sup>38</sup> que envolveram, além dos grandes proprietários com suas milícias privadas, as polícias militares estaduais, governadores e a Igreja Católica. O relato que ele faz de uma das visitas feitas a Alagamar, acompanhado por uma religiosa, irmã Marlene, da Pastoral da Terra, a fim de se inteirar da situação local, mostra as dimensões do conflito:

Eu tentei ir ao local onde tinham uns trabalhadores feridos e um sargento lá disse assim: “- O Sr. como advogado pode ir, mas a freira vai ficar aqui com a gente, presa. Porque ela está proibida de entrar aqui”. Eu disse: “- Olhe, eu não vou deixar essa freira com vocês aqui no meio do mato, então eu me considero preso”. Aí nós fomos então pra Itabaiana de onde eu liguei pra Dom José. De lá, levaram a freira pra Pilar, eu fui depois pra lá, e ficamos até meia noite, uma hora, quando chegou Burity, Dom José, aquela comitiva todinha. Soltaram a freira e eu tive que levar um camponês ferido de volta pra Alagamar.

Em Camucim, onde os camponeses dispunham de uma liminar autorizando-os a permanecer na terra, o clima de intimidação e violência era constante. A região era repleta de milícias privadas e de policiais, de forma que o medo acompanhava quem se envolvesse com a questão:

Em 1985 foram presos dois camponeses dentro de Camucim onde havia um acampamento policial. Para você ver como é a ironia da história: como os camponeses tinham a liminar deles, eles deviam permanecer na terra. Só que a polícia ao invés de proteger a posse dos camponeses, ao invés disso ela ajudava a expulsar os camponeses. (...) era uma área que, eu digo a você o seguinte: toda vez que eu entrava em Camucim eu dizia pra mim mesmo, não podia dizer pros camponeses, mas eu dizia pra mim mesmo: “- Eu estou entrando vivo, não sei se saio.”

---

<sup>38</sup> O conflito de Alagamar ocorreu na área do município de Pilar. Já os conflitos em Camucim e Capim de Cheiro verificaram-se nos municípios do Litoral Sul do estado, iniciando-se em meados da década de 1970 e estendendo-se ao longo dos governos de Tarcísio Burity e Wilson Braga.

Neste contexto, as perseguições profissionais a Júlio César continuariam a ocorrer. Ainda na década de 70, em 1974, aproximadamente, quando substituíra por 3 meses o Procurador Geral da Prefeitura Municipal de João Pessoa, a convite do então prefeito Dorgival Terceiro Neto, ele foi acusado de distribuir uns panfletos atacando a ditadura militar. O delegado da Polícia Federal pediu ao Prefeito a sua demissão, juntamente com a de Antonio Augusto Almeida e Paulo Santos, supostos elaboradores do documento. Dorgival negou-se a atender as exigências do delegado, recorrendo ao governador Ernâni Sátiro, homem forte do regime militar na Paraíba. Sob o argumento de que os três eram importantes técnicos, imprescindíveis para sua equipe, Dorgival Terceiro Neto ameaçou deixar a Prefeitura caso a demissão se concretizasse. Diante disto, Ernâni Sátiro chamou o delegado:

“- Olhe, o Prefeito me disse que o Sr. está querendo botar essas três pessoas pra fora.” Aí ele disse: “- São comunistas.” E olhou para o governador e disse: “- Eu sou o delegado da revolução aqui na Paraíba.” Ernâni era muito cioso da sua posição de governador e além do mais era amigo de Geisel, do diabo a quatro, e revidou: “- Era, amigo velho, era.” No dia seguinte o cara foi transferido lá pro Acre.

Se neste episódio Júlio César conseguiu manter seu emprego, em 1982 tal não aconteceria e Júlio César seria demitido do cargo que ocupava na Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba (FIPLAN) e do emprego de professor do IPÊ. A sua demissão do IPÊ foi a partir de um documento elaborado pela Assessoria de Segurança e Informação, órgão subordinado ao SNI, que fazia uma série de acusações contra ele, considerando-o “um elemento prejudicial à ordem pública”, e trazia a determinação expressa da sua demissão.

Eu demitido do Estado, o porquê eu não sabia. Eu sabia que tinha sido em caráter político. (...) E nesse mesmo momento, para que não me demitisse, Geraldo Medeiros, que era o Secretário, disse que não assinaria. (...) Aí Clóvis Bezerra não teve conversa, cortou minha cabeça. Bom, tudo bem. Dia 13 de dezembro eu fui preso. E dia 30 de dezembro, pra comemorar o ano novo, o IPÊ me bota pra fora.

Uma outra modalidade de violência a que Júlio César e sua família foram submetidos, também nos anos 80, foram as ameaças e intimidações feitas através de telefonemas anônimos e da presença de carros vigiando ou seguindo a família:

...tinham duas coisas que me incomodavam muito: uma eram os telefonemas lá pra casa. Ligaram uma vez lá pra casa, eu era advogado dessa Federação dos Trabalhadores da Indústria Urbana, e a minha filha atendeu. Aí disseram: “- Olhe seu pai morreu em São Paulo, mas a gente não tem como mandar o corpo”. Pra uma menina de seis anos, sete anos, é um negócio! E sempre tinha um carro parado lá na esquina da casa. (...) Eu sentia a pressão através dos telefonemas, de seguir o carro. Eu levava a menina no colégio, eu levava ali nas Lourdinhas, era um carro na frente e outro atrás. E você não podia dizer isso para as crianças, era pior ainda. Eu senti não só aqui em João Pessoa, mas quando ia pro interior também. Muitas vezes eu tive que dirigir na estrada dentro do canal com a luz apagada porque na estrada principal a gente sabia...

A responsabilidade por tais ameaças, Júlio César atribui diretamente à Polícia Federal:

...quem é que, a não ser a Polícia Federal, poderia botar dois carros na esquina de casa? E ficar me perseguindo dentro de João Pessoa? Só podiam ser eles. Não era o pessoal do campo. No campo eles sabiam fazer por lá, mas pra fazer aqui dentro, não. E os telefonemas eu tenho 90% de certeza. Sei que de algumas vezes foram de proprietários da FAP, né? FAAP [FAEPA – Federação da Agricultura do Estado da Paraíba]. Eu conheci a voz. Mas alguns outros não. Alguns outros a gente sabia que eram anônimos. Era da Polícia Federal.

E nomina um dos agentes da Polícia Federal como o suposto responsável pelas tentativas de intimidação contra sua pessoa:

Ah, tinha um delegado aqui que eu não me lembro do nome dele. Era não sei o que lá, Monteiro, sobrenome Monteiro. Da Polícia Federal. Eu tenho até uma foto lá em Camucim que ele está presente. Aliás, ele era tão atrabiliário e arbitrário que foi transferido para o Paraná e lá mataram ele. Foi assassinado lá. Esse delegado me fez várias ameaças. Esse fez pessoalmente.

Júlio César também se refere a outro episódio em que, através da esposa de um cabo da Polícia Militar, ficou sabendo de uma emboscada preparada contra ele e Frei Hermano:

...eu ia pra uma reunião, eu e o Frei Hermano, lá em Camucim. Nesse dia estava marcado ele entregar o carro dele lá no convento e a gente ia junto. Pois bem, quando é de manhã uma mulher, a mulher do cabo da Polícia Militar, foi lá no convento e disse: “- Frei Hermano não vá pra reunião à noite que tem uma emboscada preparada pro senhor”. E a gente escapou por isso. Tu já pensou matar um Frade, naquela época? **(Nazaré Zenaide)**: A esposa do policial? **(Júlio César)**: A esposa desse cabo. E eu não a conheci. Quem a recebeu foi Frei Hermano no convento dos... [Franciscanos, na Igreja do Rosário, em Jaguaribe]. Aí disse: “- Júlio, a gente não vai. Vem aqui, não vai por isso e isso e isso”. E de fato tinha ameaça desse jeito. **(Monique Cittadino)**: Isso já era década de 80? **(Júlio César)**: Década de 80, como ele me perguntou, década de 80

Além das ameaças e perseguições que atingiram diretamente sua vida profissional e pessoal, Júlio César também foi alvo de outras investigações no âmbito político-judiciário, respondendo aquilo que se denominou IPP (investigação prévia policial):

Quando eu dava aula no IPÊ, convidei Paulo Cavalcanti<sup>39</sup> aqui, para falar sobre o artigo sobre direitos e garantias individuais. E foi lá na API. Abriram um IPM. Pior que o meu nome até que vá lá, eu o chamei e convidei, agora botaram (...). Era pai de aluno telefonando lá pra casa, indignado porque eu tinha botado a filha dela, e a Polícia Federal estava chamando todo mundo pra ser ouvido por causa de uma besteira, uma aula, uma palestra sobre os direitos e garantias individuais, não era uma coisa de outro mundo, não.

A partir do final dos anos 70, com o processo de distensão do regime militar, iniciam-se as articulações para reorganização do PCB. O partido, desde o golpe de 1964, havia sofrido vários rachas, com a saída de diversos integrantes que passaram a constituir outros grupos políticos. A questão da adesão à luta armada, rejeitada por Luis Carlos Prestes, dirigente máximo partidário, foi o motivo

---

<sup>39</sup> Paulo Cavalcanti, jornalista, advogado e político pernambucano, ingressou no PCB em 1949. Com o golpe de 1964, foi preso diversas vezes e aposentado compulsoriamente do Ministério Público, onde era promotor público desde 1946. Mesmo perseguido pela ditadura militar, continuou a atuar na defesa de militantes comunistas, líderes camponeses e sindicais. Cf. [http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=632](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=632). Acesso em 20/10/2017.

fundamental para as cisões ocorridas. Foi dentro deste contexto que Júlio César participou, por determinação do Comitê Central, do processo de reorganização partidária na Paraíba.

...é que aqui uma parte do partido ficou com Prestes e não foi pequena não! Em Campina Grande, a maioria ficou com Prestes. Aqui em João Pessoa, também. Então foi um trabalho de formiga você ter que refazer tudinho. Felizmente, depois todos eles voltaram a se integrar com PCB, mas foi um trabalho danado porque eu [era] de fora, não era quem é da casa como Antonio Augusto, como Ovídio, etc.

De fato, a tarefa era difícil pois o número de integrantes a serem envolvidos era pequeno. O primeiro Comitê Estadual do PCB na Paraíba foi composto de 07 membros: Michel Zaidan, Adeilton Vieira, Socorro Vilar, Raimundo Santos, Samuel Firmino, Hermano Nepomuceno Araújo e o próprio Júlio César. A legalização do partido dar-se-ia apenas em 1985. Contudo, nas eleições de 1982, o PCB participou das campanhas políticas de diversos candidatos, ao mesmo tempo em que fazia campanha para a sua própria legalização. Naquele ano, os comunistas apoiaram a candidatura de Antônio Mariz ao governo do Estado, de Otacílio Queiroz para deputado federal, de Jório Machado para deputado estadual e de Antônio Arroxelas para vereador.

Nas eleições de 82, Mariz procurou o Comitê Central e o Comitê Central disse que a decisão era nossa. A gente então se reuniu e tirou uma decisão de aprovar a candidatura dele ao Governo do Estado e fizemos campanha. E simultaneamente, era o momento político ideal pra você fazer as duas coisas: a gente fez campanha pra governador e ao mesmo tempo a campanha pela legalidade do partido.

Na década de 90, Júlio César beneficiou-se da Lei da Anistia. Em 07 de maio de 1991 foi anistiado no Estado e, em 2012, no Governo Federal (apesar de não ter tido nenhum cargo federal, quem foi perseguido político tinha de ser anistiado, com o Estado formalmente pedindo desculpas). Após a anistia de 1991, aposentou-se por tempo de serviço e continuou trabalhando como advogado dos trabalhadores. Entre 1995 e 1997 ocupou a direção do INCRA, bem como durante o primeiro governo Lula (entre 2003 a 2007).

## 8.9 - CLEMENTE ROSAS RIBEIRO – “EU SOBREVIVI”

A primeira coisa que Clemente Rosas Ribeiro<sup>40</sup> aponta em seu depoimento é para a tradição “de rebeldia” da sua família. Seu avô paterno, Mateus Gomes Ribeiro foi secretário de governo de João Pessoa, ocupando a pasta recém-criada das Finanças, estando ele envolvido com os acontecimentos de 1930. Do lado materno, seu avô Clemente Clementino Camilo da Cunha Rosas e seu tio, Danilo Rosas, militavam no Partido Comunista.

Então, com esse clima eu cresci, de certa forma, ouvindo histórias da Revolução de Trinta, dos revolucionários, da Coluna Prestes, de modo que não foi muito difícil a minha entrada nessa militância.

---

<sup>40</sup> Um aprofundamento acerca da experiência de Clemente junto ao movimento estudantil entre 1961 e 1962 pode ser visto em ROSAS, 1992.

Por outro lado, entre a década de 50 e 60, enquanto estudante secundarista ou já cursando a Faculdade de Direito, o seu envolvimento com a literatura também o influenciou no sentido da entrada na militância política de esquerda.

Mas a politização no meio era de tal forma que todo mundo acabava se envolvendo, como aconteceu com Vinicius de Moraes, como aconteceu com esses intelectuais todos. O romance, o novo romance brasileiro, nos anos 30, se você verificar, todos eram militantes do Partido ou eram simpatizantes: Jorge Amado, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, Zé Lins do Rego. Então era uma coisa inevitável. No meio universitário era muito forte.

Neste sentido, Clemente Rosas faz questão de homenagear o médico Malaquias Batista, que desempenhou importante papel para o seu ingresso na militância política:

... eu rendo sempre uma homenagem, tanto que um dos meus livros eu dediquei a ele, a Malaquias Batista. Malaquias ainda tá vivo e atuante. É uma figura extraordinária, médico, é extremamente modesto, as pessoas mal sabem dele, mas o Malaquias contribuiu muito pra essa tomada de consciência nossa. Há um editorial dele na União criticando o pessoal da viação [Ministério da Viação e Obras Públicas] porque, porque se alienava dos problemas do povo, e ficava encerrado nos seus castelos, nos seus sonhos. Isso aí provocou uma reação nossa, mas de certa forma isso aí nos contaminou e aí todo mundo acabou ingressando numa forma ou outra nessa atitude de militância.

A sua entrada no Partido Comunista foi, de certa forma, casual, devendo-se à atuação do cineasta Vladimir de Carvalho. Acontece que a ONU estava promovendo um seminário em Salvador/Bahia, sobre a questão da reforma universitária e Clemente, que cursava a faculdade de Direito, foi indicado para representar a União dos Estudantes do Estado da Paraíba no referido encontro. Na ocasião, Vladimir lhe deu uma carta de recomendação como integrante do Partido Comunista.

...aí o Vladimir me deu uma carta de recomendação já me caracterizando como membro do Partido. Pedindo que eu entrasse em contato com um militante lá, que chamava-se Moacir Andrade, jornalista, ele se especializou em jornalismo de carnaval, não sei se é vivo ainda. E ao fazer isso ele assumiu que eu já estava convocado, eu não estava, mas aí eu passivamente aceitei. Isso foi a minha entrada, e se deu assim.

Durante o período em que militou no Partido Comunista em João Pessoa, Clemente Rosas enumera algumas lideranças com as quais conviveu: João Batista Barbosa (Batistão), José Anísio Maia, o jornalista João Manuel de Carvalho, o dentista Leonardo Leal, o advogado José Moscou, Janiro Pontes Costa, Ramiro Costa, Firmo Justino, Raiff Fernandes, Abdias, Zé Sabino, Hendricke.

Ao mesmo tempo, Clemente informa que a sua militância na Paraíba foi pequena, pois muito cedo ele foi embora para o Rio de Janeiro, ao ser indicado para a diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE), passando a atuar sobretudo no plano nacional e mesmo, internacional.

...então eu não tenho muito a dizer sobre aqui, mas talvez o meu histórico ajude a compreender certas coisas e sirva de utilidade, inclusive para avaliar certas coisas que são de repercussão aqui no estado.

Acerca do seu ingresso na UNE, Clemente esclarece que não foi precedido pela sua atuação na União dos Estudantes do Estado da Paraíba (UEEP). Na verdade, quando ele cursava o 3º. ano, foi eleito vice-presidente do Diretório da Faculdade de Direito, na chapa encabeçada por Tarcísio Burity, futuro governador do Estado. A sua vigorosa atuação no movimento estudantil fez com que Lindberg Farias, representante da Paraíba na UNE no ano anterior, o indicasse para substituí-lo. Assim, “...por conta disso passei de vice-presidente do diretório a vice-presidente do intercâmbio internacional da UNE”. E Clemente descreve a composição da entidade:

A diretoria nossa eram dez. Tinham dois da AP, nesse tempo ainda não era AP, era JUC. Essa mudança se deu durante o tempo da nossa gestão lá. Era **Aldo Arantes**, deputado que todo mundo conhece, e **Álvaro de Oliveira, Álvaro José de Oliveira**, estudante de medicina, depois eu o encontrei, grande pediatra, procurado, lá em Florianópolis. Agora do partido tinha Marco Aurélio Garcia, um secretário que era do Rio Grande do Norte, Paulo Francinete de Oliveira, um colega do Maranhão, eu e depois Amaral Adelidio, né. Roberto Amaral que foi secretário durante a nossa gestão, e mais dois independentes: um que era um americanista (...) Mas a política de frente única lá que a gente fazia, facilitava tudo por que havia uma pauta que era comum, nesse tempo o pessoal tinha evoluído, havia disputas de posições, mas sem conflitos no plano da ideologia. Isso durava e o pessoal do Partido dizia, o pessoal que dava assistência, dizia: “- Esse negócio de frente única é a nossa menina dos olhos. Não faça com que isso se desmanche.

Portanto, na sua avaliação, naquele período a UNE era uma instituição extremamente prestigiada e respeitada, correspondendo, politicamente, a uma frente composta por integrantes de vários partidos e organizações de esquerda. O respeito que dispunha a entidade pode ser aferido pelo acesso direto que os seus representantes tinham ao Presidente da República. Clemente relata que no episódio da tentativa de impedimento da posse de João Goulart em substituição a Jânio Quadros, a UNE desempenhou um papel tão significativo a ponto de que na “primeira visita que Jango fez ao Rio, um dos primeiros lugares que ele foi visitar foi a UNE. Só faltou explodir de gente, né, estudante, tudo.”

A atuação de Clemente na UNE foi especialmente importante no plano internacional, sobretudo na organização dos chamados “festivais da juventude”, onde ele era o presidente do comitê organizador:

Quem organizava os festivais da juventude eram os partidos comunistas, o soviético e outros. (...) Agora nominalmente, para não apresentar como uma iniciativa exclusivamente comunista, a UNE era que presidia, e o presidente do comitê era eu. E eu organizava tudo. O espírito do festival era pregar a paz, como o nome já tá dizendo, Encontro Mundial da Juventude pela Paz e União dos Povos. A rigor não se falava de política lá, mas é claro que os partidos faziam sua propaganda...

Posteriormente à temporada no Rio de Janeiro, Clemente volta à Paraíba, onde, em 1962 termina o curso de Direito. No ano seguinte, ingressa na SUDENE e por conta da sua experiência na área internacional, foi trabalhar na Assessoria de Cooperação Internacional. Em Recife, Clemente aproxima-se do Partido Comunista que, muito bem estruturado, tinha uma base naquele órgão. Contudo, com o golpe de 1964, Clemente foi demitido por razões políticas, passando a responder a 3 processos, além de ter sido preso por 24 horas. A sua prisão, Clemente atribui ao fato dele e sua mulher mora-

rem com o irmão Nelson Rosas, também militante do PCB e procurado pela polícia. No processo de busca por Nelson, a polícia prendeu seu cunhado, Evaldo Santos, que, submetido a tortura, revelou a residência de Nelson, sabendo que ele não estava mais no local:

Eles prenderam Evaldo Santos, que era cunhado de Nelson. E Evaldo foi violentamente torturado várias vezes. E quando ele estava no pique da pressão da tortura, os caras pedindo endereço e nomes, ele deu o de Nelson porque sabia que Nelson não estava em casa. Era uma forma de se livrar, né? E de fato, um belo dia, eu lá de manhã cedo, toca a companhia, eu abro a porta, três soldados armados de metralhadora. Era o exército procurando Nelson. (...) Eu sei que eu fiquei 24 horas sentado num banquinho até ser interrogado, até no fim do segundo dia ser liberado. E queriam saber com quem eu tinha andado, o que eu tinha feito, não resultou em grande coisa, não.

Com relação aos processos, Clemente estava implicado em 2 deles pela sua atuação na UNE, e um deles por seu vínculo com a SUDENE. Convocado a comparecer para depoimento no 15-RI, Clemente foi interrogado acerca das suas viagens e ligação com as Ligas Camponesas. Contudo, os questionamentos eram bastante genéricos e as acusações não se configuravam em delito, de acordo com as leis de segurança da época, de forma que ele e os demais integrantes do inquérito foram excluídos. Entretanto, isto não impediu a sua demissão da SUDENE, juntamente com a de diversos outros funcionários. Afora isto, ele também sofreu outras perseguições, como não conseguir ser indicado representante do governo do Piauí junto à SUDENE e não ter a liberação de passaporte para participar de um estágio em Porto Rico.

A saída de Clemente do PCB se deu dentro de um movimento mais amplo de saída de outros integrantes para o PCBR.

Meu contato [no PCB] acabou sendo Bruno Maranhão. Não foi doutrinado, foi conquistado pelo meu irmão Nelson. Exagerando na dose, ele ficou ultra esquerdista, até fora do tempo, e ele me reportava que o pessoal do Partido estava acomodando. (...) Até que chegou a ideia da criação do PCBR, Partido Comunista [Brasileiro] Revolucionário, e tinha algumas figuras importantes com ele. (...) Esses caras e uns outros saíram. E eu de certa forma acompanhei, mas eu já estava casado com filho e não podia ter a dedicação que eles tinham. E aí, aconteceu de um belo dia eu ver um documento do PCBR que, dentre outras coisas, dizia: “- Chegamos à conclusão que o meio de revolta, de luta no Brasil atualmente é a guerra de guerrilha”. Mas aí eu digo: “-Vou tirar meu time de campo, porque não havia nenhuma condição”. Aquele modelo acontecido em Cuba não seria reproduzido no Brasil nunca. Aí eu fui me afastando. E o que ocorreu é que pouco tempo depois eles fizeram umas ações armadas lá e saiu todo mundo preso.

A partir daí, Clemente Rosas, embora afastado da militância política efetiva, sempre esteve ligado aos partidos políticos de esquerda, embora sem compromisso com nenhum deles:

(Rodrigo Freire) Você foi do PPS lá em Pernambuco? **(CR):** Sim, mas nunca tive registro de militância. E eu sempre votei nos candidatos da esquerda. No PMDB, no PPS, no que tivesse. Sempre fui eleitor aqui e isso me ajudou, porque eu servi a governos que eram liberais, etc, mas não tive compromisso político. E eu tou aqui então. E sempre fui levando.

E, levando a vida, Clemente Rosas foi sobrevivendo:

E foi como disse um personagem da história francesa: perguntaram o que ele tinha feito durante o terror, o terror de Robespierre na Revolução Francesa, e ele disse: eu sobrevivi (risos). Eu estava assim, eu sobrevivi.

## 8.10 - NELSON ROSAS – O MILITANTE QUE NUNCA EXISTIU

Nelson Rosas abre seu depoimento apontando para duas questões iniciais: a primeira delas é que, apesar de ser paraibano e pessoense, a sua militância política se deu fora da Paraíba, sobretudo em Pernambuco e no Rio de Janeiro; a segunda questão é que jamais foi convidado por qualquer Comissão da Verdade para dar seu depoimento, sendo esta CMV a primeira a fazê-lo.

...eu sou um perseguido político que não apareceu nos jornais porque eu (...) não mostrei a minha cara. Eu era o homem dos bastidores, eu não estava na linha de frente, eu era um homem da organização. E, portanto, eu não fui fotografado. A polícia teve a maior dificuldade em me localizar porque não tinha nem uma fotografia minha. Até a fotografia que eles tinham no documento de identidade era muito velha, de quando eu tinha uns dezesseis, dezessete anos.

Portanto, na sua perspectiva, ele conseguiu passar pelas agruras do regime militar com uma importante militância política, mas sem, em momento algum, ter a sua verdadeira identidade revelada.

É porque eu sou paraibano, mas a maior parte da minha vida política foi em Pernambuco e depois que teve o golpe eu tive que largar tudo isso e fui pro Rio de Janeiro. Ou seja, morei em três lugares completamente diferentes e em cada um dos lugares ninguém soube o que eu fazia no outro. Isso era importante para fugir. Renovava meu próprio nome. Desde que saí da Paraíba que acabou o meu nome, eu passei a ter nomes de guerra e muitos documentos falsos. E aí, foi muito difícil me localizar.

Nelson Rosas nasceu em João Pessoa, dentro de família tradicional, dessas, como ele diz, “que tem nome de rua”.<sup>41</sup> Seu pai era engenheiro agrônomo e sua mãe, típica esposa da classe média, fortemente ligada à Igreja Católica. Estudou no Colégio Pio X, onde começou, a partir dos exemplos dados pelos padres, a desenvolver uma consciência política de oposição a tudo que via acontecer no interior do colégio.

...estudei em colégio de padre, no Pio X. Só que o que a gente via que devia ser a prática cristã e o que os padres faziam era absolutamente contraditório! Terríveis contradições naquela que dizem: “faça o que eu digo, não faça o que eu faço”. Isso eu via todo dia e a revolta foi aparecendo até o ponto que eu cheguei à conclusão que ‘tava errado, alguma coisa ‘tava errada.

As respostas para as suas inquietações, encontrou em Recife, entre 1959 e 1960, ao ingressar na Faculdade de Engenharia, que liderava as forças de esquerda no movimento estudantil recifense, e na Juventude do Partido Comunista (PCB). No Partido Comunista, participou do Movimento de Cultura Popular, tendo sido o primeiro monitor de Paulo Freire:

---

<sup>41</sup> Vide depoimento anterior, de Clemente Rosas Ribeiro, de quem Nelson é irmão.

...eu tenho orgulho de dizer que fui o primeiro monitor de Paulo Freire. (...) O primeiro círculo de cultura que ele entregou aos jovens, ele entregou a mim. Eu fui o primeiro monitor de Paulo Freire a assumir o processo de alfabetização na época em que o método dele era experimental e depois o Movimento de Cultura Popular fez a primeira experiência em massa de aplicação do método de Paulo Freire.

Além disso, passou a integrar, como secretário de organização, o Comitê Municipal de Recife do PCB, um dos comitês mais poderosos do país, ocupando este cargo de aproximadamente 1962 até o golpe militar. Nesta ocasião, participou da primeira campanha de Miguel Arraes para prefeito e da sua campanha para governador. A vitória de Arraes para o governo do Estado garantiu ao PCB a indicação de um secretário, cabendo a Antônio Fausto do Nascimento, líder do Sindicato dos Bancários, a sua nomeação para a Secretaria de Assistência, através da qual todos os movimentos sociais se ligavam ao governo. E Nelson Rosas foi um dos oito membros da juventude escolhidos pelo Secretário para auxiliá-lo, tornando-se responsável pela área litorânea do estado. Na oportunidade, como um dos “subsecretários” da Secretaria de Assistência, Nelson Rosas trabalhou com a equipe de Francisco Julião e, sobretudo, com o seu principal auxiliar, Clodomir Santos Moraes.

O estado foi dividido em zonas, cada um daqueles subsecretários ficou com uma zona e a obrigação era ir lá, entrar em contato com as entidades e remediar todo problema que surgisse. A minha zona era uma das zonas mais explosivas de Pernambuco que abrangia as cidades do Cabo, Escada, Ribeirão e Ipojuca, cidades onde houve os maiores massacres camponeses em Pernambuco nessa época. Antes da minha chegada. Depois que eu cheguei lá não houve mais massacre. Eu acredito que contribuí. Eu contribuí um pouco para isso. Meu papel era manter contato com todas as entidades, inclusive com os delegados, prefeitos, com as entidades que existiam, com os sindicatos, com as Ligas Camponesas e intervir em todos os conflitos que surgiam com intenção de evitar que os conflitos se transformassem em choques.

Na manhã do dia 01 de abril de 1964, Nelson Rosas, juntamente com diversos secretários e líderes sindicais, participou da reunião no Palácio do Governo. No caminho da reunião, já notou que a cidade estava ocupada pelos militares e que a área em torno do Palácio estava cercada. Apesar da perspectiva de Arraes de que não haveria o golpe, uma vez que acreditava que João Goulart seria capaz de controlar as Forças Armadas, eles, com um rádio de pilha, ouviram a declaração de guerra do comandante do 4º. Exército dizendo que estava ocupando Recife e que o governo Arraes estava destituído. Neste momento, a reunião encerrou-se e, ainda antes de Miguel Arraes ser preso, os participantes deixaram o local com a perspectiva de irem para as suas regiões organizar a resistência.

Bom, acabou a reunião, cada um foi para o seu lado e eu também. Nós decidimos que cada um ia pro seu lado, pra sua região, inocentemente organizar a resistência. (...) eu consegui sair do Palácio do Governo por dentro dos militares, dos soldados do exército que já estavam cercado o Palácio.

Dentro do Partido Comunista, uma série de integrantes acreditava na possibilidade de resistência e na eficácia do esquema militar de João Goulart. Contudo, as prisões começaram a se suceder, impedindo qualquer possibilidade de reação. A redação do Jornal A Hora, jornal legal, mas que na verdade funcionava como a sede do Partido em Pernambuco, foi invadida e depredada. Nelson recor-

da a conversa que teve com um dos dirigentes do Partido, Amaro Valentim do Nascimento<sup>42</sup>, alertando-o para se encontrarem, posteriormente, longe daquele local pelo risco que isto significaria:

...- Olhe Valentim, eu quero marcar um encontro com você fora daqui, que amanhã ninguém vai conseguir entrar aqui. Dito e feito, dito e feito. No dia seguinte, ‘tava tudo destruído, tudo roubado e eles caçando os comunistas feitos loucos. Só que não caçavam só os comunistas. Qualquer pessoa minimamente progressista, os cristãos, os católicos de esquerda, qualquer um foi caçado. Eles prenderam toda gente, já não tinham mais onde botar, as cadeias ‘tavam entupidas.

Percebendo que permanecer em Recife significava a prisão certa, imediatamente Nelson Rosas rumou para a cidade do Cabo, uma de suas bases no trabalho da Secretaria de Assistência, ainda com a perspectiva de se encontrar com Clodomir Moraes e preparar a resistência. Naquela cidade, procurou o delegado. Um “militarção quadrado e bruto”, mas a quem deve o fato de não ter sido preso:

Capitão Toscano (...). Esse homem foi o homem que não me prendeu! No dia Primeiro [de abril de 1964], quando eu fui pro mato, passei no Cabo. Fui perguntar a ele qual era a situação. De propósito, pra ver qual era a intenção dele e ele me disse: “- Olhe, eu recebi ordem pra prender o senhor, recebi ordem pra prender todo mundo da Liga Camponesa que passar aqui. Portanto, o senhor vá pra casa, fique quietinho lá e espere a coisa acalmar para o senhor poder aparecer.”

Daí, Nelson embrenhou-se no meio dos canaviais e caminhou durante 14 horas até chegar a um engenho onde ele sabia que podia contar com um grupo de apoio de cerca de 20 camponeses que lhe dariam cobertura e de onde poderiam começar a resistência. Contudo, após 15 dias, as coisas começaram a esfriar e os camponeses voltavam à vida normal. A ilusão da resistência armada mais uma vez se desfazia:

Você só vai pra uma coisa dessas [a luta de guerrilha] se não tiver mais alternativas. Mas, um deles dizia: - “Ah! Eu tenho que ir lá plantar macaxeira que a farinha lá em casa tá se acabando”. O outro dizia: - “Eu tenho que ir cuidar lá do roçado”. Todos eles tinham de voltar e cuidar da vaca, cuidar do roçado, cuidar do não sei o quê, porque senão a família ia passar fome. E de repente eu percebi que a única pessoa que não podia voltar era eu. Todos eles podiam voltar à vida normal, menos eu.

Foi então que resolve voltar para Recife, muito embora sem ter onde ficar nem quem procurar. O Partido havia sido completamente desbaratado. Com o auxílio dos camponeses e de seus contatos, após “...andar de cavalo, de jumento, de canoa e de tudo que é meio de transporte”, Nelson consegue pegar um trem que desembarcou na capital. Inicialmente procurou um velho amigo, um vendedor completamente alheio às questões políticas e, portanto, capaz de não atrair suspeitas, que o abrigou. A partir daí, começou a procurar amigos ligados ao PCB:

Localizei outros amigos que tinham contato com outras pessoas que eram do partido e assim eu fui reintegrado a grupos da juventude que estavam escondidos. E eu voltei a ter contato com as pessoas. Mas era uma inexperiência, uma loucura, todo mundo enfurnado em casa. Dez, quinze

---

42 Valentim foi um dos principais líderes do PCB pernambucano e também do nacional. Compôs o Comitê Estadual (CE) da Guanabara do PCB, com o codinome de Nelson, ocupando o cargo de secretário. Foi eleito suplente do Comitê Central no VI Congresso, realizado em 1967. <http://pcbhh.blogspot.com/2016/03/pcb-criado-em-25-de-marco-de-1922-94.html>. Acesso em 22/02/2019

pessoas dentro de uma casa, de um quarto, se escondendo estupidamente. Não é assim que se esconde. Eu vim descobrir que não é assim que a gente se esconde.

Ao mesmo tempo, as notícias das prisões e das torturas se espalhavam. Neste ponto, Nelson Rosas enfatiza o papel de setores da Igreja Católica na proteção dos perseguidos políticos, sobretudo a atuação de Dom Helder Câmara, arcebispo de Recife e Olinda:

...o que a gente sabia das prisões era que as torturas eram violentas, eram violentas, eram pra matar! A Igreja escondeu muita gente lá no Recife. Muita gente ficou escondida nos conventos. Dom Helder protegeu muita gente. Tanto gente do Partido Comunista como gente da esquerda católica. Dom Helder escondeu lá num convento em Olinda dirigentes do Comitê Estadual do Recife. Hiran Pereira ficou escondido no convento.

Em João Pessoa, as coisas não eram diferentes. Instado por Dona Marcília, mãe de Nelson Rosas, católica fervorosa e assídua frequentadora da Igreja, cujos familiares passaram por apuros por conta da repressão (Nelson estava foragido; seu outro filho, Clemente, havia sido preso rapidamente logo após o golpe; seu genro, Guilherme Rabay, integrante do Partido Comunista de João Pessoa, foi preso no 15-RI no imediato pós-golpe, sem ao menos ter o direito de assistir ao parto de sua esposa, Liana, filha de Dona Marcília, então grávida de gêmeos, um deles morto no parto), o padre Juarez Batista, pároco da Catedral Metropolitana, em uma missa domingueira fez um duro discurso contra os militares. Terminada a missa, os militares já estavam prontos para levarem-no preso. Sabendo do acontecido, o arcebispo de João Pessoa, Dom José Maria Pires

...vestiu-se de arcebispo e foi junto com o padre. Essa passagem eu não sei se é conhecida aqui [em João Pessoa]. E Dom José Maria Pires foi com o padre para o quartel. Chegou lá e disse: “- Eu vim preso com ele também.” E criou uma situação bastante desagradável. O comandante do 15 [15-RI] não quis ficar com os dois padres presos e fizeram [o comandante e o arcebispo] o compromisso que era tirar o padre Juarez daqui e mandar pra o seminário no Recife, o que foi feito.

Desta forma, vendo que as chances de permanecer na clandestinidade em Recife sem vir a ser preso tornavam-se remotas, Nelson pede a ajuda do pai. Neste momento, seu nome estava envolvido em 06 processos dentre os quais, Associação Brasil-URSS, Ligas Camponesas, Juventude Estudantil Comunista, e ele tinha tido a prisão preventiva decretada, podendo ser legalmente preso em qualquer ponto do país. Começou então um período de um ano de clandestinidade em João Pessoa. Inicialmente, ele passou uma semana na casa de um tio paterno que tinha uma propriedade em Marés e que frequentava terreiros de umbanda. Contudo, as condições de segurança com este tio eram extremamente vulneráveis:

Tio Américo chegou. Tomava uma cana violenta, tio Américo! Ele chegou pra mim e disse:- “Tive ontem na minha sessão e invoquei a proteção dos espíritos pra você”. Quando ele disse isso, eu botei a mão na cabeça e disse: - “Pronto! Como é que é essa invocação?” Ele era espírita de terreiro, espiritismo de terreiro, macumba, candomblé mesmo. Baixou uma entidade qualquer e o meu tio conversou com a entidade pra pedir proteção para mim. E eu digo: - “Quem é que tava na sessão?” - “Eram os irmãos.” - “E quem eram os irmãos?” Comecei a perguntar se entre os irmãos tinha um

sargento ou um cabo da polícia. Aí eu telefono pro meu pai: - “Tenho que sair daqui rápido porque o espírito pode baixar no lugar errado e eu não tenho mais segurança aqui”.

Daí, ele foi levado para o casarão de sua avó, vizinha à casa de sua família, na rua Desembargador Souto Maior, que possuía um grande sótão, onde ele permaneceu escondido por seis meses. Do sótão, ele tinha um esquema de fugir pelo telhado, caso necessário. Nelson relembra que às noites, quando tudo estava tranquilo, descia, atravessava o quintal cheio de plantas e ia se encontrar com a família. Tanto a casa do seu pai como a da sua avó chegaram a ser cercadas pela polícia à sua procura. Em uma ocasião, ao questionarem por Nelson Rosas, sua tia respondeu com grande tranquilidade: “- Está no escritório dele, na Baixa, rua Almirante Barroso, no centro da cidade”. Chegando lá, a polícia se deparou com o outro Nelson Rosas, seu tio:

“- Não é o senhor que a gente quer, é outro.” “ - Não, o outro eu não sei onde é que está.” Aí voltaram outra vez pra casa da minha tia pra dizer que não era eu. Evidente que nesta hora eu já tava todo paramentado pra sair pelos telhados, enquanto eles não entravam. E minha tia foi assim, de uma simplicidade tão grande, que convenceu que eu não estava na casa e eles foram embora.

Do sótão da rua Desembargador Souto Maior, Nelson foi para a praia Formosa, em Cabedelo, morar no quartinho dos fundos da casa de um tio, fazendo passar-se por pescador. Após levantar suspeita, foi transferido para a fazenda do seu pai, situada na estrada de Campina Grande, na altura da entrada para Juarez Távora, por onde frequentemente passava o major Luiz de Barros.

Todo dia saía pra pescar. Chapéu de palha na cabeça, roupa de pescador, e todo dia ia pescar. Pesquei de todas as maneiras que vocês podem imaginar. Era de manhã, de tarde e de noite. (...) até que a notícia começou a se espalhar, alguém desconfiou que aquele pescador era eu. (...) na porta da fazenda, na estrada de Campina Grande, todo dia passava o famoso Luiz de Barros. Cansei de ver o Luiz de Barros passando na fazenda de um lado para o outro. Se a minha intenção fosse botar ele abaixo, eu teria tido várias oportunidades.

Quando a notícia da sua presença na fazenda da família começou a se espalhar, Nelson percebeu que era inviável a sua permanência na Paraíba e decidiu ir, com identidade falsa, para o Rio de Janeiro.

Saí de Guarabira. Foi uma semana que levou até chegar ao Rio. Aconteceu tudo que vocês puderem imaginar nessa viagem. Além do terror, do medo que a gente tinha de ser identificado. Eu tinha documento falso, eu tinha uma carteira de identidade, do Recife, roubada de cima da mesa do Secretário de Segurança. Uma proeza de um ex-cunhado meu, formidável. Eu tive alguns amigos formidáveis! Pessoas solidárias e capazes de enfrentar o perigo. Esse foi um desses. Ele roubou de cima da mesa do Secretário de Segurança um bilhete de identidade assinada pelo Secretário de Segurança em branco. Pra vocês terem ideia da coragem desse cara. E esse bilhete eu preenchi, tirei uma fotografia, tirei eu mesmo a fotografia, preenchi direito, mandei plastificar e passou a ser minha identidade. Eu me chamava Paulo Santos Carvalho, ‘cabou. E foi com esse documento que eu fui pro Rio.

E com a nova identidade de Paulo Santos Carvalho, Nelson Rosas, acompanhado de sua companheira, a também militante Elivan Gonçalves, chegou ao Rio de Janeiro, onde entrou em contato

com os paraibanos Paulo Pontes e Pedro Santos, passando a morar no mesmo apartamento que os dois (um apartamento pertencente a uma senhora que alugava os quartos para rapazes). Iniciava-se um período de grande aprendizagem cultural, no qual, na companhia dos artistas paraibanos, Nelson inseria-se no cotidiano da vida artística carioca. Ele salienta que a repressão que se abateu no imediato pós-golpe no Nordeste foi muito mais violenta do que aquela que atingiu o Centro-Sul. Setores da esquerda do Rio de Janeiro continuaram a desfrutar de um cotidiano tranquilo:

...a repressão no Rio não se comparou com a repressão que houve aqui. A repressão de 64 no Rio de Janeiro não teve nada a ver com a que houve aqui na Paraíba e que houve em Pernambuco, nada. Os comunistas caíram na clandestinidade novamente, mas andaram por ali em Copacabana, tinha uma esquerda festiva, iam tomar chopp em Ipanema, aquela roda de artistas continuou a existir.

Ao mesmo tempo, Nelson entrou em contato com o Partido Comunista, passando, agora no ano de 1966, a integrar a sessão juvenil do Comitê Central do partido, responsável pela ligação com os estudantes secundaristas e chefiada por Zuleika Alambert<sup>43</sup>, membro do Comitê Central. Nesta função, em que o PCB assumia o papel de contribuir para o fortalecimento das lutas estudantis no país, Nelson Rosas entrou em contato com o movimento estudantil de diversas partes do país e participou da organização de diversos congressos clandestinos, correndo sérios riscos, como ele enfatiza:

Tive nos bastidores de vários congressos da UNE clandestinos; eu ‘tava por perto, ia com um grupo que ia pra dentro do congresso. Perigo horrível. Era um perigo horrível e eu andei boa parte do Brasil por conta disso. Reuni-me com a juventude em vários pontos do Brasil. O que era sempre muito arriscado porque a segurança em nível de movimento estudantil sempre foi muito precária, o pessoal não respeitava muito as regras.

Em seguida, o Comitê Central, por indicação de Zuleika Alambert, o enviou para a URSS, onde permaneceu cerca de dois anos e meio (meados de 1966 a dezembro de 1968). Durante dois anos fez o curso superior no Instituto de Ciências Sociais, na Escola Internacional Leninista, local onde se formavam as lideranças do movimento comunista internacional. Após o curso universitário, Nelson permaneceu na URSS por mais seis meses fazendo uma pesquisa encomendada por Prestes nos arquivos do Movimento Comunista Internacional, sobre a história do PCB. Abrigando estudantes ligados aos Partidos Comunistas do mundo inteiro, a Escola tinha cursos de níveis diversos, cuja duração variava de 03 meses a dois anos.

Era um gigantesco centro de troca de informação. Era uma coisa formidável, um ambiente riquíssimo. Você ‘tava lá 24 horas por dia e você tinha alojamento, tinha comida, tinha tudo, tinha

---

43 Zuleika Alambert, política, feminista e jornalista, nasceu em Santos/SP, em 1922, e iniciou sua militância política em 1940. Em 1947, a partir da sua atuação no caos do Porto e na Baixada Santista, elegeu-se suplente de deputado estadual pelo PCB, vindo a ocupar o cargo em virtude do afastamento do titular. Teve uma importante trajetória no Partido, tornando-se a primeira mulher a ocupar um lugar no Comitê Central. Entre 1951 e 1954, esteve na URSS atuando como Secretária-Geral da Juventude Comunista. Com o golpe de 1964, passou a viver na clandestinidade. Em 1969, exilou-se na Hungria e, em seguida, no Chile, Venezuela e, finalmente, na França, onde aproximou-se da temática que se tornaria central nos seus trabalhos futuros: o feminismo. Retornou ao país em 1979, com a anistia. Faleceu aos 90 anos, em 2013, no Rio de Janeiro. Cf. <https://instituto-zuleika-alambert.webnode.com/sobre-nos/> e SOIHET, Rachel. Do Comunismo ao Feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. In Cad. Pagu no.40 Campinas Jan./June 2013. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332013000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332013000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt), acesso em 10/02/2019.

mais um subsidiozinho pra dar uma voltinha por ali pela cidade, não é? E uma preocupação com nada, exceto estudar. (...) Foram dois anos e meio de muita experiência e de aprendizado. Muito do marxismo que eu conheço hoje eu devo a esse estudo que fiz lá. Que aquilo era estudar sem parar. O período de férias era aproveitado para a gente visitar a União Soviética, andar por ali e ver as fazendas, as fábricas.

A volta de Nelson ao Brasil, em dezembro de 1968, agora trazendo sua primeira filha<sup>44</sup>, nascida na URSS, foi extremamente complexa. Inicialmente, foi necessário a criação de documentos falsos, atestando que a criança havia nascido na Inglaterra. Em seguida, esta informação foi inserida nos passaportes (não falsificados) dele e da sua mulher. Oficialmente, eles nunca estiveram na URSS e, ao longo destes dois anos e meio, viveram em vários países da Europa. O voo de retorno exigiu um certo malabarismo, só possível pois foi totalmente articulado pelos russos. Como eles “nunca estiveram na URSS”, eles embarcaram em Paris com destino à Itália. E daí para São Paulo, via Buenos Aires.

Eu tinha embarcado em Paris. Passei por cima de Moscou por acaso e cheguei na Itália. No meu passaporte está escrito isso. Ou seja, uma grande falsificação. Eu entrei no avião em Moscou, não sei nem como, eu me vi dentro do avião. Me botaram lá dentro do avião. Quando os passageiros todos entraram eu já estava sentadinho lá. Eu vinha de Paris com escala em Moscou, de Moscou eu ia pra Roma. E de repente eu apareci dentro do avião em Moscou, mas eu tinha embarcado em Paris, entendeu?

De volta ao Rio de Janeiro, Nelson Rosas passa a viver na legalidade usando seu nome verdadeiro e, em 1969, ingressa no curso de graduação em Economia, na Universidade Federal Fluminense, concluindo-o em 1973. Em seguida, torna-se professor do Departamento de Economia desta mesma instituição, onde montam uma importante organização do Partido, com cerca de 20 integrantes. Além disso, adquire uma empresa, passando a administrá-la. Ao mesmo tempo, desde 1970, com o codinome de “Paulo”, passa a integrar a Sessão de Agitação e Propaganda do PCB, responsável, entre outras coisas, pela publicação do jornal *Voz Operária* e da revista teórica do partido, *Problemas*, tendo participado tanto do conselho de redação do *Voz Operária* como do conselho editorial da *Problemas*. Para ambas as publicações, ele contribuiu com a elaboração de artigos e editoriais.

*Problemas* editou cinco números. Nos quatro primeiros números eu participei do conselho editorial da revista e do conselho de redação da *Voz Operária*. Durante o tempo todo que eu estive lá eu participei do conselho da redação da *Voz Operária*. Então a minha função passou a ser essa, trabalhar na imprensa do Partido no Rio. (...)o elemento de ligação da gente com o Comitê Central era um cidadão chamado Fragmon Borges<sup>45</sup>, jornalista lá do Rio. Fragmon era uma pessoa formidável, extremamente responsável, democrático, a gente reunia, discutia o que ia sair no jornal, o que ia sair na revista. O que a gente decidida, o que a redação decidia, ele levava para o Comitê Central (...) Eu participei da elaboração de vários artigos. A gente seguia as orientações gerais do

---

44 Ao viajar para a URSS, Nelson foi acompanhado por Elivan, que recebeu uma bolsa de estudos, uma vez que ela também era membro do Partido Comunista, militando na Sessão Juvenil.

45 Fragmon Carlos Borges, militante e jornalista comunista nascido em Sergipe, em 1927, foi também o editor-chefe do *Jornal Novos Rumos*, periódico de circulação nacional do Partido Comunista Brasileiro existente entre 1959 e 1964, quando foi fechado pelos militares. Na juventude, foi jornalista do jornal *A Verdade*, do PCB de Sergipe, e dos seguintes periódicos: *Mensagem* (órgão cultural, 1939), *Símbolo* (Órgão Cultural, 1939) e *Época* (Mensário a Serviço da Cultura e da democracia, 1948/1949). Morreu em São Paulo vítima de infarto do miocárdio. Vide <https://infonet.com.br/blogs/ultimas-partes-o-caso-fragmon-carlos-borges/>. Acesso em 13/02/2019

Comitê Central e nós fazíamos as matérias. Não teve nenhum problema. Trabalhei durante mais um ano com Fragmon, ai Fragmon morreu.

Mas, ele não apenas participava dos conselhos editoriais destas publicações e da redação de diversos artigos, como também era a pessoa responsável pela distribuição do Voz Operária às diversas comissões do Comitê Central, espalhadas em diversos pontos no Rio de Janeiro.

Eu tive um trabalho inédito, participar da redação do Partido (inaudível) com o trabalho físico que era distribuir um pacotinho de jornal pra cada comissão do Comitê Central. Eu tinha nove locais. Mensalmente eu levava um pacotinho pequenininho de jornal e entregava a alguém que era para as várias comissões. Um para a comissão de finanças, outro pra comissão de organização, um pra comissão de educação, todas as comissões recebiam o jornal pelas minhas mãos.

Ao mesmo tempo, ele salienta a dificuldade e os riscos inerentes a tais atividades:

Eu tinha os pontos pra entregar. Só que sempre me pediam todo mês, tinha um dia por mês que eu saia com a pastinha na mão, eu ia (inaudível) porque o Rio tava sobre estado de guerra. Frequentemente eu encontrava na rua batidas do exército. O exército bloqueava a rua e identificava pelo nome quem passava, fiscalizava todo mundo que passava. E eu uma vez ia com a malinha na mão, o exército me parou, quem é você? Entreguei o documento, ai eles, devolveram o documento agradeceu, botei no bolso (inaudível) táxi. Ele mandou eu sair do táxi, vasculhou o táxi todo, olharam minha pasta (inaudível) aquela que você olha assim, trinca os dentes com a cara de mais pacífico cidadão. Geralmente quando eu ia fazer esse negócio eu ia de paletó e gravata, o melhor que eu tinha, e com pinta de grande intelectual, de grande executivo pra escapar. É (inaudível) um momento de tensão terrível. Quando chegava num local desse de entrega, eu verificava se (inaudível) se o local oferecia segurança ou não.

Contudo, a substituição, na direção das publicações, de Fragmon Borges, então falecido, por Orlando Bonfim Junior<sup>46</sup>, abriu aquilo que Nelson qualifica como a derrocada da gráfica do Partido. Segundo ele, Bonfim, possuidor de um perfil “stalinista”, impôs um método de trabalho pouco democrático aos integrantes das redações. Por outro lado, a entrega dos exemplares do Voz Operária estava tornando-se uma operação de grande risco, haja vista que o sistema repressivo no Rio de Janeiro estava profundamente violento. E os “furos” na segurança dos locais das entregas, apontados por Nelson a Bonfim, não foram levados em conta. Diante disto, ele anunciou que estava deixando a tarefa, ao mesmo tempo em que pedia uma reunião com membros do Comitê Central para explanar a situação e denunciar aquilo que acreditava ser inevitável: a queda da gráfica. A sua solicitação não foi aceita. Algum tempo após, em janeiro de 1975, a gráfica foi estourada, caindo todos os membros da Comissão de Agitação e Propaganda. Nelson relata como a gráfica era mantida clandestina e os cuidados que deviam ser tomados:

<sup>46</sup> Orlando Rosa Bonfim Júnior, advogado e político comunista, nasceu no Espírito Santo, em janeiro de 1915. Ao se transferir para o Rio de Janeiro, em 1959, passou a contribuir com o Jornal Novos Rumos. Em outubro de 1975, dentro da conjuntura de perseguição e aniquilamento do PCB, foi sequestrado pelas forças repressivas e, em novembro, contatos anônimos informaram aos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo a sua morte. Posteriormente, na edição de 18 de novembro de 1992, a revista Veja publicou uma matéria em que um ex-agente do DOI-CODI de São Paulo, o ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto, relatou as condições da morte de Bonfim: ele teria sido sequestrado, torturado e executado e seu corpo, após ser esquartejado, foi atirado no rio Avaré, próximo à rodovia dos Bandeirantes. Consta da lista oficial de desaparecidos políticos. Cf. <https://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/154> e <https://pcb.org.br/portal2/11142/orlando-bonfim-junior-uma-voz-comunista-calada-pela-ditadura/>. Acesso em 13/02/2019

...a gráfica era uma coisa perfeita do ponto de vista de clandestinidade. Eu nunca estive lá porque não era pra estar, nem eu sabia onde estava. Eu sabia como funcionava, mas aquilo era uma coisa muito meticulosa, aquilo era uma casa, uma área grande, um terreno. A casa tinha um poço. Descia-se por dentro do poço. Imediatamente acima da lâmina da água tinha uma passagem. Você pegava um túnel, andava de quatro pés e ia sair numa grande sala subterrânea onde estava a impressora e as máquinas. (...) Depois ninguém sabia onde era, exceto o caseiro, dono da casa que morava. Quem ia para lá, ia de olho fechado. O caseiro era que levava as pessoas. Uma vez por mês se metiam no buraco, entravam de olho fechado e saiam de boca fechada. [A gráfica] caiu por causa das irresponsabilidades. Começaram a besteira de ir de olho aberto...

A descrição feita por Nelson Rosas sobre a estrutura da gráfica do PCB confere com depoimento dado pelo tipógrafo Raimundo Alves de Souza (Batista, Petrônio ou Tanaka) quando da sua prisão em janeiro de 1975:

Fragmon Carlos Borges, que era jornalista lhe propusera trabalhos extra remunerados, o que foi aceito, sendo a primeira tiragem “Manifesto Político” panfletos em 4 vias acerca de reunião realizada pelo CC do PCB. Para tanto, o declarante foi conduzido de olhos vendados pelo citado jornalista, até a gráfica clandestina, sita na Estrada do Morro do Cavado, Caminho Anésia, Campo Grande – GB. (...) Fragmon “abriu” para Raimundo que era encarregado da feitura do jornal Voz Operária, em seguida convidou-o para tomar conta da referida gráfica e como aceitou a tarefa desta vez foi levado ao local já sem as vendas nos olhos. Ali chegando conheceu Benedito de Tal (Bené) caseiro da indústria e Antônio de Tal, cunhado desse último. O epigrafado, Antônio e Benedito de Tal montaram-na num subterrâneo para dar maior cobertura no trabalho. Com a morte do jornalista em pauta foi substituído nas funções de coordenador da Voz Operária, por Gutenberg Cavalcanti, que com o seu bom desempenho foi mantido pelo PC até a presente data.<sup>47</sup>

Na verdade, a queda da gráfica do PCB deve ser analisada no contexto do recrudescimento da repressão aos comunistas ocorrido entre os anos de 1974 e 1975. Neste período, após as diversas correntes de esquerda que optaram pela luta armada terem sido destroçadas pelo aparato repressivo, a atenção deste setor volta-se para o PCB, até então relativamente incólume às ações mais violentas. Acontece que o ingresso do país na etapa da “distensão lenta, gradual e segura” instituída pelo presidente Ernesto Geisel, em um momento em que a economia do país dava sinais de esgotamento do chamado “milagre econômico” e as forças oposicionistas logravam importantes vitórias eleitorais (em 1974 o MDB registra expressivos resultados em todo o país), fez com que o governo e o aparato repressor se debruçassem sobre o PCB, considerado a única ameaça consistente ao projeto de distensão implementado. Nestes dois anos, cerca de 700 a 1000 integrantes do Partido foram presos e 10 dos 20 integrantes do Comitê Central foram executados pelas forças repressoras.<sup>48</sup> Dentre esses 10 membros do Comitê Central, destaca-se o nome de David Capistrano que, ao tentar voltar ao Brasil depois de passagem no leste europeu, foi pego na fronteira e desapareceu, não sendo o seu corpo jamais encontrado<sup>49</sup>. Segundo Nelson Rosas, naquele período havia a suspeita da existência de agentes infiltrados

47 Informação nº220 de 31 de janeiro de 1975, ficha individual, DOI/CODI/São Paulo. Cf. Gilfrancisco. Últimas partes: O caso Fragmon Carlos Borges. <https://infonet.com.br/blogs/ultimas-partes-o-caso-fragmon-carlos-borges/>.

48Cf. <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-pcb>.

49 Importante dirigente e membro do Comitê Central do PCB, desde 1965 David Capistrano da Costa vivia na clandestinidade no Rio de Janeiro. Entre 1972 e 1974 esteve na Checoslováquia a mando do Partido. A sua volta ao Brasil deu-se pela Argentina, na fronteira com a cidade de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul. Contudo, após sair de Uruguaiana, em 15 de março de 1974, em um Volkswagen dirigido por José Roman, militante comunista enviado pelo PCB de São Paulo para buscá-lo, os dois não chegaram ao destino final. Depoentes à Comissão Nacional da Verdade relatam que

dentro do Comitê Central do Partido e, em decorrência, os esquemas de entrada no país controlados pelo PCB estavam condenados.

A respeito da existência de agentes infiltrados, Nelson Rosas, ao ser questionado sobre o militante Severino Teodoro de Melo, o Melinho, apontado por agentes do DOI-CODI em depoimentos à Comissão Nacional da Verdade como um destes infiltrados<sup>50</sup>, afirma que acredita nesta versão e que teve oportunidade de conhecê-lo no Paraná, para onde foi enviado pelo Comitê Central, com a finalidade de reorganizar o partido naquele estado. Apesar de ter sido denunciado no Paraná e perseguido pela polícia, o que o obrigou a voltar para o Rio de Janeiro, Nelson não atribui a Melinho a sua delação, e sim a um dos três comunistas locais provavelmente incomodado com o processo de reorganização partidária.

Eu suspeito de um cidadão que era dono da livraria. Na cidade havia três comunistas notáveis, um que era dono da livraria, um outro que era dono de uma loja de tecidos e tinha um terceiro que era empresário dono de imobiliária. (...) E eu recebi instrução do Comitê Central para me apoiar nesses três indivíduos. Isto foi a minha morte e a razão é uma razão lógica: quando eu cheguei lá e comecei a organizar o Partido, a partir do momento em que o Partido começasse a se mexer, ele ia chamar atenção e a repressão iria outra vez em cima do Partido e pegava os três comunistas históricos. Então a ninguém mais interessava que o Partido não se movesse do que os três. A minha presença era incômoda.

Voltando ao momento da queda da gráfica, Nelson Rosas não foi preso, mas seu cunhado, Evaldo, que participava com ele das atividades da Sessão de Agitação e Propaganda, foi sequestrado pelas forças de repressão em decorrência das delações oriundas naquele momento.

A polícia começou a seguir todo mundo e deram o bote. Pegaram todos os membros da sessão de Agitação e Propaganda. Todos menos um, o Paulo, que era eu. O cara que me substituiu nas entregas adotou o nome de Paulo e aí quando eles pegaram todo mundo: “ - Cadê Paulo?” O cara disse que não era ele. Então Paulo tá faltando, quem é Paulo? Era eu, mas eu não estava mais lá. Ninguém sabia o meu nome, sempre fui muito cuidadoso, exceto o rapaz que trabalhava comigo na redação, ele era meu cunhado (inaudível). Os caras fizeram reunião na casa dele, tinha várias pessoas da Sessão que sabiam onde ele morava. Portanto quando caiu a gráfica, que a gente foi informado que caiu a gráfica, eu disse: (inaudível) “ - Você vai ser o próximo”. (inaudível) Não saiu. (**Monique Cittadino**): O seu cunhado. (NR): Ele não saiu, foi apanhado

Ao saber do ocorrido (o filho de Evaldo assistiu o sequestro e telefonou para Nelson), ele saiu do escritório da empresa com “a roupa do corpo”, abandonou tudo e não voltou mais nem à Universidade nem à sua casa. De início procurou ajuda do Comitê Central para se esconder. O conselho recebido de um dos seus contatos foi que não aceitasse qualquer ajuda:

...o cara membro do Comitê Central olhou para mim e disse: -“Olhe, eu vou levar o seu pedido, mas eu vou lhe dar um conselho. Se eu fosse você, eu não aceitava o que eles me oferecessem, eu não aceitava. Porque o Comitê Central está completamente quebrado e eu, quando sair aqui desse

---

tanto David Capistrano como José Roman teriam sido presos pelo DOI/RJ e, em seguida, encaminhados para a Casa da Morte, em Petrópolis/RJ. A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva - concluiu que David Capistrano foi morto sob tortura na Casa da Morte, sendo considerado desaparecido político já que seu corpo nunca foi encontrado. Cf. <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/david-capistrano-da-costa>, acesso em 10/02/2019.

50 De acordo com o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014a).

encontro vou voltar pra casa, e eu não sei se não serei preso”. Para vocês terem ideia do caos! De fato, no dia seguinte eu soube que ele tinha sido preso. O medo que eu tive, você não imagina.

Nelson também associa a sua queda ao recrudescimento da perseguição a jornalistas e professores universitários na conjuntura após a morte de Vladimir Herzog. Segundo Nelson, no contexto da morte de Herzog, foi preso em São Paulo um rapaz chamado Frederico, amigo de um dos professores do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), o pernambucano Airton de Albuquerque Queiroz<sup>51</sup>, conhecido como Gaguinho, que além de ter entregue todo o esquema de São Paulo, entregou o esquema do Rio de Janeiro:

...ai pegaram esse garoto, esse rapaz que tava ligado a Albuquerque lá em São Paulo. Torturaram o rapaz, e nem torturaram muito porque a história desse rapaz, era Frederico não sei o que, a gente chamava ele de Fredinho. Ele disse: “- Não precisa bater não, me dê papel e lápis que eu conto a história, só a verdade e nada mais do que a verdade.” Pegou o lápis... (Inaudível). Fez o relatório da vida dele, desde que nasceu, mas só a verdade. O relatório do Fredinho foi um negócio tão terrível que daí em diante todas as prisões que aconteceram foram (inaudível). Eles testaram vários pontos do relatório do Fredinho e descobriram que era verdade. Mas foi um negócio (inaudível), o relatório do Fred. Eles foram em cima do Airton que era (inaudível). E as prisões em São Paulo, passaram a ser lá no Rio, caíram em cima dos jornalistas do Rio.

Além dos jornalistas cariocas, o aparato repressor se dirigiu aos professores. Segundo Nelson, Airton de Albuquerque Queiroz foi sequestrado e, sob tortura, entregou todo o esquema do Departamento de Economia:

Mas eles começaram a prender no Rio, e prender os professores e pegaram o Airton, também pegaram o Airton. Eu disse: “- Airton, você vai sumir porque o (inaudível) e no relatório do Fred você tá lá. Desaparece.” Ele não desapareceu, e foi igualmente sequestrado. Exatamente como eu havia dito. Sequestraram o Gaguinho, e o resto do pessoal desaparece pelo mundo. O Departamento de Economia perdeu a metade dos professores. **(Rodrigo Freire):** Da Federal Fluminense. **(NR):** Da Federal Fluminense, a metade dos professores desapareceu em vinte e quatro horas. Ninguém fique pra (inaudível) porque se ficar vai apanhar. Dito e feito. O Airton falou, contou a história. Airton contou a história, falou da base, falou de todo mundo, falou de mim. De baixo de pau, torturado né, torturado.

Diante da resposta que obteve a respeito do Comitê Central do PCB, Nelson procurou o apoio do teatrólogo paraibano Paulo Pontes, então casado com Bibi Ferreira, a quem não via há mais de 10 anos. Assim, mergulhou na clandestinidade como “Pepe”, primo de Bibi Ferreira, abrigando-se em uma casa que ela possuía no Alto da Boa Vista, da qual passou a ser o caseiro. Nesta ocasião, pela primeira vez a sua real identidade fora descoberta. O aparato repressor sabia agora quem era “Paulo” e já o havia procurado na Universidade, bem como no escritório da sua empresa e na sua residência e na

---

<sup>51</sup> Airton de Albuquerque Queiroz era militante do PCB desde a sua juventude, em Pernambuco. Em função da perseguição sofrida, fugiu para o Rio de Janeiro no final de 1967. Entre agosto de 1968 e meados de 1969 foi enviado pelo partido para Moscou, onde estudou na Escola da Juventude Comunista. Entre 1971 e 1974 cursou economia na UFF, ingressando em seguida como professor da instituição. Na manhã do dia 05 de março de 1976 foi sequestrado na Praça XV, no Rio de Janeiro, sendo levado ao Quartel da Polícia do Exército, na Avenida Barão de Mesquita, onde por vários dias foi torturado à base de espancamentos e choques elétricos. Cf. [https://www.acervo.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/9/2/2/9225f1d19abef0db842cc4f72f0c166b4d061de0220900d48a2e6e82ad0ede62/10127165-c2df-4a9e-93ce-5e185427e814-Airton\\_de\\_Albuquerque\\_Queiroz.pdf](https://www.acervo.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/9/2/2/9225f1d19abef0db842cc4f72f0c166b4d061de0220900d48a2e6e82ad0ede62/10127165-c2df-4a9e-93ce-5e185427e814-Airton_de_Albuquerque_Queiroz.pdf). Acesso em 20/04/2019

de parentes do Rio de Janeiro. Em João Pessoa, na casa dos seus pais, para onde tinham sido levados seus filhos, a polícia já o tinha procurado. Sabendo que não podia contar com qualquer suporte do Partido, naquele momento alvo prioritário da repressão, e percebendo que o cerco contra ele se fechava, Nelson decidiu que não tinha como permanecer no país. Inicialmente, foi aventada a ajuda proposta por Armando Klabin, de quem seu pai era gerente em uma das empresas do grupo na Paraíba:

Meu pai era gerente, diretor de uma empresa aqui de João Pessoa que é a COSIBRA (Companhia Sisal do Brasil), não sei se já ouviram falar nessa companhia. Que era do grupo Klabin. Meu pai era diretor da COSIBRA e os Klabin gostavam muito dele, ele era uma espécie de conselheiro do Armando e do Israel Klabin para todo o Nordeste. Quando eles queriam fazer um negócio qualquer aqui, vinham a João Pessoa, pegavam o velho, botavam no avião e saiam por aí. Eles adoravam o meu pai.

A proposta dos Klabin envolvia a confecção dos passaportes com a ajuda do despachante da empresa. Contudo, Nelson avaliou que os riscos seriam extremos, o que os levou a desistir da empreitada:

...o despachante dele se encontraria comigo, pegava minha fotografia, botava os dedos lá naquele negócio, preenchia a papelada todinha no escritório dele, Armando, e levava pra tirar o passaporte e eu não aparecia, portanto eu não corria risco nenhum. Eu sei que tá bom, eu topo, ele marcou o encontro lá com o despachante. Aí eu pensei nas consequências daquilo e cheguei à conclusão de que aquilo não ia funcionar. Ele tava confiando em: “-Quem é que vai prender Armando Klabin? Ninguém!” Não era assim. Eles iam prender. No momento, com aquela sede que eles tavam de me pegar, que vissem aparecer um documento pra tirar meu passaporte com o despachante, davam três beliscões no despachante, o despachante diria foi o doutor Armando que fez isso, no dia seguinte o doutor Armando tava na cana, ia levar cacete. Portanto ele tava subestimando a brutalidade da ditadura.

A partir daí, com informações colhidas de dentro da própria polícia, Nelson descobriu que em dois estados (Minas Gerais e Espírito Santo), seu nome não constava na lista dos perseguidos políticos. Contando com a ajuda de um pernambucano, José Emanuel Baltar da Rocha, companheiro de trabalho nos tempos do Recife, Nelson entrou em contato com uma pessoa em Belo Horizonte que o auxiliou para a confecção do passaporte:

O Zé Emanuel tinha amigos lá em Belo Horizonte. Ele contactou os amigos dele e um amigo dele dispôs-se a ajudar. Esse cara era de uma organização cristã, na época católico, muito cristão, ligado a uma família de políticos bastante privilegiada lá em Belo Horizonte e, portanto, tinha uma cobertura política. Era um cara legal, era professor universitário, e esse professor universitário se propôs a ajudar.

Inicialmente, conseguiram emitir o passaporte de Elivan. Em seguida, partem para tentar emitir o passaporte do próprio Nelson. A história inventada era de que ele era um empresário comerciante de ônibus, com uma missão comercial de vender carrocerias de ônibus Marcopolo na Bolívia, Peru, Venezuela e Chile.

...foi assim que ele me apresentou ao delegado do DOPS: “- Aqui, meu amigo, comerciante e tal da Marcopolo, mora aqui, mora lá perto da minha casa.” Inventou um local para eu poder morar,

para poder justificar que eu tava tirando o passaporte lá. Dei entrada nos papéis, botei os dedos to-dinhos, tal dia venha buscar. Esse foi o maior medo que eu tive na minha vida. Na hora de receber o passaporte, você recebia o passaporte das mãos do delegado e o delegado assinava olhando pra você assim, tava na boca do leão, se o leão fechasse, ‘cabou. Esse daí foi o maior medo...

Contudo, não bastava apenas ter um passaporte válido. Era necessário sair por algum local que não fizesse o controle de passaportes na fronteira. Assim, após viajarem de carro de Salvador, na Bahia, onde estavam morando, até o estado de Goiás, saíram pela fronteira de Corumbá, com destino a Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, e, em seguida, Lima e Caracas, de onde finalmente voaram para Lisboa, em Portugal.

Curiosamente eu fui o último brasileiro a sair do Brasil. (...) Ninguém mais estava saindo do Brasil. A última fúria da ditadura para prender alguém na tortura, eu estava nessa lista. Por isso é que eu fui o último. Eu aguentei o máximo que eu pude, até o ponto em que eu achei que era tão caro eu estar aqui, o risco que eu corria era tão grande para não fazer nada que não estava valendo a pena. Eu não estou fazendo nada, só estou me escondendo. Esconder por esconder não é negócio, não é nada. Você se esconde para agir, se esconder para se esconder só, não tem sentido. Foi por isso que eu resolvi cair fora, mas fui a última pessoa a fugir do Brasil.

## 8.11 - MÔNICA LÚCIA RIQUE FERNANDES – JUVENTUDE E CORAGEM

Em 1969, Mônica Lúcia Rique Fernandes, aluna do 2º ano do curso de Geografia da UFPB e estagiária da biblioteca da Faculdade de Medicina, seria presa por seu envolvimento com o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) e mantida presa durante dois meses para garantir a captura, por parte de seu pai, de Eraldo Fernandes dos Santos, militante do partido e seu namorado.

Mônica Rique era filha de Orlando Meira de Carvalho, oriundo de uma família de proprietários rurais, conservadora e religiosa, e de Lúcia Rique, primogênita de Júlio Rique, desembargador, pertencente à família Rique, proprietária do Banco Industrial de Campina Grande, que chegou a ser um dos maiores bancos do país. Seu pai havia sido indicado pelos irmãos para administrar as terras da família existentes no Rio Grande do Norte. Nascida em João Pessoa, foi lá onde Mônica viveu até os 11 anos de idade quando, em função das condições adversas de manutenção da propriedade, seu pai decidiu vendê-la: “E aí, ele, depois de uns doze anos, treze anos, ele resolveu, ele ficou agoniado, a vaca morria, não tinha água, essas coisas. E aí vendeu a fazenda e nós viemos pra João Pessoa, sem eira nem beira.”

Na ocasião, por volta de 1963, seu avô materno consegue o emprego de agente fiscal do Estado para o seu pai, agora já com quatro filhos, sendo ele nomeado para o Posto Fiscal do município de Sapé. Nas palavras de Mônica, desde esta época, o envolvimento de seu pai com os interesses das forças reacionárias que viriam participar do golpe civil-militar de 1964 já era expressivo. Inclusive, a identificação de seu pai com o ideário militar já podia ser percebido pela forma como ele gostava de ser tratado:

...chamavam ele de major. Meu pai, o sonho dele, ele tinha sido militar. Foi reformado, queria seguir carreira, mas a família dele não deixou. Mas chamava de major, ele adorava ser chamado de major.

Ao mesmo tempo, embora articulado com as grandes lideranças empresariais locais, atuando como “operador” do esquema de arrecadação financeira para promoção do golpe<sup>52</sup>, o “Major” e sua família viviam em uma situação econômica bastante precária. A ajuda de Júlio Rique, avô materno de Mônica, era constante e ela recorda-se

... da angústia de minha mãe que não tinha dinheiro pra comprar um vestido novo pra filha e ele [seu pai], no meio do mundo, querendo matar e morrer por conta de uma revolução anticomunista. Porque tinha que matar, porque os comunistas estavam tomando terra, enfim. (...) Então, minha mãe revoltada porque nem dinheiro pra pagar o colégio, era meu avô que dava...

Após o golpe de 1964, já com 15 anos, estudando no Colégio das Neves e entrando em contato com padres e freiras ligados à ala progressista da Igreja, gradativamente Mônica vai tomando contato com um ideário completamente diferente daquele que era proclamado diariamente em sua casa.

Eu estudava no Colégio da Neves, mas eu sei que nos colégios, nos Maristas, tinha muito de, desse pessoal ligado às igrejas e faziam conscientização dos jovens. Uma dessas concentrações era justamente falando das Ligas Camponesas e da alfabetização de adultos, né? Eu cheguei inclusive a ir nesse tempo, eles levavam. Mas isso tudo foi, é como se diz, mas isso não era suficiente pra eu ‘tá ligada, entendeu? A única coisa que eu tenho certeza é que eu era o objeto de imposição ideológica dele, porque eu era a mais velha e eu era muito [ligada] a ele, obviamente. Ele não tinha filhos homens. Então, e eu me lembro que ele fazia, que ele era tão ideológico quanto eu fui durante a minha vida. Era uma coisa assim, tudo pra ele era ideologia. Por exemplo: jornais, ele trazia aqueles jornais falando dos russos, russo que é assim... aquilo tinha na Rússia, diariamente. Eles recebiam revistas Seleções. Tome revistas Seleções pra ler, músicas.

Posteriormente, Mônica se transfere para o Lyceu Paraibano e, em 1969, ingressa em um cursinho pré-vestibular coordenado por professores ligados à Ação Popular (AP), que, segundo ela “...na verdade, era um cursinho de politização, de formação política.” Neste cursinho conhece a professora de História, Vilma Batista de Almeida<sup>53</sup>, sua diretora, apontada por Mônica como uma grande influência em sua vida. Ao mesmo tempo, torna-se mais independente e seu pai “...deixa de centrar tanta atenção em cima da filha mais velha, né? Se desligou, se desligou.”

Nesta época, se preparando para o Vestibular, ela começa a trabalhar na Faculdade de Medicina como estagiária na biblioteca. O emprego foi conseguido por seu pai, que fez um pedido pessoal ao então reitor da instituição, Guilardo Martins Alves.

<sup>52</sup> A respeito da articulação civil para o golpe na Paraíba, vide o Capítulo 1 desse relatório.

<sup>53</sup> A professora Vilma Almeida da Silva graduou-se em filosofia em 1967, dedicando-se em seguida a lecionar história e filosofia, o que fez em escolas públicas e privadas de João Pessoa por mais de 30 anos, tornando-se conhecida como Vilma Batista. Militou no PCB e no PCdoB, bem como na Ação Popular. Foi fichada no DOPS na época em que trabalhava no Governo do Estado da Paraíba. Atualmente é aposentada como professora pelo Governo da Paraíba e continua com ativa produção intelectual. Cf. <http://www.wscom.com.br/noticia/militantes-fichados-na-epoca-da-ditadura-militar-participam-de-encontro-na-ufpb/> e <http://farolcorporativo.com.br/portal/livro-sobre-orientacoes-basicas-aos-idosos-tera-edicao-revista-e-atualizada/>. Acesso em 27/02/2019

...aí eu me recordo dessas palavras: “- Olhe doutor”, ele chamava todo mundo de doutor, ele era muito subserviente ao poder. “- Aí doutor, eu nunca pedi nada pra mim, mas eu gostaria, preciso que a minha filha comece a trabalhar”. E aí o Guilardo arranja pra eu ser estagiária. Eu até tenho a nomeação pelo DASP, que antigamente era nomeado, né, auxiliar de biblioteca.

Na Faculdade, ela começou a se aproximar de um grupo de estudantes do curso que faziam política estudantil, inclusive controlando os Centros Acadêmicos, e que também estavam articulados no PCBR. Eram os estudantes de medicina João Roberto Borges de Souza<sup>54</sup>, Eraldo Fernandes dos Santos, Everaldo Ferreira Soares Junior, Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho<sup>55</sup>, de engenharia Erick Jenner Rosas e José Edson, além de Eduardo Ferreira Lima, conhecido como “Batata”, José Emílson Ribeiro da Silva e outros.<sup>56</sup> Mônica começa então a namorar Eraldo, ao mesmo tempo em que se torna uma “base de apoio” do grupo. Uma vez que os estudantes conheciam seu pai, ela não era aceita integralmente, além de ser vista com certa desconfiança por parte de alguns integrantes. O próprio Eraldo tratou de deixar isto claro:

...olhe o teu pai, a gente sabe quem é teu pai. É fulano. Lá nas Ligas Camponesas ele é tido como quem mandou assassinar lideranças camponesas. Então nós sabemos do que se trata. Por isso que eu não posso dizer, não posso dizer tudo que eu faço pra você.

Mônica não assume nenhuma posição de projeção dentro do grupo nem tampouco nas movimentações políticas que então ocorriam. Participava de passeatas, de assembleias, mas “...obviamente que não tive coragem de peitar e ir na frente. Fiquei na retaguarda (...) nós nunca pegávamos o microfone (...) nós sempre éramos, vamos dizer assim, a massa, não é?” Entretanto, isto não impediu que seu pai soubesse com quem ela namorava e com o quê andava envolvida.

Ele desconfiava que eu estava me articulando. Ele avisava pra minha mãe: “- Olhe ela, os comunistas estão mandando na vida dela, (...) ela está em más companhias, eu tô avisando. Não deixe ela, tire ela desse cursinho, tá certo? Veja que curso ela vai fazer, ela tem que procurar os professores fulano de tal”. Então ele tinha mapeado, ele tinha muita informação. E aí a minha mãe dizia assim: “- Ah! isso é coisa sua.” Quando eu comecei a namorar com Eraldo: “- Ah! Isso é um comunista,

54 João Roberto, paraibano de João Pessoa, no momento de sua morte contava com 23 anos e era estudante de medicina (UFPB), tendo sido presidente do Diretório Acadêmico daquela faculdade. Foi também vice-presidente da União Estadual dos Estudantes da Paraíba. Integrando a Ação Popular (AP), participou do 30º Congresso da UNE, em Ibiúna/SP (1968), quando foi preso pela primeira vez. No primeiro semestre de 1969 foi preso durante 3 meses no DOPS de Recife, onde foi torturado. Após ser liberado e voltar a João Pessoa, segundo relatos de familiares e vizinhos, foi sequestrado pelo aparato repressivo. Três dias após, foi noticiada a sua morte por afogamento no Açude Olho d'Água no município de Catolé do Rocha, interior do estado. Seu nome consta no Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos. Cf. Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos. 1ª Edição. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. <https://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/254>. Acesso em 24/02/2019

55 Eduardo Jorge era filho de Guillardo Martins Alves, capitão-médico do Exército e que após o golpe de 1964 assumiu o reitorado da UFPB em decorrência da cassação do então Reitor, o Prof. Mário Moacyr Porto. Ingressou na faculdade de Medicina da UFPB em 1968, momento em que integrava os quadros do PCBR em João Pessoa. Em 1973, em São Paulo, foi preso na Operação Bandeirantes. Após ser liberado, fez residência médica na área de medicina preventiva, tornando-se médico sanitário. No final da década participou da criação do Partido dos Trabalhadores, legenda pela qual foi parlamentar em diversos mandatos. No final de 2003 abandonou o PT, ingressando no Partido Verde (PV). Cf. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eduardo-jorge-martins-alves-sobrinho>. Acesso em 24/02/2019

56 A respeito da atuação do PCBR na Paraíba, vide: RODRIGUES, C.J.L., Alienados e subversivos. A aventura estudantil (1950-1999). João Pessoa: Idéia, 2000, pp. 287-297; Relatório da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba; <http://ditaduraverdadesomitidas.blogspot.com/2013/08/a-acao-do-pcbr-na-paraiba-uma-historia.html>; NUNES, P.G.A., As experiências da luta armada no estado da Paraíba, [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427929302\\_ARQUIVO\\_TextoAnpuh2015-doc.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427929302_ARQUIVO_TextoAnpuh2015-doc.pdf); acesso em 08/03/2019

isso é um comunista”. Minha mãe: “- Não! É porque você, você não quer que sua filha namore”. Ele já sabia, né, que Eraldo tinha sido da Juventude Comunista, do Partido Comunista lá de Santa Rita. Então ele dizia: “- Esse rapaz é comunista, eu tô lhe avisando”...

O grupo que constituía o PCBR normalmente dispunha de um “aparelho”, local destinado à guarda de material do partido e, eventualmente, à realização de reuniões. Inicialmente em Oitizeiro, posteriormente transferido para Tambaú, à época um bairro relativamente isolado, onde muitas casas de veraneio ficavam fechadas no restante do ano, o aparelho do PCBR, localizado na casa da família de Marcos Guilherme, “caiu”, em uma circunstância de infeliz casualidade:

...era em Tambaú naquela rua de frente do Hotel Tambaú. Tinha ... as ruas tudo de terra e a casa era uma casa daquelas de terraço, as casas tradicionais, era casa de veraneio, ficava fechada. O Marcos Guilherme conseguiu pra ficar o material lá e até se conseguir um aparelho local definitivo ficava lá com ... os mimeógrafos roubados, os revólveres ... a tinta e tudo que é livro e documento pra deixar lá. E aí entrou um ladrão à noite na casa, destelhou. Os vizinhos viram, chamaram a polícia. Aí pegaram o ladrão que disse: “- Eu não levo porque lá só tem papel, não tem nada”.

E eis que, em agosto de 1969, Mônica Rique, no momento em que almoçava e se preparava para ir para o trabalho na Faculdade de Medicina e para o cursinho, viu uma viatura da polícia que parava diante de sua residência à sua procura. Levada juntamente com a sua mãe, que se recusava a deixá-la ir sozinha, ela foi encaminhada para a Secretaria de Segurança Pública, então localizada na praça Rio Branco, para ser interrogada pelo delegado Firmino Ayres. O fato é que a descoberta do aparelho em Tambaú levou à queda dos integrantes do PCBR e à dela própria. Aliás, após Marcos Guilherme, ela foi a segunda a ser presa em virtude de terem encontrado uma carteira de estudante que ela havia deixado cair alguns dias antes. Os demais integrantes foram rapidamente encontrados pois o dirigente do grupo, Eduardo Ferreira Lima, tinha por hábito anotar e arquivar todas as informações relativas ao partido:

(ML) Porque, o que é que o Ferreira fazia, o Batata? Eles tinham umas reuniões, tirava lições políticas, ele escrevia tudinho, inclusive o nome e botava dentro de uns vidrinhos de, não sei se tu soubesse dessa história, ele tinha uma coleção de vidrinhos de maionese, fazia um rolinho e botava lá dentro (Monique Cittadino): E prenderam, pegaram os vidrinhos de maionese?!(ML): Claro, pegaram tudo, pegaram tudo.

Após ser ouvida por Firmino Ayres e negar qualquer envolvimento com as ações políticas do grupo, Mônica foi considerada “inocente” pelo delegado, mas mesmo assim ficou mantida sob custódia da Polícia Federal até que os integrantes foragidos, sobretudo seu namorado Eraldo, fossem capturados.

...eu dei o depoimento. Aí perguntavam pra mim quem era, se eu conhecia. “- Não conheço ele, nunca fui”. “- Ah, mas você não foi pra aquele aparelho?” “- Eu não sabia que era aparelho, achei que era uma casa de estudante.” Quer dizer, eu tive vários álibis, entendeu, pra não me prejudicar. Conhecia, sabia que era um estudante de medicina, que estava apaixonado, mas não tinha...E aí eles já falaram: “- Não, nós não vamos liberar você. Não vamos liberar ela, não. Vai ficar sob a guarda da Polícia Federal até ser encontrado”.

Neste momento, seu pai e seu avô já haviam sido chamados à Secretaria e o delegado explica a situação:

...ele fala pra meu avô: “- Olhe, nós não prendemos o cabra ainda. Quem nos interessa é o cabra. A gente sabe que sua neta tá livre, não tem antecedente, mas a gente quer, sabe que é o namorado dela. E por isso eu não vou liberar.”

A reação do pai de Mônica, diante da sua prisão, foi dupla: por um lado, expressava verbalmente a sua decepção usando a palavra “traição”:

A palavra que ele usava era traição, a palavra que ele usava era: “- Eu fui traído pela minha filha”. Quando eu fui presa, que fiquei lá na Secretaria de Segurança com Dr. Firmino, o delegado Firmino. [Quando] ele é chamado, ele diz: “- Olha aí sua filha com os terroristas”. Aí ele olha e diz: “- Eu sabia que eu ia ser traído!” Então a palavra que ele usou sempre foi traição.

Por outro lado, assumiu, como tarefa pessoal, a captura de Eraldo, aceitando o acordo proposto pela Polícia, através do delegado José Carlos Gentil<sup>57</sup>. Com isto, Mônica foi transferida para o Quartel da Polícia Militar, onde permaneceu por dois meses, sem nenhum registro oficial da sua prisão.

...nessa ocasião ele [seu pai] faz um acordo com a polícia, [delegado] Gentil, dizendo que ia encontrar Eraldo e que trocava pela minha liberdade. Aí de lá fui para o Quartel de Polícia, (...). Fiquei numa cela vizinha a Germana<sup>58</sup>, (...) E aí fiquei lá dois meses (**Monique Cittadino**): Ficou dois meses presa? (**ML**): Presa lá, mas sem... (**Monique Cittadino**): Sem ter nada registrado? (**ML**): Sem ter nada registrado, quer dizer, depois você fica pensando: “- Se tivesse sumido tinha ficado por isso mesmo, né?” (...) (**Monique Cittadino**): E contra você oficialmente eles não diziam nada, diziam apenas que iriam ficar com você enquanto Eraldo não aparecesse? (**ML**): Como obviamente eu estava com costa quente e ao mesmo tempo não tinha nem fotografia de nada minha, de manifestação nem nada, então foi a coisa mais fácil do mundo eu me safar, você está entendendo? (**Monique Cittadino**): Mas te deixaram presa? (**ML**): Me deixaram presa porque foi um acordo, não é? (**Monique Cittadino**): A moeda de troca.

A fim de conseguir capturar Eraldo e, conseqüentemente, cumprir a sua parte no acordo, o pai de Mônica se licencia do seu trabalho no Fisco, dedicando-se integralmente à caça do fugitivo, seja pelo interior da Paraíba, seja em outros estados do Nordeste:

Aí primeiro começou ele nos canaviais, e ele fazia uma tortura psicológica bem caprichada em cima da filha. Porque quando ele recebia uma denúncia que Eraldo estava lá em Sapé, em Santa Rita, não sei aonde, escondido nos canaviais pelos camponeses, ele chegava de manhã cedo. Teve uma vez que ele chegou todo retinto, preto! Um chapéu desse tamanho na cabeça, um bernal aqui, porque ia se embrenhar não sei aonde, não sabia, “- Mas eu volto com ele!” Fazia questão de dizer que não precisava de polícia, não. Ele ia lá e dizia. E eu com o coração na mão sem saber de nada. E ele fica, foram dois meses nessa agonia. Aí depois dizia que estava no Ceará, ele foi bater no Ceará, depois diziam que estava em Alagoas. Ele ficou dois meses pra cima e pra baixo.

<sup>57</sup> De acordo com o Projeto Brasil Nunca Mais, o delegado José Carlos Gentil consta como sendo um dos torturadores de presos políticos durante a ditadura militar. A este respeito, vide o Capítulo 5 deste relatório.

<sup>58</sup> Germana Correia Lima foi uma importante liderança feminina no movimento estudantil paraibano, tendo sido presa por sua participação na luta contra a ditadura militar. Respondeu a inquéritos policiais e foi proibida de matricular-se na Universidade. Vide COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA, 2017, p. 68.

Ao final de dois meses, em novembro de 1969, Eraldo foi capturado em Recife. Lá, ele havia entrado em contato com militantes do PCR (Partido Comunista Revolucionário) com intuito de fazerem uma articulação com o PCBR paraibano, o que não chegou a acontecer. Ele estava escondido em um colégio de freiras, fazendo-se passar pelo sobrinho de uma delas à procura de emprego, quando foi denunciado ao IV Exército por uma das irmãs que suspeitou da situação. Como havia fotos suas, obtidas pelo pai de Mônica junto ao secretário da Faculdade de Medicina (na sua família, em Santa Rita, não existiam fotos) e espalhadas por diversos quartéis e delegacias do Nordeste, Eraldo foi identificado e enviado para a DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social) na Paraíba, onde foi torturado para, em seguida, ser entregue à Polícia Federal.

Logo depois que Eraldo chegou a João Pessoa, os agentes da Polícia Federal foram à casa de Mônica informar a seu pai o ocorrido. Armado com um revólver 45, ele se encaminhou para a sede da polícia, onde o delegado Gentil disse: “- O homem é seu, major”. Entretanto, Orlando Meira nada fez.

Ele volta para casa e diz para minha mãe. Aí me chama e diz: “- Olhe, é isso, foi preso, não vai morrer, mas depende de você. Aí eu disse: “- Não, não tenho mais nada a ver, não quero mais saber, acabou”.

Após sair da prisão, Mônica fica numa espécie de “prisão domiciliar”, tendo a sua casa vigiada pelo Cabo Chiquinho<sup>59</sup>. Ela já não frequentava a faculdade e eventuais saídas a médicos ou dentistas deveriam ser feitas com alguma companhia. No final de dezembro, Eraldo foi transferido para o presídio do Roger e ela conseguiu se comunicar com ele através de cartas trocadas com a ajuda de sua irmã e um amigo. Durante os meses seguintes eles permaneceram nesta situação até que num determinado dia ela teve autorização para ir a um cinema com a irmã. Logo após o filme começar, elas saem do local e vão visitar Eraldo na prisão. Contudo, seu pai a vigiava a distância. Ao voltar para casa, eclode uma enorme discussão e ele ameaça colocá-la para fora. Vários familiares chegam, dentre os quais, uma tia materna, dona Tezinha:

Foi nessa ocasião que... nesses momentos é que a gente sabe quem é que é humano e quem não é. Porque minha tia, mãe do Juca<sup>60</sup>, foi a única da família que foi e disse: “- Orlando, essa sua filha quem vai cuidar dela sou eu. Você não quer que ela fique aqui. Ela vai pra minha casa.” Foi a única que teve coragem de fazer isso, de enfrentá-lo.

Diante da inexorabilidade da situação, a família termina por aceitar o namoro e, com a intermediação do avô, promovem o noivado na cadeia:

Porque o que interessava pra minha mãe, eu podia ser a maior terrorista do mundo, mas tinha que ser virgem, não poderia ser falada como puta dos comunistas. Então eu tinha que casar com Eraldo, já que é com ele, acabou. Então aí vai, compra uma aliança e meu avô vai e diz: “- Olhe Eraldo, é noivo, você vai ficar aqui.”

<sup>59</sup> Vide depoimento de João Fragoso neste relatório.

<sup>60</sup> Júlio Rafael Jardelino da Costa, que no futuro seria um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e, por esta legenda, vereador em João Pessoa entre janeiro de 1997 e dezembro de 2000. Cf. <http://www.paraiba.com.br/2013/06/06/54494-pt-e-psb-divulgam-nota-de-pesar-por-morte-de-julio-rafael-superintendente-do-sebrae-pb>. Acesso em 24/02/2019.

Eraldo permanece na prisão por aproximadamente dois anos. Durante este período, Mônica volta para a faculdade e começa a trabalhar dando aulas de inglês. Ao sair da prisão, em 1971, eles se casam e Eraldo retoma o curso de Medicina. Contudo, não permanecem em João Pessoa definitivamente, e, até o final dos anos 70, vivenciam algumas idas e vindas entre esta cidade e São Paulo. Por volta de 1973, ele interrompe o curso e o casal resolve ir para São Paulo, articulando-se com organizações clandestinas (Dissidência de São Paulo). Numa viagem feita ao Rio de Janeiro, ocorre um encontro com um grupo de ex-estudantes paraibanos que haviam participado de uma ação em Catolé do Rocha<sup>61</sup> e que, nesta ocasião, moravam naquela cidade. Segundo relato de Leda Rejane, que neste momento agregou-se a oitiva, a situação deste pessoal era bastante precária, de forma que decidiram acompanhar Eraldo a São Paulo, passando a morar todos juntos: um total de 13 pessoas, sendo duas crianças. Contudo, como a repressão havia aumentado em decorrência da queda do governo chileno de Salvador Allende, Leda Rejane comenta que 30 dias após o golpe no Chile, todos eles foram presos e levados para a Operação Bandeirantes. Mônica Lúcia ficou presa por 3 dias, enquanto que o restante do grupo, inclusive Eraldo, permaneceu durante 45 dias, sendo que os 15 primeiros, de forma incommunicável e clandestina, até que chega a oficialização da prisão pelo DOPS, comandado pelo coronel Ustra<sup>62</sup>.

(**Monica Rique**) ...quando veio a ordem do DOPS, era uma prisão clandestina, tinha que oficializar pelo DOPS. Com 15 dias totalmente incommunicável veio... Nós fizemos o tal do cartório que chamava “cartório no DOPS”. Aí oficializou. Mas até soltar foram mais alguns tantos dias, sei que ao todo deu 45 dias. (...) (Rodrigo Freire): O comandante na época já era o Ustra? (**Monica Rique**): Já, e era do DOPS ... Você imagina a barra como era pesada, né? (**Rodrigo Freire**): Pesadíssima, né?

Após este episódio, mais uma vez voltam a João Pessoa, onde permanecem cerca de três anos, ocasião em que Eraldo volta à Universidade e conclui seu curso. Já no início dos anos 80, resolvem mudar-se definitivamente para São Paulo. Eram novos tempos, tempos da abertura política, da fundação do PT, da anistia, do vislumbrar de uma democracia que então se anunciava.

---

61 Esta ação foi a tentativa de promoção de uma “proto luta armada” no município paraibano de Catolé do Rocha, situado no alto sertão do estado. A partir de um grupo de alunos secundaristas do Colégio Dom Vidal, acrescido de alguns estudantes de Campina Grande e João Pessoa vinculados ao PCBR, idealizou-se a instalação da luta armada naquele município. Inicialmente, um pequeno grupo subiu a Serra do Capim Açú, onde permaneceram dois dias. Posteriormente, houve uma segunda subida a esta Serra para um treinamento propriamente dito, com um grupo mais ampliado de cerca de 19 participantes. Lá permaneceram por uma semana, ao cabo da qual foram surpreendidos pela polícia. Os três participantes maiores de idade foram condenados a um ano de prisão. A respeito, vide: Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade, pp. 144-147; MELO, Ana Lúcia Gomes de. **Geração Viramundo**. Catolé do Rocha – Anos 60. João Pessoa, Manufatura, 2006, pp. 203-215.

62 O Coronel do Exército Carlos Alberto Brillhante Ustra, homenageado em diversas ocasiões pelo presidente eleito do Brasil em 2018, Jair Bolsonaro, foi um dos principais e mais temidos torturadores do país durante a ditadura civil-militar. Com os codinomes de Dr. Tibiriçá ou de Dr. Silva, comandou o DOI-CODI do II Exército entre 1970 e 1974. A seu respeito abundam fontes documentais e bibliográficas, bem como inúmeros depoimentos dos que foram submetidos às mais violentas formas de tortura e também dos que participaram ao seu lado em tais sessões. Destacamos apenas o Projeto Brasil Nunca Mais, o Relatório da CNV e o Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, assim como os seguintes sites: <https://oglobo.globo.com/brasil/ex-agente-do-doi-codi-diz-que-ustra-torturava-que-era-senhor-da-vida-da-morte-8350197>; <https://www.oab.org.br/noticia/14836/juiz-condena-coronel-ustra-por-sequestro-e-tortura>; <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2012/08/1137102-tj-sp-nega-recorso-e-reconhece-coronel-ustra-como-torturador.shtml>. Acessos em 31/03/2019.

## 8.12 - WASHINGTON ROCHA – ENTRE A REBELDIA E A POLÍTICA

Washington Rocha nasceu no município de Araruna, no Curimataú paraibano, no seio de uma família muito conservadora – um dos seus irmãos era capitão do Exército; um outro, juiz auditor da Polícia Militar de Pernambuco e um terceiro, juiz no Rio Grande do Norte - o que o faz se considerar a voz dissonante da família. Ainda na tenra infância seus pais mudaram-se para João Pessoa, cidade onde cresceu e iniciou seus estudos. Muito jovem, em 1967, quando tinha entre 14 e 15 anos de idade, estudante do Colégio Estadual do Roger, ingressou no movimento estudantil, vencendo as eleições para o grêmio, em uma chapa encabeçada por Severino Gomes (Biu Gomes), que contava também com as presenças de Marcos Paiva, candidato a vice, e José Ricardo de Holanda. No ano seguinte, 1968, já cursando o “científico” no Lyceu Paraibano, mais uma vez Washington disputa a liderança da agremiação estudantil, contando novamente com a aliança com Marcos Paiva. Conforme destaca, Marcos Paiva era um importante nome no movimento estudantil em função de ser um brilhante orador: “Foi o seguinte, nós ganhamos a eleição do Roger por causa de Marcos Paiva. O candidato a presidente era Severino Gomes, mas o grande orador era Marcos. A meninada era louca porque ele tinha um discurso muito bonito, poético...”. No Lyceu aconteceu a mesma situação: foi a presença de Marcos Paiva que garantiu a vitória da chapa encabeçada, desta feita, por Eldson Ferreira da Cruz.

O ano de 1968 foi de grande efervescência no movimento estudantil pessoense, também marcado pelos desdobramentos do assassinato do secundarista Edson Luiz, no Rio de Janeiro, o que levou à realização de sucessivas passeatas na capital. E, na avaliação de Washington Rocha, a liderança do movimento esteve nas mãos dos estudantes secundaristas:

E os universitários se juntavam com a gente, né? O comando era nosso inclusive porque o nosso número era muito maior. Mas os universitários tiveram um papel, claro, inclusive foram muito importantes. (...) A primeira passeata que foi comandada, foi uma conclamação de Marcos Paiva. Nós todos tivemos notícia da morte de Edson Luiz. Mas, há uma dívida pessoal e histórica com Marcos Paiva que deve ser relatada. Ele saiu de classe em classe, dizendo: “-Olhem, mataram Edson Luiz”. De classe em classe, e o movimento estudantil nasceu ali. A primeira explosão do movimento estudantil de 68, nasceu com esse aspecto dessa atuação muito pontual de Marcos Paiva no momento da morte de Edson Luiz. A partir dali, foi passeata em cima de passeata, eram tantas e todo dia. (...) Aí continuamos, era passeata todo dia. E os oradores eram... acho que o comando não era tanto dos universitários, porque não só a grande maioria, a massa, que era secundarista, como os principais oradores eram secundaristas.

E era justamente a capacidade de mobilizar as massas com seus discursos inflamados que fazia destes jovens estudantes secundaristas as lideranças do movimento estudantil:

Tinha brilhantes oradores universitários, mas os mais constantes no começo: Marcos Paiva era o principal, fui eu, Help [Antônio Soares de Lima filho]. Severino Gomes e Eldson não eram grandes oradores, mas eram uma coisa... oradores, falavam corretamente e eram constantes, estavam sempre presentes. Eu, Help e Marcos Paiva, nós incendiávamos mais. Um dos motivos que eu acho que depois eu me tornei o principal orador, e também de certa forma Help, é porque o discurso foi radicalizando, e quem falasse mais radicalmente, era o que tinha maior poder de influência. Eu

era tão radical que eu só começava o meu discurso chamando a ditadura de “ditadura de merda”. Ai isso foi radicalizando...

Rocha enumera diversos momentos em que, paralelamente à radicalização do movimento estudantil, verificava-se a radicalização do processo repressivo. Um deles foi a ocupação pelos universitários da Faculdade de Filosofia (FAFI) durante seis dias, o que exigiu a presença *in loco* do delegado da Polícia Federal Emílio Romano<sup>63</sup> para proceder a sua desocupação:

Na ocupação da FAFI, tem alguns momentos heroicos mais simbólicos da luta rebelde paraibana que é o enfrentamento de Everaldo Soares Junior, que era um dos brilhantes líderes oradores universitários, ele era um dos grandes, mas essa passagem é algo impressionante. A FAFI tava ocupada há vários dias, e veio desocupar sob o comando de uma pessoa que era notória, Emilio Romano, esse que era o homem de confiança de Felinto Müller, aquele mesmo que foi o homem de Getúlio Vargas, chefe da repressão do Estado Novo. E o homem de confiança dele, Emilio Romano, é que veio comandar a Polícia Federal aqui. Esse Emilio Romano, temido no Brasil todo, comandou a desocupação da FAFI. (...) Quando ele entra, arrodado de agentes com metralhadora em punho, metralhadoras apontadas... quem enfrenta ele cara-a-cara é Everaldo Junior. Faz o discurso histórico, esculhambando cara-a-cara Emilio Romano, dizendo: “-Emilio Romano, nós sabemos quem você é... torturador...”

Outros momentos são destacados por Washington: a passeata próxima ao Ponto de Cem Réis que estava sendo esperada por diversos soldados armados com metralhadoras e com ordem para atirar, o que só não se concretiza em virtude de ter dobrado em uma rua anterior; os tiros disparados contra o estudante de Economia Jander Neves e contra o próprio Washington; a viatura da Delegacia da Agricultura incendiada pelos estudantes, cuja culpa foi atribuída também a ele em virtude de, naquele momento, já ser um dos líderes mais atuantes:

...o Jander relata que ele estava escutando “pa, pa, pa” mas ele disse: “-Não pode ser bala, esses caras não são doidos de atirar direto na gente”. A bala atravessou a porta do cara, de frente a ele, então atiraram pra matar. A mim, eu estava agitando como sempre, ali na praça, vizinho ao terreno baldio que tinha uns tijolos de uma construção, eu estava em cima desses tijolos e uma bala pegou, ‘torou’ um tijolo embaixo do meu pé, exatamente, quer dizer, muita gente não morreu por acaso, né?

(...)Aí, tocou fogo no carro, o carro explodiu, eu estava exatamente ali no Ponto de Cem Reis, frente ao Paraíba Palace Hotel. Pegou fogo, explodiu, foi pra imprensa, foto. Aí a repressão ficou ouriçada, esconde aqui, esconde ali, eu fui me esconder. Durante algum tempo, circulou que eu teria tocado fogo no carro. No depoimento [depoimento dado para a elaboração do livro ROCHA; FERNANDES:2017] eu disse: “-Olhe, não pode ter sido eu por um motivo muito simples: quando tocaram fogo no carro, eu estava em cima fazendo discurso”. Não podia ter sido eu, né?

Questionado sobre a estrutura da repressão na capital, Washington Rocha informa que foi alvo do aparato repressivo diversas vezes, tendo sido detido e não preso, já que era menor de idade, sendo levado para o Grupamento de Engenharia, a Polícia Federal e a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Assim, ele informa que o Exército e a Polícia Federal eram os principais agentes, aos quais

---

<sup>63</sup> Vide o perfil de José Fernandes, neste mesmo capítulo.

competia a tomada de decisões, cabendo ao esquema estadual e à Polícia Militar o papel de coadjuvantes. O relato de uma das vezes em que foi levado à presença do delegado da DOPS tem um lado cômico, que revela a realidade de uma cidade ainda de pequenas dimensões, cuja sociedade caracterizava-se por uma sociabilidade marcada por relações de compadrio, mas que se via obrigada a conviver com a ideologia do combate ao “inimigo interno”:

Eu estava assistindo, não sei o dia, mas sei que era mais pra perto do fim do ano, o filme era “O Mágico de Oz”. Eu encantado, aquela coisa, aí na saída, dois ou três me pegaram e me levaram: “-Aqui, delegado!”. Sentei-me na frente do delegado, aí o delegado ficou passando o prontuário e olhando pra mim. E eu vi que ele estava me olhando de uma forma estranha. Aí ele disse: “- Me diga uma coisa, você é filho de Severino Rocha, de Araruna?” Eu disse: “-Sou”. “-Você é filho de Maria Alice?” E eu disse: “-Sou”. Aí ele disse: “-Mas rapaz, não faça isso com meu ‘cumpade’, não. Faça isso com minha ‘cumade’ Alice não, pelo amor de Deus! Você, um ‘pirrai’ desse tamanho, crie vergonha, crie juízo.” “-Olhe, leve esse menino em segurança, viu?! E diga a mãe dele pra dar uma surra nele”.

Contudo, Washington Rocha salienta que, se ele teve oportunidade de sair ileso deste episódio, não foi assim com todos. O estudante de medicina João Roberto Borges de Souza, apontado como um dos grandes líderes do Colégio Estadual do Roger, não teve a mesma sorte, tendo sido assassinado pelas forças de repressão.<sup>64</sup>

E, à medida em que o ano de 1968 transcorria, para Washington Rocha o movimento estudantil deixava progressivamente a sua atuação de mobilização social contra a ditadura militar, passando a se preparar para o ingresso na luta armada. É neste contexto que ele, integrante da União Pessoaense dos Estudantes Secundaristas (UPES), mas já fazendo parte do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), foi indicado para representar a Paraíba no encontro nacional da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), por força da influência do PCBR sobre a entidade pessoaense:

Até eu lembro o momento em que o movimento estudantil aos poucos vai deixando..., o movimento de massas vai fluir, e o movimento vai deixando de ser estudantil para ser de estudantes se preparando para a luta armada. Um exemplo disso é minha ida para o Congresso Nacional da UBES, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, que foi em Salvador, Bahia. (...) Eu fui lá como o delegado da UPES. Pra você ser delegado, o estudante tem que delegar, né? Mas quem me delegou? Três pessoas: eu, Emílson [José Emílson Ribeiro da Silva] que era presidente da UPES, e Severino Gomes que era presidente do... Mas o que interessa era que nós três éramos do PCBR. Como Emílson era presidente da UPES, nós três decidimos que eu, Washington Rocha, iria delegar. Quer dizer, o movimento estudantil não tinha... As organizações revolucionárias é que estavam dominando tudo.

A chegada de Washington Rocha a Salvador para participar do encontro estudantil se deu exatamente no momento da decretação do Ato Institucional No. 05 (AI-5), de forma que as reuniões se deram na clandestinidade. E, como ele bem enfatiza, a pauta das discussões era a questão da luta armada:

---

<sup>64</sup> João Roberto consta oficialmente da lista presente no Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos do Brasil e do Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Contudo, as condições de sua morte foram colocadas em questão pelas investigações conduzidas pela Comissão da Verdade do Estado da Paraíba.

Não se falava nada relativo a movimento estudantil, só se falava em luta armada, qual era o caminho da luta armada? (...) O direcionamento que se toma depois do AI-5 já estava sendo precificado, não é um posicionamento que se toma porque aconteceu o AI-5... Com a disposição que estava sendo avançada, mais por uns e menos por outros, de ir pra luta armada, essa decisão já estava sendo tomada por algumas organizações antes do AI-5. Por exemplo, a ALN já estava bastante avançada no processo de preparação para a luta armada. Mas é claro que o AI-5 fechou os espaços da protestação pública...(...) O que notei no congresso da UBES é que as pessoas falavam já com o movimento estudantil como se fosse no passado, a questão era: o caminho a se seguir, se era luta armada dessa forma, guevarista, castrista...

Conforme destaca Washington Rocha, o PCBR era um partido voltado para a luta armada e tinha no universitário Rômulo Araújo de Lima o principal responsável pelo recrutamento dos estudantes secundaristas. Considerado por Rocha um dos mais brilhantes intelectuais do movimento revolucionário, profundo conhecedor do marxismo, Rômulo desempenhou um papel de destaque na estruturação dos quadros do partido: “Então eu creio que todos os recrutamentos do PCBR na área secundarista foram feitos por Rômulo ou Batata. Help, as meninas, Aluta, Neta, Vanda<sup>65</sup>, Severino Gomes, Eldson, eu, Marcos Paiva, fomos todos recrutados ou por Rômulo ou Batata”. Cabia também aos universitários, estudantes mais velhos que os secundaristas, a liderança do movimento quando ele deixa de ser um movimento estudantil de oposição à ditadura militar para se tornar um movimento que pregava a luta armada:

...os secundaristas, comandamos, a meu ver, o movimento de março [de 1968]: eu, Help, Pasqualho, Eldson [Ferreira da Cruz], Biu Gomes, Aluta, Vanda, Agamenon Travassos Sarinho e outros. (...) quando o movimento começa a deixar de ser movimento de março e passa a ser de organizações tendentes à luta armada, organização marxista-leninista, esse comando era de pessoas mais velhas, principalmente universitários. Já eram pessoas como Rômulo, como Batata, que não era universitário nem secundarista, ele era profissional da revolução...

No PCBR, Washington participou do Encontro Regional do Nordeste, realizado clandestinamente em uma fazenda no estado de Pernambuco, em 1969, e que contou com a presença de importantes líderes nordestinos. Inclusive, na sua avaliação, foi o último evento “forte” do partido, haja vista que, a partir de então, as “quedas” ocorridas inviabilizaram a continuidade das ações:

...eu lembro bem que participei com vários nomes importantes como Juliano Siqueira, Luciano, lá do Rio Grande do Norte... vários líderes importantes e eu acho que foi... e logo depois começaram as quedas e tal. (...) Então, eu acho que esse encontro de Recife foi o último encontro assim, forte, do PCBR. Depois são coisas pequenas, pequenas e a repressão violenta. As pessoas entrando na clandestinidade, uns morrendo e tal. Eu fui pra clandestinidade com um amigo meu lá em Recife, passei um tempo... ou era subúrbio de Recife ou era uma daquelas cidades pequenas ali.

Na verdade, a “queda” à qual Washington se refere como responsável pelo desencadeamento da repressão sobre o PCBR, com a sua subsequente desarticulação, foi o desmantelamento do aparelho existente na praia da Tambaú, em João Pessoa, referido por Monica Rique.<sup>66</sup>

65 São as irmãs Aluta, Neta e Vanda Trigueiro

66 Vide o perfil de Mônica Rique, neste mesmo capítulo.

Assim, com cerca de 16 para 17 anos, Washington Rocha ingressa por um pequeno espaço de tempo na clandestinidade. Inicialmente, nas imediações de Recife. Em seguida, na cidade de Fortaleza, quando, então, resolve voltar para João Pessoa: “Minha clandestinidade foi curta. E também não tinha porra nenhuma pra fazer, não ‘tava tendo luta armada, nem desarmada, porra nenhuma, só escondido. Aí eu vim, fiquei, deve ter sido fim de 69.” Como era menor de idade e contou com a boa vontade do juiz Wilson Pessoa da Cunha, não chegou a ficar preso, sendo liberado após ouvir um sermão que enaltecia as virtudes da democracia: “...esqueça a violência, ame a democracia, se rebele, mas dentro dos princípios democráticos da liberdade, tal...”. Contudo, não ficou impune de todo, uma vez que foi impedido de estudar nos colégios locais, sendo obrigado a tentar concluir os estudos em Recife, o que só veio a ocorrer com a realização de um exame supletivo em Natal. Em seguida, provavelmente em 1971 (Washington não consegue precisar estas datas), prestou vestibular para o curso de Direito na UFPB, sendo aprovado. Entretanto, no momento de se matricular descobre que não poderia fazê-lo: “Fui me matricular e fui proibido de entrar na UFPB. Fui proibido. Não me deram matrícula.” Finalmente, em 1973 ingressou no curso de Medicina nessa universidade.

E ele estava justamente cursando o 2º ano de medicina, em 1974, quando no mês de abril, foi sequestrado por policiais civis, passando cerca de 20 dias nas mãos do aparato repressivo. Anteriormente, ele já havia sido detido algumas vezes em episódios sem maiores consequências em que era logo liberado. Normalmente não havia uma acusação concreta, ele recebia uma preleção sobre terrorismo e não sofria violência física (para Washington, o fato dele não ter sofrido maiores abusos deveu-se a ainda ser menor de idade). Em uma dessas acusações, foi levado ao 15º. Regimento de Infantaria juntamente com Potengi Lucena e Jório Machado, jornalista atuante em 1964 e 1968, lá permanecendo durante três dias. Em outra, na companhia de José Emílson Ribeiro da Silva, no Grupamento de Engenharia, segundo relato do próprio Emílson, Washington teria sido obrigado a comer uma piola de cigarro, coisa da qual não se recorda.

Contudo, neste mês de abril de 1974, as coisas não seriam assim. Segundo seu depoimento, em um final de dia, ele estava namorando defronte ao Hospital São Vicente de Paula, onde seu irmão havia sido internado após sofrer um acidente de moto, quando 3 ou 4 policiais civis agarraram ele e sua namorada. Sua reação instintiva foi violenta: além de ter se desvencilhar do ataque, começou a gritar, o que chamou a atenção das pessoas nas imediações. Sua namorada conseguiu fugir e como o carro dos policiais estava estacionado do outro lado da rua, na Avenida João Machado, isto permitiu que algumas pessoas presenciassem o sequestro. A família de Washington, que morava nas proximidades, logo foi informada do acontecido, iniciando um périplo para localizar o seu paradeiro.

Nesta ocasião, estando completamente afastado das atividades “subversivas”, Washington acredita sua prisão ao fato de ter, assim como alguns de seus amigos, o estereótipo da rebeldia:

...naquela época, eu e várias pessoas que tínhamos sido da militância intensa em 68, não tínhamos mais militância nenhuma. Tínhamos, porém, um visual, um gestual e um tipo de vivência de rebeldia. Pode ser que os repressores olhando aquilo dissessem: esse pessoal continua... Eu tinha

uma barba muito longa e a gente bebia muito. De vez em quando pegava alguma blitz, fazia alguma arruaça e tal.

Além das bebidas e das confusões em que se metia, Washington enfatiza que ele e seus amigos costumavam fumar maconha, o que corroborava com a imagem da rebeldia:

...eu fumava muito pouco, nunca gostei. Fumei umas poucas vezes. Eu lembro que nós íamos pedindo carona para Fazenda Nova onde tinha a Paixão de Cristo. Mas, ninguém assistia a Paixão de Cristo. Ia fumar maconha. O Cristo subindo lá... Hoje eu sou cristão, né, mas... Fumar maconha, namorar, nada com... (...) grande parte pegava a estrada para ir fumar maconha e fazer Woodstock na Fazenda Nova.

Após ser sequestrado, ele foi levado inicialmente para a Central da Polícia Civil e, em seguida, para a Polícia Federal, que funcionava no bairro da Torre. Na segunda manhã do seu sequestro, ele foi retirado da cela e jogado no assoalho de um carro que partiu em direção a Recife. No trajeto, além de pisadas, um soco de um dos policiais. Ao chegar no quartel do IV Exército (neste momento ele já estava sentado no automóvel e pode reconhecer o local), um dos policiais desceu e foi recebido por um oficial que, pelo que Washington deduz, determinou que eles voltassem para João Pessoa.

...chegamos no IV Exército e o carro entrou. Paramos em frente e esse mesmo policial que deu um soco em mim desceu e subiu. E vinha descendo um oficial. Pela visão que eu tinha, estava muito longe, estava uma certa distância, mas que dava para ver muito bem, embora não desse para escutar, mas dava para ver bem, eu notei quando o policial estava se dirigindo a ele e levou o que nós chamamos de esporro. O oficial que eu calculo que seja um (inaudível) ou um coronel ou general. Pelo mesmo motivo, o jeito, o traje, o porte, era muito jovem, era oficial. O policial voltou para o carro e nós imediatamente voltamos pra João Pessoa.

De volta à Polícia Federal, passou o restante do dia. À noite, novamente foi retirado da cela e agora, devidamente encapuzado, foi levado de carro para nova viagem. Ficou claro para Washington a razão do “esporro” que o policial levou do oficial do IV Exército: o preso havia sido conduzido sem venda nos olhos, podendo reconhecer o local para onde estava sendo levado. Contudo, o paradeiro para onde foi levado desta vez foi o mesmo da anterior: a sede do IV Exército, em Recife. E ele nos conta a razão de ter conseguido identificar o local:

Porque eu sei exatamente o meu caso? Porque num desses momentos eles botam você num canto, bota noutro, bota noutro, de vez em quando eu sentia que era algemado em um cano, alguma coisa que botava minha mão pra traz e me algemava. E em um momento, já era de dia, por algum motivo alguém passou e levantou meu capuz, talvez eu tivesse sufocando e a pessoa, pra eu não morrer, levantou meu capuz. Mas sei que levantou demais que eu fiquei vendo, era dia, e eu estava num parque aberto, tinha um muro que se via o lado exterior. No lado exterior tinha um edifício em construção, alto, tem aquelas coisas de proteção e tal, um edifício de construção alta. E eu gravei, né? Algum dia depois, quando fui solto, alguns dias depois de ser solto, algumas semanas, no máximo, eu voltei a Recife, pra conversar com meu irmão. Andei de táxi, e disse: “- Olhe, passe aí de frente ao IV Exército”. E ele: “- Pois não.” E quando em frente ao IV Exército, mesmo edifício e ai olha... exatamente, então, exatamente... então, não há dúvida...

No IV Exército, Washington acredita ter permanecido por 18 dias, sendo submetido a sessões de tortura, sempre encapuzado, o que o impediu de reconhecer os torturadores.

Passei uns dezoito dias. Eu fui levado para um (inaudível) e torturado por dois, três dias. Agora, a tortura foi basicamente choque elétrico. Não sofri nenhuma outra forma de tortura. Choque elétrico, choque elétrico, choque elétrico. Mas é muito ruim. Foi o seguinte: eu ficava ajoelhado, botavam fios elétricos nas minhas mãos e dava o choque. Se eu soltasse, eles davam “borrachada”. Aí foi uma situação terrível porque você não aguenta e solta, leva “borrachada”. É um inferno, né, por dois, três dias. E eles me perguntaram basicamente se eu estava mantendo uma guerrilha aqui, se eu tinha matado uma certa pessoa e como eu não tinha mais ligação nenhuma com organizações, perguntavam se fulano fumava maconha.

Nas dependências do IV Exército, recorda-se de ter visto os policiais arrastarem um rapaz loiro, alto, forte, pelo chão do corredor, vestido só de sunga, a cabeça tombada, do que ele deduz que o rapaz deveria estar morto ou sem sentidos.

Ao final do período, no dia 09 de maio, dia do seu aniversário, Washington recebe a notícia de que seria liberado, quando já estava na sede da Polícia Federal em João Pessoa, ao mesmo tempo em que é submetido aquilo que considera a tortura que lhe deixou sequelas permanentes:

...eles fizeram uma coisa para me liberar que eu conto hoje como piada, mas que me causou um trauma pelo qual hoje eu não faço a minha barba de jeito nenhum. Eu gosto de fazer a barba no barbeiro, por quê? Porque eu tinha a barba grande quando eu fui preso. Mas, depois de vinte dias a barba estava enorme e suja. Aí eles disseram: “-Você vai embora, pega”. Eles me deram aquelas “giletas” e um barbeador daqueles bem velhos para fazer a barba e um pedaço de sabão. “- Faça a barba direito, senão, não sai não, só sai daqui...”. Se você souber como é terrível tirar uma barba desse tamanho com aquele... Olhe, a pior tortura foi essa. Mas aí ficou por brincadeira. Depois disso não tiro a barba até hoje. Quando cresce um pouco eu vou no barbeiro, pronto.

A sobrevivência na prisão, Washington atribui à sua reação barulhenta no momento em que foi preso, o que permitiu que sua namorada escapasse e que diversas pessoas testemunhassem o seu sequestro, e à sua família, que era constituída por diversos integrantes do aparato de segurança do Estado: “A minha avaliação é que minha família conseguiu monitorar meu roteiro e manter as autoridades policiais por parte dela sobre pressão”.

Após a sua prisão, Washington volta à Universidade, mas desiste de continuar o curso de Medicina. Após algum tempo, presta um novo vestibular para Filosofia. Em 1976, a conjuntura política começava a mudar. A militância voltava a se organizar e, entre 1977 e 1978 iniciava-se o movimento pela Anistia e o processo de organização do Partido dos Trabalhadores:

O grande movimento da época [movimento da Anistia], isso já de 77 para 78. Nós passamos mais ou menos um ano fazendo esse movimento. Mobilizou toda a universidade, professores, estudantes, parte da elite, a Igreja estava também dando apoio. (...) Na sequência continuamos nessa luta. Fundamos o PT juntos com Anísio Maia, Vanda que é irmã de Aluta [Trigueiro], Sérgio Botelho, Wanderly Farias, e Derly Pereira.

## 8.13 - ANÍSIO MAIA – AS AGRURAS DO PCR

Nascido em Alagoa Nova, Anísio Maia chegou em João Pessoa ainda criança, com apenas dois anos de idade, e foi morar no bairro de Miramar. Apesar de seu pai, ideologicamente, ser de direita, tendo apoiado o golpe de 1964 e os militares, ele, desde cedo, passou a conviver com a política de esquerda:

...o bairro de Miramar tinha uma grande concentração de pessoas de esquerda ligados ao movimento estudantil, entre eles o meu irmão que na época cursava Engenharia, e eu como secundarista, ainda muito novo, ficava acompanhando as conversas na casa do meu pai, onde ocorriam as reuniões. Lá eu via muita gente entrar e sair, ficava admirado com aquelas reuniões e comecei a observar.

Com o endurecimento do regime militar, a partir de 69, as reuniões na casa da sua família se encerraram, ao mesmo tempo em que a mobilização estudantil se retraía. Neste momento, Anísio Maia passa a pensar de que forma continuaria a atuar politicamente. Esta fase coincidiu com sua entrada no Colégio Estadual do Roger, onde ele conheceu Alberto Nunes de Oliveira, o chamado Pinguim, que o introduziu na política estudantil. Assim, ele passou a participar de reuniões do grêmio estudantil, de congresso da União Pessoaense dos Estudantes Secundaristas (UPES), e conheceu grandes lideranças dos secundaristas, como José Emilson Ribeiro da Silva, Washington Rocha, Marcos Paiva e outros. Anísio Maia relata a posição estratégica do Colégio Estadual do Roger, bairro que tinha

...uma característica, porque lá era concentração de lideranças sindicalistas combativas. Então quando os estudantes universitários tinham dificuldade pra mobilizar, davam um recado pra gente. Naquele tempo não tinha celular, mas alguém vinha comunicar que estava precisando de gente. Aí nós dizíamos: “- Deixe conosco”. De repente, nós parávamos o colégio todinho e colocávamos os estudantes na rua. Descia direto pro Lyceu. Pronto então, essa era uma das nossas participações.

Mas, nesta fase após a decretação do AI-5, em que diversos grupos de esquerda fazem a opção pela entrada na luta armada, Anísio Maia, juntamente com Alberto Nunes, buscam ingressar na luta política revolucionária e passam a procurar partidos políticos que tivessem feito esta opção. Eles são então apresentados ao Partido Comunista Revolucionário (PCR) e Anísio, assim como Francisco de Assis Cunha (Chicão) e Josenaldo Silveira, ingressam nas suas fileiras, passando a organizar o PCR na Paraíba que já contava com integrantes como Orlando Mindeiro, que posteriormente foi presidente do DCE da UFPE, e Manoel Campos, hoje auditor aposentado do Ministério do Trabalho. Para o seu ingresso no PCR, ele relata que foi importante a visita feita por sua grande liderança, Manoel Lisboa de Moura, que, pessoalmente, o atraiu para o partido. Ao contrário da imagem de um líder revolucionário como uma pessoa carrancuda e séria, Anísio Maia afirma que Manoel Lisboa de Moura

...era totalmente diferente, um cara muito alegre, adorava Raul Seixas. Ainda hoje gosto de Raul Seixas por causa dele, chegava cantando música de Raul Seixas, contava piada. Culto, conhecia muita coisa de cultura, acompanhava as notícias no mundo inteiro.

No processo de organização do partido, Anísio Maia conheceu lideranças de outros estados e passaram a fazer ações revolucionárias. A primeira delas foi a expropriação de um aparelho de mimeógrafo novo, moderno, adquirido pelo Lyceu Paraibano:

Aí nós ficamos de roubar, expropriar, digamos um termo mais apropriado, esse mimeógrafo. Conseguimos. Sem nenhuma violência. Nós começamos a mapear o horário do vigia e vimos que num dia X o vigia tomava uma e não ia trabalhar. Aí nesse dia a gente foi lá no Lyceu, arrombamos a porta e levamos o mimeógrafo. Foi um troféu pro PCR porque foi moderníssimo. Aí a partir daí vieram pegar aqui, levaram pra Recife, aí a gráfica do PCR ficou ótima. Já tinha mimeógrafo. E eu gostava muito de desenhar e fazer desenho, então eu passei a ser um dos programadores visuais do PCR.

A dificuldade para a reprodução do material de divulgação local do partido era imensa. Anísio recorda que o PCR tinha jornais em todos os estados, o que os levou a elaborar exemplares paraibanos que foram denominados apenas de “Boletim Informativo” e que eram destinados, sobretudo, aos estudantes secundaristas. Ele salienta que o teor destes boletins era extremamente radical, e que, junto a palavras de ordem denunciando a ditadura, apregoava-se o “enforcamento” de militares. Para a reprodução dos boletins, eles contavam com o auxílio de um funcionário do Centro Administrativo do Governo do Estado que era simpatizante da esquerda e que tinha acesso a um aparelho de xerox.

Outra ação revolucionária desenvolvida foi a elaboração de bombas para espalhar panfletos:

... e duas vezes organizamos essa explosão na Lagoa. Os ônibus paravam na Lagoa. Então, em cada ponto de ônibus, colocou-se uma bomba. Era muito rudimentar porque era um pavio de pólvora, você imagina, hoje em dia os caras fazem uma eletrônica. Aí explodia um monte de panfleto. (...) Porque era a ousadia, né? Primeiro era um ponto de ônibus, tempo da ditadura militar, aquilo dava um pipoco e explodia panfleto. **(Monique Cittadino):** E as pessoas pegavam realmente os panfletos? **(AM):** É, a pessoa tinha um susto, aí depois começava, um pegava, outro pegava, outro pegava. Quando a polícia chegava, já não tinha mais nenhum.

E foram as ações de panfletagem que selaram o destino do PCR na Paraíba e também em âmbito nacional. Acontece que, em uma destas ações, houve sobra de material do grupo do qual fazia parte Josenaldo. A estratégia de ação dos militantes era realizar distribuição de panfletos nos bairros, à noite, e, no dia seguinte, “o coroamento” da ação: a explosão dos panfletos bombas. Entretanto, com a sobra de material de Josenaldo, este decidiu prosseguir com a panfletagem nos bairros

... depois que explodiu os panfletos ele foi se meter a distribuir num bairro que a orientação era: “- Depois que solta os panfletos bomba todo mundo se esconde, morreu tudo, passa um bocado de tempo sem...” Aí ele disse: “- Não, sobrou isso aqui, eu vou distribuir.” Aí estava tudo ativado já, porque no tempo da repressão aqueles, tinha aquelas delegacias de polícia, tinha os comissários, que se chamavam comissários de polícia, aí eles imediatamente acionavam todo mundo. Até aqueles vigilantes se vissem alguma coisa avisassem. Foi dito e certo. Viram Josenaldo colocando panfleto debaixo das portas, que a gente fazia muito isso, prenderam ele. Foi preso por um comissário de polícia de Costa e Silva, Oitizeiro, um bairro desses, bem longe do centro.

Após sua prisão pela polícia<sup>67</sup>, Josenaldo foi entregue ao Exército e levado para o Grupamento de Engenharia, defronte de onde ocorre uma incrível coincidência: voltando de ônibus para casa, após checar os pontos de contato dos integrantes do PCR, Anísio Maia avista, no interior de duas rádios-patrolhas da polícia, Chicão e Josenaldo trazidos naquele momento para o quartel. Isto deu tempo a que Anísio avisasse outros integrantes. Quanto a Josenaldo, após recolhido ao Grupamento, foi enviado para a Polícia Federal e, em seguida, para o quartel do IV Exército, em Recife.

Eu presenciei eles entrando no Grupamento de Engenharia, mostrando que o Grupamento de Engenharia era um local onde se fazia repressão. Não sei se torturas no Grupamento de Engenharia, parece que eles evitavam torturar no Grupamento de Engenharia, era mais aquela pressão e depois mandavam pra outro canto.

Nas mãos do aparato repressivo, Josenaldo foi bastante torturado para que desse informações sobre o principal líder do PCR, Manoel Lisboa de Moura. Apesar de não saber do paradeiro de Manoel Lisboa, Josenaldo revelou tudo o que sabia a respeito do partido e de integrantes de outros estados.

...Josenaldo participou de um congresso do PCR em Recife, congresso clandestino, onde tinha gente do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas. E lá tinha um povo de Alagoas que Josenaldo contou, torturado, que tinha um povo do PCR em Alagoas, um movimento estudantil. Como esse povo era muito conhecido que lá o Diretório Central dos Estudantes era liderado pelo PCR, (...) foi fácil identificar. Aí prenderam esse pessoal. Um deles tinha um encontro com Manoel Lisboa de Moura. A partir daí chegaram a Manoel Lisboa de Moura.

Segundo Anísio Maia, na ocasião, Josenaldo tentou suicídio, enforcando-se com o cordão de tecido que circulava o colchão de palha no qual dormia. Já velho, o cordão rompeu-se e Josenaldo caiu no chão desmaiado. Provavelmente porque era menor de idade e já havia dito tudo que sabia, foi devolvido de Recife para o Juizado de Menores da Paraíba.

Quanto a Anísio Maia, teve tempo para fugir, de forma que dois dias após a prisão de Josenaldo, quando a Polícia Federal cercou seu bairro e invadiu a sua casa, ele já se encontrava foragido.

Passei uns dois dias por aqui na casa de simpatizantes, dormi um dia na casa de Tio Zé que era um militante do Partido Comunista. (...) Que era besteira, né? Que era um cara visadíssimo, né? (...) Então, fui pra Recife, fui a bordo de um Galaxy, (...) aquele carrão bem grandão, né? Era um parente meu, nosso, que a gente achou melhor isso nesse Galaxy porque era um carro fora de qualquer suspeita porque naquele tempo o cara era um empresário e o Galaxy um carro de super luxo. Aí a polícia nem ia desconfiar (...) lá, entrei em contato com o PCR e lá o PCR conseguiu um alojamento pra mim. A partir daí já fiquei ligado diretamente à organização, clandestino. Seis meses sem falar com a mãe, com o pai, com nada, porque tudo era, com medo de grampo, dessas coisas.

Na clandestinidade, abrigado pelo PCR, Anísio Maia acompanhou a queda de Manoel Lisboa de Moura, tendo sido o último militante a ter entrado em contato com ele. Os dois tinham um ponto marcado no Parque da Jaqueira, em Recife, para Anísio entregar-lhe uma caixinha que provavelmente continha alguns dólares. Anísio Conta que eles conversaram um pouco e, após a sua saída, Manoel

---

<sup>67</sup> A respeito da prisão de Josenaldo Silveira e posterior desbaratamento do PCR, vide o Capítulo 5 deste Relatório

Lisboa foi abordado e preso, sem conseguir esboçar a menor resistência. Em seguida, Anísio Maia fica sabendo da morte de Manoel Lisboa através de jornais da cidade:

PCR desbaratado em todo Nordeste, aí citava Paraíba tal, citava meu nome, aí que eu ficava nervoso mesmo. Aí tinha a foto de Manoel Lisboa, Emanuel Bezerra e o outro Amaro Luís de Carvalho. Mortos em tiroteio, aquela história de sempre, mortos em tiroteio, tal, tal, tal.

Na verdade, a morte de Manoel Lisboa havia se dado por tortura e, para sua captura, as forças repressivas pernambucanas contaram com o apoio de Fleury que veio a Recife participar pessoalmente da sua prisão:

Manoel Lisboa de Moura morreu sob tortura né, vocês já sabem a história toda, foi torturado, foi um cara muito firme, não contou nada. Do contrário, lá na pressão ele dava força pro povo, pro povo não entregar, não falar. Eu acho que alguns não aguentaram e falaram, mas ele segurou até o fim. (...) Fleury veio participar da prisão dele, (...) era tão importante, que Fleury que era o comandante da repressão policial nacional veio montar um esquema em Recife pra prender Manoel Lisboa de Moura.

Assim, com a queda de praticamente todo o PCR, após dois anos de clandestinidade em Recife, morando em diversos aparelhos e passando por sérias restrições financeiras, Anísio Maia decide voltar a João Pessoa.

A partir daí nós começamos a avaliar as coisas e vimos que eles já sabiam tudo do PCR. Eu não valia mais de nada. Tudo que eu sabia, eles sabiam. Aí então eu resolvi voltar pra João Pessoa, aconselhado pelos advogados da família...

De volta a João Pessoa, Anísio passa a responder, juntamente com Chicão e Josenaldo, a processo na Justiça Militar, sendo absolvido ao final por falta de provas. Mesmo assim, ainda voltou a ser preso duas vezes. Em uma delas, foi sequestrado em frente da sua casa, encapuzado, colocado dentro da mala de um carro e, após rodarem todo um dia, levado para a Polícia Federal.

Passei um dia num carro, capuz sem respirar, agora era uma mala pequena dessa vez. Aí bota no sol, pra você ficar desesperado mesmo, eu suei de duas, três horas no sol já asfisiado. Aí tira o carro, bota pra outro canto. Rodou por muito canto, eu fui chegar na Polícia Federal de noite, fui pego 8 horas da manhã.

Como o seu sequestro foi realizado defronte de sua casa, foi presenciado por sua irmã que, ao procurá-lo na Polícia Federal, reconheceu William Maribondo Vinagre como o agente que o sequestrou.

Maribondo Vinagre foi o que me sequestrou, que foi lá em casa e me arrastou, um cara bem forte, me puxou, botou dentro do carro. É tanto que quando chegaram na Polícia Federal minha irmã foi. Aí esse cara estava na porta da polícia lá. Aí não tá aqui não, aí minha irmã disse: “-Olhe aqui, foi ele aqui que pegou meu irmão”. Uma coincidência, estava lá. “- Foi ele, seu safado! Cadê meu irmão?” Não sei o quê, ficou logo nervosa, gritando lá pra ele (**Rodrigo Freire**): Foi Ione? (**Anísio Maia**) Foi, Ione.

Questionado a respeito de torturas sofridas nas prisões na Polícia Federal com vistas a revelar novas informações sobre o PCR, Anísio comenta não ter passado por grandes dificuldades:

No meu caso foi fácil negar porque eu não fui torturado, fui torturado apenas duas vezes na Polícia Federal, mas tortura besta. Tabefe, ficar no sol encapuzado, botar revolver assim no ouvido da gente e rodar assim, fazendo que vai atirar, e dar um tiro. Mas como eu sabia que não iam me matar, que eu já era carta fora do baralho pra eles, não servia mais pra nada. Era só pressão mesmo, pra eles descobrirem uma besteira a mais. Eu sabia a história toda, aí eu contava, entendeu? Eu contava tudo que eu poderia contar.

Contudo, Anísio Maia tomou conhecimento de torturas praticadas contra outros estudantes em João Pessoa. Francisco de Assis Nunes, o Chicão, foi torturado, assim como Alberto Nunes, que, preso no RCMEC [16º Regimento de Cavalaria Mecanizado, em Bayeux], revelou diversas informações sobre Anísio, dentre as quais a tecnologia de elaboração das bombas-panfleto. Na noite em que permaneceu na Polícia Federal, Anísio Maia também presenciou Washington Rocha saindo de uma aparente sessão de tortura:

Quando eu estava preso eu vi Washington Rocha. Washington foi torturado na Polícia Federal. Eu ouvi ele gritando, eu ouvi ele gritando. Uma noite eu estava preso lá, eu vi os gritos terríveis e depois quando eu ia saindo, Washington ia saindo também. Não sei se mostraram Washington pra me ameaçar. Washington todo vomitado, todo urinado, todo. Aí o cara disse: “- Olhe, tá vendo ali, ó?” Tá. Aí eu me lembrei os gritos e relacionei que era Washington. Eu acho até que eles botaram eu pra ver Washington que era pra eu... Washington era mais velho, mais velho do que eu, pra dizer: “- Olha, cuidado aí na vida aí, viste? Tu podes sair desse jeito.” Aí eu presenciei a saída de Washington, eu acho que foi torturado realmente de noite. No momento que eu estava lá ele estava sendo torturado.

Em 1975, Anísio Maia decide fazer vestibular para o curso de Medicina Veterinária, sendo aprovado na Universidade Rural de Recife. Ao tentar fazer a matrícula, mandaram-no se apresentar ao Departamento de Segurança da Universidade, chefiado por um militar da reserva chamado Eduardo Pandolfi. Só após passar pelo crivo deste militar, a quem assegurou que estava longe da política e que seu único interesse eram os estudos, teve sua matrícula deferida. Contudo, ao contrário do prometido ao oficial, Anísio Maia, a esta altura inocentado do primeiro processo a que respondeu, já tinha voltado a se articular com novos integrantes do PCR e, após um ano do curso, liderou a primeira greve geral da Universidade:

... quando deu um ano, greve. Eu fui logo pro DCE, comecei lá organizando com a turma. Nesse tempo o PCR já era muito maior, entendeu? (...) Aí organizamos a primeira greve geral da Rural. Era uma greve por curso de verão, aqui chamava curso de férias, né? Paramos a universidade toda, megafone na mão, tudo. (...) Aí então a Polícia Federal invadiu a universidade, (...) fomos mais uma vez processados, ainda era Lei de Segurança Nacional. Fui suspenso seis meses da universidade e perdi o semestre. Depois, nesse tempo continuamos a militância, mas menos repressão. A gente não era mais nem preso, né, era só processo, respondia processo. Foram muitos processos. Eu acho que na minha ficha deve ter uns seis.

Formado em 1979, Anísio Maia começa a exercer sua profissão em João Pessoa ao mesmo tempo em que, ainda ligado ao PCR, mas formalmente compondo no interior do Juventude do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), participa das mobilizações do final da década que o levariam a trilhar um extenso caminho político de luta pela afirmação da democracia no Brasil.

Em João Pessoa, nós criamos inclusive uns oito diretórios do setor jovem do MDB que era a forma que a gente tinha de participar da política. Então o PCR organizou, eu era o presidente do setor jovem do PMDB. Aí passei pro movimento da anistia como setor jovem do PMDB. Participamos da fundação do PT como setor jovem do PMDB, PMDB não, MDB, né. Na época a gente defendia fundar o Partido Popular e terminou virando PT. Fizemos muitas mobilizações, participamos de várias greves do movimento estudantil aqui na época já, na Escola Técnica. Participamos de muitas passeatas, diversos movimentos, reforma agrária. O setor jovem do MDB era muito ativo, participava de todas essas coisas. Camucim, Coqueirinho<sup>68</sup> e tudo que era dessas mobilizações a gente participava através do setor jovem do MDB. Depois acabou pra entrar, fundando o PT um ano depois. A luta da anistia, Diretas Já, já tinha todas essas coisas.

## 8.14 - HEITOR CABRAL – UMA VISÃO PROGRESSISTA NO GOVERNO DO ESTADO

O economista Heitor Cabral nasceu em 1939, em uma João Pessoa que, nas suas palavras, tinha apenas 10% da população atual, quase não possuía escolas de nível superior e cujas instituições eram de reduzidas dimensões. A sua geração era outra:

Esta universidade não existia<sup>69</sup>, aliás, não existia quase nenhuma escola superior na Paraíba nessa época. No início da década de 1940, a Faculdade de Direito foi criada no final da década de 40, a Faculdade de Economia em meados da década, e praticamente só. Não existia o curso de Engenharia, o curso de professores é bastante antigo, o curso de História também surgiu nessa época, de forma que eu sou praticamente de outra geração; as minhas origens são outras.

Começou a trabalhar muito jovem, com 18 anos de idade, no Jornal A União, órgão do Estado, e logo assumiu a Chefia de Gabinete do então governador, Pedro Gondim, substituindo o jornalista Hélio Zenaide, tornando-se também responsável pela assessoria de imprensa daquele Jornal.

Naquele momento, o governo Pedro Gondim buscava implantar um novo conceito na administração pública, a ideia de desenvolvimento econômico, vinculando-se, para isto, com o economista Ronald Queiroz.

Logo, logo, ele [Pedro Gondim] se irmanou com um colega mais velho do que nós, o Doutor Ronald de Queiroz e passou a estruturar o sistema de planejamento, as diretrizes do desenvolvimento econômico da Paraíba. Essa expressão Desenvolvimento Econômico nem se usava, nem sequer usava. Foi usava pela primeira vez quando na criação do Banco do Nordeste, em 1953. Foi quando eu ouvi falar em Desenvolvimento Econômico. E já seis anos depois, Pedro Gondim assumiu o governo e criou uma estrutura de Desenvolvimento Econômico na Paraíba...

<sup>68</sup> Locais onde, na década de 1970, ocorreram importantes conflitos agrários na zona da mata paraibana.

<sup>69</sup> Nesta passagem, Heitor Cabral refere-se ao *campus* I da UFPB, onde foi realizada sua oitiva.

Além de Ronald Queiroz, Pedro Gondim atraiu diversos jovens profissionais, montando uma pequena equipe de cerca de dez integrantes, que constituiu o núcleo do Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED). Neste pequeno grupo figurava o próprio Heitor Cabral, que destaca quatro grandes projetos realizados pelo CED: a criação das duas grandes empresas estaduais de eletrificação, a Eletro Cariri, em Campina Grande, e a Saelpa (Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba)<sup>70</sup>, sediada na capital; a criação da CAGEPA (Companhia de Água e Esgotos da Paraíba), a idealização do primeiro programa de habitação popular do estado, que originou, posteriormente, a CEHAP (Companhia de Habitação Popular) e a criação dos Distritos Industriais de Campina Grande e de João Pessoa, fundamentais para a perspectiva de industrialização do estado.

Heitor Cabral apresenta como se deu a montagem do CED:

Pedro Gondim resolveu criar um órgão de desenvolvimento e deslocou ele [Ronald Queiroz] da Casa Civil do governador para um órgão que já existia mas nunca funcionou, o CED (Conselho Estadual de Desenvolvimento). O Ronald ficou com as mãos na cabeça porque não havia técnicos na Paraíba pra cuidar desses assuntos. Planejamento setorial, planejamento global, não havia. Então ele começou a catar uns meninos que pareciam inteligentes. Um deles foi o marido dela [Marlene Almeida], Antonio Augusto de Almeida, que veio de Pernambuco, da Escola de Engenharia de Pernambuco. Outro fui eu, outro foi o Dr. Guilherme Rabay e mais uns quatro ou cinco.

Contando, basicamente com a experiência preliminar de Ronald Queiroz e com o dinamismo da jovem equipe, Heitor Cabral destaca o papel fundamental exercido pela SUDENE que, com seu apoio pessoal e assessoria técnica, possibilitou o êxito dos trabalhos do CED.

Mas o que acontece é o seguinte: nós contamos com duas coisas importantes, uma era a experiência preliminar pregressa de Dr Ronald Queiroz (...) e outra foi do pessoal da SUDENE. (...) a situação era essa. Então não havia... Havia engenheiros civis, havia advogados, muitos advogados bons, mas economistas, planejadores, historiadores também não tinha não. De forma que era uma situação muito difícil, mas com o apoio do pessoal da SUDENE (...) Outra coisa, Celso Furtado era paraibano e logo, logo, ele passou a prestigiar e privilegiar as coisas que diziam respeito a Paraíba, que era o Estado que tinha e ainda hoje tem a maior percentagem semiárida do Nordeste...

Outra importante iniciativa governamental no campo dos avanços sociais, e que permaneceu vinculada ao CED, foi a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), criada pelo governo do estado e inspirada nos preceitos educacionais de Paulo Freire. Como Pedro Gondim temia que a Assembleia Legislativa vetasse a lei que formalmente criava o órgão, seus funcionários ficaram lotados no CED:

**(Rodrigo Freire):** Então os funcionários da CEPLAR estavam lotados no Conselho Estadual de Desenvolvimento? **(Heitor Cabral):** A folha de pagamento da CEPLAR ainda era. A CEPLAR já havia sido institucionalizada, mas Pedro Gondim temia que a Assembleia Legislativa não aprovasse a lei de criação da CEPLAR, aí nós ficamos adiando, esperando bom tempo, bom tempo esse que não veio.

---

<sup>70</sup> Na verdade, no início dos anos 60 existiam duas empresas de eletrificação na Paraíba: a Companhia Distribuidora de Eletricidade do Brejo Paraibano (CODEBRO) e a Sociedade de Economia Mista Eletro Cariri S/A (ELETROCARIRI). No governo de Pedro Gondim, em fevereiro de 1964, ocorre a fusão destas duas empresas com a criação da Sociedade de Eletrificação da Paraíba (SAELPA). Cf. PAES, Marcelo Renato de Cerqueira. *Do azeite de mamona à eletricidade. Anotações para uma história da energia elétrica na Paraíba*. 2a ed. João Pessoa: SAELPA/Fundação Casa de José Américo, 1994. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000114.pdf>. Acesso em 15/08/2017.

A história institucional da CEPLAR é um bom exemplo das ambiguidades e contradições existentes no interior do governo Pedro Gondim, que, por um lado, abrigava um setor progressista e modernizador (o CED), por outro, garantia espaços para os setores mais conservadores da política local, no caso, a Secretaria de Educação, que se negava a albergar os projetos e o pessoal da CEPLAR:

**(Marlene Almeida):** A CEPLAR era ligada diretamente ao Conselho de Desenvolvimento? **(Heitor Cabral):** Era. **(Marlene Almeida):** Não era à Secretaria de Educação? **(Heitor Cabral):** Não, não tinha nada que ver com a Secretaria de Educação e não queria saber dela. A Secretaria de Educação era dirigida na época por pessoas muito conservadoras e não queria saber dessa história de educação popular, não queria.

No momento do golpe de 1964, Heitor Cabral destaca a radicalidade com que a CEPLAR foi atingida: dos 174 funcionários demitidos do Conselho Estadual de Desenvolvimento, 170 eram integrantes da CEPLAR. Contudo, o próprio CED também não saiu ileso da perseguição que se implementou, a começar pela substituição de Ronald Queiroz pelo economista Jeová Mesquita:

**(Monique Cittadino):** E o restante dos integrantes do Conselho? Em 64, o senhor falou que esse número de demissões atinge fundamentalmente a CEPLAR. Isso acaba com a CEPLAR, inclusive foi invadida, documentação confiscada... E o restante dos integrantes do Conselho? Vão ter algum tipo de represália, serão demitidos? Como é que fica atuação de vocês dentro do Conselho a partir do golpe? **(Heitor Cabral):** Marlene tá me trazendo aqui uma portaria de 16 de abril de 1964, ela estava me devendo isso a um bocado de tempo. O Secretário Executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento era outro, era uma figura aí que morreu querendo fazer as pazes comigo e foi a única vez na vida em que eu não fiz as pazes com uma pessoa foi esse cabra, Jeová Mesquita.

A portaria a qual Heitor Cabral se refere, assinada pelo novo Secretário Executivo do CED, Jeová Mesquita, era o documento responsável pela demissão de quatro dos profissionais integrantes do órgão, as primeiras cabeças a serem decepadas:

“Resolve dispensar, tendo em vista ordens superiores, os serviços profissionais das pessoas abaixo relacionadas que até hoje prestaram sua colaboração a este órgão: Adalberto de Araújo Barreto, Heitor Cabral da Silva, Antonio Augusto de Almeida e José Anísio Correa Maia.” Aqui temos: um, dois, três, quatro. Nós fomos os primeiros a entrar na lista de cassações. (...) É... Fomos os primeiros. Parece que a gente era os cabeças da história, não é, Marlene?

## 8.15 - ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA – JOÃO PESSOA RESSIGNIFICOU A SUA VIDA

Nascida em Lavras, sul de Minas Gerais, em 1944, Eleonora Menicucci de Oliveira, futura ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres na presidência de Dilma Rousseff, morou quase uma década em João Pessoa, entre 1978 e 1984, período em que redefiniu sua vida em termos pessoais e profissionais. Mas, para entender essa trajetória, devemos recuar à década de 1960, quando ela deixou sua cidade natal e seguiu para Belo Horizonte para cursar a universidade em 1964.

Neste ano, ela prestou vestibular para dois cursos, Sociologia e Medicina. Oriunda de uma família bastante politizada, vinculada às forças políticas progressistas do país (João Goulart, general Henrique Teixeira Lott, Juscelino Kubitschek), imediatamente ela vincula-se ao Partido Comunista Brasileiro, tornando-se uma importante liderança no movimento estudantil universitário mineiro. À medida em que os Atos Institucionais iam sendo decretados e que a ditadura militar ia se radicalizando, Eleonora Menicucci tornava-se mais conhecida do aparato repressor, respondendo a diversos processos e colecionando diversas prisões pelas suas participações em passeatas e movimentos contestatórios. O fato de ser a única mulher em um conjunto de 14 principais lideranças fazia dela um alvo muito cobiçado pelas forças militares: “Eram catorze lideranças e eu a única mulher. Então, eles tinham uma gana violenta em mim.”

Com os “rachas” que atingiram o PCB em 1967, Eleonora Menicucci deixa o Partido indo inicialmente para a Corrente (Corrente Revolucionária de Minas Gerais), passando em seguida um breve período na POLOP (Política Operária), para, finalmente, integrar o POC (Partido Operário Comunista), de linha trotskista com influência de Ernest Mandel. Segundo Eleonora, apesar de adepto da luta armada, o POC tinha uma ação muito forte junto às massas, de forma que ela passou a morar e atuar politicamente na área industrial de Belo Horizonte. Com a decretação do AI-5, em dezembro de 1968, ela entrou na clandestinidade, interrompendo os dois cursos universitários e mudando-se para São Paulo com seu companheiro, Ricardo Prata Soares, grávida de sua primeira filha. Morando em Santo André, uma das cidades industriais vizinhas a capital, Eleonora Menicucci continuou sua militância, o que a levou a ser presa em 1971.

Morava em Santo André, no ABC. Trabalhando com operários e operárias, trabalhadores e trabalhadoras. Aí ela nasceu [sua filha] e a clandestinidade foi ficando cada vez mais pesada, e em 71 eu fui presa. Dia 11 de julho, eu tenho uma coisa, se é 11 de junho ou 11 de julho, mas eu tenho certeza que é, acho que foi julho, foi julho porque fazia muito frio em São Paulo. Eu fui presa e ela ficou, a minha filha de um ano e dez meses ficou sob a “guarda” do Segundo Exército, mas com uma, a minha cunhada cuidando dela. Então, mas qualquer hora, se eles quisessem, eles poderiam fazer alguma coisa com ela. E me ameaçavam de manhã, de tarde e de noite que iam matá-la, que iam torturá-la, que iam arrebentar. E o meu ex-companheiro também foi preso.

Presa, foi levada ao DOI-CODI, onde permaneceu por 72 dias de forma clandestina, sofrendo torturas e abusos e presenciando as torturas cometidas contra outros presos políticos. Após estes 72 dias, foi levada à DOPS, onde sua prisão seria oficializada.

**(Rodrigo Freire)** Você vai pro DOI-CODI? **(Eleonora Menicucci)** DOI-CODI. Eu vou pro DOI-CODI. Fico até 72 dias sob tortura no DOI-CODI e depois fui pro DOPS, onde a gente, onde os presos e as presas fazem o tal do “cartório”. O que é que é isso? Você passa a ser jurídica e legalmente presa. **(Monique Cittadino)** Existente. **(Eleonora Menicucci)** Até então eu não existia. **(Rodrigo Freire)** Depois de quantos dias? **(Monique Cittadino)** 72. **(Eleonora Menicucci)** 72 de tortura, ora menos, ora mais. E eu sou testemunha do assassinato de um companheiro nosso, Luis Eduardo da Rocha Merlino<sup>71</sup>, que quem matou foi o Ustra, que quem mandou matar. Nós estava-

---

<sup>71</sup> Jornalista e estudante de História da Universidade de São Paulo, o paulista Merlino era integrante do Partido Operário Comunista (POC) e, em 1971, aos 23 anos, foi preso pela Operação OBAN, no DOI-CODI da rua Tutóia, sendo submetido durante 24 horas a severa sessão de torturas. Em seguida, foi abandonado em uma cela na companhia do

mos sendo torturados na mesma sala, e o Ustra, Carlos Alberto Brilhante Ustra, que o deputado Bolsonaro dedicou o voto dele naquela noite tenebrosa na Câmara, o voto dele pelo impeachment ele dedicou ao Ustra.

Eleonora Menicucci permaneceu na cadeia até outubro de 1974, quando voltou para Belo Horizonte, passando a morar com a mãe que, nesta ocasião, cuidava da sua filha. Neste momento voltou à Universidade, concluindo o curso de Sociologia. Em 1978, já separada do seu marido e mãe do segundo filho, Eleonora decide que precisava mudar-se da cidade:

...mas, na realidade eu não queria ficar em Belo Horizonte porque eu precisava, é aí que chega o momento, eu precisava de um lugar bem longe pra eu reconstruir minha vida. Não a partir do meu passado, mas olhando pelo retrovisor, pelo que eu fiz, pra não esquecer, mas pra que isso não se repetisse jamais.

Ela procurou então Frei Betto<sup>72</sup>, seu amigo e amigo da família, em busca de uma diocese onde pudesse trabalhar com mulheres rurais. Afinal de contas, a sua experiência na cadeia a despertou para a importância da questão feminista a partir do que chamou de “concepção machista da tortura”:

...eu saí da cadeia e a primeira coisa que eu fiz foi tentar procurar, buscar algumas mulheres feministas, porque na tortura eu me descobri feminista. Porque, uma jovem, mãe, é... eles usaram todas as estratégias de tortura pra me tombar, me quebrar como mãe. (**Monique Cittadino**) Como mãe e mulher. (EM) E mulher, mas o fato de eu ter uma filha, eles faziam ameaças de tortura e psicologicamente é uma tortura só pra mim, não faziam pro pai dela. Porque [esta é] a concepção machista da tortura...

Uma das alternativas dadas por Frei Betto para Eleonora foi a diocese de João Pessoa, sob comando do bispo Dom José Maria Pires. A respeito da importância de “Dom Pelé”<sup>73</sup> para a sua vida e para os trabalhos que desenvolveria junto às comunidades rurais, ela é categórica:

É... ele me acolheu da forma mais solidária e mais companheira que eu poderia ter sido acolhida e abriu a diocese. Abrir a diocese significa abrir para além do Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Ele abriu as portas para mim, para Alagamar e Alagoa Grande. Ele abriu as portas do trabalho na área rural pra mim, ele que me introduziu. Então, e Centremar<sup>74</sup> eu fiquei um tempo lá por determinação dele, sem pagar. Então, é... Dom José é um homem de convicções e um homem de lado, ele tem lado, mesmo que ele depois que saiu daqui, ele tenha se recatado mais, ele nunca mudou de lado, em hipótese alguma, então é... a minha vida aqui em João Pessoa não teria sido tão intensa se eu não tivesse tido o apoio que eu tive de Dom José Maria Pires.

---

mineiro Guido Rocha, sofrendo de fortes dores nas pernas, resultantes de gangrena em função do longo tempo em que esteve no pau de arara. Levado para o Hospital Geral do Exército, veio a falecer. A causa mortis constante no seu atestado de óbito foi atropelamento. Contudo, além de Guido Rocha, outros presos como Eleonora Menicucci, Ricardo Prata Soares e Lauriberto Junqueira Filho, são testemunhas das reais condições de sua morte. Cf. <http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoa.php?id=138&m=3>. Acesso em 07/04/2019

72 Carlos Alberto Libânio Christo, frade dominicano nascido em Belo Horizonte, jornalista e escritor, esteve preso durante a ditadura militar entre os anos de 1969 e 1973. Após sair da prisão, trabalhou na diocese do Espírito Santo até o final dos anos 70, quando foi para São Paulo trabalhar na Pastoral Operária em São Bernardo do Campo. Foi coordenador do Programa Fome Zero do governo Lula e recebeu inúmeros prêmios por suas publicações e por sua atuação em defesa dos direitos humanos. Cf. FREI Betto. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa260488/frei-betto>>. Acesso em: 08 de Abr. 2019.

73 Nome carinhoso com que Dom José Maria Pires é conhecido desde que foi ordenado bispo em 1957.

74 Centro de Treinamento do Miramar, seminário mantido pela Arquidiocese da Paraíba.

Assim, além de contar com o apoio de Dom José, Eleonora encontrou-se aqui em João Pessoa com o advogado Vanderley Caixe, militante comunista e ex-companheiro de prisão, que a convidou a participar do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba (CDDH), o primeiro do gênero criado no país por iniciativa de Dom José e coordenado por Caixe. Ela também começa a dar aulas em algumas faculdades privadas e, em seguida, por volta de 1979, ingressa na UFPB como professora colaboradora, o que era permitido à época. Em 1981, iniciou o mestrado em Ciências Sociais na UFPB<sup>75</sup>, na linha de Sociologia do Trabalho, e, em seguida, quando o MEC autoriza a realização de concurso público para ingresso como efetivo dos professores colaboradores, ela se inscreve, sendo aprovada.

Ao mesmo tempo, começou a trabalhar com camponeses das áreas de Alagamar e do município de Alagoa Grande, bem como com mulheres da favela Beira Rio (atual bairro de São José), que passava por um processo de reurbanização. Assim, ela conseguiu associar seu trabalho acadêmico na UFPB à atuação junto aos movimentos sociais, em especial aos movimentos feministas e às pautas de gênero. Na ocasião, participou da criação do primeiro grupo feminista de João Pessoa, o “Maria Mulher”.

Mas eu fazia ponte com os movimentos sociais. E outro momento muito importante também aqui, na minha história de vida aqui, além de ajudar a criar ou fazer parte do grupo que criou o Maria Mulher, que era Lourdes Bandeira, eu, a Joselita e a dos Anjos e a Sandra da comunicação. (...)É, e o fato de eu trabalhar não só, não se chamava gênero, com o feminismo, eu também puxei pra mim, pra dentro da universidade, temas não muito “nobres”: LGBT, racismo, sexualidade, a questão do aborto.

Além disso, a atuação política continuava em sua agenda, simultaneamente às suas preocupações com a organização do movimento feminista, de forma que, em 1979, participou da criação do Comitê Feminino pela Anistia, do qual participaram outras militantes como as professoras Rosa Godoy, Joana Neves e Joselita Vieira; Ayala Rocha, companheira de Vanderley Caixe; e as militantes Dos Anjos e Socorro, líder da favela da Beira Rio. Contando com o apoio de Dom José Maria Pires e do bispo de Guarabira, Dom Marcelo Pinto Carvalheira, o Comitê se reunia nas dependências da Arquidiocese. Mais uma vez, Eleonora Menicucci destaca a importância da atuação destes bispos em um período tão difícil da nossa história recente:

**(Eleonora Menicucci)** Foi fundamental, é isso que é a marca dele [de Dom José]. A marca dele e de Dom Marcelo era essa, não tenho a menor dúvida, a menor dúvida. A Paraíba deve muito ao Dom José porque ele enfrentou a direita latifundiária desse estado como ninguém. Ele aceitar dois ex-presos políticos, considerados terroristas [ela própria e Caixe]. **(Rodrigo Freire)** Assessorando ele. **(Eleonora Menicucci)** Assessorando ele, é ter muita coragem, né? É ter muita convicção, muita, muita convicção mesmo!

A intersecção entre a pauta política e a militância feminista também é enfatizada por Eleonora ao ser indagada a respeito da sua participação na fundação do Partido dos Trabalhadores na Paraíba.

---

<sup>75</sup> Atualmente Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPB).

Neste ponto ela destaca o seu envolvimento na criação do partido e as dificuldades de inclusão das temáticas feministas nas discussões e nos programas partidários, o que persiste, na sua avaliação, ainda nos dias de hoje:

(**Rodrigo Freire**) Me diga uma coisa, e a fundação do PT, você participa? (**Eleonora Menicucci**) Eu participo, da fundação. (**Rodrigo Freire**) Aqui em João Pessoa? (**Eleonora Menicucci**) Sim, aqui em João Pessoa. E num momento que era muito difícil participar da formação de um partido com os paradigmas do Partido dos Trabalhadores e Trabalhadoras. Mas, porque eu era muito autônoma dentro do movimento feminista, e o PT teve muita resistência em incorporar as pautas feministas, incorporou hoje, mas não coloca em prática ainda e são pautas avançadíssimas, da descriminalização do aborto, da “meu corpo me pertence”. Ele encampou muito, ele encampou a descriminalização do aborto, mas encampou no seu estatuto, né? Encampou a paridade de gênero, de raça e de juventude e LGBT.

A busca pela organização do movimento feminista em João Pessoa foi incrementada com os episódios do assassinato da poetisa Violeta Formiga por seu ex-marido, Antônio Olímpio Rosado Maia<sup>76</sup>, e de outras mulheres, fazendo com que Eleonora Menicucci liderasse movimentos como o “Quem Ama não Mata” e “O Silêncio é Cúmplice da Violência”. Ainda, tais crimes fizeram com que ela levasse para dentro da Universidade o estudo da temática da violência contra as mulheres. Outro caso de que Eleonora se recorda e que envolveu um feminicídio foi o da líder sindical na área de Alagoa Grande, Margarida Maria Alves, primeira mulher a assumir a presidência de um sindicato de trabalhadores rurais naquele município, assassinada em 1983 com um tiro de escopeta no rosto.<sup>77</sup>

O assassinato de Margarida Maria Alves é... eu imediatamente que soube, eu fui pra lá, pra Alagoa Grande. (**Rodrigo Freire**) Você convivia com ela? Atuava naquela área? (**Eleonora Menicucci**) Direto, direto, direto. Eu fui pra lá, eu lembro muito do Ricardo [Coutinho], na época o governador daqui é...<sup>78</sup>. Foi uma comoção e veio Lula, veio. E foi uma violência que... que tomou conta do Brasil... E a universidade participou muito efetivamente é... no período de denúncia sobre o assassinato de Margarida.

Essa ampla pauta adotada por Eleonora Menicucci em defesa de setores excluídos e marginalizados incomodou profundamente a conservadora e autoritária sociedade paraibana de então, trazendo consequências para a vida da militante que se tornou alvo de um atentado.

Que é que fez o latifúndio? Botou fogo na minha casa. (...) É, eu estava em Olinda e numa [viagem] com meus dois filhos. Eu tinha um fusca e vim com o Julião [Francisco Julião]<sup>79</sup>. Eu trouxe o Julião pra gente fazer algumas reuniões aqui sobre a questão do latifúndio. É... quem me odiava mais aqui eram os latifundiários e eu cheguei na esquina da rua Nego, onde eu morava, estava fechado, minha casa estava incendiada. Foi à noite, eles puseram uma bomba no quarto do meu filho.

76 A respeito, confira OLIVEIRA, Rayana Benício de. O assassinato de Violeta Formiga: a imprensa e a atuação do movimento feminista paraibano. 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9574>. Acesso em 08/04/2019

77 Segundo a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves (FDDHMMA), vinculada a Arquidiocese da Paraíba, os principais acusados de serem os mandantes do crime foram Aginaldo Veloso Borges, também mandante do assassinato do camponês João Pedro Teixeira na década de 1960, e seu genro, José Buarque de Gusmão Neto, conhecido como Zito Buarque. Cf. <https://www.fundacaomargaridaalves.org.br/homenagens/>. Acesso em 08/04/2019.

78 Ricardo Coutinho, a quem Eleonora se refere, foi governador da Paraíba entre os anos de 2011 a 2018. Na época do assassinato de Margarida Alves, o governador do Estado era Wilson Braga, do Partido Democrático Social.

79 Trata-se do advogado e líder das Ligas Camponesas de Pernambuco na década de 1950 e 1960.

Segundo Eleonora, apesar do episódio ter sido apurado, em um processo em que Vanderley Caixe atuou como seu advogado e que recebeu apoio do Reitor da UFPB, Berilo Ramos Borba, e do governador do estado, Tarcísio Burity, os mandantes nunca foram denunciados pois no momento em que seus nomes estavam para ser anunciados, “ordens superiores” determinaram que o caso fosse abafado.

Em 1984, Eleonora Menicucci voltou a São Paulo para cursar o doutorado em Ciência Política, curso que concluiria em 1990. Ao longo deste período, voltou a morar em João Pessoa e também em Recife. Em 1990, mudou-se definitivamente para a capital paulista. Mas, para ela, “...João Pessoa foi... eu digo que João Pessoa de 78 a 84 foram anos fundamentais na minha vida e no meu reencontro comigo mesma”. Sobre as memórias que traz de todo este período, ela afirma:

E se você olha para o retrovisor, como disse Walter Benjamin, olhar o passado nos serve para quê? Para não deixarmos esquecer, cair no esquecimento, que um passado que é presente, mas ele não pode também, é, interditar a pessoa, paralisar a pessoa, é olhar o passado para que aquilo não se repita mais e para você olhar para o futuro.



# CAPÍTULO 9

## RECOMENDAÇÕES

A Comissão Municipal da Verdade apresenta como contribuição à sociedade de João Pessoa as seguintes recomendações, que podem ser contempladas pelos poderes legislativo e executivo municipais, bem como pelos conselhos de direitos e de políticas públicas.

### 9.1 ALTERAÇÕES DE NOMES DE LOGRADOUROS PÚBLICOS

No exercício das suas atribuições legais, esta CMV identificou que os seguintes logradouros públicos de João Pessoa fazem referência a personalidades detentoras de “responsabilidade político-institucional pela instituição e manutenção de estruturas e procedimentos destinados à prática de graves violações de direitos humanos”<sup>1</sup> durante a ditadura militar:

Avenida General Aurélio de Lyra Tavares

Avenida Presidente Castelo Branco

Praça Marechal Castelo Branco

Rua Presidente Médici

Rua Presidente Ranieri Mazzilli<sup>2</sup>

Travessa Presidente Castelo Branco

#### **Bairros:**

Castelo Branco

Costa e Silva

Ernesto Geisel

#### **Loteamento:**

Presidente Médici

Para a alteração dos nomes dos locais acima listados, esta CMV recomenda que os poderes Executivo e Legislativo municipais realizem audiências públicas, reuniões e debates com as comuni-

<sup>1</sup> Segundo os termos do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014a, p. 844).

<sup>2</sup> Pascoal Ranieri Mazilli (PSD-SP) era presidente da Câmara dos Deputados na ocasião do golpe civil-militar de 1964. Após a Presidência da República ser declarada vaga pelo presidente do Senado, Auro de Moura Andrade – em ato ilegal, pois o presidente constitucional, João Goulart, ainda se encontrava em território nacional – Ranieri Mazilli assumiu interinamente o cargo, em 02 de abril de 1964, legitimando a quebra da ordem constitucional. Posteriormente, Castelo Branco foi eleito indiretamente, pelo Congresso Nacional, como Presidente da República, recebendo o cargo das mãos de Ranieri Mazzilli em 15 de abril de 1964. Nas eleições de 1966, Ranieri Mazzilli não logrou a reeleição, e não veio mais a ocupar nenhum cargo eletivo até seu falecimento, em 1975. Embora não seja atribuída a Mazzilli nenhuma grave violação de direitos humanos, o fato de ele ter tido um papel decisivo para o rompimento da ordem constitucional e a instalação do autoritarismo em 1964, justifica a presença do seu nome nesta lista. Segundo informações do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB/CPDOC/FGV). Disponível na internet no site <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/pascoal-ranieri-mazzilli>. Consultado em 22 de maio de 2019.

dades afetadas pelas mudanças, visando a realização de um trabalho educativo, que aponte para o significado destas mudanças, relacionando-as com a construção de uma nova identidade para a cidade, vinculada a uma cultura democrática e de afirmação dos direitos humanos.

Entre as Escolas Municipais de João Pessoa, nenhuma é nomeada com personalidades vinculadas às graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar. Contudo, em 2019 foi inaugurada uma escola de tempo integral que homenageia o advogado e político Joacil de Brito Pereira, que foi um dos principais articuladores civis do Golpe de 1964 na Paraíba. Ao mesmo tempo, diversas escolas municipais referenciam nomes de personalidades vinculadas à afirmação histórica dos direitos humanos no Brasil, tais como Dom Hélder Câmara, Dom José Maria Pires, Dom Marcelo Pinto Carvalheira, Paulo Freire e Anísio Teixeira, além do economista Celso Monteiro Furtado (nascido em Pombal-PB) e do deputado estadual (pelo PCB) e desembargador João Santa Cruz de Oliveira, que foi preso político em João Pessoa em 1935 e em 1964. Já na rede estadual de ensino, duas escolas localizadas em João Pessoa, que originalmente eram batizadas com nomes de generais-presidentes da ditadura, foram recentemente renomeadas em homenagem a vítimas do arbítrio: a “Escola Estadual Presidente Médici”, que passou a se chamar “Escola Estadual Presidente João Goulart”, e a “Escola Estadual Presidente Costa e Silva”, atualmente denominada “Escola Estadual Manoel Lisboa de Moura”. Tais práticas são consideradas positivas por esta CMV, por promover uma memória histórica associada à construção da democracia e dos direitos humanos.

Assim, nos termos das atribuições que lhe foram consignadas pela Lei 12.633/2013, esta CMV apresenta uma lista de nomes de personalidades cujas trajetórias também estão historicamente vinculadas à defesa da democracia e dos direitos humanos no Brasil, e em João Pessoa em particular, ou que foram vítimas dos atos de arbítrio praticados pela ditadura militar. Esta CMV recomenda que tais nomes, todos de pessoas já falecidas, possam vir a denominar logradouros públicos e bairros em João Pessoa, particularmente substituindo os supra-listados que homenageiam violadores de direitos humanos:

- Presidente João Goulart
- Arcebispo Dom José Maria Pires
- Bancário Boanerges Timóteo de Souza
- Vereador Antônio Augusto Arroxelas
- Vereador José Gomes da Silva
- Dentista Leonardo Moreira Leal
- Jornalista Jório Machado
- Bancário Luiz Hugo Guimarães
- Advogado Bento da Gama Batista
- Camponês João Alfredo Dias
- Ex-Combatente Manoel Alves Pereira

- Reitor Mário Moacir Porto
- Padre Juarez Benício Xavier
- Advogado Nizi Marinheiro
- Advogado Vanderley Caixe
- Vice-Almirante Cândido da Costa Aragão

## 9.2 – POLÍTICA ARQUIVÍSTICA

- Na pesquisa realizada por esta CMV nos acervos sobre a ditadura militar, recolhidos e disponibilizados à pesquisa no Arquivo Nacional, foram encontrados documentos produzidos pelo 15-RI, pelo Primeiro Grupamento de Engenharia e Construção, pela Polícia Federal, pelas polícias civil e militar e pela Secretaria de Segurança Pública do estado da Paraíba, pelo SNI, principalmente através do seu escritório de João Pessoa, e por diversas Assessorias de Segurança e Informação (ASI) de órgãos públicos, como a SAELPA, a TELPA e a UFPB. Da mesma forma, em pesquisa realizada no Arquivo Central da UFF (Niterói-RJ), foram encontrados documentos produzidos pela ASI da UFPB e remetidos àquela universidade fluminense. Entretanto, nenhum destes organismos civis e militares apresenta, atualmente, um acervo que disponibilize ao público o acesso aos documentos por eles produzidos durante a ditadura militar, relacionados às suas atividades de segurança, informação e repressão política. Assim, recomendamos: a) às Forças Armadas brasileiras, à Polícia Federal, às polícias civil, militar e à Secretaria de Segurança Pública do estado da Paraíba que abram e disponibilizem seus respectivos arquivos do período da ditadura militar; e b) à UFPB e às empresas Energisa e Oi (respectivamente, as adquirentes da SAELPA e da TELPA) que busquem nos seus arquivos os documentos produzidos pelas suas ASIs, e os disponibilizem ao público.

- No ano de 2015, esta CMV esteve no Arquivo Central da Prefeitura Municipal de João Pessoa, no Centro Administrativo Municipal, em Água Fria. Este arquivo é caracterizado por uma dupla realidade. No prédio do Centro Administrativo, está localizado um arquivo moderno, bem condicionado, e com instalações adequadas à conservação dos documentos e à realização de pesquisas. Entretanto, tal espaço já se encontrava com sua capacidade de armazenamento praticamente esgotada quando da visita desta CMV. Neste setor do Arquivo, estavam guardadas fichas individuais de servidores e ex-servidores municipais, bem como, plantas de imóveis de João Pessoa. Ao solicitar o acesso a documentos como o Semanário Oficial, processos e atos do Prefeito, a equipe desta CMV foi conduzida a um galpão insalubre situado fora do Centro Administrativo, sem ventilação adequada, onde os documentos estavam empilhados no chão, ou acondicionados em pastas, em estantes super-lotadas, mas sem ordenação, nem condição de pesquisa e conservação dos documentos. Merece destaque também que não foram apresentados à CMV, no Arquivo Central, nenhum documento da Prefeitura de João Pessoa relacionado às décadas de 1960 e 1970. Tal fato não apenas dificultou os trabalhos de pesquisa desta CMV, como representa uma grave falha da Prefeitura Municipal de João Pessoa, ao

longo das últimas décadas, para a preservação da sua memória institucional e da memória da cidade, configurando ainda uma afronta ao que determina a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e às normativas arquivísticas nacionais. Assim, recomendamos à Prefeitura Municipal de João Pessoa: a) a urgente recuperação e organização do acervo documental existente nas supracitadas instalações anexas ao Arquivo Central; b) a realização de uma busca em arquivos localizados em suas secretarias, autarquias, empresas etc., para tentar recuperar documentos históricos eventualmente existentes e que estejam dispersos em diferentes setores; c) a construção de um prédio específico para abrigar um Arquivo Público Municipal, com instalações adequadas à guarda e conservação da memória documental da cidade, bem como, à realização de pesquisas.

- Esta CMV esteve pela primeira vez na Câmara Municipal de João Pessoa em 2015, visitando o seu arquivo público. Na ocasião, encontrou um arquivo bem organizado, muito embora instalado em um espaço diminuto, contando com sua documentação preservada e encadernada em livros desde a década de 1940, após a democratização do país. Tais documentos foram fundamentais para a realização da pesquisa referente à atuação da Câmara Municipal de João Pessoa diante do golpe de 1964, exposta neste relatório no seu Capítulo 4, e se constituem como um importante patrimônio público relacionado à memória da cidade de João Pessoa, em particular, ao seu Poder Legislativo. Durante vários meses entre os anos de 2015 e 2016, esta CMV esteve trabalhando neste importante acervo municipal. Entretanto, ainda em 2016, as pesquisas foram interrompidas porque os livros contendo a documentação foram enviados pela Câmara Municipal para um processo de digitalização, realizado por uma empresa contratada pela própria Câmara, mediante licitação pública. Após o retorno desse material, a equipe de pesquisa desta CMV constatou que a encadernação original de diversos livros foi desfeita, suas páginas estavam soltas e algumas fora de ordem. Nesse processo, muitos documentos findaram danificados. Um detalhe merece ser destacado: originalmente, as páginas que compunham as atas não eram numeradas, de forma que, ao serem retiradas de ordem, tornou-se praticamente impossível recuperar sua sequência correta, o que dificultará futuras pesquisas nos documentos físicos. Quanto ao acervo digitalizado a que tivemos acesso, percebemos que a ordem dos documentos estava mantida. A iniciativa de digitalização é louvável, haja vista possibilitar não apenas a preservação da memória, como facilitar o acesso a pesquisadores e ao conjunto da sociedade. Entretanto, não se justifica que, a preço da digitalização, se danifiquem os documentos físicos, que até então vinham sendo bem cuidados. O fato de as informações estarem digitalizadas não justifica o descaso com os documentos históricos no suporte de papel, que se constituem um patrimônio nacional. Assim, recomendamos à Câmara Municipal de João Pessoa: a) a restauração das encadernações originais dos diversos livros que foram danificados no processo de digitalização; b) a imediata publicação no seu sítio na internet dos documentos digitalizados; e c) a transferência do arquivo para um espaço físico mais amplo e com melhores condições para a guarda e conservação dos documentos, bem como, para o acesso aos pesquisadores e ao conjunto da sociedade.

### 9.3 – LUGARES DE MEMÓRIA

A existência de espaços para a preservação da memória relacionada com a prática de violências e arbítrios pelo aparato repressivo estatal da ditadura militar, bem como relacionados à resistência oferecida por segmentos da cidadania ao autoritarismo, é fundamental para o fortalecimento da democracia, promovendo uma cultura de respeito aos direitos humanos. Assim, recomendamos à Prefeitura Municipal de João Pessoa:

- Manter ativo no portal da Prefeitura Municipal de João Pessoa na internet um sítio permanente para esta CMV, que disponibilize o seu Relatório Final, seu histórico e a documentação por ela produzida.

- Construir um Memorial da Democracia, que abrigue o acervo produzido por esta CMV, bem como outros eventuais acervos sobre a ditadura militar, e que desenvolva políticas de promoção da Verdade, da Memória, da Justiça e dos Direitos Humanos em João Pessoa.

- Criar uma política municipal para a identificação de “lugares de memória” em João Pessoa, através da fixação de placas e/ou monumentos, em prédios públicos e privados que tenham sido utilizados, durante a ditadura militar, para atividades de repressão política, assim como de resistência.

- Elaborar uma cartografia dos lugares de repressão política e de resistência em João Pessoa, a ser publicada em um sítio na internet.

### 9.4 - EDUCAÇÃO E CULTURA PARA O “NUNCA MAIS” E A PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA

Para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva, é fundamental o conhecimento da sua história e a difusão de valores relacionados com a paz, a liberdade e aos demais direitos da cidadania, originalmente afirmados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e incorporados à Constituição Federal de 1988. Neste sentido, a Educação para os Direitos Humanos, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/1996) e nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução nº 1, de 30 de Maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação), é uma tarefa primordial para a consecução desse objetivo. Assim, recomendamos à Prefeitura Municipal de João Pessoa:

- Promover atividades educativas e culturais relacionadas com o tema da Memória, da Verdade e da Justiça sobre a ditadura militar, através de ações como a edição de livros, elaboração de material audiovisual, programas para serem veiculados na TV Cidade de João Pessoa, realização de atividades culturais nas escolas municipais, bem como outras iniciativas de fomento à discussão de tais temas.

- Implementar os princípios presentes nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos nas escolas municipais de João Pessoa, bem como nos programas de formação de professores, de gestores escolares e de técnicos-administrativos e na produção e aquisição de materiais didá-

tico-pedagógicos pela Secretaria de Educação, dedicando particular atenção aos valores da liberdade, do pluralismo, da tolerância e da não-discriminação.

- Adotar, de forma permanente, o “Prêmio Eleonora Menicucci – Igualdade de Gênero nas Escolas”, assim como criar um “Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos”, que em sua primeira edição inclua o tema da Memória, da Verdade e da Justiça sobre a ditadura militar em João Pessoa.

- Abrir um edital público direcionado ao financiamento de filmes (documentários e ficcionais), peças teatrais e livros relacionados ao tema da Memória, da Verdade e da Justiça sobre a ditadura militar em João Pessoa.

- Promover mostras de filmes e de peças teatrais relacionadas ao tema dos direitos humanos nas escolas municipais.

- Construir um acervo iconográfico e documental da memória da cidade de João Pessoa, nos formatos físico e virtual, disponibilizado à sociedade em um centro cultural e em um sítio na internet.

## 9.5 - REFORMA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E POLÍTICAS DE REPARAÇÃO

Considerando que a persistência de resquícios autoritários no interior das instituições representa uma ameaça ao fortalecimento da democracia e à promoção de uma cultura dos direitos humanos; considerando que as homenagens prestadas a perpetradores de graves violações de direitos humanos são incompatíveis com uma sociedade comprometida com os princípios da dignidade da pessoa humana; considerando que a realização da democracia prescinde que o Estado reconheça os crimes cometidos durante o período autoritário e repare suas vítimas; considerando que o respeito à diversidade humana e a promoção da igualdade são princípios democráticos fundamentais, recomendamos:

### À CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA (CMJP):

- Revogar os títulos de cidadão pessoense concedidos em abril e maio de 1964 aos então coronéis Ednardo D’Ávila Mello e Plínio Pitaluga e ao general Justino Alves Bastos.

- Revogar o Decreto Legislativo Nº 821, de 19 de agosto de 2014, que concede Diploma de Honra ao Mérito a Ediláudio Luna de Carvalho, “pelo seu extraordinário valor e relevantes serviços prestados à cidade de João Pessoa”. O diplomado tratou-se de uma figura-chave da repressão política promovida pela ditadura militar na cidade de João Pessoa, na condição de titular da Assessoria de Segurança e Informação da UFPB. É de se destacar também que, ao sair da ASI da UFPB, Ediláudio Luna de Carvalho criou uma Assessoria Especial de Informação na Grande Loja Maçônica da Paraíba.

- Promover uma sessão pública para a devolução simbólica do mandato do suplente de vereador cassado pela Câmara Municipal em abril de 1964, Leonardo Moreira Leal. Em 2014, foi realizada

uma sessão com este objetivo, com a presença do vereador cassado em 1964 Antônio Augusto Arroxe-  
las e dos familiares do suplente de vereador cassado José Gomes da Silva. Na ocasião, os familiares de  
Leonardo Leal não foram localizados. Esta CMV conseguiu localizar tais familiares, que colaboraram  
com esta pesquisa prestando depoimentos e enviando documentos. Em março de 2015, esta CMV,  
juntamente com o ex-vereador Flávio Eduardo Maroja (Fuba) e o então Secretário de Transparência  
de João Pessoa, Prof. Éder Dantas, manteve audiência com o então presidente da Câmara Municipal,  
solicitando fornecimento de passagens que garantissem a vinda dos familiares de Leonardo Leal a  
João Pessoa, no que não foi atendida. Assim, recomendamos que a Câmara Municipal garanta a vinda  
dos familiares de Leonardo Leal para receber a devida reparação.

#### **À PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA (PMJP):**

- Valorizar o conhecimento sobre os preceitos inerentes à democracia, à cultura de paz e aos  
direitos humanos no processo de seleção e de formação da Guarda Municipal, dos Agentes de Con-  
trole Urbano, da Procuradoria Municipal, bem como de outros órgãos públicos relacionados à pro-  
moção dos direitos da cidadania.

- Em situações de graves conflitos urbanos, garantir a participação do Ministério Público, da  
Defensoria Pública e de órgãos de defesa dos direitos humanos, para o exercício da mediação e da  
busca de solução pacífica, evitando o uso arbitrário da força.

- Criar uma Secretaria Municipal de Direitos Humanos, que: a) atue no combate ao racismo, à  
violência e à discriminação; b) implemente políticas públicas direcionadas à promoção da cidadania  
e dos direitos humanos da população negra, indígena, LGBTQI+, cigana e migrante; c) implemente  
políticas de prevenção à violência, particularmente contra a juventude negra; d) coordene ações de  
memória e verdade sobre a ditadura militar.

- Fortalecer as políticas públicas municipais já existentes direcionadas à transparência públi-  
ca, ao controle social e à participação popular, bem como à promoção dos direitos das mulheres, das  
crianças, da juventude e da população de rua.

- Realizar uma pesquisa documental para identificar possíveis servidores municipais que te-  
nham sido perseguidos por razões de ordem político-ideológica durante a ditadura militar, tendo em  
vista que esta CMV não conseguiu realizar tal identificação em virtude da supra-citada situação em  
que se encontra o Arquivo Central da PMJP.

#### **À UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB):**

- Revogar os seguintes títulos de Professor *Honoris Causa*:

a) Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, concedido em 17 de janeiro de 1966 – Li-  
vro de Atas do CONSUNI Nº 04;

b) Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarino, concedido em 04 de abril de 1970 – Livro de Atas do CONSUNI N° 05. Na condição de Ministro do Trabalho, o coronel Jarbas Passarinho foi signatário do AI-5;

c) Presidente Emílio Garrastazu Médici, concedido em 23 de outubro de 1970 – Livro de Atas do CONSUNI N° 05.

# REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Paulo. Direito à verdade e à justiça na transição política brasileira. In ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. **Os direitos da transição e a democracia no Brasil**. Belo Horizonte: Fórum, 2012. Pp.59-80.
- ALMEIDA, Criméia Schmidt de et al. **Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)**. 2 ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ARAÚJO, Fátima. **História da API**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba 1985.
- ARNS, Dom Paulo Evaristo. A sessão de instalação. I Congresso da Rede. **Jornal da Rede**. N°2. São Paulo: Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, Setembro de 1997.
- AUED, Bernardete Wrublevski. **O sapateiro militante: José Peba Pereira dos Santos**. Campina Grande: EDUEPB, 2006.
- BARRETO, Adalberto. Rádio Tabajara, meu amor. In CARNEIRO, Josélio (Org.). **Tabajara 65 anos**. João Pessoa: A União, 2002.
- BATISTA, Bento da Gama. **1964: agonia em Fernando de Noronha**. Depoimentos sobre o cárcere da ditadura militar. João Pessoa: Editora Universitária; Autor Associado, 2000.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Fé na luta**. São Paulo: Lettera.doc, 2009.
- BETTO, Frei. **Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.
- BORGES DA SILVEIRA, Frei Manoel; GOMES, Saulo e; CASTRO, Moacyr. **A coragem da inocência**. Brasília: ABA-IPCCIC, 2014.
- BRASIL. **Relatório - Comissão Nacional da Verdade**. Volume I. Brasília: CNV, 2014a.
- BRASIL. **Relatório - Comissão Nacional da Verdade**. Volume III. Brasília: CNV, 2014b.
- CARLOS, Juliana de Oliveira. A anistia e a luta pelos direitos humanos no Brasil. In: **Caderno AEL**, Vol. 13, nº 24/25, 2008, pp. 170 – 202.
- CAIXE, Vanderley. Os conflitos de terra no estado da Paraíba. O caso Alagamar. In: **Cadernos de Estudos Regionais**. NIDHIR. V. 4, N. 4. João Pessoa, Jun. 1981, pp. 123-149.
- CDDH-AEP. **Relatório de Atividades**. João Pessoa: Centro de Defesa dos Direitos Humanos / Assessoria de Educação Popular, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades**. João Pessoa: Centro de Defesa dos Direitos Humanos / Assessoria de Educação Popular, 1986.
- CITTADINO, Monique. **Populismo e golpe de estado na Paraíba**. João Pessoa: UFPB / Idéia, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Poder local e ditadura militar**. O governo João Agripino – Paraíba (1965-1971). Bauru: Edusc, 2006.

\_\_\_\_\_. Pedro Gondim: um governador entre Deus e o Diabo. In DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba.** História, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, pp. 13-32.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E DA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA. **Relatório final.** João Pessoa: A União, 2017.

COMISSÃO DA VERDADE, MEMÓRIA E JUSTIÇA DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório.** São Paulo: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, 2017.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE TERESA URBAN. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná.** Vol. 2. São Paulo: TikiBooks, 2017.

CORREIA, Maria Ivete Martins. **Educação católica, gênero e identidades:** o Colégio Santa Rita de Areia na história da educação paraibana. 2010. 366 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

COSTA, Fernando Luiz Araújo da. **Um corvo sobre a Paraíba:** da invasão à ocupação da Faculdade de Direito, 50 anos depois. 2015. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

COSTA, Homero de Oliveira. **A reforma política no Brasil e outros ensaios.** Natal: Editora Sebo Vermelho, 2001.

DANTAS, Éder; NUNES, Paulo Giovanni Antônio Nunes e SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba.** História, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel.** Rio de Janeiro: FGV, 1997.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary e CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DUARTE, Thamara Maria Maia. **A caminhada do primeiro centro de defesa dos direitos humanos no Brasil:** Terra, justiça e liberdade semearam a revolução da fé na Paraíba. 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

FICO, Carlos. **Como eles agiam.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **O grande irmão.** Da operação “Brother Sam” aos anos de chumbo.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIREDO, Lucas. **O ministério do silêncio.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **A ditadura acabada.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

\_\_\_\_\_. **A ditadura escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GODOY, Marcelo. **A casa da vovó.** São Paulo: Alameda, 2014.

GUEDES, Nonato et. al. **O jogo da verdade.** Revolução de 64 – 30 anos depois. João Pessoa: A União, 1994.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. **Recordações da ilha maldita.** 2 ed. João Pessoa: Edições Funesc, 2002.

- LAMERÃO, Sérgio. **A conjuntura de radicalização ideológica e o golpe militar.** A revolta dos sargentos. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A\\_revolta\\_dos\\_sargentos](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/A_revolta_dos_sargentos). Acesso em 14 de junho de 2019.
- LEMOS, Francisco de Assis. **Nordeste: o Vietnã que não houve.** Ligas Camponesas e o golpe de 1964. Londrina: UEL/UFPB, 1996.
- LIMA, Jailma Maria de. **Partidos, candidatos e eleitores:** o Rio Grande do Norte em campanha política. 2010. 310 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- LIMA FILHO, Marcos José de Oliveira. Os primeiros passos de um advogado popular após sua prisão política pela ditadura Entrevista com Vanderley Caixe. **Revista InSURgência.** Brasília, 2016, ano 2. N. 2, V.2, pp. 14-17.
- LEAL, Wills. **Primeiro de Abril, antes e depois de 1964.** João Pessoa, Idéia, 2014.
- LUNA, Maria de Lourdes. **Rádio Tabajara: um registro histórico.** João Pessoa: Gráfica e Editora da Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1995.
- MACHADO, Jório. **1964: a opressão dos quartéis.** João Pessoa: O Combate, 1991.
- MAIA FILHO, João Agripino. **João Agripino (Depoimento, 1978).** Rio de Janeiro: CPDOC/UFPB, 1978.
- MELO, Ana Lúcia Gomes de. **Geração Viramundo.** Catolé do Rocha – Anos 60. João Pessoa: Manufatura, 2006.
- MELLO, José Octávio de Arruda. Dimensão social, repressão e apatia em jornal da década de sessenta. In IHGP. **Momentos críticos da Paraíba.** Seminários dos 120 anos de A União. 5 ed. João Pessoa: A União, 2015.
- MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia.** São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- MOTTA, Aricildes de Moraes. **1964 – 31 de março:** o movimento revolucionário e a sua história. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964. História do regime militar brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2014.
- NASSER, David. **Falta alguém em Nuremberg.** Torturas da polícia de Filinto Strubling Müller. 4 ed. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966.
- NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil:** do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- NUNES, Paulo Giovani Antonino. **As experiências da luta armada no estado da Paraíba.** Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427929302\\_ARQUIVO\\_TextoAnpuh-nacional2015-doc.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427929302_ARQUIVO_TextoAnpuh-nacional2015-doc.pdf). acesso em 08 de março de 2019.
- OLIVEIRA, Rayana Benício de. **O assassinato de Violeta Formiga:** a imprensa e a atuação do movimento feminista paraibano. 2017. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- PAES, Marcelo Renato de Cerqueira. **Do azeite de mamona à eletricidade.** Anotações para uma história da energia elétrica na Paraíba. 2a ed. João Pessoa: SAELPA/Fundação Casa de José Américo, 1994. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ea000114.pdf>. Acesso em 15 de março de 2017.

- PALHANO, Romualdo. **O lúdico e o lúcido em cena**. Teatro Experimental de Cabedelo. 1992. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1992 *apud* SILVA, Rosa Maria Carlos e. **A arte censurada: teatro e ditadura no Estado da Paraíba nos anos de 1964 a 1988**. 2014. 202 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.
- PEREIRA, Joacil de Brito. **Joacil de Brito Pereira (Depoimento, 1978)**. Rio de Janeiro: CPDOC/UFPB, 2001.
- PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: ação pastoral e política em Dom José Maria Pires, de 1966 a 1980**. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- PORTO, Dorinha; LAGE, Iveline Lucena da Costa. **CEPLAR**. História de um sonho coletivo. João Pessoa: SEC, 1995.
- RAMOS, Severino. **Crimes que abalaram a Paraíba**. Vol 1. João Pessoa; Grafset, 1989.
- RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.
- RODRIGUES, Cláudio José Lopes, **Alienados e subversivos**. A aventura estudantil (1950-1999). João Pessoa: Ideia, 2000.
- ROCHA, Washington. **A comissão e a verdade**. Sobre “anos de chumbo” e Anistia. João Pessoa: Sal e Terra, 2012.
- ROCHA, Washington; FERNANDES, Telma Dias. **O ano que ficou**. 1968 – memórias afetivas. João Pessoa: Mídia, 2017.
- ROSAS, Clemente. **Praia do Flamengo, 132**. Crônica do movimento estudantil nos anos 1961-1962. Recife: FUDARPE, 1992.
- RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes. **Dom José Maria Pires – uma voz fiel à mudança social**. São Paulo: Paulus, 2005.
- SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. “O Partido Comunista Brasileiro na Paraíba: luta de massas entre a democracia e o autoritarismo”. In DANTAS, Eder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba**. História, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, pp. 62-77.
- SILVA, Rosa Maria Carlos e. **A arte censurada: teatro e ditadura no Estado da Paraíba nos anos de 1964 a 1988**. 2014. 202 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SOARES, André. **Ex-agente abre caixa-preta da ABIN**. São Paulo: Escrituras Editora, 2015.
- SOIHET, Rachel. “Do Comunismo ao Feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert”. In **Cadernos Pagu**. N.40. Campinas, Jan./Jun 2013. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332013000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332013000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt), acesso em 10 de fevereiro de 2019.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. “A epidemiologia das deficiências nutricionais no Nordeste: a contribuição de Malaquias Batista Filho à institucionalização da Nutrição em Saúde Pública no Brasil”. In **Cad. Saúde Pública** vol.16 n.2 Rio de Janeiro Apr./June 2000. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2000000200023>. Acesso em 12 de fevereiro de 2019.

VINAGRE, Belminda. **Nós: autobiografia**. João Pessoa: Ed. do Autor, 2013.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Políticas de extensão universitária e a disputa pela hegemonia: a questão dos direitos humanos na UFPB**. 2010. 415 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

ZERBINI, Therezinha Godoy. **Anistia: semente da liberdade**. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979.

## FILMOGRAFIA

FORMAGGINI, Beth. **Memória para uso diário**. Rio de Janeiro: GTNM-RJ / 4 Ventos / União Européia, 2007. 1h34min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ys4781EYPBU>. Acesso em 13 de julho de 2018.

TENDLER, Silvio. **Os advogados contra a ditadura: por uma questão de justiça**. Rio de Janeiro: Projeto Marcas da Memória/ Empresa Brasileira de Comunicação, 2014, 2h10min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fhRJxeFfbYM>. Acesso em 03 de julho de 2018.



# ANEXOS

# DOCUMENTOS

DOCUMENTO 1

AUTO DE PRISÃO E APREENSÃO

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de João Pessoa, em cumprimento de ordem expressa do Senhor Coronel Comandante da Guarda Nacional de apreender todo e qualquer documento ou publicação de caráter subversivo ou propaganda do regime comunista, efetuei a prisão de BOANERGES TIMÓTEO DE SOUZA, que se encontrava nas ruas do Bairro de Cruz das Armas fazendo propaganda de caráter subversivo, e aí, depois de lhe ter sido dada ciência da referida ordem, o intimamos para que, incontinenti, nos entregasse todos os documentos de que era possuidor; ao que obediendo o mesmo BOANERGES TIMÓTEO DE SOUZA e presentes as testemunhas 2º Tenente FERNANDO ANTONIO CARNEIRO BARBOSA e 1º Sargento REINALDO DE MELO CELANI, abaixo assinadas, apuramos o seguinte material: 2 (duas) fotografias em traje civil e 1 (uma) fotografia em traje militar; 1 (um) título de eleitor de nº 19.257 - 1ª Zona; 1 (uma) carteira de identidade da Comissão Nacional de Sindicalização Rural de nº 19; 1 (uma) Carteira do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba, de nº 2087; 1 (uma) nota de pedido nº 1303 à Editorial Vitória Limitada-Rio, dos seguintes livros: "UM MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA"; "DUAS DIALECTICAS DA NATUREZA"; 1 (um) volume de "OBRAS ESCOLHIDAS", 1º volume; 1 (um) volume de "OBRAS ESCOLHIDAS", 2º volume; e 1 (um) volume de "HISTÓRIA DO PCUS"; 1 (uma) nota de remessa dos volumes "MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA", "OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX E ENGELS" 2º volume, e "HISTÓRIA DO PCUS"; 2 (dois) programas para reunião intitulados "BASE ESCOLA", de 9/12/63 e 13/01/64; 1 (um) programa de promoção do partido no campo intitulado "COM. EXECUT"; 1 (um) programa de concentração datado de 17/12/63, incompleto; (os programas citados acima, tratam de planos de elaboração do Partido Comunista); que foi recolhido ao Quartel do 15º Regimento de Infantaria, onde ficou a disposição da Justiça, do que, para constar, se lavrou o presente auto, o qual vai assinado por mim, 2º Tenente MANOEL DA PENHA ALVES que o escrevi e por 3º Sargento ROMILDO DOMINGUES DE MELO, também encarregado da diligência e pelas testemunhas já declaradas.

Manoel da Penha Alves  
Encarregado da diligência

Reinaldo de Melo Celani  
Encarregado da diligência 3º Sargente

Fernando Antonio Carneiro Barbosa  
Testemunha

Reinaldo de Melo Celani  
Testemunha

DOCUMENTO 2

fls. 22  
Estatos

*[Handwritten signature]*

AUTO DE BUSCA E APREENSÃO

Aos seis dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de João Pessoa, em cumprimento de ordem expressa do Senhor Coronel Comandante da Guarnição de apreender todo e qualquer documento ou publicação de caráter subversivo ou propaganda do regime comunista, nos dirigimos a rua Visconde de Pelotas onde está sediada a ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DE IMPRENSA (API), segundo fomos informados, e aí, depois de ter sido verificado que não havia ninguém no recinto, presentes as testemunhas 1º Sargento MANOEL GOMES SOBRINHO e 2º Sargento JOSÉ VASCONCELOS NETO, abaixo assinadas; e entrando no local declarado, procedemos a mais minuciosa busca, examinando todas as salas e lugares, fazendo abrir as portas, gavetas, armários, etc, encontrando o seguinte material: 28 (vinte e oito) revistas intituladas "PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO"; 2 (duas) revistas "LA MUJER SOVIETICA"; 14 (quatorze) livros / intitulado "QUE ES LA ORGANIZACION"; 1 (uma) revista intitulada "QUE ES LA ORGANIZACION INTERNACIONAL DE PERIODISTAS"; 1 (um) exemplar de "PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO"; 1 (um) exemplar de "EL IMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DEL CAPITALISMO", por V.I. LENIN; 1 (um) exemplar do catálogo "LAND REFORM LAW - REPUBLIC OF CUBA"; 7 (sete) boletins de propaganda intitulados "REVISTA DA CHINA"; 27 (vinte e sete) boletins de propaganda da "REVISTA DA UNIAO SOVIETICA"; 1 (um) exemplar de "OBRA REVOLUCIONARIA" (Imprensa Nacional de Cuba); 1 (um) boletim de informação da Embaixada da URSS; 1 (um) exemplar da revista "OBRA REVOLUCIONARIA" (Imprensa Nacional de Cuba); 1 (um) exemplar intitulado "EXPRESSION SOCIALISTA DAS CONSTITUIÇÕES DE APOSGUERRA"; 1 (um) exemplar da revista "KRUSCHIOV NOS ESTADOS UNIDOS"; 1 (um) exemplar da revista "CHINA RECONSTRUYE"; 1 (um) exemplar da revista "TIEMPOS NUEVOS"; 1 (um) exemplar da revista "VANGUARDA OBRERA"; que foi recolhido ao Quartel do 15º Regimento de Infantaria, onde ficou a disposição da Justiça, do que, para constar, se lavrou o presente auto, o qual vai assinado por mim, 2º Tenente MANOEL DA PENHA ALVES que o escrevi e por 2º Tenente ANTONIO FERNANDO CARVALHO DE SOBRAL, também encarregado da diligência e pelas testemunhas já declaradas.-

*[Handwritten signature]*  
Encarregado da diligência

*[Handwritten signature]*  
Encarregado da diligência

*[Handwritten signature]*  
Testemunha

*[Handwritten signature]*  
Testemunha

DOCUMENTO 3

fls. 1352  
Cavalari

Subst

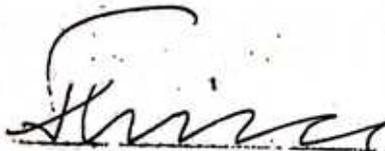
Helgerson

42º ANIVERSÁRIO DO PARTIDO COMUNISTA

Convite

Temos a honra e a satisfação de convidar V.S. e Excm. família, para assistirem a palestra que irá ser pronunciada pelo senhor Oliveiros Cavalcante de Oliveira, às 20 horas do dia 25/3/64, na sede dos Sindicatos Reunidos desta cidade, à rua Semeão Leal, 59, 1º andar, o qual versará sobre a vida e as lutas do Partido Comunista Brasileiro, nos seus 42 anos de heroica e patriótica existência.

Campina Grande, 24/3/64



FRANCISCO LIMA  
P. Comunistas

## DOCUMENTO 4

### AUTO DE BUSCA E APREENSÃO

Aos dois dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, nesta cidade de João Pessoa, em cumprimento de ordem expressa do Senhor Coronel Comandante da Guarnição, de apreender todo e qualquer documento ou publicação de caráter subversivo ou propaganda do regime comunista, nos dirigimos a casa nº 538, sita a rua Tabajaras, onde mora LEONARDO MOREIRA LEAL, segundo fomos informados, e aí, depois de lhe ter sido dada ciência da referida ordem, o intimamos para que, incontinenti, nos franqueasse a entrada, a fim de procedermos à diligência ordenada e constante da referida ordem; ao que obedecendo o mesmo LEONARDO MOREIRA LEAL, o convidamos para assistir as diligências desde o seu início, bem como as testemunhas 2º Tenente-FERNANDO ANTONIO CARNEIRO BARBOSA e 2º Sargento JOSÉ VASCONCELOS NETO, abaixo assinadas; e entrando na casa supra declarada, procedemos a mais minuciosa busca, examinando todas as salas, quartos e lugares, fazendo abrir as portas, gavetas, armários, etc, encontrando o seguinte material: 1 (um) formulário para ingresso na Milícia Nacional / Revolucionária Cubana; 1 (um) fascículo "Estatuto do Partido Comunista do Brasil"; 1 (uma) fotografia de conferência; 1 (uma) cartilha do Ministério da Educação da República de Cuba; cerca de 50 (cinquenta) exemplares, certa quantidade parcialmente incinerada, do Curso Básico "O PARTIDO COMUNISTA, / SUA POLÍTICA E SUA ORGANIZAÇÃO - 2ª Aula"; Panfletos de propaganda eleitoral dos comunistas da Paraíba; 7 (sete) exemplares em branco de listas do Partido Comunista Brasileiro, destinados a registro de eleitores; 1 (uma) fotografia de LUIZ CARLOS PRESTES e sua filha; 1 (um) exemplar mimeografado de "COMO ENFRENTAR OS PROBLEMAS DA REVOLUÇÃO AGRÁRIA E ANTI-IMPERIALISTA"; 1 (um) exemplar de "RELATÓRIO DE DISCUSSÃO DO PCB"; 1 (um) exemplar de "PELA VITÓRIA DA CAUSA NACIONALISTA E DEMOCRÁTICA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS" (Luiz Carlos Prestes); 1 (um) exemplar de "SOBRE O MATERIALISMO DIALÉTICO E O MATERIALISMO HISTÓRICO" (JOSEPH STALIN); 1 (um) exemplar de "LUTA / CONTRA O TROTSKISMO" (JOSEPH STALIN); 1 (um) exemplar de "CARTELA DO CAMPEÃO"; 1 (um) exemplar de "PALAVRAS À MOÇIDADE DO MEU PAÍS" (LEONEL BRIZOLA); 1 (um) exemplar de "IGRA" (INSTITUTO GAÚCHO DE REFORMA AGRÁRIA); 1 (um) exemplar de "RESOLUÇÃO POLÍTICA" (aprovada na convenção nacional dos comunistas brasileiros); 1 (um) exemplar de "O SINDICATO" (peça em 3 atos), de ALTIMAR DE ALENCAR; 1 (um) exemplar de "A MAIS BELA HISTÓRIA", de MÁRIO EPINELLI; 2 (dois) exemplares de "TESES PARA DISCUSSÃO" (Projeto de Estatutos do Partido Comunista do Brasil); 1 (um) exemplar de "A QUESTÃO DA ANISTIA"; 1 (um) exemplar de "A SITUAÇÃO POLÍTICA E A LUTA POR UM GOVERNO NACIONALISTA E DEMOCRÁTICO" (LUIZ CARLOS PRESTES); 1 (um) exemplar de "CONTRA O AJUSTE DE FERNANDO DE NORONHA", de OSNY DUARTE PEREIRA; 1 (um) exemplar de "ENTREVISTA DE LUIZ CARLOS PRESTES (Nossa Política); 1 (um) exemplar de "CONDIÇÕES SOCIAIS DO PODER NACIONAL", de GUERREIRO RAMOS; 1 (um) exemplar de "MANIFESTO COMUNISTA", por KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS; 1 (um) exemplar de "EL EJEMPLO DE LOS HEROES NUNCA MUERE" (República de Cuba); 1 (um) exemplar de "O GOVERNO DE SALAZAR É UM GOVERNO FACISTA"; 1 (um) exemplar de "BALANCE DE LA LABOR DEL PARTIDO DESDE LA ULTIMA ASAMBLEA NACIONAL Y EL DESARROLLO DE LA REVOLUCION" (LA HAVANA, CUBA); 1 (um) exemplar de "BOLETIM

*Handwritten notes:*  
F. Barbosa  
2/4

RIVIERA REVOLUCIONÁRIA"; 1 (um) exemplar de "GOVERNO PARA DERUBAR O FRANQUISMO E ORGANIZAR UMA CONSULTA POPULAR", de DOLORES IBARRURI (Ed. Horizonte Ltda. Av Rio Branco 257, 17ª And., Rio de Janeiro); 1 (um) exemplar de "DA TEORIA MARXISTA DO CONHECIMENTO" (M. ROSENTHAL); 1 (um) exemplar de "O SOCIALISMO E A EMANCIPAÇÃO DA MULHER", de V.I. LENIN; 1 (um) exemplar de "SÓ BRE O PROBLEMA DA CHINA", de J. STALIN; 1 (um) exemplar de "O CONVENIO CUBANO-SOVIÉTICO", de RAUL CEPERO BONILLA (La Habana-1960); 1 (um) exemplar de "DISCURSO DO ENGENHEIRO LEONEL BRIZOLA"; 11 (onze) exemplares de "DIVULGAÇÃO MARXISTA"; 1 (um) exemplar de "LOS HOMBRES DE PANFILOV EM LA PRIMERA LINEA", de ALEJANDRO BEK; 1 (um) exemplar de "DONOS DO ORVALHO", de JACQUES ROUMAIN (Coleção Romances do Povo); 1 (um) exemplar de "A RÚSSIA - NA PAZ E NA GUERRA", de ANNA LOUISE STRING; 1 (um) exemplar de "MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA", de KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS; 1 (um) exemplar de "PROBLEMAS DE ATUALIDADE"; 1 (um) exemplar de "O PROBLEMA DO PORTO DE CABEDELO", de JOÃO SANTA CRUZ; 9 (nove) exemplares de "REVISTAS DE DIVULGAÇÃO SOCIALISTA"; 3 (três) exemplares de "LA CARTA DE LAS TRES PLUMAS" (Pekin, 1956); 22 (vinte e dois) exemplares de "PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO" (revista); 1 (um) livro de presença, de 100 folhas, contendo das folhas 1 a 4, inclusive, assinaturas de participantes de reuniões; Tomos 2, 3 e 4 de OBRAS ESCOLHIDAS DE LENIN (EDITORIAL PROBLEMAS); 1 (um) volume de "A COLUNA PRESTES", de LOURENÇO MOREIRA LIMA (Edição 2ª, 1945); 1 (um) exemplar de "HOMENS E COISAS DO PARTIDO COMUNISTA", de JORGE AMADO; 1 (um) volume de "O GÊNIO DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA" - Tradução de DAVID L. DE CASTRO; 1 (um) volume de "ALÉM DO SALÁRIO", de A. ZVÉREV; 1 (um) volume de "CAUSAS ECONÔMICAS DA REVOLUÇÃO RUSSA", de M. POKROVSKI; 1 (um) exemplar de "LA SANIDAD PUBLICA EM LA UNION SOVIÉTICA"; 1 (um) exemplar de "A POLÍTICA AGRÁRIA DO PARTIDO SOCIALISTA", de KARL KAUTSKY; 4 (quatro) exemplares de "ESTUDOS SOCIAIS"; 1 (um) exemplar de "LOS FUNDAMENTOS DEL SOCIALISMO EN CUBA", de BLAS ROCA; 1 (um) exemplar de "VIII ASAMBLEA NACIONAL - PARTIDO SOCIALISTA POPULAR"; 1 (um) exemplar de "A DOENÇA INFANTIL DO "ESQUERDISMO NO COMUNISMO", de V.I. LENIN; 1 (um) exemplar de "LENIN" (biografia); 1 (um) exemplar de "N.S. KRUSCHOV EN FRANCIA"; 1 (um) exemplar de "ORA BOLAS!"; de ARAPUK (2ª Edição); 1 (um) exemplar de "KRUSCHIOV NOS ESTADOS UNIDOS"; 1 (um) exemplar de "SEMINÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE" (1959-ANAIIS - VOL II); 1 (um) exemplar de "QUEDA DE UMA OLIGARQUIA", de CLODOMIR MORAIS; 1 (um) exemplar de "O DUPLO CARÁTER DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA E A POSIÇÃO DOS COMUNISTAS", de FIGUEIRÉDO AGRA; 1 (um) exemplar de "A LUTA PELA CONSTITUINTE"; 1 (um) exemplar de "OS CARTEIS - UMA AMEAÇA PARA O MUNDO DE APOS-GUERRA?"; de A.B. MAGIL (Tradução de EDISON CARNEIRO); 1 (um) exemplar de "ASSIM PALOU JULIÃO", de GONDIN DA FONSECA; 1 (um) exemplar de "ORIENTACION Y REGLAMENTO"; 1 (um) exemplar de "SUPLEMENTO DE LA REVISTA TRABAJOS"; 1 (um) exemplar de "AQUI HAY UN PUEBLO" (Imprensa Nacional de Cuba); 1 (um) exemplar de "JUVENTUD" (Habana); 1 (um) exemplar de "RAZONES DEL MOVIMIENTO REVOLUCIONARIO 26 DE JULIO"; 1 (um) exemplar de "ACUERDOS ENTRE CHINA Y NEPAL" (China Reconstruye - 1960); 1 (um) exemplar de "MOVIMIENTO A UNE E O GOIPE"; 10 (dez) exemplares da revista "PANFLETO"; 20 (vinte) exem

plares da revista "URSS" (publicação da Secção de Imprensa da Embaixada Russa em Uruguay); 1 (um) album de figuras intitulado "ALBUM DE LA REVOLUCION CUBANA"; 1 (uma) revista "LOS SINDICATOS CHECOSLOVACOS" (publicado em Praga); 2 (duas) revistas "CHINA RECONSTRUYE" (publicação da China Comunista); 2 (duas) revistas "CHINA" (publicação da China Comunista); 1 (uma) revista "HORIZONTES DO MUNDO"; 1 (uma) revista "A POLÓNIA DE HOJE" (publicação nacional); 1 (uma) revista "LUTA" - / (Igreja Católica Apostólica Brasileira); 1 (uma) revista "TRAYECTORIA Y PRESENCIA DE MARTI" (publicação do Centro de Estudos Martianos La Habana, Cuba - 1961; 1 (um) exemplar de "DIVULGACION" (Instituto Nacional de Reforma Agrária - Cuba); 2 (dois) fascículos de propaganda da INAV - Cuba; 1 (um) mapa turístico da República de Cuba; 1 (um) exemplar de "LEY 938 DE PROCEDIMIENTO ABORAL Y DE SEGURIDAD SOCIAL (CUBA)"; 1 (um) exemplar de "LEI 647 - CUBA"; 1 (um) folheto comemorativo do Centro Escolar 13 de Marzo - Cuba; 1 (um) -livro de Apontamentos Hgrários - 1961; 1 (um) Boletim Cultural do Ministerio das Relações Exteriores da República de Cuba; 300 (trezentos) exemplares de "PRIMEIRO LIVRO DE LEITURA POPULAR" (O Pão, O Feijão e as Forças Ocultas - Editora Vitória); 1 (uma) placa metálica contendo impressa a "DECLARACION DE LA HABANA"; que foi recolhido ao Quartel do 15º Regimento de Infantaria, onde ficou a disposição da Justiça, do que, para constar, se lavrou o presente auto, o qual vai assinado por mim, Major UBIJARA MARIBONDO VINAGRE que o escrevi e por 2º Tenente MANOEL DA PENHA ALVES, também encarregado da diligência e pelas testemunhas já declaradas.-

*10/11/61*  
Encarregado da diligência

*Manoel da Penha Alves*  
Encarregado da diligência

*Manoel da Penha Alves*  
Testemunha

*José da Penha Alves*  
Testemunha

DOCUMENTO 5

fls 1314  
Falcoz

Subm

Falcoz

C E R T I D ã O

Certifico que não foram encontradas em sua residência habitual ou não atenderam ao Edital de Convocação publicado na imprensa local, as seguintes pessoas: ELOY FIRMINO DE MELLO, ISA QUINTKES GUERRA, JOSÉ ANÍSIO CORREIA MAIA, LEONARDO MOREIRA LEAL, MARIA DO CARMO CAMPOS DE ARAÚJO e MARTI NHO LEAL CAMPOS; do que, para constar, lavrei a presente certidão, que dato e assino.-

João Pessoa-PB, 31 de maio de 1964.-

*Ernani Lyne Falcoz*  
ERNANI LYNE FALCOZ - Capitão  
Escrivão

DOCUMENTO 6

fls. 519  
Escaleira  
cap  
F. G. M. S.  
F. G. M. S.

MANDADO DE PRISÃO

EDNARDO D'ÁVILA MELLO, Coronel Comandante da Guarnição de João Pessoa, manda, na forma da lei, e com fundamento no Art 156 do CJM, sejam prêsos e recolhidos à prisão LEONARDO MOREIRA LEAL, JOSÉ GOMES DA SILVA, ADALBERTO BARRETO, ELISABETH TEIXEIRA, PEDRO INÁCIO DE ARAÚJO, JOSÉ DOS SANTOS BARROS e HERMI LIO DE CARVALHO CHIMENES, contra os quais se estão procedendo a investigações policiais para apurar-se responsabilidades por atividades de caráter subversivo, cuja prática lhes é atribuída.-

João Pessoa-PB, 29 de abril de 1964.-

*Ednardo d'Ávila Mello*  
EDNARDO D'ÁVILA MELLO, Coronel  
Comandante da Guarnição de JPessoa

DOCUMENTO 7

*Subm...* fls. 334 *Edmelo* *J. D'Ávila Mello*

MANDADO DE PRISÃO

EDNARDO D'ÁVILA MELLO, Coronel Comandante da Guarnição de João Pessoa, manda, na forma da lei, e com fundamento no Art 156 do CJM, sejam prêsos e recolhidos à prisão ANTONIO AUGUSTO ALMEIDA, JOSÉ ANÍSIO MAIA e ANTONIO ARAÇÃO FILHO, sendo os dois primeiros incomunicáveis, contra os quais se estão procedendo a investigações policiais para apurar-se responsabilidades por atividades de caráter subversivo, cuja prática lhes é atribuída.-

João Pessoa-PB, 24 de abril de 1964.-

*Ednardo d'Ávila Mello*  
EDNARDO D'ÁVILA MELLO, Coronel  
Comandante da Guarnição de JPessoa.

DOCUMENTO 8

CONSELHO ESTADUAL DO DESENVOLVIMENTO

PORTARIA Nº 16 DE 16 DE ABRIL DE 1964

O SECRETÁRIO EXECUTIVO do Conselho Estadual de Desenvolvimento, no uso das atribuições que lhe confere o art. 29, item a, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Dispensar, tendo em vista ordens superiores, os serviços profissionais das pessoas abaixo relacionadas que até hoje prestaram sua colaboração a este órgão:

ADALBERTO DE ARAÚJO BARRETO, HEITOR CABRAL DA SILVA, ANTONIO AUGUSTO DE ALMEIDA e JOSÉ ANÍSIO CORREA MAIS.

CARTEIRO CARLOS ULYSSES  
Rua Visconde de Albuquerque, 181 - Telefone 222-0223  
703 - Passagem - Curitiba  
Recebeço a firma *Luiza*  
emitida por esta, conferida por autenticidade e  
vista da identidade do Sr. *Luiza*  
Jornal *16* de *12* de *61*  
1964



*Jeová Mesquita*  
( Jeová Mesquita )

SECRETÁRIO EXECUTIVO

DOCUMENTO 9

(Armas da República)  
Ministério da Guerra  
IV Exército  
1º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA

Fl. 650.  
*[Handwritten signatures and initials]*

OFÍCIO Nº 47-IPM

João Pessoa-PB, 08 / -V- / 1964

Do Maj NEY DE OLIVEIRA AQUINO, En-  
carregado do IPM

Ao Exmo Sr Dr Auditor da 7ª Região  
Militar

Assunto: Prisão preventiva (solici-  
ta)

1. Na qualidade de encarregado de um Inquérito Policial-Militar em que são indiciados ADALBERTO BARRETO, ANTONIO AUGUSTO ARROXELAS MACEDO, ANTONIO AUGUSTO DE ALMEIDA, ANTONIO ARAGIO FILHO, ANTONIO FERNANDES DE ANDRADE, ANTONIO JOSÉ DANTAS, ANTONIO FIGUEIRÊDO AGRA, ARISTIDES LUCIO VILLAR RABELO, BENTO DA GAMA BATISTA, BCANERGES TEMÓTEO DE SOUZA, BRENO ANDRADE DE MATOS, CARLITO SILVEIRA, ELISABETH ALTINA TEIXEIRA, FRANCISCO DE ASSIS LEMOS, GUILHERME CAMPÊLO RABAY, HELOISIO JERÔNIMO LEITE, HERMILIO DE CARVALHO CHIMENES, JOAO ALFREDO DIAS, JOAO BATISTA BARBOSA, JOSÉ RODRIGUES LOPES, JOSÉ GOMES DA SILVA, JOSÉ ANISIO MAIA, JOAO RIBEIRO FILHO, LAURINDO MARQUES DE ALBUQUERQUE MELO, LEONARDO MOREIRA LEAL, LUIZ BERNARDO DA SILVA, LUIZ HUGO GUIMARÊS, MANOEL PORFÍRIO DA PONSÊCA, MARTINHO LEAL CAMPOS, OPHELIA MARIA DE AMORIM, OLIVEIROS CAVALCANTI DE OLIVEIRA e RIVALDO CIPRIANO DA COSTA, responsáveis pela prática de atos atentatórios à Segurança Nacional capitulados na Lei de Segurança Nacional, solicito que contra os mesmos se decrete prisão preventiva nos termos do Art 149 do CJM, por ser ela do interesse da Justiça e necessária ao prosseguimento das diligências por prazo superior ao estabelecido no Art 156 do referido Código.

2. Comunico que estão à disposição de V Exa e mais Juizes, os comprovantes de que tratam as letras "a" e "b" do Art 149 do CJM.-

(a) NEY DE OLIVEIRA AQUINO - Major  
Encarregado do IPM

# DOCUMENTO 10

14

subversivo ( fls. 37 a 42 ) inclusive , 302, 311, 314 , 347 , 617 , 645 e 646 ). e

4 José Rodrigues Lopes , brasileiro , com 26 anos , filho de  
Comando Rodrigues Ramalho e Maria das Neves Leite , estu-  
dante de Medicina , solteiro , natural de Conceição , Paraíba ,  
residente na Colônia Juliana Moreira , rua d. Pedro II , Joao  
Pessoa .

Este denunciado que era conhecido por "José Sabino" como Presidente da União Estadual dos Estudantes da Paraíba ( UEEP ) participou de uma manifestação subversiva realizada na Faculdade de Direito, em 3 de março de 1964, que produziu alteração da Ordem Pública ( fls. 336, 292 e 293 ).

Compareceu a uma reunião do Comitê Estadual do Partido Comunista Brasileiro realizada em 14 e 15 de setembro de 1963, conforme ata de reunião apreendida e vários depoimentos ( fls. 44, 498, 499 553 e 556 ).

Na sua gestão, como Presidente da UEEP, foi emitida uma "Declaração de Princípios" que contém manifestações de apoio às Repúblicas Populares e ao Comando Geral dos Trabalhadores e outros " princípios", nitidamente comunistas ( fls. 283 a 285 ), todos esses denunciados incurso nas penas do art. 2º, III da Lei n. 1802 de 5 de janeiro de 1953, desde que como se encontra claro no IM procedido pela encarregado sr. Major Ney de Oliveira Aquino, a respeito dos fatos subversivos praticados pelos mesmos denunciados, tentaram todos eles, por meios e formas diferentes, mudar a Ordem Política e Social estabelecida na Constituição Federal da República, com a ajuda material e moral da Organização de Carater Internacional - O Comunismo.

Na verdade, como se conclui do Inquérito Policial Militar procedido e que instrui esta denúncia, havia um extenso gigantesco em todo o Estado da Paraíba, como vinha acontecendo nas demais Unidades da Federação, onde se cuidava, à socapa, premeditada e friamente, de destruir o Brasil. Era questão de tempo, desse tempo que não veio, mercê de Deus.

De Deus e dos homens disciplinados aos quais cabe a guarda do País e que, agora, com cuidado, veem realizando os numerosos IM, no território nacional.

O Comunismo era o leit motiv dessa Grande Rede de Maldade em razão da qual é exigida, agora, a punição dos responsáveis, que incitavam o povo à luta de classes com Greves, ou com Ligas Camponesas, com Comícios, ou com a ignominiosa "Conscientização de Escolares, dos responsáveis que degradavam o Estado com tudo isso que se chama Subversão.

Sob a sua Ajuda, indiscutivelmente, agiam os denunciados, tentando, repete-se, mudar a Ordem Política e Social estabelecida pela Constituição Brasileira.

Porisso, é oferecida esta denúncia que se espera seja recebida para que, deste modo, sejam citados os denunciados e ouvidas as testemunhas arroladas, com ciência desta Promotoria Militar, para apuração final da verdade e punição dos culpados.

Recife, 31 de maio de 1965.

*Antônio Carlos de Oliveira*

- Promotor Militar, em exercício -

ROL DE TESTEMUNHAS

1a-	Amibal Peixoto-	fl. 333	
2a-	Antônio Lins Rolim	fl. 558	558
3a-	Marcus Odilon Ribeiro Coutinho.	fl. 691	
4a-	Joacil de Brito Pereira	fl. 824	
5a-	Otávio Domingos de Oliveira	fl. 1599	
6a-	Francisco de Souza Leal	fl. 728-h	
7a-	José Paulino de Oliveira	fl. 150	
8a-	João Batista Fernandes	fl. 1605	1501
9a-	José Rodrigues da Silva	fl. 728-h	
10-	Severino <del>Roberto</del> Montenegro	fl. 728-g	folha f. 354
11-	Paulo José do Nascimento	fl. 1536	
12-	Jorge Pereira da Silva	fl. 1565	
13-	Otto Erich August Fritz Hofmann	fl. 1567	
14-	Elpidio Cavalcanti de Oliveira	fl. 1584	1531
15-	Merilande Filgueira de Araujo	fl. 141	
16-	Nadjege Araujo	fl. 347	
17-	Edeítrudes Balduino da Cunha	fl. 345	

Data supra

*Antônio Carlos de Oliveira*

*Roberto*

fls. 260  
Educação  
ap

*Subcom*  
*Robson*

## Ao Povo Paraibano!

### Ao Eleitorado de João Pessoa!

Posição dos Comunistas face o pleito Municipal de João Pessoa.

A proximidade do pleito municipal que decidirá de nossos governantes e legisladores para o próximo quadriênio, exigiu dos comunistas, uma tomada de posição face os quadros políticos em disputa, levando-se em conta a influência que possa ter essa eleição frente aos problemas nacionais das reformas de base, principalmente a agrária, e a luta pela integração do proletariado e dos camponeses na vida política, social e econômica do país.

Consideramos que apenas dois candidatos se apresentam em condições de mobilizar ponderável parcela do eleitorado pessoense:

**DOMINGOS MENDONÇA NETO (P S B - P S D)** e  
**ROBSON ESPÍNOLA (UDN - PL - PDC)**, candidato oficial.

O candidato da situação tem como companheiro de chapa a Vice-Prefeito **JOSE GOMES DE LIMA**, agente oficial do IBAD em nosso Estado, dispendo de recursos e de cobertura política dessa famigerada e antinacional instituição que representa o mais atrevido e descarado instrumento de corrupção e intervenção imperialista em nossa vida política. Representam eles os partidos anti-reformistas, os usineiros e latifundiários udenistas e os grupos financiadores desse cancer nacional e seus agentes: os "Diários Associados".

Considerando, pois, que a eleição do Sr. **ROBSON ESPÍNOLA** representaria uma perigosa infiltração do IBAD na nossa administração, os comunistas resolveram apoiar publicamente o candidato **DOMINGOS MENDONÇA NETO** e para Vice-Prefeito o Sr. **DAMÁSIO FRANCA**, que já vêm levantando em seus comícios a bandeira condenatória do IBAD e de suas infames atividades e se pronunciou favorável às reformas de base, dispondo-se, também, a luta pela melhoria salarial dos funcionários da municipalidade, que recebem salários de fome, e analisando, objetivamente, alguns problemas cruciantes da cidade de João Pessoa.

Para vereador indicamos o nome do Professor **LEONARDO LEAL** como legítimo representante das reivindicações do proletariado, dos camponeses e das forças populares e progressistas.

João Pessoa, 25 de Julho de 1963.

DOCUMENTO 12

ASR. 12, P. 7/7

*AESIS*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES  
OFÍCIO Nº172/AESI/UFPA

JOÃO PESSOA-PB, EM 25 MAI 71

DO: CHEFE DA AESI/UFPA

AO: MAGNÍFICO REITOR DA Universidade Nacional  
de Brasília

ASS: REGIMENTO INTERNO DA AESI/UFPA  
(OFERECE)

ANEXO: UM (1) EXEMPLAR

DE ORDEM DO MAGNÍFICO REITOR DESTA UNIVERSIDADE, PROFESSOR GUILARDO MARTINS ALVES, ESTA ASSESSORIA ESPECIAL TEM A HONRA DE OFERECER A VOSSA MAGNIFICÊNCIA, A TÍTULO DE COLABORAÇÃO, UM EXEMPLAR DA COLEÇÃO QUE CONTÉM O REGIMENTO INTERNO DA ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES, ORGANIZADA COMO PLANO PIONEIRO, DE CONFORMIDADE COM A ORIENTAÇÃO MINISTRADA PELA DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA.

É ESCUSADO RESSALTAR QUE O REFERIDO DOCUMENTO ENCERRA LEGISLAÇÃO DE INTERESSE IMEDIATO DE TÔDA A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES DO MINISTÉRIO.

SEM OUTRO PARTICULAR EM EVIDÊNCIA, REAFIRMA OS PROTESTOS DE ELEVADA CONSIDERAÇÃO E COLOCA-SE AO INTEIRO DISPOR DE VOSSA MAGNIFICÊNCIA, NA QUALIDADE DE ATUAL ASSESSOR ESPECIAL DESTA JOVEM UNIVERSIDADE.

*A Assessoria de  
Assuntos Especiais  
Alves  
4.6.71*

(PROFESSOR GUILARDO MARTINS ALVES DE CARVALHO)



DOCUMENTO 13

AT4.09.4, p 5/5.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍSA  
ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

Ofício nº 267/AESI/UFPb

João Pessoa-Pb  
Em 04 de agosto de 1971

CONFIDENCIAL

Magnífico Reitor:

De ordem do Magnífico Reitor, esta Assessoria tem a honra de dirigir-se a Vossa Magnificência, para solicitar os dados qualificativos (filiação, data e local de nascimento, carteira de identidade e título de eleitor) das pessoas constantes da relação anexa, pertencentes as diversas unidades de ensino dessa conceituada Universidade.

É escusado ressaltar que a presente solicitação prende-se à necessidade de cumprir as recentes recomendações da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura, com relação à perfeita organização e funcionamento dos arquivos especiais.

Na certeza de contar com a colaboração de Vossa Magnificência, reafirma os protestos de elevada consideração e apreço.

(Prof. Edilaudiana de Carvalho)  
Assessor Especial

Ao  
Magnífico Reitor da  
Universidade Federal de Minas Gerais  
Belo Horizonte - MG.

OFÍCIO CONFIDENCIAL

Em 8 de setembro de 1971.

Senhor Assessor Especial:

Em atenção ao seu ofício nº 267/AESI/WFPb, de 4 de agosto último, estou remetendo, inclusos os qualificativos (filiação, data e local de nascimento, etc.), das pessoas constantes da relação que acompanhou o referido ofício.

Sirvo-me do ensejo para apresentar-lhe minhas

Cordiais Saudações.

Prof. Marcello de Vasconcellos Coelho  
Reitor.

Ao Exmo. Sr.  
Prof. Ediláudio Luna de Carvalho  
DD. Assessor Especial  
Universidade Federal da Paraíba  
JOÃO PESSOA - Pb.

DOCUMENTO 14

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
AGÊNCIA RECEBE



INFORMAÇÃO N.º 324, 119 / ARE / 81

DATA: 04 DEZ 81

ASSUNTO: ATIVIDADES DA MAÇONARIA

ORIGEM: ARE/SNI

REFERÊNCIA: INFIC N.º 283/119/ARE/81, de 16 OUT  
PB N.º 130/19/AC/81, de 11 SET

DIFUSÃO ANTERIOR:

DIFUSÃO: AC/SNI

ANEXO:

CÓPIA REMETIDA AO DI  
ACE N.º 3079/81

1. A GRANDE LOJA MAÇÔNICA DA PARAIBA, sediada em JOJO PESSOA/PB, criou, através de Portaria interna, uma Assessoria Especial de Informática, com o principal objetivo de elaborar "informes e informações" sobre seus associados e futuros membros, bem como analisar aspectos políticos e econômicos da vida daquele Estado, que sejam de interesse da Grande Loja.

2. Para estruturar e implantar tal Assessoria, foi indicado o Sr. EDILÁUDIO DE LUNA CARVALHO, professor da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA e ex-chefe da ASI daquela Universidade (ASI/UFPB).

O citado professor destacou a importância que o novo órgão terá, no que diz respeito à aceitação de novos associados, permitindo, com base nas futuras informações, um melhor posicionamento do Grão Mestre em suas decisões.

3. Lideranças de maior destaque das Lojas Maçônicas localizadas - nesta área:

- ELIAS JORGE HAZIN - Grão Mestre da GRANDE LOJA DE PERNAMBUCO;
- LUIZ PESSOA SOUTO MAIOR - Grão Mestre do GRANDE ORIENTE EM PERNAMBUCO;
- ISMAR NASCIMENTO SILVA - Grão Mestre da GRANDE LOJA DE ALAGOAS;
- JOSÉ PEREIRA DE LUCENA - Grão Mestre do GRANDE ORIENTE EM ALAGOAS;

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

3079/81



Cent. da INFORMAÇÃO nº 324/119/ARE/81 - Fls. 02 -

- Engenheiro PEDRO PAIVA - Grão Mestre da GRANDE LOJA DO RIO GRANDE DO NORTE;
- Desembargador AMARO MARINHO - Grão Mestre do GRANDE ORIENTE NO RIO GRANDE DO NORTE; e
- Dr. PEDRO GERMANO COSTA - Grão Mestre do GRANDE ORIENTE INDEPENDENTE NO RIO GRANDE DO NORTE.

Toda pessoa que tomar conhecimento  
deste documento é responsável pela  
manutenção de seu sigilo (Art 12 do  
RSAS - Dec Nº 79.089 / 77)

CONFIDENCIAL

DOCUMENTO 15

1

**CONFIDENCIAL** 8053/82

**SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES**  
AGÊNCIA RECIFE



INFORME N. 993, 19, ARE, 82

**DATA:** 16 DEZ 82

**ASSUNTO:** JOSÉ FERNANDES NETO

**ORIGEM:** -x-x

**REFERÊNCIA:** -x-x

**AValiação:** 1/1

**DIFUSÃO ANTERIOR:** -x-x

**DIFUSÃO:** SS/06

**ANEXO:** PRONTUÁRIO DO NOMINADO

---

O nominado quando estudante tomava parte nas greves, passeatas pichações e em todo movimento político havido entre 1967/1968. Participou de um Congresso do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO- PCB realizado em CAMPINA GRANDE/PB tendo, inclusive, sido membro do Comitê Estadual do Partido.

Foi denunciado no Processo nº34/73 por infração a LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, sendo posteriormente absolvido pela 7ª CJM.

Toda pessoa que tomar conhecimento deste documento é responsável pela manutenção de seu sigilo. (Art. 12 da R S A S - Dec N.º 79.099/77)

**CONFIDENCIAL**

3363/82

11

P.nº 0573

JOSE FERNANDES NETO -



*F. J. J. J.*

0573 - D. NETO - de 19 M. 20  
Na Igreja de Santa Júlia, c. saram-se dia 17 último, a srta. Mécia Morais  
e o sr. José Fernandes Neto. (Foto de Francimar).

3018/82

Nº

3 de Novembro de 1970

Agente: WILLIAM MARIBONDO VINAGRE.

Senhor Inspector Chefe da Polícia de Segurança.

Informações (apresenta).

*1º de dez  
atendendo a  
consulta com  
f.º 11/120*

Senhor Inspector:

Cumprindo determinações de V. Sª para investigar o Informe nº 28/MAJP/SNI, tenho a informar que investigando por diversos dias e horas diferente a casa na Avenida D. Pedro II nº 1 112, obtive os seguintes dados:

1ª - Funciona no local um Escritório de Advogacia e Contabilidade, sendo o Advogado o DR. JOSÉ GOMES DA SILVA, conhecido com "ZÉ MOSCOU", já fichado nos Órgãos de Informações; e na parte de Contabilidade os Contadores, são os irmãos ANTÔNIO LUIZ PEREIRA, RENATO PEREIRA e sua esposa. Este Escritório costuma abrir às 8,00 horas e encerra suas atividades / no máximo às 18,00 horas, não costuma trabalhar a noite e dias / feriados. Diversos vizinhos informaram-me que nunca viram nada / de anormal. Quando o Escritório fecha os sócios sempre vão numa casa comercial defronte tomar algumas bebidas e retiram-se para as suas residências.

Informo ainda que o citado local continuará sob vigilância e qualquer anormalidade será feita comunicação. Nada mais tenho a informar até a presente data.

Saudações.

WILLIAM MARIBONDO VINAGRE.  
Agente de Polícia Federal.

Vejam,  
na foto há um defuntinho  
e mais um menino vivo nos braços da mãe  
que quase sorri para ele...  
E a morte e vida severina...  
Como haver Natal com mais vida e menos morte?

\*\*\*\*\*

Dona F., mora em Mandacarū. Teve 27 filhos. Somente 4 se criaram. Não é um fato isolado. Nem raro. É comum entre nós. Inúmeras são as famílias que têm mais "anjinhos" no céu do que filhos na terra.

... E Jesus disse:

"O ladrão só vem para roubar, matar e destruir.

Eu vim PARA QUE TENHAM VIDA! (João 10,10)

Que nos votos de Natal e Ano Novo que de sejamos uns aos outros esteja presente nosso compromisso de luta para que todos, e não só alguns, tenham direito à vida, vencendo o ladrão-morte em suas diversas formas.

João Pessoa, Dezembro de 1976.

+ Jm Maria Pires

João Maria Pires  
Caixa Postal 13  
58.000 - João Pessoa, PB

24

**A LIBERTAÇÃO ESTÁ PRÓXIMA**  
Celebração e rito da ordenação  
de  
**LUIZ ALBUQUERQUE COUTO**

19 de dezembro de 1976  
João Pessoa - Paraíba

A Libertação Está Próxima

25

1. Rito de entrada:

REFRÃO - O Senhor necessitou de braços/ para ajudar  
a ceifar a messe/ e ouvi seus apelos de a  
mor/ então respondi: aqui estou, aqui es  
tou.

I - Eu vim para dizer que eu quero te seguir  
Eu quero viver com muito amor o que aprendi

II - Eu vim para dizer qu eu quero te ajudar  
Eu quero assumir a tua cruz e carregar

III - Eu vim para dizer que eu vou profetizar  
Eu quero ouvir a tua voz e propagar

IV - Eu vim para dizer que eu vou te acompanhar  
E com meus irmãos um mundo novo edificar

2. Rito penitencial: (depois de cada invocação reza  
-se Senhor tende piedade de  
nós)

3. Oração:

4. Liturgia da palavra: Inspirada na Carta aos He  
breus 11, 32-39

- Pela fê Abraão obedeceu ao chamado de Deus e  
partiu sem saber para onde.

REFRÃO: Sai da tua terra e vai, para onde te  
mostrarei (bis)

- Pela fê Sara, já velha, tornou-se mãe porque a  
creditou na promessa.

REFRÃO:

- Pela fê Abraão entregou seu filho único e o re  
cebeu de volta.

REFRÃO:

- Pela fé Moisés preferiu sofrer e padecer com o seu povo a ganhar toda a fortuna do Egito.

REFRÃO:

- Pela fé Raab a prostituta recebeu corajosamente os espiões israelitas.
- Pela fé, Jesus, em vez da alegria que lhe foi proposta, sofreu a cruz desprezando a vergonha.
- Pela fé Padre João Bosco perdeu a vida quando defendeu os fracos.
- Pela fé Dom Adriano foi despido e apanhou.
- Pela fé um grupo de agricultores de Hogueiro foi suspeito e interrogado por coisas que não fizeram.
- Pela fé vários camponeses se sentem felizes por sofrer alguma coisa por causa da justiça.

5. Leitura do Evangelho: Lc. 4, 16-30

Jesus foi à cidade de Nazaré, onde ele tinha crescido. Conforme seu costume, no sábado, foi à casa de oração dos judeus. Ali se levantou para ler as Escrituras Sagradas, e lhe deram o livro do profeta Isaías. Abriu o livro, e encontrou o lugar onde estava escrito assim:

"O Espírito do Senhor está sobre mim.

Ele me escolheu para anunciar a Boa Nova aos pobres e me mandou anunciar a liberdade aos presos, dar vista aos cegos, restituir a liberdade aos oprimidos e anunciar o ano em que o Senhor vai salvar o seu povo".

Jesus fechou o livro, deu ao dirigente, e sentou-se. Todas as pessoas que estavam na casa de oração olhavam bem firme para ele. Então ele começou a falar, dizendo:

Hoje se cumpriu o que dizem as Escrituras Sagradas que vocês acabaram de ouvir.

Todos estavam elogiando Jesus, admirados com as

São João Maria Vianney,  
São Marcelo,  
Santa Tereza,  
Santa Catarina de Sena,  
Todos os Santos e Santas de Deus,  
Sede-nos propício, ouvĩ-nos, Senhora  
Para que nos livres de todo mal  
Para que nos livres de todo pecado,  
Para que nos livres do espírito de desunião,  
Para que nos livres de ficar calados quando é pre  
ciso falar  
Para que nos livres de ficar parados, quando é pre  
ciso agir,  
Para que nos livres de querer subir às custas dos  
outros.  
Para que nos livres de toda dureza de coração,  
Para que nos livres da morte eterna,  
Pela vossa encarnação,  
Pela vossa morte e ressurreição,  
Pela vinda do Espírito Santo,  
Apesar de nossos pecados,  
Para que vos digneis conduzir e proteger a vossa I  
greja,  
Para que vos digneis conservar no vosso santo servi  
ço o Papa, os Bispos, os padres e todos os servi  
dos do Evangelho,  
Para que vos digneis conceder a todos os povos a  
paz e a verdadeira união,  
Para que nos digneis conservar-nos e confortar-nos  
no vosso santo serviço,  
Para que vos digneis abençoar este vosso filho,  
Para que vos digneis abençoar e santificar este vos  
so filho,  
Para que vos digneis abençoar, santificar e consa  
grar este vosso filho,  
Jesus, Filho de Deus vivo,  
Cordeiro de Deus que tirais o pecado do mundo, mise  
ricórdia (3 vezes) Fieidade de nós (3 vezes)

Terminada a ladainha, o Bispo diz:

Ouvi-nos, ó Deus todo-poderoso, e derramai so  
bre este vosso filho a bênção do Espírito Santo

DOCUMENTO 18

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
AGÊNCIA BRCPB



ENCAMINHAMENTO Nº 004, 19 / JAN / 84

DATA: 03 JAN 84

ASSUNTO: IDENTIFICAÇÃO DE RELIGIOSOS E LEIGOS ATUANTES NO PROCESSO  
SUBVERSIVO

ORIGEM:

REFERÊNCIA: PB Nº 144/19/AC/83, de 22 DEZ

DIFUSÃO ANTERIOR:

DIFUSÃO: AC/SNI

ANEXO: Fotografias de Religiosos e Leigos

CÓPIA REMETIDA AO DI

ACE n.º 6003/84

1. Seguem, em anexo, fotografias e área de atuação dos religiosos e leigos relacionados a seguir, que estão ligados ao processo subversivo na área desta AR:

- HELENA WILHELMINA SILVESTRE BURGERS
- HERMANN JOSEPH CURTEN
- ANTONIA MARIA VAN HAM
- MARIA DA SALETE HORÁCIO DA SILVA
- MARY JOSEPHINE COLLINS
- DOMENICO CORCIONE
- ENES PAULO CRESPO
- JOSÉ REGINALDO VELOSO DE ARAÚJO

2. O assunto continua em processamento.

Toda pessoa que tiver conhecimento  
deste documento é responsável pela  
manutenção do seu sigilo (Art 12 de  
H.S.A.S. - Dec. Nº 79.099 / 77)

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
AGÊNCIA RECEBE



ENCAMINHAMENTO N.º 004, 19, ARE, 84

DATA: 05 JAN 84  
ASSUNTO: IDENTIFICAÇÃO DE RELIGIOSOS E LEIGOS ATUANTES NO PROCESSO  
SUBVERSIVO  
ORIGEM: ARE/SNI  
REFERÊNCIA: PB nº 144/19/AC/83, de 22 DEZ e ENC nº 004/19/ARE/84, de  
03 JAN (ACE nº 6003/84)  
DIFUSÃO ANTERIOR:  
DIFUSÃO: AC/SNI  
ANEXO: Fotografias de Religiosos e Leigos.

COPIA REMETIDA AO UI

ACE n.º 6003/84

1. Complementando o ENCAMINHAMENTO acima referenciado, seguem, em anexo, fotografias e área de atuação dos religiosos e leigos relacionados a seguir, que estão ligados ao processo subversivo na área desta AR:

- JOSÉ IVAN TEÓFILO
- ANTONIO TORRES MEDINA
- JOSÉ MARIA PIRES
- WANDERLEY CAIXE
- JOSÉ DIÁCONO DE MACEDO
- JÚLIO CÉSAR RAMALHO RAMOS

2. O assunto continua em processamento.

Esta cópia de documento  
desta natureza é reservada para  
uso interno do SNI (Art. 12 da  
L.S.A. - Dec. N.º 79.096/77)

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



Dom José Maria Pires

NOME: JOSÉ MARIA PIRES

ATIVIDADES ATUAIS: Arcebispo da PARÁIBA.

Pertence ao "Clero Progressista". Em seus pronunciamentos sem pro faz críticas às autoridades. É ligado a elementos da oposi - ção.

Nas questões fundiárias procurou incitar os trabalhadores ru - rais contra os patrões e o Governo.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



NOME: WANDERLEY CAIXE

ATIVIDADES ATUAIS: Presidente do CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - ASSESSORIA E EDUCAÇÃO POPULAR (CDDH/AEP), em JOÃO PESSOA/PB.

Em 1969 foi preso e condenado pela Justiça Militar por estar envolvido em subversão e terrorismo.

Em 1974 obteve o livramento condicional.

Em 1976 iniciou suas atividades junto a Arquidiocese da PARÁ-BA.

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



NOME: JÚLIO CÉSAR RANALHO RAMOS

ATIVIDADES ATUAIS:

- Advogado da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA/PB;
- Membro da PASTORAL DA TERRA (ARQUIDIOCESE DA PARÁIBA);
- Professor da FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE AUTÔNOMA DE JOÃO PESSOA/PB;
- Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).

Tem participado ativamente no processo de agitação da Zona Rural da PARÁIBA, procurando incitar os trabalhadores rurais contra os patrões e o Governo.

CONFIDENCIAL

# DOCUMENTO 19

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
AGÊNCIA RECIFE



INFORMEN. 118, 19, ARE, 82

DATA: 15 OUT 82

ASSUNTO: JÚLIO CESAR RAMALHO RAMOS

ORICEM: ARE/SNI

REFERÊNCIA:

AValiação: A-1

DIFUSÃO ANTERIOR:

DIFUSÃO: SS-06

ANEXO: Relacionados no final deste INFORME

1. Por ocasião do acampamento realizado pelos posseiros da Fazenda CAMUCIM, defronte ao Palácio do Governo, em JOÃO PESSOA/PB, no período de 14 DEZ 81 a 07 JAN 82, o então Governador da PARAIBA, TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY, declarou que demitiria "os elementos do Governo do Estado que tivessem participação caracterizada no citado movimento".

2. Entre tais elementos, teve destacada participação no incitamento aos posseiros da Fazenda CAMUCIM o advogado JÚLIO CESAR RAMALHO RAMOS, funcionário da Secretaria de Planejamento do Estado da PARAIBA (FIPLAN), professor da FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE AUTÔNOMA DE JOÃO PESSOA, membro da PASTORAL DA TERRA, advogado da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA /PB (FETAG/PB) e militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB). O citado advogado tem participado ativamente do processo de agitação na zona rural da PARAIBA. Após atuar em CAMUCIM, JÚLIO CESAR RAMALHO RAMOS passou a provocar um clima de tensão social na Fazenda PARIPE CAPIM-AÇU, conhecida também com GURUGI, no município de CONDE/PB.

3. Apesar de caracterizada a participação de JÚLIO CESAR RAMALHO RAMOS, no processo de incitamento aos posseiros de CAMUCIM, o Governador TARCÍSIO DE MIRANDA BURITY enquanto esteve à frente do Governo/PB, não cumpriu a promessa feita de demiti-lo da FIPLAN.

CONFIDENCIAL

3661/82

CONFIDENCIAL



Cont. do INFORME nº 118 /19/ARE/82 - Fis. 02 -

4. No mês de JUN 82, o novo Governador do Estado da PARAIBA, CLC-VIS BEZERRA, resolveu exonerar JÚLIO CESAR RAMALHO RAMOS, dos quadros da FIPLAN.

ANEXOS: A) Telex nº 1827/119/ARE/81, de 17 DEZ  
Telex nº 260/117/ARE/82, de 19 FEV  
Telex nº 067/19/AC/82, de 18 MAR  
Telex nº 483/119/ARE/82, de 29 MAR  
Telex nº 719/119/ARE/82, de 05 MAI  
Telex nº 679/SI/SR/DPF/PB, de 11 JUN 82  
Telex nº 684/SI/SR/DPF/PB, de 11 JUN 82  
Telex nº 1009/119/ARE/82, de 14 JUN

B) Relação de pessoas que apoiaram e incitaram o acampamento dos posseiros da Fazenda CAMUCIM, em frente ao Palácio do Governo/PB (09 fls.).

Toda pessoa que tomar conhecimento deste documento é responsável pela manutenção de seu sigilo. (Art. 12 da RS 43 - Dec N.º 79.088/77)

CONFIDENCIAL

TELEX SNI  
TELEX SNI  
TELEX SNI

3661/82 5

PRG-1065, de 18.03.82

811275SNIN BR

SNI-AC

RE 1236 UG AC 067/19/AC/82 18MAR11:50 (XPS)

RETEX 0266/117/ARE/82, CH/SNY DETERMINA ESSA CHEFIA CODEL PROMISSÃO GOVERNADOR PARAÍSA RELATIVA DEMISSÃO JULIO CESAR RAMALHO RAMOS, CONFORME DESPACHO PF.

\*\*\*\*\*  
XPS18MAR1300(239)CZ

TELEX SNI  
TELEX SNI  
TELEX SNI

3661/82 6

ARQUIVAMENTO  
TEMPORÁRIO

811275SNIN BR+

SNI-AC

RE 181 UG AC (DR JORGE) 0483/119/ARE/82 29MAR17:37 ((ZVP))

RETEX NR 067/19/AC/82, DE 18 MAR

MANTIDO CONTATO PESSOAL COM GOVERNADOR/PB, TARCISIO DE MIRANDA BURITY, HOJE (29 MAR 82), 14:30 HS, QUANDO MESMO ASSUMIU COMPROMISSO DEMITIR ADVOGADO JULIO CESAR RAMALHO RAMOS.

\*\*\*\*\*  
ZVP29MAR17:48RRRR((+  
SNI-AC  
811275SNIN BR

3661782

10

ARQUIVAMENTO  
TEMPORARIO

SNI-AC  
811995SNIN BR

ME 099 'UU' AC 1009/119/ARE/82 14JUN12:55 ((ZVP))

RETUX NR 067/19/AC/82, DE 18 MAR.  
A DENISSAO, PELO GOVERNADOR CLOVIS BEZERRA, DO ADVOGADO ET MILITAN  
TE DO PCB, JULIO CESAR RAMALHO RAMOS, DOS QUADROS DO GOVERNO DA PA  
RAIBA, NAO FOI AINDA PUBLICADA NO DIARIO OFICIAL DO ESTADO, O QUE ES  
TAH PREVISTO PARA ESTA SEMANA, UMA VEZ QUE O SECRETARIO DE PLANEJA-  
MENTO ET COORDENACAO GERAL DA PARAIBA, GERALDO MEDEIROS (EXLIDO PE  
LOS ART 7. ET 10. DO ATO INSTITUCIONAL, POR ATIVIDADES SUBVERSIVAS  
- PCB) RECUSOU-SE ASSINAR CITADO ATO SOB O PRETEXTO DE QUE " NAO  
FARIA TAMANHA INJUSTICA "., ESSE TITULAR COLOCOU, AINDA, O SEU CAR  
GO AA DISPOSICAO, O QUE FOI ACEITO PELO GOV/PB. O ALUDIDO ADVOGADO/  
AFIRMOU, EM 13 JUN 82, QUE A SUA DENISSAO TEVE CARATER POLITICO ET  
QUE ELA FOI MOTIVADA PELA SUA INTRANSIGENCIA COMO ADVOGADO DOS IN  
TERESSES DOS CAMPONESES, AFIRMOU, TAMBEM, QUE CONTINUARAA AA LUTA/  
EM DEFESA DOS TRABALHADORES RURAIS, SEMRREUAR UM MILIMETRO.

\*CORR:..... SEM RECUAR UM MILIMETRO. ...

-----  
ZVP14JUN1328RRRRR(+  
SNI-AC  
811995SNIN BR

DOCUMENTO 20

**CONFIDENCIAL**

GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA  
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO

**CONFIDENCIAL**

Nº DE INSCRIÇÃO 02-25170-46.1.87.

DATA: 16 de junho de 1982.

ASSUNTO: Líder campones e advogado JÚLIO CESAR RAMALHO RAMOS

REFERÊNCIA: Antecedentes políticos, e atividades atuais.

ORIGEM: A-1.

DIFUSÃO ANTERIOR: não há.

DIFUSÃO: IMF (Instituto Paranaense de Educação).

ANEXOS: não há.

DADOS CONHECIDOS :

Advogado JÚLIO CESAR RAMALHO RAMOS = brasileiro, casado, filho de Pierre de Souza Ramos e Maria Ramalho Ramos, natural de PB., nascido em 01-09-47, C.Id.Nº 670.977-551/PC, expedida em 12.01.66, inscrito no OAB nº 3630, residente à Av. Ingá, 163, Manaíra, João Pessoa/PB.

O nominado é conhecido militante comunista nos Estados de PERNAMBUCO e PARAIBA, desde os tempos de estudante secundarista até universitário (formado em Direito pela UFFa., turma-1971), tendo perlocido a diversos núcleos de esquerda, entre eles, facções do MR-B e PC do B, tendo sido dos mesmos afastado, em virtude do radicalismo com que prega a luta armada para tomar o Poder.

Ex-comunista sovieta, após a morte de MAO TSE TUNG, em virtude das modificações ideológicas introduzidas pelos novos dirigentes chineses, aos quais denominou "revisionistas", partiu para a linha albanesa - diz-se agora "albanista" - de fidelidade doutrinária stalinista, pregando sempre a luta armada.

O referido elemento exercia até poucos dias, anterioridade jurídica na Secretaria de Planejamento do Governo do Estado/PB, tendo sido a, e nos agora (!), em virtude de circunstâncias políticas, afastado, uma vez que nociva a sua presença, declaradamente comunista, "progressista", "lutador pela justiça e paz", contra o Governo ora constituído. Exerce também a "atividade jurídica" - atividade em que se oculta para o exercício de seu real propósito - que é o movimento contestatório, o terrorismo e a agitação social no meio campones, rural e açucareiro deste Estado. É "advogado" (?) da FEIAC, CONTAC, Sindicatos Rurais de Pedras de Fogo, Algodão, Caaporã, todos neste Estado, da "Comissão de Justiça e Paz", e representante em similares, com o tão só fim de incitar os campones, os desempregados, os desempregados e os infelizes da sorte à luta contra o Governo e o modo social, oculto a toda a óra em situação de interesse e conflito e agitação entre os classes sociais.

O nominado é o autor intelectual e por vezes mentor de execução, de atos de contestação social em todo o Estado, desde a volta da Itália, e atividades promovidas em Paraíba, Pernambuco, Piauí, INARA e outras. É também, conhecido e conhecido, até a área de Abaí e Atibaia, onde tem promovido diversos incêndios a canaviais, depredações ao patrimônio

**CONFIDENCIAL**

**CONFIDENCIAL**

GOVERNO DO ESTADO DE PARAÍBA  
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

**CONFIDENCIAL**

Continuação INFORMAÇÃO 02-051/PB-46.3.07, Ref.: JÚLIO CESAR RAMALHO RAMOS

privado, à paralisação de atividades trabaladoras, e à propagação constante de ódio contra a classe patronal.

Exerce ainda, cargo de Professor (1) de DIREITO CONSTITUCIONAL na Faculdade de Direito dos INSTITUTOS PARAIBANOS DE EDUCAÇÃO (IPE), entidade de ensino superior, privada, e que vem de causar grande constrangimento ao meio social, pela conduta de incitação da classe estudantil contra o poder constituído.

Em sua atual residência, em plena praça do bairro requintado, à Av. Ingá, 163-Mansara, com telefone 226-4548, em nome de "L.L. Farias"-catálogo telefônico-PB-1981, p.78, e sob a aparência de casa de classe média abastada, cuja manutenção financeira é desconhecida, funciona "aparelho" ou "célula" comunista, com reuniões e movimentos que duram noite a dentro, notadamente nos finais de semana. Possui grande biblioteca doutrinarista e dois veículos: uma Brasília Azul, ano 1977, placa AP-6227 (com que comanda o incêndio nos canaviais da "Destilaria Tabu", em Abiaí), e o Volkswagen 1.600, placa BB-9079 (também já vista em atividades subversivas no capital e interior do Estado).

DADOS SOLICITADOS :

Recomendar à Presidência do IPE, a rescisão contratual do nomeado já qualificado, JÚLIO CESAR RAMALHO RAMOS, pela restrição altamente nociva que paira sobre este conceituado órgão educacional superior, e acerca da presença do elemento referido em seus quadros funcionais, desagastando para a mencionada entidade, perante o meio social e o poder constituído.

**CONFIDENCIAL**

**CONFIDENCIAL**

## DOCUMENTO 21

0898/80 47

### CAMPESES DE TODA A PARAIBA, UNI-VOS

Por ocasião deste ATO PÚBLICO em defesa dos camponeses oprimidos devemos nos dar as mãos e unidos, apoiar a luta encabeçada pelos camaradas Dom JOSÉ MARIA PIRES e GREGÓRIO BERRA, grandes defensores da causa do povo contra a opressão e pelos direitos dos pobres.

Os camponeses sofridos da Zona Rural da Paraíba, vítimas das piores necessidades e esperanças por culpa dos proprietários rurais, devem confiar em Dom JOSÉ MARIA PIRES - o novo "cavaleiro da esperança" - disposto ainda a tanger muito gado e erguer outras cercas, até que cada agricultor se torne tão rico ou igual aos grandes proprietários da Paraíba, responsáveis pela miséria de muitos.

Para provar sua boa vontade, a Arquidiocese convoca, desde já, todos os lavradores que foram expulsos de suas terras e estão ao desabrigo, a se instalarem definitivamente em qualquer de suas inúmeras propriedades, algumas das quais relacionadas:

Fazenda Averneado	-	500 Hectares
Fazenda do Caveão	-	200 Hectares
Fazenda Jacu	-	72 Hectares
Fazenda Maracujá	-	137 Hectares
Fazenda Taquara	-	57 Hectares
Granja São José	-	1.282 Metros quadrados

Todas estas propriedades, entre outras não relacionadas por falta de espaço, têm o solo fértil para o plantio e, como se pode ver, desfrutam de uma extensão privilegiada.

Unamo-nos, todos com Dom JOSÉ e GREGÓRIO unidos, ninguém será vencido.

COMITÊ PRO-IGUALDADE PARA TODOS  
COMITÊ PRO-CAVALEIRO DA ESPERANÇA  
COMITÊ DOS SIMPATIZANTES DA ARQUIDIOCESE.

João Pessoa/Paraíba, 11 Jan. 80.

## DOCUMENTO 22

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DA PARAÍBA  
Boletim Informativo - João Pessoa - Paraíba - 23.12.68 - nº 39/68

### N A T A L

Não podemos, neste ano de 1968, desejar aos colegas bancários um simples "boas festas".

Convém lembrar que somos entidade além de indivíduo, e por isso é impossível desvincular o Homem do universo e do processo histórico. Conforme Teillard de Chardin a existência do Homem é de 500 milhões de anos e forma o Homem um todo, do primeiro ao último.

Dentro dessa perspectiva, como podemos desejar aos colegas bancários "boas festas"

se no Brasil morre uma criança em cada 40 segundos?

se quase 1% de nossa população é tuberculosa?

se existem 50% de analfabetos?

se nossa renda "per capita" é uma das mais baixas do mundo?

se no Vietname bombas de napalm, fósforo e "cães vadios" esmagam entranhas de milhares de crianças, mulheres, velhos e doentes?

se na Grécia (berço da civilização) um Homem está sendo oficialmente torturado até a morte?

se nossos padres são presos acusados de subversivos?

Não podemos pois desejar aos bancários um doce "boas festas", se o povo que eles integram atravessa uma das maiores crises de sua história. Nossa mensagem será no sentido de que os colegas participem, como sujeito, na transformação da sociedade, pois só um povo consciente poderá atingir sua felicidade e bem estar.

Resta-nos pois o apêlo geral:

Ao Bancário que nada sabe sobre dinheiro e tem o estômago vazio;

Ao Operário que não passa de uma peça de máquina com que trabalha.

Ao Camponês que há 400 anos vive sob o tacão de seus patrões;

Ao Comerciante que junto às mercadorias que vende, embala também a honra e a liberdade;

A empregada doméstica que não integra a Comunidade Nacional;

VINDE TODOS, DEMOS AS MÃOS FORMEMOS O FEIXE MISTERIOSO QUE

NENHUMA FORÇA POSSA QUEBRAR - U N I A O.

# FOTOS

Foto 1 – Visita do Presidente Costa e Silva a João Pessoa, na ocasião da inauguração do Aeroporto Castro Pinto, em 11 de agosto de 1967. Na imagem, além do Presidente Costa e Silva, podem ser vistos o governador João Agripino, o General Aurélio de Lyra Tavares e o ex-governador José Américo de Almeida, dentre outros. Ao fundo, o prédio do jornal “A União”, demolido em 1970 para a construção da Assembleia Legislativa<sup>1</sup>.



Foto 2 – Casa de Manoel Alves Pereira, em Oitizeiro, invadida pelo Exército em 1973. Na ocasião, Manoel Alves foi sequestrado e levado para uma granja nos arredores de Campina Grande, onde funcionava um centro de tortura clandestino, sendo barbaramente torturado.



<sup>1</sup> Consta do documento BR\_RJANRIO\_EH\_0\_FOT\_PRP\_09209\_d0020de0023, disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional na internet, no sítio <http://sian.an.gov.br>.

Foto 3 – Edifício no Ponto de Cem Réis onde funcionava a sede estadual do PCB da Paraíba em 1964. Atualmente, encontra-se parcialmente abandonado.



Foto 4 – Prédio da Associação Paraibana de Imprensa (API), invadido pelo Exército durante a “Campanha da Legalidade”, em 1961, e nos primeiros dias de abril de 1964, após o golpe civil-militar.



Foto 5 – Casarão dos Azulejos, na Rua Conselheiro Henrique, em frente à Praça Dom Adauto. Sede da CE-PLAR, até o golpe civil-militar de 1964.



Foto 6 – Prédio da antiga Faculdade de Filosofia (FAFI) da UFPB, onde atualmente funciona a Escola Estadual Olivina Olívia.



Foto 7 – Prédio onde funcionava a redação do jornal “A Imprensa”, na Praça do Aduato.



Foto 8 – Prédio da antiga Faculdade de Direito da UFPB.



Foto 9 – Fachada lateral do antigo prédio do jornal A União, na Praça João Pessoa, demolido para a construção da atual sede da Assembleia Legislativa. Fotografia do acervo particular do jornalista Hélio Zenaide, cedida à CMV pela sua família.



Foto 10 – José Anísio Correa Maia, dirigente do PCB da Paraíba em 1964. Teve mandado de prisão expedido em 1964 por “atividades subversivas”, tendo que fugir de João Pessoa. Foto da década de 1990.



Foto 11 - Oitiva da Comissão Municipal da Verdade com o economista Geraldo Medeiros, em 10 de julho de 2015, na sala de reuniões do CCHLA/UFPB.



Foto 12 – Leonardo Moreira Leal, dirigente do PCB na Paraíba nos anos 1950 e 1960, militante do movimento nacionalista e das Ligas Camponesas. Fugiu de João Pessoa nos primeiros dias de abril de 1964, ocasião em que sua casa foi invadida pelo Exército. Teve seu mandato de suplente de vereador cassado pela Câmara Municipal de João Pessoa em 10 de abril de 1964. No mesmo ano, foi demitido do cargo de Professor de Odontologia na UFPB. Radicou-se no Rio de Janeiro, onde retomou suas atividades de dentista, protético e artista plástico, e faleceu em 2003. Foto dos anos 1980, após a legalização do PCB, cedida à CMV pela sua família.

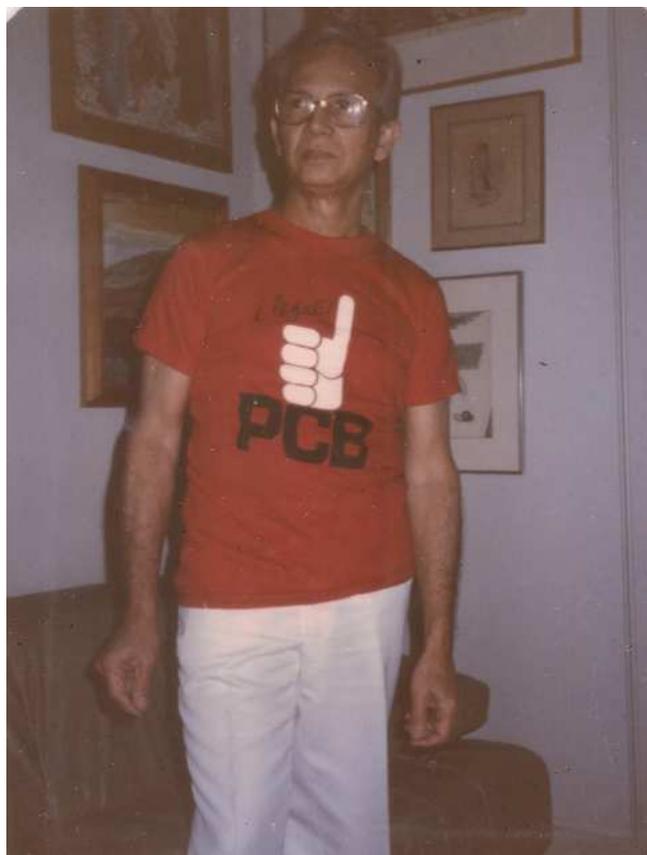


Foto 13 – “Cabra Marcado para Morrer”, xilogravura realizada por Leonardo Moreira Leal, provavelmente na década de 1990, no Rio de Janeiro. Retrata a emboscada que vitimou João Pedro Teixeira. Cedida à CMV pela família do autor.



Foto 14 - Manoel Alves Pereira, integrava o Comitê Estadual do PCB da Paraíba em 1973, ocasião em que foi sequestrado pelo Exército, na sua casa do bairro do Oitizeiro, por distribuir o jornal “Voz Operária”, órgão central daquele partido. Era agente da saúde do governo federal, tendo trabalhado no antigo SAMDU. Foi combatente da FEB na Segunda Guerra Mundial, na Itália.



Foto 15 – Integrantes da Comissão Municipal da Verdade durante sua primeira visita ao Arquivo da Câmara Municipal de João Pessoa, em 14 de abril de 2015.



Foto 16 – Monique Cittadino lendo Livro de Resoluções de 1964 da Câmara Municipal de João Pessoa, durante a visita feita pela Comissão Municipal da Verdade ao Arquivo daquela Casa Legislativa, em 14 de abril de 2015.





**A** COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JOÃO PESSOA (CMV) foi criada pela Lei Ordinária Nº 12.633/2013,

regulamentada pelo preleito municipal através do Decreto Nº 8.168/2014. Entre os objetivos legais da CMV estão, dentre outros: "esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações dos direitos humanos" e "identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos" no período determinado pelo art. 8º do ADCT da CF/1988, além de "recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violações" de direitos humanos, "identificar e tornar públicos os nomes de praças, ruas, avenidas, logradouros e monumentos que façam referência ou prestem homenagem a pessoas praticantes, coniventes ou colaboradores de práticas de violações dos direitos humanos" e "promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução histórica dos casos e violações aos direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações". A CMV foi instalada pelo preleito de João Pessoa no dia 03 de abril de 2014, e apresenta agora seu relatório de pesquisa.

ISSN 978-85-95891-199-8

